JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Peixoto de Azevedo 5
Camara Municipal de Várzea Grande 6
Consórcio Inter. de Des. Econômico, Social e Ambiental da Região Sul 7
Prefeitura Municipal de Água Boa 7
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 9
Prefeitura Municipal de Alto Garças 10
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 11
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 150
Prefeitura Municipal de Apiacás 150
Prefeitura Municipal de Araguainha 154
Prefeitura Municipal de Araputanga 155
Prefeitura Municipal de Arenápolis 155
Prefeitura Municipal de Aripuanã 156
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 160
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 160
Prefeitura Municipal de Cáceres 164
Prefeitura Municipal de Campinápolis 173
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 174
Prefeitura Municipal de Campo Verde 175
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 181
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 183
Prefeitura Municipal de Canarana 193
Prefeitura Municipal de Carlinda 200
Prefeitura Municipal de Castanheira 200
Prefeitura Municipal de Colíder 201
Prefeitura Municipal de Colniza 202
Prefeitura Municipal de Comodoro 206
Prefeitura Municipal de Confresa 206
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 207
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 207
Prefeitura Municipal de Cuiabá 208
Prefeitura Municipal de Curvelândia 208
Prefeitura Municipal de Denise 209
Prefeitura Municipal de Diamantino 209
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 210
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 210
Prefeitura Municipal de General Carneiro 211
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 211
Prefeitura Municipal de Itanhangá 212
Prefeitura Municipal de Itiquira 212
Prefeitura Municipal de Jaciara 218
Prefeitura Municipal de Jangada 218
Prefeitura Municipal de Jauru 219
Prefeitura Municipal de Juara 226
Prefeitura Municipal de Juruena 227
Prefeitura Municipal de Juscimeira 227
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 229
Prefeitura Municipal de Marcelândia 230
Prefeitura Municipal de Matupá 230
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 230
Prefeitura Municipal de Nortelândia 237

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 238
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 245
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 245
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 246
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 248
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 248
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 248
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 249
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 249
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 250
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 250
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 253
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 254
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 254
Prefeitura Municipal de Paranatinga 286
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 289
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 291
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 291
Prefeitura Municipal de Poconé 292
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 292
Prefeitura Municipal de Poxoréu 293
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 293
Prefeitura Municipal de Rio Branco 297
Prefeitura Municipal de Rondolândia 297
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 299
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 300
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 307
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 311
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 314
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 315
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 316
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 317
Prefeitura Municipal de Tabaporã 317
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 320
Prefeitura Municipal de Tesouro 322
Prefeitura Municipal de Torixoréu 322
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 327
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 327

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
ATA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 01/ 2018

PROCESSO LICITATÓRIO 07/2018

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às 09h00min, no plenário da Câmara Municipal de Cáceres (sede temporária), Estado de Mato Grosso, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 43/2018, sendo Presidente da Comissão Sra. KATIA FARIA DA SILVA, membro JOEL XAVIER DO NASCIMENTO, membro JOEL CORDEIRO DE SOUZA. Ainda, acompanhando a sessão, compareceram as representantes do Observatório Social de Cáceres, as Sras MICHELLE DAYHANE DE ANDRADE e ANA ALICE HADDAD. Ainda presente, o advogado da Câmara DR. ERMERSON PINHEIRO LEITE. E na sequencia, a Presidente iniciou a sessão, para Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de instalação de Sistema de Proteção contra Incêndio para Câmara Municipal de Cáceres-MT. E que após aguardarem por meia hora, não acudiram interessados em participar do referido certame, julgando dessa forma a licitação DESERTA, nos termos da Lei nº 8666/93, ficando desde já encerrada a presente a sessão. Qual lavrou-se a ata e segue assinada por todos os presentes.

KATIA FARIA DA SILVA

PRESIDENTE

JOEL XAVIER DO NASCIMENTO

MEMBRO

JOEL CORDEIRO DE SOUZA

MEMBRO

EMERSON PINHEIRO LEITE

ADVOGADO

Representantes do Observatório Social:

MICHELLE DAYHANE DE ANDRADE

ANA ALICE HADDAD

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
ATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO SOLENE DO DIA 1º DE JANEIRO DE 2017.

"Dispõe sobre a Publicação em Diário Oficial da composição da Mesa Diretora deste Poder Legislativo para o Biênio 2017/2018. "

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, dá publicidade a Eleição da Mesa Diretora, Biênio 2017/2018, conforme Ata da Sessão Solene do Dia 01 de Janeiro de 2017, página 14, publicada no Portal Transparência da Câmara Municipal de Cáceres-MT, referendando a decisão do Plenário desta Casa de Leis, onde a Mesa Diretora ficou assim constituída:*

Presidente: Vereador Domingos Oliveira dos Santos;

Vice-presidente: Vereador José Eduardo Ramsay Torres;

1º Secretário: Vereador Alvasir Ferreira de Alencar;

2º Secretário: Vereador Wagner Sales do Couto;

Tesoureiro: Vereador Elias Pereira da Silva.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 10 de maio de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

José Eduardo Ramsay Torres

Vice-presidente

Alvasir Ferreira de Alencar

1º Secretário

Wagner Sales do Couto

2º Secretário

Elias Pereira da Silva

Tesoureiro

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 32, DE 07 DE MAIO DE 2018.

"Modifica dispositivos dos artigos 35 e 36, da Lei Orgânica do Município de Cáceres/MT, e dá outras providências. "

A CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *nos termos do art. 42, I, e seus respectivos parágrafos, da Lei Orgânica Municipal, bem como fundamento no art. 260 e seguintes, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal:*

Art. 1º O § 2º, do artigo 35, e a alínea "a", do inciso II, do artigo 36, ambos da Lei Orgânica do Município de Cáceres, passa a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 35. *(...)*

(...)

§2º *Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, Secretário de Estado ou equivalente, Ministro de Estado ou equivalente, Dirigente de Autarquia ou equivalente ou ainda cargo parlamentar, tais como Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual, desde que não seja na condição de titular."*

(*...)*

"Art. 36. *(...)*

(...)

II – (...)

a) Ocupar cargo, função ou emprego, na administração pública direta ou indireta do município, de que seja exonerável "ad nutum", salvo os cargos de Secretário Municipal ou equivalente, Secretário de Estado ou equivalente, Ministro de Estado ou equivalente, Dirigente de Autarquia ou equivalente, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual."

(...)

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 07 de maio de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

José Eduardo Ramsay Torres

Vice-Presidente

Alvasir Ferreira de Alencar

1º secretário

Wagner Sales do Couto - "Barone"

2º secretário

Elias Pereira da Silva

Tesoureiro

CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
ATA DA TOMADA DE PREÇO Nº 001/2018

ATA DA TOMADA DE PREÇO Nº 001/2018

Às 14h00 (quatorze horas), do dia três de maio do ano de dois mil e dezoito na sala de licitações da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, localizada a Avenida Lions Internacional Oeste nº 2021, cidade de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, reuniram-se os componentes da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, sendo Presidente Jose Carlos dos Santos Alves, a Senhora Dayanne Ferreira da Silva- secretaria Marcia da Silva Sobrinho – membro, nomeados através de Portaria nº 002/2018 para nos termos da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei nº 8.883, e a Lei nº 12.232 de 29 de abril de 2010, preceder abertura e julgamento da **LICITAÇÃO MODALIDADE – TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018**. Referente a contratação de Empresas de publicidade e Propaganda para serviços de criação, veiculação, planejamento, pesquisas e produção de material para televisão , radio, jornal impressos e internet, para a Câmara Municipal, publicado no Diário Oficial eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ano XIII nº 2291 pagina 8 no dia 21 de fevereiro de 2018. Realizaram o cadastramento prévio as **empresas IDEAL AGENCIA DE PUBLICIDADE EIRELI- ME CNPJ nº 26.206.127/0001-55, e SAUVEZUKDA SILVA E SILVA LTDA-CNPJ nº 08.804.103/0001-16.** O Presidente da Comissão de licitação declarou instalada a sessão de recebimento dos envelopes nº 01,02,03, e 04 e abertura dos envelopes 01 e 03, recebendo os envelopes lacrados empresas: **IDEAL AGENCIA DE PUBLICIDADES EIRELI-ME, CNPJ nº 26.206.127/0001-55, e SAUVESUK DA SILVA E SILVA LTDA- CNPJ Nº 08.804.103/0001-16.** Em seguida, conforme previsto no Edital, a Comissão iniciou os trabalhos de verificação da credencial dos participantes, estando presente a Sra. Marcia Lucia Sauvesuk da Silva da empresa **SAUVESUK DA SILVA E SILVA LTDA**, O Sr. Alex Salim Minatti da empresa **IDEAL AGENCIA DE PUBLICIDADE EIRELI–ME**. Após a verificação das credenciais passou – se á rubrica de todos os envelopes nº 02,03 e 04 de todos os licitantes. Ato continuo foram abertos os envelopes nº 03 “Proposta Tecnica” das empresas licitantes, que foram considerados válidos em seguida foram abertos os envelopes nº 01 “Proposta Técnica- plano de comunicação – Via não identificada,” sendo que foi constatada sinal de e marca que pudesse identificar o licitante **IDEAL AGENCIA DE PUBLICIDADE EIRELI-ME**, em face que sua proposta foi encadernada em aspiral Após deliberação da Comissão foi declarada desclassificada a Empresa **IDEAL AGENCIA DE PUBLICIDADE EIRELI-ME.** O Representante da **empresa IDEAL AGENCIA DE PUBLICIDADE EIRELI-ME** após o ato desclassificatório pediu que fosse registrada em ata que a Proposta da empresa **SAUVESUK DA SILVA E SILVA LTDA** também continha marcas de identificação, ou seja, estavam rubricadas pela sua representante legal, que em sua defesa alegou que assim procedeu com anuência da Comissão de Licitação. Ato continuo o Presidente da Licitação lacrou os envelopes da via não identificada e informou aos presentes que os envelopes nº 02 e 04 serão vistado e ficarão sob guarda da Comissão de Licitação. Nada mais havendo, o Presidente da comissão solicitou a mim Secretária, que lavrasse a ata, a qual após lida e achada em conformidade , será assinada pelos presentes.

Sr. Jose Carlos dos Santos Alves Sra Dayanne Ferreira da Silva

Presidente da Licitação Secretária da CPL

Sra Marcia da Silva Sobrinho

Membro da Comissão

Sra Marcia da Silva Sauvesuk da silva

SAUVESUK DA SILVA E SILVA LTDA

Sr. Alex Salim Minatti

IDEAL AGENCIA DE PUBLICIDADE EIRELI-ME

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 001/2018 – CMPA

Decisão de recurso administrativo da licitação na modalidade tomada de preço nº 001/2018 – CMPA

Referencia: tomada e preço nº 001/2018

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, VEICULAÇÃO, PLANEJAMENTO, PESQUISAS E PRODUÇÃO DE MATERIAL PARA TELEVISÃO, RÁDIO, JORNAL IMPRESSO E INTERNET, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT”.

Recorrente: IDEAL AGENCIA DE PUBLICIDADES EIRELI – ME

Recorrido: Comissão Permanente de Licitação

1 – trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente pela licitante IDEAL AGENCIA DE PUBLICIDADES EIRELI – ME, representado neste ato por seu representante legal e com fundamento nos itens 5.5, 5. 6 e 7.8 do edital PROCESSO Nº 002/2018 TOMADA DE PREÇO Nº 001/2018.

2 - Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação, pedido de nova decisão e tempestividade.

3. A empresa recorrente havia sido desclassificada em virtude da comissão permanente de licitação entender que no envelope nº 1 havia uma marca que identificaria a citada concorrente.

4. A recorrente requer, em síntese, que o seu recurso seja recebido; que seja suspenso o encaminhamento da proposta da outra empresa concorrente (SAUVESUK DA SILVA E SILVA LTDA) por ter, seu representante legal, dado visto em algumas folhas da proposta, o que caracterizaria uma identificação; que sua proposta seja encaminhada a subcomissão técnica.

Analise do recurso

É indiscutível que o Administrador responsável deve sempre avaliar o conjunto de concorrentes, evitando-se, a todo custo, inabilitações e/ou desclassificações precipitadas, cujos motivos ensejadores possam ser facilmente sanados. É de se esperar que aquele proceda com especial cautela na avaliação da documentação disponibilizada, já que lida com recursos públicos, sendo-lhe vedado levar a cabo exclusões sumárias e desarrazoadas.

Como presidente da comissão permanente passa a analise do recurso interposto e apresenta abaixo as devidas considerações e decisão.

Pois bem, vejamos o que diz o inciso XII do artigo 6º da lei 12.232:

XII - será vedada a aposição, a qualquer parte da via não identificada do plano de comunicação publicitária, de marca, sinal ou palavra que possibilite a identificação do seu ***proponente antes da abertura do invólucro*** de que trata o § 2o do art. 9o desta Lei;

Isto posto, sem nada mais evocar e entendendo que as questões levantadas e apresentadas pela licitante IDEAL AGENCIA DE PUBLICIDADES EIRELI – ME, estão em dissonância com os princípios que regem a licitação, bem como a legislação vigente, fundamentando-se no que diz a Lei 12.232 DE 29 DE ABRIL DE 2010, manifestamos por conhecer o recurso para dar-lhe provimento parcial, reconhecendo apenas o direito de ter sua proposta enviada à subcomissão técnica.

Peixoto de Azevedo/MT, 08 de maio de 2018.

José Carlos dos Santos Alves

Presidente da CPL

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 96/2018

Dispõe sobre o julgamento das Contas Anuais de Governo do Poder Executivo Municipal de Várzea Grande – Exercício Financeiro de 2016.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - Ficam aprovadas as Contas do Poder Executivo Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, referentes ao exercício de 2016, em conformidade com a íntegra do parecer favorável do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 07 de maio de 2018.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 94/2018

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. ADEMAR TORRES DE ALMEIDA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. ADEMAR TORRES DE ALMEIDA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 03 de maio de 2018.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 93/2018

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. GÊNISON BRITO ALVES LIMA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. GÊNISON BRITO ALVES LIMA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 03 de maio de 2018.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 92/2018

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. GILSON SILVA LEITE.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao SR. GILSON SILVA LEITE, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 03 de maio de 2018.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 91/2018

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ VÁRZEA-GRANDENSE À SRA. DINA FERREIRA GALLETI.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido à Sra. DINA FERREIRA GALLETI, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadã Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 03 de maio de 2018.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 90/2018

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. CLEBER SOARES JARDINI.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao SR. CLEBER SOARES JARDINI, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 03 de maio de 2018.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 95/2018

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ VÁRZEA-GRANDENSE À SRA. EDLEUSA AFONSO DE MESQUITA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido à Sra. EDLEUSA AFONSO DE MESQUITA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadã Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 03 de maio de 2018.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CONSÓRCIO INTER. DE DES. ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

PORTARIA Nº 007/2018

PORTARIA Nº 007/2018 21 DE MARÇO DE 2018

"DESIGNA A UNIDADE DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA PARA ELABORAR O RELATÓRIO CONCLUSIVO DAS CONTAS ANUAIS DO CIDESASUL".

Alexandre Russi, Presidente da Diretoria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, especialmente considerando o disposto na Resolução Consulta N° 21/2010,

R ESO LVE:

Artigo 1º - DESIGNAR a Unidade de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Juscimeira a fim de elaborarem o relatório conclusivo das contas anuais do CIDESASUL.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

São Pedro da Cipa – MT, em 21 de Março de 2018.

_____

ALEXANDRE RUSSI

Presidente do Consórcio

Registre-se, Publique-se.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO BALANÇO 2017

EDITAL DE PUBLICAÇÃO BALANÇO 2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 08.051.612/0001-15, com sede administrativa no município de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, para efeito de cumprimento aos artigos 207 e 209 da Constituição Estadual/MT e 31 e 37 da Constituição Federal, torna público a quem possa interessar que as contas anuais do Consórcio referente ao exercício financeiro de 2017, encontram-se a disposição para apreciação dos cidadãos e dos municípios consorciados, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade e permanecerão expostas pelo prazo de 60 (sessenta) dias a partir de 15 de Fevereiro de 2018, na sede do CIDESASUL, situado a Av. Presidente Dultra, S/N – Centro – CEP 78.835-000 – São Pedro da Cipa-MT .

Atenciosamente,

ALEXANDRE RUSSI

PRESIDENTE DO CIDESASUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PLANEJAMENTO E FINANCAS
VISO RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DE PRAZO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018

AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DE PRAZO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa /MT, torna público e para conhecimento de quem possa interessar, que a licitação Pregão Presencial 031/2018, tipo Menor Preço, tendo como objeto Aquisição de aparelhos celular do tipo smartphone, com data de abertura ocorrida no dia 10/05/2018 ás 08:00 horas, foi considerada "DESERTA", face a ausência total de interessados. Assim, reabre-se o prazo para realização de novo certame, devendo ocorrer a Sessão Pública do Pregão no dia 25 de maio de 2018, às 08:00 horas; Local: Prefeitura Municipal de Água Boa, localizada na Avenida Planalto, 410, centro. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital. O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 10 de maio de 2018.

Marcos da Silva Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANCAS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 036/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 036/2018

A Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho de 2.002, Lei 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 036/2018.

OBJETO: Contratação de Empresa para confecção de camisetas para uniformes e eventos

REALIZAÇÃO: 24/05/2018.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 08:00h00min. (horário local)

INICIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min. (horário local)

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.prefeitura@aguaboa.mt.gov.br e no e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 10 de maio de 2018.

Marcos da Silva Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017

CONCURSO PÚBLICO 00/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017

De 10 de maio de 2018

"Dispõe Sobre a Convocação de Candidatos Classificados no Concurso Publico Nº. 001/2016, Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, Estado de Mato Grosso, Sr. **MAURO ROSA DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal, determinando que a investidura em cargo público seja precedida de aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 009, de 10 de março de 2000, "*Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Água Boa, na forma que estabelece e dá outras providências";*

CONSIDERANDO a Homologação do Resultado Final do Concurso Público preenchimento de cargos vagos ao quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT, Edital de Retificação e Ratificação nº 002/2016 – UNIFICADO;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONVOCAR os candidatos aprovados relacionados no ANEXO I desde Edital com vistas à nomeação para cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do Presente Edital, deverão comparecer, pessoalmente à Gerência de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas – Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Água Boa, localizada na Avenida Planalto nº 410, Centro, para apresentação e entrega dos documentos constantes no Anexo I e Anexo II do Decreto Municipal nº 3099, de 11 de agosto de 2017, parte integrante da presente convocação.

2. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no Anexo II (Dec. Mun. nº 3099, de 11 de agosto de 2017), acarretará o não cumprimento do mesmo.

3. O não comparecimento no prazo legal implicará a renúncia tácita do aprovado convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual foi aprovado.

Art. 2º - Os candidatos ora convocados neste Edital deverão se apresentar no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente edital, para que sejam empossados, nos cargos o qual foram aprovados, com as documentações exigidas no ANEXO II (Dec. Mun. nº 3099/2017)

Art. 3º - A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário e a jornada de trabalho de acordo com o constate no Edital de Retificação e Ratificação nº 002/2016 – UNIFICADO.

Parágrafo Único Será tornado sem efeito o ato de nomeação do candidato se a posse não ocorrer dentro do prazo, conforme o disposto no § 1º do Art. 14 da Lei Complementar nº 009, de 10 de março de 2000.

Art. 4º - O presente Edital de convocação, com a relação completa dos CONVOCADOS, estará publicado no Diário Oficial de Contas – TCE, no Jornal Oficial Eletrônico da AMM, no site oficial www.aguaboa.mt.gov.br e no Mural da Prefeitura Municipal de Água Boa, atendendo a necessidade e conveniência de cada entre administrativo da Prefeitura Municipal de Água Boa/MT.

Art. 5º - É de inteira responsabilidade do candidato a sua omissão quanto ao que for publicado ou divulgado.

Art. 6º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º - Integram o presente Edital:

ANEXO I – Relação de Candidatos Convocados;

ANEXO II – ANEXO I do Decreto Municipal nº 3099/2017;

ANEXO III – ANEXO II do Decreto Municipal nº 3099/2017.

Água Boa- MT, *10 de maio* de 2018.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

JADER LUIS DE ARAUJO MENDES BAHIA

Secretário Municipal de Saúde

CRISTIANO SEIBEL DALLA COSTA

Secretário Municipal de Cidade e Meio Ambiente

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017

De 10 de maio de 2018

ANEXO I

1. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
233506	SIMONE INÊS MALLMANN CARNEIRO	26/01/1987	50,0	12º

2. SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADE E MEIO AMBIENTE

ELETRECISTA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
241385	SAMIR AZANKI	28/10/1983	60,0	4º
237713	MARCOS VINICIUS BARROS DE SOUZA	18/12/1992	60,0	5º

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

JADER LUIS DE ARAUJO MENDES BAHIA

Secretário Municipal de Saúde

CRISTIANO SEIBEL DALLA COSTA

Secretário Municipal de Cidade e Meio Ambiente

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017

De 10 de maio de 2018

ANEXO II

(ANEXO I – Decreto Municipal 3099/2017)

ITEM	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	EXAMES
01	Obrigatórios.	Apresentação obrigatória para todas as funções públicas.	1. Hemograma completo em jejum; 2. Glicemia em jejum; 3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L.); 4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase); 5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L., Colesterol H.D.L. e Colesterol Total, Triglicérides); 6. Eletrocardiograma (E.C.G.) com avaliação do médico cardiologista; 7. Raio RX do tórax P.A. e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultra-sonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial; 8. Audiometria Total com avaliação do fonoaudiólogo OBS: se houver perda, ou redução, auditiva apresentar avaliação do médico otorrinolaringologista; 9. Atestado de acuidade visual, fundo do olho e tonometria, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista; 10. Exame de urina tipo I (E.A.S.); 11. Atestado de saúde mental emitido por médico psiquiatra com indicação no Conselho Federal de Medicina; 12. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica); 13. Eletroencefalograma (E.E.G.) com mapa e avaliação de médico neurologista para homens e mulheres com idade igual ou acima de 40 (quarenta) anos; 14. Colpocitologia Oncontica – Papannicolau para mulheres com idade igual ou acima de 40 (quarenta) anos; 15. Antígeno Prostático Estático Especifico – P.S. A. para homens com idade igual ou acima de 40 (quarenta) anos; 16. Toxicológico (cabelo).
02	Docência.	Exigidos para o exercício da função de Professor de Educação Infantil, Fundamental, Médio, Superior e Tecnológico.	1. Laringoscopia de cordas vocais com avaliação do médico otorrinolaringologista.
03	Nutrição.	Exigidos para o exercício da função do cargo de Apoio Administrativo Educacional – Nutrição e outras ligadas à manipulação de alimentos e/ou bebidas – Nutricionista.	1. Parasitológico de fezes; 2. Bacteriológico e secreção nasofaringea; 3. Pesquisa de BK no escarro (Baciloscopia).
04	Saúde.	Exigidos para o exercício da função de Assistente Social, Biólogo, Biomédico, Bioquímico / Farmacêutico, Educador em Saúde, Enfermeiro, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Veterinário, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo, Terapeuta ocupacional, Agente de Consultório Dentário, Técnico em Enfermagem, Técnico em Patologia Clínica, Técnico em Prótese Dentária, técnico em Saúde Bucal, Técnico em Vigilância Sanitária, Técnico Laboratorista, Técnico Radiologia, Vigilante Sanitário.	1. Exame Anti-HCV; 2. Exame (HBsAg); 3. Tempo de protrombina (TP ou TAP) e tempo de tromboplastina ativada (TTP ou PTT).

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017

De 10 de maio de 2017

ANEXO III

(ANEXO II – Decreto Municipal 3099/2017)

ITEM	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	DOCUMENTOS
01	Obrigatórios.	Apresentação obrigatória todos os Cargos Públicos de Nível Superior, Médio e Fundamental e (fundamental e médio incompleto).	1. Certificado de Sanidade e Capacidade Física APTO expedido pela Perícia Médica do Município e/ou indicada ou contratada pelo Município; 2. RG; 3. CPF; 4. PIS/PASEP; 5. Título de Eleitor; 6. Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral; 7. Certidão de Casamento, Sentença Declaratória de União Estável e/ou Escritura Pública de União Estável; 8. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); 9. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso); 10. Documentos de quitação com o serviço militar ou certificado de desobrigação militar expedido pelo exército para homens com mais de 45 (quarenta e cinco) anos; 11. Comprovante de endereço atual; 12. Conta Corrente no Banco do Brasil ou Conta Registro no Banco do Brasil caso opte por receber proventos em outra instituição bancária; 13. Certidão Negativa Criminal Federal dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º Graus; 14. Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º Graus; 15. Comprovante de escolaridade de acordo com requisito do cargo; 16. Diploma de Graduação na área de atuação, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação; 17. Certidão comprobatória de registro no respectivo Conselho de Classe; 18. Carteira Nacional de Habilitação – CNH (de acordo com a exigência do cargo); 19. Certidão de quitação com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional; 20. Declaração de não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previsto na Constituição Federal de 1988; 21. Declaração de que não foi demitido por justa causa ou em decorrência de processo administrativo e/ou criminal; 22. Declaração de não estar cumprindo penalidade imposta após regular processo administrativo, que o impeça, ainda que temporariamente de exercer a profissão (suspensão, etc...); 23. Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes; 24. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função; 25. 01 (uma) foto recente 3x4.

Água Boa- MT, 10 de maiode 2018.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

JADER LUIS DE ARAUJO MENDES BAHIA

Secretário Municipal de Saúde

CRISTIANO SEIBEL DALLA COSTA

Secretário Municipal de Cidade e Meio Ambiente

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO N° 002/2018

O Município de Alto Boa Vista-MT torna público a todos os interessados, que realizará Licitação, no dia 28 de Maio de 2018, às 09:00 horas (horário de Brasília), na sede da prefeitura, regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações e pelas condições estabelecidas no Edital de TOMADA DE PREÇO n° 002/2018, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE VEÍCULO A SER UTILIZADO NO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DEVIDAMENTE MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE

EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO PARA QUANDO HOUVER NECESSIDADE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES". Os proponentes interessados poderão obter o edital completo na sede da Prefeitura de Alto Boa Vista-MT, à Av. Moises D, Montiel, n.º 975, centro. Mais Informações, no fone: (66) 3539-1113 no horário de 08:00 ás 11:00 horas.

Alto Boa Vista – MT, 10 de Maio de 2018.

EDGAR FREDERICO DA SILVA

Presidente da CPL

GRUPO DE PREGÃO
TERMO DE DESISTÊNCIA DE POSSE

ANEXO VII

Eu OLIVAN FERREIRA TRINDADE, brasileiro, casado, Contador, residente e domiciliado a Avenida 08 s/n centro Santa Terezinha-MT portador do CPF nº 352.827.701-72, Rg nº 562.814 SSP/MA, considerando o resultado do Concurso Público n.º 001/2014, homologado através do Decreto n.º 025/2014, realizado pela Prefeitura do Município de Alto Boa Vista – MT aprovado (a) para o cargo de CONTADOR, classificado (a) em 3º lugar, DECLARA para todos os fins, por este ato que DESISTO DEFINITIVAMENTE, de forma firme, livre e valiosa de minha nomeação para o cargo em questão, bem como tenho conhecimento que nova convocação não se efetivará no período de vigência do presente Concurso Público.

Alto Boa Vista– MT, 04 de Maio de 2018.

_____

OLIVAN FERREIRA TRINTADE

RG 562.814 SSP/MA

CPF 352.827.701-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 063/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2018

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor por Item, no **dia 24 de maio de 2018, às 13:00 horas**, **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE HIPOCLORITO DE CÁLCIO PARA TRATAMENTO DA ÁGUA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA, ESGOTO E LIMPEZA PÚBLICA,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site www.altogarcas.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 08 de maio de 2018. Alessandra da Silva Dias – Pregoeira Oficial.

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 65/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 65/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 475/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 5.§ Fica ainda o Poder Executivo Autorizado a abrir credito adicional suplementar por Decreto para refor‡o de dota‡äes existentes no or‡amento, decorrentes de recursos de conv^nios sempre que esses conv^nios exigirem suplementa‡Æo para sua contrata‡Æo e execu‡Æo, com fundamento no inciso I, do art. 41 e inciso II e III do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 187.178,58

Sub-Total:R$ 187.178,58

Total Parcial Suplementado: R$ 187.178,58

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 01 de Novembro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 30/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 30/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 475/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 5.§ Fica ainda o Poder Executivo Autorizado a abrir credito adicional suplementar por Decreto para refor‡o de dota‡äes existentes no or‡amento, decorrentes de recursos de convˆnios sempre que esses convˆnios exigirem suplementa‡Æo para sua contrata‡Æo e execu‡Æo, com fundamento no inciso I, do art. 41 e inciso II e III do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0025.1002.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 25.000,00
05.002.15.451.0025.2232.4.4.9.0.52.00.00.00|130000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 0,01
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,01
05.002.15.451.0025.2232.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 106.807,04
05.002.15.451.0025.1000.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 278.973,02
05.002.15.451.0025.1000.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 41.691,82
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 38.394,22
05.002.15.451.0025.1002.4.4.9.0.52.00.00.00|130000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 76.967,96

Sub-Total:R$ 567.834,08

Total Parcial Suplementado: R$ 567.834,08

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 01 de Junho de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 31/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 31/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 475/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at‚ o limite de 20% (vinte por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo énico- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um ¢rgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2164.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 31.000,00

Sub-Total:R$ 31.000,00

02.002-CHEFIA DE GABINETE

02.002.04.122.0002.2200.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 12.000,00

Sub-Total:R$ 12.000,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.122.0008.2168.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 130,00
03.001.04.122.0008.2168.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.800,00

Sub-Total:R$ 1.930,00

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.129.0008.2125.4.4.9.0.52.00.00.00|192000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 400,00

Sub-Total:R$ 400,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0007.2157.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 100,00
04.001.04.122.0002.2005.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.000,00
04.001.04.122.0002.2002.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 6.000,00
04.001.04.122.0002.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 20.300,00
04.001.04.122.0002.2005.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 29.400,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO DE INFRA ESTRUTUTRA

05.001.15.451.0025.2224.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 4.000,00
05.001.15.451.0025.2224.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 9.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 31/2017

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.000,00
05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 17.000,00
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.39.00.00.00|117000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 9.300,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 16.300,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 200,00
05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 950,00
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 200,00
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 32.606,60

Sub-Total:R$ 80.556,60

05.003-DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTE RODOV

05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 300,00
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7.700,00

Sub-Total:R$ 8.000,00

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 20.000,00
05.005.17.512.0013.2034.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 55.000,00

Sub-Total:R$ 75.000,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.04.122.0029.2033.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.365.0029.2216.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 250,00
06.002.12.306.0029.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.750,00
06.002.12.306.0029.2043.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.000,00
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 200,00

Sub-Total:R$ 12.200,00

06.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTOS

06.004.27.812.0030.2027.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.900,00

Sub-Total:R$ 6.900,00

06.005-FUNDEB

06.005.12.361.0034.2218.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 6.500,00
06.005.12.365.0036.2222.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.800,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 31/2017

06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 151.500,00
06.005.12.365.0033.2221.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 37.100,00
06.005.12.365.0032.2219.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 23.500,00
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.04.00.00.00|118000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 26.000,00
06.005.12.365.0035.2220.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.100,00
06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.36.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
Sub-Total:	**R$ 255.500,00**

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 500,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 400,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 16.100,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 800,00
Sub-Total:	**R$ 17.800,00**

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0014.2109.3.1.9.0.11.00.00.00|114000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 39.000,00
07.002.10.302.0015.2229.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 40.000,00
07.002.10.301.0014.2109.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 36.000,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.850,00
07.002.10.301.0014.2097.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 200,00
07.002.10.301.0025.1009.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 61.000,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 150,00
07.002.10.305.0014.2098.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 500,00
07.002.10.301.0014.2198.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.200,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.000,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 11.600,00
Sub-Total:	**R$ 196.500,00**

08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA

08.001.08.244.0011.2078.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.500,00
Sub-Total:	**R$ 5.500,00**

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.04.00.00.00|129000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 2.000,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 400,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 31/2017

08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 250,00
08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.300,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 450,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.14.00.00.00|129000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 600,00
Sub-Total:	**R$ 7.000,00**

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.003.08.244.0011.2081.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 13.000,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.700,00
Sub-Total:	**R$ 14.700,00**

08.004-DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 900,00
08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.350,00
Sub-Total:	**R$ 2.250,00**

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.04.122.0023.2140.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 200,00
09.001.04.122.0023.2140.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.000,00
Sub-Total:	**R$ 5.200,00**

09.003-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

09.003.15.452.0025.2139.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.100,00
Sub-Total:	**R$ 1.100,00**
Total Parcial Suplementado:	**R$ 776.936,60**

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at, o limite de 20% (vinte por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo único- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um ¢rgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

05.001-GABINETE DO SECRETARIO DE INFRA ESTRUTUTRA

05.001.15.451.0025.2224.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 42,00
05.001.15.451.0025.2224.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.323,00
05.001.15.451.0025.2224.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
05.001.15.451.0025.2224.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 68,35
Sub-Total:	**R$ 6.433,35**

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.04.122.0007.2158.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 4.400,00
05.002.04.122.0007.2158.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 34.600,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 31/2017

05.002.04.122.0007.2158.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 6.200,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.756,25
05.002.04.122.0007.2158.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 3.200,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 8.781,25
05.002.25.452.0026.2123.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 2.756,25
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 21.200,00
05.002.04.122.0007.2158.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 12.800,00
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.36.00.00.00|117000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 45,68
05.002.04.122.0007.2158.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 24.718,47
05.002.04.122.0007.2158.3.3.9.0.36.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.100,00
05.002.04.122.0007.2158.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 694,90
05.002.04.122.0007.2158.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 16.273,84
05.002.04.122.0007.2158.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 9.000,00
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.056,82
05.002.15.451.0025.2244.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 12.000,00
05.002.15.451.0025.2244.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 3.000,00
05.002.15.451.0025.2248.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 3.000,00
05.002.15.451.0025.2243.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 6.000,00
05.002.15.451.0025.2242.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 500,00
05.002.15.606.0025.2253.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 16.000,00
05.002.15.452.0025.2252.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.400,00
05.002.15.451.0025.2248.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 24.000,00
05.002.15.452.0025.2252.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 600,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.632,31
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3,10
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 28.075,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 50,75
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.220,00
05.002.15.451.0025.2242.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 7.500,00
05.002.15.451.0025.2232.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.000,00
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.450,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 31/2017

05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.36.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.025,00
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 220,00
05.002.04.122.0007.1055.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.153,34
05.002.15.451.0025.1065.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 690,63
05.002.15.451.0025.1065.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 66.180,00
05.002.15.451.0025.1065.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 12.408,75
05.002.15.451.0025.1065.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 136,25
05.002.15.451.0025.1065.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 13.230,00
05.002.15.451.0025.1065.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.740,63
05.002.25.452.0026.1066.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 4.332,50
05.002.25.452.0026.1066.4.4.9.0.51.00.00.00|117000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 17.330,00
05.002.25.452.0026.1066.3.3.9.0.30.00.00.00|117000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.359,50
05.002.25.452.0026.1066.3.3.9.0.39.00.00.00|117000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 7.075,00
05.002.04.122.0007.1082.4.4.9.0.61.00.00.00|100000000 AQUISICAO DE IMOVEIS	R$ 1.800,00
05.002.15.452.0025.1064.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 6.006,60
05.002.15.452.0025.1064.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 79,50
05.002.15.452.0025.1064.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 6.000,00
05.002.04.122.0007.1055.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 11.900,00
05.002.15.451.0025.1065.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 13.230,00
05.002.15.451.0025.1065.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 826,87
05.002.15.451.0025.1065.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 826,87
05.002.15.452.0025.1064.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.410,00
05.002.15.452.0025.1064.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.000,00
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 21.253,00
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.39.00.00.00|117000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3,10
05.002.25.452.0026.2123.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 11.012,50
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 31,97
05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.39.00.00.00|116000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 7.717,50
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.30.00.00.00|117000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.999,05
05.002.25.452.0026.2123.4.4.9.0.51.00.00.00|117000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 19.293,75
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.747,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 31/2017

05.002.04.122.0007.1082.4.4.9.0.61.00.00.00|124000000 AQUISICAO DE IMOVEIS	R$ 200,00
05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 6.281,09
05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 41.394,77
05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.30.00.00.00|116000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 11.025,00
	Sub-Total:R$ 579.934,79

05.003-DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTE RODOV

05.003.26.782.0025.1088.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 9.600,00
05.003.26.782.0025.1088.4.4.9.0.52.00.00.00|130000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 22.400,00
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.324,47
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 9.559,28
05.003.26.782.0025.2226.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.062,50
05.003.26.782.0025.2226.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 703,75
	Sub-Total:R$ 47.650,00

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0013.2034.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 20.614,00
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.675,00
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.92.00.00.00|100000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 600,00
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 470,88
	Sub-Total:R$ 23.359,88

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0029.1051.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 23.874,03
06.002.12.361.0029.1051.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 6.995,97
06.002.12.361.0029.1051.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 27.276,58
06.002.12.361.0029.1051.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 35.000,00
06.002.12.361.0029.1051.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.795,48
06.002.12.361.0029.1051.3.3.9.0.30.00.00.00|122000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 24.616,52
	Sub-Total:R$ 119.558,58
	Total Parcial Reduzido: R$ 776.936,60

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 31/2017

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 01 de Junho de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 27/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 27/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 475/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at‚ o limite de 20% (vinte por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo énico- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um ¢rgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0007.2157.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 15.000,00
04.001.04.122.0002.2001.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 30.000,00

Sub-Total:R$ 45.000,00

04.003-DEPARTAMENTO DE GESTAO DE PESSOAS

04.003.04.122.0003.2118.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 15.000,00
04.003.04.122.0003.2118.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 18.538,37

Sub-Total:R$ 33.538,37

Total Parcial Reduzido: R$ 78.538,37

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 02 de Maio de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 25/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 25/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 475/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at, o limite de 20% (vinte por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo énico- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um ¢rgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.1080.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 236.500,00
02.001.04.122.0002.2164.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 48.600,00

Sub-Total:R$ 285.100,00

02.002-CHEFIA DE GABINETE

02.002.04.122.0002.2200.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 6.600,00

Sub-Total:R$ 6.600,00

02.003-CONTROLADORIA GERAL

02.003.04.124.0002.2022.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 200,00
02.003.04.124.0002.2022.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 50,00

Sub-Total:R$ 250,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.122.0008.2168.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 360,00
03.001.04.122.0008.2168.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 30,00
03.001.04.122.0008.2168.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.300,00
03.001.04.122.0008.2168.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.500,00

Sub-Total:R$ 7.190,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0002.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 19.850,00
04.001.04.122.0002.2005.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.650,00
04.001.04.122.0002.2003.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 380,00

Sub-Total:R$ 24.880,00

04.003-DEPARTAMENTO DE GESTAO DE PESSOAS

04.003.04.122.0003.2118.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 500,00
04.003.04.122.0002.2202.3.3.9.0.47.00.00.00|100000000 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	R$ 380,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 25/2017

Sub-Total:R$ 880,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO DE INFRA ESTRUTUTRA

05.001.15.451.0025.2224.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 1.700,00
05.001.15.451.0025.2224.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 2.000,00
05.001.15.451.0025.2224.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 13.350,00
05.001.15.451.0025.2224.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 22.050,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.26.782.0025.1003.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.900,00
05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 880,00
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 19.000,00
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 11.800,00
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.39.00.00.00|117000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.300,00
05.002.15.451.0025.1001.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.330,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.100,00
05.002.15.451.0025.2234.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 33.000,00

Sub-Total:R$ 73.310,00

05.003-DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTE RODOV

05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.770,00
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.250,00

Sub-Total:R$ 3.020,00

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 15.770,00
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.800,00
05.005.17.512.0013.2034.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 42.570,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0029.2047.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 150,00
06.002.12.365.0029.2216.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.700,00
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.800,00

Sub-Total:R$ 11.650,00

06.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTOS

06.004.27.812.0030.2027.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 430,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 25/2017

06.004.13.392.0024.2129.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.600,00
06.004.27.812.0030.2027.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.600,00

Sub-Total:R$ 6.630,00

06.005-FUNDEB

06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.36.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 30.300,00
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 20.000,00
06.005.12.361.0029.2053.3.3.9.0.36.00.00.00|118000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.130,00
06.005.12.365.0033.2221.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 37.400,00
06.005.12.361.0034.2218.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 18.850,00
06.005.12.365.0033.2221.3.1.9.0.04.00.00.00|118000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 4.300,00
06.005.12.365.0033.2221.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 4.300,00
06.005.12.365.0035.2220.3.1.9.0.04.00.00.00|101000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 300,00
06.005.12.365.0036.2222.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 29.100,00
06.005.12.365.0035.2220.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.100,00
06.005.12.361.0034.2218.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 56.200,00

Sub-Total:R$ 209.980,00

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.150,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 10.650,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.650,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.93.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 200,00

Sub-Total:R$ 19.650,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.450,00
07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 22.000,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 75.010,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.500,00
07.002.10.305.0014.2098.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 570,00
07.002.10.302.0015.2229.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 41.600,00
07.002.10.301.0014.2109.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 30.450,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 21.550,00
07.002.10.301.0014.2097.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.600,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 70,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 25/2017

07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 9.370,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 80,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 15.500,00
	Sub-Total:R$ 228.750,00

08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA

08.001.08.244.0011.2078.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 600,00
08.001.08.244.0011.2078.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 18.600,00
	Sub-Total:R$ 19.200,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.600,00
08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.600,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.300,00
08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 1.250,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 160,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.14.00.00.00|129000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 750,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.500,00
	Sub-Total:R$ 21.160,00

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.700,00
08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.000,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.080,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 520,00
	Sub-Total:R$ 11.300,00

08.004-DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.200,00
08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.000,00
	Sub-Total:R$ 5.200,00

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.04.122.0023.2140.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.100,00
	Sub-Total:R$ 5.100,00

09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN

09.002.20.661.0022.2161.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 5.800,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 25/2017

09.002.20.604.0021.1079.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 121.200,00

Sub-Total:R$ 127.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 1.131.470,00

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at‚ o limite de 20% (vinte por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo único- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um ¢rgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.92.00.00.00|100000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 2.000,00
02.001.04.122.0002.1080.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 16,00

Sub-Total:R$ 2.016,00

02.002-CHEFIA DE GABINETE

02.002.04.122.0002.2200.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 1.000,00

02.003-CONTROLADORIA GERAL

02.003.04.124.0002.1058.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 375,04

Sub-Total:R$ 375,04

02.004-ASSESSORIA JURIDICA

02.004.04.122.0002.2199.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 1.000,00
02.004.04.122.0002.2199.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.175,00

Sub-Total:R$ 3.175,00

02.005-JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR

02.005.04.122.0002.2190.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 652,50
02.005.04.122.0002.2190.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.612,50

Sub-Total:R$ 5.265,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.122.0008.2168.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 9,79
03.001.04.122.0008.2168.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 3.000,00
03.001.04.122.0008.2168.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 4.009,79

03.002-DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

03.002.04.123.0008.2211.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2,50

Sub-Total:R$ 2,50

03.003-DEPARTAMENTO DE TESOURARIA

03.003.04.123.0008.2223.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3,67

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 25/2017

03.003.04.123.0008.2223.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.053,75

Sub-Total:R$ 1.057,42

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.122.0008.2210.4.4.9.0.52.00.00.00|192000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.000,00
03.004.04.122.0008.2169.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 512,50
03.004.04.122.0008.2210.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 5.000,00
03.004.04.122.0008.2169.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.312,50
03.004.04.129.0008.2125.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.000,00
03.004.04.129.0008.2125.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 500,00
03.004.04.129.0008.2125.4.4.9.0.51.00.00.00|192000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.000,00
03.004.04.122.0008.2209.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.500,00
03.004.04.129.0008.2125.4.4.9.0.52.00.00.00|192000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.000,00
03.004.04.122.0008.2209.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.076,47

Sub-Total:R$ 19.901,47

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0002.1083.4.4.9.0.61.00.00.00|100000000 AQUISICAO DE IMOVEIS	R$ 2.000,00
04.001.04.122.0002.2001.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 415,72
04.001.04.122.0002.1081.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.500,00
04.001.04.122.0002.1081.4.4.9.0.52.00.00.00|192000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.500,00
04.001.04.122.0002.2002.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 102,65
04.001.04.122.0002.2001.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 30,73
04.001.04.122.0002.2002.3.3.9.0.92.00.00.00|100000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 1.764,20
04.001.04.122.0002.2233.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.119,48
04.001.04.122.0002.2233.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.500,00
04.001.04.122.0002.2203.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.501,00
04.001.04.122.0002.2205.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.307,50
04.001.04.122.0002.2205.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.629,64
04.001.04.122.0007.2157.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5,70
04.001.04.122.0002.2005.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 500,00
04.001.04.122.0002.2005.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 43,95
04.001.04.122.0002.2005.4.4.9.0.52.00.00.00|192000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 500,00
04.001.04.122.0002.2003.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 12.050,00
04.001.04.122.0002.2003.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 7,20
04.001.04.122.0002.2004.3.3.9.0.92.00.00.00|100000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 4.320,00
04.001.04.122.0002.2004.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 186.800,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 25/2017

Sub-Total:R$ 225.597,77

04.002-ASSESSORIA TECNICA DE PLANEJAMENTO E ORCAME

04.002.04.122.0002.2007.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.000,00
04.002.04.122.0002.2007.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 2.000,00

04.003-DEPARTAMENTO DE GESTAO DE PESSOAS

04.003.04.122.0003.2118.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 34,50
04.003.04.122.0003.2118.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 11,20
04.003.04.122.0003.2118.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 25,00
04.003.04.122.0003.2204.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.351,00
04.003.04.122.0003.2204.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 27.562,50
04.003.04.122.0003.2204.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.025,00

Sub-Total:R$ 33.009,20

04.004-DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PAT

04.004.04.122.0002.2206.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 619,05
04.004.04.122.0002.2206.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.007,45

Sub-Total:R$ 2.626,50

04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

04.005.04.122.0002.2208.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.239,50
04.005.04.122.0002.2208.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.307,50
04.005.04.121.0005.2207.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.512,00
04.005.04.121.0005.2207.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.307,50
04.005.04.121.0005.2207.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.512,00

Sub-Total:R$ 20.878,50

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0025.1000.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.200,00
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.30.00.00.00|117000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.300,00
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.000,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 8.000,00
05.002.15.451.0025.1000.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.330,00
05.002.15.451.0025.1001.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.000,00
05.002.16.482.0027.1018.3.3.9.0.36.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.350,00
05.002.16.482.0027.1018.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 150,00
05.002.16.482.0027.1018.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 300,00
05.002.16.482.0027.1018.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.700,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 25/2017

05.002.26.782.0025.1003.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 758,61
05.002.16.482.0027.1018.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 300,00
05.002.26.782.0025.1003.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.847,64
05.002.26.782.0025.1003.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 52,00
05.002.04.122.0007.1055.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.100,00
05.002.16.482.0027.1018.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.700,00
05.002.04.122.0007.1055.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 12.946,66
05.002.16.482.0027.1018.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 300,00
05.002.16.482.0027.1018.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 2.700,00
05.002.16.482.0027.1018.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.350,00
05.002.16.482.0027.1018.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 150,00
05.002.15.451.0025.1000.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 10.800,00
05.002.15.451.0025.1002.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 11,62
05.002.15.451.0025.1002.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.225,18
05.002.15.451.0025.1001.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 49,10
05.002.15.451.0025.1001.4.4.9.0.52.00.00.00|130000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.243,25
05.002.15.451.0025.1002.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.250,00
05.002.15.451.0025.1002.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.282,43
05.002.15.451.0025.1002.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.175,00
05.002.15.451.0025.1001.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 353,79
05.002.15.451.0025.1001.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.150,00
05.002.15.451.0025.1001.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.117,50
05.002.15.451.0025.1001.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 558,75
05.002.15.451.0025.1001.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.350,00
05.002.26.782.0025.1003.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 35,48
05.002.15.451.0025.1002.4.4.9.0.52.00.00.00|130000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 11.662,00
05.002.15.451.0025.1002.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.175,00
Sub-Total:	**R$ 112.974,01**

05.003-DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTE RODOV

05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 25/2017

Sub-Total:R$ 3.000,00

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0013.1006.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 505,00
05.005.17.512.0013.1006.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 20.261,25
05.005.17.512.0013.1006.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.536,44
05.005.17.512.0013.1006.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.853,41
05.005.17.512.0013.1006.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 15.627,94
05.005.17.512.0013.1006.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 25,00
05.005.17.512.0013.1006.3.3.9.0.36.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.545,00
05.005.17.512.0013.1006.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 19.845,00
05.005.17.512.0013.1006.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.607,00
05.005.17.512.0013.1007.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 36.573,75
05.005.17.512.0013.1007.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.845,00
05.005.17.512.0013.1007.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.205,00
05.005.17.512.0013.1007.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 2.025,00
05.005.17.512.0013.1007.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 50,00
05.005.17.512.0013.1007.3.3.9.0.36.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.850,00
05.005.17.512.0013.1006.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 36.225,00
05.005.17.512.0013.1007.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.063,75
05.005.17.512.0013.1007.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 5.400,00
05.005.17.512.0013.1007.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 18.225,00
05.005.17.512.0013.1007.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 600,00

Sub-Total:R$ 189.868,54

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.000,00
06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.380,00

Sub-Total:R$ 12.380,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.365.0029.2245.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 26.000,00

Sub-Total:R$ 26.000,00

06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 25/2017

06.003.12.365.0029.1063.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 20.000,00

06.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTOS

06.004.27.813.0030.2249.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 16.000,00
06.004.27.813.0030.2240.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 12.570,00

Sub-Total:R$ 28.570,00

06.005-FUNDEB

06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.36.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 10.405,00
06.005.12.365.0036.2222.3.3.9.0.39.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.110,00
06.005.12.365.0035.2220.3.3.9.0.30.00.00.00|119000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.225,00
06.005.12.365.0036.2222.3.3.9.0.30.00.00.00|119000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 6.220,00
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.04.00.00.00|118000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 14.137,50
06.005.12.365.0033.2221.3.1.9.0.04.00.00.00|118000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 15.325,00
06.005.12.365.0032.2219.3.1.9.0.04.00.00.00|118000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 16.537,50
06.005.12.365.0035.2220.3.1.9.0.04.00.00.00|119000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 3.307,50
06.005.12.365.0036.2222.3.1.9.0.04.00.00.00|119000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 5.512,50
06.005.12.361.0034.2218.3.1.9.0.04.00.00.00|119000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 65.200,00
06.005.12.365.0033.2221.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 10.000,00
06.005.12.365.0032.2219.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 16.130,00

Sub-Total:R$ 171.110,00

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.902,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 252,57
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 9.219,54
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 80,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 22.454,11

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0014.2198.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 384,16
07.002.10.301.0014.2109.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 7.800,00
07.002.10.301.0014.2097.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 25.000,00
07.002.10.301.0014.2109.4.4.9.0.52.00.00.00|123000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 4.200,00
07.002.10.301.0014.2095.3.1.9.0.13.00.00.00|142000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 15.120,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 25/2017

07.002.10.301.0014.2095.3.1.9.0.13.00.00.00|114000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 6.657,22
07.002.10.301.0014.2198.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 184,81
07.002.10.301.0014.2109.4.4.9.0.52.00.00.00|142000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 4.200,00
07.002.10.301.0014.2198.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.756,24
07.002.10.301.0014.2095.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.000,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 16.900,33
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.134,61
07.002.10.301.0014.2109.3.1.9.0.13.00.00.00|114000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 31.050,41
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.531,30
07.002.10.301.0014.2095.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.845,90
07.002.10.301.0014.2109.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 6.800,00
07.002.10.301.0014.2109.3.1.9.0.04.00.00.00|114000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 80.217,44
Sub-Total:	**R$ 211.782,42**

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0011.2079.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 46,73
Sub-Total:	**R$ 46,73**

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.003.08.242.0011.2084.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.000,00
08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.370,00
Sub-Total:	**R$ 12.370,00**
Total Parcial Reduzido:	**R$ 1.131.470,00**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 02 de Maio de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 16/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 16/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 475/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at‚ o limite de 20% (vinte por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo énico- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um ¢rgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.600,00

Sub-Total:R$ 1.600,00

02.003-CONTROLADORIA GERAL

02.003.04.124.0002.1058.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 500,00

Sub-Total:R$ 500,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.122.0008.2168.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 8.000,00
03.001.04.122.0008.2168.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 720,00

Sub-Total:R$ 8.720,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0007.2157.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.000,00
04.001.04.122.0002.2003.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.000,00
04.001.04.122.0002.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 13.000,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO DE INFRA ESTRUTUTRA

05.001.15.451.0025.2224.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 8.200,00

Sub-Total:R$ 8.200,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 12.000,00
05.002.15.451.0025.1001.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.000,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 10.000,00
05.002.15.451.0025.1001.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 6.500,00
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 15.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 16/2017

05.002.15.451.0025.1001.4.4.9.0.52.00.00.00|130000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.000,00
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.700,00
05.002.15.451.0025.1002.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 50.000,00
05.002.15.452.0025.1064.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 16.500,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.000,00
05.002.15.451.0025.2234.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 35.000,00

Sub-Total:R$ 158.700,00

05.003-DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTE RODOV

05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.000,00
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.800,00

Sub-Total:R$ 6.800,00

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 38.000,00

Sub-Total:R$ 38.000,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.04.122.0029.2033.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.200,00
06.001.04.122.0029.2033.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 11.100,00
06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.500,00

Sub-Total:R$ 15.800,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.100,00
06.002.12.306.0029.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.000,00
06.002.12.365.0029.2216.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00
06.002.12.361.0029.2047.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 800,00

Sub-Total:R$ 6.900,00

06.005-FUNDEB

06.005.12.361.0034.2218.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 7.900,00
06.005.12.365.0033.2221.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 22.000,00
06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.36.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 30.970,00
06.005.12.365.0036.2222.3.3.9.0.36.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 300,00
06.005.12.365.0036.2222.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 25.500,00
06.005.12.361.0034.2218.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 58.000,00

Sub-Total:R$ 144.670,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 16/2017

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.500,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 50.000,00
07.001.10.122.0017.2107.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 10.000,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 9.300,00

Sub-Total:R$ 73.800,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0014.2097.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 350,00
07.002.10.302.0015.2229.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 7.000,00
07.002.10.301.0014.2198.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 800,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 9.300,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 169.500,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 37.200,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00

Sub-Total:R$ 226.150,00

08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA

08.001.08.244.0011.2078.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 15.000,00

Sub-Total:R$ 15.000,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.260,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.500,00
08.002.08.244.0011.2083.4.4.9.0.52.00.00.00|129000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 34.000,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.14.00.00.00|129000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 250,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 400,00
08.002.08.244.0011.2083.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 6.000,00

Sub-Total:R$ 43.410,00

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 16.000,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.500,00

Sub-Total:R$ 19.500,00

Total Parcial Suplementado: R$ 780.750,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 16/2017

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at, o limite de 20% (vinte por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo único- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um ¢rgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

02.005-JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR

02.005.04.122.0002.2190.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.122.0008.2168.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 20.000,00

03.002-DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

03.002.04.123.0008.2211.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.000,00
03.002.04.123.0008.2211.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 10.000,00

03.003-DEPARTAMENTO DE TESOURARIA

03.003.04.123.0008.2223.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.122.0008.2209.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.000,00
03.004.04.122.0008.2169.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 10.000,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0002.2002.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 30.680,00

Sub-Total:R$ 30.680,00

04.003-DEPARTAMENTO DE GESTAO DE PESSOAS

04.003.04.122.0003.2204.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00
04.003.04.122.0003.2118.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.000,00

Sub-Total:R$ 18.000,00

04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

04.005.04.122.0002.2208.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.000,00

Sub-Total:R$ 2.000,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0025.1000.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 80.000,00
05.002.15.451.0025.1000.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 16.000,00
05.002.04.122.0007.1055.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 24.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 16/2017

05.002.15.451.0025.1002.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 50.000,00
05.002.26.782.0025.1003.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 18.200,00
Sub-Total:	**R$ 188.200,00**

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0029.1084.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 3.900,00
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 108.000,00
06.002.12.361.0029.2047.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.000,00
Sub-Total:	**R$ 113.900,00**

06.005-FUNDEB

06.005.12.365.0035.2220.3.3.9.0.36.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
06.005.12.365.0035.2220.3.3.9.0.39.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.670,00
06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.39.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 6.000,00
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 22.000,00
Sub-Total:	**R$ 36.670,00**

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2241.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.000,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 12.000,00
07.001.10.122.0017.2107.3.1.9.0.92.00.00.00|102000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 5.000,00
Sub-Total:	**R$ 22.000,00**

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 3.150,00
07.002.10.301.0014.2097.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.000,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 20.000,00
07.002.10.301.0014.2109.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 7.000,00
07.002.10.301.0014.2097.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 7.000,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 60.500,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.14.00.00.00|114000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 2.300,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.000,00
07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.32.00.00.00|114000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 120.000,00
~~07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO~~	R$ 15.000,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.000,00
07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 13.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 16/2017

07.002.10.301.0014.2097.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 15.000,00
Sub-Total:	**R$ 277.950,00**

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0011.2079.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
Sub-Total:	**R$ 5.000,00**

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.003.08.241.0011.1068.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.600,00
08.003.08.244.0011.2228.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7.000,00
08.003.08.241.0011.1068.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.000,00
08.003.08.241.0011.1068.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00
08.003.08.241.0011.1068.4.4.9.0.51.00.00.00|129000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 10.750,00
Sub-Total:	**R$ 36.350,00**
Total Parcial Reduzido:	**R$ 780.750,00**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 01 de Abril de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 14/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 14/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 475/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 5.§ Fica ainda o Poder Executivo Autorizado a abrir credito adicional suplementar por Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr,ditos adicionais suplementares at, o limite de 20% (vinte por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 124.650,50

Sub-Total:R$ 124.650,50

Total Parcial Suplementado: R$ 124.650,50

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 09 de Marco de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 12/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 12/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 475/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at‚ o limite de 20% (vinte por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 20.950,00

Sub-Total:R$ 20.950,00

02.004-ASSESSORIA JURIDICA

02.004.04.122.0002.2199.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 1.000,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.122.0008.2168.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.000,00
03.001.04.122.0008.2168.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 500,00

Sub-Total:R$ 2.500,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0002.2005.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.000,00

Sub-Total:R$ 3.000,00

04.003-DEPARTAMENTO DE GESTAO DE PESSOAS

04.003.04.122.0003.2118.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.000,00

Sub-Total:R$ 3.000,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO DE INFRA ESTRUTUTRA

05.001.15.451.0025.2224.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.500,00

Sub-Total:R$ 1.500,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
05.002.26.782.0025.1003.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.000,00
05.002.15.451.0025.2234.3.3.9.0.92.00.00.00|100000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 2.000,00
05.002.15.451.0025.1001.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 15.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 12/2017

	Sub-Total:R$ 25.000,00

05.003-DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTE RODOV

05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.200,00
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 14.700,00
	Sub-Total:R$ 17.900,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.100,00
06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.000,00
06.001.04.122.0029.2033.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 8.500,00
06.001.04.122.0029.2033.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.000,00
	Sub-Total:R$ 12.600,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0029.2047.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.500,00
	Sub-Total:R$ 1.500,00

06.005-FUNDEB

06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.36.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 10.000,00
06.005.12.365.0036.2222.3.3.9.0.36.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
06.005.12.365.0035.2220.3.3.9.0.36.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 8.500,00
06.005.12.365.0035.2220.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.500,00
06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.39.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.000,00
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 16.000,04
06.005.12.361.0034.2218.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 16.000,00
	Sub-Total:R$ 68.000,04

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 11.800,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.000,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.000,00
07.001.10.122.0017.2107.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 21.000,00
	Sub-Total:R$ 35.800,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.32.00.00.00|114000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 50.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 12/2017

07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,01
Sub-Total:	**R$ 60.000,01**

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 2.000,00
08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 6.000,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 10.000,00
Sub-Total:	**R$ 18.000,00**

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 400,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.200,00
08.003.08.241.0011.1068.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 11.000,00
Sub-Total:	**R$ 12.600,00**

08.004-DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 5.000,00
08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
Sub-Total:	**R$ 10.000,00**
Total Parcial Suplementado:	**R$ 293.350,05**

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at, o limite de 20% (vinte por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0029.1051.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 10.000,00
Sub-Total:	**R$ 10.000,00**

06.005-FUNDEB

06.005.12.365.0036.2222.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.200,00
06.005.12.365.0033.2221.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 0,02
06.005.12.365.0035.2220.3.3.9.0.30.00.00.00|119000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.800,00
06.005.12.365.0032.2219.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 0,01
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.04.00.00.00|118000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 0,01
06.005.12.361.0034.2218.3.1.9.0.04.00.00.00|119000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 9.800,00
06.005.12.365.0035.2220.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 15.600,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 12/2017

06.005.12.365.0036.2222.3.3.9.0.30.00.00.00|119000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.600,00
06.005.12.365.0036.2222.3.3.9.0.39.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 500,00
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 16.000,00
Sub-Total:	**R$ 49.500,04**

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 43.800,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 52.000,01
Sub-Total:	**R$ 95.800,01**

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0011.2083.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.000,00
08.002.08.244.0011.2079.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 11.200,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 30.000,00
08.002.08.244.0011.2238.3.3.9.0.41.00.00.00|100000000 CONTRIBUIuOES	R$ 10.000,00
Sub-Total:	**R$ 52.200,00**

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.003.08.241.0011.1068.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.000,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 20.000,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.000,00
08.003.08.244.0011.2228.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 20.850,00
08.003.08.244.0011.2081.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 30.000,00
Sub-Total:	**R$ 85.850,00**
Total Parcial Reduzido:	**R$ 293.350,05**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 02 de Marco de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 05/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 5/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 475/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at‚ o limite de 20% (vinte por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.

02.002-CHEFIA DE GABINETE

02.002.04.122.0002.2200.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.100,00

Sub-Total:R$ 1.100,00

02.004-ASSESSORIA JURIDICA

02.004.04.122.0002.2199.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 700,00

Sub-Total:R$ 700,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.122.0008.2168.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 200,00

Sub-Total:R$ 200,00

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.122.0008.2210.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 600,00

Sub-Total:R$ 600,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0002.2003.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 20.000,00
04.001.04.122.0002.2001.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 30.000,00

04.003-DEPARTAMENTO DE GESTAO DE PESSOAS

04.003.04.122.0003.2118.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 91.000,00

Sub-Total:R$ 91.000,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO DE INFRA ESTRUTUTRA

05.001.15.451.0025.2224.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 20.000,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 5/2017

05.002.15.451.0025.1001.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.000,00
05.002.15.451.0025.1002.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 350,00
05.002.25.452.0026.2123.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 5.500,00
05.002.26.782.0025.1003.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 2.500,00
05.002.04.122.0007.2158.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 17.000,00
05.002.15.451.0025.1001.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00
05.002.15.451.0025.2234.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7.000,00
05.002.15.451.0025.1000.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 14.000,00
05.002.15.451.0025.2234.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.000,00
05.002.15.451.0025.1000.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
05.002.04.122.0007.1055.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 47.000,00
Sub-Total:	**R$ 123.350,00**

05.003-DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTE RODOV

05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.700,00
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.000,00
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 15.000,00
Sub-Total:	**R$ 22.700,00**

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0013.1006.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 17.000,00
Sub-Total:	**R$ 27.000,00**

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.000,00
06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 65,00
06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.000,00
Sub-Total:	**R$ 8.065,00**

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.365.0029.2216.4.4.9.0.52.00.00.00|115000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 200,00
Sub-Total:	**R$ 200,00**

06.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTOS

06.004.27.812.0030.2027.3.1.9.0.04.00.00.00|101000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 3.000,00
06.004.27.813.0030.2240.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 27.750,00
Sub-Total:	**R$ 30.750,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 5/2017

06.005-FUNDEB

06.005.12.365.0032.2219.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 39.000,00
06.005.12.365.0036.2222.3.3.9.0.39.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,01
06.005.12.365.0035.2220.3.3.9.0.36.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.400,00
06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.36.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 15.000,00

Sub-Total:R$ 55.400,01

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.000,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 13.000,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.93.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 26.000,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0014.1009.4.4.9.0.51.00.00.00|114000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 142.100,00
07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.32.00.00.00|114000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 14.000,00
07.002.10.303.0016.2106.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 900,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 96.000,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 14.800,00

Sub-Total:R$ 272.800,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0011.2079.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.000,00
08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 9.873,91
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 5.000,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 650,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 29.600,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 65.123,91

08.004-DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 200,00
08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 3.000,00

Sub-Total:R$ 3.200,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 5/2017

09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN

09.002.20.604.0021.1079.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 11.000,00
09.002.20.661.0022.2161.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 12.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 790.188,92

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at, o limite de 20% (vinte por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 14.000,00
02.001.04.122.0002.1080.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 34.000,00

02.004-ASSESSORIA JURIDICA

02.004.04.123.0007.2165.3.3.9.0.91.00.00.00|100000000 SENTENCAS JUDICIAIS	R$ 25.000,00
02.004.04.122.0002.2199.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 30.000,00

Sub-Total:R$ 55.000,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.122.0008.2168.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.999,99

Sub-Total:R$ 4.999,99

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.129.0008.2125.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 1.000,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0002.2001.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 15.000,00
04.001.04.122.0002.2001.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 40.000,00
04.001.04.122.0002.2001.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.000,00
04.001.04.122.0002.2201.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 76.000,00

04.003-DEPARTAMENTO DE GESTAO DE PESSOAS

04.003.04.122.0003.2118.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 30.000,00

Sub-Total:R$ 30.000,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0025.2243.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 15.000,00
05.002.15.451.0025.2232.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 8.000,00
05.002.15.451.0025.1065.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 4.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 5/2017

05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 17.038,91
05.002.15.451.0025.1000.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 27.000,00
05.002.15.451.0025.2244.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 15.000,00
05.002.15.606.0025.2253.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 4.000,00
05.002.15.451.0025.2232.4.4.9.0.52.00.00.00|130000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 9.000,00
05.002.15.451.0025.1000.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 27.000,00
05.002.15.451.0025.1001.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 2.000,00
05.002.15.451.0025.2232.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.000,00
05.002.04.122.0007.1055.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 0,01
05.002.15.451.0025.1002.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 11.000,00
Sub-Total:	**R$ 140.038,92**

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0013.1006.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 4.000,00
Sub-Total:	**R$ 4.000,00**

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.000,00
Sub-Total:	**R$ 4.000,00**

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.365.0029.2216.4.4.9.0.52.00.00.00|115000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 200,00
Sub-Total:	**R$ 200,00**

06.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTOS

06.004.27.813.0030.2249.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 4.000,00
Sub-Total:	**R$ 4.000,00**

06.005-FUNDEB

06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.30.00.00.00|119000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 9.000,00
06.005.12.365.0036.2222.3.3.9.0.39.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 900,01
06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.39.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 6.500,00
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.04.00.00.00|118000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 39.000,00
Sub-Total:	**R$ 55.400,01**

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 9.000,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 20.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 5/2017

	Sub-Total:R$ 29.000,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 50.000,00
07.002.10.301.0014.2109.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 10.000,00
07.002.10.301.0014.2109.3.1.9.0.13.00.00.00|114000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 42.000,00
07.002.10.302.0015.1074.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 20.000,00
07.002.10.301.0014.2109.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.000,00
07.002.10.301.0014.2097.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 7.000,00
07.002.10.301.0014.2097.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 13.100,00
07.002.10.304.0018.1077.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 10.200,00
07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.32.00.00.00|114000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 50.000,00
~~07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA~~	R$ 50.000,00
07.002.10.302.0015.1074.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 10.500,00
07.002.10.302.0015.2229.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 5.000,00

	Sub-Total:R$ 269.800,00

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.003.08.242.0011.1069.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 5.000,00
08.003.08.241.0011.1068.4.4.9.0.51.00.00.00|129000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 20.000,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,01
08.003.08.242.0011.2084.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.250,00

	Sub-Total:R$ 26.250,01

09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN

09.002.20.661.0022.2161.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 40.000,00
09.002.20.604.0021.1079.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 16.500,00

	Sub-Total:R$ 56.500,00
	Total Parcial Reduzido: R$ 790.188,93

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 5/2017

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 02 de Janeiro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 03/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 3/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 475/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 5.§ Fica ainda o Poder Executivo Autorizado a abrir credito adicional suplementar por Decreto para refor‡o de dota‡äes existentes no or‡amento, decorrentes de recursos de convˆnios sempre que esses convˆnios exigirem suplementa‡Æo para sua contrata‡Æo e execu‡Æo, com fundamento no inciso I, do art. 41 e inciso II e III do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0025.1065.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 949.727,78
05.002.15.451.0025.1000.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 12.700,00
05.002.15.451.0025.1000.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 17.325,56
	Sub-Total:R$ 979.753,34

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0013.1006.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 424.935,16
	Sub-Total:R$ 424.935,16

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0014.1009.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 141.885,00
07.002.10.301.0025.1009.4.4.9.0.51.00.00.00|123000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 22.670,00
07.002.10.301.0014.1009.4.4.9.0.51.00.00.00|114000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 92.148,27
	Sub-Total:R$ 256.703,27

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.003.08.242.0011.1069.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.000,00
	Sub-Total:R$ 2.000,00

09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN

09.002.20.661.0022.1087.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 491.271,40
	Sub-Total:R$ 491.271,40

Total Parcial Suplementado: R$ 2.154.663,17

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 3/2017

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 02 de Janeiro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 75/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 75/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 501/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Cr,ditos Adicionais Suplementares at, o limite de 15% (quinze por cento) sob o valor original do or‡amento
vigente , Lei 475/2016.

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 200,00
02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7.098,00
02.001.04.122.0002.2164.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 15.368,00
02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,10

Sub-Total:R$ 22.666,10

02.002-CHEFIA DE GABINETE

02.002.04.122.0002.2200.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 12.387,00

Sub-Total:R$ 12.387,00

02.005-JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR

02.005.04.122.0002.2190.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.037,00

Sub-Total:R$ 3.037,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.122.0008.2168.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 937,00

Sub-Total:R$ 937,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0002.2005.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.400,00
04.001.04.122.0002.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 12.158,25

Sub-Total:R$ 17.558,25

04.003-DEPARTAMENTO DE GESTAO DE PESSOAS

04.003.04.122.0003.2118.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 11.587,61

Sub-Total:R$ 11.587,61

04.004-DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PAT

04.004.04.122.0002.2206.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 150,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 75/2017

Sub-Total:R$ 150,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO DE INFRA ESTRUTUTRA

05.001.15.451.0025.2224.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 4.000,00

Sub-Total:R$ 4.000,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0025.1000.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,01
05.002.04.122.0007.2158.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 244,00
05.002.15.451.0025.1000.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.730,00

Sub-Total:R$ 1.974,01

05.003-DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTE RODOV

05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,01

Sub-Total:R$ 0,01

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.464,00
05.005.17.512.0013.2034.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 16.615,00

Sub-Total:R$ 18.079,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 111,07
06.001.04.122.0029.2033.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.565,42

Sub-Total:R$ 3.676,49

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0029.2047.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 685,00
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 365,00
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 63.251,00
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 26.000,00
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 106.761,10

Sub-Total:R$ 197.062,10

06.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTOS

06.004.13.391.0024.2128.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,01
06.004.27.813.0030.2240.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 8.566,48
06.004.27.813.0030.2240.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.857,00
06.004.27.812.0030.2027.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 671,00
06.004.27.812.0030.2027.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 7.826,88

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 75/2017

Sub-Total:R$ 20.921,37

06.005-FUNDEB

06.005.12.365.0035.2220.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 54.040,00
06.005.12.361.0034.2218.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 29.989,00
06.005.12.361.0034.2218.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 39.001,94
06.005.12.365.0033.2221.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 12.586,00
06.005.12.365.0032.2219.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 22.461,73
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 22.465,00
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 290,48
06.005.12.365.0035.2220.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 0,01
06.005.12.365.0036.2222.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 0,01
06.005.12.365.0036.2222.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,01
06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.36.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 30.122,00
06.005.12.365.0036.2222.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.191,35
06.005.12.365.0032.2219.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 29.657,00
06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,01
06.005.12.365.0035.2220.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,01
06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,01
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 153.331,20

Sub-Total:R$ 396.135,76

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.215,00

Sub-Total:R$ 4.215,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 291,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,56
07.002.10.301.0014.2095.3.3.9.0.93.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 4.800,00
07.002.10.302.0015.2229.3.1.9.0.04.00.00.00|114000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 7.398,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.091,30
07.002.10.301.0014.2109.3.1.9.0.11.00.00.00|142000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 15.696,71
07.002.10.302.0015.2229.3.1.9.0.11.00.00.00|142000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 34.712,88
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.662,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 75/2017

07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 24.936,70
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7.791,00
07.002.10.305.0014.2098.3.1.9.0.11.00.00.00|114000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 930,29
Sub-Total:	**R$ 101.310,44**

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.11.00.00.00|143000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.264,55
08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 603,81
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.348,29
Sub-Total:	**R$ 5.216,65**

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.003.08.244.0011.2228.3.1.9.0.04.00.00.00|129000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 8.535,00
08.003.08.244.0011.2081.3.1.9.0.11.00.00.00|143000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.136,88
08.003.08.244.0011.2081.3.1.9.0.11.00.00.00|129000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.036,00
08.003.08.244.0011.2228.3.1.9.0.11.00.00.00|129000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.200,00
08.003.08.244.0011.2228.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.305,15
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 350,00
Sub-Total:	**R$ 18.563,03**

08.004-DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.361,00
08.004.08.243.0011.2172.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 9.282,92
Sub-Total:	**R$ 10.643,92**

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.04.122.0023.2140.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 411,00
Sub-Total:	**R$ 411,00**

10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG

10.001.04.122.0008.2162.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.832,00
Sub-Total:	**R$ 2.832,00**

Total Parcial Suplementado: R$ 853.363,74

Art. 1§ Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Cr‚ditos Adicionais Suplementares at, o limite de 15% (quinze por cento) sob o valor original do or‡amento
vigente , Lei 475/2016.

02.001-GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 75/2017

02.001.04.122.0002.2164.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 14.000,30
02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 381,92
Sub-Total:	**R$ 14.382,22**

02.005-JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR

02.005.04.122.0002.2190.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 0,18
Sub-Total:	**R$ 0,18**

03.002-DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

03.002.04.123.0008.2211.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 176,86
Sub-Total:	**R$ 176,86**

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.129.0008.2125.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1,00
Sub-Total:	**R$ 1,00**

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0002.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.636,00
Sub-Total:	**R$ 4.636,00**

05.001-GABINETE DO SECRETARIO DE INFRA ESTRUTUTRA

05.001.15.451.0025.2224.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.763,00
05.001.15.451.0025.2224.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 40,48
05.001.15.451.0025.2224.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 150,00
05.001.15.451.0025.2224.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 0,04
Sub-Total:	**R$ 1.953,52**

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0025.2234.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 4,02
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,92
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 460,21
05.002.26.782.0025.1003.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 0,86
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,47
05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.834,92
05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.36.00.00.00|116000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.107,00
05.002.15.451.0025.2234.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 256,00
05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.165,94
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.883,71
05.002.04.122.0007.2158.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,16

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 75/2017

	Sub-Total:R$ 16.714,21

05.003-DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTE RODOV

05.003.26.782.0025.2226.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.120,59
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.840,00
	Sub-Total:R$ 4.960,59

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0013.1006.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 118,47
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 150,00
05.005.17.512.0013.2034.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 0,53
05.005.17.512.0013.2034.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 4.523,75
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.225,23
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,87
	Sub-Total:R$ 6.018,85

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 100,00
06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 480,00
06.001.04.122.0029.2033.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 749,32
06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 30,00
	Sub-Total:R$ 1.359,32

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.365.0029.2216.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 14.042,36
06.002.12.361.0029.2215.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 20.000,00
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 0,15
06.002.12.361.0029.2047.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.045,35
06.002.12.361.0029.2047.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.276,90
06.002.12.365.0029.2216.3.1.9.0.11.00.00.00|115000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.205,00
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.079,00
	Sub-Total:R$ 40.648,76

06.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTOS

06.004.27.812.0030.2027.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 7.776,88
06.004.27.812.0030.2027.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 730,81
06.004.27.812.0030.2027.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 540,00
06.004.27.813.0030.2240.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,46

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 75/2017

06.004.27.812.0030.2027.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 30,79
06.004.27.813.0030.2240.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 12.600,00
06.004.27.813.0030.2240.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 14.400,00
06.004.27.812.0030.2027.3.1.9.0.04.00.00.00|101000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 14.980,00
	Sub-Total:R$ 51.058,94

06.005-FUNDEB

06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 971,59
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.04.00.00.00|118000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 22.143,38
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 290,58
06.005.12.365.0033.2221.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.168,91
06.005.12.365.0036.2222.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.957,06
06.005.12.365.0036.2222.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 278,99
06.005.12.365.0032.2219.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 0,35
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 22.631,83
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 0,43
06.005.12.365.0033.2221.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 0,28
06.005.12.365.0033.2221.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 31,85
06.005.12.365.0032.2219.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 8.817,88
06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 8.664,39
06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.36.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.041,77
06.005.12.361.0029.2053.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1,72
06.005.12.361.0034.2218.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 0,32
06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.200,00
06.005.12.361.0034.2218.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 8.232,75
06.005.12.365.0035.2220.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 10.474,13
06.005.12.365.0035.2220.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.231,43
06.005.12.365.0035.2220.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 0,51
	Sub-Total:R$ 100.140,15

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 263,89

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 75/2017

07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.049,01
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 274,79
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.611,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 510,39
	Sub-Total:R$ 4.709,08

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.890,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.250,00
07.002.10.301.0014.2095.3.1.9.0.11.00.00.00|114000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 4.552,27
07.002.10.302.0015.2229.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 18,28
07.002.10.302.0015.2229.3.1.9.0.11.00.00.00|114000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2,81
07.002.10.302.0015.2229.3.1.9.0.04.00.00.00|114000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 0,36
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 200,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 49.400,00
07.002.10.301.0014.2095.3.1.9.0.11.00.00.00|142000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 24.000,00
07.002.10.301.0025.1009.3.3.9.0.30.00.00.00|123000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 450,00
07.002.10.301.0025.1009.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.008,03
07.002.10.304.0018.2102.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.099,00
07.002.10.305.0014.2098.3.1.9.0.11.00.00.00|142000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.396,06
07.002.10.301.0014.1009.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.181,80
07.002.10.305.0014.2098.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.022,23
07.002.10.305.0014.2098.3.1.9.0.04.00.00.00|142000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 100,00
07.002.10.301.0014.1009.3.3.9.0.30.00.00.00|123000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 350,00
	Sub-Total:R$ 93.920,84

08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA

08.001.08.244.0011.2078.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 0,53
	Sub-Total:R$ 0,53

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.04.00.00.00|129000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 603,81
08.002.08.244.0011.2079.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 535,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 75/2017

Sub-Total:R$ 1.138,81

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.003.08.244.0011.2228.3.1.9.0.13.00.00.00|129000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 0,61
08.003.08.244.0011.2228.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 5.673,82
08.003.08.244.0011.2228.3.1.9.0.11.00.00.00|129000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1,09
08.003.08.244.0011.2228.3.1.9.0.04.00.00.00|129000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 0,33
08.003.08.244.0011.2228.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 2,98
08.003.08.242.0011.2084.3.3.9.0.39.00.00.00|143000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.179,80
08.003.08.244.0011.2081.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2,53

Sub-Total:R$ 6.861,16

08.004-DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 796,84
08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 563,64
08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 120,00
08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 600,00
08.004.08.243.0011.2172.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 100,00

Sub-Total:R$ 2.180,48

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.04.122.0023.2140.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 0,92

Sub-Total:R$ 0,92

09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN

09.002.20.661.0022.1087.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1,56
09.002.20.661.0022.1087.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 352.196,20

Sub-Total:R$ 352.197,76

09.003-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

09.003.18.541.0023.2236.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 160,00
09.003.18.541.0023.2236.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 8.397,97

Sub-Total:R$ 8.557,97

09.004-DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMIN

09.004.20.605.0021.2160.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 443,55
09.004.20.605.0021.2160.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 250,00
09.004.20.605.0021.2160.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 340,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 75/2017

	Sub-Total:R$ 1.033,55

10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG

10.001.04.122.0008.2162.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 199,60
10.001.04.122.0008.2162.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 0,94
10.001.04.122.0008.2162.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.512,50
	Sub-Total:R$ 5.713,04

99.999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA

99.999.99.999.9000.9999.9.9.9.9.99.00.00.00|190000000 RESERVA DE CONTINGENCIA	R$ 135.000,00
	Sub-Total:R$ 135.000,00
	Total Parcial Reduzido: R$ 853.364,74

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 27 de Dezembro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
RREO -1º BIMESTRE DE 2018 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI MT

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI MT, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PUBLICO INTERNO, DEVIDAMENTE INSCRITA NO CNPJ: 03.648.532/0001-28, TORNA PUBLICO O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART 52, DA LEI COMPLEMENTAR 101 DE 04 DE MAIO DE 2000 (LRF- LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), O **RREO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º BIMESTRE DE 2018.**

ALTO PARAGUAI, 10 DE MAIO DE 2018.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves

Prefeita Municipal

Jenicélia Maria da Cruz

Contadora Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES							
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multa de Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro N							
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adici							
Outras Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)							
DÉFICIT (VI)					2.447.592,33		
TOTAL (VII) = (V + VI)					2.447.592,33	233,00	-2.447.592,33

Emissão: 10/05/2018 16:38:15

Page 1 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais Reabertura de Créditos Adicionais							

Emissão: 10/05/2018 16:38:15 Page 2 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
RECEITAS CORRENTES							
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multa de Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro N							
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adici							
Outras Receitas de Capital							

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	20.731.600,00	21.348.855,96	3.740.245,68	3.740.245,68	17.608.610,28	2.447.592,33	2.447.592,33	18.901.263,63	2.336.340,02	
DESPESAS CORRENTES	17.855.600,00	18.308.598,84	3.459.033,58	3.459.033,58	14.849.565,26	2.374.003,56	2.374.003,56	15.934.595,28	2.283.132,03	
Pessoal e Encargos Sociais	10.461.900,00	10.465.150,00	1.591.276,79	1.591.276,79	8.873.873,21	1.456.980,04	1.456.980,04	9.008.169,96	1.439.500,38	
Juros e Encargos da Dívida	33.000,00	33.000,00			33.000,00			33.000,00		
Outras Despesas Correntes	7.360.700,00	7.810.448,84	1.867.756,79	1.867.756,79	5.942.692,05	917.023,52	917.023,52	6.893.425,32	843.631,65	
DESPESAS DE CAPITAL	2.751.000,00	2.915.257,12	281.212,10	281.212,10	2.634.045,02	73.588,77	73.588,77	2.841.668,35	53.207,99	
Investimentos	2.644.000,00	2.808.257,12	191.212,10	191.212,10	2.617.045,02	73.588,77	73.588,77	2.734.668,35	53.207,99	
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida	107.000,00	107.000,00	90.000,00	90.000,00	17.000,00			107.000,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	125.000,00	125.000,00			125.000,00			125.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	80.500,00	80.500,00			80.500,00			80.500,00		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	20.812.100,00	21.429.355,96	3.740.245,68	3.740.245,68	17.689.110,28	2.447.592,33	2.447.592,33	18.981.763,63	2.336.340,02	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	20.812.100,00	21.429.355,96	3.740.245,68	3.740.245,68	17.689.110,28	2.447.592,33	2.447.592,33	18.981.763,63	2.336.340,02	
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	20.812.100,00	21.429.355,96	3.740.245,68	3.740.245,68	17.689.110,28	2.447.592,33	2.447.592,33	18.981.763,63	2.336.340,02	
RESERVA DO RPPS										

Emissão: 10/05/2018 16:38:15

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesa Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	80.500,00	80.500,00			80.500,00			80.500,00		
DESPESAS CORRENTES	500,00	500,00			500,00			500,00		
Pessoal e Encargos Sociais	500,00	500,00			500,00			500,00		
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes										
DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00	80.000,00			80.000,00			80.000,00		
Investimentos	80.000,00	80.000,00			80.000,00			80.000,00		
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2017 A FEVEREIRO/2018

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17	JAN/18	FEV/18		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.434.731,87	1.505.420,19	1.620.428,35	1.497.181,23	1.757.148,43	1.422.442,92	916.475,29						10.153.828,28	
Receita Tributária	40.320,64	282,58	1.910,80	3.079,32	439,85	4.098,49							50.131,68	
IPTU														
ISS	26.003,87	282,58	1.910,80	3.079,32	439,85	4.098,49							35.814,91	
ITBI	4.915,60												4.915,60	
IRRF	4.670,07												4.670,07	
Outras Rec. Tributarias	4.731,10												4.731,10	
Receita Contribuições	31.387,57	34.006,79											65.394,36	
Receita Patrimonial	22.973,48	15.148,86	17.378,10	12.835,62	11.058,03	11,30	8,43						79.413,82	
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços	12.454,28	11.966,64	38.992,83	44.508,57	41.497,93								149.420,25	
Transferências Correntes	1.317.751,44	1.444.015,32	1.562.006,02	1.436.757,72	1.704.152,62	1.417.833,53	916.466,86						9.798.983,51	
Cota Parte do FPM	567.641,97	683.912,07	775.780,20	715.048,81	923.238,13	619.678,49	542.364,01						4.827.663,68	
Cota Parte do ICMS	303.767,56	232.626,63	300.284,64	261.524,17	244.383,79	336.796,80	361.910,50						2.041.294,09	
Cota Parte do IPVA	16.152,12	18.273,04	24.148,48	10.482,98	25.503,06	22.342,92							116.902,60	
Cota Parte do ITR		280,19	1.720,44	238,60	16,05		3.463,22						5.718,50	
Transf. LC 87/1966	1.226,83	1.226,83	1.226,83	1.226,83	1.226,83	1.226,83	1.226,83						8.587,81	
Transf. LC 61/1989														
Transferências FUNDEB	127.958,12	204.813,99	216.619,77	181.819,35	173.360,87	430.383,94							1.334.956,04	
Outras Transf. Correntes	301.004,84	302.882,57	242.225,66	266.416,98	336.423,89	7.404,55	7.502,30						1.463.860,79	
Outras Receitas Correntes	9.844,46		140,60			499,60							10.484,66	
DEDUÇÕES (II)	177.757,63	187.263,65	220.632,03	197.704,20	164.675,83	197.336,71	178.499,15						1.323.869,20	
Cont. Servidor Plano Prev.														
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB	177.757,63	187.263,65	220.632,03	197.704,20	164.675,83	197.336,71	178.499,15						1.323.869,20	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	1.256.974,24	1.318.156,54	1.399.796,32	1.299.477,03	1.592.472,60	1.225.106,21	737.976,14						8.829.959,08	

Emissão: 10/05/2018 16:37:26 — Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 05 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	em 31/DEZ/2017 (a)	em 31/DEZ/2017 (b)	em 28/FEV/2018 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.824.444,65	2.824.444,65	2.824.444,65
DEDUÇÕES (II)	2.829.804,15	2.829.804,15	3.323.489,56
Disponibilidade de Caixa	1.722.260,02	1.722.260,02	2.215.945,43
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.986.415,80	2.986.415,80	3.168.675,03
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.264.155,78	1.264.155,78	952.729,60
Demais Haveres Financeiros	1.107.544,13	1.107.544,13	1.107.544,13
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.359,50	-5.359,50	-499.044,91
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	514.190,75	514.190,75	514.190,75
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = ((III + IV) - V)	-519.550,25	-519.550,25	-1.013.235,66

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (VIc -VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
VALOR	-493.685,41	-493.685,41

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) - Portaria 43/2016 R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)			2.854.112,36
Receitas Tributárias			79.018,85
IPTU			825,24
ISS			46.278,06
ITBI			16.930,28
IRRF			7.407,57
Outras Receitas Tributárias			7.577,70
Receitas de Contribuições			
Receitas Previdenciárias			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial Líquida			
Receita Patrimonial			39.663,28
(-) Aplicações Financeiras			39.663,28
Transferências Correntes			2.538.906,96
Cota-parte do FPM			1.291.634,34
Cota-parte do ICMS			379.581,25
Cota-parte do IPVA			25.265,09
Convênios			
Outras Transferências Correntes			842.426,28
Demais Receitas Correntes			236.186,55
Dívida Ativa			8.467,55
Diversas Receitas Correntes			227.719,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)			122.408,44
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)			
Transferências de Capital			122.408,44
Convênios			122.408,44
Outras Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			
REC. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)			122.408,44
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)			**2.976.520,80**

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017	Em 2018	Em 2017
DESPESAS CORRENTES (VIII)	18.309.098,84	3.459.033,58	3.055.597,22	2.374.003,56	2.174.128,51		
Pessoal e Encargos Sociais	10.465.650,00	1.591.276,79	1.644.661,91	1.456.980,04	1.495.544,53		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	33.000,00						
Outras Despesas Correntes	7.810.448,84	1.867.756,79	1.410.935,31	917.023,52	678.583,98		
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	18.276.098,84	3.459.033,58	3.055.597,22	2.374.003,56	2.174.128,51		
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.995.257,12	281.212,10	2.258.350,85	73.588,77	293.194,08		
Investimentos	2.888.257,12	191.212,10	2.197.075,85	73.588,77	280.705,44		
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	107.000,00	90.000,00	61.275,00		12.488,64		
DESP. PRIM. DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.888.257,12	191.212,10	2.197.075,85	73.588,77	280.705,44		
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	125.000,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESP. PRIM. TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**21.289.355,96**	**3.650.245,68**	**5.252.673,07**	**2.447.592,33**	**2.454.833,95**		

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-21.289.355,96**	**-3.650.245,68**	**-2.276.152,27**	**-2.447.592,33**	**521.686,85**		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

Emissão: 10/05/2018 às 19:40 Page 1 de 1

Homologado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) - Portaria 403/2016. R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i - j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2017 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	159.246,03	1.104.909,75	311.426,18		952.729,60	55.602,32	287.167,43	35.711,62	35.711,62		307.058,13	1.259.787,73
Executivo	159.246,03	1.104.909,75	311.426,18		952.729,60	55.602,32	287.167,43	35.711,62	35.711,62		307.058,13	1.259.787,73
GABINETE DO PREFEITO	4.596,58	18.505,92			23.102,50	7.202,75	6.983,36	428,55	428,55		13.757,56	36.860,06
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACO E FINANCAS	26.814,26	16.909,92	13.898,94		29.825,24		1.600,00				1.600,00	31.425,24
SECRETARI A MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO - S	19.167,72	46.392,18	41.899,63		23.660,27	18.654,56	87.335,38	29.290,31	29.290,31		76.699,63	100.359,90
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMEN	34.585,87	474.168,20	2.962,15		505.791,92	3.903,95	46.398,04	5.870,00	5.870,00		44.431,99	550.223,91
SEC MUN DE SAUDE	64.234,86	279.046,12	126.293,89		216.987,09	16.764,33	101.220,86	122,76	122,76		117.862,43	334.849,52
SECRETARI A MUNICIPAL DE SAUDE - SMS	9.170,73	208.659,05	111.124,53		106.705,25	6.954,07	20.551,78				27.505,85	134.211,10
SECRE. DE AGRICULTURA, DESENV. ECONOM. E M. AMBIE	676,01	35.669,86	13.255,15		23.090,72	2.122,66	13.302,09				15.424,75	38.515,47
SECRETARI A MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		21.053,28			21.053,28		9.444,12				9.444,12	30.497,40
SECRETARI A MUNI CI PAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGI COS		4.505,22	1.991,89		2.513,33		331,80				331,80	2.845,13
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	159.246,03	1.104.909,75	311.426,18		952.729,60	55.602,32	287.167,43	35.711,62	35.711,62		307.058,13	1.259.787,73

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI Emissão: 10/05/2018 às 19:41 Page 1 de 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018/BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	0,00	0,00	0,00	
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	0,00	0,00	0,00	
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00	0,00	
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00	0,00	
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00	0,00	0,00	
2.1 - Cota-Parte FPM	0,00	0,00	0,00	
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	0,00	0,00	0,00	
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	
2.2 - Cota-Parte ICMS	0,00	0,00	0,00	
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	0,00	0,00	0,00	
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	
2.5 - Cota-Parte ITR	0,00	0,00	0,00	
2.6 - Cota-Parte IPVA	0,00	0,00	0,00	
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	0,00	0,00	0,00	0,00%

Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4 - RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE				
5.1 - Transferências do Salário-Educação				
5.2 - Transferências Diretas - PDDE				
5.3 - Transferências Diretas - PNAE				
5.4 - Transferências Diretas - PNATE				
5.5 - Outras Transferências do FNDE				
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE				
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS				
6.1 - Transferência de Convênios				
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios				
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	0,00	0,00	0,00	0,00%

Emissão: 10/05/2018 16:41:50

Page 1 de 4
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018/BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

FUNDEB

Receitas do Fundeb	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB				
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)				
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)				
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)				
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)				
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Dest. ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))				
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinadaao FUNDEB - (20% de 2.6)				
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB				
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB				
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB				
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB				
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	0,00	0,00	0,00	0,00%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO ENSINO

Despesas do Fundeb	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.479.900,00	2.479.900,00	393.791,99	15,88%	359.037,07	14,48%	
13.1 - Com Educação Infantil	639.900,00	639.900,00	67.174,36	10,50%	67.174,36	10,50%	
13.2 - Com Ensino Fundamental	1.840.000,00	1.840.000,00	326.617,63	17,75%	291.862,71	15,86%	
14 - OUTRAS DESPESAS	315.950,00	315.950,00	148.300,39	46,94%	128.815,86	40,77%	
14.1 - Com Educação Infantil	87.200,00	87.200,00	63.258,81	72,54%	60.565,80	69,46%	
14.2 - Com Ensino Fundamental	228.750,00	228.750,00	85.041,58	37,18%	68.250,06	29,84%	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.795.850,00	2.795.850,00	542.092,38	19,39%	487.852,93	17,45%	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
16.1 - FUNDEB 60%	
16.2 - FUNDEB 40%	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
17.1 - FUNDEB 60%	
17.2 - FUNDEB 40%	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 – 18)	487.852,93
19.1 - Mínimo de 60% do Fundeb na Remuneração do Magistério[1] ((13 - (16.1 + 17.1)) / 11) x 100 %	0,00%
19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que na Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / 11) x 100 %	0,00%
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	100,00%

Emissão: 10/05/2018 16:41:50

Page 2 de 4
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018/BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2018[2]	0,00

Despesas com Ações Típicas de MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
22 - EDUCAÇÃO INFANTIL	727.100,00	727.100,00	130.433,17	17,94%	127.740,16	17,57%	
22.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	727.100,00	727.100,00	130.433,17	17,94%	127.740,16	17,57%	
22.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos				0,00%			
23 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.068.750,00	2.068.750,00	411.659,21	19,90%	360.112,77	17,41%	
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.068.750,00	2.068.750,00	411.659,21	19,90%	360.112,77	17,41%	
23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos				0,00%			
24 - ENSINO MÉDIO				0,00%			
25 - ENSINO SUPERIOR				0,00%			
26 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR				0,00%			
27 - OUTRAS	27.900,00	27.900,00		0,00%			
28 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23+24+25+26+27)	2.823.750,00	2.823.750,00	542.092,38	19,20%	487.852,93	17,28%	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	0,00
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO [4]	0,00
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35) [6]	0,00
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (36)) [6]	487.852,93
38- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) % [6]	48.785.293,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO				0,00%		0,00%	
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				0,00%		0,00%	
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO				0,00%		0,00%	
42 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.627.350,00	2.674.979,84	351.688,67	13,15%	201.667,10	7,54%	
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS C/ RECEITAS ADIC. P/ FINAN. ENSINO (39+40+41+42)	2.627.350,00	2.674.979,84	351.688,67	13,15%	201.667,10	7,54%	
44 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	5.451.100,00	5.498.729,84	893.781,05	16,25%	689.520,03	12,54%	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018/BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2018 (j)
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
45.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	**FUNDEB**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO**
46- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	118.984,21	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
48.1- Orçamento do Exercício	0,00	0,00
48.2- Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	118.984,21	0,00
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1- Retenções	0,00	0,00
51.2- Conciliação Bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	118.984,21	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do artigo 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

Emissão: 10/05/2018 16:41:50

Page 4 de 4
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.990.757,12	281.212,10	73.588,77		2.709.545,02
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	2.990.757,12	281.212,10	73.588,77		2.709.545,02
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.990.757,12	-281.212,10			-2.709.545,02

Fonte:

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

Emissão: 10/05/2018 16:42:38 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI				
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF				
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				
Dívida Ativa dos Impostos				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa				
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				
Cota-Parte FPM				
Cota-Parte ITR				
Cota-Parte IPVA				
Cota-Parte ICMS				
Cota-Parte IPI-Exportação				
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				
Desoneração ICMS (LC 87/96)				
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				
Provenientes da União				
Provenientes dos Estados				
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	4.363.600,00	4.568.277,00	994.449,94	21,77%	675.525,26	14,79%	
Pessoal e Encargos Sociais	2.231.300,00	2.231.300,00	370.512,46	16,61%	343.701,73	15,40%	
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	2.132.300,00	2.336.977,00	623.937,48	26,70%	331.823,53	14,20%	
DESPESAS DE CAPITAL	461.400,00	461.400,00					
Investimentos	461.400,00	461.400,00					
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**4.825.000,00**	**5.029.677,00**	**994.449,94**	**19,77%**	**675.525,26**	**13,43%**	

Emissão: 10/05/2018 16:45:12

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.150.440,00	2.165.040,00	330.523,79	33,24%	149.738,24	22,17%	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	2.150.440,00	2.165.040,00	330.523,79	33,24%	149.738,24	22,17%	
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos							
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	**2.150.440,00**	**2.165.040,00**	**330.523,79**	**33,24%**	**149.738,24**	**22,17%**	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**2.674.560,00**	**2.864.637,00**	**663.926,15**		**525.787,02**		

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)[6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00% [4 e 5]	**52.578.702,00%**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15,00 * IIIb)/100]	**525.787,02**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018					
Inscritos em 2017	5.899,54			5.899,54	5.899,54
Inscritos em 2016					
Inscritos em 2015					
Inscritos em 2014					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2014					
Total	**5.899,54**			**5.899,54**	**5.899,54**

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	**Despesas Custeadas no exercício de referência (j)**	**Saldo Final (Não Aplicado)**
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2014			
Total(VIII)			

Emissão: 10/05/2018 16:45:12 — Page 2 de 3 — Homolog

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2017			
Diferença de limite não cumprido em 2016			
Diferença de limite não cumprido em 2015			
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013			
Total(IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	1.814.000,00	1.820.000,00	239.543,65	24,09%	153.595,40	22,74%	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.782.000,00	1.810.097,00	335.031,47	33,69%	165.874,77	24,55%	
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária	68.000,00	68.760,00	11.123,58	1,12%	10.430,86	1,54%	
Vigilância Epidemiológica	175.000,00	175.000,00	2.492,84	0,25%	1.077,42	0,16%	
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	986.000,00	1.155.820,00	406.258,40	40,85%	344.546,81	51,00%	
TOTAL	**4.825.000,00**	**5.029.677,00**	**994.449,94**	**100,00%**	**675.525,26**	**100,00%**	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
[4] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
[5] Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
[6] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
[7] Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Emissão: 10/05/2018 16:45:12 — Page 3 de 3 — Homolog

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	
Previsão Atualizada	
Receitas Realizadas	
Déficit Orçamentário	2.447.592,33
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	20.812.100,00
Créditos Adicionais	617.255,96
Dotação Atualizada	21.429.355,96
Despesas Empenhadas	3.740.245,68
Despesas Liquidadas	2.447.592,33
Despesas Pagas	2.336.340,02
Superávit Orçamentário	

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	3.740.245,68
Despesas Liquidadas	2.447.592,33

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	8.829.959,08

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-493.685,41	-541%
Resultado Primário		-3.650.245,68	0%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	1.264.155,78		311.426,18	952.729,60
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	342.769,75		35.711,62	307.058,13
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**1.606.925,53**		**347.137,80**	**1.259.787,73**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento	487.852,93	25,00 %	293,00 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fun		0,00 %	0,00 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação I	487.852,93	60,00 %	0,00 %
Complementação da União ao FUNDEB		0,00 %	0,00 %

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	281.212,10	2.709.545,02

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício[1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)				
Despesas Previdenciárias (II)				
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas c/Ações e Serviços Públicos de Saúde exec. c/ rec. de impostos	525.787,02	15,00 %	702,00 %

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

[1] Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Emissão: 10/05/2018 16:49:25 — Page 1 de 1

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 72/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 72/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 494/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at, o limite de 30% (trint por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo énico- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um ¢rgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.575,00
02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 919,00
02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.685,00
02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 450,00

Sub-Total:R$ 9.629,00

02.002-CHEFIA DE GABINETE

02.002.04.122.0002.2200.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 45,59

Sub-Total:R$ 45,59

02.004-ASSESSORIA JURIDICA

02.004.04.122.0002.2199.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 150,00

Sub-Total:R$ 150,00

02.005-JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR

02.005.04.122.0002.2190.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 350,00

Sub-Total:R$ 350,00

03.002-DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

03.002.04.123.0008.2211.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 480,00

Sub-Total:R$ 480,00

03.003-DEPARTAMENTO DE TESOURARIA

03.003.04.123.0008.2223.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 200,00

Sub-Total:R$ 200,00

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.129.0008.2125.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 600,00

Sub-Total:R$ 600,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 72/2017

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0002.2001.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 330,00
04.001.04.122.0002.2004.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 450,00
04.001.04.122.0002.2001.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.214,00
04.001.04.122.0002.2005.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.350,00
04.001.04.122.0002.2201.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.507,00
04.001.04.122.0007.2157.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 78,00
04.001.04.122.0002.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 15.245,00

Sub-Total:R$ 22.174,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO DE INFRA ESTRUTUTRA

05.001.15.451.0025.2224.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 739,00
05.001.15.451.0025.2224.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.190,50

Sub-Total:R$ 5.929,50

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.017,00
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.870,00
05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.325,00
05.002.04.122.0007.2158.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.800,00
05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 13.611,00
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.737,50
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.270,00
05.002.26.782.0025.1003.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 10.340,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 6.248,00

Sub-Total:R$ 49.218,50

05.003-DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTE RODOV

05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 466,00
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.657,00
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7.404,00
05.003.26.782.0025.2226.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 350,00

Sub-Total:R$ 11.877,00

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 810,00
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.600,00
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 150,00
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.572,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 72/2017

05.005.17.512.0013.1007.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.800,00

Sub-Total:R$ 14.932,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 120,00
06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 330,00
06.001.04.122.0029.2033.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.600,00
06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 330,00

Sub-Total:R$ 4.380,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3,00
06.002.12.365.0029.2216.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.675,00
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.446,00
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.687,00
06.002.12.306.0029.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 17.112,00
06.002.12.361.0029.2047.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.000,00

Sub-Total:R$ 35.923,00

06.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTOS

06.004.27.812.0030.1078.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.087,00
06.004.27.812.0030.2027.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 640,00
06.004.13.392.0024.2127.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.177,00
06.004.27.812.0030.1078.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.087,00
06.004.27.813.0030.2240.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 23.006,00

Sub-Total:R$ 26.997,00

06.005-FUNDEB

06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.340,00
06.005.12.361.0029.2053.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.750,00
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.282,00

Sub-Total:R$ 13.372,00

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2241.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.800,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 908,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 540,00
07.001.10.122.0017.2107.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.571,00

Sub-Total:R$ 6.819,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 72/2017

07.002.10.301.0014.2109.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 5.004,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.376,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.327,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 14.203,00
07.002.10.305.0014.2098.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.043,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 76,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.587,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 14.268,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 10.624,00
07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 330,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 660,00
	Sub-Total:R$ 64.498,00

08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA

08.001.08.244.0011.2078.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 450,00
	Sub-Total:R$ 450,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.498,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.525,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.14.00.00.00|129000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 400,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.797,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.360,00
	Sub-Total:R$ 12.580,00

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.003.08.244.0011.2228.3.1.9.0.13.00.00.00|129000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.216,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 500,00
08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 416,00
	Sub-Total:R$ 2.132,00

08.004-DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 330,00
08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 977,00
	Sub-Total:R$ 1.307,00

09.003-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

09.003.15.452.0025.2139.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 350,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 72/2017

Sub-Total:R$ 350,00

09.004-DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMIN

09.004.20.605.0021.2160.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 340,00
09.004.20.605.0021.2160.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.550,00

Sub-Total:R$ 1.890,00

10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG

10.001.04.122.0008.2162.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 450,00

Sub-Total:R$ 450,00

Total Parcial Suplementado: R$ 286.733,59

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at, o limite de 30% (trint por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo énico- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um ¢rgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,14
02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 700,00
02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 279,13

Sub-Total:R$ 979,27

02.002-CHEFIA DE GABINETE

02.002.04.122.0002.2200.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 0,16

Sub-Total:R$ 0,16

02.003-CONTROLADORIA GERAL

02.003.04.124.0002.2022.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.286,82
02.003.04.124.0002.2022.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 480,00

Sub-Total:R$ 1.766,82

02.004-ASSESSORIA JURIDICA

02.004.04.122.0002.2199.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 120,00

Sub-Total:R$ 120,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.122.0008.2168.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 182,29
03.001.04.122.0008.2168.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 4,07

Sub-Total:R$ 186,36

03.002-DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

03.002.04.123.0008.2170.4.6.9.0.71.00.00.00|100000000 PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 20.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 72/2017

03.003-DEPARTAMENTO DE TESOURARIA

03.003.04.123.0008.2223.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,40

Sub-Total:R$ 0,40

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.129.0008.2125.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,50
03.004.04.129.0008.2125.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 6,25

Sub-Total:R$ 6,75

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0002.2201.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,82
04.001.04.122.0002.2004.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 148,49
04.001.04.122.0007.2157.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,97
04.001.04.122.0002.2001.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,40
04.001.04.122.0002.2001.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 133,32
04.001.04.122.0002.2001.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,54

Sub-Total:R$ 284,54

04.003-DEPARTAMENTO DE GESTAO DE PESSOAS

04.003.04.122.0003.2118.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 615,62

Sub-Total:R$ 615,62

04.004-DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PAT

04.004.04.122.0002.2206.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.370,00
04.004.04.122.0002.2206.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 150,00

Sub-Total:R$ 2.520,00

06.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTOS

06.004.13.392.0024.2127.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 999,00
06.004.13.392.0024.2127.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 18.853,30
06.004.13.392.0024.2127.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 19.845,00
06.004.13.392.0024.2127.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 9.922,50
06.004.13.392.0024.2127.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 0,75
06.004.13.392.0024.2127.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.000,00
06.004.13.392.0024.2127.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,42
06.004.27.812.0030.1078.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.087,00
06.004.13.392.0024.2129.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 3.307,50
06.004.13.392.0024.2129.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 4.192,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 72/2017

06.004.13.392.0024.2127.3.3.9.0.36.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.653,75
06.004.13.392.0024.2129.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 23,02
06.004.13.392.0024.2129.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.307,50

Sub-Total:R$ 64.192,24

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 300,00
07.001.10.122.0017.2107.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.431,15

Sub-Total:R$ 1.731,15

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 15.974,30
07.002.10.303.0016.2106.3.1.9.0.11.00.00.00|114000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 0,99
07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 11.000,00
07.002.10.303.0016.2106.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 612,91
07.002.10.301.0014.2097.3.1.9.0.11.00.00.00|142000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 18.200,00
07.002.10.301.0014.2095.3.1.9.0.11.00.00.00|114000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 21.032,98
07.002.10.305.0014.2098.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,62
07.002.10.301.0014.2095.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 13.656,29
07.002.10.301.0014.2109.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 15.377,22
07.002.10.304.0018.2102.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 162,85
07.002.10.304.0018.2102.3.1.9.0.11.00.00.00|114000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.402,56
07.002.10.301.0014.2109.3.1.9.0.11.00.00.00|114000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 115,33
07.002.10.301.0014.2097.3.1.9.0.11.00.00.00|114000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 95.584,92
07.002.10.301.0014.2097.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 0,42
07.002.10.304.0018.2102.3.1.9.0.11.00.00.00|142000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 158,89
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 50,00

Sub-Total:R$ 194.330,28

Total Parcial Reduzido: R$ 286.733,59

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 72/2017

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 01 de Dezembro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 64/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 64/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 494/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at, o limite de 30% (trint por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo énico- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um ¢rgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.430,00
02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.136,00

Sub-Total:R$ 5.566,00

02.004-ASSESSORIA JURIDICA

02.004.04.122.0002.2199.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 120,00
02.004.04.122.0002.2199.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 120,00

Sub-Total:R$ 240,00

02.005-JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR

02.005.04.122.0002.2190.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 350,00

Sub-Total:R$ 350,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.122.0008.2168.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 83,00

Sub-Total:R$ 83,00

03.002-DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

03.002.04.123.0008.2211.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 120,00
03.002.04.123.0008.2211.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 8.380,00

Sub-Total:R$ 8.500,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0002.2001.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 330,00
04.001.04.122.0002.2201.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 970,00
04.001.04.122.0002.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 8.020,00

Sub-Total:R$ 9.320,00

04.003-DEPARTAMENTO DE GESTAO DE PESSOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 64/2017

04.003.04.122.0003.2118.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 200,00

Sub-Total:R$ 200,00

04.004-DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PAT

04.004.04.122.0002.2206.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 350,00

Sub-Total:R$ 350,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO DE INFRA ESTRUTUTRA

05.001.15.451.0025.2224.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.473,00
05.001.15.451.0025.2224.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 4.000,00

Sub-Total:R$ 7.473,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.107,00
05.002.15.451.0025.1002.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 457,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.400,00
05.002.04.122.0007.2158.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.800,00
05.002.26.782.0025.1003.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 9.337,00
05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 44.950,00
05.002.15.451.0025.2234.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 25.412,00
05.002.15.451.0025.2234.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.537,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 8.000,00
05.002.04.122.0007.2158.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.030,00
05.002.15.451.0025.1002.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.660,00
05.002.15.451.0025.1001.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.616,00
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.512,00
05.002.15.451.0025.1001.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 214,82
05.002.15.451.0025.1002.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.020,00

Sub-Total:R$ 113.052,82

05.003-DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTE RODOV

05.003.26.782.0025.2226.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 350,00
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 15.791,00
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7.297,00
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.410,00

Sub-Total:R$ 24.848,00

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 64/2017

05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.560,00
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.274,00
05.005.17.512.0013.2034.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 18.100,26
05.005.17.512.0013.1006.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 82,00

Sub-Total:R$ 25.016,26

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 100,00
06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.340,00

Sub-Total:R$ 1.440,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0029.2047.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.000,00
06.002.12.361.0029.2047.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.085,00
06.002.12.365.0029.2216.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.550,00
06.002.12.306.0029.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 12.404,00
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.728,00
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.245,00
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 250,00

Sub-Total:R$ 23.262,00

06.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTOS

06.004.13.391.0024.2128.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.585,00
06.004.13.392.0024.2127.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.640,00
06.004.27.812.0030.2027.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.500,00
06.004.27.813.0030.2240.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.425,00
06.004.27.812.0030.2027.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 272,00
06.004.27.812.0030.2027.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.006,00

Sub-Total:R$ 11.428,00

06.005-FUNDEB

06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 34.050,00
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 112.706,00
06.005.12.365.0032.2219.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 4.919,33

Sub-Total:R$ 151.675,33

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 100,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 64/2017

07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.020,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 655,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 13.300,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.119,00

Sub-Total:R$ 17.194,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 25.363,00
07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 330,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.000,00
07.002.10.303.0016.2106.3.1.9.0.11.00.00.00|114000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 698,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 130.211,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 16.200,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7.243,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 670,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 19.082,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.080,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 500,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 738,00
07.002.10.301.0014.2097.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 4.406,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 120,00
07.002.10.305.0014.2098.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 760,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.93.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 9.000,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 595,00
07.002.10.302.0002.2155.3.3.7.1.70.00.00.00|142000000 RATEIO PELA PARTICIPAuAO EM CONSORCIO PUBLICO	R$ 2.914,00
07.002.10.302.0015.2229.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 1.920,00

Sub-Total:R$ 229.830,00

08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA

08.001.08.244.0011.2078.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 8.345,00

Sub-Total:R$ 8.345,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 6.845,93
08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.04.00.00.00|129000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 4.142,57
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.380,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 64/2017

08.002.08.244.0011.2079.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 500,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.30.00.00.00|143000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.442,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.000,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7.651,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.272,00
08.002.08.244.0011.2079.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 875,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 300,00
08.002.08.244.0011.2079.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 151,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.14.00.00.00|129000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 800,00
Sub-Total:	**R$ 29.359,50**

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.003.08.244.0011.2081.3.1.9.0.11.00.00.00|129000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 8.022,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 721,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 200,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.179,00
08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 400,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.590,00
Sub-Total:	**R$ 17.112,00**

08.004-DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.004.08.243.0011.2172.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 16.410,69
08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 630,00
Sub-Total:	**R$ 17.040,69**

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.04.122.0023.2140.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 300,00
Sub-Total:	**R$ 300,00**

09.003-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

09.003.18.541.0023.2236.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1,00
09.003.15.452.0025.2139.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 510,00
09.003.18.541.0023.2236.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.639,00
Sub-Total:	**R$ 3.150,00**

09.004-DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMIN

09.004.20.605.0021.2160.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 891,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 64/2017

	Sub-Total:R$ 891,00

10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG

10.001.04.122.0008.2162.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.232,00
	Sub-Total:R$ 5.232,00
	Total Parcial Suplementado: R$ 711.258,60

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at, o limite de 30% (trint por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo único- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um ¢rgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

02.004-ASSESSORIA JURIDICA

02.004.04.122.0002.2199.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 6.323,86
	Sub-Total:R$ 6.323,86

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0002.2003.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.487,00
04.001.04.122.0002.2003.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.147,50
04.001.04.122.0002.2005.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 28,21
04.001.04.122.0002.2002.3.3.9.0.92.00.00.00|100000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 692,20
04.001.04.122.0002.2002.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.292,28
04.001.04.122.0007.2157.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.144,10
04.001.04.122.0002.2233.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.458,06
	Sub-Total:R$ 15.249,35

04.003-DEPARTAMENTO DE GESTAO DE PESSOAS

04.003.04.122.0003.2118.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 214,82
	Sub-Total:R$ 214,82

04.004-DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PAT

04.004.04.122.0002.2206.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 7.798,99
	Sub-Total:R$ 7.798,99

05.001-GABINETE DO SECRETARIO DE INFRA ESTRUTUTRA

05.001.15.451.0025.2224.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 500,00
05.001.15.451.0025.2224.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.147,40
05.001.15.451.0025.2224.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 691,86
	Sub-Total:R$ 4.339,26

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0025.1000.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.976,40
05.002.15.451.0025.1000.3.3.9.0.36.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.470,00
05.002.15.451.0025.2234.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.300,90

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 64/2017

05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 111,11
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 39.454,22
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 0,29
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.36.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 774,79
05.002.15.451.0025.1001.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 950,00
05.002.15.451.0025.1002.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.041,45
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 120,00
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.107,00
	Sub-Total:R$ 53.306,16

05.003-DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTE RODOV

05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.623,67
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.327,02
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.324,47
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 150,00
	Sub-Total:R$ 10.425,16

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 300,60
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.968,55
05.005.17.512.0013.1006.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 82,00
	Sub-Total:R$ 5.351,15

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 364,16
06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 9,00
	Sub-Total:R$ 373,16

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.365.0029.2216.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 0,06
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 27.127,60
06.002.12.361.0029.2215.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.000,00
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1,13
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 724,80
06.002.12.365.0029.2216.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 645,25
06.002.12.365.0029.2216.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3,75

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 64/2017

06.002.12.365.0029.2216.3.3.9.0.36.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.953,50
06.002.12.365.0029.2216.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 6.379,40
06.002.12.365.0029.2216.4.4.9.0.52.00.00.00|115000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.317,50
06.002.12.306.0029.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,72
06.002.12.306.0029.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|122000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 16.785,05
06.002.12.365.0029.2216.4.4.9.0.52.00.00.00|122000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 551,25
06.002.12.361.0029.2047.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 90.155,99
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.30.00.00.00|122000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 19.550,40
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,91
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 6.672,95
Sub-Total:	**R$ 185.870,26**

06.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTOS

06.004.27.813.0030.2240.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.585,00
06.004.13.392.0024.2127.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.299,20
Sub-Total:	**R$ 5.884,20**

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,06
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 0,57
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.460,97
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.720,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.928,86
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.259,70
Sub-Total:	**R$ 10.370,16**

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.200,91
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.294,32
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 0,37
07.002.10.301.0014.2097.4.4.9.0.52.00.00.00|142000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.500,00
07.002.10.301.0014.2097.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.901,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 18.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 64/2017

07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 8,71
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.688,60
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 62.873,56
07.002.10.301.0014.2109.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8,04
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,31
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.14.00.00.00|114000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 450,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 20,03
07.002.10.301.0014.2097.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 500,00
07.002.10.301.0014.2097.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00
07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.32.00.00.00|142000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 21.553,75
07.002.10.301.0014.1009.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.077,20
07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.32.00.00.00|114000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 2.022,05
~~07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA~~	R$ 0,07
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,60
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 32.600,00
07.002.10.302.0015.2229.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.050,00
07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.32.00.00.00|102000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 128.277,44
~~07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO~~	R$ 302,99
07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 11.000,34
07.002.10.301.0025.1009.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.821,97
07.002.10.302.0002.2155.3.3.7.1.70.00.00.00|142000000 RATEIO PELA PARTICIPAuAO EM CONSORCIO PUBLICO	R$ 0,18
07.002.10.302.0002.2155.3.3.7.1.70.00.00.00|102000000 RATEIO PELA PARTICIPAuAO EM CONSORCIO PUBLICO	R$ 2.318,40
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 6.398,24
07.002.10.301.0025.1009.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,18
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1,69
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1,10
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.200,01

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 64/2017

07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 12.000,00
07.002.10.305.0014.2098.3.1.9.0.13.00.00.00|114000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 7.083,55
07.002.10.301.0014.2097.3.1.9.0.13.00.00.00|142000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 375,92
07.002.10.305.0014.2098.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 4.370,68

Sub-Total:R$ 350.904,21

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 150,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 0,45
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.117,84
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.30.00.00.00|143000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.387,30
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,32
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 251,42
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.39.00.00.00|143000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.327,66
08.002.08.244.0011.1067.4.4.9.0.52.00.00.00|129000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.200,00
08.002.08.244.0011.2079.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4,55
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.379,08
08.002.08.244.0011.2079.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,30
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.532,76

Sub-Total:R$ 11.351,68

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 839,49
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.36.00.00.00|143000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 438,75
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.423,13
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.39.00.00.00|143000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.390,63
08.003.08.241.0011.1068.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.232,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 0,16
08.003.08.241.0011.1068.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.288,93
08.003.08.244.0011.2228.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 0,01
08.003.08.244.0011.2228.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 51,18
08.003.08.244.0011.2228.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.563,85

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 64/2017

08.003.08.244.0011.2228.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.231,68
08.003.08.244.0011.2228.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.217,34
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 0,03
08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.873,61
08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 0,63
08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.937,20
08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.610,50
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 6,68
08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 952,02
08.003.08.241.0011.1068.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 340,00
08.003.08.242.0011.2084.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 202,55
08.003.08.242.0011.2084.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.275,00
08.003.08.242.0011.2084.3.3.9.0.39.00.00.00|143000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 75,20
08.003.08.242.0011.2084.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.882,50
08.003.08.242.0011.2084.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.887,50
08.003.08.244.0011.2228.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.227,20
	Sub-Total:R$ 38.947,77

08.004-DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 100,00
08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.980,56
08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.466,87
08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 0,98
	Sub-Total:R$ 4.548,41

Total Parcial Reduzido: R$ 711.258,60

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 01 de Novembro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 58/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 58/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 494/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at‚ o limite de 30% (trint por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo énico- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um ¢rgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7.900,00
02.001.04.122.0002.2164.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 25.671,00
02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.964,00

Sub-Total:R$ 35.535,00

02.002-CHEFIA DE GABINETE

02.002.04.122.0002.2200.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 12.400,00

Sub-Total:R$ 12.400,00

02.004-ASSESSORIA JURIDICA

02.004.04.122.0002.2199.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 4.250,00
02.004.04.122.0002.2199.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 60,00

Sub-Total:R$ 4.310,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.122.0008.2168.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.280,00

Sub-Total:R$ 3.280,00

03.003-DEPARTAMENTO DE TESOURARIA

03.003.04.123.0008.2223.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.500,00

Sub-Total:R$ 2.500,00

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.129.0008.2125.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.460,00
03.004.04.122.0008.2210.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 350,00

Sub-Total:R$ 2.810,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0002.2233.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 210,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 58/2017

04.001.04.122.0002.2001.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 21.283,00
04.001.04.122.0002.2005.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.350,00
04.001.04.122.0007.2157.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.430,00
04.001.04.122.0002.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.501,00
04.001.04.122.0002.2004.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 4.000,00

Sub-Total:R$ 41.774,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0025.1000.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 13.500,00
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 28.610,00
05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.900,00
05.002.15.451.0025.2234.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 18.626,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.400,00

Sub-Total:R$ 64.036,00

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 25.080,00
05.005.17.512.0013.2034.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 14.500,00
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.250,00

Sub-Total:R$ 41.830,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 353,00
06.001.04.122.0029.2033.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.800,00

Sub-Total:R$ 4.153,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.365.0029.2216.3.3.9.0.14.00.00.00|115000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 960,00
06.002.12.361.0029.2047.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 32.800,00
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.616,00
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 85.406,00

Sub-Total:R$ 123.782,00

06.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTOS

06.004.13.392.0024.2127.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.582,00
06.004.27.813.0030.2240.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.400,00
06.004.13.392.0024.2127.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.815,00

Sub-Total:R$ 10.797,00

06.005-FUNDEB

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 58/2017

06.005.12.365.0032.2219.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 8.546,00
06.005.12.365.0036.2222.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 325,00
	Sub-Total:R$ 8.871,00

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.283,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 300,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 500,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 16.509,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.000,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.452,00
	Sub-Total:R$ 31.044,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.971,00
07.002.10.301.0025.1009.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 215,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 95.900,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 82,00
07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 330,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 14.543,00
07.002.10.302.0015.2229.3.1.9.0.11.00.00.00|114000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 4.600,00
07.002.10.301.0014.2109.3.1.9.0.11.00.00.00|114000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 36.498,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.460,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.305,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.14.00.00.00|114000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 450,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.660,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.400,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.470,00
07.002.10.301.0014.2109.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 13.000,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.93.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 4.200,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 10.833,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.722,00
07.002.10.302.0015.2229.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 1.920,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 710,62

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 58/2017

07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 12.330,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.93.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 600,00

Sub-Total:R$ 220.199,62

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 21.558,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.451,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.060,00
08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 1.551,00
08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.660,00
08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.11.00.00.00|129000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.000,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 361,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.14.00.00.00|129000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.300,00

Sub-Total:R$ 34.941,00

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 19.900,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 930,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.650,00
08.003.08.244.0011.2081.3.1.9.0.11.00.00.00|129000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.700,00
08.003.08.244.0011.2228.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 1.655,00
08.003.08.244.0011.2228.3.1.9.0.11.00.00.00|129000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.300,00
08.003.08.244.0011.2081.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.405,00
08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 370,00
08.003.08.244.0011.2228.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.547,00
08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.250,00

Sub-Total:R$ 40.707,00

08.004-DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 350,00
08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 315,00
08.004.08.243.0011.2172.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 7.055,00
08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 200,00

Sub-Total:R$ 7.920,00

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 58/2017

09.001.04.122.0023.2140.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 300,00
09.001.04.122.0023.2140.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 10.734,00

Sub-Total:R$ 11.034,00

09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN

09.002.20.661.0022.1087.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.130,00
09.002.20.606.0021.2091.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 9.350,00

Sub-Total:R$ 10.480,00

09.003-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

09.003.15.452.0025.2139.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.220,00

Sub-Total:R$ 2.220,00

10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG

10.001.04.122.0008.2162.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.021,00

Sub-Total:R$ 1.021,00

Total Parcial Suplementado: R$ 715.644,62

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at‚ o limite de 30% (trint por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo ênico- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um crgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.452.0025.1064.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 5.600,00
05.002.15.452.0025.1064.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 16.400,00
05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,29
05.002.25.452.0026.1066.3.3.9.0.30.00.00.00|117000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 216,00
05.002.15.451.0025.2242.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 4.500,00
05.002.15.452.0025.1064.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.993,40
05.002.15.451.0025.2248.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 3.000,00
05.002.15.451.0025.2242.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 2.500,00
05.002.26.782.0025.1003.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 0,68
05.002.26.782.0025.1003.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 296,39
05.002.26.782.0025.1003.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 100,00
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 0,83
05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.36.00.00.00|117000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.123,72
05.002.26.782.0025.1003.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.994,52

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 58/2017

05.002.25.452.0026.2123.3.3.9.0.36.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 327,71
05.002.04.122.0007.1055.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 35.699,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 820,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.36.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 8.000,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5,26
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.812,78
05.002.15.451.0025.1000.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 25.459,97
05.002.15.451.0025.1065.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 185.928,17
05.002.15.451.0025.2232.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 68.783,15
05.002.15.451.0025.2234.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 26,72
05.002.15.451.0025.2234.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 400,00
05.002.15.451.0025.2234.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 11.979,12
05.002.15.451.0025.2234.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 18.433,06
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10,00
05.002.15.451.0025.2232.4.4.9.0.52.00.00.00|130000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 0,01
05.002.15.451.0025.2234.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 4.985,77
	Sub-Total:R$ 404.396,55

05.003-DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTE RODOV

05.003.26.782.0025.2226.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 4.293,78
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.480,00
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 701,62
	Sub-Total:R$ 6.475,40

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2,14
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7,01
05.005.17.512.0013.2034.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.043,20
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,82
	Sub-Total:R$ 1.053,17

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 352,35
06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,20

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 58/2017

06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 300,00
06.001.04.122.0029.2033.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2,82
06.001.04.122.0029.2033.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 33,33
06.001.04.122.0029.2033.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 29.966,67
06.001.04.122.0029.2033.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.178,59
06.001.04.122.0029.2033.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 41,45
	Sub-Total:R$ 33.875,41

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.365.0029.2216.3.1.9.0.04.00.00.00|101000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 3.130,00
06.002.12.361.0029.2215.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 32.732,11
06.002.12.365.0029.2216.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 5.457,37
06.002.12.361.0029.2047.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 23.740,06
06.002.12.361.0029.2215.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 128.539,51
06.002.12.361.0029.2044.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 620,00
06.002.12.365.0029.2216.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.401,24
06.002.12.365.0029.2216.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.343,55
06.002.12.365.0029.2216.3.1.9.0.13.00.00.00|115000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 606,38
06.002.12.365.0029.2216.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.146,64
06.002.12.306.0029.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 123,38
06.002.12.306.0029.2043.3.3.9.0.30.00.00.00|122000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 420,66
06.002.12.306.0029.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|122000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 47.688,46
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 369,81
06.002.12.306.0029.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 301,55
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 182,12
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.358,75
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.106,25
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.36.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.961,25
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.36.00.00.00|122000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.615,00
	Sub-Total:R$ 269.844,09
	Total Parcial Reduzido: R$ 715.644,62

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 58/2017

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 02 de Outubro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 52/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 52/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 494/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at, o limite de 30% (trint por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo énico- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um ¢rgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 8.000,00
02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 500,00
02.001.04.122.0002.2164.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 16.000,00

Sub-Total:R$ 24.500,00

02.002-CHEFIA DE GABINETE

02.002.04.122.0002.2200.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 21.300,00

Sub-Total:R$ 21.300,00

02.005-JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR

02.005.04.122.0002.2190.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 350,00

Sub-Total:R$ 350,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.122.0008.2168.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.100,00

Sub-Total:R$ 3.100,00

03.002-DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

03.002.04.123.0008.2211.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 266,50
03.002.04.123.0008.2170.4.6.9.0.71.00.00.00|100000000 PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	R$ 13.243,00

Sub-Total:R$ 13.509,50

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.129.0008.2125.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 350,00

Sub-Total:R$ 350,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0002.2233.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1,00
04.001.04.122.0002.2005.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.400,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 52/2017

04.001.04.122.0002.2005.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.500,00
04.001.04.122.0002.2003.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
04.001.04.122.0002.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 19.700,00
04.001.04.122.0007.2157.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.155,00
04.001.04.122.0002.2201.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.700,00

Sub-Total:R$ 39.456,00

04.003-DEPARTAMENTO DE GESTAO DE PESSOAS

04.003.04.122.0002.2202.3.3.9.0.47.00.00.00|100000000 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	R$ 50.000,00

Sub-Total:R$ 50.000,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO DE INFRA ESTRUTUTRA

05.001.15.451.0025.2224.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 4.000,00

Sub-Total:R$ 4.000,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 16.000,00
05.002.15.451.0025.1001.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 500,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.700,00
05.002.15.451.0025.1002.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.860,00
05.002.15.451.0025.2234.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.800,00
05.002.15.451.0025.1000.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
05.002.15.451.0025.1000.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 9.000,00
05.002.15.451.0025.1002.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 7.200,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 27.000,00
05.002.15.451.0025.2234.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 34.000,00
05.002.15.451.0025.1000.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 694,00
05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 20.000,00
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1,00
05.002.15.451.0025.1002.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 51.967,96

Sub-Total:R$ 182.722,96

05.003-DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTE RODOV

05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.976,00
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.000,00
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 35.976,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 52/2017

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.260,00
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 22.650,00
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 150,00
05.005.17.512.0013.2034.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 26.900,00

Sub-Total:R$ 52.960,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.04.122.0029.2033.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 8.000,00

Sub-Total:R$ 8.000,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.306.0029.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 9.300,00
06.002.12.361.0029.2044.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 620,00
06.002.12.361.0029.2047.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 12.000,00
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.000,00
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 74.312,75
06.002.12.365.0029.2216.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,01
06.002.12.361.0029.2047.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 600,00
06.002.12.365.0029.2216.4.4.9.0.52.00.00.00|115000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 3.500,00
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 15.000,00
06.002.12.365.0029.2216.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.000,00
06.002.12.365.0029.2216.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.000,00
06.002.12.306.0029.2043.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00

Sub-Total:R$ 127.332,76

06.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTOS

06.004.27.813.0030.2240.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.850,00
06.004.13.392.0024.2127.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.100,00
06.004.27.813.0030.2240.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 101.600,00
06.004.27.812.0030.2027.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 9.500,00

Sub-Total:R$ 119.050,00

06.005-FUNDEB

06.005.12.365.0033.2221.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 363,00
06.005.12.365.0032.2219.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 31.500,00
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.04.00.00.00|118000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 1,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 52/2017

Sub-Total:R$ 31.864,00

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 500,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 420,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.000,00

Sub-Total:R$ 7.920,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.32.00.00.00|114000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 120.000,00
~~07.002.10.302.0015.2229.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE~~	R$ 1,00
07.002.10.301.0014.2109.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 40.676,00
07.002.10.301.0014.2097.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 0,01
07.002.10.301.0014.1009.4.4.9.0.51.00.00.00|114000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 117.570,74
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.14.00.00.00|114000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 450,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.500,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.000,01
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 500,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 13.000,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 9.000,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.93.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 4.000,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 11.000,00
07.002.10.301.0014.2109.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 4.000,00
07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00
07.002.10.301.0014.1009.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 242.000,00
07.002.10.301.0014.2097.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1,00

Sub-Total:R$ 571.699,76

08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA

08.001.08.244.0011.2078.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 700,00

Sub-Total:R$ 700,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 1.383,95
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 52/2017

08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.14.00.00.00|129000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 500,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.000,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 6.883,95

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.003.08.244.0011.2081.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 10.000,00
08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.000,00
08.003.08.244.0011.2228.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.493,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.14.00.00.00|129000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 200,00

Sub-Total:R$ 17.693,00

08.004-DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 100,00
08.004.08.243.0011.2172.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 11.000,00
08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.500,00

Sub-Total:R$ 15.600,00

09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN

09.002.20.606.0021.2091.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 350,00

Sub-Total:R$ 350,00

09.003-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

09.003.15.452.0025.2139.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.080,00

Sub-Total:R$ 3.080,00

09.004-DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMIN

09.004.20.605.0021.2160.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG

10.001.04.122.0008.2162.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 7.500,00

Sub-Total:R$ 7.500,00

Total Parcial Suplementado: R$ 1.350.897,93

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at‚ o limite de 30% (trint por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo ênico- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um ¢rgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

02.001-GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 52/2017

02.001.04.122.0002.2164.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 629,08
02.001.04.122.0002.2164.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 107,25
02.001.04.122.0002.2164.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 0,50

Sub-Total:R$ 736,83

02.002-CHEFIA DE GABINETE

02.002.04.122.0002.2200.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 521,18
02.002.04.122.0002.2200.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 12,01

Sub-Total:R$ 533,19

02.003-CONTROLADORIA GERAL

02.003.04.124.0002.2022.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 63,00
02.003.04.124.0002.2022.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 31,26

Sub-Total:R$ 94,26

02.004-ASSESSORIA JURIDICA

02.004.04.122.0002.2199.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 8,84

Sub-Total:R$ 8,84

02.005-JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR

02.005.04.122.0002.2190.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.110,50
02.005.04.122.0002.2190.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.023,98

Sub-Total:R$ 3.134,48

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.122.0008.2168.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 284,50

Sub-Total:R$ 284,50

03.002-DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

03.002.04.123.0008.2211.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 295,25
03.002.04.123.0008.2211.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 11.970,08
03.002.04.123.0008.2211.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 330,00
03.002.04.123.0008.2170.4.6.9.0.71.00.00.00|100000000 PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	R$ 14.020,02

Sub-Total:R$ 26.615,35

05.001-GABINETE DO SECRETARIO DE INFRA ESTRUTUTRA

05.001.15.451.0025.2224.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 200,00
05.001.15.451.0025.2224.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.411,67
05.001.15.451.0025.2224.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.107,64

Sub-Total:R$ 4.719,31

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0025.1002.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 52/2017

05.002.15.451.0025.1002.4.4.9.0.52.00.00.00|130000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 76.967,96
05.002.15.451.0025.1000.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 16.552,76
05.002.15.451.0025.1065.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 124.373,39
05.002.15.451.0025.1002.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.858,55
05.002.15.451.0025.1000.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 6.766,91
05.002.15.451.0025.1001.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 980,00
05.002.15.451.0025.1000.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.345,46
05.002.15.451.0025.1002.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1,45
05.002.04.122.0007.1055.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 44.735,99
05.002.15.451.0025.1000.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 16.561,27
05.002.15.451.0025.1000.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.253,75
05.002.15.451.0025.1000.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 95,41
05.002.15.451.0025.1000.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 34.282,50
Sub-Total:	**R$ 329.779,40**

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0013.1006.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 350.035,60
Sub-Total:	**R$ 350.035,60**

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,92
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.30.00.00.00|122000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 223.275,48
Sub-Total:	**R$ 223.276,40**

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.804,09
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1,00
Sub-Total:	**R$ 3.805,09**

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0014.1009.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 114.459,97
07.002.10.301.0014.1009.4.4.9.0.51.00.00.00|123000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 400,00
07.002.10.301.0014.1009.4.4.9.0.51.00.00.00|114000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 204.732,24
Sub-Total:	**R$ 319.592,21**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 52/2017

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E	
09.001.04.122.0023.2140.3.1.9.0.11.00.00.00|117000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 17.463,60
09.001.04.122.0023.2140.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.048,69
09.001.04.122.0023.2140.3.1.9.0.13.00.00.00|117000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.841,99
09.001.04.122.0023.2140.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 30,66
Sub-Total:	**R$ 23.384,94**
09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN	
09.002.20.661.0022.2161.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 520,00
09.002.20.661.0022.2161.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 11.113,20
09.002.20.606.0021.2091.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 32,68
09.002.20.606.0021.2091.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.755,53
09.002.20.661.0022.2161.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.762,80
Sub-Total:	**R$ 24.184,21**
09.003-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
09.003.18.541.0023.2236.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.141,10
09.003.18.541.0023.2236.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.793,37
09.003.15.452.0025.2139.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 59,50
09.003.18.541.0023.2236.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 0,37
09.003.18.541.0023.2236.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 6.301,98
Sub-Total:	**R$ 13.296,32**
09.004-DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMIN	
09.004.20.605.0021.2160.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 0,50
09.004.20.605.0021.2160.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.721,91
Sub-Total:	**R$ 3.722,41**
10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG	
10.001.04.122.0008.2162.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1,50
10.001.04.122.0008.2162.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.257,69
10.001.04.122.0008.2162.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 9.880,00
10.001.04.122.0008.2162.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.555,40
Sub-Total:	**R$ 23.694,59**
Total Parcial Reduzido:	**R$ 1.350.897,93**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 52/2017

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 01 de Setembro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA 142/2018

PORTARIA 142/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder 120 (cento e vinte) dias, de gozo da **Licença Maternidade,** período compreendido entre 04/05/2018 a 03/09/2018, á Servidora **ADILAINE APARECIDA DE LIMA,** portadora do **RG N° 24034215 SSP/**

MT e do **CPF N° 039.534.991.57, TECNICO – TECNICO ADMINISTRATIVO ESCOLAR,** conforme Artigos 127 da Lei Municipal 11 de 19/11/90, conforme atestado médico em anexo a esta portaria.

. **Art. 2º. –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 04 de Maio de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 007/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a presente **DISPENSA** de Licitação enquadrada **no Inciso II do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93** e suas alterações posteriores e, **Lei Municipal nº 491/2017 de 02/05/2017**, e ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a contratação da **ACACIA DAMINANA SOUSA DA SILVA,** CPF: 018.140.221-12, no valor previsto de **R$ 10.800,00** (Dez Mil e Oitocentos Reais)., Objetivando o **Serviço especializado de Profissional em Educação Física, para prestar serviços de Instrução e Ensino de Arte e Cultura na modalidade em dança de diversos ritmos, intitulado como Projeto "VIVA A DANÇA ZUMBA, VIVA A VIDA", com duas aulas na semana, duração de 1h45min pelo período de 09(Nove) meses, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Alto Paraguai - MT.**Correndo tal despesa à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2018.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Alto Paraguai - MT, 21 de Março de 2018.

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
BALANÇO CONSOLIDADO 2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI MT

BALANÇO CONSOLIDADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI MT

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, Pessoa Juridica de Direito Público Interno, em cumprimento ao disposto no art. 31§ 3º da constituição Federal, artigo 29 da Constituição Estadual e combinado com o Art. 49 da LRF, torna público que ficará a disposição de qualquer contribuinte ou cidadão, para exame e apreciação, no paço municipal no horario de expediente pelo prazo de 60 (sessenta dias), o *BALANÇO ANUAL RELATIVO A 2017*.

Alto Paraguai, 10 de maio de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JENICELIA MARIA DA CRUZ

CONTADORA MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2017 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES		73.513,24	17.910,92	17.910,92		55.602,32
Pessoal e Encargos Sociais		5.200,00				5.200,00
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes		68.313,24	17.910,92	17.910,92		50.402,32
DESPESAS DE CAPITAL		124.900,00	124.900,00	124.900,00		
Investimentos		124.900,00	124.900,00	124.900,00		
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL		198.413,24	142.810,92	142.810,92		55.602,32

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	146.893,44	183.727,26	183.727,26		146.893,44
Pessoal e Encargos Sociais	13.345,27	183.727,26	183.727,26		13.345,27
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	133.548,17				133.548,17
DESPESAS DE CAPITAL	12.352,59				12.352,59
Investimentos	12.352,59				12.352,59
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL	159.246,03	183.727,26	183.727,26		159.246,03

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2017 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas Até o Mês (h)	Despesas Liquidadas Até o Mês (i)	Despesas Pagas Até o Mês (j)	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.921.460,27	23.566.136,17	20.814.661,25	20.535.182,69	19.433.761,32	88,32	2.751.474,92
DESPESAS CORRENTES	16.063.329,67	20.299.984,66	18.904.693,36	18.673.179,38	18.063.255,61	93,12	1.395.291,30
Pessoal e Encargos Sociais	7.882.703,36	10.406.730,66	9.925.467,58	9.902.176,04	9.675.309,47	95,37	481.263,08
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	8.180.626,31	9.893.254,00	8.979.225,78	8.771.003,34	8.387.946,14	90,76	914.028,22
DESPESAS DE CAPITAL	2.723.130,60	3.266.151,51	1.909.967,89	1.862.003,31	1.370.505,71	58,47	1.356.183,62
Investimentos	2.601.855,60	3.152.653,53	1.810.732,31	1.762.767,73	1.271.270,13	57,43	1.341.921,22
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida	121.275,00	113.497,98	99.235,58	99.235,58	99.235,58	87,43	14.262,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	135.000,00						
RESERVA DO RPPS							
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)							
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	18.921.460,27	23.566.136,17	20.814.661,25	20.535.182,69	19.433.761,32	88,32	2.751.474,92
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)							
Amortização da Dívida Interna							
Dívida Mobiliária							
Outras Dívidas							
Amortização da Dívida Externa							
Dívida Mobiliária							
Outras Dívidas							
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.921.460,27	23.566.136,17	20.814.661,25	20.535.182,69	19.433.761,32	88,32	2.751.474,92
SUPERÁVIT (XIII)	844.900,00						
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.766.360,27	23.566.136,17	20.814.661,25	20.535.182,69	19.433.761,32	88,32	2.751.474,92

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas Até o Mês (h)	Despesas Liquidadas Até o Mês (i)	Despesas Pagas Até o Mês (j)	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
DESPESAS CORRENTES (I)							
Pessoal e Encargos Sociais							
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes							
DESPESAS DE CAPITAL (II)							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)							
SUPERÁVIT (IV)							
TOTAL (V) = (III + IV)							

Emissão: 03/05/2018 11:24:32

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2017 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 03/05/2018 11:24:32

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2017 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas Até o Mês (h)	Despesas Liquidadas Até o Mês (i)	Despesas Pagas Até o Mês (j)	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.921.460,27	23.566.135,17	20.864.389,11	20.584.910,55	19.480.000,80	88,53	2.701.746,06
DESPESAS CORRENTES	16.063.329,67	20.299.983,66	18.910.239,84	18.678.725,86	18.068.802,09	93,15	1.389.743,82
Pessoal e Encargos Sociais	7.882.703,36	10.406.730,66	9.925.467,58	9.902.176,04	9.675.309,47	95,37	481.263,08
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	8.180.626,31	9.893.253,00	8.984.772,26	8.776.549,82	8.393.492,62	90,81	908.480,74
DESPESAS DE CAPITAL	2.723.130,60	3.266.151,51	1.954.149,27	1.906.184,69	1.411.198,71	59,83	1.312.002,24
Investimentos	2.601.855,60	3.152.653,53	1.854.913,69	1.806.949,11	1.311.963,13	58,83	1.297.739,84
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida	121.275,00	113.497,98	99.235,58	99.235,58	99.235,58	87,43	14.262,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	135.000,00						
RESERVA DO RPPS							
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)							
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	18.921.460,27	23.566.135,17	20.864.389,11	20.584.910,55	19.480.000,80	88,53	2.701.746,06
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)							
Amortização da Dívida Interna							
Dívida Mobiliária							
Outras Dívidas							
Amortização da Dívida Externa							
Dívida Mobiliária							
Outras Dívidas							
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.921.460,27	23.566.135,17	20.864.389,11	20.584.910,55	19.480.000,80	88,53	2.701.746,06
SUPERÁVIT (XIII)	844.900,00						
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.766.360,27	23.566.135,17	20.864.389,11	20.584.910,55	19.480.000,80	88,53	2.701.746,06

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas Até o Mês (h)	Despesas Liquidadas Até o Mês (i)	Despesas Pagas Até o Mês (j)	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
DESPESAS CORRENTES (I)							
Pessoal e Encargos Sociais							
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes							
DESPESAS DE CAPITAL (II)							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)							
SUPERÁVIT (IV)							
TOTAL (V) = (III + IV)							

Emissão: 10/05/2018 10:34:10

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2017 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 10/05/2018 10:34:10

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2017 (- CONSOLIDADO)

Data de emissão: 14/03/2018

Exercício: 2017 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária	**19.426.965,50**		**Despesa Orçamentária**	**20.040.237,17**	
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	8.869.554,33		Ordinária	6.652.795,45	
Vinculadas			Vinculadas		
Assistência social	509.629,50		Assistência social	390.085,63	
Contribuição de Intervenção no Dominío Econômico	59.304,10		Contribuição de Intervenção no Dominío Econômico		
Educação	6.937.355,22		Educação	5.631.396,65	
Outras áreas	1.946.306,88		Outras áreas	2.392.941,08	
Saúde	3.555.526,89		Saúde	4.973.018,36	
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária	2.450.711,42				
Transferências Financeiras Recebidas			**Transferencias Financeiras Concedidas**	**932.549,55**	
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas	932.549,55	
Recebimentos Extra-Orçamentários	**3.662.585,97**	**382.140,50**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**2.705.376,09**	
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período	1.440.848,46	382.140,50	Pagos no período	326.538,18	
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	2.188.941,37		Outras movimentações extra-orçamentárias	2.345.668,93	
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	32.796,14		Outras movimentações extra-orçamentárias	33.168,98	
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho					
Ajuste de Investimentos - Ganho					
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior	**3.557.753,69**		**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**3.067.091,79**	
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		

Emissão: 03/05/2018 13:08:48 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2017 (- CONSOLIDADO)

Data de emissão: 14/03/2018

Exercício: 2017 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Bancos conta movimento	3.557.753,69		Bancos conta movimento	3.067.091,79	
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
TOTAL	**26.647.305,16**	**382.140,50**	**TOTAL**	**26.745.254,60**	

Emissão: 03/05/2018 13:08:48 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)
Dezembro/2017

Data de emissão: 14/03/2018

Exercício: 2017 **P. Contas: PCASP-MT**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
ATIVO CIRCULANTE	**4.284.773,51**	**10.697.567,06**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**2.103.221,16**	**1.294.930,04**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.067.091,79	3.557.753,69	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	309.479,75	197.072,53
CREDITOS A CURTO PRAZO	1.185.955,55	7.139.813,37	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	33.385,30	2.171.109,68	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.043.147,03	200.215,03
CLIENTES			OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	5.949,46	
CREDITOS DE TRANSFERENCIAS A RECEBER	1.107.171,29	4.968.703,69	PROVISOES A CURTO PRAZO		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	744.644,92	897.642,48
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	45.398,96				
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA					
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO					
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	372,84				
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO					
ESTOQUES	31.353,33				
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE					
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**20.581.730,33**	**17.611.893,69**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**2.889.396,20**	**1.077.898,80**
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	3.359.905,07	2.275.440,53	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	524.828,03	
CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO	3.359.905,07	2.275.440,53	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		1.077.898,80
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	2.364.568,17	
CLIENTES	55.778,24	55.778,24	OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			PROVISOES A LONGO PRAZO		
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	3.304.126,83	2.219.662,29	DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO		
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA (P)			RESULTADO DIFERIDO		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A LONGO PRAZO			**TOTAL DO PASSIVO**	**4.992.617,36**	**2.372.828,84**
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO			**PATRIMÔNIO LIQUIDO**		
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO			**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
ESTOQUES			PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
INVESTIMENTOS			RESERVAS DE CAPITAL		
PARTICIPACOES PERMANENTES			AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL			RESERVAS DE LUCROS		

Emissão: 03/05/2018 13:12:42 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Dezembro/2017

Data de emissão: 14/03/2018

PARTICIPACOES EM SOCIEDADES CONTROLADAS (P)			DEMAIS RESERVAS		
PARTICIPACOES EM SOCIEDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO (P)			RESULTADOS ACUMULADOS	20.762.617,04	25.936.631,91
PARTICIPACOES EM SOCIEDADES COLIGADAS (P)			RESULTADO DO EXERCÍCIO	-5.217.415,19	
MAIS-VALIA SOBRE OS ATIVOS DAS INVESTIDAS (P)			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	25.936.631,91	25.936.631,91
AGIO SOBRE OS INVESTIMENTOS (P)			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	43.400,32	
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (P)			OUTROS RESULTADOS		
PARTICIPACAO EM CONSORCIOS PUBLICOS (P)			(-) ACOES/COTAS EM TESOURARIA		
PARTICIPACAO EM FUNDOS (P)					
PARTICIPACAO EM OUTRAS SOCIEDADES AVALIDAS POR EQUIVALENCIA PATRIMONIAL (P)					
OUTRAS PARTICIPACOES - MEP (P)					
AGIO NA AQUISICAO DE PARTICIPACOES AVALIADAS PELO MEP (P)					
(-) AMORTIZACAO DE AGIO NA AQUISICAO DE PARTICIPACOES AVALIADAS PELO MEP (P)					
(-) DESAGIO NA AQUISICAO DE PARTICIPACOES AVALIADAS PELO MEP (P)					
AMORTIZACAO DE DESAGIO NA AQUISICAO DE PARTICIPACOES AVALIADAS PELO MEP (P)					
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO					
PARTICIPACOES EM OUTRAS SOCIEDADES (P)					
PARTICIPACAO EM FUNDOS (P)					
PARTICIPACOES EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS (P)					
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL (P)					
OUTRAS PARTICIPACOES (P)					
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO					
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO					
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES					
(-)DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO					
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE BENS IMOVEIS PARA FUTURA UTILIZACAO (P)					
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE BENS IMOVEIS NAO DESTINADOS A USO (P)					
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA OUTRAS PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS (P)					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE PARTICIPAÇÕES PERMANENTES					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALEN					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO (P)					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE BENS IMOVEIS PARA FUTURA UTILIZACAO (P)					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE BENS IMOVEIS NAO DESTINADOS A USO (P)					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES					
IMOBILIZADO	17.221.825,26	15.336.453,16			
BENS MOVEIS	10.972.965,74	10.174.035,25			
BENS IMOVEIS	6.248.859,52	5.162.417,91			

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Dezembro/2017

Data de emissão: 14/03/2018

(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO					
INTANGIVEL					
SOFTWARES					
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS					
DIREITO DE USO DE IMOVEIS					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL					
			TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUIDO	**20.762.617,04**	**25.936.631,91**
TOTAL	**24.866.503,84**	**28.309.460,75**	**TOTAL**	**25.755.234,40**	**28.309.460,75**

ATIVO FINANCEIRO	**3.067.464,63**	**3.557.753,69**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**2.431.504,03**	**1.439.029,01**
ATIVO PERMANENTE	**21.799.039,21**	**24.751.707,06**	**PASSIVO PERMANENTE**	**2.889.396,20**	**1.132.213,07**
SALDO PATRIMONIAL				**19.545.603,61**	**25.738.218,67**

Compensação

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
EXECUCAO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS			EXECUCAO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		
EXECUCAO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	2.290.598,81	2.290.598,81	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	-9.880,13	
EXECUCAO DE DIREITOS CONTRATUAIS			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	6.007.128,29	4.695.181,90
EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	26.348,21	26.348,21	EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.845.372,00	1.845.372,00
TOTAL	**2.316.947,02**	**2.316.947,02**	**TOTAL**	**7.842.620,16**	**6.540.553,90**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO EM 2017	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO EM 2016
ORDINÁRIA		
100000000 - Recursos Ordinarios	-571.812,99	
101000000 - Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Educacao	-156.550,16	
102000000 - Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude	-92.694,41	
116000000 - Contribuicao de Intervencao do Dominio Economico - CIDE	300,07	
117000000 - Contribuicao para o Custeio dos Servicos de Iluminacao Publica - COSIP	2,00	
130000000 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	-22.515,45	
301000000 - Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Educacao	-9.627,25	

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Dezembro/2017

Data de emissão: 14/03/2018

302000000 - Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude	-1.709,91	
314000000 - Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	-76.186,15	
315000000 - Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FNDE	-20.581,56	
322000000 - Transferencias de Convenios - Educacao	-76.076,56	
324000000 - Transferencias de Convenios - Outros (nao relacionados a educacao/saude/assistencia social)	-179.115,63	
329000000 - Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS	-15.167,06	
VINCULADA		
114000000 - Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS - Uniao	-40.982,72	
115000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	112,30	
118000000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exer	-236.090,39	
119000000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	-20.367,64	
122000000 - Transferências de Convênios - Educação	304.162,22	
123000000 - Transferências de Convênios - Saúde	671.859,65	
124000000 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.001.221,06	
129000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	271.547,59	
142000000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	-11.326,96	
143000000 - Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	13.859,39	
TOTAL	**732.259,44**	

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO)

Dezembro/2017

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**21.754.938,17**	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**519.849,31**	
IMPOSTOS	513.679,07	
TAXAS	6.170,24	
CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUIÇÕES	**261.813,31**	
CONTRIBUICOES SOCIAIS		
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO		
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	261.813,31	
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**111.851,83**	
VENDA DE MERCADORIAS		
VENDA DE PRODUTOS		
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	111.851,83	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**212.102,36**	
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA	-118,95	
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	212.221,31	
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**20.028.256,95**	
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	20.025.756,95	
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS		
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	2.500,00	
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS		
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	**118.512,78**	
REAVALIACAO DE ATIVOS		
GANHOS COM ALIENACAO		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR NASCIMENTOS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS APREENDIDOS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR PRODUCAO		
OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	31.402,37	
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	87.110,41	
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**502.551,63**	
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES		
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS		
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	502.551,63	

Emissão: 03/05/2018 13:14:13 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO)

Dezembro/2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**27.876.532,95**	
PESSOAL E ENCARGOS	**9.405.986,63**	
REMUNERACAO A PESSOAL	8.053.533,02	
ENCARGOS PATRONAIS	1.352.453,61	
BENEFICIOS A PESSOAL		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		
APOSENTADORIAS E REFORMAS		
PENSOES		
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA		
BENEFICIOS EVENTUAIS		
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA		
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS		
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**7.988.118,51**	
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	2.055.584,09	
SERVICOS	5.932.534,42	
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**1.911.332,98**	
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	1.856.418,71	
JUROS E ENCARGOS DE MORA	600,00	
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	54.314,27	
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**3.347.687,19**	
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	932.549,55	
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.415.137,64	
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS		
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	**4.776.451,47**	
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	670.769,35	
PERDAS COM ALIENACAO		
PERDAS INVOLUNTARIAS		
INCORPORACAO DE PASSIVOS		
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	4.105.682,12	
TRIBUTÁRIAS	**202.003,40**	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUICOES	202.003,40	
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS		
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS		
CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**244.952,77**	
PREMIACOES		
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES		
INCENTIVOS		
SUBVENCOES ECONOMICAS		
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES		
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES		

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO)

Dezembro/2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**27.876.532,95**	
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	244.952,77	
Resultado Patrimonial do Período	**-6.121.594,78**	

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO)

Dezembro/2017

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	1.843.588,73	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	99.235,58	
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 38/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 494/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at‚ o limite de 30% (trint por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo énico- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um ¢rgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2164.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 8.300,00
02.001.04.122.0002.2164.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 46.100,00

Sub-Total:R$ 54.400,00

02.002-CHEFIA DE GABINETE

02.002.04.122.0002.2200.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 8.300,00

Sub-Total:R$ 8.300,00

02.003-CONTROLADORIA GERAL

02.003.04.124.0002.2022.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 300,00

Sub-Total:R$ 300,00

02.004-ASSESSORIA JURIDICA

02.004.04.122.0002.2199.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 100,00

Sub-Total:R$ 100,00

02.005-JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR

02.005.04.122.0002.2190.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.200,00

Sub-Total:R$ 1.200,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.122.0008.2168.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 9.000,00
03.001.04.122.0008.2168.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 600,00
03.001.04.122.0008.2168.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 5.200,00

Sub-Total:R$ 14.800,00

03.002-DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

03.002.04.123.0008.2211.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 30,00

Sub-Total:R$ 30,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2017

03.003-DEPARTAMENTO DE TESOURARIA

03.003.04.123.0008.2223.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.200,00

Sub-Total:R$ 2.200,00

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.129.0008.2125.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 300,00

Sub-Total:R$ 300,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0002.2003.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.200,00
04.001.04.122.0002.2001.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.600,00
04.001.04.122.0002.2005.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.100,00
04.001.04.122.0002.2003.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 800,00
04.001.04.122.0002.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 53.400,00
04.001.04.122.0002.2005.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 400,00
04.001.04.122.0002.2001.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 400,00

Sub-Total:R$ 60.900,00

04.003-DEPARTAMENTO DE GESTAO DE PESSOAS

04.003.04.122.0003.2118.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 11.000,00

Sub-Total:R$ 11.000,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO DE INFRA ESTRUTUTRA

05.001.15.451.0025.2224.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 4.000,00
05.001.15.451.0025.2224.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 300,00
05.001.15.451.0025.2224.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 5.300,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 16.100,00
05.002.26.782.0025.1003.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.500,00
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 20.100,00
05.002.15.451.0025.1000.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 400,00
05.002.15.451.0025.1001.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 350,00
05.002.26.782.0025.1003.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.000,00
05.002.15.452.0025.2013.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 200,00
05.002.04.122.0007.2158.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 15.000,00
05.002.15.451.0025.1000.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 41.540,00

Sub-Total:R$ 101.190,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2017

05.003-DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTE RODOV

05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.200,00
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.000,00
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 9.000,00
05.003.26.782.0025.2156.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.500,00

Sub-Total:R$ 26.700,00

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0013.2034.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 22.000,00
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.100,00

Sub-Total:R$ 23.100,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.04.122.0029.2033.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.300,00

Sub-Total:R$ 2.300,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 6.000,00
06.002.12.306.0029.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.300,00
06.002.12.306.0029.2043.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.700,00
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.700,00
06.002.12.365.0029.2216.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.500,00

Sub-Total:R$ 17.200,00

06.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTOS

06.004.27.812.0030.2027.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 6.600,00

Sub-Total:R$ 6.600,00

06.005-FUNDEB

06.005.12.365.0033.2221.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 44.000,00
06.005.12.365.0036.2222.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 32.700,00
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.000,00
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 85.500,00
06.005.12.361.0034.2218.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 53.000,00
06.005.12.361.0034.2218.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 25.500,00
06.005.12.365.0032.2219.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.500,00
06.005.12.365.0032.2219.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 26.100,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2017

Sub-Total:R$ 271.300,00

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.700,00
07.001.10.122.0017.2107.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 500,00
07.001.10.122.0017.2107.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 500,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.900,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.200,00

Sub-Total:R$ 16.800,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 15.000,00
07.002.10.301.0014.2109.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 40.000,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 200.000,00
07.002.10.301.0014.2097.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.100,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 14.600,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 31.100,00
07.002.10.305.0014.2098.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 500,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 15.000,00
07.002.10.302.0015.2229.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 46.600,00
07.002.10.304.0018.2102.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.000,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.600,00
07.002.10.301.0025.1009.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.500,00
07.002.10.303.0016.2106.3.3.9.0.32.00.00.00|114000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 29.200,00

Sub-Total:R$ 403.200,00

08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA

08.001.08.244.0011.2078.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 10.700,00
08.001.08.244.0011.2078.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 700,00

Sub-Total:R$ 11.400,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0011.2083.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 700,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.000,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.14.00.00.00|129000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.300,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.400,00
08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.11.00.00.00|129000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.000,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.200,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2017

08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.200,00
08.002.08.244.0011.2079.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 650,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.500,00
08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.04.00.00.00|129000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 350,00
	Sub-Total:R$ 18.300,00

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.700,00
08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.000,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 8.300,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 100,00
08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.500,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.100,00
08.003.08.244.0011.2228.3.1.9.0.04.00.00.00|129000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 6.300,00
08.003.08.244.0011.2228.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.300,00
	Sub-Total:R$ 26.300,00

08.004-DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 600,00
08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.300,00
	Sub-Total:R$ 3.900,00

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.04.122.0023.2140.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 7.000,00
09.001.04.122.0023.2140.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.000,00
	Sub-Total:R$ 9.000,00

09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN

09.002.20.604.0021.1079.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 26.000,00
	Sub-Total:R$ 26.000,00

09.004-DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMIN

09.004.20.605.0021.2160.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 5.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 1.127.120,00

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at‚ o limite de 30% (trint por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo énico- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um ¢rgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2017

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0025.2234.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0029.2049.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 13.822,50
06.002.12.361.0029.2049.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 6.060,92
06.002.12.361.0029.2049.3.3.9.0.36.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 10.500,00
06.002.12.361.0029.2049.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.500,00
06.002.12.361.0029.2049.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 30.870,00
06.002.12.361.0029.2049.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 13.230,00
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 81,50
06.002.12.361.0029.2046.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 6.025,00
06.002.12.361.0029.2047.3.3.9.0.92.00.00.00|101000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 11.025,00
06.002.12.361.0029.2049.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 34.728,75
06.002.12.361.0029.2049.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 14.883,75
06.002.12.361.0029.2047.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 16.700,00
06.002.12.361.0029.2046.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 6.025,00
06.002.12.365.0029.2216.3.3.9.0.14.00.00.00|115000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 450,00
06.002.12.365.0029.2216.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.493,50
06.002.12.365.0029.2216.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 3.630,00
06.002.12.365.0029.2245.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.000,00
06.002.12.365.0029.2245.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 3.000,00
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.36.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 11.025,00
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.36.00.00.00|122000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 38.587,50
06.002.12.361.0029.2215.3.3.9.0.36.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 11.025,00
06.002.12.365.0029.2216.3.1.9.0.04.00.00.00|115000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 551,25
06.002.12.365.0029.2216.3.1.9.0.04.00.00.00|101000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 581,92
06.002.12.361.0029.2215.4.4.9.0.52.00.00.00|115000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 8.820,00
06.002.12.361.0029.1060.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 10.823,42
06.002.12.361.0029.1084.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 730,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2017

06.002.12.361.0029.1062.4.4.9.0.52.00.00.00|115000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 44.817,00
06.002.12.361.0029.1084.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 41.674,50
06.002.12.361.0029.1062.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 26.778,00
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.92.00.00.00|122000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 2.200,00
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.92.00.00.00|101000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 1.650,00
06.002.12.361.0029.2035.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.525,00
06.002.12.361.0029.2040.3.3.9.0.92.00.00.00|115000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 1.650,00
06.002.12.361.0029.2035.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.512,50
06.002.12.306.0029.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|122000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 15.940,00
	Sub-Total:R$ 406.917,51

06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

06.003.12.365.0029.1063.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.102,50
06.003.12.365.0029.1063.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 9.922,50
06.003.12.365.0029.1063.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.102,50
06.003.12.365.0029.1063.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 6.615,00
06.003.12.365.0029.1063.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 39.535,00
06.003.12.365.0029.2246.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 27.000,00
06.003.12.365.0029.1063.3.3.9.0.30.00.00.00|122000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 9.922,50
06.003.12.365.0029.2246.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 3.000,00
	Sub-Total:R$ 98.200,00

06.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTOS

06.004.27.812.0030.1078.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 600,00
06.004.27.812.0030.1078.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 34.267,50
06.004.13.392.0024.2129.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 3.525,00
06.004.27.812.0030.1078.3.3.9.0.36.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.400,00
06.004.13.392.0024.2129.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 3.307,50
06.004.27.812.0030.2247.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 27.000,00
06.004.27.812.0030.1078.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.807,50
06.004.27.812.0030.2247.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 3.000,00
06.004.27.812.0030.2027.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.205,00
06.004.13.392.0024.2127.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 13.065,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2017

06.004.13.392.0024.2127.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 5.615,00
06.004.27.812.0030.1078.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.800,00
06.004.13.391.0024.2128.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 9.922,50
06.004.13.391.0024.2128.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.102,50
06.004.27.812.0030.1078.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 59.425,41
06.004.27.812.0030.1078.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 16.200,00
06.004.27.812.0030.1078.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 7.173,75
06.004.13.392.0024.2129.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 7.717,50
06.004.13.391.0024.2128.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 5.512,50
06.004.13.391.0024.2128.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 5.512,50
06.004.13.391.0024.2128.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.102,50
06.004.13.391.0024.2128.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 9.922,50
06.004.13.392.0024.2129.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.653,75
06.004.13.392.0024.2129.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.858,75
06.004.13.391.0024.2128.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 9.922,95
06.004.13.391.0024.2128.3.3.9.0.36.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.102,55
Sub-Total:	**R$ 243.722,16**

06.005-FUNDEB

06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2,50
06.005.12.365.0035.2220.3.1.9.0.04.00.00.00|101000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 8.017,50
06.005.12.361.0034.2218.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 9,89
06.005.12.365.0036.2222.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 74,79
06.005.12.365.0036.2222.3.3.9.0.36.00.00.00|119000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 29,80
06.005.12.365.0036.2222.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2,50
06.005.12.365.0035.2220.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 317,50
06.005.12.365.0035.2220.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 104,25
Sub-Total:	**R$ 8.558,73**

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 386,40
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 123,99
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 13.489,61
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.34.00.00.00|102000000 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	R$ 461,00
~~07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL~~	R$ 2.275,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2017

07.001.10.122.0017.2107.4.4.9.0.51.00.00.00|123000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 9.000,00
07.001.10.122.0017.2107.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.000,00
07.001.10.122.0017.2107.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 68.755,67
07.001.10.122.0017.2241.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.833,06
07.001.10.122.0017.2241.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 105.324,73

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0014.2095.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.000,00
07.002.10.301.0014.2095.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.379,00
07.002.10.301.0014.2095.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.000,00
07.002.10.301.0014.2095.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 350,00
07.002.10.301.0014.2095.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 50,00
07.002.10.301.0014.2095.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 100,00
07.002.10.301.0014.2097.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 400,00
07.002.10.301.0014.2095.3.3.9.0.93.00.00.00|142000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 100,00
07.002.10.301.0014.2095.3.3.9.0.93.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 200,00
07.002.10.301.0014.2095.3.3.9.0.93.00.00.00|114000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 700,00
07.002.10.301.0014.1009.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 50,00
07.002.10.301.0025.1009.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 100,00
07.002.10.301.0014.1009.3.3.9.0.39.00.00.00|123000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 350,00
07.002.10.301.0025.1009.3.3.9.0.39.00.00.00|123000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 400,00
07.002.10.301.0014.1009.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 50,00
07.002.10.301.0014.1009.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 50,00
07.002.10.304.0018.1085.4.4.9.0.61.00.00.00|123000000 AQUISICAO DE IMOVEIS	R$ 500,00
07.002.10.304.0018.1085.4.4.9.0.61.00.00.00|102000000 AQUISICAO DE IMOVEIS	R$ 500,00
07.002.10.301.0025.1009.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 2.044,67
07.002.10.301.0014.1009.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 100,00
07.002.10.301.0014.1009.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 400,00
07.002.10.301.0014.2109.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 24.000,00
07.002.10.301.0014.2109.4.4.9.0.51.00.00.00|114000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 8.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2017

07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.14.00.00.00|114000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.000,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.456,25
07.002.10.301.0014.2109.4.4.9.0.51.00.00.00|142000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 8.000,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.14.00.00.00|114000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.505,00
07.002.10.302.0015.2229.4.4.9.0.52.00.00.00|142000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.000,00
07.002.10.302.0015.2229.4.4.9.0.52.00.00.00|123000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.000,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.14.00.00.00|142000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 500,00
07.002.10.302.0015.2229.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.601,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.275,00
07.002.10.302.0015.2229.3.1.9.0.04.00.00.00|114000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 8.407,50
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.93.00.00.00|123000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 32.000,00
07.002.10.302.0015.2229.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 26.820,30
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.34.00.00.00|124000000 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	R$ 400,00
07.002.10.302.0015.2229.4.4.9.0.51.00.00.00|123000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 800,00
07.002.10.302.0015.2229.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 200,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.14.00.00.00|142000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.001,25
07.002.10.301.0014.2198.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.756,25
07.002.10.301.0014.2198.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 133,25
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.34.00.00.00|100000000 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	R$ 100,00
07.002.10.301.0014.2198.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 993,97
07.002.10.301.0014.2198.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.102,50
07.002.10.301.0014.2097.3.3.9.0.14.00.00.00|114000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.600,00
07.002.10.305.0014.2098.3.1.9.0.04.00.00.00|142000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 12.027,50
07.002.10.305.0014.2098.3.1.9.0.04.00.00.00|114000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 30.318,75
07.002.10.305.0014.2098.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 400,00
07.002.10.305.0014.2098.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 18.191,25
07.002.10.301.0014.2097.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.666,80
07.002.10.305.0014.2098.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 137,69

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2017

07.002.10.305.0014.2098.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 400,00
07.002.10.305.0014.2098.4.4.9.0.52.00.00.00|123000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.200,00
07.002.10.305.0014.2098.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.681,01
07.002.10.301.0014.2097.3.1.9.0.04.00.00.00|142000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 200,00
07.002.10.301.0014.2097.3.1.9.0.04.00.00.00|114000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 300,00
07.002.10.301.0014.2097.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 76,09
07.002.10.301.0014.2097.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 500,00
07.002.10.301.0014.2097.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.880,00
07.002.10.301.0014.2097.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.266,60
07.002.10.301.0014.2097.3.3.9.0.36.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 47,79
07.002.10.301.0014.2097.3.3.9.0.36.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 600,00
07.002.10.303.0016.2106.4.4.9.0.52.00.00.00|123000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 750,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.363,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 6.205,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 225,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 420,92
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.370,03
07.002.10.303.0016.2106.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.250,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.960,00
07.002.10.303.0016.2106.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 500,00
07.002.10.305.0014.2098.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.000,00
07.002.10.304.0018.2102.3.1.9.0.04.00.00.00|142000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 3.307,50
07.002.10.304.0018.2102.3.1.9.0.04.00.00.00|114000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 9.922,50
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 250,00
07.002.10.304.0018.2102.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 3.307,50
07.002.10.304.0018.2102.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 5.016,00
07.002.10.304.0018.2102.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 680,00
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.14.00.00.00|114000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 300,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2017

07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.14.00.00.00|142000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 200,00

Sub-Total:R$ 259.396,87

Total Parcial Reduzido: R$ 1.127.120,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 03 de Julho de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 34/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 34/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 494/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at, o limite de 30% (vinte por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo énico- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um ¢rgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0002.2164.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 10.700,00
02.001.04.122.0002.2164.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.700,00

Sub-Total:R$ 14.400,00

03.002-DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

03.002.04.123.0008.2211.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 4.200,00
03.002.04.123.0008.2170.4.6.9.0.71.00.00.00|100000000 PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	R$ 13.000,00

Sub-Total:R$ 17.200,00

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.122.0008.2169.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 1.000,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GE

04.001.04.122.0002.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 18.000,00

Sub-Total:R$ 18.000,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO DE INFRA ESTRUTUTRA

05.001.15.451.0025.2224.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 1.000,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 900,00
05.002.15.451.0025.2232.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00
05.002.26.782.0025.1003.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.400,00

Sub-Total:R$ 6.300,00

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 34/2017

05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 17.000,00
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.700,00
05.005.17.512.0013.2034.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.300,00
05.005.17.512.0013.2034.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 300,00

Sub-Total:R$ 20.300,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7.000,00
06.002.12.306.0029.2043.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.500,00
06.002.12.306.0029.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 6.700,00
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 700,00

Sub-Total:R$ 15.900,00

06.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTOS

06.004.27.812.0030.2027.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7.200,00

Sub-Total:R$ 7.200,00

06.005-FUNDEB

06.005.12.365.0036.2222.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.300,00
06.005.12.361.0029.2053.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7.200,00
06.005.12.361.0034.2218.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 24.000,00
06.005.12.361.0029.2053.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 25.000,00
06.005.12.365.0036.2222.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 32.300,00
06.005.12.361.0034.2218.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 19.500,00
06.005.12.365.0035.2220.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 6.600,00

Sub-Total:R$ 118.900,00

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 14.100,00
07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 18.100,00

Sub-Total:R$ 32.200,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.800,00
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.000,00
07.002.10.302.0015.2229.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 800,00
07.002.10.304.0018.2102.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 13.000,00
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 800,00

Sub-Total:R$ 19.400,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 34/2017

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0011.2079.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 300,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.600,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.400,00

Sub-Total:R$ 11.300,00

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.003.08.244.0011.2228.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 8.100,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.000,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.500,00
08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.400,00

Sub-Total:R$ 21.000,00

08.004-DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.004.08.243.0011.2172.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 250,00

Sub-Total:R$ 250,00

Total Parcial Suplementado: R$ 304.350,00

Art. 4§ - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, cr‚ditos adicionais suplementares at, o limite de 30% (vinte por cento), no curso da execu‡Æo or‡ament ria, com base nos recursos efetivamente dispon¡veis, conforme estabelece os arts. 42 e 43 da Lei n§ 4.320/64, de 17 de mar‡o de 1964, do total da despesa fixado no art. 1.§ desta Lei.
Par grafo énico- Realizar transposi‡Æo, remanejamento ou transferˆncia de um ¢rgÆo para o outro, de uma categoria de programa para outro e de um elemento de d

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0029.1060.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 46.976,58
06.002.12.361.0029.1060.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 14.450,00
06.002.12.306.0029.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|122000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00
06.002.12.361.0029.1051.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 152.723,42
06.002.12.361.0029.1059.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 17.640,00
06.002.12.361.0029.1059.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 70.560,00

Sub-Total:R$ 304.350,00

Total Parcial Reduzido: R$ 304.350,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 34/2017

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 28 de Junho de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 71/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 71/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 475/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 5.§ Fica ainda o Poder Executivo Autorizado a abrir credito adicional suplementar por Decreto para refor‡o de dota‡äes existentes no or‡amento, decorrentes de recursos de convˆnios sempre que esses convˆnios exigirem suplementa‡Æo para sua contrata‡Æo e execu‡Æo, com fundamento no inciso I, do art. 41 e inciso II e III do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0025.1065.4.4.9.0.51.00.00.00|324000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 178.497,18
05.002.15.451.0025.1000.4.4.9.0.51.00.00.00|324000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 91.173,43
05.002.15.451.0025.1002.3.3.9.0.30.00.00.00|330000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.860,00
05.002.15.451.0025.2225.3.3.9.0.30.00.00.00|330000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.364,30

Sub-Total:R$ 273.894,91

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0013.1006.4.4.9.0.51.00.00.00|324000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 20.594,69

Sub-Total:R$ 20.594,69

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0029.2047.3.3.9.0.36.00.00.00|301000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 687,13
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.39.00.00.00|315000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 44.590,51
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.30.00.00.00|301000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.484,07
06.002.12.361.0029.2047.3.3.9.0.14.00.00.00|301000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 100,00
06.002.12.306.0029.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|301000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.143,18
06.002.12.361.0029.2214.3.3.9.0.39.00.00.00|322000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 133.251,31

Sub-Total:R$ 188.256,20

06.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTOS

06.004.13.392.0024.2129.3.3.9.0.39.00.00.00|323000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.546,48
06.004.27.812.0030.1078.4.4.9.0.51.00.00.00|324000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 5.138,34

Sub-Total:R$ 10.684,82

07.001-GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

07.001.10.122.0017.2107.3.3.9.0.93.00.00.00|324000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 169.406,63

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 71/2017

Sub-Total:R$ 169.406,63

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.39.00.00.00|302000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 41.200,00
07.002.10.301.0014.2109.3.1.9.0.13.00.00.00|302000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 27.705,95
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|302000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.700,00
07.002.10.301.0025.1009.4.4.9.0.51.00.00.00|323000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 51.070,57
07.002.10.301.0014.1009.4.4.9.0.51.00.00.00|323000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 114.106,64
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.39.00.00.00|314000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 25.000,00
07.002.10.303.0016.2106.3.1.9.0.11.00.00.00|314000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 9.617,64
07.002.10.305.0014.2098.3.3.9.0.30.00.00.00|314000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.968,68
07.002.10.301.0014.2109.3.3.9.0.36.00.00.00|314000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 13.714,80
07.002.10.302.0015.2229.3.1.9.0.13.00.00.00|314000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 20.400,00
07.002.10.305.0014.2098.3.1.9.0.13.00.00.00|314000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 4.550,87
07.002.10.302.0015.2229.3.1.9.0.13.00.00.00|302000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 24.058,67
07.002.10.301.0014.2095.3.1.9.0.11.00.00.00|314000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 69.429,97
07.002.10.301.0014.2109.3.1.9.0.11.00.00.00|314000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 12.273,60
07.002.10.301.0014.2109.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 0,01
07.002.10.301.0014.2097.3.1.9.0.11.00.00.00|302000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 22.071,62
07.002.10.303.0016.2106.3.1.9.0.13.00.00.00|314000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 8.400,00
07.002.10.301.0014.2097.3.1.9.0.11.00.00.00|314000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 34.075,08
07.002.10.304.0018.2102.3.3.9.0.30.00.00.00|314000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 813,92
07.002.10.301.0014.2097.3.1.9.0.13.00.00.00|314000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 28.000,00
07.002.10.305.0014.2098.3.1.9.0.11.00.00.00|314000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 9.113,38
07.002.10.301.0014.2095.3.1.9.0.11.00.00.00|302000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 12.461,93
07.002.10.304.0018.2102.3.1.9.0.11.00.00.00|314000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 7.382,61
07.002.10.302.0015.2229.3.3.9.0.30.00.00.00|314000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.260,00

Sub-Total:R$ 544.375,94

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.13.00.00.00|329000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 734,10
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.36.00.00.00|329000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.400,00
08.002.08.244.0011.2083.3.1.9.0.04.00.00.00|329000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 3.538,76
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.39.00.00.00|329000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.697,00
08.002.08.244.0011.2083.3.3.9.0.14.00.00.00|329000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 150,00

Sub-Total:R$ 12.519,86

08.003-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 71/2017

08.003.08.244.0011.2081.3.3.9.0.36.00.00.00|329000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.641,80
08.003.08.244.0011.2076.3.3.9.0.30.00.00.00|329000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.860,00
08.003.08.244.0011.2081.3.1.9.0.11.00.00.00|329000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 11.085,63
08.003.08.244.0011.2228.3.1.9.0.11.00.00.00|329000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.200,00
08.003.08.244.0011.2081.3.1.9.0.13.00.00.00|329000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.475,50
08.003.08.244.0011.2228.3.1.9.0.04.00.00.00|329000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 8.534,29
08.003.08.244.0011.2228.3.1.9.0.13.00.00.00|329000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 7.590,00
08.003.08.244.0011.2081.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 8.469,53
	Sub-Total:R$ 47.856,75

09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN

09.002.20.661.0022.1087.4.4.9.0.51.00.00.00|324000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 96.337,78
09.002.20.604.0021.1079.4.4.9.0.52.00.00.00|324000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 246.422,00
	Sub-Total:R$ 342.759,78

Total Parcial Suplementado: R$ 1.610.349,58

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 23 de Novembro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

LEI N.º 955/2018

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Convênio e repassar auxílio financeiro a entidade que especifica e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari - MT, na pessoa do Senhor Fabio Mauri Garbugio, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONVÊNIO com o Rotary Club do Município de Alto Taquari-MT, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.419.712/0001-63, com sede no município de Alto Taquari, a Rua Feliz de Souza Pina, o qual terá a duração de 15 (quinze) meses, a partir da data de sua elaboração.

Artigo 2º- Através do Convênio mencionado no art. 1º desta Lei fica o Município autorizado a repassar auxílio financeiro no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) dividido em 02 parcelas iguais de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), cujas datas serão definidas no Termo de Convênio.

§ Único – Os recursos referente a este convênio, somente poderão ser utilizados, para Pagamento do Instrutor da Escolinha de Futebol, sob pena de suspensão imediata do repasse, ou ainda devolução dos valores já pagos à este título, sem prejuízo de demais sanções nas esferas civil e criminal, no caso de desvio de finalidade.

Artigo 3º - A entidade beneficiada deverá apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos) para o recebimento dos recursos e prestar contas mensalmente dos recursos recebidos.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas pela seguinte dotação orçamentária:

03.110.0.0.08.244.6050.2.153 – Manter convênios com Entidades Beneficentes.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Alto Taquari (MT), 10 de maio de 2018.

FABIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 004/2018 - DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTA

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari – Estado de Mato Grosso, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para quem possa interessar, que realizará às **07:30 horas (Mato Grosso),** do dia **15/05/2018**, a abertura dos envelopes proposta da Concorrência Pública 004/2018 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFÁLTICO COM UTILIZAÇÃO DE CBUQ**.** Para tanto convoca as LICITANTES **HABILITADAS** na sessão do dia 04/05/2018. Sendo elas: **CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA,** CNPJ: 04.879.275\0001-06; **ENCOMIND ENGENHARIA LTDA**, CNPJ: 14.915.029\0001-08, CPF: 687.150.306-44; **CONSTRUTORA AMIL LTDA,** CNPJ: 20.119.761\0001-19. Informação mais detalhada pelo fone (66) 3496-1448, ou diretamente na sede do Município. Alto Taquari – MT, 09 de Maio de 2018, Renata Fermino de Oliveira - **Presidente da CPL.**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE
INEXIGIBILIDADE N°002/2018 - CREDENCIAMENTO N°002/2018

A Presidente da CPL comunica a todos os interessados que a Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari estará realizando processo licitatório, através de Credenciamento. O objeto deste credenciamento consiste na **CERTIFICAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA-FINANCEIRA E JURÍDICA, BEM COMO, DA REGULARIDADE FISCAL DE EMPRESAS, VISANDO QUALIFICÁ-LOS PARA PRESTAREM SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS E CADASTRO DE RESERVAS NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE.**

. A data para apresentação da documentação será o dia 31/05/2018 até às 09:00 horas na sala da CPL. Os interessados em conhecer as condições e obter o edital deverão se dirigir à Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari, localizada na Av. Antônio Inácio, 999, no horário das 08:00 às 11h30min. de segunda a sexta-feira através do telefone: (66) 3496-1796. Alto Taquari, 10 de maio de 2018. Deise Juliana Coelho de Oliveira - Comissão Permanente de Licitação - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 209/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeada a Srta. **SUZANA APARECIDA DE SOUZA,** portadora da cédula de identidade 1969467-9 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n. 019.751.591-60, no cargo de **DIRETORA DE DEPARTAMENTO II,** lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 10 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 207/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado o Sr. **UENDEL DE SOUZA DE CASTRO,** portador da cédula de identidade 2176494-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 045.888.561-46, no cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO V,** lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 10 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 199/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado o Sr. **JOSÉ MONTEIRO DA SILVA,** portador da cédula de identidade 2577258-9 SEJSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 245.721.442-49, no cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO III,** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 10 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 212/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar a Sra. **MADALENA HOFFMANN ZIMMER BAUMANN,** portadora da cédula de identidade 3.128.058-3 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n. 662.555.629-72, do cargo de **GERENTE MUNICIPAL DE CONVÊNIOS E CONTRATOS,** lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 10 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 208/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar a Srta. **SUZANA APARECIDA DE SOUZA,** portadora da cédula de identidade 1969467-9 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n. 019.751.591-60, do cargo de **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS,** lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 10 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 201/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado o Sr. **ALEXANDRO RAIMUNDO DA SILVA,** portador da cédula de identidade 1506154-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 994.114.661-68, no cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO III,** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 10 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 202/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar o Sr. **EROS CEZAR RAMOS JUNIOR,** portador da cédula de identidade 1796667-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 930. 197.001-59, do cargo de **ASSISTENTE GERAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO,** lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 10 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 210/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar o Sr. **ROMULO SANTANA BALEEIRO,** portador da cédula de identidade 8.706.982 6 SESP/MT e inscrito no CPF sob o n. 878. 575.701-25, do cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO,** lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 10 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 213/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeada a Sra. **MADALENA HOFFMANN ZIMMER BAUMANN,** portadora da cédula de identidade 3.128.058-3 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n. 662.555.629-72, no cargo de **DIRETORA DE DEPARTAMENTO VI,** lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 10 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 200/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar o Sr. **ALEXANDRO RAIMUNDO DA SILVA,** portador da cédula de identidade 1506154-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 994.114.661-68, do cargo de **ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO DE ESTRADA,** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 10 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 214/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar o Sr. **NILSON CORREIA DE ALMEIDA,** portador da cédula de identidade 1188348-0 SJ/MT e inscrito no CPF sob o n. 842. 144.651-72, do cargo de **SECRETÁRIO EXECUTIVO,** lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 10 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 215/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado o Sr. **NILSON CORREIA DE ALMEIDA,** portador da cédula de identidade 1188348-0 SJ/MT e inscrito no CPF sob o n. 842.144.651-72, no cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO VI,** lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 10 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 206/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar o Sr. **UENDEL DE SOUZA DE CASTRO,** portador da cédula de identidade 2176494-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 045.888.561-46, do cargo de **ASSISTENTE GERAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO,** lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 10 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 198/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar o Sr. **JOSÉ MONTEIRO DA SILVA,** portador da cédula de identidade 2577258-9 SEJSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 245. 721.442-49, do cargo de **ASSISTENTE GERAL DE TRANSPORTES,** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 10 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 205/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeada a Srta. **SOLANGE FERNANDES BALIERO,** portadora da cédula de identidade 1479931-6 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n. 009.468.661-04, no cargo de **ASSISTENTE DE DIREÇÃO II,** lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 10 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 204/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar a Srta. **SOLANGE FERNANDES BALIERO,** portadora da cédula de identidade 1479931-6 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n. 009.468.661-04, do cargo de **ASSISTENTE GERAL DE ADMINISTRAÇÃO,** lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 10 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 012/2018 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2017

ADALTO JOSÉ ZAGO, PREFEITO MUNICIPAL DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no art. 25 da Lei Municipal nº. 010/2008.

C O N V O C A

Os abaixo relacionados, aprovados no **Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017** realizado no dia 10 de Dezembro de 2017, que deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal de Apiacás, no horário de 8h às 12h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando a seguinte documentação: **1**- Diploma do Curso relativo ao cargo (original e 01 cópia); **2** – Registro no Conselho Profissional relativo ao cargo (original e 01 cópia); **3** – Certidão negativa da justiça (cível e criminal); **4** – 01 foto 3x4 recente; **5** – Título eleitoral (original e 01 cópia); **6** – Certidão de nascimento ou casamento (original e 01 cópia); **7** – Certidão de nascimento dos filhos (original e 01 cópia); **8** – Certificado de reservista (original e 01 cópia) – se masculino; **9** – CPF e RG (original e 01 cópia; **10** – PIS ou PASEP (original e 01 cópia); **11** – Declaração de que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 anos, nas esferas federal, estadual e municipal; **12** – Declaração de Bens; **13** – Declaração de não acumulo de cargos públicos; **14** – Conta Bancária; **15** – CTPS (original e 01 cópia); **16**

– ASO (Atestado de Saúde Ocupacional); **17** – Comprovação de que está quite com as obrigações eleitorais; **18** – Comprovante de Residência.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
037	Marly Rodrigues Pereira	10º

GABINETE DO PREFEITO

Em 10 de Maio de 2018.

Adalto José Zago

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 203/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado o Sr. **EROS CEZAR RAMOS JUNIOR,** portador da cédula de identidade 1796667-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 930.197.001-59, no cargo de **ASSISTENTE DE DIREÇÃO II,** lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 10 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 211/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado o Sr. **ROMULO SANTANA BALEEIRO,** portador da cédula de identidade 8.706.982 6 SESP/MT e inscrito no CPF sob o n. 878.575.701-25, no cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO IV,** lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 10 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 136/2018

SÚMULA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Licença Maternidade à Servidora **MAYLA COCA MORENO,** portadora da cédula de identidade 000867409 SSP/MS e inscrita no CPF sob o n. 879.573.371-04, cargo efetivo de Técnica Administrativa Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, período compreendido de 09/05/2018 à 04/11/2018.

Artigo 2º - À servidora gestante será concedida licença por 180 (cento e oitenta) dias, da seguinte forma:

a) 120 (cento e vinte) dias, do dia 09/05/2018 à 05/09/2018 garantido pelo salário maternidade previsto pelo PREVIAP – Regime Próprio de Previdência Social.

b) 60 (sessenta) dias, do dia 06/09/2018 à 04/11/2018 pagos pela Prefeitura Municipal, conforme o que prevê a Lei Complementar 109/2014.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 09 de Maio de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 011/2018

NUMERO DO CONTRATO: N.º 011/2018.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguainha.

CONSTRUTORA NETO & SANTOS LTDA – M

OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa para execução de obra, consistente da construção e implantação de 02 (DOIS) Dispositivo de Drenagemconforme projeto básico, memorial descritivo, planilha de custos, cronograma físico-financeiro e minuta do contrato, que fazem parte integrante deste edital, com recursos do FETHAB.

ITEM 01

Construção de Dispositivo de Drenagem BSCC 2.50X 2.50, na Grota do Açude km 5,4 da UM 05, Estrada Vicinal no Município de Araguainha – MT, no valor de R$ 131.802,00 (Cento e Trinta e Hum Mil Oitocentos e Dois Reais).

ITEM 02

Construção de Dispositivo de Drenagem BDCC 2.50X 2.50, no Córrego Genoveva, Rodovia MT 340, no Município de Araguainha – MT, no valor de R$ 216.466,02 (Duzentos e Dezesseis Mil Quatrocentos e Sessenta e Seis Reais e Dois Centavos).

PRAZO: 60 DIAS

VALOR DO CONTRATO: R$ 348.268,02 (Trezentos e Quarenta e Oito Mil e Duzentos e Sessenta e Oito Reais e Dois Centavos

DATA DA ASSINATURA: 02/05/2018

VIGENCIA: 02/05/2018 á 02/07/2018

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 012/2018

NUMERO DO CONTRATO: N.º 012/2018.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguainha.

LAIANE REZENDE DA SILVA

OBJETO: 1.1 – Constitui objeto deste contrato a contratação de pessoa física para prestação de serviços técnicos de Engenharia Civil nesta jurisdição, sob orientação da Secretaria Municipal de Obras, de acordo com o anexo I deste Edital.

PRAZO: 8 MESES

VALOR DO CONTRATO: R$ 24.000,00 (Vinte e Quatro Mil Reais)

DATA DA ASSINATURA: 02/05/2018

VIGENCIA:02/05/2018 á 31/12/2018

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 013/2018

NUMERO DO CONTRATO: N.º 013/2018.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguainha.

VIRGILIO DIAS DE CAMPOS SOBRINHO - ME

OBJETO: 1.1.Este Contrato tem por Objeto a Contratação direta de Empresa especializada em prestação de serviços médicos, Clinico Geral, para prestar serviços no PSF, para desenvolver ações como: Responsabilidade Técnica PSF; Visita domiciliar (caso haja necessidade), Cadastro no CNES-PSF, sob coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

PRAZO: 8 MESES

VALOR DO CONTRATO: **R$ 197.824,00 (Cento e Noventa e Sete Mil e Oitocentos e Vinte e Quatro Reais)**

DATA DA ASSINATURA:02/05/2018

VIGENCIA:02/05/2018 Á 31/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
ERRATA À PORTARIA N.º 123/2018

DESIGNAR O SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2018 PROVENIENTE DA ADESÃO 006/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017 REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE JAURU/MT, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO ÀS ATIVIDADES OPERACIONAIS SUBSIDIÁRIAS PARA ATENDER AS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da ADESÃO À ATA Nº 006-2017 oriunda do Pregão Presencial Nº 002-2017 realizado pelo município de JAURU/MT, com a empresa a seguir: COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES, inscrita no CNPJ sob o n.º 21.679.098/0001-25

Sr. SERGIO LUIZ PIRES SALOME - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Sr. FRANCISCO TIBURCIO DE CARVALHO - Responsável pelos objetos requisitados da OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 12/04/2018, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos oito (08) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 126/2018

DESIGNAR O SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024-2018, CUJO OBJETO A CONTRATANTE COMPROMETE-SE A PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS CONCERNENTES AO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, GERENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DE TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo Nº 024/2018, com a empresa a seguir: LÍDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME, inscrita no CNPJ: 11.499.448/0001-18.

Art. 2º - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e a empresa ora contratada, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sra. Zélia Dias da Silva – Responsável pelo objeto requisitado da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04/04/2018, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dez (10) dia do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 023/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO COLETOR E COMPACTADOR DE LIXO PARA O MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº. 1375/2017/SECID.

Data da realização: 09/05/2018.

Empresa vencedora: **M. DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LIMITADA- DIESEL CUIABA,** inscrita no CNPJ sob Nº **07.811.058/0001-64,** apresentou a proposta no valor global de **R$ 309.900,00 (trezentos e nove mil e novecentos reais).**

ARENÁPOLIS - MT, 09 de maio de 2018.

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 019/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 9.859/2018, torna público que estará realizando licitação na Modalidade **Pregão Presencial Sistema Registro de Preço**, regido pela Lei Federalnº. 10.520/2002, os Decretos Federais nº 7.892/2013, n° 8.250/2014 e nº. 8.538/2015, os Decretos Municipais nº 1.392/08 e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: Registro de preço para a futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de ambulância com motorista e técnico de enfermagem ou enfermeiro para remoção de pacientes residentes em Aripuanã de Juína a Cuiabá, encaminhados e regulados do Hospital Municipal de Juína para o Pronto Socorro em Cuiabá, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Aripuanã**. Início da Sessão: **Dia 25/05/2018, às 08h00min (oito horas),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site**http://www.aripuana.mt.gov.br,** pelo e-maillicitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 10 de Maio de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 9.859/2018, torna público que estará realizando licitação na Modalidade **Pregão Presencial** regido pela Lei Federal nº. 10. 520/2002, os Decretos Federais nº 7.892/2013, n° 8.250/2014 e nº. 8. 538/2015, os Decretos Municipais nº 1.392/08 e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: Contratação exclusiva de empresa EPP, ME e MEI para prestação de serviço de limpeza, conservação e vigilância do local recanto pouso milagroso localizado aproximadamente 13 km da sede deste Município**. Início da Sessão: **Dia 23/05/2018, às 08h00min (oito),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site **http://www.prefeituradearipuana.com.br** e pelo endereço eletrônico licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 10 de Maio de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
OITAVO ADITIVO Nº. 063/2018

AO CONTRATO N°. 138/2014 QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO (COM RESPECTIVO MOTORISTA) PARA COLETA DE LIXO NA LOCALIDADE DE CONSELVAN, PERIMETRO URBANO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO; LINDROMAR DOS SANTOS SILVA - ME; ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL DE R$ 69.750,00; VIGENCIA 13/05/2018 A 12/02/2019.

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO ADITIVO Nº. 062/2018

AO CONTRATO N° 156/2017 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO E CONCLUSÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRO INFÂNCIA/FNDE TIPO B NO BAIRRO JARDIM PLANALTO, COM UMA ÁREA DE 1.211,92M² INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA. TERMO DE COMPROMISSO PAC200179/2011; POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA; ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO 11/05/2018 A 10/07/2018.

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 006/2018 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Aripuanã **JONAS RODRIGUES DA SILVA** no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Decreto Municipal nº. 1.128/ 2006, e em conformidade com o disposto no Parágrafo Quarto, do Artigo 9º e o Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, - L.R.F. e da Lei Municipal nº 1.549/2017, **Lei de Diretrizes Orçamentárias -** LDO, convida a população do Município para **Audiência Pública na presença da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento do Poder Legislativo,** com a finalidade de **Demonstrar e Avaliar as Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2018.**

Nomeada como Presidente da referida Audiência Pública a Senhora **Márcia Aparecida Thomazi,** no local, data e horário, a saber:

Local – Câmara Municipal de Aripuanã

Rua: Antônio Paulo da Costa Bilego nº 168 – Centro.

Data – 30 de Maio de 2018

Horário – 15h00min

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 004/GS/2018

A Secretária Municipal de Saúde de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com objetivo de cumprir às exigências legais.

Resolve:

Art. 1°. Designar a Servidora **ANA TEDESCO**, Agente de Combate a Endemias lotada na Secretaria de Municipal de Saúde neste município para exercer a função de **Fiscal de Vigilância Sanitária**, podendo para tanto, realizar todos os atos necessários a execução da função.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Secretária Municipal de Saúde de Aripuanã, aos 02 dias do mês de maio do ano de 2018.

Valdénea Dantas Jales Santos

Secretária Municipal de Saúde

Registre-se e publique-se

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMS Nº 001/2018 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Técnico para Utilização de Transporte Sanitário de Aripuanã da Emenda Parlamentar do Deputado Federal Ságuas Moraes para Aquisição de Material permanente para atenção especializada no Município de Aripuanã.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARIPUANÃ/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Municipal nº 315/1997 e considerando:

I – A Lei nº 8.080/90;

II – A Portaria N. 788 GM/MS de 15/03/2017;

III – A Nota Técnica N. 01/2017/SE-CIT/SE/MS;

IV – A Ata do Conselho Municipal de Saúde nº 04/17 de 12 de abril de 2017;

V – A Ata do Conselho Municipal de Saúde N. 01/2018 de 20 de fevereiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1.º - Aprovar o Projeto Técnico para Utilização de Transporte Sanitário de Aripuanã – MT referente a proposta da Emenda Parlamentar do Deputado Federal Ságuas Moraes para Aquisição de Material permanente para atenção especializada no Município de Aripuanã no Valor de R$ 190. 000,00 (Cento e noventa mil reais) com o número Nº. DA PROPOSTA: 13868.636000/1170-02;

Art. 2.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Bartolomeu Sousa Casteliano Bartolomeu Sousa Casteliano Secretário Municipal de Saúde Presidente do CMS-Aripuanã

Homologação:

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal de Aripuanã

Registre-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMS Nº 002/2018 DE 22 DE MARÇO DE 2018.

Dispõe sobre a aprovação do Projeto da Emenda Parlamentar do Deputado Estadual Oscar Bezerra para Aquisição de 01 Ambulância para Unidade de Saúde da Família Conselvan no Município de Aripuanã.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARIPUANÃ/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Municipal nº 315/1997 e considerando:

I – A Lei nº 8.080/90.

II – A Ata do Conselho Municipal de Saúde nº 02/18 de 22 de março de 2018;

RESOLVE:

Art. 1.º - Aprovar a Proposta da Emenda Parlamentar do Deputado Estadual Oscar Bezerra para aquisição de 01 Ambulância para Unidade de Saúde da Família Conselvan no Município de Aripuanã no Valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais) com o número Nº. DA PROPOSTA: 0115/ 2018;

Art. 2.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Bartolomeu Sousa Casteliano Nélio Rodrigues dos Santos Secretário Municipal de Saúde Presidente do CMS-Aripuanã

Homologação:

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal de Aripuanã

Registre-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMS Nº 003/2018 DE 27 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a Aprovação do Termo de Recebimento definitivo da Academia de Saúde anexa a Unidade de Saúde da Família Aripuanã no Município de Aripuanã.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARIPUANÃ/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Municipal nº 315/1997 e considerando:

I – A Lei nº 8.080/90.

II – A Ata do Conselho Municipal de Saúde nº 03/18 de 26 de abril de 2018;

RESOLVE:

Art. 1.º - Aprovar a Termo de Recebimento definitivo da Academia de Saúde anexa a Unidade de Saúde da Família Aripuanã no Município de Aripuanã.

Art. 2.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Valdénea Dantas Jales Santos Nélio Rodrigues dos Santos Secretária Municipal de Saúde Presidente do CMS-Aripuanã

Homologação:

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal de Aripuanã

Registre-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMS Nº 004/2018 DE 27 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a pactuação interfederativa dos Indicadores e Metas para o ano de 2018 (SISPACTO), relacionados a prioridades nacionais em saúde do município de Aripuanã do Mato Grosso.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARIPUANÃ/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Municipal nº 315/1997 e considerando:

I – A Lei nº 8.080/90.

II - O Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

III - A Resolução CIT Nº 08, de 24 de novembro de 2016, que dispõe sobre o processo de pactuação interfederativa de indicadores para o período 2017-2021, relacionados a prioridades nacionais.

IV - A apresentação e discussão sobre pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores para o ano de 2018 nas reuniões de Gestão conduzidas em Reunião de CIR nº 175 nas datas de 19/04/2018 e 20/04/2018.

V - A Ata do CMS nº 03/2018 de 26 de abril de 2018.

RESOLVE:

Art. 1.º - Aprovar a Pactuação Interfederativa dos Indicadores e Metas para o ano de 2018 (SISPACTO), relacionados a prioridades nacionais em saúde do município de Aripuanã do Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Valdénea Dantas Jales Santos Nélio Rodrigues dos Santos Secretária Municipal de Saúde Presidente do CMS-Aripuanã

Homologação:

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal de Aripuanã

Registre-se e Publique-se.

ANEXO I da Resolução do Conselho Municipal de Saúde de Aripuanã nº 04/2018 de 27 de abril de 2018

PACTUAÇÃO DE DIRETRIZES, OBJETIVOS, METAS E INDICADORES

ANO: 2018 Município: Aripuanã ERS: Juína

Diretriz Nacional - Reduzir e prevenir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo e relevância do indicador. Contribuir para o monitoramento da mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), que representam a maior causa de óbitos em todo o país. Além de ser um importante parâmetro para planejamento e pactuação de serviços de saúde, em todos os níveis de atenção, voltados aos portadores de doenças crônicas.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
1	U	Mortalidade prematura	Absoluto	**10**

Diretriz Nacional - Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adultos e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.

Objetivo e relevância do indicador. Permite detectar casos de óbitos maternos não declarados ou descartar, após investigação, a possibilidade dos óbitos dessas mulheres terem sido maternos, independente da causa declarada no registro original. Possibilita, também, identificar fatores determinantes que originaram o óbito materno, com o objetivo de apoiar aos gestores locais na adoção de medidas direcionadas a resolver o problema, que possam evitar a ocorrência de eventos similares.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
2	E	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados	Percentual	**100,00**

Diretriz Nacional - Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adultos e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.

Objetivo e relevância do indicador. Possibilita a inferência sobre a qualidade das informações relativas às causas de mortalidade, pela aferição da participação proporcional dos óbitos com causa definida no total de óbitos não fetais notificados.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
3	U	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	Percentual	**100,00**

Diretriz Nacional - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo e relevância do indicador - As vacinas selecionadas estão voltadas para o controle de doenças de significativa importância, sendo fundamental a manutenção de elevadas e homogêneas coberturas vacinais como estratégia para manter e ou avançar em relação à situação atual: • a vacina Pentavalente, que previne a difteria, tétano, coqueluche e infecções por Haemophilus influenza e tipo B e hepatite B; • a vacina Pneumocócica 10-valente, que previne as infecções causadas pelo pneumococo, responsável por doenças com elevadas cargas de mortalidade e morbidade na população infantil; • a vacina poliomielite, para a prevenção da doença do mesmo nome, em fase de erradicação global; e, • a vacina tríplice viral, para a prevenção do sarampo e rubéola, doenças com compromisso de eliminação na região das Américas.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
4	U	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada.	Percentual	**100,00**

Diretriz Nacional - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo e relevância do indicador - Este indicador representa a capacidade de detecção de eventos de saúde pública e qualifica a informação, sendo relevante, pois envolve todas as doenças e agravos que são de notificação compulsória imediata, cujas medidas de prevenção e controle estão previstas. Permite avaliar e monitorar a capacidade de resolução das investigações de casos registrados e a atualização do SINAN.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
5	U	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	Percentual	**84,00**

Diretriz Nacional - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo e relevância do indicador - Possibilita a inferência sobre a qualidade do atendimento dos serviços de saúde à pessoa acometida pela hanseníase, expressando a efetividade desses serviços em assegurar a adesão ao tratamento até a alta. É de grande relevância, uma vez que a cura se refletirá na redução dos focos de contágio da doença e contribuirá para prevenção das incapacidades físicas. Nesse contexto, chama-se atenção para o custo elevado dos programas de reabilitação, que oneram a gestão, restringindo o investimento em ações preventivas.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
6	U	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	Percentual	**85,30**

Diretriz Nacional - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo e relevância do indicador - É um indicador que está relacionado à transmissão de malária; contribui para orientação e avaliação das ações de vigilância epidemiológica e controle da doença; permite análise de todo país e por período ao longo do ano.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
7	U	Número de casos autóctones de malária	Absoluto	**75**

Diretriz Nacional - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo e relevância do indicador - O indicador objetiva mensurar e monitorar os novos casos de sífilis congênita em menores de um ano de idade e expressa a qualidade do pré-natal, uma vez que a sífilis pode ser diagnosticada e tratada em duas oportunidades: durante a gestação e durante o parto. O tratamento da gestante reduz a probabilidade de transmissão vertical da sífilis e, consequentemente, a sífilis congênita.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
8	U	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade.	Absoluto	**01**

Diretriz Nacional - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo e relevância do indicador - Expressa o número de casos novos de aids na população de menores de 5 anos de idade, residente em determinado local, no ano considerado, medindo o risco de ocorrência de casos novos de aids nessa população.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
9	U	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	Absoluto	**00**

Diretriz Nacional - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo e relevância do indicador - Avalia a proporção de amostras de água analisadas conforme determinado pela Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, inferindo na qualidade da água consumida pela população.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
10	U	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	Percentual	**60,00**

Diretriz Nacional - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.

Objetivo e relevância do indicador - Análise de variações geográficas e temporais no acesso a exames preventivos para câncer do colo do útero da população feminina na faixa etária de 25 a 64 anos, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos. O principal método e o mais amplamente utilizado para rastreamento de câncer do colo do útero é o teste de Papanicolau (exame citopatológico do colo do útero) para detecção das lesões precursoras. Com uma cobertura da população alvo de no mínimo 80% e a garantia de diagnóstico e tratamento adequados dos casos alterados, é possível reduzir em média 60% a 90% da incidência de câncer invasivo de cérvix na população (WHO, 2002). A rotina preconizada no rastreamento brasileiro, assim como nos países desenvolvidos, é a repetição do exame de

Papanicolau a cada três anos, após dois exames normais consecutivos no intervalo de um ano, em mulheres de 25 a 64 anos.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
11	U	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.	Razão	**0,75**

Diretriz Nacional - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.

Objetivo e relevância do indicador - Medir o acesso e a realização de exames de rastreamento de câncer de mama pelas mulheres de 50 a 69 anos. Estima-se que cerca de 25% a 30% das mortes por câncer de mama na população entre 50 e 69 anos podem ser evitadas com estratégias de rastreamento populacional que garantam alta cobertura da população-alvo, qualidade dos exames e tratamento adequado (WHO, 2008). A mamografia e o exame clínico das mamas (ECM) são os métodos preconizados para o rastreamento de câncer de mama na rotina de atenção integral à saúde da mulher. Preconiza-se a realização da mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de 02 em 02 anos.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
12	U	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.	Razão	**0,02**

Diretriz Nacional - Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adultos e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.

Objetivo e relevância do indicador - Avaliar o acesso e a qualidade da assistência pré-natal e ao parto, supondo que uma boa assistência aumente o percentual de partos normais. Analisa variações geográficas e temporais da proporção de partos normais, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos. Contribui na análise da qualidade da assistência ao parto e das condições de acesso aos serviços de saúde, no contexto do modelo assistencial adotado. Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção à saúde da mulher e da criança. Destacar a necessidade de articulação de estratégias para redução do parto cesáreo entre os gestores do SUS e gestores dos planos privados de saúde, mediada pela regulação da Agencia Nacional de Saúde Suplementar.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
13	U	Proporção de parto normal no Sistema único de Saúde e Saúde Suplementar	Percentual	**45,00**

Diretriz Nacional - Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adultos e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.

Objetivo e relevância do indicador - Monitora a tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos no Brasil com o objetivo de nortear as ações de saúde nas unidades básicas, escolas (programa saúde na escola) e maternidades no território. Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
14	U	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	Percentual	**24,00**

Diretriz Nacional - Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adultos e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.

Objetivo e relevância do indicador - Monitorar a assistência pré-natal, a vinculação da gestante ao local de ocorrência do parto evitando a sua peregrinação e as boas práticas durante o atendimento ao parto e nascimento e a qualidade da atenção hospitalar ofertada a crianças menores de 1 ano. É importante acompanhar a Taxa de Mortalidade Infantil e seus componentes pois, a taxa de mortalidade neonatal vem caindo em menor velocidade comparado a mortalidade infantil pós-neonatal, especialmente nos estados das regiões norte e nordeste. A mortalidade neonatal precoce representa de 60 a 70% da mortalidade infantil, sendo que 25% destas mortes ocorrem no primeiro dia de vida. No período neonatal concentram-se riscos biológicos, ambientais, socioeconômicos e culturais, havendo necessidade de cuidados especiais; com atuação oportuna, integral e qualificada de proteção social e de saúde, direitos esses reconhecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC)

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
15	U	Taxa de mortalidade infantil	Absoluto	**09**

Diretriz Nacional - Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adultos e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.

Objetivo e relevância do indicador - Avaliar o acesso e a qualidade da assistência ao pré-natal e ao parto, supondo que uma boa assistência pautada nas boas práticas de atenção ao parto e nascimento reduzam as mortes maternas evitáveis. Considerando que as principais causas de mortes são hipertensão, hemorragia e infecções perinatais. Analisar variações geográficas e temporais do número de óbitos maternos, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos. Contribuir na análise da qualidade da assistência ao parto e das condições de acesso aos serviços de saúde, no contexto do modelo assistencial adotado. Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção à saúde da mulher. Destacar a necessidade de articulação de estratégias para redução do número de óbitos maternos entre os gestores do SUS e gestores dos planos privados de saúde, mediada pela regulação da Agencia Nacional de Saúde Suplementar.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
16	U	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.	Absoluto	**00**

Diretriz Nacional - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.

Objetivo e relevância do indicador - Indicador selecionado considerando a centralidade da Atenção Básica no SUS, com a proposta de constituir-se como ordenadora do cuidado nos sistemas locorregionais de Saúde e eixo estruturante de programas e projetos; além de favorecer a capacidade resolutiva e os processos de territorialização e regionalização em saúde.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
17	U	Cobertura populacional estimada pelas Equipes da Atenção Básica	Percentual	**63,00**

Diretriz Nacional - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.

Objetivo e relevância do indicador - Monitorar as famílias beneficiárias do PBF (famílias em situação de pobreza e extrema pobreza com dificuldade de acesso e de frequência aos serviços de Saúde) no que se refere às condicionalidades de Saúde, que tem por objetivo ofertar ações básicas, potencializando a melhoria da qualidade de vida das famílias e contribuindo para a sua inclusão social.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
18	U	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	Percentual	**73,00**

Diretriz Nacional - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.

Objetivo e relevância do indicador - Medir a ampliação de acesso a serviços de saúde bucal na população no âmbito da Atenção Básica. Possibilitar a análise da situação atual dos serviços ofertados, estimar a necessidade de melhorias e onde devem ser realizadas. Subsidiar os processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o acesso aos serviços da Rede de Atenção à Saúde.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
19	U	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	Percentual	**32,84**

Diretriz Nacional - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo e relevância do indicador - Permite avaliar, nas diversas dimensões municipais, o nível de implementação das ações de vigilância sanitária colaborando para uma coordenação estadual e nacional mais efetiva. Esse indicador é composto pelos grupos de ações identificadas como necessárias para serem executadas em todos os municípios brasileiros ao longo do ano, por se tratarem dos grupos de ações essenciais à atuação da vigilância sanitária local, quais sejam: (i) cadastro de estabelecimentos sujeitos à Visa; (ii) inspeção em estabelecimentos sujeitos à Visa; (iii) atividades educativas para população; (iv) atividades educativas para o setor regulado; (v) recebimento de denúncias; (vi) atendimento de denúncias; e (vii) instauração de processo administrativo sanitário. A execução dessas ações contribui para a redução dos riscos e agravos à saúde, fortalecendo a promoção e proteção da saúde da população.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
20	U	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	Percentual	**100,00**

Diretriz Nacional - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo e relevância do indicador - A integração da Atenção Primária no cuidado em saúde mental constitui uma diretriz internacional para reorganização dos sistemas de saúde, além de constituir uma tarefa imprescindível para alcance de um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ("Para 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por enfermidades não transmissíveis mediante a prevenção, tratamento e promoção da saúde mental e bem estar"). Na legislação brasileira vigente, a Atenção Básica em Saúde constitui um dos principais componentes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e tem a responsabilidade de desenvolver ações de promoção, prevenção e cuidado dos transtornos mentais, ações de redução de danos e cuidado para pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, de forma compartilhada, sempre que necessário, com os demais pontos da rede (Port. nº- 3.088/ 2011). Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS-2013), a Atenção Básica já constitui o principal ponto de atenção utilizado pelas pessoas com transtornos mentais leves, como a depressão.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
21	E	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica		**NSA**

Diretriz Nacional - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo e relevância do indicador - Evidencia o conjunto de imóveis localizados em áreas infestadas pelo vetor e o quantitativo que realmente foi visitado pelos agentes de controle de endemias, preferencialmente em articulação com os agentes comunitários de saúde, em cada ciclo.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
22	U	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue.	Absoluto	**05**

Diretriz Nacional - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo e relevância do indicador - Identifica as ocupações que apresentam maiores incidências de agravos relacionados ao trabalho, possibilitando a definição de ações de promoção, prevenção, vigilância e assistência, de forma mais adequada.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
23	U	Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	Percentual	**100,00**

Diretriz Nacional - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo e relevância do indicador - Fortalecer a promoção e vigilância em saúde com a meta de aumentar a proporção de cura nas coortes de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera na região.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
24	E	Proporção de cura nas coortes de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	Percentual	**75,00**

Diretriz Nacional - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo e relevância do indicador - Fortalecer a promoção e vigilância em saúde e garantir a realização de exames anti-HIV nos casos novos de tuberculose

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
25	E	Proporção de exame anti-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose.	Percentual	**75,00**

Diretriz Nacional - Qualificação de instrumentos de execução direta, com geração de ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Objetivo e relevância do indicador - Qualificação de instrumentos de gestão, com geração de ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
26	E	Proporção de municípios com ouvidoria implantada.	Absoluto	**01**

Diretriz Nacional – Implementar o novomodelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento.

Objetivo e relevância do indicador – Fortalecer os vínculos do cidadão, conselheiros de saúde, lideranças de movimentos sociais, agentes comunitários de saúde, agentes de combate as endemias, educadores populares com o SUS.

N	Tipo	Indicador	Meta	Aripuanã
27	E	Proporção de conselhos de saúde cadastrados no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS)	Absoluto	**01**

Aripuanã, 27 de abril de 2018.

Valdénea Dantas Jales Santos Nélio Rodrigues dos Santos Secretária Municipal de Saúde Presidente do CMS-Aripuanã

Homologação:

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal de Aripuanã

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2018 SRP

O município de Barra do Bugres – MT, torna públicoo **RESULTADO** do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018 SRP - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO RAMO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS PARA EVENTUAL ATENDIMENTO AO TRANSPORTE ESCOLAR - (TRANSPORTE SOCORRO) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**. **Licitantes vencedores: E F DOS SANTOS inscrita no CNPJ sob o nº 32.995.888/0001-36 para o item 01 com os valor unitário R$379,67 (Trezentos e setenta e nove reais e sessenta e sete centavos)**; e **item 02 com os valor unitário de R$529,00 (Quinhentos e vinte e nove reais)**; e **EDER LIMA DA SILVA TRANSPORTES inscrita no CNPJ sob o nº 13.231.929/0001-73** para o **item 03 com o valor unitário R$4,90 (Quatro reais e noventa centavos).**

Barra do Bugres-MT, 25 de abril de 2018.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Pregoeiro oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

LEI N.º3.973/2018 DE 07 DE MAIO DE 2018.

Projeto de Lei n.º 045/2016, de autoria do vereador Weliton Andrade da Silva – PDT e Outros.

"Insere no calendário oficial de eventos, as festividades que menciona."

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Art. 31, IV da Lei Orgânica do Município de Barra do Garças e do Art. 35, I, alínea "w", do Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte lei:

Art. 1o – Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos de Barra do Garças, o Encontro de Som Automotivo de 15 a 20 de julho.

Art. 2o - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barra do Garças-MT, em 07 de maio de 2018.

Miguel Moreira da Silva Presidente da Câmara Municipal	**Geralmino Alves Rodrigues Neto** 1º Secretário

LEI N.º 3.971/2018 DE 07 DE MAIO DE 2018.

Projeto de Lei nº 047/2017, de autoria do Vereador Gabriel Pereira Lopes – PRB e outro.

"Autoriza o poder executivo municipal a repassar aos agentes comunitários de saúde (ACS'S) e aos agentes de combate às endemias (ACE'S), incentivo financeiro adicional, e dá outras providências."

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Art. 31, IV da Lei Orgânica do Município de Barra do Garças e do

Art. 35, I, alínea “w”, do Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que o Plenário aprovou e ela **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º - Fica pela presente Lei, o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS’S) e aos Agentes de Endemias (ACE’S), vinculados às equipes de Saúde da Família, os recursos recebidos do Governo Federal, nos termos das Portarias 1.350/GM/MS/2002; 674/GM/MS/2003; 260/GM/MS/2013; Portaria GM/MS n° 2.031, de 09 de dezembro de 2015, e ainda a Portaria n° 1.243, de 20 de agosto de 2015, que define a forma de repasse dos recursos da Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para o cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e do Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE’S, de que tratam os art. 9°-C e 9°-D da Lei n° 11.350, de 5 de outubro de 2006, todos repassados pelo Ministério da Saúde.

Art. 2º - Fica autorizado o repasse aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS’S) e aos Agentes de Endemias (ACE’S) o recurso de que trata o artigo anterior é relativo aos valores existentes do exercício 2016.

Art. 3º - Somente fará jus ao recebimento do incentivo previsto nos artigos 1º e 2º desta lei o Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Endemias vinculados ao Programa Saúde da Família.

Art. 4º - O montante do repasse será vinculado ao valor recebido do Governo Federal - Ministério da Saúde, no último trimestre de cada ano, no equivalente a R$ 1.014,00 (hum mil e quatorze reais) por Agente Comunitário de Saúde e Agente de Endemias, conforme Portaria n° 314 de 28 de fevereiro de 2014, que estabeleceu o valor vigente para o ano de 2015.

Parágrafo único - O valor será atualizado conforme os instrumentos normativos subsequentes publicados pelo Ministério da Saúde, referentes ao incentivo financeiro adicional dos ACS’S e ACE’S, efetivamente repassado ao Município.

Art. 5º - O valor indicado no artigo 4º será integralmente repassado aos ACS’S e ACE’S no mês subsequente ao recebimento dos recursos do Governo Federal - Ministério da Saúde.

Parágrafo único - Os recursos mencionados nesta lei somente serão repassados aos ACS’S e ACE’S enquanto perdurar o repasse realizado pelo Governo Federal, cessando a obrigação da municipalidade em caso de cessação dos repasses pelo Ministério da Saúde.

Art. 6º - Não haverá incidência de encargos sociais sobre o valor de incentivo financeiro adicional de que trata esta Lei.

Art. 7º - O valor repassado por meio desta Lei não será incorporado aos vencimentos do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Endemias, não servindo de base de cálculo para o recebimento de qualquer outra vantagem funcional.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barra do Garças-MT, em 07 de maio de 2018.

Miguel Moreira da Silva Presidente da Câmara Municipal	**Geralmino Alves Rodrigues Neto** 1º Secretário

LEI N.º 3.970/2018 DE 07 DE MAIO DE 2018.

Projeto de Lei nº 055/2017, de autoria do Vereador Francisco Candido da Silva – PV.

“Dispõe sobre a preservação, cadastramento, monitoramento e recuperação das nascentes existentes no Município de Barra do Garças e dá outras providências.”

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Art. 31, IV da Lei Orgânica do Município de Barra do Garças e do Art. 35, I, alínea “w”, do Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que o Plenário aprovou e ela **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º - Todas as nascentes e olhos d'água, existentes em território municipal deverão ser cadastradas para fins de monitoramento, proteção e uso sustentável dos recursos hídricos.

§ 1º - Estão excluídas desta obrigação as nascentes que estejam no interior de unidades de conservação da natureza, sejam federais, estaduais ou municipais.

§ 2º - O cadastramento referido no caput deve ser realizado pelos órgãos ambientais do município, em cooperação com órgãos estaduais e federais de meio ambiente do Município, instituições de ensino, entidades de classe e sociedade civil, observando se ainda os resultados e informações obtidas em programas de projetos preexistentes.

Art. 2º - Para efeitos desta Lei consideram-se nascentes ou olhos d'água aqueles locais onde aflora naturalmente, mesmo que de forma intermitente, a água subterrânea.

Art. 3º - O Município deve participar dos programas estaduais em conjunto com a Secretária de Meio Ambiente do Estado, contribuindo e auxiliando na delimitação de demarcação das nascentes formadoras de mananciais de captação de água, com apoio das casas da agricultura e agricultores locais.

Art. 4º - Caberá ao órgão executivo municipal de meio ambiente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a promulgação desta lei, formular normas técnicas e estabelecer padrões para o cadastramento, preservação e melhorias das áreas se encontram as nascentes a que se refere o Art. 2º, contendo necessariamente os seguintes dados:

I - Código ou nome atribuído à nascente de d'água;

II - Número da matricula da propriedade onde se encontra;

III - O Nome do titular da propriedade ou posse, se for o caso, ou do explorador, na hipótese de parceria, arrendamento, locação ou qualquer forma de cessão;

III - As características geográficas e demográficas do local;

IV - O Tipo de solo e de vegetação existente no local;

V - A altitude da nascente;

VI - O Tipo de exploração econômica existente no local e nas adjacências.

§ 1º - O Cadastramento será realizado tanto nas áreas pertencentes ao Poder Público Municipal, como nas propriedades particulares, mediante comunicação prévia dirigida ao titular do domínio ou da posse.

§ 2º - Todos os proprietários ou possuidores deverão comunicar aos órgãos municipais sobre a existências de nascentes em seus imóveis no prazo de 12 (doze) meses da promulgação da presente lei.

§ 3º - Caberá ao poder Público Municipal a incumbência de implementar plano de comunicação, de forma a incentiva os proprietários particulares a informar a existência de nascentes ou curso d'água para efeitos de catalogação e registro.

§ 4º - A adesão ou celebração de parceria com os órgãos estaduais para fins previstos nesta Lei suprem a necessidade da adoção das medidas referidas no art. 3º.

Art. 5º - O Poder público municipal estimulará o reflorestamento com espécies nativas, objetivando a proteção das áreas onde estão localizadas as nascentes, e fomentará empresas e empreendimentos que tenham como princípio a recuperação das matas ciliares das bacias hidrográficas do município, como também a criação de viveiros públicos ou privados que produzam mudas ocorrência local.

Art. 6º - Fica estabelecido o desconto 10 (dez) % do pagamento do Imposto sobre a propriedade Territorial Rural (ITR) o imóvel que seja de propriedade e residência do contribuinte, cônjuge e/ou filhos dos mesmos que comprovadamente apresentarem a proteção das suas nascentes.

Art. 7º - O desconto que trata o artigo 6º será concedido somente para um único imóvel do qual o proprietário ou responsável pelo recolhimento dos tributos municipais e que seja utilizado exclusivamente como sua residência e de sua família, independentemente do tamanho do referido imóvel.

Art. 8º - Para ter direito ao desconto, o requerente deve apresentar cópias dos seguintes documentos:

I - CAR - Cadastro Ambiental do Rural da Propriedade;

II - Relatórios e ou Estudos Semestrais elaborados pelo Sindicato Rural do Município de Barra do Garças, que comprovem a preservação das nascentes da sua propriedade;

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barra do Garças-MT, em 07 de maio de 2018.

Miguel Moreira da Silva Presidente da Câmara Municipal	**Geralmino Alves Rodrigues Neto** 1º Secretário

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 023/2018/ PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 023/2018. Objeto: **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS.** Data da sessão pública: **25/05/2018** às **08 horas 30 minutos** (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Danilson Pereira Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio, 10/05/2018.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 024/2018/ PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 024/2018. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE RECARGA DE TONERS E CARTUCHOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.** Data da sessão pública: **28/05/2018** às **08 horas 30 minutos** (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Danilson Pereira Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio, 10/05/2018.

LEI N.º 3.976/2018 DE 07 DE MAIO DE 2018.

Projeto de Lei nº 014/2017, de autoria do Vereador Gustavo Nolasco Guimarães - PSL.

“Dispõe sobre a disponibilidade de profissionais da saúde para a ação que menciona.”

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Art. 31, IV da Lei Orgânica do Município de Barra do Garças e do Art. 35, I, alínea “w”, do Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que o Plenário aprovou e ela **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º - Fica regulamentado que o Poder Executivo Municipal disponibilizará profissionais da área médica, pertencentes ao quadro de pessoal da administração municipal, para realizarem nas escolas e creches do município, palestras sobre noções básicas de atendimentos de primeiros socorros.

Parágrafo Único - A ação descrita neste artigo será organizada pela Secretaria de Educação, através de um cronograma, estipulando as datas para cada evento nas respectivas unidades escolares e acontecerá semestralmente dentro do período letivo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barra do Garças-MT, em 07 de maio de 2018.

Miguel Moreira da Silva Presidente da Câmara Municipal	**Geralmino Alves Rodrigues Neto** 1º Secretário

LEI N.º 3.974/2018 DE 07 DE MAIO DE 2018.

Projeto de Lei n.º 038/2016, de autoria do vereador Odorico Ferreira Cardoso Neto – PT.

“institui o programa de sustentabilidade ambiental na rede municipal de ensino e dá outras providências.”

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Art. 31, IV da Lei Orgânica do Município de Barra do Garças e do Art. 35, I, alínea “w”, do Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que o Plenário aprovou e ela **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído na rede pública de ensino municipal da cidade de Barra do Garças, o Programa de Sustentabilidade Ambiental, conforme o estabelecido no inciso VI do artigo 225 da Constituição da República.

Art. 2º - O Programa de Sustentabilidade Ambiental na Educação consiste em organizar nas escolas municipais de BARRA DO GARÇAS, um conjunto de atividades com o objetivo de implementar a educação ambiental na rede pública municipal e conscientizar a comunidade escolar sobre os problemas ambientais da cidade e em especial da região do entorno de cada unidade escolar e dentro da mesma.

Parágrafo único - O conjunto de atividades mencionadas no caput deste artigo se refere a iniciativas que objetivam identificar os problemas ambientais da região em relação a:

I - Áreas verdes na escola e na região;

II - Poluição do ar;

III - Adensamento populacional na região;

IV - Grau de inclusão e exclusão social;

V - Saneamento básico na escola e na região;

VI - Trânsito e transporte público na região;

VII - Proteção do solo e das águas;

VIII - Proteção da fauna e da flora;

IX - Políticas de urbanização da região;

X - Conhecer as ações ambientais previstas no Plano Diretor;

XI - Avaliar as ações ambientais propostas pelos movimentos em defesa do meio ambiente, em especial as previstas na Agenda 21;

XII - Ações relacionadas à reciclagem do lixo;

XIII - Outros problemas ambientais.

Art. 3º - O Poder Público Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal do Meio Ambiente, deverá incentivar as escolas da rede pública municipal a organizarem o Programa de Sustentabilidade Ambiental, garantindo as condições necessárias à realização dos projetos elaborados pelas escolas que aderirem ao referido programa.

Art. 4º - O desenvolvimento do programa deve conter, entre outras atividades, a realização de palestras, oficinas e ações em defesa do meio ambiente no espaço interno das escolas e na região.

Art. 5º - O programa não tem caráter de obrigatoriedade, mas de adesão. Cabe a cada escola avaliar junto com o seu respectivo Conselho de Escola as possibilidades de execução do programa e os meios de concretizá-lo.

Art. 6º - Caberá ao Executivo autorizar a Secretaria do Meio Ambiente auxiliar as unidades escolares, no que for necessário, para a realização do Programa de Sustentabilidade Ambiental.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barra do Garças-MT, em 07 de maio de 2018.

Miguel Moreira da Silva	**Geralmino Alves Rodrigues Neto**
Presidente da Câmara Municipal	1º Secretário

LEI N.º 3.975/2018 DE 07 MAIO DE 2018.

Projeto de Lei n.º 036/2016, de autoria do vereador Odorico Ferreira Cardoso Neto – PT.

“Institui o “projeto turismo educativo” e dá outras providencias.”

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Art. 31, IV da Lei Orgânica do Município de Barra do Garças e do Art. 35, I, alínea “w”, do Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que o Plenário aprovou e ela **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído o “Projeto Turismo Educativo”, que visa possibilitar o acesso de alunos das escolas da rede pública municipal ao acervo cultural, artístico e turístico.

Art. 2º - O "Projeto Turismo Educativo" consiste na elaboração e execução de roteiros de visitas para as escolas, bem como escala de participação das escolas no referido projeto, assegurando que cada escola participe do programa pelo menos uma vez ao ano.

Art. 3º - O "Projeto Turismo Educativo" poderá ser patrocinado, total ou parcialmente, por empresas particulares, às quais será concedido o direito à ampla divulgação do patrocínio.

Art. 4º - Independentemente dos patrocínios de que trata o art. 3º desta Lei, o poder público poderá buscar parcerias com a iniciativa privada, com a finalidade de favorecer o desenvolvimento do projeto.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentara a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barra do Garças-MT, em 07 de maio de 2018.

Miguel Moreira da Silva	**Geralmino Alves Rodrigues Neto**
Presidente da Câmara Municipal	1º Secretário

LEI N.º 3.977/2018 DE 07 DE MAIO DE 2018.

Projeto de Lei nº 012/2017, de autoria do Vereador Gabriel Pereira Lopes - PRB.

“Altera a Lei Municipal nº 3.682, de 23 de outubro de 2015.”

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Art. 31, IV da Lei Orgânica do Município de Barra do Garças e do Art. 35, I, alínea “w”, do Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que o Plenário aprovou e ela **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º - Acrescenta-se ao Art. 1º da referida lei, Parágrafo Único, com a seguinte redação:

"Art. 1º -.....

Parágrafo Único - Todos os estabelecimentos descritos neste artigo deverão colocar em local visível, o símbolo do autismo para melhor identificação."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barra do Garças-MT, em 07 de maio de 2018.

Miguel Moreira da Silva	**Geralmino Alves Rodrigues Neto**
Presidente da Câmara Municipal	1º Secretário

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 022/2018

AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 022/2018/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público RETIFICAÇÃO Pregão Presencial Nº 022/2018. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GERENCIAMENTO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO DE ATÉ 20 (VINTE) LEITOS DE UTI ADULTO TIPO II NAS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL MUNICIPAL E PRONTO SOCORRO MILTON PESSOA MORBECK DE BARRA DO GARÇAS.** Data da sessão pública: **24/05/2018** às **08 horas 30 minutos** (horário local). Novo Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Danilson Pereira Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio, 10/05/2018.

RETIFICAÇÃO

ONDE SE LÊ:

CONTRATO N° 046/2018 ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 006/2017

O Município de Barra do Garças/ MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **AUDIRE APARELHOS AUDITIVOS COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA,** Objeto: Contratação de empresa para locação e manutenção de equipamentos para atender o CER II. Valor Global: R$ 14.438,00. **Validade de 30 de Março de 2018 com Vigência até 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 19 de Abril de 2018.

LEIA-SE:

CONTRATO N° 046/2018 ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 006/2017

O Município de Barra do Garças/ MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **AUDIRE APARELHOS AUDITIVOS COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA,** Objeto: Contratação de empresa para locação e manutenção de equipamentos para atender o CER II. Valor Global: R$ 129.942,00 sendo dividido em 09 (nove) parcelas de R$ 4.438,00. **Validade de 30 de Março de 2018 com Vigência até 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 10 de Maio de 2018.

LEI N.º 3.978/2018 DE 07 DE MAIO DE 2018.

Projeto de Lei nº 006/2017, de autoria do Vereador Gustavo Nolasco Guimarães - PSL.

"Estabelece norma quanto a disponibilidade da estrutura de proteção nas instituições bancárias e dá outras providências."

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Art. 31, IV da Lei Orgânica do Município de Barra do Garças e do Art. 35, I, alínea "w", do Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que o Plenário aprovou e ela **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam as instituições bancárias e financeiras, no âmbito do município de Barra do Garças-MT., obrigadas a instalar divisórias de proteção, entre os caixas e o público.

Art. 2º - O descumprimento do disposto referido no artigo anterior, acarretará ao infrator a imposição das seguintes sanções:

I - Multa de 50 UPFBG;

II - Multa de 80 UPFBG, na primeira reincidência;

III - Multa de 100 UPFBG, na segunda reincidência;

IV - Cancelamento do Alvará de Licença na terceira reincidência.

Art. 3º - As instituições bancárias terão o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação da presente Lei, para se adequarem à norma aqui estabelecida.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barra do Garças-MT, em 07 de maio de 2018.

Miguel Moreira da Silva Presidente da Câmara Municipal	**Geralmino Alves Rodrigues Neto** 1º Secretário

LEI N.º 3.979/2018 DE 07 DE MAIO DE 2018.

Projeto de Lei nº 003/2017, de autoria do Vereador Cleber Fabiano Ferreira - DEM.

"Dispõe sobre a criação de ecopontos, para coleta de objetos inservíveis e da outras providências."

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Art. 31, IV da Lei Orgânica do Município de Barra do Garças e do Art. 35, I, alínea "w", do Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que o Plenário aprovou e ela **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar, em Barra do Garças, áreas denominadas de "Ecopontos", onde a população poderá dispensar objetos de uso doméstico, já inservíveis, tais como, móveis em geral, fogões, geladeiras, dentre outros, que não podem ser coletados como lixo doméstico.

Art. 2º - Esses pontos serão coordenados pelo próprio município e todo o material ali depositado será depois conduzido ao seu destino final, em local apropriado, evitando que o mesmos sejam abandonados nas vias periféricas da cidade, gerando impacto ambiental e proliferação de vetores de doenças.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barra do Garças-MT, em 07 de maio de 2018.

Miguel Moreira da Silva Presidente da Câmara Municipal	**Geralmino Alves Rodrigues Neto** 1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
LEI N° 2.654 DE 04 DE MAIO DE 2018

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal Infraestrutura e Logística e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso VII, faço saber que a Câmara Municipal de Cáceres aprovou, nos termos dos artigos 22, 25, todos da Lei Orgânica do Município, e eu sanciono a presente Lei.

Artigo 1º - Fica aberto, ao Orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 540.138,03 (quinhentos e quarenta mil cento e trinta e oito reais e três centavos).

Artigo. 2º - O Crédito preconizado no art. 1º desta Lei destinar-se-á a acobertar despesas da Secretaria Municipal Infraestrutura e Logística, pelas inclusões de Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elementos de Despesas, Fonte de Recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programáticas:

Órgão:	08 – SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA
Unidade:	01 – SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA
Função:	15 – Urbanismo
Subfunção:	453 – Transportes Coletivos Urbanos
Programa:	1007 – GESTAO DE EXCELENCIA
Proj/Atividade:	**2.081 – MANUT E ENC DAS ATIVIDADES DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRANSITO**

Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
4.4.90.42.00 Equipamentos e Material Permanente	0.3.00 Recursos Ordinários	540.138,03
Total do Crédito Adicional Especial.....		**540.138,03**

Artigo 3° - Os créditos referidos no artigo anterior serão cobertos com recursos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2017.

Artigo 4º - A inclusão de Projeto Atividade, Categoria Econômica, Grupo e Modalidade de Aplicação, contida nesta Lei, o Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.627, de 26 de dezembro de 2017 - LOA/2018, Lei nº 2.622, de 26 de dezembro de 2017 - LDO/2018 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017 - PPA/2018-2021 e suas alterações.

Artigo 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres – MT, em 04 de maio de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 279 DE 03 DE MAIO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 19614, de 02 de maio de 2018,

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a pedido a servidora **TASSIA CRISTINA DA CONCEIÇÃO SILVA**, do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil da **Secretaria de Educação, do Município de Cáceres**, Estado de Mato Grosso, a partir de 07 de maio de 2018.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de maio de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 03.05.18.

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA 17/2018

PORTARIA Nº 017/2018

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/2016;

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade:

CONSIDERANDO a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

CONSIDERANDO o Contrato Administrativo n.º 028/2016-SSAAP, que tem por objeto a a locação de um imóvel com área de 20.000,00m² (vinte mil metros quadrados) descrito como sendo o "Lote nº 01, da quadra nº 03 – Olhos d'Água, objeto da Matrícula nº 4.211, de 16 de fevereiro de 1978, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis de Cáceres", melhor descrito e caracterizado como sendo "UM lote de terreno situado no subúrbio desta cidade, denominado "Lote nº 01 da Quadra nº 03", zona rural, setor 08 do loteamento denominado "Olhos d'Água", com a área de 20.000,00m² (VINTE MIL METROS QUADRADOS), com os seguintes limites: Linha 1-2: Azimute magnético 67º22'10"SW, distância 160,00 metros, limitando ao NORTE com a Radial 6; Linha 2-3: Azimute magnético 22º37'50"SE, distância 125,00 metros, limitando ao LESTE com a Via das Palmeiras; Linha 3-4: Azimute magnético 67º22'10"NE, distância 160,00 metros, limitando ao SUL com o lote nº 02 da mesma quadra; Linha 4-1: Azimute magnético 22º37'50"NW, distância 125,00 metros, limitando a OESTE com o Lote nº 03 da mesma quadra", sobre o qual se encontra erigida edificação de cunho institucional, consistente em um galpão com estrutura metálica e paredes em alvenaria, piso em cimento queimado, coberto de telhas metálicas, sem forro na área externa e com forro de madeira na área interna, azulejos nas áreas molhadas, contendo dois (02) banheiros, um masculino e um feminino, uma (01) copa, uma (01) cozinha, uma (01) despensa, uma (01) área no fundos, uma (01) varanda frontal, encerrando uma área total construída 540,00 m² (quinhentos e quarenta metros quadrados), de propriedade da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO INCRA EM CÁCERES-MT, CNPJ nº 01.327.949/0001-63, com sede na Rua Riachuelo, nº 561, nesta cidade e Comarca de Cáceres, Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a exoneração da servidora Lívia Alcântara Nogueira de Resende, por meio da Portaria n.º 07/2018 de 01de março de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor Douglas de Almeida Corveloni, nomeado para o cargo de Coordenador de Resíduos Sólidos desta Autarquia Municipal, por meio da Portaria n.º 08/2018 de 01/03/2018, para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo n.º 028/2016- SSAAEP em substituição a Sr.ª Lívia Alcântara Nogueira de Resende.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/03/2018.

Cáceres/MT, 07 de Maio de 2.018.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 287 DE 03 DE MAIO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 18953 de 26 de abril de 2018,

RESOLVEM:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, da senhora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

NOME	CARGO	CH	PERÍODO	LOCAL	JUSTIFICATIVA
Adriele Dalletezze da Silva	Professora Licenciada em Pedagogia	10	26.04.18 a 25.05.18	Escola Municipal Dom Máximo Biennés	Redistribuição de aulas da Unidade Escolar.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de maio de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 03.05.18

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA 21/2018

PORTARIA Nº 021/2018

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/2016;

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade:

CONSIDERANDO a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

CONSIDERANDO o Contrato AdministrativoNº006/2018-SSAAP, que tem por objeto **Dispensa de Licitação**, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA de telecomunicações para prestação de serviço de link de acesso à internet por meio de IP – Internet Protocol, dedicado, visando acessos permanentes e completos para conexão do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal à rede mundial de internet, com velocidade mínima garantida de 70 Mbps (megabits por segundo) por link dedicado, na forma do Termo de Referência Nº 11/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor Odiner Gonçalves de Sá, nomeado para o cargo de Assessor Administrativo e Financeiro desta Autarquia Municipal, por meio do Decreto n.º 062 de 21/02/2017, para exercer a fiscalização do Contrato AdministrativoNº006/2018-SSAAP.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 26 de Abril de 2.018.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 219, DE 11/04/2018.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2627/2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$1.833.312,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

25 03.092.1007.2131.0000 MAN E ENC C/ AS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO 18.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1.00

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

181 10.122.1002.2024.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE SAÚDE 20.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

196 10.122.1002.2167.0000 MAN C/AS ATIV TERMO COOP TÉCNICA-ESTÁGIO REMUNERADO-SMS 50.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1.02

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

213 10.301.1002.2029.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS 100.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.02

218 10.301.1002.2029.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS 25.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1.02

273 10.302.1002.2041.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PAM 150.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.02

399 10.304.1002.2050.0000 MANUT. E ENC .C/ AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA 5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.14

1231 10.302.1002.2221.0000 MANUT. C/ PROCEDIMENTOS EM MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP. E AMB. E DO LABORATÓRIO MUNICIPAL 350.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

02 07 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1221 12.365.1004.1249.0000 CONSTRUCAO, AMPLIACAO OU REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES - CRECHE 312,00

4.4.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R. Grupo: 1.22

02 07 03 FUNDEB

542 12.361.1004.2070.0000 MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (40%) 650.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.19

544 12.361.1004.2070.0000 MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (40%) 12.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1.19

545 12.361.1004.2070.0000 MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (40%) 63.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1.19

553 12.365.1004.2071.0000 MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DA EDUCACAO INFANTIL (40%) 50.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.19

556 12.365.1004.2071.0000 MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DA EDUCACAO INFANTIL (40%) 5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1.19

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

587 15.451.1005.1090.0000 DRENAGEM E PAVIMENTACAO ASFALTICA 140.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1.00

571 15.122.1007.2077.0000 MANUT. E ENC. C AS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA 6.000,00

3.3.90.47.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS F.R. Grupo: 1.00

02 09 01 SECECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

672 13.122.1002.2126.0000 MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA 50.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.00

697 23.695.1006.1257.0000 ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS 130.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU F.R. Grupo: 1.00

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

784 08.122.1007.2092.0000 MANT E ENC C/AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ACAO SOCIAL 6.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

822 08.243.1007.2094.0000 MANUT E ENCARGOS COM CONSELHO TUTELAR 3.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

35 04.122.1007.2006.0000MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO -18.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1.00

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

178 10.122.1002.2024.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE SAÚDE -50.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.02

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

219 10.301.1002.2029.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS -45.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

236 10.301.1002.2040.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIV. DO CENTRO REFERENCIAL DE SAÚDE - POSTÃO -50.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.02

275 10.302.1002.2041.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PAM -170.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

326 10.302.1002.2220.0000MANUT. C/ AS ATIVIDADES DO AMBULATORIO DA MULHER -355.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

369 10.303.1002.2054.0000MANUT. C/AS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA -25.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.02

387 10.304.1002.2039.0000MANUT. E ENC. DAS ATIVIDADES DO CTA/SAE -5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.14

02 07 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

510 12.365.1004.1249.0000CONSTRUCAO, AMPLIACAO OU REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES - CRECHE -312,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1.22

02 07 03 FUNDEB

536 12.361.1004.2068.0000MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (60%) -780.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 1.18

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

558 15.122.1003.1035.0000FISCALIZACAO DE OBRAS -6.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

579 15.451.1003.1092.0000REFORMA E REVITALIZACAO DE PRACAS E LOGRADOUROS PUBLICOS -140.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1.00

02 09 01 SECECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

691 23.695.1006.1214.0000AQ MOBILIARIOS. EQ MAT. PERMANENTE P CENTRO DE EVENTOS -50.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.00

701 23.695.1006.1257.0000ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS -130.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

787 08.122.1007.2092.0000MANT E ENC C/AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ACAO SOCIAL -6.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 12 03 FUNDO DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FIA

1000 08.243.1009.2120.0000MANUT DO FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESCENTE-FIA -3.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIAPL DE CÁCERES-MT, 11 de abril de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 24-2018 MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Objeto: Registro de preço para aquisição de Espargidor de Asfalto Hidrostático, Distribuidor de Agregado Mecânico, Vassoura Mecânica Rebocável, Caminhão, Extrusora, Muni Carregadeira e acessórios para atender as ampliações de novos pavimentos existentes nas vias públicas do município de Cáceres/MT.

Realização: 24 de maio de 2018 às 09h:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma http://bll.org.br/

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 10 maio 2018.

Débhora Belussi

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 098/2018

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 087/2018-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do Contrato Administrativo n.º 087/2018-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: GECON GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-ME

Objeto: Construção da UPA – Unidade de Pronto Atendimento, município de Cáceres-MT. O objeto do presente contrato está orçado em **R$ 2.854. 991,61 (dois milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil novecentos e noventa e um reais e sessenta e um centavos)** e o prazo de sua **Vigência** estipulada em **730 (setecentos e trinta) dias**, contados a partir da data de sua assinatura e a **Execução** do Objeto fica estipulado o prazo de **540 (quinhentos e quarenta) dias** contados a partir da Ordem de Serviço.

Cáceres – MT, 10 de maio de 2018.

Antonio Carlos de Jesus Mendes

Secretaria Mun. de Saúde

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA 20/2018

PORTARIA Nº 020/2018

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/2016;

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade:

CONSIDERANDO a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

CONSIDERANDO o Contrato de Sub- rogação de Direitos e ObrigaçõesNº003/2016-PGM, que tem por objeto a Contratação de empresa através de registro de preços, especializada e credenciada junto aos órgãos competentes para disponibilizar o kit para coleta de água para proceder as seguintes análises:

1.1.1 **ETA – Estação de Tratamento de Água** 2.400 (duas mil e quatrocentos) análises parâmetro bacteriológica de sistema de abastecimento (rio-rede-poço), sendo efetuadas 200 (duzentas) amostras para análise mensal, de modo, que a empresa ganhadora do certame deverá se responsabilizar em disponibilizar os kits necessários para as coletas, compreendidos com frasco esterilizado e frasco não esterilizado e o translado do material coletado no Município de Cáceres até o laboratório que efetuado a análise, o cronograma das coletas serão predeterminada pela Equipe Técnica da SAEC;

Análises físico-química-bacteriológica, conforme Portaria nº 2.914, de 12/12/2011 do Ministério da Saúde (completa, uma a cada semestre), no total de 02 (duas) análises, sendo efetuada 01(uma) a cada semestre, de modo, que a empresa ganhadora do certame deverá se responsabilizar em disponibilizar os kits necessários para as coletas, compreendidos com frasco esterilizado e frasco não esterilizado e o translado do material coletado no Município de Cáceres até no laboratório que será efetuado a análise, o cronograma das coletas serão predeterminada pela Equipe Técnica da SAEC;

1.1.2 **ETE – Estação de Tratamento de Esgoto** (Cohab Nova, Guanabara e Aeroporto) 180 (cento e oitenta) análises de esgoto sanitário parâmetros físico-químico-bacteriológica, sendo efetuados 15 (quinze) amostras para análise mensal, de modo, que a empresa ganhadora do certame deverá se responsabilizar em disponibilizar os kits necessários para as coletas, compreendidos com frasco esterilizado e frasco não esterilizado e o translado do material coletado no Município de Cáceres até no Laboratório que será efetuado a análise, o cronograma das coletas serão predeterminada pela Equipe Técnica da SAEC e todos os custos de envio das amostras para análises correrão por conta da Contratada. ;

CONSIDERANDO a exoneração da servidora Lívia Alcântara Nogueira de Resende, por meio da Portaria n.º 07/2018 de 01de março de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Geovana Carneiro de Menezes, nomeada para o cargo de Assessora Técnica Operacional desta Autarquia Municipal, por meio do Decreto n.º 278 de 18/05/2017, para exercer a fiscalização do Contrato de Sub- rogação de Direitos e ObrigaçõesNº003/2016-PGM em substituição a Sr.ª Lívia Alcântara Nogueira de Resende.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/03/2018.

Cáceres/MT, 07 de Maio de 2.018.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA 19/2018

PORTARIA Nº 019/2018

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/2016;

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade:

CONSIDERANDO a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

CONSIDERANDO o Contrato de Sub- rogação de Direitos e ObrigaçõesNº004/2016-PGM, que tem por objeto a locação de um CONJUNTO DE GERADOR DE SOLUÇÃO OXIDANTE A BASE DE HIPLOCORITO DE SÓDIO para atender a SAEC – Serviço de Água e Esgoto de Cáceres(SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL);

CONSIDERANDO a exoneração da servidora Lívia Alcântara Nogueira de Resende, por meio da Portaria n.º 07/2018 de 01de março de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Geovana Carneiro de Menezes, nomeada para o cargo de Assessora Técnica Operacional desta Autarquia Municipal, por meio do Decreto n.º 278 de 18/05/2017, para exercer a fiscalização do Contrato de Sub- rogação de Direitos e ObrigaçõesNº003/2016-PGM em substituição a Sr.ª Lívia Alcântara Nogueira de Resende.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/03/2018.

Cáceres/MT, 07 de Maio de 2.018.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 280 DE 03 DE MAIO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 19359 de 30 de abril de 2018,

RESOLVEM:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o Contrato Administrativo nº 074/2018 - do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da senhora, **ELIVÂNIA DE OLIVEIRA SOBRINHO -** lotada na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos desde 02 de maio de 2018.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de maio de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 03.05.18

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA 18/2018

PORTARIA Nº 018/2018

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/2016;

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade:

CONSIDERANDO a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

CONSIDERANDO o Contrato de Sub- rogação de Direitos e ObrigaçõesNº024/2016-PGM, que tem por objeto a Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para proceder operação e fornecimento de maquinário e equipamentos para operacionalização do aterro sanitário no Município de Cáceres/MT, de acordo com o Termo de Referência e demais condições contidas no Edital e seus anexos;

CONSIDERANDO a exoneração da servidora Lívia Alcântara Nogueira de Resende, por meio da Portaria n.º 07/2018 de 01de março de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor Douglas de Almeida Corveloni, nomeado para o cargo de Coordenador de Resíduos Sólidos desta Autarquia Municipal, por meio da Portaria n.º 08/2018 de 01/03/2018, para exercer a fiscalização do Contrato de Sub- rogação de Direitos e ObrigaçõesNº024/2016-PGM em substituição a Sr.ª Lívia Alcântara Nogueira de Resende.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/03/2018.

Cáceres/MT, 07 de Maio de 2.018.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 282 DE 03 DE MAIO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 19678 de 02 de maio de 2018,

RESOLVEM:

Art. 1º Acrescentar a carga horária nos contratos por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, dos senhores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação.

NOME	CARGO	CH	PERÍODO	LOCAL	JUSTIFICATIVA
Cassia Faria Lobo	Professora Licenciada em Pedagogia	10	A partir de 12.03.18.	Núcleo Limão	Considerando que a referida professora foi designada para responder pela direção do Núcleo, e a carga horária dos Diretores da rede Municipal é de 30 horas, sendo necessária a devida correção na sua carga horária.
Maria Ednete Arruda da Silva	Professora Licenciada em Pedagogia	20	02.04.18 a 30.05.18	Escola Municipal Garcês	Em vaga livre, considerando que não houve nomeação de professor do Concurso Público.
Josiane Aparecida Nascimento Podavini	Professora Licenciada em Pedagogia	20	02.04.18 a 30.05.18	Escola Municipal Garcês	Em vaga livre, considerando que não houve nomeação de professor do Concurso Público.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de maio de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 03.05.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 283 DE 03 DE MAIO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 19756 de 03 de maio de 2018,

RESOLVEM:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o Contrato Administrativo nº 232/2018 - do cargo de Guarda, do senhor, **RAUL XISTO NOGUEIRA -** lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de maio de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 03.05.18

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO

EXTRATO PUBLICAÇÃO DE CONTRATO 06/2018

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 06/2018 SSAAP

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: LETICIA MATTIAZZO MALHEIROS- ME

OBJETO: Contratação de empresa de telecomunicações para prestação de serviço de link de acesso à internet por meio de IP – Internet Protocol, dedicado, visando acessos permanentes e completos para conexão do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal a rede mundial de internet, com velocidade mínima garantida de 70 Mbps (megabits por segundo) por link dedicado.

VALOR: R$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais)

ÓRGÃO UNIDADE: 18.01

FUNÇÃO PROGRAMATICA:17 512 1007.2211

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00

FONTE: 100 – REC ORDINÁRIOS

Cáceres- 26 de abril de 2018

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº.284 DE 03 DE MAIO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 19676 de 02 de maio de 2018,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear o servidor **PAULO DOS SANTOS**, para exercer o cargo de Gerência de Compras de Transporte Escolar da Secretaria de Educação**, do Município de Cáceres**, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 24 de abril de 2018.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de maio de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 03.05.18.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 288 DE 07 DE MAIO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 19508 de 02 de maio de 2018,

R E S O L V EM:

Art. 1º Nomear a senhora **ANA PAULA DE BRITO STEFFENS**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Técnico II, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 02 de maio de 2018.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de maio de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 07.05.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 299 DE 08 DE MAIO DE 2018.

Convênio que entre si celebram a Prefeitura de Municipal de Cáceres-MT e a Universidade do Estado de Mato Grosso tendo como interveniente/anuente a Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual.

O PREFEITO DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 74, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 20740 de 08 de maio de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Nomear Comissão composta por representantes da Prefeitura de Cáceres, da Universidade do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de desenvolverem, acompanharem e reformularem o Código de Obras, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo, visando estruturar e reestruturar as normas que devem constar no Plano Diretor do Município de Cáceres.

Art. 2º - A Comissão através de seus membros fica incumbida de participar das reuniões, realizar os estudos necessários, apresentar propostas, comparecer nas audiências Públicas e havendo necessidade prestar esclarecimentos do projeto de Lei na Câmara Municipal.

Parágrafo primeiro – APrefeitura de Municipal de Cáceres-MT e a Universidade do Estado de Mato Grosso tendo como interveniente/anuente a Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual acordam entre si a Cláusula Terceira, letra J, do Convênio nº001/2017/PGM, designam servidores de carreira que compõem a Comissão, para fiscalizar a execução deste convênio e acompanhar as ações pactuadas neste instrumento

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Adriano da Silva Bruno – Fiscal de Obras e Posturas

Eduardo Fanaya Leal – Fiscal de Obras e Posturas

Filemon Rodrigues de Lourdes – Fiscal de Obras e Posturas

Lumena Besson Bissi – Arquiteta e Urbanista

Michela Márcia Camargo da Silva Egues – Arquiteta e Urbanista

Marineide Weber – Fiscal de Obras e Posturas

Patrick Martins dos Santos Montalvão – Fiscal de Obras e Posturas

Wilson da Silva – Fiscal de Obras e Posturas

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Nelci Eliete Longhi – Secretária de Planejamento

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Suzany Caroliny da Silva Araújo – Pesquisadora/ Arquiteta e Urbanista

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de maio de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 08.05.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 285 DE 03 DE MAIO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 19142, de 27 de abril de 2018,

R E S O L V E M:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o Contrato Administrativo nº 642/2016, do cargo de Médico Clínico Geral, do senhor, **THIAGO HENRIQUE MARQUI PEGAIANI -** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 02 de maio de 2018.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de maio de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 03.05.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 286 DE 03 DE MAIO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 19221 de 27 de abril de 2018,

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a servidora **ELIANE CHAGA OLIVEIRA CAMPOS** – Técnica em enfermagem do cargo em Comissão de Gerencia do Ambulatório da Criança, da Secretaria de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 02 de maio de 2018.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de maio de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 03.05.18.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 289, DE 07/05/2018.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2627/2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$33.600,00 distribuídos as seguintes dotações:

01 01 01 CÂMARA MUNICIPAL

1 01.031.1001.1001.0000 AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE DA CÂMARA 20.800,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1.00

17 01.031.1001.2001.0000 MANUT. E ENC. COM A CAMARA MUNICIPAL 12.800,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

01 01 01 CÂMARA MUNICIPAL

3 01.031.1001.1003.0000AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE -20.800,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.00

20 01.031.1001.2003.0000DESPESAS COM PUBLICIDADES -12.800,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIAPL DE CÁCERES-MT, 07 de maio de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 294 DE 08 DE MAIO DE 2018.

Convênio que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, o Serviço De Saneamento Ambiental Águas do Pantanal e o Conselho da Comunidade de Cáceres/MT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 20169, de 04 de maio de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Nomear senhores relacionados abaixo para compor a comissão de monitoramento e avaliação a ser composta por membros indicados pelos partícipes, que procederá a verificação periódica do desenvolvimento das atividades executadas pelo Proponente e Convenente.

Parágrafo primeiro: A verificação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação restringir-se-á aos resultados obtidos da execução, através de indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a eficiência no desenvolvimento das respectivas atividades.

Parágrafo segundo: A Comissão de Acompanhamento e Avaliação deverá elaborar relatório semestral conclusivo, sobre a avaliação de desempenho da Convenente.

COORDENADORIA DE MEIO AMBIENTE

Mauri Queiróz de Menezes Junior

COORDENADORIA DE TURISMO

Elza Eli Isidoro de Carvalho

COORDENADORIA DE TURISMO

Marlene das Graças Fornanciari Teixeira

COORDENADORIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Douglas de Almeida Corveloni

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de maio de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 08.05.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 220, DE 11/04/2018.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.634/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, mediante anulação parcial e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária(s) no valor de R$659.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

1197 03.092.1007.2131.0000 MAN E ENC C/ AS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO 46.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1.00

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

222 10.301.1002.2029.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS 50.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.02

276 10.302.1002.2041.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PAM 10.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.02

284 10.302.1002.2042.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIV. DE AMB.DERMAT.PNEUM.E TISIOLOGIA 34.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

399 10.304.1002.2050.0000 MANUT. E ENC .C/ AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA 5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.14

1231 10.302.1002.2221.0000 MANUT. C/ PROCEDIMENTOS EM MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP. E AMB. E DO LABORATÓRIO MUNICIPAL 200.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

360 10.302.1009.2038.0000 MANUT. E ENC. CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL 33.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1.02

361 10.302.1009.2038.0000 MANUT. E ENC. CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL 33.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

1230 10.302.1009.2037.0000 MANUT. E ENC. DAS ATIVIDADES CENTRO DE ATENC. PSICO-SOCIAL CAPS I 33.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

02 09 01 SECECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

665 13.122.1002.2126.0000 MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA 20.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

669 13.122.1002.2126.0000 MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA 8.000,00

3.3.90.46.00 AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO F.R. Grupo: 1.00

02 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

1229 04.121.1007.2088.0000 MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO 23.000,00

3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA F.R. Grupo: 1.00

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

780 08.122.1007.2092.0000 MANT E ENC C/AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ACAO SOCIAL 3.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1.00

02 12 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

899 08.244.1009.2109.0000 SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL BASICA - PAIF/SCFV 10.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 1.00

920 08.244.1009.2111.0000 SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE 10.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 1.00

922 08.244.1009.2111.0000 SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE 40.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.00

927 08.244.1009.2111.0000 SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE 3.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1.00

02 13 01 SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

1048 27.122.1002.2130.0000 MANUTENCAO E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SEC.MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

50.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.00

1055 27.812.1002.1141.0000 AMPL. REF. E SERV. ADEQ DA SEDE, GINÁSIOS, MINI-ESTADIOS E PRACAS ESPORTIVAS 48.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 03 01 SEC. MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

70 04.122.1007.2013.0000MAN E ENC C/ AS ATIVIDADES DA SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS -66.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.00

02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

142 04.123.1008.1018.0000AMPL., REF. E/OU ADEQUAÇÕES DA SEDE/UNIDADES-SEFIN -48.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1.00

156 04.123.1008.2021.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE FINANÇAS -50.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.00

158 04.123.1008.2022.0000ATENDIMENTOS AS DEMANDAS DECISÕES JUDICIAIS -46.000,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. Grupo: 1.00

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

198 10.301.1002.1219.0000AQUISIÇÃO DE VEICULO - ATENÇÃO BASICA -40.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.02

238 10.301.1002.2040.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIV. DO CENTRO REFERENCIAL DE SAÚDE - POSTÃO -25.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

251 10.302.1002.1230.0000AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANETEN PARA UNIDADES DE SAUDE - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -293.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.02

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

275 10.302.1002.2041.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PAM -10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

326 10.302.1002.2220.0000MANUT. C/ AS ATIVIDADES DO AMBULATORIO DA MULHER -25.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

393 10.304.1002.2039.0000MANUT. E ENC. DAS ATIVIDADES DO CTA/SAE -5.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.14

02 09 01 SECECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

691 23.695.1006.1214.0000AQ MOBILIARIOS. EQ MAT. PERMANENTE P CENTRO DE EVENTOS -20.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.00

02 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

713 04.121.1007.1260.0000CONSTRUÇÃO DE AUDITÓRIO PARA EVENTOS -23.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1.00

02 17 01 SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

1101 04.122.1006.2185.0000MANUT. E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO -8.000,00

3.3.90.46.00 AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIAPL DE CÁCERES-MT, 11 de abril de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2018.

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2018.

O Pregoeiro do Município de Campinápolis - MT torna público que no dia 24 de maio de 2018 às 13h00min (Horário de Brasília) realizará Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, para a contratação de empresa especializada na comercialização de maquinários, equipamentos e veiculos de carga. Edital completo no site www.campinapolis.mt.gov.br. Fone: (66) 3437-1992. Campinápolis - MT, 10/04/2018.

Gilberto Francisco Ribeiro de Paula

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

DÉCIMO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 001/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A EMPRESA L. DOS SANTOS PRESTADORA DE SERVIÇO ME.

Contratante: Município de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, nº.66NE, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: L. DOS SANTOS PRESTADORA DE SERVIÇO ME,inscrita no CNPJ sob n° 09.438.242/0001-36, estabelecida na Rua Guajuvira n° 516, Bairro Alvorada, nesta cidade de Campo Novo do Parecis, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor LUIZ DOS SANTOS, portador do RG n.º 1216035-0 SJ/MT.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Agente fiscalizador do presente Contrato, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Contrato para a servidora **ALINE BENEDETTI WACHHOLZ, Assessora de Gabinete da Secretaria de Administração**, matrícula funcional nº 2925, em substituição a servidora Aparecida Ribeiro dos Santos Berto.

Campo Novo do Parecis-MT, 10 de maio de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 248, DE 10 DE MAIO DE 2018.

NOMEIA A Sra. LÉIA MARIA RÉA NEDEL PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 166/2018 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 166/2018

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Sibele Freitas França

Objeto: Contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público do cargo de Orientador Social, para atendimento no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Classificação Orçamentária: 11.002.08.244.0010.2116 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 1.406,68 correspondente a 40 horas/semana.

Prazo: 08/05/2018 a 07/05/2019

Data: 08/05/2018

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; Lei Municipal nº 1.437, de 25 de agosto de 2011, e alterações posteriores; Decreto Executivo nº 68, de 04 de Abril de 2018 que homologa o “Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2018”; Memorando nº 239, de 17 de Abril de 2018, expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Assistência Social.**

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 246, DE 10 DE MAIO DE 2018.

DESIGNA A SERVIDORA ELAINE APARECIDA DA SILVA PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO 025/2018.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 245, DE10 DE MAIO DE 2018

DESIGNA O SERVIDOR UELINTON GONÇALVES MACHADO PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO 026/2018.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 035/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A EMPRESA CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE.

Contratante: Município de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE, associação filantrópica de direito privado, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, beneficente de assistência social e reconhecida de utilidade pública." e certificada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, com sede na rua Tabapuã nº 540, Itaim Bibi, CEP: 04.533-001, em São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.600.839/0001-55 e com Unidade de Operação em Cuiabá, situada à Rua Barão de Melgaço, 2754, Ed Work Tower Sala 703 e Lola 01, Centro, CEP: 78.020-800 e CNPJ nº 61.600.839/0015-50, Fones 65 2121-2470/2471/2465, e-mail cieemt@cieesp.org.br , neste ato representado pelo seu **Gerente Regional**, Senhor **CLÁUDIO RODRIGO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, administrador e advogado, portador da carteira de identidade no 1.774.314 – SSP/GO e do CPF/MF no 588.675.381-87. Residente à Rua 02, QD 04, LT 18, Bairro Vila Morais, Goiânia-GO.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Agente fiscalizador do presente Contrato, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Contrato para a servidora **ALINE BENEDETTI WACHHOLZ, Assessora de Gabinete da Secretaria de Administração**, matrícula funcional nº 2925, em substituição a servidora Aparecida Ribeiro dos Santos Berto.

Campo Novo do Parecis-MT, 10 de maio de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 247, DE 10 DE MAIO 2018.

EXONERA A SERVIDORA LÉIA MARIA RÉA NEDEL DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DE EDUCAÇÃO VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

OITAVO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 054/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A EMPRESA WZ TELECOM SERVIÇOS DE INTERNET EIRELI – ME.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66-NE, na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: WZ Telecom Serviços de Internet Eireli – ME, inscrita no CNPJ sob n° 13.448.024/0001-50, Inscrição Estadual n° 13419145-5, estabelecida na Rua Paraná n° 930 - NE, Centro, nesta cidade de Campo Novo do Parecis/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor Welinton Valentim Zampirolli, portador do RG nº 8.577.802-1 SSP/PR.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo registrar a inclusão de dotações orçamentárias consignada no orçamento vigente que passará a suportar as despesas decorrentes do Contrato de Prestação de Serviço nº 054, de 23 de outubro de 2014, conforme as disposições do § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, na forma a seguir:

Órgão: 11. Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 002. Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Programática: 11.002.08.244.0013.20112.3.3.90.40.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.29.000000 – Execução de Programas de Gestão - FNAS

Órgão: 03. Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001. Gabinete da Secretaria Municipal de Administração

Programática: 03.001.04.122.0002.20014.3.3.90.40.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários – Exercício

Órgão: 10. Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001. Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.302.0010.20092.3.3.90.40.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.42.020000 – Transferências de Recursos do SUS Estado – SAMU- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

Campo Novo do Parecis, 10 de maio de 2018

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DESERTO PP 042 2018

AVISO DE RESULTADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 042/2018**, destinada à**REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção em funilaria e pintura automotiva, com todos os materiais necessários para a execução dos serviços, para atender os veículos da frota da Prefeitura Municipal,** nenhuma empresa compareceu para participar do certame, ficando então **DESERTA**.

Campo Novo do Parecis - MT, 10 de maio de 2018.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PREGÃO: 037/2017 e 091/2017

NOTIFICADO: DATA MANAGER PREST. SERV. DE INFORMÁTICA LTDA - ME

CNPJ: 19.707.627/0001-05

CUIABÁ – MT.

1. Vimos através da presente, **NOTIFICAR** a empresapela **não entrega** do(s) item(s) constante(s) no(s) Pedidos de Fornecimento nº(s): 1285, 1286, 1263, 1260, 1331, 1332, 1774, 1763, 1959, 1939, 1977, **conforme prazo de entrega estipulado no Edital**.

2. Tendo a Contratada descumprido as obrigações das quais assumiu perante a Ata de Registro de Preços nº 080/2017 e 228/2017, FICA ESTA EMPRESA **NOTIFICADA** PARA, QUERENDO, ENTREGAR OS ITENS OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO **PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de PUBLICAÇÃO desta Notificação.

3. A NÃO ENTREGA DOS ITENS OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

4. Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10. 520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

5. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 10 de maio de 2018.

LEILA GUBERT

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

Nº 01/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A MERENDA ESCOLAR**, no dia **06 de JUNHO de 2018, às 08:30 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo verde, 10 de maio de 2018.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 314, DE 10 DE MAIO DE 2018.

NOMEIA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA 19ª EXPOVERDE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a realização da 19ª Exposição Agropecuária do Município entre os dias 11 a 14 de Julho de 2018, resolve baixar a seguinte Portaria:

ARTIGO 1º - Fica constituída a Comissão de Coordenação e Acompanhamento da 19ª Exposição Agropecuária do Município:

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

a) **GILMAR ZITO PRATI**, portador do RG nº 1146194-2 SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 953.758.131-49.

b) **FABIANO COSTA TERUEL**, portador do RG nº 122426 SSP/MS, inscrito no CPF sob nº 420.820.481-87.

c) **GESSY MATEUS VENTURA**, portador do RG nº 199042 SSP/GO, inscrito no CPF sob nº 208.517.741-72.

II – REPRESENTANTES DO SINDICATO RURAL:

a) **GLADIR TOMAZELLI**, portador do RG nº 2808471-3 SESP/MT, inscrito no CPF sob nº 411.328.230-72.

b) **RODRIGO MORES**, portador do RG nº 1879331 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 892.871.939-91.

c) **ANTONIO CARLOS MANCINI JUNIOR,** portador do RG nº 3955043-1 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 958.408.269-87.

ARTIGO 2º - A Comissão mencionada no artigo anterior, tem por finalidade coordenar e acompanhar a organização da 19ª Exposição Agropecuária do Município – EXPOVERDE.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 10 dias do mês de Maio de 2018.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

GILMAR ZITO PRATI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 315, DE 10 DE MAIO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE GESTOR DA EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ACORDO DE COOPERAÇÃO N° 001/2018, FIRMADO COM O SINDICATO RURAL DE CAMPO VERDE.

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Designar, com fulcro no artigo 2°, inciso VI e artigo 61 da Lei 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, o servidor **EDSON SILVA CASTRO**, matrícula nº **225**, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente, para exercer a função de gestor da execução e da prestação de contas do Acordo de Cooperação n° 001/2018, firmado com o Sindicato Rural de Campo Verde.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo-se seus efeitos legais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde/MT, aos 10 dias do mês de Maio de 2018.

Cumpra-se, registra-se e publique.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

GILMAR ZITO PRATI

Secretário Municipal de Administração

EDSON SILVA CASTRO

Gestor da Execução e Prestação de Contas

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 062/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**, na modalidade pregão (presencial) **n° 062/2018** a se realizar no dia **24/05/2018, as 08hr00min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 10 de maio de 2018.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 063/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA LAVAGEM DE ROUPA HOSPITALAR COM CESSÃO DE EQUIPAMENTO DOSADOR EM REGIME DE COMODATO**, na modalidade pregão (presencial) **n° 063/2018** a se realizar no dia **24/05/2018, as 14hr00min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 10 de abril de 2018.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 126/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: ASSUNFORTE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA – EPP, CNPJ 12.077.771/0001-66

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA - PREGÃO Nº 044/2018

VIGÊNCIA: 10/05/2018 À 10/05/2019

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD/ UND	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE SEGURANÇA DESARMADA DIURNO	400 diárias	R$ 200,00	R$ 80. 000,00

Valor total do lote: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD/ UND	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE SEGURANÇA DESARMADA NOTURNO	800 diárias	R$ 219,00	R$ 175. 200,00

Valor total do lote: R$ 175.200,00 (cento e setenta e cinco mil e duzentos reais).

Valor total da ata de registro de preço: R$ 255.200,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais). A íntegra da ata de registro de preço poderá ser obtida no site da prefeitura: www.campoverde.mt.gov.br

Campo Verde, 10 de maio de 2018.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 044/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que a empresa ASSUNFORTE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA – EPP, CNPJ 12.077. 771/0001-66, sagrou-se vencedora dos lotes 01 e 02 do PREGÃO 044/ 2018 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA, totalizando R$ 255.200,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais). Campo Verde, 10 de maio de 2018. Ana Carolina S. Braga Blume – Pregoeira.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI N°. 2362, DE 09 DE MAIO DE 2018.

ALTERA A TABELA INSERTA NO ARTIGO 4°. DA LEI N º 2.253/2017, RETIFICANDO O PADRÃO DE VENCIMENTO PARA O CARGO DE FISCAL, ALTERANDO NO ANEXO I, OS DEVERES E OS REQUISITOS PARA O SEU PROVIMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a câmara municipal de Campo Verde aprovou, e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar a tabela do art. 4º. do Capítulo II, da Lei Municipal nº. 2.253/2017, que passa a ter a seguinte redação:

DENOMINAÇÃO DA CATEGORIA FUNCIONAL	NÚMERO DE VAGAS	CH/SEM	PADRÃO DE VENCIMENTO
Agente Comunitário de Saúde	90	40	4
Agente de Combate a Endemias	34	40	4
Almoxarife	1	40	15
Arquiteto	1	40	21
Assistente Social	11	30	22
Atendente de Biblioteca	5	40	10
Atendente de Farmácia	5	40	3
Auxiliar Administrativo	60	40	5
Auxiliar de Laboratório	6	40	10
Auxiliar de Saúde Bucal	11	40	10
Bioquímico	5	40	22
Contador	1	40	23
Controlador Interno	1	40	25
Cozinheiro	20	40	7
Cuidador Social	6	40	2
Dentista	1	40	22
Eletricista	2	40	14
Enfermeiro	18	40	22
Engenheiro Agrônomo	1	40	22
Engenheiro Civil	2	40	22
Engenheiro Florestal	1	40	22
Engenheiro Sanitarista	1	40	22
Farmacêutico	1	40	22
Fiscal	20	40	14
Fisioterapeuta / 30 horas	1	30	20
Fonoaudiólogo / 40 horas	6	40	22
Gari	35	40	6
Lubrificador	3	40	11
Mecânico	7	40	19
Médico Clínico Geral/PSF	10	40	24
Médico Veterinário	2	40	22
Merendeira	15	40	3
Motorista	80	40	13
Nutricionista	3	40	22
Operador de Máquinas	21	40	17
Procurador Municipal	1	40	24
Psicólogo	5	20	16
Psicólogo	8	40	22
Técnico Agrícola	2	40	14
Técnico em Agropecuária	1	40	14
Técnico em Edificação	1	40	14
Técnico em Enfermagem	75	40	14
Técnico em Higiene Dental	9	40	14
Técnico em Informática	15	40	14
Técnico em Raio X	3	20	14
Técnico em Segurança do Trabalho	1	40	14
Tecnólogo de Alimentos	1	40	18

Art. 2º - As Especificações e os requisitos da Categoria Funcional de Fiscal, do ANEXO I, da Lei 2.253/2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

" FISCAL

SÍNTESE DOS DEVERES:

** Verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviço, em face dos produtos que expõem, vendem ou manipulam e dos serviços que prestem;*

** Verificar as licenças dos ambulantes e coibir o exercício deste tipo de comércio por pessoas que não possuam a documentação exigida;*

** Verificar a instalação de bancas e barracas em logradouros públicos quanto à permissão para cada tipo de comércio, zelando pelo aspecto estético e urbanístico e/ou o livre trânsito; * Inspecionar o funcionamento de feiras livres, verificando o cumprimento das normas relativas à localização, à instalação, ao horário e à organização;*

** Verificar a regularidade da exibição e utilização de anúncios, alto falantes e outros meios de publicidade em via pública, bem como a propaganda comercial afixada em muros, tapumes, vitrines e fachadas dos estabelecimentos respectivos ou em outros locais;*

** Verificar o horário comercial e especial para abertura e fechamento do comércio em geral e de outros estabelecimentos, bem como a observação de escalas de plantão das farmácias; * Verificar, além das indicações de segurança, o cumprimento de posturas relativas a fabrico, manipulação, depósito, descarte, embarque, desembarque, transporte, comércio e uso de inflamáveis, explosivos, corrosivos e outras substâncias tóxicas ou que possam causar danos ao meio ambiente;*

** Apreender, por infração, veículos, mercadorias, animais e objetos expostos, negociados em ruas e logradouros públicos, sem a licença de funcionamento e localização; * Orientar e coibir quanto ao depósito indevido de lixo, bem como ao descarte de água servida em áreas e vias públicas;*

** Verificar o licenciamento para realização de festas em vias e logradouros públicos; * Verificar o licenciamento para a instalação de circos e outros tipos de espetáculos públicos promovidos por particulares, inclusive exigindo a apresentação de documentos de responsabilidade de engenheiro devidamente habilitado;*

** Verificar as violações às normas sobre poluição sonora em uso de buzinas, clubes, casas de shows, alto falantes, bandas de música, entre outros;*

** Executar a fiscalização em obras na área da indústria, comércio e transporte coletivo, fazendo notificações e embargos;*

** Registrar e comunicar irregularidades referentes à rede de iluminação pública, asfaltamento e logradouros públicos;*

** Exercer o controle em postos de embarque de taxis e moto taxis;*

** Executar sindicância para verificação das alegações decorrentes de requerimentos de revisão, isenções, imunidade, demolições de prédios e pedido de baixa de inscrição; * Inspecionar ambientes e estabelecimentos de alimentação pública, verificando o cumprimento das normas de higiene sanitária, contidas na legislação em vigor; * Proceder a fiscalização dos estabelecimentos que fabricam, manuseiam ou vendem gêneros alimentícios, inspecionando a qualidade, o estado de conservação e as condições de armazenamentos dos produtos oferecidos ao consumo, bem como as condições de higiene das instalações, dos equipamentos e das pessoas que manipulam os alimentos, colhendo amostras de gêneros alimentícios para análise em laboratório, quando for o caso; * Providenciar a interdição da venda de alimentos impróprios ao consumidor; * Providenciar a interdição de locais da presença de animais, tais como pocilgas e galinheiros, que estejam instalados em desacordo com as normas constantes dos Códigos de Posturas e Sanitário do Município;*

** Inspecionar hotéis, restaurantes, laboratórios de análises clínicas, farmácias, hospitais, consultórios médicos e odontológicos, entre outros, observando a higiene das instalações; * Comunicar as infrações verificadas, propor a instauração de processos e proceder as devidas autuações e interdições e aplicar as penalidades cabíveis referentes às irregularidades por infringência às normas legais;*

** Orientar a indústria e comércio quanto às normas de higiene sanitária; * Prestar informações, emitir pareceres e elaborar relatórios das inspeções realizadas; * Fiscalizar, vistoriar, notificar, embargar, apreender, orientar, autuar, aplicar multas referentes à danos ao Meio Ambiente, de acordo com a Legislação Ambiental Federal, Estadual e Municipal.*

** Interditar estabelecimentos e aplicar demais sanções legais nos casos de construções, obras e outras atividades irregulares, não licenciadas ou realizadas em desacordo com a legislação ou em desconformidade com as próprias licenças;*

** Verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes, bem como prestar orientação referente às ações que envolvem o Meio Ambiente e sua sustentabilidade; * Proceder às inspeções e visitas de rotina, bem como à apuração de irregularidades, infrações e denúncias;*

** Efetuar a fiscalização tributária, aplicando as penalidades cabíveis;*

** Lavrar os necessários Autos de Infração, quando necessário, bem como, aplicar as multas e demais penalidades legais cabíveis;*

** Efetuar lançamento de créditos tributários de qualquer modalidade;*

** Realizar outras atribuições afins.*

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: Ensino Médio Completo.

b) Habilitação: Categorias A e B."

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor à partir do primeiro dia do mês subsequente a data da sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 09 de maio de 2018.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PREGÃO: 003/2018

NOTIFICADO: M FERNANDES DA SILVA & CIA LTDA – EPP

CNPJ nº 21.878.860/0001-00

CUIABÁ – MT.

1. Vimos através da presente, **NOTIFICAR** a empresapela **não entrega/ execução** do(s) item(s) constante(s) no(s) Pedidos de Fornecimento nº(s): 1672, **conforme prazo de entrega estipulado no Edital**.

2. Tendo a Contratada descumprido as obrigações das quais assumiu perante a Ata de Registro de Preços nº 036/2018, FICA ESTA EMPRESA **NOTIFICADA** PARA, QUERENDO, ENTREGAR/EXECUTAR OS ITENS OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO **PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de PUBLICAÇÃO desta Notificação.

3. A NÃO ENTREGA DOS ITENS OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

4. Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10. 520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

5. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 10 de maio de 2018.

LEILA GUBERT

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI N°. 2363, DE 09 DE MAIO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI N º 2.253/2017, CRIANDO NOVO PADRÃO DE VENCIMENTO E ALTERA O PADRÃO DE VENCIMENTO PARA O CARGO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL/PSF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a câmara municipal de Campo Verde aprovou, e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar a tabela do art. 4º, § 2º da Lei Municipal nº. 2.253/2017, criando novo padrão de vencimento, que passa a ter a seguinte redação:

COEFICIENTES PARA CARGOS EM PROVIMENTO EFETIVO

PADRÃO	COEFICIENTES SEGUNDO A CLASSE

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	2,8	2,9	3	3,1	3,2	3,3	3,4	3,5
2	3	3,1	3,2	3,3	3,4	3,5	3,6	3,7
3	3,1	3,2	3,3	3,4	3,5	3,6	3,7	3,8
4	3,5	3,6	3,7	3,8	3,9	4	4,1	4,2
5	3,9	4	4,1	4,2	4,3	4,4	4,5	4,6
6	4	4,1	4,2	4,3	4,4	4,5	4,6	4,7
7	4,2	4,3	4,4	4,5	4,6	4,7	4,8	4,9
8	4,4	4,5	4,6	4,7	4,8	4,9	5	5,1
9	4,5	4,6	4,7	4,8	4,9	5	5,1	5,2
10	5	5,1	5,2	5,3	5,4	5,5	5,6	5,7
11	5,4	5,5	5,6	5,7	5,8	5,9	6	6,1
12	5,5	5,6	5,7	5,8	5,9	6	6,1	6,2
13	5,9	6	6,1	6,2	6,3	6,4	6,5	6,6
14	6	6,1	6,2	6,3	6,4	6,5	6,6	6,7
15	6,8	6,9	7	7,1	7,2	7,3	7,4	7,5
16	7	7,1	7,2	7,3	7,4	7,5	7,6	7,7
17	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9	8	8,1
18	8	8,1	8,2	8,3	8,4	8,5	8,6	8,7
19	8,1	8,2	8,3	8,4	8,5	8,6	8,7	8,8
20	10,5	10,6	10,7	10,8	10,9	11	11,1	11,2
21	11	11,1	11,2	11,3	11,4	11,5	11,6	11,7
22	14	14,1	14,2	14,3	14,4	14,5	14,6	14,7
23	18	18,1	18,2	18,3	18,4	18,5	18,6	18,7
24	20	20,1	20,2	20,3	20,4	20,5	20,6	20,7
25	25,7	25,8	25,9	26	26,1	26,2	26,3	26,4
26	35,3	35,4	35,5	35,6	35,7	35,8	35,9	36

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar a tabela do art. 4º da Lei Municipal nº. 2.253/2017, alterando o padrão de vencimento para o cargo de médico clínico geral/PSF, que passa a ter a seguinte redação:

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

DENOMINAÇÃO DA CATEGORIA FUNCIONAL	NÚMERO DE VAGAS	CH/SEM	PADRÃO DE VENCIMENTO
Agente Comunitário de Saúde	90	40	4
Agente de Combate a Endemias	34	40	4
Almoxarife	1	40	15
Arquiteto	1	40	21
Assistente Social	11	30	22
Atendente de Biblioteca	5	40	10
Atendente de Farmácia	5	40	3
Auxiliar Administrativo	60	40	5
Auxiliar de Laboratório	6	40	10
Auxiliar de Saúde Bucal	11	40	10
Bioquímico	5	40	22
Contador	1	40	23
Controlador Interno	1	40	25
Cozinheiro	20	40	7
Cuidador Social	6	40	2
Dentista	1	40	22
Eletricista	2	40	14
Enfermeiro	18	40	22
Engenheiro Agrônomo	1	40	22
Engenheiro Civil	2	40	22
Engenheiro Florestal	1	40	22
Engenheiro Sanitarista	1	40	22
Farmacêutico	1	40	22
Fiscal	20	40	14
Fisioterapeuta / 30 horas	1	30	20
Fonoaudiólogo / 40 horas	6	40	22
Gari	35	40	6
Lubrificador	3	40	11
Mecânico	7	40	19
Médico Clínico Geral/PSF	10	40	26
Médico Veterinário	2	40	22
Merendeira	15	40	3
Motorista	80	40	13
Nutricionista	3	40	22
Operador de Máquinas	21	40	17
Procurador Municipal	1	40	24
Psicólogo	5	20	16
Psicólogo	8	40	22
Técnico Agrícola	2	40	14
Técnico em Agropecuária	1	40	14
Técnico em Edificação	1	40	14

Técnico em Enfermagem	75	40	14
Técnico em Higiene Dental	9	40	14
Técnico em Informática	15	40	14
Técnico em Raio X	3	20	14
Técnico em Segurança do Trabalho	1	40	14
Tecnólogo de Alimentos	1	40	18

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 09 de maio de 2018.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 011/2017

Concedente: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, inscrito no CNPJ nº. 24. 950.495/0001-88.

Proponente: ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE VÍTIMAS DO ÁLCOOL - RESGATE VIDAS,inscrita no CNPJ nº. 03.722. 266/0001-36.

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência do Termo de Fomento nº 011/ 2017 até o dia 30 de maio de 2018, contados a partir do dia 01 de maio de 2018, conforme solicitação anexa e de acordo com o que preceitua o art. 61 do Decreto Municipal nº 036/2017 e artigo 55 da Lei 13019/2014.

Assinatura: 27 de abril de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2017

Concedente: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, inscrito no CNPJ nº. 24. 950.495/0001-88.

Proponente: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO VERDE - APAE,inscrita no CNPJ nº. 00.062712/0001-35.

Objeto: O presente instrumento tem por objetivo acrescentar ao Plano de Trabalho elaborado pela proponente, a cedência de um professor da rede municipal de ensino, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas semanais.

Assinatura: 25 de abril de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

S.D PROVEDOR E INFORMATICA LTDA ME , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 06 E 07 da QUADRA 03, LOCALIZADO NA AV MATO GROSSO, S/N LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 006/2018

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 006/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **SEBRAE/MT – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ 03.534.450/0001-52,** modalidade **DISPENSA nº 006/2018 –CONTRATAÇÃO DO SEBRAE PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CIDADE EMPREENDEDORA,** Processo nº 1206/2018, com o valor de **R$ 208.500,00 (duzentos e oito mil e quinhentos reais)**.Demais informações: E-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde – MT, 10 de maio de 2018.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO N° 001/2018

Cooperante: Município de Campo Verde, inscrito no CNPJ n°. 24.950. 495/0001-88.

Cooperado: Sindicato Rural de Campo Verde, inscrito no CNPJ n.º 37. 500.105/0001-10.

Objeto: A finalidade deste Termo é a de estabelecer parceria para a realização da 19ª EXPOVERDE, entre os dias 11 a 14 de julho de 2018, visando uma participação mais efetiva do comércio na organização, coordenação e operação do evento, sem se esquecer do fato de que o Ente público ora pactuante jamais conseguiria, sem o apoio da iniciativa privada, organizar e executar festividade de tamanha envergadura.

Vigência: O presente termo terá vigência a partir da data da sua publicação até o dia 14/08/2018.

Valor: Para execução do objeto desta parceria, não haverá repasse de recurso financeiro entre as partes.

Assinatura: 07 de Maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 042.2018, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de uma Professor de Educação Física em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.448,97 (três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 14/05/2018 à 21/12/2018.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e JOSÉ RODRIGO VELOSO / CONTRATADO.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 047.2018, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de um Auxiliar de Desenvolvimento Infantil-ADI, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.019,51 (três mil, e dezenove reais e cinquenta e um centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 14/05/2018 à 21/12/2018.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e ANGELA SOELI BIANCHI KMECIK / CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 044.2018, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de um Auxiliar de Desenvolvimento Infantil-ADI, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.019,51 (três mil, e dezenove reais e cinquenta e um centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 14/05/2018 à 21/12/2018.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e LUCIANE RIBEIRO BATISTA / CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 040.2018, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de uma professora pedagoga, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.448,97 (três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa e sete centavos)

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 14/05/2018 à 21/12/2018.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e JANET MIRANDA DE CAMPOS / CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 041.2018, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de uma Professora Pedagoga, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.448,97 (três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 14/05/2018 à 21/12/2018.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e Giomara Camargo dos Santos / CONTRATADA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 043.2018, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de um Auxiliar de Desenvolvimento Infantil-ADI, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.019,51 (três mil, e dezenove reais e cinquenta e um centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 14/05/2018 à 21/12/2018.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e KENIA APARECIDA SILVA DE MORAES / CONTRATADA.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 64/2017

DA ESPÉCIE: Locação.

DO OBJETO: Locação de Imóvel.

DA VIGÊNCIA ADITADA: 24/04/2018 a 23/04/2019.

DO VALOR GLOBAL: R$ 23.340,00(vinte e três mil trezentos e quarenta reais)

DO VALOR MENSAL: R$ 1.945,00 (hum mil novecentos e quarenta e cinco reais).

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / LOCATÁRIO, e NEILO TADEU PEAGUDA, CPF nº. 325.798.611-49 / LOCADOR.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 039.2018, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de uma Professora Pedagoga, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.448,97 (três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 14/05/2018 à 21/12/2018.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e MARIA DO CARMO SOUZA / CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 046.2018, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de uma Professora Pedagoga, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.448,97 (três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 14/05/2018 à 21/12/2018.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e MARIANE DE SOUZA ROCHA / CONTRATADA.

PORTARIA Nº.095, DE 10 DE MAIO DE 2018.

DESIGNA REPRESENTANTES PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE-CONSEMMA, PREVISTO NA LEI MUNICIPAL Nº. 871, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, no uso das atribuições legais conferidas no artigo 148, I, ”c” da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *a necessidade de renovação dos membros do respectivo conselho;*

RESOLVE

Art. 1º Designar os representantes abaixo relacionados, para compor o Conselho Municipal de Meio Ambiente-CONSEMMA, instituído pela Lei Municipal nº. 871, de 21 de dezembro de 2017, ficando assim constituído:

I- Representantes do Poder Público:

a) Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente:

Titular: Vagner Daniel Pinto

Suplente: Giancarlo Rieger

b) Representante de órgão do Poder Executivo Municipal:

Titular: Cintya Vieira Souto

Suplente: Valdemar da Guia Ferreira

c) Poder Legislativo:

Titular: Tayson Petterson de Campos Machado

Suplente: José Dias Cardoso

Titular: Rodrigo Moura de Vargas

Suplente: Mauro Celso Barbiero

d) Representante de órgão da Administração Pública Estadual:

Titular: Mauro Vicente Bortolás (INDEA/MT)

Suplente: Jackeline Silva de Carvalho (EMPAER/MT)

II- Representante da Sociedade Civil:

a)Resentantes dos setores organizados da sociedade

Titular: Ademir Rostirolla (Sindicato Rural)

Suplente: Tassiany dos Santos Gonçalves

Titular: Daniela Geremia (ACICA)

Suplente: Veroni Antônio Barrichello Cargnin

Titular: Ricardo Wastowski Pires (Sindcamp)

Suplente: Weliton Monteiro Cechinel

b) Representante de Associação de Produtores Rurais:

Titular: Adelson Luiz Zamo (Associação de Produtores Rurais Vale do Formiga)

Suplente: Edmilson Junior de Oliveira (Associação de Produtores Rurais Nova Esperança)

c) Representante com notório saber em matéria ambiental ou correlata:

Titular: Tatiane Fernandes Silva (Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti)

Suplente: José Aparecido da Silva (Secretaria Municipal de Educação)

Art. 2º Os representantes do CONSEMMAexercerão mandado de dois anos, na forma do artigo 10 da Lei Municipal 871, de 21 de dezembro de 2017, com as atribuições elencadas no artigo 3º da referida lei.

Art. 3º Essa portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as contidas na Portaria nº. 085, de 20 de janeiro de 2017 e nº 307, de 21 de maio de 2018.

Campos de Júlio, 10 de maio de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 038.2018, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de um Auxiliar de Desenvolvimento Infantil-ADI, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.019,51 (três mil, e dezenove reais e cinquenta e um centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manu-

tenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 10/05/2018 à 21/12/2018.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e **EVELIN ZANCO MACHADO** / CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 045.2018, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de uma Professora Pedagoga, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.448,97 (três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 14/05/2018 à 21/12/2018.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e JULIANA DO NASCIMENTO PISKE CONDACK / CONTRATADA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

Fica notificado os contribuintes abaixo elencados para efetuarem limpeza de terrenos baldios ou edificados os quais são proprietários, no prazo de 10 dias, sob pena de aplicação e cobrança de multa conforme predomina a lei nº 456 de 03/05/ 2011, em seu art. 3º combinando com a lei municipal 423 de 22/03/2010.

Nome	Endereço	Quadra	Lote
Luiz Alberto Gotardo	Bairro Bom-Jardim	20	07,08
Mauricio Warquentin	Bairro Centro	41	12 A
Flavio Cesar Smanioto	Bairro Bom-jardim	25	9,10,11
Antônio Arana V. Neto	Bairro Bom-Jardim	14	02
Junior Alex Alves Pereira	Bairro Vida Nova	06	05, 07
Nelson Fernando V. Zuchi	Bairro Centro	20	07,08
Chentura Industria Quimica	Bairro Centro	20	1c

Campos de Júlio 10 de maio de 2018

Departamento de vigilância ambiental

Lucia Souza da Silva

Portaria 039/2002

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 157/2018, DE 10 DE MAIO DE 2018.

PORTARIA N. 157/2018, DE 10 DE MAIO DE 2018.

DISPÕE SOBRE APLICAÇÃO DE PENA DE ADVERTÊNCIA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas em Lei orgânica do município.

CONSIDERANDO o disposto no oficio nº 001/2018 de 03 de maio de 2018, exarado pela comissão de avaliação do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR de Nº 003/2018.

CONSIDERANDO o disposto nos Art. 156, Inciso I e IV e Art. 157 e Inciso II, todos da Lei n. 252/2005 que Dispõe sobre a reformulação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canabrava do Norte – MT,

RESOLVE:

Art. 1º. Aplicar a servidora do Quadro de Pessoal deste Município **DINALVA DA CRUZ FRANCO** efetiva ocupante do cargo de técnica em laboratório, matrícula funcional 353, lotado na Secretária Municipal de Saúde, a penalidade de ADVERTÊNCIA, pela desobediência dos deveres funcionais constantes artigo Art. 156, Inciso I e IV e Art. 157 e Inciso II da Lei nº 0252/2005.

Art. 2º. Registre-se esta penalidade de advertência na ficha funcional do servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Canabrava do Norte-MT, 10 de Maio de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO CPL 064/2017

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO CPL 064/2017

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUITETURA CPL Nº 064/2017, FIRMADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE/MT E A EMPRESA FRANCYS G. SCHIRMANN - EPP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Áurea Tavares de Amorim, s/n Setor Vila São João nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob n.º 37.465.200/0001-20, representado pelo seu representante legal, JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, brasileiro, casado, prefeito municipal, residente e domiciliado nesta cidade, doravante simplesmente designado como CONTRATANTE e de outro lado a empresa FRANCYS G. SCHIRMANN - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº. 22.688.974/0001-42, com sede na avenida Jerusalem, nº 169 – Setor Santa Luzia Confresa/MT, Resolvem rescindir, amigavelmente, o contrato CPL nº 064/2017, sujeitando-se a Lei nº 8.666/93.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Item	Discriminação	Unid.	Quant.	R$ Unitário	R$ Total
Secretaria Municipal de Administração					
01	Contratação de empresa de Arquitetura	Mensal	12	4.520,00	54.240,00
Valor Global					**54.240,00**

CLAUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE RESCISÃO

2.1 A presente rescisão, se realiza em comum acordo entre as partes, sem indenização ou multa, seja a que título for, a qualquer das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

3.1 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Porto Alegre do Norte. – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, **CONTRATANTE** E **CONTRATADA**, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 3 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canabrava do Norte – MT, 04 de Novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

João Cleiton Araújo de Medeiros

CONTRATANTE

FRANCYS G. SCHIRMANN - EPP

CONTRATADA

Testemunhas

Domingos Dias Pinto Zenilton Augusto da Silva

CPF: 388.910.771-00 CPF: 030.767.051-13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 018/2018

Aos dez dias do mês de maio de 2018, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Pessoa Jurídica a seguir descrita e qualificada: **Deuzina da Silva Aguiar - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.271.165/0001-01 sediada na Avenida João Sacerdote de Souza, Centro, Canabrava do Norte/MT, CEP: 78.658-000, neste ato representada pela Senhora **Deuzina da Silva Aguiar,** brasileira, comerciante, portadora do RG nº 1.108.496 SSP/DF e do CPF nº 399.031.501-30, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de materiais e produtos de limpeza e utensílios, onde Pública e **HOMOLOGADA** nos autos, referente ao Pregão Presencial n° 018/2018, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de produtos e materiais de limpeza e utensílios, para ser utilizado pelo gabinete do prefeito e pelas seguintes secretarias: secretaria municipal de administração; secretaria municipal de educação esporte e lazer; secretaria municipal de saúde; secretaria municipal de meio ambiente e agricultura; secretaria municipal de infra estrutura e serviços públicos e urbanismo, secretaria municipal de habitação trabalho e desenvolvimento social; secretaria municipal de planejamento/orçamento e gestão; pelo período de 12 meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para fornecimento dos produtos nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os produtos pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2.O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A Ata de Registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a entregar os produtos dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da entrega dos produtos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 03 (três) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos produtos, e conseqüente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os produtos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para consumo.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar o fornecimento, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os produtos, objeto desta Ata, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços (Anexo VI) é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos de fornecimento serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela fornecedora, de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretario Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço, **HOMOLOGADO** a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

Item	Descrição e especificação do Produto	Unid.	Marca	Quant	V. UNIT.	V. TOTAL
1	AGUA SANITARIA - SOLUCAO AQUOSA, A BASE DE HIPOCLORITO SODIO OU CALCIO, FRASCO PLASTICO, 2%PP A 2,5%PP	FRASCO 1 LITRO	TUFF	2.000	R$ 3,50	R$ 7. 000,00
2	ALCOOL ETILICO A 70% - 70%, EM ALMOTOLIA PLASTICA (250ML), EM GEL, ANTESEPTICO	UNIDADE	START	200	R$ 7,82	R$ 1. 564,00
3	ALCOOL ETILICO - COM TEOR ALCOOLICO ENTRE 96- HIDRATADO, EMBALADO EM FRASCO PLASTICO	LITRO	SOL	150	R$ 7,62	R$ 1. 143,00
4	ALCOOL ETILICO - COM TEOR ALCOOLICO ENTRE 96- HIDRATATO, EMBALADO EM GEL C/500 ML	FRASCO 500 MILILITRO	START	250	R$ 6,25	R$ 1. 562,50
5	ALCOOL ACIDO - SOLUCAO 1%, FRASCO 1000ML.	FRASCO 1 LITRO	START	50	R$ 9,95	R$ 497,50
6	VELA - PARAFINA, COMUN, N 8, PAVIO DE ALGODAO, GRADUAL NA SUA QUEIMA, BRANCA, CAIXA	CAIXA 8 UNIDADE	SAN FRANCISCO	50	R$ 6,20	R$ 310,00
7	AMACIANTE - PRINCIPIO ATIVO CLORETO DE DIESTEARIL DIETIL AMONIO, COMPOSICAO BASICA QUATERNARIO DE AMONIO, CORANTE E OUTRAS SUBSTANCIAS QUIMICAS PERMITIDAS, TEOR DE NAO VOLATEIS BASICO: 2% MINIMO, TEOR DE ATIVOS CATIONICO BASICO: 1,8% MINIMO, COMPOSICAO AROMATICA LAVANDA, ACONDICIONAMENTO EM EMBALAGEM PLASTICA, E AS SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUCAO MS 1/78	UNIDADE	TUFF	600	R$ 7,25	R$ 4. 350,00
8	CERA LIQUIDA PARA PISO - PRINCIPIO ATIVO LIQUIDO LUSTRAVEL PARA PISOS FRIOS, COMPOSICAO BASICA EMULSAO DE CERA, CARNAUBA, NIVELANTE, TEOR NAO VOLATEIS MINIMO 3,5% NA QUALIDADE DE PRONTO USO, NA COR INCOLOR, ACONDICIONADO EM BAMBONA C/05 LITROS, PRODUTO COM REGISTRO NO MINISTERIO SAUDE E FOLHETO TEC C/ COMPOSICAO, METODO, UTILIZACAO, PRINC ATIVO	LITRO	POLYLAR	230	R$ 3,90	R$ 897,00
9	DESINFETANTE - CATEGORIA BASICA RESTRITA AO USO PURO PRINCIPIO ATIVO CLORETO ALQUIL BENZILAMONIO, PRINCIPIO ATIVO MONIL FENOL, COMPOSICAO BASICA ETOXILADO, CORANTE OLEO DE PINHO, COMPOSICAO AROMATICA PINHO, ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO CONTENDO 500ML.	LITRO	VOREL	1600	R$ 2,90	R$ 4. 640,00
11	DESINFETANTE - CATEGORIA BASICA RESTRITA DESINFETANTE E ALVEJANTE, PRODUTO LIQUIDO EFICIENTE NA DESINFECCAO E REMOCAO DE MANCHAS, PRIN-	GARRAFA 2 LITRO	VOREL	800	R$ 3,95	R$ 3. 160,00

	CIPIO ATIVO 8% A 10% DE HIPLOCORITO DE SODIO, ESTABILIZANTES EAGUA, COMPOSICAO BASICA DENSIDADE 25' 1,16 A 1,21, CORANTE PH SOL. AQUOSA 1%, 11,0 A 12,5, COMPOSICAO AROMATICA NEUTRA, ACONDICIONADO EM BOMBONAS, MINISTERIO DA SAUDE.					
12	DESODORIZADOR AMBIENTAL - AEROSOL, FLORAL, PROPANO E BUTANO, FRASCO DE ALUMINIO	FRASCO 360 MILILITRO	ONLY	160	R$ 10,95	R$ 1.752,00
13	ESSENCIA AROMATIZANTE DE AMBIENTES, CONCENTRADA, POSSUI FRAGRANCIA ESPECIAL DE LONGA DURACAO	LITRO	AZULIN	120	R$ 8,99	R$ 1.078,80
14	DETERGENTE LIQUIDO - PRINCIPIO ATIVO DETERGENTE LIQUIDO CONCENTRADO, COM GLICERINA, COMTENSOATIVOS ANIONICOS, ANFOTEROS, COADJUVANTES, COMPOSICAO BASICA PRESERVANTES, SEQUESTRANTES, ESPESSANTES, CONTROLADOR DE PH, BRANQUEADOR OPTICO, CORANTES, FRAGRANCI, PRESERVANTES, SEQUESTRANTE, ESPESSANTE, FRAGANCIAS A E VEICULO, TEOR DE ATIVOS COMPONENTE ATIVO LINEAR ALQUILBENZENO SULFANATO DESODIO, COM TENSOATIVOS BIODEGRADAVEIS, COMPOSICAO AROMATICA NEUTRO, ACONDICIONADO EM TUBO DE PLASTICO COM 500 ML, TAMPA DOSADORA, REG MS 3.00. 589-1	FRASCO 500 MILILITRO	AZULIN	2.400	R$ 1,95	R$ 4.680,00
15	LUVA PLASTICA - TIPO MULTIUSO, ESTERIL, DESCARTAVEL, TAMANHO 8	PACOTE 100 UNIDADE	PESCARPAK	100	R$ 23,49	R$ 2.349,00
16	LUVA - LATEX SINTETICO, TAMANHO G	PAR	MUCAMBO	60	R$ 5,49	R$ 329,40
18	BOTA EPI - DE BORRACHA, FORRADA, NA COR BRANCA, TAMANHO DIVERSOS, CANO LONGO	PAR	BRACOL	60	R$ 49,00	R$ 2.940,00
19	BOTA - BOTA DE BORRACHA, RESISTENTE, NA COR BRANCA, SOLADO ANTIDERRAPANTE, CANO MEDIO, IMPERMEAVEL, PALMILHA ANATOMICA, TAMANHOS DIVERSOS	PAR	BRACOL	40	R$ 50,00	R$ 2.000,00
20	ESCOVA PARA LIMPEZA - VASO SANITARIO, CONVENCIONAL, COM CERDAS FLEXIVEL, SEM ALCA, CABO DE PASTICO OU MADEIRA, MEDINDO 30CM, NA COR BRANCA	UNIDADE	CONDOR	50	R$ 7,30	R$ 365,00
21	ESCOVA PARA ROUPA - DE POLIETILENO, DIVERSAS CORES	UNIDADE	CONDOR	100	R$ 3,80	R$ 380,00
22	LA DE ACO - COMPOSTO DE ACO CARBONO, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, EMBALADO EM 14 UNIDADES	PACOTE 60 GRAMA	BOMBRIL	1600	R$ 2,24	R$ 3.584,00
23	PALHA DE ACO - DO TIPO ACO CARBONO, N. 02, PARA LIMPEZA/BRILHO	PACOTE 8 UNIDADE	START	100	R$ 1,50	R$ 150,00
24	ESPONJA PARA LIMPEZA - TIPO SIMPLES C/08 UNIDADES, MEDINDO 110X90X26MM, COM FORMATO RETANGULAR, ACO CARBONO, NA COR GRAFITE	PACOTE 8 UNIDADE	AZULIN	2.000	R$ 15,00	R$ 30.000,00
25	ESPONJA PARA LIMPEZA - TIPO DUPLA FACE, MEDINDO NO MINIMO DE 100X70X20 MM, COM FORMATO RETANGULAR, POLIURETANO COM BACTERICIDA, NA COR VERDE/AMARELA	PACOTE 4 UNIDADE	AZULIN	600	R$ 1,25	R$ 750,00
26	FLANELA - 100% ALGODAO, MEDINDO 38X58CM, NA COR LARANJA	UNIDADE	NOVO MUNDO	600	R$ 3,90	R$ 2.340,00
27	GUARDANAPO DE PAPEL - MEDIDA MINIMA 30 CM X 30 CM, PAPEL ABSORVENTE, COMPOSICAO 100% CELULOSE, FOLHA SIMPLES,TIPO GOFRADO, COR BRANCA,ALVURA SUPERIOR A 70%, IMPUREZA MAXIMA 15 MM2/M2	PACOTE 50 UNIDADE	ONLY	400	R$ 1,46	R$ 584,00
28	INSETICIDA DOMESTICO - DO TIPO MULTI INSETICIDA, EM SPRAY, AUTOMATICO, TOXIDADE EM 0,120%,COMPOSTO POR IMIPOTRINA 0,020%, PERMETRINA 0,050%, ESBIOTRINA 0,100%	FRASCO 300 MILILITRO	VOREL	30	R$ 12,30	R$ 369,00
29	ASCENDEDOR - TIPO ISQUEIRO TAMANHO PEQUENO, PARA GERAR FOGO, QUE UTILIZA COMO COMBUSTIVEL GAS BUTANO SOB PRESSAO, ALTAMENTE INFLAMAVEL, COM REGULAGEM AUTOMATICA DA CHAMA EM PLASTICO.	FRASCO 300 MILILITRO	BIC	150	R$ 4,50	R$ 675,00
30	LIMPA ALUMINIO - LIMPADOR ESPECÍFICO PARA SUPERFÍCIES DE ALUMÍNIO, EFICIENTE NA REMOÇÃO DE SUJEIRAS E MANCHAS INCRUSTADAS, DEVE ALÉM DE REMOVER SUJEIRAS E MANCHAS DAR BRILHO AO ALUMÍNIO. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, INSTRUÇÕES E CUIDADOS NA UTILIZAÇÃO.	FRASCO 500 MILILITRO	POLYLAR	600	R$ 3,40	R$ 2.040,00
31	LIMPADOR MULTIUSO DOMESTICO - LIQUIDO, CONCENTRADO,COMPOSTO DE: NONIL FENOL ETOXILADO, BUTILGLICOL, ALCOOL ETILICO, FORMOLDEIDO, AROMATIZANTE, CORANTE E AGUA, EMBALAGEM CONTENDO 500 ML E EM SEU ROTULO DADOS DO FABRICANTE, PRINCIPIO ATIVO, MODO DE USO, RESPONSAVEL TECNICO,E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE OU ANVISA	FRASCO 500 MILILITRO	AZULIN	600	R$ 4,75	R$ 2.850,00
32	LIMPA VIDRO - PRINCIPIO ATIVO BUTIL ETIL ETER-TRIPOLIFOSFATO DE SODIO INGRIDIENT E ATIVO ETANOL 14%, COMPOSICAO BASICA BUTIL, ETIL, ETER-TRIPOLIFOSFATO, COM VALIDADE ATE 12 MESES, COR AZUL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA COM 500ML, COM GATILHO	FRASCO 500 MILILITRO	AZULIN	600	R$ 7,14	R$ 4.284,00
33	LIMPADOR DE PISO - EM LIQUIDO, COMPOSTO DE ACIDO, EMULSIFICANTE E UMECTANTES, PARA SUJIDADES PESADAS, ACONDICIONADO EM BOMBONA	FRASCO 1 LITRO	AZULIN	100	R$ 6,75	R$ 675,00
34	RECIPIENTE PARA LIXO - DE PLASTICO, NO FORMATO CILINDRICO TELADO, COM CAPACIDADE DE 20 LITROS, MEDINDO 24,5 X 27,5CM, S/TAMPA, S/PEDAL, CESTO, VARIADA	UNIDADE	ARQUPLAST	150	R$ 18,00	R$ 2.700,00
36	LUVA PARA LIMPEZA - BORRACHA DE LATEX NATURAL, NORMA NBR-13393, TAMANHO PEQUENO, COM REVESTIMENTO INTERNO, REFORCADA, COM SUPERFICIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE	PAR	MUCAMBO	100	R$ 5,50	R$ 550,00
37	MASCARA FACIAL - EM TNT, DESCARTAVEL, ANATOMICO, SEM REBARBAS COM PREGAS E TIRAS LATERAIS, PEQUENA	UNIDADE	DESCARPACK	200	R$ 14,99	R$ 2.998,00
38	PA DE LIXO - DE PA DE LIXO EM PLASTICO, MEDINDO CABO CURTO, CABO DE PLASTICO, CCOM 20CM	UNIDADE	ARQUPLAST	60	R$ 5,50	R$ 330,00
39	PALITO - DE EM MADEIRA DE REFLORESTAMENTO, DE DENTE, TAMANHO 5 CM COM FORMATO ROLICO	CAIXA 50 UNIDADE	GINA	600	R$ 0,44	R$ 264,00
40	PALITO - DE MADEIRA, PARA CHURRASCO, FORMATO REDONDO COM 20 CM	PACOTE 100 UNIDADE	NATURAL PRODUTOS	50	R$ 5,20	R$ 260,00
41	PANO DE LIMPEZA - PANO DE CHAO - DE SACO ALVEJADO, 100% ALGODAO, TAMANHO MINIMO (70X52 CENTIMETROS) E 130 GRAMAS	UNIDADE	NOVO MUNDO	600	R$ 6,60	R$ 3.960,00
42	PANO DE LIMPEZA - TIPO PANO DE PRATO EM ALGODÃO MEDINDO 65 X 45CM	UNIDADE	PESCARPACK	400	R$ 5,40	R$ 2.160,00
43	TOALHA DE ROSTO - MEDINDO (0,45 X 0,85) CM, NA COR AZUL ESCURO, 100% ALGODAO 500GR/M- FELPUDA	UNIDADE	NOVO MUNDO	100	R$ 8,25	R$ 825,00
44	PAPEL HIGIENICO - COMPOSTO DE PAPEL HIGIENICO, TEXTURA MACIA., NA COR BRANCA, COM SIMPLES, PICOTADA., MEDINDO 30M X 10CM, PACOTE COM	PACOTE COM 4 UNIDADES	BRISA	36.000	R$ 2,95	R$ 106.200,00

	04(QUATRO) ROLOS E FORNECIDOS EM FARDOS COM 64 (SESSENTA E QUATRO) PACOTES.					
45	PAPEL TOALHA - CREPADO, INTERFOLHADO COM 02 DOBRAS, NO TAMANHO 22 X 19 CM, ABSORCAO MAXIMA , NA COR BRANCA	FARDO 8 PACOTE	STYLUS	100	R$ 4,25	R$ 425,00
47	PEDRA DE AFIAR - CARBURETO DE SILICIO, RETANGULAR, MEDINDO 203 X 50 X 25 MM, AFIAR FACAS DE COZINHA INDUSTRIAL, GRANULACAO COMBINADA (UMA FACE MEDIA E OUTRA FINA)	UNIDADE	TAMBASA	50	R$ 25,00	R$ 1.250,00
48	PILHA - TIPO ALCALINA, NA VOLTAGEM DE 1,5V, NO TAMANHO PEQUENA (AA), EMBALADO EM CARTELA COM 4 UNIDADES	CARTELA 4 UNIDADE	PANASSONIC	100	R$ 6,13	R$ 613,00
49	PILHA - TIPO ALCALINA PALITO, NA VOLTAGEM DE 1,5V, NO TAMANHO PEQUENA, EMBALADO EM CARTELA COM 2 UNIDADES	CARTELA 2 UNIDADE	PANASSONIC	100	R$ 6,20	R$ 620,00
50	PRENDEDOR DE ROUPA - DE PLASTICO, NO FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 8CM, ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA	PACOTE 10 UNIDADE	CONDOR	500	R$ 3,20	R$ 1.600,00
51	RASTELO - EM FERRO, COM TAMANHO GRANDE (TIPO FORCADO RETO DE 04 DENTES), COM CABO DE MADEIRA	UNIDADE	START	30	R$ 28,00	R$ 840,00
52	RASTELO - EM FERRO, COM TAMANHO COM 14 DENTES, COM CABO DE MADEIRA	UNIDADE	START	70	R$ 25,00	R$ 1.750,00
53	RODINHO DE PIA - de plástico, para limpeza de pia.	UNIDADE	START	60	R$ 13,66	R$ 819,60
54	RODO(PUXA E SECA) - CABO DE MADEIRA, BASE MEDINDO 50CM, BASE DE BORRACHA, COM UMA LAMINA DE BORRACHA	UNIDADE	START	125	R$ 11,50	R$ 1.437,50
55	RODO (PUXA E SECA) - RODO DE ALUMINIO REFORCADO, 80 CM, CABO EM ALUMÍNIO COM 1,50 OU 1,30 M	UNIDADE	START	100	R$ 38,00	R$ 3.800,00
56	SABAO EM BARRA - (TABLETE) COMPOSICAO BASICA SAL INORGANICO, COADJUVANTES, EMOLIENTES, PIGMENTOS, GLICERINA, AGUA, E OUTRAS SUBSTANCIAS QUIMICAS PERMITIDAS, PESANDO 200G, NEUTRO, NA COR AMARELA, PLASTICA, PRODUTO COM NOTIFICACAO / REGISTRO NA ANVISA	PACOTE 5 UNIDADE	YPÊ	800	R$ 7,30	R$ 5.840,00
57	SABAO ALVEJANTE - EM PO, PARA LAVAGEM DE ROUPAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CONTENDO 1 KG, ROTULO COM QUE CONTENHA EM SEU ROTULO DESCRICAO DO PRODUTO, INDICACAO DOS COMPONENTES QUIMICOS, INFORMACOES SOBRE MODO DE UTILIZACAO, RESPONSAVEL TECNICO, FABRICANTE, REGISTRO NA ANVISA OU MINISTERIO DA SAUDE, DATA DE FABRICACAO E DATA DE VALIDADE	CAIXA 1 QUILO	POLYLAR	2	R$ 7,50	R$ 15,00
58	SABAO ALVEJANTE - EM SABAO EM PO, PARA LIMPEZA PESADA, EM UTILIZACAO PARA LIMPEZAS DIVERSAS, COM TENSOATIVO, TAMPONANTES, COADJUVANTES, SINERGISTA, CORANTES, ENZIMAS, BRANQUEADOR OPTICO, ESSENCIA AGUA, ACONDICIONADO CAIXA COM 500G, ROTULO COM INFORMACOES SOBRE O SABAO EM PO	CAIXA 1 QUILO	POLYLAR	6.000	R$ 7,50	R$ 45.000,00
59	SABAO LIQUIDO - DO TIPO ALCOOL, SODA FORT 99, GORDURA ANIMAL E VEGETAL, AGUA E GLICERINA	LITRO	START	200	R$ 9,99	R$ 1.998,00
60	SABONETE - TABLETE, DE GLICERINA, COMUM, INODORO, NEUTRO, TRANSPARENTE, (PH5,5 A 8,5), PARA HIGIENE CORPORAL, 90 GRAMAS	PACOTE 12 UNIDADE	REXONA	300	R$ 1,75	R$ 525,00
61	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 15 LITROS, MEDINDO (LARG.39CMXALT.58CMXESP.0,05MM), NA COR PRETA, PESANDO 850-GRAMAS, NBR 9190, NBR 9191	PACOTE 20 UNIDADE	MC	1.200	R$ 3,25	R$ 3.900,00
63	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - EM POLIPROPILENO, PARA EMBALAR MEDICAMENTOS, COM CAPACIDADE PARA 2KG, TRANSPARENTE	QUILOGRAMA		50	R$ 21,00	R$ 1.050,00
64	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 20 LITROS, MEDINDO (43CMX0,05MM), NA COR PRETA, PESANDO 950GRS, NBR 9190,NBR 9191	PACOTE 20 UNIDADE	MC	1.000	R$ 3,95	R$ 3.950,00
65	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 60 LTS, MEDINDO (75CMX0,06MM), NA COR PRETA, PESANDO 2KGS., NBR9190,NBR9191	PACOTE 100 UNIDADE	MC	1.000	R$ 4,25	R$ 4.250,00
66	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 30 LITROS, MEDINDO (LARG.59CMXALT.62CMXESP.0,06MM), NA COR PRETA, PESANDO 2,5KGS, NBR 9190,NBR 9191	PACOTE 10 UNIDADE	MC	1.200	R$ 3,95	R$ 4.740,00
67	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 50 LITROS, MEDINDO (63CMX0,08MM), NA COR PRETA, PESANDO 3 KGS, NBR 9190,NBR 9191	PACOTE 10 UNIDADE	MC	1.200	R$ 4,50	R$ 5.400,00
68	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 100 LITROS, MEDINDO (90CMX0,08MM), NA COR PRETA, PESANDO 5KGS	PACOTE 100 UNIDADE	MC	1.200	R$ 4,50	R$ 5.400,00
70	SODA CAUSTICA - TIPO ESCAMA, EMBALADA EM FRASCO PLASTICO, CONTENDO 1 QUILO, COMPOSTA DE HIDROXIDO DE SODIO	QUILOGRAMA	START	50	R$ 17,50	R$ 875,00
72	VASSOURA - DE CERDA DE PALHA(TIPO CAIPIRA), CABO DE MADEIRA, MEDIDA DA BASE 30CM, COM BASE DE ARAME	UNIDADE	START	100	R$ 18,90	R$ 1.890,00
73	VASSOURA - DE NYLON, CABO DE MADEIRA, MEDIDA DA BASE 60 CM, COM BASE DE EM MADEIRA S/ REVESTIMENTO	UNIDADE	START	300	R$ 18,50	R$ 5.550,00
74	VASSOURA - DE PALHA, CABO DE OU SEJA SEM CABO, MEDIDA DA BASE INEXISTENTE, COM BASE DE OU SEJA SEM TIPO DE BASE	UNIDADE	START	600	R$ 15,50	R$ 9.300,00
75	VASSOURA - DE PIACAVA (VASSOURAO), CABO DE MADEIRA REVESTIDO EM PLASTICO, MEDIDA DA BASE 30 CM, COM BASE DE MADEIRA	UNIDADE	START	300	R$ 22,00	R$ 6.600,00
76	VASSOURA - DE PIACAVA TIPO VASSOURAO, CABO DE MADEIRA REVESTIDO EM PLASTICO,MEDIDA DA BASE 60 CM,COM BASE DE MADEIRA	UNIDADE	START	100	R$ 36,00	R$ 3.600,00
77	VASSOURA - DE PELO, CABO DE MADEIRA, MEDIDA DA BASE 40 CM, COM BASE DE METAL	UNIDADE	START	400	R$ 15,27	R$ 6.108,00
78	VASSOURA - PLASTICA PARA JARDIM (24 DENTES COM CABO)	UNIDADE	START	50	R$ 23,00	R$ 1.150,00
79	BALDES - EM PLASTICO SUPER RESISTENTE, COM CAPACIDADE DE 13 LITROS	UNIDADE	ARQUPLAST	50	R$ 10,00	R$ 500,00
80	BALDES - EM PLASTICO,COM CAPACIDADE DE 17 LITROS	UNIDADE	ARQUPLAST	100	R$ 15,00	R$ 1.500,00
81	BALDE - EM PLASTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE (10 LITROS)	UNIDADE	ARQUPLAST	60	R$ 8,50	R$ 510,00
82	GARRAFA TERMICA - DE MESA, COM REVESTIMENTO DE INOX, AMPOLA DE VIDRO TEMPERADO, DE PRESSAO, PARA CAFE E CHA, COM CAPACIDADE PARA 2 LITROS, INOX	UNIDADE	TEMOLAR	100	R$ 102,00	R$ 10.200,00
83	GARRAFA - TERMICA, REVESTIDA EM PLASTICO RIGIDO, AMPOLA DE VIDRO TEMPERADO, COM TAMPA DE ROSCA E ALCA, 1 LITRO	UNIDADE	TEMOLAR	30	R$ 33,00	R$ 990,00
84	GARRAFA - GARRAFA TERMICA, REVESTIDA EM PLASTICO RIGIDO, AMPIDRO TEMPERADO, COM TAMPA TIPO PRESSAO, CAPACIDADE DE 1 LITRO	UNIDADE	TEMOLAR	30	R$ 37,00	R$ 1.110,00
86	BACIAS - BACIA - EM PLASTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE PARA 35 LITROS, CORES DIVERSAS	UNIDADE	ARQPLAST	30	R$ 19,00	R$ 570,00

87	BACIA - EM PLASTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE PARA 90 LITROS, CORES DIVERSAS	UNIDADE	ARQPLAST	30	R$ 34,00	R$ 1.020,00
88	CAIXA ORGANIZADORA - EM MATERIAL PLASTICO RIGIDO DE ALTA RESISTENCIA, NO FORMATO RETANGULAR, COM TAMPA E TRAVA, NAS DIMENSOES (40X30X15)CM, NA COR TRANSPARENTE, MULTI USO	UNIDADE	TEMOLAR	72	R$ 36,00	R$ 2.592,00
89	COPO DESCARTAVEL - DE POLIESTIRENO, PARA LIQUIDOS, COM CAPACIDADE DE 180ML, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 100 COPOS	PACOTE 100 UNIDADE	TOPFORM	1.200	R$ 4,20	R$ 5.040,00
90	COPO DESCARTAVEL - DE POLIPROPILENO, PARA LIQUIDOS, COM CAPACIDADE DE 200ML, 200 GRAMAS	PACOTE 100 UNIDADE	TOPFORM	10.000	R$ 4,20	R$ 42.000,00
91	COPO DESCARTAVEL - COPO DESCARTAVEL DE POLIESTIRENO, PARA LIQUIDOS, CAPACIDADE 50 ML, ACONDICIONAMENTO EM TIRAS DE 100 COPOS, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMACOES, BORDAS AFIADAS E REBARBAS, EM CONFORMIDADE COM A NBR 14865:2012.	PACOTE 100 UNIDADE	TOPFORM	600	R$ 2,50	R$ 1.500,00
92	COPO - DE VIDRO, COM 300ML, DIAMETRO 67MM, ALTURA 129,5MM, PARA REFRESCO, NA COR INCOLOR	DUZIA	DURALEX	20	R$ 44,00	R$ 880,00
94	FILME TRANSPARENTE - FILME TRANSPARENTE EM PVC, COM 60 CM, COM 1.000 METROS, APRESENTACAO EM ROLO OU BOBINA.	UNIDADE	BOREDA	40	R$ 3,99	R$ 159,60
95	FACA - EM ACO INOX, LAMINA DE 6¨, COM CABO DE MADEIRA	UNIDADE	TRAMONTINA	50	R$ 14,50	R$ 725,00
96	FACA - DE INOX, TAMANHO MEDIO	UNIDADE	TRAMONTINA	50	R$ 16,00	R$ 800,00
97	COADOR - COADOR DE PANO PARA CAFE, EM TECIDO ESPECIAL, COM ARO DE APOIO E CABO PLASTICO, DIAMETRO DE 22CM, TAMANHO GRANDE	UNIDADE	CRISTAL	500	R$ 4,20	R$ 2.100,00
100	COLHER - INOX, PARA SOPA, CABO EM INOX, ACONDICIONADA EM FORMA ADEQUADA	UNIDADE	CONTINENTAL	600	R$ 5,00	R$ 3.000,00
101	COLHER - DE INOX, PARA ARROZ	UNIDADE	PREMIUM	100	R$ 10,00	R$ 1.000,00
102	ESCORREDOR PARA ARROZ - EM ALUMINIO COM ABAS, PEGADORES LATERAIS E TRIPES, TAMANHO COM 30CM DE DIAMETRO	UNIDADE	BARCELONA	30	R$ 29,90	R$ 897,00
103	PRATOS JANTAR - VIDRO, PRETO	UNIDADE	DURALEX	200	R$ 6,99	R$ 1.398,00
104	PANELAS - DE ALUMINIO, DE PRESSAO, PARA 7,5 LITROS, COM CABO	UNIDADE	PANELUX	30	R$ 98,90	R$ 2.967,00
105	PANELAS - EM ALUMINIO, TIPO DE PRESSAO, COM CAPACIDADE PARA 10L, MODELO COM CABO	UNIDADE	PANELUX	30	R$ 160,00	R$ 4.800,00
107	JARRAS - DE PLASTICO, COM CAPACIDADE PARA 2L, COM TAMPA E TRAVA	UNIDADE	TEMOLAR	30	R$ 9,90	R$ 297,00
109	GARRAFA TERMICA - EM ACO INOXIDAVEL, AMPOLA DE VIDRO, COM ROLHA DOSADORA, COM CAPACIDADE PARA 0,5 LITROS	UNIDADE	TEMOLAR	30	R$ 38,00	R$ 1.140,00
110	GARFO - DE PLASTICO DESCARTAVEL, PARA REFEICAO, APRESENTACAO LISA	CAIXA 100 UNIDADE	TERMOPOT	100	R$ 7,25	R$ 725,00
111	FACA - EM ACO INOX, COM FIO ONDULADO DE 6" (POLEGADAS), CABO EM POLIPROPILENO, PARA PÃO	UNIDADE	TRAMONTINA	30	R$ 36,90	R$ 1.107,00
112	ASSADEIRA - EM ALUMINIO, FORMATO RETANGULAR, MEDINDO APROXIMADAMENTE (36 X 22) CM	UNIDADE	CRISTALINO	30	R$ 53,20	R$ 1.596,00
113	ABRIDOR DE RECIPIENTES - TIPO ABRIDOR DE LATA, EM FERRO GALVANIZADO, TAMANHO PEQUENO, SEM DECORACAO, NIQUELADO	UNIDADE	STARTOOLS	30	R$ 5,20	R$ 156,00
116	RALADOR - DE PLASTICO, POSSUINDO 04 FACES DE DIVERSAS FORMAS, PARA RALAR ALIMENTOS, ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA	UNIDADE	OVERPOP	30	R$ 10,50	R$ 315,00
117	TABUA PARA MANIPULACAO - TABUA PARA CORTE DE POLIETILENO, BRANCA COM 400 MILIMETROS X 500 MILIMETROS X 15 MILIMETROS.	UNIDADE	MARTINAZZO	30	R$ 15,00	R$ 450,00
						R$ 431.886,90

Classificação Final

DEUZINA DA SILVA AGUIAR - ME.

CNPJ: 23.271.165/0001-01;

ENDEREÇO: AVENIDA JOÃO SACERDPOTE DE SOUZA, SN, CENTRO, CANABRAVA DO NORTE/MT, CEP: 78.658-000;

TELEFONE: (66) 98427-1930;

E-MAIL:

VALOR GLOBAL: R$ 431.886,90 (QUATROCENTOS E OITENTA E SEIS MIL E NOVENTA REAIS);

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. A presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 10 de Maio de 2018.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS DEUZINA DA SILVA AGUIAR

Prefeito Municipal **DEUZINA DA SILVA AGUIAR - ME**.

Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

Iranizo Matos Rodrigues Zenilton Augusto da Silva

CPF: 983.429.751-34 CPF: 030.767.051-13

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N. 626/2018, DE 10 DE MAIO DE 2018.

DECRETO N. 626/2018, DE 10 DE MAIO DE 2018.

"SUSPENDE O EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES MUNICIPAIS NO DIA 11 DE MAIO DE 2018, NA FORMA QUE ESPECIFICA".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o teor da Portaria n. 144/2018, de 04 de maio de 2018;

CONSIDERANDO a necessidade de uma transição interna, de passagem de poderes ao vice-prefeito,

DECRETA:

Art. 1º. Fica suspenso o expediente na Administração Pública Municipal para atendimento externo ao público no dia 11 de maio de 2018.

Art. 2º. Excetuam-se do disposto no artigo 1º deste decreto as unidades cujas atividades não possam sofrer solução de continuidade, as quais deverão funcionar normalmente no dia 11 de maio de 2018, como Secretaria Municipal de Saúde e todas as suas unidades, Secretaria Municipal de Educação e todas as suas unidades, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo e todas as suas unidades, Tesouraria Municipal, USC/SEFAZ, Coordenadoria de Tributos, Departamento de Licitação, Controladoria Interna e Agência Municipal de Trânsito – DETRAN.

Parágrafo único. Nas demais unidades, a critério dos respectivos titulares, poderá ser instituído plantão nos casos julgados necessários.

Art. 3º. Caberá às autoridades competentes de cada órgão fiscalizar o cumprimento das disposições deste decreto.

Art. 4º. As demais entidades da Administração poderão dispor internamente, a seu critério, sobre a matéria de que trata este decreto.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Canabrava do Norte – MT, 10 de maio de 2018.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados sua intenção em aderir, como CARONA, à Ata de Registro de Preços nº 068/2017, referente ao Pregão Presencial nº 129/2017 – Prefeitura Municipal de Confresa/MT, nos termos 15 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e regulamentações constantes dos Decretos 7.892/2013 e 8.250/2014, conforme especificações abaixo:

Pregão Presencial nº 129/2017 – Prefeitura Municipal de Confresa/MT;

Ata de Registro de Preços nº 068/2017;

Vigência da Ata: 12 Meses;

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Confresa/MT;

Empresa beneficiária: L.M. Borges – Promoções e Eventos ME (CNPJ nº 08.561.812/0001-18);

Especificação do objeto registrado: Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de locação de tendas;

Quantidade registrada: Conforme registrado e disposto na Ata nº 028/2017 da Prefeitura Municipal de Confresa;

Quantidade de adesão:

Empresa: L.M. Borges – Promoções e Eventos ME (CNPJ nº 08.561.812/0001-18):

DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.	R$ UNIT.	R$ TOTAL
SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDA 8X 8 Com até 3 Laterais Fixação de 8 pés Serviços de montagem e desmontagem e despesas com transportes	40	Diária	R$ 520,00	R$ 20.800,00
SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDA 5X 5 Com até 3 Laterais Fixação de 4 pés Serviços de montagem e desmontagem e despesas com transportes	150	Diária	R$ 372,00	R$ 55.800,00
SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDA 12X12 Com até 3 Laterais Fixação de 8 pés Serviços de montagem e desmontagem e despesas com transportes	30	Diária	R$ 757,00	R$ 22.710,00

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE/ CÂMARA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE
EDITAL 004 2018

EDITAL Nº 004/2018. 16 de Abril de 2018.

A Câmara Municipal de Canabrava do Norte Estado de Mato Grosso, em cumprimento ao que determina os art. 37, 162 da Constituição Federal e art. 48, 49, 52, 53,54 e 55 da Lei Complementar 101/2000 e Lei Orgânica Municipal.

Torna-Se Público o Balanço Financeiro referente o Mês de Março de 2018, conforme a lei de Responsabilidade Fiscal Nº101/2000.

A documentação referente à Publicação encontra-se na Câmara Municipal a disposição de qualquer contribuinte do município, para questionar lhe sua legitimidade.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE

_____

ELÇO JOSÉ SIQUEIRA DIAS

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 159/2018, DE 10 DE MAIO DE 2018.

PORTARIA N. 159/2018, DE 10 DE MAIO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **RONALDO EVANGELISTA DA ROCHA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2330429-4, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 048.251.841-38, como Fiscal da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2018**, A presente ATA de Registro de Preços tem por objeto visando futuras e eventuais aquisições de produtos e materiais de limpeza e utensilias, para ser utilizado pelo gabinete e secretarias deste município pelo período de 12 (doze) meses.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de Maio de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 158/2018, DE 10 DE MAIO DE 2018.

PORTARIA N. 158/2018, DE 10 DE MAIO DE 2018.

DESIGNA SERVIDORA PUBLICA Á EXERCER CUMULATIVAMENTE O CARGO COORDENADORA DE VIGILÂNCIA E SAÚDE DA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE CANABRAVA DO NORTE – MT.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora publica municipal **JAMILLA ALVES CAPANEMA**, portadora da matricula funcional 2078 brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 5084945, emitido por SSP/GO, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 023.490.381-30, ocupante do cargo de enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte - MT, para exercer cumulativamente o cargo de Coordenadora de Vigilância e Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, bem como responsável técnica pelo Centro de Saúde Milton Gonçalves da Silva.

Art. 2º. Pelo exercício cumulativo das atribuições, estabelecidas no Art. 1º, desta portaria a referida servidora fará jus ao recebimento de uma gratificação no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do §1º, do Art. 86º da Lei Municipal Nº685/2017, de 10 janeiro de 2017.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais em financeiros a 01 de maio de 2018 e revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte-MT, em 10 de maio de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
EDITAL Nº 08/2018

DE 10 DE MAIO DE 2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 162 E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL ART. 13 INCISO IV.

T O R N A P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, representada pelo seu Prefeito, Sr. Fábio Marcos Pereira de Faria, TORNA PÚBLICO a Prestação de Contas dos Balancetes Orçamentários, Financeiros E Patrimonial referente aos meses MARÇO E ABRIL DE 2018, inclusive com a publicação na Internet através do site do município, www.diariomunicipal.com.br/amm-mt E www.canarana.mt.gov.br.

A Prestação de Contas ficará a disposição de qualquer contribuinte do Município de Canarana – MT, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da Lei. Após o prazo previsto em Lei, a mesma será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para fiscalização contábil, financeiras, orçamentárias, operacionais e patrimoniais.

Publique-se,

_____

FÁBIO MARCOS PEREIRA FARIA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 024/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 024/2018, firmado com **J. NASSER EVENTOS E PUBLICIDADE EIRELLI - ME** para a realização de eventos.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, doravante denominado de **CONTRATANTE,** e a empresa **J. NASSER EVENTOS E PUBLICIDADE EIRELLI - ME**, inscrita no CNPJ n.º 06.183.350/0001-17, estabelecida a Rua dos Araés nº 336, Bairro Cidade Velho, Barra do Garças - MT, representada neste ato por Adenir Pinto da Silva, brasileiro, advogado, portador do RG n.º 1.218.025 DGPC/GO e do CPF nº. 202.494.621-68, residente à Rua dos Araés nº 336, 2º andar, Bairro Cidade Velho, Barra do Garças – MT, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO ao contrato nº 024/2018**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS ALTERAÇÕES

1.1 – O presente aditivo tem por objeto a **prorrogação da vigência do contrato pelo período de 180 (cento e oitenta) dias,** ficando prorrogada a vigência do referido contrato até **27 de Outubro de 2018**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, § 1° da Lei nº. 8.666/93 e conforme disposto no inciso 4.2 do contrato originário.

3.2 – A Administração se sentiu na obrigação de prorrogar a vigência do Contrato em razão da falta de repasse financeiro por parte do Governo do Estado de Mato Grosso, recursos oriundos do termo de convenio firmado com esta municipalidade, justificando assim a prorrogação da vigência para posterior pagamento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana – MT, 23 de Abril de 2018.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA **Prefeito Municipal de Canarana** LOCATÁRIO	**J. NASSER EVENTOS E PUBLICIDADE EIRELLI - ME** Adenir Pinto da Silva CONTRATADA
WANDERLEY FERREIRA DE MEDEIROS FISCAL DO CONTRATO	

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ **Assinatura:**

_____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

EXTRATO - CONTRATO 083/2018 - CONTRATO 092/2018

EXTRATO DE CONTRATOS 083/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 018/2018

Data: 27/04/2018

Vigência: 27/04/2019

Contratado:C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP

Objeto: LOTE 01 - CÓRREGO DO VALDEMAR HUNDERSON (7,00M X 5,00M)

Registro de Preços para futura e eventual **contratação de empresa para execução de serviços comuns de engenharia para reforma e reconstrução de pontes de madeira no interior do município,** de acordo com as especificações do edital.

Valor:R$ 67.197,16 (Sessenta e sete mil cento e noventa e sete reais e dezesseis centavos).

EXTRATO DE CONTRATOS 084/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 018/2018

Data: 27/04/2018

Vigência: 27/04/2019

Contratado:C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP

Objeto: LOTE 02 - CÓRREGO TANGURO (24,00M X 5,00M), RODOVIA MT 020)

Registro de Preços para futura e eventual **contratação de empresa para execução de serviços comuns de engenharia para reforma e reconstrução de pontes de madeira no interior do município,** de acordo com as especificações do edital.

Valor:R$ 30.017,46 (Trinta mil e dezessete reais e quarenta e seis centavos).

EXTRATO DE CONTRATOS 085/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 018/2018

Data: 27/04/2018

Vigência: 27/04/2019

Contratado:C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP

Objeto: LOTE 03 - CÓRREGO BICHINHO (20,00M X 5,00M)

Registro de Preços para futura e eventual **contratação de empresa para execução de serviços comuns de engenharia para reforma e reconstrução de pontes de madeira no interior do município,** de acordo com as especificações do edital.

Valor:R$ 123.042,58 (Cento e vinte e três mil quarenta e dois reais e cinquenta e oito centavos).

EXTRATO DE CONTRATOS 086/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 018/2018

Data: 27/04/2018

Vigência: 27/04/2019

Contratado:C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP

Objeto: LOTE 04 - CÓRREGO CANASTRA (17,00M X 5,00M)

Registro de Preços para futura e eventual **contratação de empresa para execução de serviços comuns de engenharia para reforma e reconstrução de pontes de madeira no interior do município,** de acordo com as especificações do edital.

Valor:R$ 79.811,36 (Setenta e nove mil oitocentos e onze reais e trinta e seis centavos).

EXTRATO DE CONTRATOS 087/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 018/2018

Data: 27/04/2018

Vigência: 27/04/2019

Contratado:C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP

Objeto: LOTE 05 - CÓRREGO TANGURINHO (12,50M X 5,00M)

Registro de Preços para futura e eventual **contratação de empresa para execução de serviços comuns de engenharia para reforma e reconstrução de pontes de madeira no interior do município,** de acordo com as especificações do edital.

Valor:R$ 146.444,21 (Cento e quarenta e seis mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e vinte e um centavos).

EXTRATO DE CONTRATOS 088/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 018/2018

Data: 27/04/2018

Vigência: 27/04/2019

Contratado:C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP

Objeto: LOTE 06 - CÓRREGO TANGURO 01 (14,00M X 5,00M)

Registro de Preços para futura e eventual **contratação de empresa para execução de serviços comuns de engenharia para reforma e reconstrução de pontes de madeira no interior do município,** de acordo com as especificações do edital.

Valor:R$ 46.200,72 (Quarenta e seis mil duzentos reais e setenta e dois centavos).

EXTRATO DE CONTRATOS 089/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 018/2018

Data: 27/04/2018

Vigência: 27/04/2019

Contratado:C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP

Objeto: LOTE 07 - CÓRREGO TANGURO 02 (20,00M X 5,00M)

Registro de Preços para futura e eventual **contratação de empresa para execução de serviços comuns de engenharia para reforma e reconstrução de pontes de madeira no interior do município,** de acordo com as especificações do edital.

Valor:R$ 60.306,35 (Sessenta mil trezentos e seis reais e trinta e cinco centavos).

EXTRATO DE CONTRATOS 090/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 018/2018

Data: 27/04/2018

Vigência: 27/04/2019

Contratado:C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP

Objeto: LOTE 08 - CÓRREGO AGUA LIMPA (20,50M X 5,00M)

Registro de Preços para futura e eventual **contratação de empresa para execução de serviços comuns de engenharia para reforma e reconstrução de pontes de madeira no interior do município,** de acordo com as especificações do edital.

Valor:R$ 114.400,96 (Cento e quatorze mil quatrocentos reais e noventa e seis centavos).

EXTRATO DE CONTRATOS 091/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 018/2018

Data: 27/04/2018

Vigência: 27/04/2019

Contratado:C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP

Objeto:LOTE 09 - CÓRREGO RODOVIA RM 019 (12,00M X 5,00M)

Registro de Preços para futura e eventual **contratação de empresa para execução de serviços comuns de engenharia para reforma e reconstrução de pontes de madeira no interior do município,** de acordo com as especificações do edital.

Valor:R$ 134.642,03 (Cento e trinta e quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e três centavos).

EXTRATO DE CONTRATOS 092/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 018/2018

Data: 27/04/2018

Vigência: 27/04/2019

Contratado:C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP

Objeto:LOTE 10 - CÓRREGO DO OURO (14,50M X 5,00M)

Registro de Preços para futura e eventual **contratação de empresa para execução de serviços comuns de engenharia para reforma e reconstrução de pontes de madeira no interior do município,** de acordo com as especificações do edital.

Valor:R$ 112.354,02 (Cento e doze mil trezentos e cinquenta e quatro reais e dois centavos).

APOSTILA Nº 001/2018 - CONTRATO Nº 069/2018

TERMO DE APOSTILA Nº. 001/2018.

CONTRATO Nº.: 069/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2018

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12/04/2019

Através do presente termo de apostila, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, **RESOLVE** formalizar o presente **termo de apostila** com a empresa **SOLUTIONS CORP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-EPP**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 07.461.414/0001-67, e Inscrição Estadual sob n.º 13338457-8, estabelecida a Rua 51, Nº 670, Quadra 110, Bairro Boa Esperança, Cuiabá-MT, representada neste ato pelo sr. Abenel Francisco de Miranda Junior, brasileiro, portador do RG n.º 856134 SSP/MT e do CPF nº. 689.311.741-87**,** chamado simplesmente de **CONTRATADA**, de acordo com o presente termo de apostila nos termos abaixo descritos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente **APOSTILAMENTO** tem por objeto a **inclusão de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.**

CLAUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO.

2.1 – Fica incluída na clausula quinta do contrario originário as dotação orçamentária abaixo mencionada:

Órgão:	06
Unidade:	06
Funcional:	17.511.0015.1033
Elemento:	4.4.90.51
Código reduzido:	345
Fonte de Recurso:	0100

2.2 – A dotação orçamentária constante no contrato originário permanece inalterada.

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Apostilamento ampara-se no § 8º, do Art. 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 069/2018**, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo o qual será assinado na presença de 02 testemunhas.

Canarana – MT, 10 de Maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

CONTRATANTE

SOLUTIONS CORP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-EPP

Abenel Francisco de Miranda Junior

RG n.º 856134 SSP/MT

CPF nº. 689.311.741-87

CONTRATADA

ELAINE CRISTINA CERDAN RUFO RODRIGUES

PORTARIA Nº 135/2018 DE 15/03/2018

FISCAL DO CONTRATO

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 076/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO **CONTRATO Nº 076/2017**, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O **MUNICÍPIO DE CANARANA – MT**, E A EMPRESA **CASTRO E CASTRO SERVIÇOS LTDA**, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, neste ato devidamente representado, na forma de sua lei Orgânica, por seu prefeito **FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 888.448.461-87, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **CASTRO E CASTRO SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 21.743.490/0001-96, localizada à Avenida 136, nº 761, Ed. Nasa, Setor Sul, na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, representada por seus sócios proprietários, **JULIANO REZENDE DE CASTRO**, CPF/MF nº 837.392.031-53, bra-

sileiro, casado, e **MARCELO CARVALHO CASTRO SOUZA**, CPF/MF nº 691.295.291-00, brasileiro, casado, empresário, denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o **1º termo aditivo do contrato nº 076/2017**, que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente aditivo tem fundamento no Artigo 57, incisos I e II, § 1º, incisos I e II, § 2º e Artigo 65, inciso II § 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 – Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **Pregão Presencial n.º 019/2017**, devidamente homologada pelo Prefeito aos 12 dias do mês de Maio de 2017, nos termos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores; Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal n.º 1775 de 16 de fevereiro de 2007 e o contrato originário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O presente termo aditivo ao contrato originário tem por objeto:

I – A prorrogação da vigência constante da cláusula terceira – da vigência, inciso 3.2 do contrato ora aditado, **por mais 12 (doze) meses, ficando sua vigência prorrogada até o dia 13/04/2019;**

II – Suprir dos serviços prestados mensalmente, 01 (um) trator de pneus com potencia de 85 CV, turbo, peso com lastro de 4900 kg**; 01 (um) operador** de trator de pneus**; 01 (uma) máquina para pintura de meio fio e 02 (dois) caminhões toco**, peso bruto total 16.000 kg, carga útil máxima de 10.685 kg, potencia 189 cv, **com caixa compactadora de lixo**, que são retirados mensalmente da prestação de serviços, perfazendo o valor total mensal de **R$ (-) 105.123,27 (cento e cinco mil, cento e vinte e três reais e vinte e sete centavos) num percentual de 36,1870% (trinta e seis inteiros, dezoito centésimos e setenta milésimos por cento)**, conforme expressa concordância da contratada.

III – Incluir na prestação de serviços, 02 (dois) caminhões, com caixa compactadora, de propriedade do município de Canarana, para a realização das coletas diárias, ficando por conta da contratada todas as despesas de manutenção mensal, ou seja, manutenção mecânica, elétrica, pneus, lubrificantes, filtros, funilaria e pintura quando necessário, bem como, motoristas e coletores.

2.1.1 – Os caminhões coletores a serem disponibilizados pelo município serão:

a) - Caminhão VW 24.220 EURO 3 WOKER, com capacidade de até 35 toneladas, 218 CV, ano de fabricação e modelo 2007, cor branca, placas KAK 8442, Renavam 00930119100, chassi 9BW3782T87R727011, devidamente equipado com caixa coletora e compactadora de lixo com capacidade de 19 m³;

b) Caminhão VW 24.280 CRM 4x2, com capacidade de até 35 toneladas, 277 CV, ano de fabricação e modelo 2015, cor branca, placas OAR 9404, Renavam 01095259587, chassi 953658243FR52801300930119100, devidamente equipado com caixa coletora e compactadora de lixo com capacidade de 19 m³.

Parágrafo Primeiro - Caso o município adquira novo caminhão com equipamento coletor, o mesmo poderá ser utilizado na substituição de qualquer dos caminhões constantes nas alíneas **"a"** e **"b"** do inciso 2.1.1.

Parágrafo Segundo – A contratada deverá devolver à municipalidade os caminhões em perfeitas condições, da mesma forma que recebeu desta municipalidade, sendo que, fará parte deste termo aditivo o arquivo de fotos constante no anexo II.

2.2 – As alterações constantes no inciso 2.1, itens II e III, são oriundas da planilha orçamentária constante na clausula terceira, inciso 3.1 deste termo aditivo, que passa a fazer parte integrante do contrato originário.

CLAUSULA TERCEIRA – DA RETIFICAÇÃO DOS VALORES

3.1 – O valor global do contrato passará ser de **R$ 2.224.520,76 (dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil, quinhentos e vinte reais e setenta e seis centavos)**, que será pago em parcelas mensais no valor de **R$ 185.376,73 (cento e oitenta e cinco mil, trezentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos)**, conforme tabelas a seguir:

PLANILHA REALINHADA COM REDUÇÃO - MÃO DE OBRA

COMPOSIÇÃO CUSTOS MÃO DE OBRA SERVIÇOS LIMPEZA URBANA - R$					
COMPOSIÇÃO DAS REMUNERAÇÕES	**COLETOR**	**MOTORISTA**	**OPERADOR**	**AUXILIAR ADMIN**	**GERENTE**
SALÁRIO BASE	R$ 1.029,37	R$ 1.446,00	R$ 1.858,00	R$ 1.067,90	R$ 2.737,00
PORCENTAGEM INSALUBRIDADE - %	40%	40%	40%	10%	0%
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	R$ 374,80	R$ 374,80	R$ 374,80	R$ 93,70	R$ 0,00
VALOR DA REMUNERAÇÃO	R$ 1.404,17	R$ 1.820,80	R$ 2.232,80	R$ 1.161,60	R$ 2.737,00
VALOR DA REMUNERAÇÃO + ENCARGOS	R$ 2.482,57	R$ 3.219,17	R$ 3.947,59	R$ 2.053,71	R$ 4.839,02
VALOR DA REMUNERAÇÃO + ENCARGOS + INSUMOS	R$ 2.767,64	R$ 3.510,49	R$ 4.245,08	R$ 2.335,13	R$ 5.144,07
VALOR DA REMUNERAÇÃO + ENCARGOS + INSUMOS + EPI	R$ 2.875,98	R$ 3.633,18	R$ 4.367,77	R$ 2.451,82	R$ 5.238,21
EFETIVO	**11**	**5**	**1**	**1**	**1**
CUSTO MÃO DE OBRA MENSAL POR FUNÇÃO	**R$ 31.635,73**	**R$ 18.165,88**	**R$ 4.367,77**	**R$ 2.451,82**	**R$ 5.238,22**
CUSTO TOTAL MENSAL MÃO DE OBRA					**R$ 61.859,42 S/ B.D.I**
ENCARGOS SOCIAIS - %	76,80%	76,80%	76,80%	76,80%	76,80%
EPIS	R$ 108,34	R$ 122,69	R$ 122,69	R$ 116,68	R$ 94,14

PLANILHA REALINHADA COM REDUÇÃO – VEICULOS E EQUIPAMENTOS

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS SERVIÇOS

DE LIMPEZA URBANA - R$				
EQUIPAMENTO	**COMPACTADOR MUNICÍPIO**	**VEICULO LEVE**	**CAMINHÃO CAÇAMBA**	**PA CARREGADEIRA**
CUSTO RESUMO VEÍCULOS/EQUIPAMENTOS	R$ 7.254,96	R$ 3.095,29	R$ 27.147,82	R$ 16.952,95
COMBUSTÍVEL MÊS	R$ 5.376,37	R$ 1.724,11	R$ 4.779,40	R$ 5.469,75
CUSTO DE MANUTENÇÃO	R$ 1.043,68	R$ 615,68	R$ 7.301,49	R$ 3.228,87
CUSTO P/ CONJUNTO DE PNEU POR VEÍCULO/ EQUIPAMENTO/MÊS	R$ 539,95	R$ 133,75	R$ 4.711,61	R$ 1.037,66
LUBRIFICANTES E FILTROS	R$ 244,96	R$ 191,57	R$ 1.593,13	R$ 602,74
LAVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO	R$ 450,00	R$ 147,35	R$ 450,00	R$ 900,00
LICENCIAMENTO E SEGUROS - IPVA E SEGURO OBRIGATÓRIO	R$ 0,00	R$ 57,72	R$ 371,83	R$ 0,00
DEPRECIAÇÃO MENSAL POR VEÍCULO/EQUIPAMENTO	R$ 0,00		R$ 6.490,21	R$ 3.690,13
CUSTO DO CAPITAL INVESTIDO	R$ 0,00	R$ 225,11	R$ 1.450,16	R$ 2.023,81
QUANTITATIVOS	**2**	**1**	**2**	**1**
CUSTO DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA	**R$ 15.309,92**	**R$ 3.095,29**	**R$ 54.295,64**	**R$ 16.952,95**
CUSTO TOTAL DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA				**R$ 89.653,81 S/ B.D.I**

COMPOSIÇÃO B.D.I.	
- DU - Dias úteis	**303**
- AC = taxa de administração central	**2,29%**
- R = taxa de riscos	**0,90%**
- G = taxa de garantias	**0,15%**
- S = taxa de seguros	**0,70%**
- L = taxa de lucro/remuneração	**7,00%**
- TAXA SELIC	**1,0109%**
- DF=POTÊNCIA(((1+(TS/100)));(DU)/252)/100 - taxa de despesas financeiras	**0,399%**
- I=SOMA(ISS+PIS+COFINS) - taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, CPRB e ISS)	**8,65%**
- ISS	**5,00%**
- PIS	**0,65%**
- COFINS	**3,00%**
BDI=(((1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L))/(1-I))-1	**22,35%**

PLANILHA COM TOTAIS MENSAL

VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA	
Ø CUSTO TOTAL MENSAL MÃO DE OBRA DO SERVIÇO DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS - R.S.U.	**R$ 36. 783,31**
Ø CUSTO TOTAL MENSAL DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DO SERVIÇO DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS - R.S.U.	**R$ 18. 405,22**
Ø CUSTO TOTAL MENSAL MÃO DE OBRA DO SERVIÇO REMOÇÃO E TRANSPORTE DE ENTULHOS, MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, GALHADAS, MATERIAL DE PODAS E JARDINAGEM	**R$ 17. 386,08**
Ø CUSTO TOTAL MENSAL DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DO SERVIÇO REMOÇÃO E TRANSPORTE DE ENTULHOS, MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, GALHADAS, MATERIAL DE PODAS E JARDINAGEM	**R$ 71. 248,60**
Ø CUSTO TOTAL MENSAL MÃO DE OBRA DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVO	**R$ 7. 690,03**
Ø B.D.I. - %	**22,35019%**
Ø VALOR TOTAL DO B.D.I. - R$	**R$ 33. 863,50**
Ø VALOR TOTAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA C/ B.D.I.	**R$ 185. 376,73**

3.2 - Os valores totais estimados na cláusula anterior, não vinculam a Administração ao seu pagamento total à Contratada, que será realizado de conformidade com os serviços efetivamente executados, conforme as medições apresentadas.

3.3 - O pagamento será efetuado mensalmente, de conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro, mediante a apresentação de nota fiscal e laudo de medição da Secretaria responsável pelo acompanhamento.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes com a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, constante do orçamento programa, assim descrita:

ÓRGÃO: 07

UNIDADE: 001

FUNÇÃO: 04

PROGRAMA: 0003

ATIVIDADE: 2069

ELEMENTO: 3.3.90.39

CÓDIGO REDUZIDO: 325

FONTE DE RECURSOS: 0100

CLAUSULA QUINTA - DA JUSTIFICATIVA

5.1 – A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em virtude de que durante o período de 12 (doze) meses, onde a empresa contratada executou todos os serviços com seus caminhões e equipamentos próprios, foi o tempo hábil para que o município recuperasse seus 02 (dois) caminhões que foram recebidos da administração anterior sem as condições legais de uso, onde, ficou impossível de atender as necessidades da população que sofria diariamente a falta da coleta de lixo e atualmente o município dispõe dos caminhões coletores totalmente revisados, e, diante da necessidade de economia aos cofres públicos, o município se sentiu na obrigação de passar a usar os seus próprios caminhões, onde, mesmo que por uso da empresa contratada, não causará qualquer prejuízo aos cofres públicos, muito pelo contrário, haverá uma redução mensal considerável e a empresa irá manter todos da mesma forma que receber até o efetivo encerramento do contrato, mediante termo de recebimento e vistoria, anexo I deste aditivo, devidamente assinado por ambas as partes.

CLÁSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

6.1 - Em conformidade com o previsto no artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/93, este instrumento será publicado no Mural de Publicações da Prefeitura, Portal da Transparência, Diário Oficial de Contas do TCE/MT e Diário Oficial dos Municípios - AMM.

CLAÚSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES GERAIS

7.1 - Com a alteração constante deste Termo Aditivo, ficam inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato nº 076/2017.

CLAÚSULA OITAVA – FORO

8.1 - As partes elegem o foro da comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, ficando excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno e comum acordo com todas as cláusulas e condições contratuais acima consubstanciadas, assinam o presente instrumento, lavrado em quatro vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas instrumentárias, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Canarana-MT, 30 de abril de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL - CONTRATANTE

_____

CASTRO E CASTRO SERVIÇOS LTDA

JULIANO REZENDE DE CASTRO

CONTRATADO

_____

CASTRO E CASTRO SERVIÇOS LTDA

MARCELO CARVALHO CASTRO SOUZA

CONTRATADO

_____

ELAINE CRISTINA CERDAN RUFO RODRIGUES

Portaria nº 385/2017 de 04/05/2017

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

GABINETE
EDITAL Nº 003/2018

Edital de convocação para Audiência Pública

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público a todos os munícipes, que será realizada **Audiência Pública de Prestação de Contas e Avaliação do Cumprimento de Metas Fiscais relativas ao 1º Quadrimestre de 2018,** no dia 22 de maio de 2018, às 19:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal, situada à avenida Rio Grande do Sul nº 217, centro, nesta cidade, em atendimento ao disposto no § 4º do artigo 9º, da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000 (Responsabilidade Fiscal).

Canarana – MT, 10 de maio de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 007/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 007/2018, firmado com **ELCIO MENDES DA SILVA – ME** para a realização de eventos.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal

o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888. 448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, doravante denominado de **CONTRATANTE,** e a empresa **ELCIO MENDES DA SILVA – ME.,** devidamente inscrita no CNPJ Nº 08. 618.802/0001-71**,** com sede na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, à Rua Goiás nº 1.000, Caixa Postal 63, Bairro Centro, representada neste ato representada pelo empresário **Sr. Elcio Mendes da Silva**, portador do CPF 652.095.591-49, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO ao contrato nº 007/2018**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS ALTERAÇÕES

1.1 – O presente aditivo tem por objeto a **prorrogação da vigência do contrato pelo período de 180 (cento e oitenta) dias,** ficando prorrogada a vigência do referido contrato até **27 de Outubro de 2018**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, § 1° da Lei nº. 8.666/93 e conforme disposto no inciso 4.2 do contrato originário.

3.2 – A Administração se sentiu na obrigação de prorrogar a vigência do Contrato em razão da falta de repasse financeiro por parte do Governo do Estado de Mato Grosso, recursos oriundos do termo de convenio firmado com esta municipalidade, justificando assim a prorrogação da vigência para posterior pagamento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana – MT, 23 de Abril de 2018.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA **Prefeito Municipal de Canarana** LOCATÁRIO	**ELCIO MENDES DA SILVA – ME** ELCIO MENDES DA SILVA Sócio Diretor (proprietário) CONTRATADA
WANDERLEY FERREIRA DE MEDEIROS FISCAL DO CONTRATO	

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ **Assinatura:**

_____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

GABINETE
EDITAL Nº 09/2018

DE 10 MAIO DE 2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 165 E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL ART. 67 §3º, LRF ART. 52.

T O R N A P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, representada pelo seu Prefeito, Sr. Fábio Marcos Pereira de Faria, TORNA PÚBLICO a Prestação de Contas do RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, referente ao 2º BIMESTRE, do exercício financeiro de 2018, inclusive com a publicação no mural da Prefeitura e através do site www.diariomunicipal.com.br/amm-mt, e www.canarana.mt.gov.br.

A Prestação de Contas ficará a disposição de qualquer contribuinte do Município de Canarana – MT., para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da Lei. Após o prazo previsto em Lei, a mesma será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para fiscalização contábil, financeiras, orçamentárias, operacionais e patrimoniais.

Publique-se,

_____

FÁBIO MARCOS PEREIRA FARIA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

GABINETE
EDITAL Nº 10 /2018

DE 10 DE MAIO DE 2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LRF ART. 54.

T O R N A P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso representada pelo seu Prefeito, Sr. Fábio Marcos Pereira de Faria, TORNA PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 1º Quadrimestre do LRF, do Exercício Financeiro de 2018, inclusive com a publicação no mural da prefeitura, no www.diariomunicipal.com.br/amm-mt, e www.canarana.mt.gov.br.

O R**elatório de Gestão Fiscal ficará a disposição de qualquer contribuinte do Município de Canarana, para exames e apreciação, o qual poderá questionar a legitimidade nos termos da Lei. Após o prazo previsto em Lei, o mesmo será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para fiscalização contábil, financeiras, orçamentárias, operacionais e patrimoniais.**

Publique-se

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 036/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 036/2016, firmado com a empresa**C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP para a Implantação do Aterro Sanitário no Município de Canarana-MT.**

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888. 448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, por outro lado a empresa, **C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 14.936.115/0001-05 e Inscrição Estadual sob n.º 13.443.987-2, estabelecida a Rua H nº 143 – Sala 03 –Bairro Baú – CEP 78.008-195 – Cuiabá – Mato Grosso, representada neste ato por seu procurador legalmente constituído Sr. **THIAGO CESAR DE JESUS CARDOSO RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF nº. 394. 978.298-25, residente em Cuiabá-MT, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO 036/2016**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Tomada de Preços nº 009/2015**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21

de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação de prazo de execução da obra e prazo de vigência do contrato**, objeto do Contrato originário, a Cláusula Quarta – do Prazo de Execução da Obra e Vigência, alíneas 4.1 e 4.4, referente ao processo de licitatório na modalidade de **Tomada de Preços nº 009/2015.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Quarta – do Prazo de Execução da Obra e Vigência, **inciso 4.1** do contrato originário o total de **300 (trezentos) dias, ficando o prazo de execução da obra** estendido até o **dia 26/02/2019 e ao inciso 4.4** o total de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, ficando o prazo de vigência do contrato** estendido até o **dia 17/05/2019**.

CLAUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II, III e VI da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de empecilhos surgidos durante a execução da obra o que causou o atraso em seu andamento e ainda o fato que conforme documentos protocolados junto à FUNASA poderá existir alterações na execução o que fez com que o ritmo fosse diminuído e diante disso a necessidade de prorrogação e ainda o fato de que os recursos financeiros não estão sendo repassados pelo governo federal.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original, bem como 1º termo aditivo, permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA - DOMICÍLIO E FORO

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana-MT, 23 de Abril de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

.....

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FERIA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

.....

C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP

THIAGO CESAR DE JESUS CARDOSO RIBEIRO

Contratada

.....

FISCAL DO CONTRATO

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

AVISO DE RETIFICAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, ATRAVÉS DA PRESIDENTE DA CPL DO MUNICÍPIO, SRA. DEISE DIONE MUTSCHALL, VEM POR MEIO DESTE RETIFICAR O EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2018 PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS (https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes), PAGINA 129 DO DIA 10 DE MAIO DE 2018 CONFORME SEGUE ABAIXO:

ONDE SE LÊ:

De conformidade com o disposto no artigo 24, incisos II, da Lei Federal n° 8.666/93, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA, COM TANQUE COM CAPACIDADE MÍNIMA 15.000 (QUINZE MIL) LITROS, ACOPLADO COM BOMBA RABO DE PAVÃO",**visando economicidade aos cofres públicos e atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Obras.

VALOR GLOBAL: **R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: **ASC OBRAS DE TERRAPLANAGEM LTDA CNPJ: 22.114.957/0001-60**

LEIA-SE:

De conformidade com o disposto no artigo 24, incisos II, da Lei Federal n° 8.666/93 e Art. 2, inciso II, da Lei Municipal nº 923/2015, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA, COM TANQUE COM CAPACIDADE MÍNIMA 15.000 (QUINZE MIL) LITROS, ACOPLADO COM BOMBA RABO DE PAVÃO",**visando economicidade aos cofres públicos e atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Obras.

VALOR GLOBAL: **R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Art. 2, inciso II, da Lei Municipal n° 923/2015.

EMPRESA CONTRATADA: **ASC OBRAS DE TERRAPLANAGEM LTDA CNPJ: 22.114.957/0001-60**

DEISE DIONE MUTSCHALL

PRESIDENTE DA CPL

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 091/2018

CONTRATO N°: **091/2018** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º** 02.144.891/0001-85

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E LICENÇA DE USO DE SISTEMA DENOMINADO AUDATEX, CAPAZ DE FAZER A ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA , FERRAMENTA UTILIZADA PARA CALCULAR A ESTIMATIVA DOS CUSTOS DE REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS E CAMINHÕES

VALOR: **R$ 7.992,00 (Sete mil novecentos e noventa e dois reais)**

VIGÊNCIA: 07.05.2018 a 07.05.2019

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. Apresentação da NF

DATA DE ASSINATURA: 07.05.2018

AVISO DE LICITAÇÃO P/P 038/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL n.º 38/2018**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** objetivando a contratação de Empresa **para a eventual aquisição de peças e acessórios originais e genuínos, (ATRAVÉS DO SISTEMA AUDATEX) para manutenção de veículos oficiais pertencentes à frota do município de CASTANHEIRA – MT, assim como aqueles veículos que vierem a ser incorporados ao patrimônio no período de vigência da contratação,** para atender a necessidade dos diversos setores das Secretarias do Município de Castanheira - MT. Com sessão no dia **23/05/2018** às **8:00** horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1666, pelo e-mail: prefeituracastanheira@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br

Castanheira - MT, 11 de MAIO de **2018**.

WILSON VIEIRA

Pregoeiro

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 093/2018

CONTRATO N°: **093/2018** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **CONSTRUTORA ZANIN LTDA** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 07.673.268/0001-33**

OBJETO:**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 093/2018 DE AQUISIÇÃO DE CIMENTO, TELA SOLDADA MF 113, PEDRISCO DE GRANITO E BRITA N.º 01 DE GRANITO**

VALOR: **R$16.205,50 (Dezesseis mil duzentos e cinco reais e cinqüenta centavos)**

VIGÊNCIA: 10.05.2018 a 29.06.2018

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. Apresentação da NF

DATA DE ASSINATURA: 10.05.2018

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 092/2018

CONTRATO N°: **092/2018** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):**TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** inscrita no **CNPJ: 03.795465/0002-55**

OBJETO:**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS**

VALOR: **R$14.235,00 (Quatorze mil duzentos e trinta e cinco reais)**

VIGÊNCIA: 09.05.2018 a 09.07.2018

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. Apresentação da NF

DATA DE ASSINATURA: 09.05.2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 042/2018

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município Colíder-MT, Senhor **Vanderlei Aparecido Borges da Silva**, no uso de suas atribuições resolve NOMEAR, o Servidor,PAULO GOMES BARBOSA (titular), e o servidor LEONARDO SOARES CONRADO (suplente), fiscal do Contrato **Administrativo De Prestação De Serviços** nº 027/2018. Que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previsto na Portaria.

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO: INVIOLAVEL COLIDER ALARMES LTDA – ME

VALOR DA ATA: R$ 176.340,00 (cento e setenta e seis mil trezentos e quarenta reais)

Data: 04/05/2018

Vigência: 31/12/2018

PORTARIA N.º 072/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria especial por tempo de contribuição em favor da Sra. "IZABEL SOARES DE OLIVEIRA".

A Diretora Executiva do Previ-Lider,Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, incisos "I", "II", "III" e "IV", da Emenda Constitucional nº. 41/03, de 19 de dezembro de 2003, Art. 86, incisos "I", "II", "III", "IV", da Lei Municipal n. º 2.361, de 08 de julho de 2010, Art. 210, da Lei n. º 2408/2010, de 28 de dezembro de 2010.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de ***aposentadoria especial por tempo de contribuição*** à servidora **Sra. Izabel Soares de Oliveira**, portadora do RG. n.º 0746204-2 SSP/MT, inscrita no CPF/MF n.º 411.728.761-34 e da Cédula Eleitoral de n.º 001101231848 Zona "023", Seção "0241", devidamente matriculada sob o n.º 312, contando com um total de 9.623 dias, ou seja, 26 (vinte e seis) anos 04 (quatro) meses e 06 (seis) dias de serviços prestados, efetiva no cargo de **Professora, Classe "C", Nível "07"**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com proventos integrais, conforme o processo do PREVI-LIDER, n.º 033/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de abril de 2018, revoga-se disposições contrárias.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder /MT, 27 de abril de 2018.

MARIZA BERNARDES DA SILVA

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 073/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria especial por tempo de contribuição em favor da Sra. ROSALICE CAMURI VIEIRA".

A Diretora Executiva do Previ-Líder,Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, incisos "I", "II", "III" e "IV", da Emenda Constitucional n. º 41/03, de 19 de dezembro de 2003, Art. 86, incisos "I", "II", "III", "IV", da Lei Municipal n. º 2.361, de 08 de julho de 2010, Art. 210, da Lei n. º 2408/2010, de 28 de dezembro de 2010.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria especial por tempo de contribuição** à servidora **Sra. ROSALICE CAMURI VIEIRA**, portadora do RG. n. º 16.932.349 SSP/SP, inscrita no CPF/MF n.º 253.153.901-87 e da Cédula Eleitoral de n.º 15383181805, Zona "023", Seção "0018", devidamente matriculada sob o nº 287, efetiva no cargo de **Professora, Classe "C", Nível "07"**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer contando com um total de 9.133 dias, ou seja, 25 (vinte e cinco)

anos e 08 (oito) dias, de serviços prestados, com **proventos integrais e com direito a paridade**, conforme o processo do PREVI-LIDER, n.º 051/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de abril de 2018, revoga-se disposições contrárias.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder /MT, 27 de abril de 2018.

MARIZA BERNARDES DA SILVA

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2018

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 022/2018, cujo objeto é o contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanente para serem utilizados na Unidade de Saúde da Família Central do município de Colider/MT. Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESA	ITENS	VLR. TOTAL (R$)
NV FRANCO COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA E CLIMATIZACAO – EIRELI – ME	01	10. 620,00
SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA – ME	02	10. 734,00
OLMI INFORMATICA LTDA - EPP	03	8.400,00

Colider/MT, 10 de Maio de 2018.

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2018

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 25 de Maio de 2018, ás 08:00 horas/minutos (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto a contratação de empresa especializada em realização de eventos e festas para execução dos serviços de realização do "Festival de Música Canta Colider 2018" que será realizado no município de Colider/MT. *O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente,* na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider-MT, Sito na Travessa dos Parecis Nº 85, Setor Leste, Colider-MT e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência)

Colider/MT, em 10 de Maio de 2018

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PORTARIA N.º 075/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez em favor da Sra. Jandira de Castro Nascimento".

A Diretora Executiva do ***PREVI-LIDER*** *- Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6-A, § único, da emenda Constitucional n. º 41, com redação determinada pela emenda constitucional de nº 70, de 29 de março de 2012, Art. 210 da Lei Municipal nº. 2. 408/2010, de 28 de dezembro de 2010, Art. 12, inciso "I", alínea "a", da Lei Municipal n. º 2.361/2010, de 08 de julho de 2010.*

Resolve,

Art. 1º *Conceder o benefício de aposentadoria por invalidez em favor da Sra.* Jandira de Castro Nascimento, portadora do RG n. º 581.870 - SSP/MT, inscrita no CPF n. º 885.082.421-15 e da Cédula Eleitoral de n. º 006257411808, Zona. "023", Seção "0018", servidora efetiva no cargo de Zeladora, Classe "A", Nível "07", matricula n. º 138, contando com 7.630 dias, ou seja, 20 (vinte) anos e 11 (onze) meses de serviços prestados, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública, com proventos proporcionais e sem direito a paridade, conforme o processo do PREVI-LIDER n. º 116/2017, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2018, revoga-se neste ato a portaria n. º 037/2018.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder /MT, 10 de maio de 2018.

MARIZA BERNARDES DA SILVA Diretora Executiva HOMOLOGO: NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

DE LICITAÇÃO Nº 006/2018

Ratifico a ***Dispensa de Licitação nº 006/2018*** em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Provisória de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do artigo 24 inciso V da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações e determino que se proceda a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGROINDÚSTRIA PARA A UNIDADE DE BENEFICIAMENTO, DE CLASSIFICAÇÃO, EMBALAGEM E ROTULAGEM DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 310289-36/2009 – PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS.**

Colniza – MT, 10 de maio de 2018.

Celso Leite Garcia

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
CONTRATOS - 9º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 130/2014

9º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 130/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: DARDANELOS CONSTRUTORA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.247.964/0001-55

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: Execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem superficial pluvial, conforme detalhamento do anexo I – termo de referencia , objeto integrante do edital.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.130.444,26 (um milhão e cento e trinta mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos)

DATA EMISSÃO: 16/04/2018

DATA VENCIMENTO: 26/05/2018

TIPO LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 005/2014, Processo Administrativo nº 079/2014, convênios nº 125/2012 e convênio nº 066/2012.

PREVI-COLNIZA
PORTARIA N.º 025/PREVI-COLNIZA/2018

PORTARIA N.º025/PREVI-COLNIZA/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA ao Sr. ***Raul Ferreira Jandrey."***

A Secretária de Administração do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 15 da lei municipal n° 663/2016, de 19/10/2016, que rege a Previdência Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor Sr. **Raul Ferreira Jandrey**, portador do RG nº 1430307-8 SSP/MT e CPF nº 034.401. 509-25, efetivo no cargo Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer com vencimentos integrais, a partir de 22/04/2018 e término em 01/05/2018, conforme processo administrativo do PREVI-COLNIZA, n.º **2018.05.00018P.**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Colniza - MT, 24 de Abril de 2018.

Silvana de Oliveira Rezer

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 139/GP/2018

PREVI-COLNIZA
PORTARIA N.º 021/PREVI-COLNIZA/2018

PORTARIA N.º021/PREVI-COLNIZA/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA ao Sr. ***JONATHAN UBIRAJARA OLEANO****."*

A Secretária de Administração do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 15 da lei municipal n° 663/2016, de 19/10/2016, que rege a Previdência Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor Sr. **JONATHAN UBIRAJARA OLEANO**, portador do RG nº 1767784-0 SSP/MT e CPF: 935.466.531-49, efetivo no cargo Agente Fiscal Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Finanças com vencimentos integrais, a partir de 29/03/2018 e término em 05/08/2018, conforme processo administrativo do PREVI-COLNIZA, n.º **2018.05.00032R2.**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Colniza - MT, 12 de Abril de 2018.

Silvana de Oliveira Rezer

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 139/GP/2018

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO 001/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 011

"Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2017, Edital Unificado 001/2017 da Prefeitura Municipal de Colniza-MT, e dá outras providencias"

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no art. 80, III da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO que o art. 37, inciso II da Constituição Federal, determina que a investidura em cargo público seja procedida de aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

CONSIDERANDO que foi homologado o resultado final do concurso público para o preenchimento de cargos vagos ao quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Colniza/MT;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR os candidatos aprovados e relacionados no ANEXO I deste Edital vistas à nomeação para cargos efetivos, observados as seguintes condições:

I - Os candidatos relacionados no **ANEXO I** do Presente Edital, deverão comparecer, pessoalmente ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Colniza/MT, localizada na Avenida Tarumã, nº 116, Centro, Colniza/MT, para apresentação e entrega dos documentos constantes no item 2.3 do Edital do Concurso Público 001/2017 da Prefeitura Municipal de Colniza/MT e art. 13 da Lei 499/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município De Colniza.

II - Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no item 2.3 ao 2.3.16 do Edital do Concurso Público 001/2017, acarretará o não cumprimento do mesmo.

III - O não comparecimento no prazo legal implicará a renúncia tácita do aprovado convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual foi aprovado.

Art. 2º - Os candidatos ora convocados neste Edital deverão se apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente Edital, para que sejam empossados, nos cargos o qual foram aprovados, com as documentações exigidas no item 2.3 ao 2.3.16 do Edital do Concurso Público 001/2017, e os seguintes documentos:

- 01 Foto 3 x 4;

- Comprovante de residência;

- Conta bancaria no Banco do Brasil;

- Declaração de bens;

- Certidão de Nascimento ou casamento;

- CPF do cônjuge;

- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;

- Carteira de vacina dos filhos menores de 07 anos;

- Declaração escolar dos filhos maiores de 07 anos;

- PIS/PASEP, caso não tenha informar;

- CTPS Carteira de Trabalho e Previdência Social;

- Titulo Eleitoral;

- Numero do telefone e email.

Art. 3º - A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário e a jornada de trabalho será de acordo com o constante no Edital do Concurso Público 001/2017.

Parágrafo Único – Será tornado sem efeito o ato de nomeação do candidato se a posse não ocorrer dentro do prazo de 30 (trinta) dias, conforme dispõe o § 2º do Art. 24 da Lei 499/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município De Colniza.

Art. 4º - Os candidatos convocados serão empossados diante da necessidade de cada Secretaria, respeitando as vagas ofertadas em cada cargo.

Art. 5º - O presente Edital de convocação, com a relação dos convocados, estará publicado no Diário Oficial de Contas - TCE, no Jornal Eletrônico da AMM, no site Oficial do Município www.colniza.mt.gov.br e no mural da Prefeitura Municipal de Colniza/MT.

Art. 6º - É de inteira responsabilidade do candidato a sua omissão quanto ao que for publicado ou divulgado.

Art. 7º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º - Integra este Edital o ANEXO I – Relação de Candidatos Convocados.

Colniza/MT,10 de maio de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

ANEXO I

SERVIÇOS GERAIS – SEDE

Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nota Final	Resultado
274867	ROSIMAR DAS GRAÇAS ANTUNES BRANTIL PENTEADO	06/03/1976	60,0	7º

PSICÓLOGO – SEDE

Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nota Final	Resultado
272530	ÉRICA HELENA DOS SANTOS	26/11/1989	73,0	3º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNADAMENTAL – SEDE

Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nota Final	Resultado
274283	ELISANGELA SOUZA RODRIGUES	13/07/1986	67,5	37º
272944	LAUDICEIA DA SILVA QUEIROZ	24/07/1991	67,5	38º
278696	CLAUDINEIA FREDERICO LOOSE	22/01/1984	67,5	39º
274910	INGRID FREITRAS DA SILVA MARINHO	20/10/1990	67,5	40º
274102	ROSILENE DO NASCIMENTO	29/11/1982	67,0	41º
274706	ROSELI ANDRADE DOS SANTOS	26/08/1983	67,0	42º

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MANUTENÇÃO DA INFRA ESTRUTURA/LIMPEZA/ZELADORA – SEDE

Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nota Final	Resultado
275237	ESTER DIENES LEITE DA SILVA	06/10/1983	82,5	1º.
274421	PENHA MASCENTE	12/07/1978	80,0	2º.
273901	VANESSA SOUZA LIMA	18/08/1993	80,0	3º.
275761	LEILA SANTOS DE SÁ AZEVEDO	23/06/1987	80,0	4º.

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR/ MERENDEIRA – SEDE

Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nota Final	Resultado
276714	CLELIANE PORTILHO DA SILVA	14/05/1992	90,0	1º.
278535	ELZILAINE GOMES MIRANDA FERNANDES	20/10/1993	77,5	2º.
277070	MARIA REGINA MATIAS	07/09/1984	77,5	3º.
279237	DEIDIANE FERNANDES DOS SANTOS	14/02/1986	77,5	4º.

VIGIA – DISTRITO DO GUARIBA

Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nota Final	Resultado
279539	IZAIAS ROA CUEVAS	15/10/1977	80,0	1º.

VIGIA – DISTRITO DE TRÊS FRONTEIRAS

Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nota Final	Resultado
274601	AMARI DA COSTA	06/09/1979	75,0	1º.
275086	ALCI MEIRELES DA CRUZ	14/07/1971	60,0	2º

VIGIA – ESCOLA RURAL CECILIA MEIRELES

Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nota Final	Resultado
278035	ANTONIO MARCOS FERREIRA	15/08/1980	62,5	1º.
278510	JALISON DIONAS DE ANDRADE	08/05/1933	57,5	2º.

VIGIA – ESCOLA RURAL BARTOLOMEU BUENO

Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nota Final	Resultado
278285	WELTON EVANGELISTA DOS ANJOS	20/03/1994	77,5	1º.
278814	SEBASTIAO EVANGELISTA DOS SANTOS	07/07/1980	70,0	2º.
275126	JOSE CARLOS TEIXEIRA	24/02/1981	70,0	3º.

VIGIA – ESCOLA RURAL MANOEL BANDEIRA

Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nota Final	Resultado
273535	MARLONE BRAZ FIRMINO	27/05/1989	82,5	1º.
273349	SIDNEY DE OLIVEIRA LOPES	27/07/1985	75,0	2º.
278733	EDIRLEI SANTOS LANGA	21/11/1985	75,0	3º.

VIGIA – ESCOLA RURAL TANCREDO NEVES

Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nota Final	Resultado
278517	ALEILSON MARTINS ALMEIDA	17/08/1988	72,5	1º.
277434	DIEMES RAONE SANTOS AGUIAR	24/10/1995	72,5	2º.
278523	CLEIDIANA APARECIDA BROSEGUINI	20/10/1989	72,5	3º.

Colniza/MT, 10 de maio de 2018.

Celso Leite Garcia

Prefeito Municipal

PREVI-COLNIZA
PORTARIA N.º 022/PREVI-COLNIZA/2018

PORTARIA N.º022/PREVI-COLNIZA/2018

*"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-FAMÍLIA à servidora Sra. Elisangela Machado do Carmo Silva***."**

A Secretária de Administração do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 20 da Lei Municipal nº 663/2016, que rege a Previdência Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-FAMÍLIA, à servidora Sra.Elisangela Machado do Carmo Silva, portadora do RG nº 000785230 SESP/RO e CPF nº 831.133.122-72, efetiva no cargo Apoio Administrativo Educacional – Merendeira/Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, referente a **Winicios Henryk Xavier do Carmo**, seu filho menor de 14 (quatorze) anos, a partir de 04/04/2018 e término em 30/05/2022 e **Luiz Gustavo Xavier do Carmo**, seu filho menor de 14 (quatorze) anos a partir 04/04/2018 e término em 04/06/2028, conforme processo administrativo do PREVI-COLNIZA, n.º **2018.09.00014P.**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Colniza - MT, 13 de Abril de 2018.

Silvana de Oliveira Rezer

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 139/GP/2018

PREVI-COLNIZA
PORTARIA N.º 026/PREVI-COLNIZA/2018

PORTARIA N.º026/PREVI-COLNIZA/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-FAMÍLIA à servidora Sra. Franciele da Silva Nascimento."

A Secretária de Administração do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 20 da Lei Municipal nº 663/2016, que rege a Previdência Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-FAMÍLIA, à servidora Sra.**Franciele da Silva Nascimento**, portadora do RG nº 2480386-3 SEJSP/MT e CPF nº 044.966.321-36, efetiva no cargo Técnico em Desenvolvimento Infantil – Auxiliar Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, referente a João Miguel Rufino da Silva, seu filho menor de 14 (quatorze) anos a partir 20/04/2018 e término em 27/07/2030, conforme processo administrativo do PREVI-COLNIZA, n.º **2018.09.00019P.**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Colniza - MT, 24 de Abril de 2018.

Silvana de Oliveira Rezer

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 139/GP/2018

PREVI-COLNIZA
PORTARIA N.º 023/PREVI-COLNIZA/2018

PORTARIA N.º023/PREVI-COLNIZA/2018

*"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-FAMÍLIA à servidora Sra. Solange Gonçalves da Silva***."**

A Secretária de Administração do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 20 da Lei Municipal nº 663/2016, que rege a Previdência Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-FAMÍLIA, à servidora Sra.Solange Gonçalves da Silva, portadora do RG nº 2056893-2 SSP/MT e CPF nº 046.430.821-60, efetiva no cargo Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, referente a Valdikelly Moura Gonçalves, sua filha menor de 14 (quatorze) anos a partir 09/04/2018 e término em 02/09/2022, conforme processo administrativo do PREVI-COLNIZA, n.º **2018.09.00015P.**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Colniza - MT, 13 de Abril de 2018.

Silvana de Oliveira Rezer

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 139/GP/2018

PREVI-COLNIZA
PORTARIA N.º 024/PREVI-COLNIZA/2018

PORTARIA N.º024/PREVI-COLNIZA/2018

*"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-FAMÍLIA à servidora Sra. Helia Belmiro Anacleto Ribeiro.***"**

A Secretária de Administração do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 20 da Lei Municipal nº 663/2016, que rege a Previdência Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-FAMÍLIA, à servidora Sra.Helia Belmiro Anacleto Ribeiro, portadora do RG nº 00001061560 SESDESC/RO e CPF nº 537.056.612-72, efetiva no cargo Apoio Administrativo Educacional – Merendeira/Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, referente a Kaique Anacleto Ribeiro, seu filho menor de 14 (quatorze) anos a partir 09/04/2018 e término em 27/12/2021, conforme processo administrativo do PREVI-COLNIZA, n.º **2018.09.00016P.**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Colniza - MT, 13 de Abril de 2018.

Silvana de Oliveira Rezer

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 139/GP/2018

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - TERMO DE ADESÃO 006/2018

TERMO DE ADESÃO 006/2018

TERMO DE ADESÃO referente ao **Pregão Presencial SRP nº 020/2017, Ata de Registro de Preços nº 012/2017,** referente ao Registro de Preços para prestação de serviço de casa de apoio nos municípios de Cuiabá – MT, para hospedagem de pacientes e acompanhantes em tratamento fora do domicilio, incluindo 03 (três) refeições diárias, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Colniza – MT. Cujo fornecedor registrado é a Empresa **URBANISTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME, CNPJ nº 11.352.553/0001-20** com sede na Rua Poxoréu nº 204, Bairro Alvorada, na cidade de Cuiabá/MT. Trata- se da para Contratação de empresa para prestação de serviço de casa de apoio nos municípios de Cuiabá – MT, para hospedagem de pacientes e acompanhantes em tratamento fora do domicilio, incluindo 03 (três) refeições diárias, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Colniza – MT, nos valores registrados na referida Ata de Registro de Preços nº 012/2017. Aderente: **Prefeitura Municipal de Colniza em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde**. Maiores

informações pelo fone 66-3571-1000/1315 ou no endereço Avenida Tarumã 116 – Centro – Colniza – MT das 07h00 as 13h00m.

Colniza – MT, em 10 de Maio de 2018.

Mauricio R. V. de Jesus

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE ADESÃO ATA REGISTRO DE PREÇO 028/2017

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2017

REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2017.

O Município de Comodoro – MT torna público, para conhecimento dos interessados a **Adesão a Ata de Registro de Preços nº. 028/2017 – Pregão Presencial nº 028/2017/ Prefeitura Municipal de São Jose dos Quatro Marcos/MT,** tendo como objeto: LOCAÇÃO DE ITENS PARA EVENTOS DE PEQUENO E GRANDE PORTE, TAIS COMO BANHEIROS QUÍMICOS, CADEIRAS E MESAS DE PLÁSTICO, TENDAS, CAIXAS TÉRMICAS, GRADES INIBIDORAS, CHAPA DE FECHAMENTO, CAMARIM, PALCO, TABLADO, PAINEL DE LED, ESTRUTURA PARA TRANSMISSÃO AO VIVO EM TELÃO, SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL, no **Valor total de R$ 59.347,00 (cinquenta e nove mil trezentos e quarenta e sete reais),** tendo como detentora da referida Ata a empresa: J. FERREIRA LEMOS PRODUÇÕES –ME**,** inscrita no CNPJ nº **00.277. 059/0001-21**

Comodoro – MT, 09 de Maio de 2018.

Aryadne Guilherme da Silva

Pregoeira

EXTRATO CONTRATO Nº: 057/2018

CONTRATO Nº: 057/2018

DATA: 25 de abril de 2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADO: ETCA – Consultoria e Assessoria S/C Ltda

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA, CONSULTORIA TÉCNICA/ADMINISTRATIVA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO RELACIONADO À ÁREA DO GÊNERO TRIBUTOS (ISSQN), E ÁREA DE GESTÃO (PREVIDENCIÁRIO).

DOTAÇÃO: 04.03.2.109.3.3.90.39 (156)

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 006/2018

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 004/2018 de 19/01/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará ***Processo Licitatório nº 006/2018 na Modalidade Tomada de Preço nº 004/2018*** para aquisição de combustível no Município de Cáceres/MT, sendo 1.200 (um mil e duzentos) litros de Gasolina Aditivada e 800 (oitocentos) litros de Álcool Combustível. O abastecimento deverá ser realizado no trajeto entre Cáceres e Cuiabá, quando do deslocamento do veículo da Câmara - Veículo Utilitário SW4 **Toyota Hilux, na ida e volta a Capital do Estado e a outras localidades que fazem parte deste percurso.**

Informações pelos telefones: (65) 3283 1249/3283 1855 email: camaracdo@brturbo.com.br e site: http://www.camaracomodoro.mt.gov.br.

Comodoro/MT, 10 de Maio de 2018.Evelyn de Brito Almeida - Presidente da CPL

Rosa Adriana Dourado - Secretária da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 044/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nª 05/2018

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMOVEL PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**.**

CONTRATADA (O): JAIRO MIGUEL DA CUNHA

CPF: 350.130.011-53

VALOR TOTAL CONTRATADO: valor mensal de **R$ 3.000,00 (Três Mil e Reais),** resultando no valor global de **R$ 24.000,00 (Vinte e Quatro Mil Reais**), por um período de 08 (oito) meses.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/93.

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 05/2018, em conformidade com o Termo de Referência.

Confresa/MT, 10 de maio de 2018

Ronio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2018
CONCURSO DE PROJETO Nº 001/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2018

CONCURSO DE PROJETOS Nº 001/2018

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna público, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade CONCURSO DE PROJETOS Nº 001/2018 conforme segue:

OBJETO: SELEÇÃO DE ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 9.790/99, PARA CELEBRAR TERMO DE PARCERIA PARA FORMALIZAÇÃO DE VÍNCULO DE COOPERAÇÃO, VISANDO O FOMENTO E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E PROGRAMAS DE GOVERNO, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS.

ADJUDICADO/HOMOLOGADO

Para a empresa:

INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLITICAS PÚBLICAS - IPGP

CNPJ: 09.540.390/0001-67

Vencedora dos melhores projetos apresentados, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Confresa/MT, 10 de maio de 2018.

_____

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Presidente da C.P.L

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO

ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2630/2018

CONTRATO DE REPASSE nº 856372/MAPA/CAIXA

O Processo de ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2018 DO PREGÃO Nº 002/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, CUJO OBJETO É AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA CORRESPONDENTE A UM CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRA, durante toda a sua tramitação cumpriu as determinações da legislação pertinente, consoante o aceite por parte da empresa M. DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA, CNPJ sob nº 07.811.058/0001-64 e autorização da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ - MT. O item aderido é CAMINHAO POTENCIA MINIMA DE 250CV, CAPACIDADE MINIMA DE CARGA DE 23 TON., CAPACIDADE MAXIMA DE TRACAO DE NO MINIMO 42 TON., CACAMBA BASCULANTE DE NO MINIMO 12 M3, com fretes e demais despesas e condições estabelecida na ata do município concedente. O Veiculo será entregue no município de Conquista D'Oeste/MT. O valor a ser pago é de R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais). Desse modo satisfazendo à lei e ao mérito, RATIFICO o processo de adesão a Ata de Registro de Preços.

CONQUISTA D'OESTE-MT, 10 de maio de 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2018

Processo Administrativo nº 2666/2018

Considerando o cumprimento dos requisitos e nos termos permissivos do Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, tendo em vista o conteúdo do presente processo administrativo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, emitido parecer favorável, RATIFICO a AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS VW 15190 – PLACA NJR2573 E MICRO ÔNIBUS VOLARE V81 – PLACA NUG 9727, LOTADOS NO TRANSPORTE ESCOLAR através da empresa IVETE TEREZINHA RAMPANELLI SANTA CATARINA - ME, com Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 03.247.998/0001-11, situada a Rodovia BR 174, nº 2021, Chácara 72, Pontes e Lacerda - Mato Grosso. O valor total a ser pago será de R$ 8.276,00 (oito mil duzentos e setenta e seis reais). Conquista D'Oeste, 10 de maio de 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO

ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2633/2018

CONTRATO DE REPASSE nº 856372/MAPA/CAIXA

O Processo de ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - MT, CUJO OBJETO É AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA CORRESPONDENTE A UMA PRANCHA SEMIRREBOQUE PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRA, durante toda a sua tramitação cumpriu as determinações da legislação pertinente, consoante o aceite por parte da empresa W M. INDÚSTRIA DE IMPLEMENTOS RODOVIARIOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob nº 18.691.028/0001-88 e autorização da PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - MT. O item aderido é SEMIRREBOQUE CARREGA TUDO TIPO PRANCHA 03 EIXOS, RAMPA PARA CARGA/DESCARGA HIDRAULICA, PROTETOR DE PNEUS EM CHAPA ANTIDERRAPANTE, RODAS A DISCO COM PNEUS 295, SEMIRREBOQUE REFORCADO PARA NO MINIMO 25 TON., com fretes e demais despesas e condições estabelecida na ata do município concedente. O valor a ser pago é de R$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais). Desse modo satisfazendo à lei e ao mérito, RATIFICO o processo de adesão a Ata de Registro de Preços.

CONQUISTA D'OESTE-MT, 10 de maio de 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

TERMO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 030/2018 - PROCESSO 049/2018

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 068/2018

b) Licitação Nr.: 043/2018-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Data Homologação: 09/05/2018

OBJETO: "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULO PICK-UP 0KM PELO CONTRATO DE REPASSE MDA 0327527-71/2010, SINCONV-7361717, CONSTRUÇÃO DE USINA DE BENEFICIAMENTO DE LEITE E SEUS DERIVADOS, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT"

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

012736 – REAVEL VEICULOS EIRELI – VALOR GLOBAL R$ 51.110,00

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO DO PREGÃO 043/2018 PROCESSO 068/2018

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 043/2018 obteve os seguintes resultados: A Empresa REAVEL VEICULOS EIRELI foi vencedora do item 1 da licitação, com valor global de R$ 58.110,00 (Cinquenta e oito mil cento e dez reais) O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 10 de Abril de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 011/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108.983/2017)

Adjudicamos e Homologamos a licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 011/2018,** cujo objeto é Registro de Preços par futura e eventual contratação de empresa do ramo de prestação de serviços de Equoterapia, para atendimento de alunos da rede municipal de ensino, portadores de deficiência e/ou com necessidades especiais, conforme as especificações do Termo de Referência, estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e demais condições do edital e contrato.

ITENS: 01, 02 e 03.

Empresa Vencedora: EQUATERAPIA EQUITADIKS RANCHO DOURADO EIRELI-ME

Perfazendo um Valor Total de R$ 1.846.800,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil e oitocentos reais).

ITEM: 04.

Empresa Vencedora: PÓVOAS E CORREA PÓVOAS LTDA - ME

Perfazendo um Valor Total de R$ 615.800,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil e oitocentos reais).

Adjudico:

Magda Rossi

Pregoeira

Homologo:

Alex Vieira Passos

Secretário Municipal de Educação

Cuiabá/MT, 10 de maio de 2018.

AVISO DE RESULTADO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 011/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108.983/2017)

A Secretaria de Gestão, através de sua Pregoeira Oficial torna público para conhecimentos dos interessados, o resultado da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 011/2018, cujo objeto é** Registro de Preços par futura e eventual contratação de empresa do ramo de prestação de serviços de Equoterapia, para atendimento de alunos da rede municipal de ensino, portadores de deficiência e/ou com necessidades especiais, conforme as especificações do Termo de Referência, estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e demais condições do edital e contrato.

ITENS: 01, 02 e 03.

Empresa Vencedora: EQUATERAPIA EQUITADIKS RANCHO DOURADO EIRELI-ME

Perfazendo um Valor Total de R$ 1.846.800,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil e oitocentos reais).

ITEM: 04.

Empresa Vencedora: PÓVOAS E CORREA PÓVOAS LTDA - ME

Perfazendo um Valor Total de R$ 615.800,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil e oitocentos reais).

A partir desta publicidade os autos estão com vistas franqueadas aos interessados.

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos – Interino

Cuiabá/MT, 10 de maio de 2018.

RETIFICAÇÃO

NO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – PARCIAL I

E AVISO DE RESULTADO - PARCIAL I

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 006/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119.360/2017)

Adjudicamos e Homologamos a licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 006/2018,** cujo objeto é Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de consumo MEDICAMENTOS, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, nas 91 (noventa e um) Equipes Primárias de Saúde; e da Atenção Secundária, sendo: 05 (cinco) Policlínicas, 02(duas) Unidade de Pronto Atendimento (UPA – Morada do Ouro e Pascoal Ramos); 01 (um) Serviço Ambulatorial Especializado (SAE); 01 (um) Centro de Especialidades Médicas (CEM); 06 (seis) Residências Terapêuticas, 03 (três) Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS); 01 (um) Hospital Pronto Socorro Municipal, pacientes com processos administrativos e via Mandado Judicial (LIMINARES) e demais Unidades, conforme especificações, detalhamentos e condições constantes neste Edital. Além de suprir as necessidades das unidades atualmente instaladas, a licitação contempla para os próximos 12(doze) meses a previsão de inauguração de 02 (duas) Unidades de Pronto Atendimento (UPA) na capital, 01(uma) Policlínica, 03 (três) Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), reativação de outra Policlínica e inauguração de uma nova sede do Hospital Pronto Socorro Municipal de Cuiabá.

ONDE SE LÊ:

...

Empresa Vencedora: CENTERMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Perfazendo um Valor Total de R$ 1.205.961,60 (um milhão, duzentos e cinco mil, novecentos e sessenta e um reais e sessenta centavos).

LEIA-SE:

...

Empresa Vencedora: CENTERMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor Total de R$ 1.210.335,60 (um milhão, duzentos e dez mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos).

Magda Rossi

Pregoeira

Cuiabá/MT, 10 de maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018

O Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições e com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei Federal n° 10.520/2001 e art. 43, VI, da Lei Federal n° 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação do Pregoeiro e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefei-

tura, Resolve, HOMOLOGAR o processo licitatório nº 013/2018, na modalidade Pregão Presencial nº 009/2018, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças para injeção eletrônica, radiadores, parte elétrica e ar condicionado, devendo ser genuínas e/ou originais de primeira linha, com base no sistema eletrônico traz valor, e prestação de serviços por horas para manutenção da frota municipal, e DETERMINO que sejam adotadas as medidas cabíveis para futura contratação das empresas: L.B.D. COMERCIO DE PECAS ACESSORIOS E IMPLEMENTOS PARA VEICULOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ: 06.100.774/0001-70, para os itens: 01-15,5%; 11-10%; 12-10%; 13-10%; 14-10%; 15-15,5%; 16-10%; 18-10%; 20 R$ 107,40; 25 R$ 114,30; 26 R$ 114,30; 27 R$ 114,30; 28 R$ 114,30; 29 R$ 114,30; 30 R$ 103,05; 31 R$ 109,80; 32 R$ 109,80; 33 R$ 114,30; 34 R$ 114,30; 35 R$ 103,05; 37 R$ 137,40; SOARES BONFIM & CIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ: 12.025.386/0001-75, para os itens: 06-10,5%; 07-15%; 08-15%; 09-10,5%; 10-15%; WILHEN C. MORETTI & MORETTI LTDA-EPP, inscrita no CNPJ: 37.460.987/0001-37, para os itens: 02-15,5%; 03-15,5%; 04-6,5%; 05-8,5%; 17-10,5%; 19-10,5%; 21 R$ 143,99; 22 R$ 143,99; 23 R$ 152,09; 24 R$ 152,09; 36 R$ 120,38; 38 R$ 124,85.

Curvelândia - MT, 10 de Maio de 2018.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE DENISE/MT** torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo "Menor Preço Global", no dia **16/05/2018** às **08:00 horas**, visando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS UNIJATO ¾ X 3 M3 E CONJUNTO EXTREMIDADE CURV./LON. ¾ C/ PORCA E ANEL, PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE) DESTE MUNICÍPIO DE DENISE/MT**. Informações pelo fone: (65)3342-1397/3342-1615 - e-mail: licitacao.denise@gmail.com / site: www.denise.mt.gov.br.

Denise/MT, 11 de Maio de 2018.

João Carlos Carneiro da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SETOR RH
PORTARIA DRH Nº 112/2018

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONCEDE RETORNO DE AUXILIO DOENÇA AO SERVIDOR DIOMEDES CARVALHO DE SOUZA

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, o retorno de Auxilio Doença ao servidor **DIOMEDES CARVALHO DE SOUZA,** matricula nº 3091-1, no Cargo de MOTORISTA EDUCACIONAL, lotado da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com data de retorno no dia 08 de Maio de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, com efeito retroativo a 08 de Maio de 2018.

Art. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 10 de Maio de 2018.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

GABINETE
DECRETO Nº 71/2018

Estabelece o regulamento do laudo de vistoria de cadastramento de estabelecimento empresariais e profissionais com atividade econômica e entidades sem fins lucrativos.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer a padronização do laudo de vistoria de cadastramento de estabelecimentos empresariais e outros;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instituído o laudo de vistoria para cadastramento, alteração, e inscrição no Município de Diamantino-MT, de estabelecimentos empresariais e profissionais que desempenham atividades econômicas e entidades sem fins lucrativos

Art. 2º. Os contribuintes obrigados a emissão do alvará de funcionamento deverão solicitar junto ao setor competente a sua inscrição.

Art. 3º. O alvará será emitido com base nas informações prestadas pelo contribuinte e com a emissão do laudo de vistoria, devidamente assinado pelo fiscal de tributos e ou pelo Secretario Municipal de Finanças, podendo ser delegada esta competência.

Art. 4º. O contribuinte que não preencher os requisitos legais, em especial os requisitos do Código Tributário Municipal, Código de Postura, Plano Diretor e de Inspeção Sanitária, será indeferido a emissão do alvará.

Art. 5º. Poderá a inscrição municipal ser suspensa, pelo indeferimento do laudo de vistoria, desde que o contribuinte não regularize a pendência no prazo de 30 dias da emissão.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições contrárias.

Diamantino-MT, 07 de maio de 2018.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito de Diamantino

LAUDO DE VISTORIA	
Objetivo da Vistoria: ( ) Cadastramento ( ) alteração de endereço ( ) alteração da atividade ( ) verificação fiscal ( ) outros.....	
Identificação do Contribuinte	
Razão social ou Nome	
Endereço	
Ponto de referência	
Telefone para contatos	
E-mail	
CNPJ/CPF	Inscrição Estadual/RG
O imóvel é: ( ) próprio ( ) alugado ( ) outros Área utilizada em M2:	
Tipo de estabelecimento: ( ) matriz ( ) filial ( ) escritório	
Forma de exploração: ( ) produtivo no local ( ) administrativo ( ) depósito fechado ( ) ambulante não eventual ( ) ambulante eventual ( ) feirante	
Nome do Contador: Fone:	

Parecer Fiscal:
( ) deferido (o estabelecimento cumpre as normas legais)
( ) Indeferido – motivo do indeferimento..... .....
VERIFICAÇÃO FISCAL
( ) regular ( ) irregular
Motivo da irregularidade ( ) ausência do alvará de funcionamento ( ) atividade não coincide com a declarada ( ) endereço localizado não coincide com o declarado ( ) imóvel não oferece condições de desenvolvimento da atividade ( ) a metragem quadrada não coincide coma declarada. ANOTADO IRREGULARIDADE: O contribuinte fica notificado no prazo de 10 (dez) dias para regularizar a pendência junto ao setor competente, sob pena de multa.

Diamantino-MT...../...../.....

....

Assinatura do Vistoriador Ciência do contribuinte

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CONVITE Nº 003-2018

O Município de Diamantino/MT, através do Presidente da CPL e seus Membros torna público para quem possa interessar que na licitação supracitada que tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS PERTENCENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT**, que se deu no dia 25/04/2018, sagrou-se vencedora a empresa **ELETROCONSTRO PRESTAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇO LTDA,** com proposta de **R$ 208.755,22 (Duzentos e oito mil e setecentos e cinqüenta e cinco reais e vinte e dois centavos).** Informa ainda que a íntegra dos autos acha-se à disposição dos interessados para os fins do que dispõe o Art. 109 da Lei n° 8.666/93.

Diamantino/MT, 26 de Abril de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CONVITE Nº 004-2018

O Município de Diamantino/MT, através do Presidente da CPL e seus Membros torna público para quem possa interessar que na licitação supracitada que tem por objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA PARCIAL COM TROCA DE TELHADO E FORRO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ATENDER A ESCOLA MUNICIPAL ELZA MARTINS DE QUEIROZ OLIVEIRA NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT**, que se deu no dia 07/05/2018, sagrou-se vencedora a empresa **FACILITI FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI-ME**, com proposta total no valor de **R$ 128.224,65 (Cento e vinte e oito mil duzentos e vinte e quatro reais e sessenta e cinco centavos).** Informa ainda que a íntegra dos autos acha-se à disposição dos interessados para os fins do que dispõe o Art. 109 da Lei n° 8.666/93.

Diamantino/MT, 07 de maio de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CONTRATOS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2018

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2018

Contratada:**DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 08.835.955/0001-70**

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a farmácia básica municipal, todos de primeira linha, conforme condições e especificações, constante neste edital e seus anexos, para atender a demandas da Secretaria de Saúde, conforme itens relacionados na planilha de preços anexa, parte integrante do presente.

DATA DA ASSINATURA: 13/04/2018

VIGÊNCIA: O prazo será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

VALOR:**O valor global da presente ata de registro de preços será de R$ 88.889,00 (oitenta e oito mil e oitocentos e oitenta e nove reais).**

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 005/2018

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 005/2018

Contratada:**FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. **03.250803/0001-92**

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a farmácia básica municipal, todos de primeira linha, conforme condições e especificações, constante neste edital e seus anexos, para atender a demandas da Secretaria de Saúde, conforme itens relacionados na planilha de preços anexa, parte integrante do presente.

DATA DA ASSINATURA: 13/04/2018

VIGÊNCIA: O prazo será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

VALOR: **O valor global da presente ata de registro de preços será de R$ 18.977,00 (dezoito mil, novecentos e setenta e sete reais).**

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

AVISO DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL N.012/2018-
REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2018

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar **às 08h00m do dia 24 de Maio de 2018** , em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, **Pregão Presencial nº 012/2018 - Registro de preços nº 010/2018**, objetivando a *FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO NA APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, BEM COMO TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA EQUIPE DE TRABALHO MUNICIPAL, COM VISTAS AO CÁLCULO DO IPM – ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA ARRECADAÇÃO DO ICMS*, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal pelo telefone (66) 3585-2700/2717, ou através do E-mail neuza@feliznatal.mt.gov.br .

Feliz Natal-MT, Em 10 de Maio de 2018

NEUZA MARIA DA ROSA

Pregoeira

PREFEITURA JURIDICO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERCEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO N° 022/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 022/2015 – 3º ADITIVO

DATA ASSINATURA: 20 DE ABRIL DE 2018

CREDOR: TELEFÔNICA BRASIL S/A

VIGÊNCIA: 22 DE ABRIL DE 2018

LICITAÇÃO: ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA BOA/MT

OBJETO: A FINALIDADE DO PRESENTE TERMO ADITIVO É PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 022/2015 EM MAIS 12 (MESES) À CONTAR DO DIA 22.04.2018.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0007/2018 EDITAL DE PUBLICIDADE

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, nomeada pela Portaria nº 001/2018, torna público que nos precisos termos do art. 24 IV, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores que realizou a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE 20 (vinte) PLANTOES MEDICOS.**

Feliz Natal - MT - em 10 de Maio de 2018.

ELAINE HEEMANN

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria n° 001/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO Nº 066/2017

C. CONVITE Nº 02/2017

VIGÊNCIA: 01/04/2018 à 01/07/2018.

MOTIVO DA ALTERAÇÃO: Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência previsto na CLÁUSULA SEXTA do Contrato original, fica prorrogado por mais 02(dois) MESES, começando a vigorar a partir da data de 30 de Abril de 2018, com base no Inciso I e II, art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADO: INVIOLAVEL SISTEMAS E ALARMES LTDA – ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2018

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT torna público que realizará a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº **043/2018**, cujo objeto é**AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO USADO, ANO E MODELO DE FABRICAÇÃO 2010/2010 OU SUPERIOR, MOTOR 1.4 OU SUPERIOR, CAPACIDADE MÍNIMA 7 PASSAGEIROS, FLEX COM AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRÁULICA,** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**). A abertura do certame está prevista para ***23/05/2018 às 08:00*** (horário de Mato Grosso), na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Os interessados poderão retirar o Edital gratuitamente presencialmente no setor de licitações ou solicitar via e-mail: licitacaogta2017.2020@gmail.com. Guarantã do Norte/MT, 10 de maio de 2018. Gutenberg Xavier A. Dos Santos /Pregoeiro.

AVISO DE CHAMADA PUBLICA 001/2018

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a **Chamada Pública n° 001/2018**, cujo objeto é **FORNECIMENTO de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS da Agricultura Familiar Rural para atender as necessidades dos alunos matriculados nas Escolas Indígenas Karanhim (Anexas EKETI E PÃIRE), NGREJKUETI, NHAKBÁ (anexa NGREJKUETI), KONKRARE (anexa NGREJKUETI) MATUKRE (Anexa PESUATÃ), KREMAITI (anexa MATUKRE), KOKRITI (anexa MSTUKRE, BEPKRA, KWYRERE, TAKAKBEIRETI E KASÃ), e KREMAITI localizadas no Município de Guarantã do Norte- MT**, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**). O recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta de Preço será a partir do Primeiro dia Subsequente a publicação deste Aviso até o dia **04/06/2018 às 09h00** (horário de Mato Grosso) na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital encontra se disponível, através do site municipal www.guarantadonorte.mt.gov.br, ou por e-mail licitacaogta2017.2020@gmail.com, quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 10 de maio de 2018. **Gutenberg X. Alves dos Santos/Presidente.**

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2018 - SRP

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº **023/2018 - Srp** obteve o seguinte resultado: A empresa **ADALTO DIAS DE SOUZA 01958597155** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 64.472,50 (sessenta e quatro mil quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).** O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 10 de maio de 2018. Sebastião Adilson C. da silva /Pregoeiro.

AVISO DE REABERTURA E RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018 - SRP

O Município de Guarantã do Norte torna Público para conhecimento dos interessados, que Retificou o Edital na modalidade Pregão Presencial nº 021/2018, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de MATERIAL ELÉTRICO para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I). A abertura do certame acontecerá no dia 2*3/05/2018 às 08h00-min (horário de Mato Grosso)*, na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Os interessados poderão retirar o Edital gratuitamente presencialmente no setor de licitações ou solicitar via e-mail: licitacaogta2017.2020@gmail.com. Guarantã do Norte/MT, 10 de maio de 2018. Sebastião Adilson C. da silva/Pregoeiro.

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2018

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº **035/2018** obteve o seguinte resultado: A empresa **REZER FRUTUOSO & CIA LTDA – EPP** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 11.880,00 (onze mil oitocentos e oitenta reais).** A empresa **BETO CAÇA E PESCA LTDA ME** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 64.055,74 (sessenta e quatro mil cinquenta e cinco reais e setenta e quatro centavos).** O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 10 de maio de 2018. Gutenberg Xavier A. Dos Santos /Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2018

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT torna público que realizará a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2018** cujo objeto **éCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS PARA REALIZAÇÃO DE OFICINA RECREATIVA DE ZUMBA**, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I). A abertura do certame está prevista para ***22/05/2018 às 13h30 min* (*horário de Mato Grosso)***, na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 10 de maio de 2018. ***Sebastião Adilson C. da Silva/Pregoeiro.***

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2018

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 022/2018**, instaurada para a **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças e acessórios originais de 1° linha, das linhas, mecânica, elétrica e hidráulica para Frota de veículo da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT."**,teve como vencedora as seguintes empresas:

Item	Descrição	Percentual	Empresa Vencedora
1	Fornecimento de peças da linha mecânica para veículos da linha leve (utilitários, camionetes e vans) – Original e/ou 1 ª LINHA. Independente do Modelo/ano/ marca	41%	PODIUM COMERCIO E ATACADISTA DE AUTOPEÇAS LTDA – ME
2	Fornecimento de peças da linha elétrica para veículos da linha leve (utilitários, camionetes e vans) – Original e/ou 1 ª LINHA. Independente do Modelo/ano/ marca	35%	PODIUM COMERCIO E ATACADISTA DE AUTOPEÇAS LTDA – ME
3	Fornecimento de peças da linha hidráulica para veículos da linha leve (utilitários, camionetes e vans) – Original e/ou 1 ª LINHA Independente do Modelo/ano/ marca	35%	PODIUM COMERCIO E ATACADISTA DE AUTOPEÇAS LTDA – ME
4	Fornecimento de acessórios para veículos da linha leve (utilitários, camionetes e vans) – Original e/ ou 1 ª LINHA Independente do Modelo/ano/ marca	35%	PODIUM COMERCIO E ATACADISTA DE AUTOPEÇAS LTDA – ME
5	Fornecimento de peças da linha mecânica para veículos pesados (caminhões, micro-ônibus, ônibus e carretas) – Original e/ou 1ª LINHA Independente do Modelo/ano/ marca	40,50%	PODIUM COMERCIO E ATACADISTA DE AUTOPEÇAS LTDA – ME
6	Fornecimento de peças da linha elétrica para veículos pesados (caminhões, micro-ônibus, ônibus e carretas) – Original e/ou 1ª LINHA Independente do Modelo/ano/ marca	35%	CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI – ME
7	Fornecimento de peças da linha hidráulica para veículos pesados (caminhões, micro-ônibus, ônibus e carretas) – Original e/ou 1ª LINHA Independente do Modelo/ano/ marca	35%	CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI – ME
8	Fornecimento de acessórios para veículos pesados para veículos pesados (caminhões, micro-ônibus, ônibus e carretas) – Original e/ou 1ª LINHA Independente do Modelo/ano/ marca	35%	CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI – ME
9	Fornecimento de peças da linha mecânica para máquinas pesadas – Original e/ou 1ª LINHA Independente do Modelo/ano/ marca	21%	NE EQUIPAMENTOS DE PEÇAS E LOCACAO DE MAQUINAS LTDA – ME
10	Fornecimento de peças da linha elétrica para máquinas pesadas – Original e/ou 1ª LINHA Independente do Modelo/ano/ marca	12,5%	BIELMAQ COMERCIO DE PECAS PARA MAQUINAS LTDA EPP – CNPJ: 17.274.687/0001-56
11	Fornecimento de peças da linha hidráulica para máquinas pesadas – Original e/ou 1ª LINHA Independente do Modelo/ano/ marca	23%	GTR COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES EIRELI – ME
12	Fornecimento de acessórios para máquinas pesadas – Original e/ ou 1ª LINHA	13%	NE EQUIPAMENTOS DE PEÇAS E LOCACAO DE MAQUINAS LTDA – ME
13	Fornecimento de peças da linha mecânica para implementos agrícolas – Original e/ou 1ª LINHA Independente do Modelo/ano/ marca	18%	BIELMAQ COMERCIO DE PECAS PARA MAQUINAS LTDA EPP
14	Fornecimento de peças da linha elétrica para implementos agrícolas – Original e/ou 1ª LINHA Independente do Modelo/ano/ marca	9%	BIELMAQ COMERCIO DE PECAS PARA MAQUINAS LTDA EPP
15	Fornecimento de peças da linha hidráulica para implementos agrícolas – Original e/ou 1ª LINHA Independente do Modelo/ano/ marca	5,95%	BIELMAQ COMERCIO DE PECAS PARA MAQUINAS LTDA EPP
16	Fornecimento de acessórios para implementos agrícolas – Original e/ou 1ª LINHA Independente do Modelo/ano/ marca	5,95%	BIELMAQ COMERCIO DE PECAS PARA MAQUINAS LTDA EPP

Itanhangá-MT, 10 de maio de 2018.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DE PORTARIA N° 106/2018 DA EDIÇÃO ANO XII Nº 2947 PAGINA 161 DE 29 DE MARÇO DE 2018.

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DE **Portaria n° 106/2018** DA EDIÇÃO ANO XII nº 2947 PAGINA 161 DE 29 DE MARÇO DE 2018.

ONDE SE LÊ: **Art. 1º** Nomear a Sra. **Glauciane Gomes de Souza,** portadora **do CPF 039.377.051.63**, ao cargo efetivo de Merendeira 30h, conforme resultado do concurso público 001/2016, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura**,** a partir desta data.

LEIA-SE: **Art. 1º** Nomear a Sra. **Glauciane Gomes de Souza,** portadora do CPF 039.377.051.63, ao cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais 30h, conforme resultado do concurso público 001/2016, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura**,** a partir desta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itanhangá-MT, 10/05/2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DE PORTARIA N° 125/2018 DA EDIÇÃO ANO XII Nº 2972 PAGINA 209 DE 07 DE MAIO DE 2018.

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DE **Portaria n° 125/2018** DA EDIÇÃO ANO XII nº 2972 PAGINA 209 DE 07 DE MAIO DE 2018.

ONDE SE LÊ: **Art. 1º**Nomear a servidora **Lucilene Rodrigues de Carvalho,** portadora do CPF nº 033.354.471-40 e RG nº 2439450-5 SEJ**SP/MT, a**o cargo em comissão de Encarregado de Divisão, lotado na Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos.

LEIA-SE: **Art. 1º**Nomear a servidora **Lucilene Rodrigues de Carvalho,** portadora do CPF nº 033.354.471-40 e RG nº 2439450-5 SEJ**SP/MT, a**o cargo em comissão de Encarregado de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itanhangá-MT, 10/05/2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 114, DE 09 DE MAIO DE 2018.

Designar o Servidor que menciona, responsável pela fiscalização do contrato 002/2018 no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 021/2013, que dispõe sobre regulamento para fiscalização dos contratos das atribuições e responsabili-

dades do Fiscal de Contratos no âmbito da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, bem como a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um servidor para fiscalizar o contrato administrativo 002/2018 do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designa o Servidor abaixo relacionado, para ser responsável pela fiscalização do Contrato Administrativo 002/2018, firmado entre **A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT E A EMPRESA ROSINEIDE DE ARAUJO OLIVEIRA – ME**, conforme disposto no Decreto Municipal nº 021/2013.

1- JAIRO DA SILVA CPF-MF: **297.733.189-15** Coordenador de Obras – CO

Art. 2°. As atribuições dos servidores designados, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 021/2013, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as diligências e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 09 de maio de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 1016 DE 10 DE MAIO DE 2018.

"*Dispõe sobre a autorização para abertura de crédito adicional especial e acrescenta fonte de recurso de Recurso de Transferência de Convênios – Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social) à ação do Plano Plurianual de Investimentos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual e, dá outras providências".*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído ao Plano Plurianual de Investimentos aprovado pela Lei nº 1.005, de 18/12/2017, a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2018, aprovada pela Lei nº 990, de 03/07/2017, e a Lei Orçamentária Anual nº 1001, de 08/12/2017, acrescentando a fonte de recurso de Transferência de Convênios – Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social) à ação, conforme discriminado abaixo:

Órgão: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 03 – Coordenadoria de Desenvolvimento de Assentamento Rural

Função: 20 – Agricultura

Sub-Função: 606 – Extensão Rural

Programa: 0018 **– Promoção e Extensão Rural**

Recurso: 00.01.0024 – Recurso de Transferência de Convênios – Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)

Projeto/Atividade: 1.104 – Aquisição de Veículos, Caminhões, Barcos, Patrulhas e Máquinas Agrícolas

Valor: R$ 293.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Adicional Especial no valor de **293.000,00** (**duzentos e noventa e três mil reais**), destinado a atender a dotação orçamentária, não previstas no orçamento de 2018, conforme discriminado abaixo:

Órgão: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 03 – Coordenadoria de Desenvolvimento de Assentamento Rural

Função: 20 – Agricultura

Sub-Função: 606 – Extensão Rural

Programa: 0018 **– Promoção e Extensão Rural**

Recurso: 00.01.0024 – Recurso de Transferência de Convênios – Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)

Projeto/Atividade: 1.104 – Aquisição de Veículos, Caminhões, Barcos, Patrulhas e Máquinas Agrícolas

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.0.00.01.0000 – Equipamentos e Material Permanente

Valor: R$ 293.000,00

Art. 3º Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo 43, § 1º, III da Lei 4.320/64, os resultantes da anulação total ou parcial das dotações abaixo discriminadas:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Unidade: 02 – Assessoria Técnica de Topografia

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0007 **– Administração**

Recurso: 0.00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.011 **– Manutenção e Encargos com Assessoria Técnica de Topografia**

Elemento de Despesa: 3.1.90.04.0.00.01.0000 – Contratação por Tempo Determinado

Valor: R$ 20.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Unidade: 02 – Assessoria Técnica de Topografia

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0007 **– Administração**

Recurso: 0.00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.011 **– Manutenção e Encargos com Assessoria Técnica de Topografia**

Elemento de Despesa: 3.1.90.11.0.00.01.0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Valor: R$ 113.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Unidade: 02 – Assessoria Técnica de Topografia

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0007 **– Administração**

Recurso: 0.00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.011 **– Manutenção e Encargos com Assessoria Técnica de Topografia**

Elemento de Despesa: 3.1.90.13.0.00.01.0000 – Obrigações Patronais

Valor: R$ 20.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Unidade: 02 – Assessoria Técnica de Topografia

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0007 **– Administração**

Recurso: 0.00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.011 **– Manutenção e Encargos com Assessoria Técnica de Topografia**

Elemento de Despesa: 3.1.91.13.0.00.01.0000 – Obrigações Patronais

Valor: R$ 2.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Unidade: 02 – Assessoria Técnica de Topografia

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0007 **– Administração**

Recurso: 0.00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.011 **– Manutenção e Encargos com Assessoria Técnica de Topografia**

Elemento de Despesa: 3.3.90.14.0.00.01.0000 – Diárias - Civil

Valor: R$ 2.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Unidade: 02 – Assessoria Técnica de Topografia

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0007 **– Administração**

Recurso: 0.00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.011 **– Manutenção e Encargos com Assessoria Técnica de Topografia**

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.0.00.01.0000 – Material de Consumo

Valor: R$ 20.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

Unidade: 01 – Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 781 – Transporte Aéreo

Programa: 0007 **– Administração**

Recurso: 0.00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 1.071 – Construção de Aeroporto com Pista Pavimentada

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.0.00.01.0000 – Obras e Instalações

Valor: R$ 100.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

Unidade: 01 – Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 781 – Transporte Aéreo

Programa: 0007 **– Administração**

Recurso: 00.01.0024 – Recurso de Transferência de Convênios – Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)

Projeto/Atividade: 1.071 – Construção de Aeroporto com Pista Pavimentada

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.0.00.01.0000 – Obras e Instalações

Valor: R$ 16.000,00

Art. 4º O crédito adicional especial aberto no artigo segundo desta Lei poderá ser suplementado caso seja necessário.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT aos 10 de maio de 2018.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que fica CANCELADA A PUBLICAÇÃO da PORTARIA Nº 052/2018, vinculado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 02/05/2018. Edição 2969 por motivo de erro de digitação na publicação da mesma.

Secretaria Municipal de Adm. Planej. Desen. Urbano, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira – MT., 10 de maio de 2018.

ODECI TEREZINHA DALLA VALLE

Secretaria Municipal de Adm. Planej. Desen. Urbano

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 052, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

Designa servidora efetiva que menciona, para responder como Gestora do Sistema do Cadastro Único, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Designar a servidora abaixo relacionada, exercendo cargo efetivo, para responder como responder como **Gestora do Sistema do Cadastro Único**, conforme segue:

1. ALAIDE DE MENEZES MOTA SILVA

CPF-MF: 318.939.021-53

Agente Administrativo

Art. 2° - O servidor acima mencionado não receberá subsídio para como Operador do Sistema do Cadastro Único, o qual está sendo designado.

Art. 3° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 4° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogase as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 02 abril de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010 - DIVULGA O JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A CLASSIFICAÇÃO GERAL

A Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, nos termos dos itens 9.7,9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 001/2018, visando atender os princípios norteadores da Administração Pública, da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando a apreciação do recurso oferecido quanto à divulgação da Classificação Geral publicada por meio do Edital Complementar nº 012 pela Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2018

RESOLVE:

I – Divulgar o resultado do julgamento do recurso apresentado pelos candidatos regularmente inscritos no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, conforme abaixo.

Candidatos/ Cargo	Fundamentação do Recurso	Julgamento do Recurso
Marcos Antônio Martins – Motorista-ITI	Verifiquei no Resultado do Gabarito preliminar que meu nome estava como ausente, sendo que fiz a prova, e solícito que as minhas notas sejam lançadas.	**Recurso deferido,** vez que houve um equívoco ao lançar a nota no edital
Maycon Souza Almeida – Agente de Endemias - OBS	Verifiquei que a minha colocação no 6º lugar sendo que a minha nota de Matemática é superior da 5ª colocada.	**Recurso Indeferido, pois** foi classificado de acordo com o critério de desempate previsto no item 5.4 do Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2018

Itiquira-MT, 10 de Maio de 2018.

.....

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 001/2018

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 011/2018 DIVULGA O LOCAL DAS PROVAS

A Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, nos termos dos itens 9.7, 9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 001/2018, visando atender os princípios norteadores da Administração Pública, da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

CONSIDERANDO a aplicação das provas, práticas e de Aptidão Física, que serão realizadas no dia 13 de maio de 2018;

RESOLVE:

I – Divulgar o local das provas aos candidatos regularmente inscritos e classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

II – Comunicar aos candidatos classificados para os Cargo de:

a) Auxiliar de Conservação de Vias Públicas, que as provas de aptidão físicas serão aplicadas no período matutino às 08h00min na Escola Municipal Anfilófio de Souza Campos, sito a Avenida Lúcio de Mendonça Primo nº 1233- Bairro: João de Barro- Itiquira-MT, o teste será aplicado mediante a entrega de senhas aos candidatos e estes deverão comparecer com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos no local acima indicado, trajando: camiseta, short ou bermuda, meias e tênis. O candidato deve obrigatoriamente apresentar o Atestado Médico, exigido no item 1.2 do Anexo IV do Edital de Abertura 001/2018, sob pena de ser impedido de realizar a referida prova.;

b) Motoristas, Operador de Moto Niveladora , Operador de Trator com Pneus, Inseminador de Animais que a prova prática será realizada no período matutino às 08h00min na Garagem Municipal, antiga CASEMAT, sito a Avenida 21- Itiquira-MT, os mesmos deverão comparecer no local acima citado com no mínimo 01 (uma) hora de antecedência e no caso do cargo de Motorista o mesmo deverá apresentar a CNH categoria "D" ou superior, sob pena de ser impedido de realizar a prova.

III – Informar que o candidato não poderá portar e fazer uso de aparelhos celulares ou similares eletrônicos, no recinto da realização das provas práticas e de aptidão física.

IV- Segue ANEXA a relação de candidatos classificados que deverão realizarem as provas no próximo dia13 de maio de 2018.

Itiquira-MT, 10 de maio de 2018.

.....

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 001/2018

	NÍVEL FUNDAMENTAL	**VAGAS**	**OBS-04**							
Nº	**NOME**	**AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS**	**LOCAL**	**PORT**	**MAT**	**C. G**	**C. E**	**A. F**	**M.F**	**SIT**
1	DILVANI SANTOS SILVA	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	8	10	10	10		9,50	CLAS
2	CREIDIANE CUNHA ALVES	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	10	10	8	8		9,00	CLAS
3	JOSE PEREIRA DOS SANTOS (PNE)	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	10	8	8	10		9,00	CLAS
4	JOSÉ TUNES LEITE	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	10	10	6	10		9,00	CLAS

5	NELITA MESSIAS DOS SANTOS	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	10	10	10	6		9,00	CLAS
6	AMANDA OLIVEIRA QUEIROZ	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	10	8	8	8		8,50	CLAS
7	MARINA DE SOUZA RIBEIRO	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	8	10	8	8		8,50	CLAS
8	DINAMARA TELES DE FARIA	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	10	10	8	6		8,50	CLAS
9	ROSELI MEDEIROS DE SOUZA SANTOS	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	10	10	10	4		8,50	CLAS
10	SANDRA MARIA DA SILVA	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	8	8	8	8		8,00	CLAS
11	GLEYDSOM GUIMARÃES INACIO	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	8	10	6	8		8,00	CLAS
12	LAYLA BEATRIZ CAVALCANTE DANTAS	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	8	10	8	6		8,00	CLAS
13	MAXSUEL DA SILVA QUEIROZ	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	8	10	8	6		8,00	CLAS
14	CRISTIANE MACHADO ROSA	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	6	10	6	8		7,50	CLAS
15	ANA CRISTINA SILVA REIS	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	10	8	6	6		7,50	CLAS
16	RAFFAEL SOUZA DA SILVA	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	10	10	4	6		7,50	CLAS
17	ROSILENE BATISTA MONGE	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	8	8	8	6		7,50	CLAS
18	RAFAEL DE SANTANA SOUZA	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	10	10	6	4		7,50	CLAS
19	GONÇALINA DE ARRUDA CAMPOS SILVA	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	8	8	6	6		7,00	CLAS
20	CLEONICE EVANGELISTA MARANHÃO	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	8	8	8	4		7,00	CLAS
21	NEUZA PEREIRA RODRIGUES	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	8	8	8	4		7,00	CLAS
22	ADRIANA GONÇALVES DA CRUZ	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	6	8	6	6		6,50	CLAS
23	CARINA AUGUSTO DOS SANTOS	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	8	10	4	4		6,50	CLAS
24	CRISTIANE BORGES DA ROCHA	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	6	10	4	6		6,50	CLAS
25	MANOEL VICENTE RIBEIRO VICENTE	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	6	8	6	6		6,50	CLAS
26	NEUSA MARIA DAMACINA SILVA	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	4	8	8	4		6,00	CLAS
27	FERNANDA SANTANA DOS SANTOS	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	4	10	4	6		6,00	CLAS
28	THALES ANTÔNIO SOUZA ALVES	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	6	8	6	4		6,00	CLAS
29	WILSOM ASSIS DA SILVA	AUX.DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	OURO BRANCO DO SUL	4	4	4	4		4,00	CLAS
	NIVEL FUNDAMENTAL	**VAGAS**	**ITI-09**							

Nº	NOME	MOTORISTA	LOCAL	PORT	MAT	C.G	C.E	P.P	M.F	SIT
1	ANSELMO NUNES DUARTE	MOTORISTA	ITIQUIRA	10	10	10	8		9,50	CLAS
2	THIAGO PEREIRA FRANÇA	MOTORISTA	ITIQUIRA	10	8	8	8		8,50	CLAS
3	MARCOS ANTÔNIO MARTINS	MOTORISTA	ITIQUIRA	10	10	6	8		8,50	CLAS
4	JOACY RODRIGUES DA SILVA	MOTORISTA	ITIQUIRA	10	10	8	6		8,50	CLAS
5	VITOR DURAN SECOTTI	MOTORISTA	ITIQUIRA	10	10	8	6		8,50	CLAS
6	ELCIO MENEZES MARTINS	MOTORISTA	ITIQUIRA	6	10	8	8		8,00	CLAS
7	RAINE MENDONÇA DA SILVA	MOTORISTA	ITIQUIRA	6	8	10	8		8,00	CLAS
8	CARLOS ALBERTO DOS SANTOS	MOTORISTA	ITIQUIRA	8	8	8	8		8,00	CLAS
9	TIAGO TEIXEIRA CAMPOS	MOTORISTA	ITIQUIRA	8	8	10	6		8,00	CLAS
10	JEFERSON ALVES DE ALMEIDA	MOTORISTA	ITIQUIRA	8	10	8	6		8,00	CLAS
11	LEILIMAR SILVA GONZAGA	MOTORISTA	ITIQUIRA	8	10	8	6		8,00	CLAS
12	NICANOR DAVID RODRIGUES	MOTORISTA	ITIQUIRA	8	10	8	6		8,00	CLAS
13	VALMOR MARI	MOTORISTA	ITIQUIRA	8	6	8	8		7,50	CLAS
14	LEONILDO GOMES BARCELO	MOTORISTA	ITIQUIRA	8	6	8	8		7,50	CLAS
15	GEAN PEREIRA BORGES	MOTORISTA	ITIQUIRA	8	8	6	8		7,50	CLAS
16	CICERO MATIAS DA SILVA NETO	MOTORISTA	ITIQUIRA	8	8	6	8		7,50	CLAS
17	JOSE LUIZ CORREA DE OLIVEIRA	MOTORISTA	ITIQUIRA	8	8	6	8		7,50	CLAS
18	EVAIR SOARES DE SOUZA	MOTORISTA	ITIQUIRA	8	10	6	6		7,50	CLAS
19	ALESSANDRA DE ALMEIDA FREIRE	MOTORISTA	ITIQUIRA	10	10	6	4		7,50	CLAS
20	EDUARDO APARECIDO EDUARDO	MOTORISTA	ITIQUIRA	8	8	6	6		7,00	CLAS
21	SIDINEI LUIZ DE SOUZA	MOTORISTA	ITIQUIRA	8	10	4	4		6,50	CLAS
22	MARCELO ROCHA DA SILVA	MOTORISTA	ITIQUIRA	4	6	6	4		5,00	CLAS
	NÍVEL FUNDAMENTAL	**VAGAS**	**OBS-03**							

Nº	NOME	MOTORISTA	LOCAL	PORT	MAT	C.G	C.E	P.P	M.F	SIT
1	VÂNIA DA ROCHA MELLO	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	10	10	8	8		9,00	CLAS
2	DIONIZIO DA SILVA BARBOSA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	8	8	10	8		8,50	CLAS

3	BRUNO HENRIQUE GOMES DA SILVA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	10	10	8	6		8,50	CLAS
4	JULIO CESAR ROCHA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	8	10	10	6		8,50	CLAS
5	HUGHEY DA SILVA ROSA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	10	10	10	4		8,50	CLAS
6	LUCIMEIRE RODRIGUES	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	10	8	6	6		7,50	CLAS
7	FATIMA DA SILVA RONDOM	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	10	10	6	4		7,50	CLAS
8	OSMAR GOMES SOUZA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	8	10	8	4		7,50	CLAS
9	ERNANDE ANTÔNIO DA SILVA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	6	8	6	8		7,00	CLAS
10	HERLAND JOSÉ FERREIRA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	6	8	8	6		7,00	CLAS
11	BENEDITO ALVES PINTO	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	4	10	10	4		7,00	CLAS
12	GIVANILDO ALVES DE NOVAIS	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	8	6	8	4		6,50	CLAS
13	NERI ALMEIDA DE QUADROS	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	6	8	8	4		6,50	CLAS
14	WENDERSOM ALVES DE SOUZA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	4	10	8	4		6,50	CLAS
15	ÉLADIO GONÇALVES	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	4	10	6	4		6,00	CLAS
	NIVEL MÉDIO	**VAGAS**	**ITI-01**							
Nº	**NOME**	**INSEMINADOR DE ANIMAIS**	**LOCAL**	**PORT**	**MAT**	**C.G**	**C.E**	**P.P**	**M.F**	**SIT**
1	ELIEZER VENANCIO PINTO	INSEMINADOR DE ANIMAIS	ITIQUIRA	6	4	8	6		6,00	CLAS
	NIVEL FUNDAMENTAL	**VAGAS**	**ITI-01**							
Nº	**NOME**	**OPERADOR.DE MOTO NIVELADORA/PATROL**	**LOCAL**	**PORT**	**MAT**	**C.G**	**C.E**	**P.P**	**M.F**	**SIT**
1	JORGAN FRANCO BRASIL	OPERADOR DE MOTO NIVELADORA/PATROL	ITIQUIRA	6	8	10	8		8,00	CLAS
2	ROBSON LUIS PINHEIRO	OPERADOR DE MOTO NIVELADORA/PATROL	ITIQUIRA	6	4	8	6		6,00	CLAS
3	FLAVIO FERREIRA BRAS	OPERADOR DE MOTO NIVELADORA/PATROL	ITIQUIRA	6	2	8	4		5,00	CLAS
	NIVEL FUNDAMENTAL	**VAGAS**	**OBS-01**							
Nº	**NOME**	**OPERADOR.DE MOTO NIVELADORA/PATROL**	**LOCAL**	**PORT**	**MAT**	**C.G**	**C.E**	**P.P**	**M.F**	**SIT**
1	TIAGO FERREIRA DA SILVA	OPERADOR.DE MOTO NIVELADORA/PATROL	OURO BRANCO DO SUL	10	6	6	4		6,50	CLAS
	NÍVEL FUNDAMENTAL	**VAGAS**	**ITI-02**							
Nº	**NOME**	**OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS**	**LOCAL**	**PORT**	**MAT**	**C.G**	**C.E**	**P.P**	**M.F**	**SIT**
1	ROGERIO DINIZ DOS REIS	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	10	10	6	8		8,50	CLAS
2	SERGIO CONZZATTI	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	8	10	8	8		8,50	CLAS
3	EDSON BOESE GOMES	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	8	10	10	6		8,50	CLAS
4	ADEMAR PEREIRA DE JESUS	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	10	8	8	6		8,00	CLAS
5	TIAGO FIALHO BATISTA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	8	10	8	4		7,50	CLAS
6	JUNIOR CESAR GARCIA	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	6	10	4	6		6,50	CLAS
7	AMILTON PEREIRA DE JESUS	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	4	10	4	6		6,00	CLAS
8	CELSO FRANCISCO ALVINO	OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS	ITIQUIRA	8	6	4	4		5,50	CLAS

PROCURADORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 1014 DE 10 DE MAIO DE 2018.

"Dispõe sobre a alteração no anexo III da Lei Municipal 971/2017, que trata das Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Itiquira-MT e, dá outras providencias. "

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

Das disposições preliminares

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º Esta Lei altera o anexo III da Lei Municipal 971/2017. Que dispõe sobre os cargos, a carreira e os salários dos servidores públicos do Poder Legislativo do Município de Itiquira.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT aos 10 de maio de 2018.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO III
QUADRO DE COMISSIONADOS

Padrão	Cargos	Vagas	Remuneração
6	Coordenador de Sonorização/Filmagem	1	1.113,20
7	Assessor Parlamentar e Legislativo	8	1.431,81
8	Assessor de Gabinete da Presidência	1	2.045,46
8	Assessor de Atendimento ao Cidadão	1	2.045,46
8	Assessor Administrativo	1	2.045,46
9	Assessor de Imprensa/Cerimonial	1	2.863,64
9	Assessor TI	1	2.863,64
9	Assessor Legislativo Geral	1	2.863,64
9	Assessor de Rec. Humanos e Dpto de Pessoal	1	2.863,64
10	Secretário Executivo de Gab. da Presidência	1	5.113,63
10	Secretário de Finanças	1	5.113,63

9	Secretário de Administração	1	5.113,63
10	Assessor Contabil	1	5.113,63
10	Coordenador de Controle Interno	1	5.113,63
10	Assessor Jurídico	1	5.113,63

PROCURADORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 1015 DE 10 DE MAIO DE 2018.

***Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Pública do Município de Itiquira/MT e, dá outras providências*".**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° Fica instituído no âmbito do Município de Itiquira/MT, o Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, instrumento de financiamento das políticas públicas municipais de apoio, destinado à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos profissionais em educação, observado o disposto na Lei Federal nº 11.494/2007.

Art. 2º Constituem receitas do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Pública do Município de Itiquira/MT, exclusivamente àquelas provenientes do FUNDEB Federal.

Art. 3º A destinação dos recursos do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Pública do Município de Itiquira/MT será a prevista na legislação vigente do FUNDEB.

Art. 4º A gestão dos recursos de que trata a presente Lei será obrigatoriamente realizada pelo Secretário Municipal de Educação e pelo Prefeito Municipal.

Art. 5º A movimentação dos recursos da conta única do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Pública do Município de Itiquira/MT será realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT aos 10 de maio de 2018.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

PREV-JACI
PORTARIA N.º 043/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora Sra. Lucia Elena Marcidelli de Almeida."

O Diretor Executivo do PREV-JACI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, Estado de Mato Groso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento do art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 87, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 1.417 de 13 de março de 2012, que rege a previdência municipal de Jaciara; E a Lei nº1.211/2009, que dispõe sobre a reformulação da carreira dos profissionais da educação básica do sistema público educacional do município de Jaciara/MT e Tabela de Vencimentos da Lei n.º 1.806 de 21 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a reposição salarial dos vencimentos dos servidores públicos efetivos ativos, inativos e pensionistas da educação exclusivamente ao magistério, do poder executivo municipal de Jaciara/MT.

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição**, a **Sra. Lucia Elena Marcidelli de Almeida,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 4.291.080-5 SESP/PR, inscrita no CPF sob o n.º 596.463.149-53, servidora efetiva no cargo de Professora, Nível "7", Classe "C", lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; 30 horas semanais; contando com 26 anos 04 meses e 23 dias de contribuição, com **proventos integrais com base na última remuneração**, conforme processo administrativo do PREV-JACI, n.º **2018. 04.01815P**, **a partir de 10/05/2018.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a **10 de maio de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Jaciara/MT, 10 de maio de 2018.

JOSÉ ROBERTO CARNEIRO

Diretor Executivo do PREV-JACI

Homologo:

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO Nº 005/2018

Termo de Adjudicação

Pregao 5 / 2018

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, no uso de suas

atribuições legais e em conformidade com o Art. 43 inciso VI da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações. ADJUDICA a presente Licitação à(s) empresa(s) Licitante(s):

Participante(s) e vencedora(s) da			
5332	AP SOLUCOES EM INFORMATICA E NETWORK LTDA ME		24.528.320/0001-87
		TOTAL DO VENCEDOR	R$ 84,000

Objeto

CONTRATACAO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA PARAPRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA DA REDE INTERNA E DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, SERVIDORES, SERVICOS DE INSTALACAO E CONFIGURACAO DE SOFTWARE DESENVLVIMENTO E SUPORTE TECNICO N

JANGADA - MT, quinta-feira, 10 de maio de 2018

ADILSON PEREIRA NUNES

Pregoeiro

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 005/2018

Termo de Homologação

Pregao N° 5 /2018

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LIC ITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo e cujo objeto é:

Vencedor(es)

Código

Nome

CPF/CNPJ

5332 AP SOLUCOES EM INFORMATICA E NETWORK LTDA ME 24.528.320/0001-87

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

JANGADA - MT quinta-feira, 10 de maio de 2018

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

CONTRATO Nº. 045/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA

OBJETO: **Prorrogação do Contrato de Prestação de serviços Técnicos de Consultoria nº 045/2017.**

VIGENCIA: 12 MESES

CONTRATO Nº. 048/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

OBJETO: **Prorrogação do Contrato de Prestação de serviços de Consultoria e Auditoria Tributária/fiscal nº 048/2017.**

VIGENCIA: 12 MESES

CONTRATO Nº. 049/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

OBJETO: **Prorrogação do Contrato de Prestação de serviços de Assessoria Tributária nº 049/2017.**

VIGENCIA: 12 MESES

CONTRATO Nº. 047/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: SOCIEDADE PATRONATO NOSSA SENHORA DO PILAR – MANTENEDORA DO HOSPITAL JAURU

OBJETO: **Prorrogação do Contrato de Prestação de serviços Médicos/Hospitalares nº 047/2017.**

VIGENCIA: 06 MESES

CONTRATO Nº. 034/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-ME**

OBJETO: **Prorrogação do Contrato de Prestação de serviços Sistema de Informática nº 034/2015.**

VIGENCIA: 12 MESES

VALOR EM R$ 65.804,64 (sessenta e cinco mil oitocentos e quatro reais e sessenta e quatro centavos)

CONTRATO Nº. 025/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **FRANCINEIA MONTEIRO DA SILVA**

OBJETO: **Prorrogação do Contrato de Prestação de serviços de Professor nº 025/2018.**

VIGENCIA: 60 (sessenta) dias

CONTRATO Nº. 012/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **WEVERTON DE OLIVEIRA**

OBJETO: **Prorrogação do Contrato de Prestação de serviços de Professor nº 012/2018.**

VIGENCIA: 15 (quinze) dias

CONTRATO Nº. 046/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **JAURU EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA - ME**

OBJETO: **Prorrogação do Contrato de Prestação de serviços de Professor nº 046/2017.**

VIGENCIA: 12 (doze) meses

DECRETO Nº 037/2018

DECRETO Nº. 037 DE 10 DE MAIO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICO QUE ABAIXO MENCIONA, APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS 01/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

Considerando, a aprovação/classificação dos candidatos no processo seletivo simplificado de títulos 01/2018, conforme editais complementares 03/2018 de 04 de abril de 2018 (resultado final e homologação), e cumpridas às exigências e formalidades legais e,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear para os cargos de provimento em contratos por prazo determinado, a candidata aprovados/classificados abaixo relacionada no respectivo cargo a seguir:

CARGO: PROFESSORA DE MATEMÁTICA	
1	GISLAINE ALMEIDA DE PAULA

Parágrafo Único – A nomeação e lotação dos servidores objeto deste Decreto consumar-se-á com a posse dos mesmos cumprida as disposições

formais e legais, que disciplinam a matéria, com especificidade para as que constam na Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores do Município de Jauru e o edital do referido certame.

Artigo 2º - Para a elaboração do ato de posse os convocados deverão apresentar cópias dos seguintes documentos:

a) Comprovante de residência e telefone de contato;

b) Declaração de não acumulo de Cargo Público;

c) Declaração de bens;

d) Titulo de eleitor e comprovante de estar quites com a justiça eleitoral;

e) Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se o candidato for do sexo masculino;

f) Cópia do RG e CPF;

g) Certidão de Nascimento ou Casamento;

h) Certidão de Nascimento e Cartão de vacina dos filhos;

i) PIS/PASEP;

j) Copia da Carteira de Trabalho;

k) 02 fotos 3x4;

l) Certidão negativa de antecedentes criminais, emitida pelo Fórum da Comarca de domicílio do candidato.(original)

m) Carteira Nacional de habilitação (para o cargos que exige).

n) Atestado medico de aptidão física (original)

o) Atestado medico de aptidão mental (original) e

p) O resultado dos seguintes exames: (original)

a) Urina tipo I;

b) Hemograma Completo;

c) VDRL e

d) Protoparasitológico.

q) comprovante de escolaridade compatível com o cargo;

Artigo 3º - O não comparecimento no prazo de 10 (dez) dias, após a publicação deste Decreto, implicará na presunção de desistência dos classificados nomeados, podendo ser convocado(s) aqueles classificados imediatamente posterior(es), obedecida em qualquer caso a ordem de classificação.

Artigo 4º - Caberá aos órgãos competentes às providências pertinentes para o registro funcional dos servidores acima mencionado e demais procedimentos que ser fizerem necessários.

Artigo 5º - Este Decreto, entrará em vigor a partir da ciência do interessado ou na data de sua publicação, o que vier ocorrer primeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal “José Perez”, em Jauru-MT, 10 de maio de 2018.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 008/2018, DE 10 DE MAIO DE 2018

PORTARIA Nº 008/2018, DE 10 DE MAIO DE 2018.

VILSON RAMOS DA SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual do Estado de Mato Grosso e pela Lei Orgânica do Município de Jauru-MT;

Considerando que o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores da Câmara do Município de Jauru-MT (Lei Complementar nº 102/2014), em seu Art. 18, corroborado pelo anexo VI da mesma Lei, concede ao Servidor um percentual sobre o salário base de cada cargo, tendo como referência o INPC acumulado de 01 de maio de 2017 a 30 de abril de 2018, o que acarretou em **1,69%,** conforme estipula o Art. 52 da Lei Complementar 102/2014.

RESOLVE:

Conceder aos servidores da Câmara do Município de Jauru reajuste salarial a partir de 01 de maio/2018 no patamar de **1,69%,** como determina o Art. 52, da Lei Complementar nº 102/2014.

Cargo	SALÁRIO BASE (R$)
AUX SERV. GERAIS/VIGIA.	**1.007,00**
RECEPCIONISTA	**1.174,52**
AGENTE ADM. / SEC. LEGISLATIVA	**1.565,97**
ASSESSOR TEC. LEG. E JURÍDICO.	**6.264,27**
CONTADOR	**3.441,89**
DIRETOR GERAL	**3.020,25**
ASSESSOR JURÍDICO	**5.923,26**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, com efeitos retroagidos em 01 maio de 2018, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, Câmara Municipal de Jauru-MT, 10 de Maio de 2017.

VILSON RAMOS DA SILVA

Ver. Presidente do Legislativo

TABELA INPC MAIO/2018 1,69%

At Atividades e Serviços de Nível Elementar (Fundamental Incompleto) AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS e VIGIA		Atividades e Serviços de Nível Elementar (Fundamental Completo) RECEPCIONISTA		Serviços Auxiliar e Administrativos em Nível Médio AGENTE ADMINISTRATIVO e SECRETÁRIO LEGISLATIVO		Serviços Técnicos de Nível Superior ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO E JURÍDICO		Serviços Técnicos de Nível Superior CONTADOR	
REF	VALOR R$	**REF**	**VALOR R$**	**REF**	**VALOR R$**	**REF**	**VALOR R$**	**REF**	**VALOR R$**

1	**1.007,00**	**1**	**1.174,52***	**1**	**1.565,97***	**1**	**6.264,27***	**1**	**3.441,89***
2	**1.022,11**	2	**1.192,14**	2	**1.589,46**	2	**6.358,23**	2	**3.493,52**
3	**1.037,44**	3	**1.210,02**	3	**1.613,30**	3	**6.453,61**	3	**3.545,92**
4	**1.053,00**	4	**1.228,17**	4	**1.637,50**	4	**6.550,41**	4	**3.599,11**
5	**1.068,79**	5	**1.246,59**	5	**1.662,06**	5	**6.648,67**	5	**3.653,10**
6	**1.084,82**	6	**1.265,29**	6	**1.686,99**	6	**6.748,40**	6	**3.707,89**
7	**1.101,10**	7	**1.284,27**	7	**1.712,30**	7	**6.849,62**	7	**3.763,51**
8	**1.117,61**	8	**1.303,54**	8	**1.737,98**	8	**6.952,37**	8	**3.819,96**
9	**1.134,38**	9	**1.323,09**	9	**1.764,05**	9	**7.056,65**	9	**3.877,26**
10	**1.242,14**	10	**1.448,78**	10	**1.931,64**	10	**7.727,04**	10	**4.245,60**
11	**1.260,78**	11	**1.470,51**	11	**1.960,61**	11	**7.842,94**	11	**4.309,29**
12	**1.279,69**	12	**1.492,57**	12	**1.990,02**	12	**7.960,59**	12	**4.373,93**
13	**1.298,88**	13	**1.514,96**	13	**2.019,87**	13	**8.079,99**	13	**4.439,54**
14	**1.318,37**	14	**1.537,68**	14	**2.050,17**	14	**8.201,19**	14	**4.506,13**
15	**1.338,14**	15	**1.560,75**	15	**2.080,92**	15	**8.324,21**	15	**4.573,72**
16	**1.358,21**	16	**1.584,16**	16	**2.112,14**	16	**8.449,08**	16	**4.642,33**
17	**1.378,59**	17	**1.607,92**	17	**2.143,82**	17	**8.575,81**	17	**4.711,96**
18	**1.399,27**	18	**1.632,04**	18	**2.175,98**	18	**8.704,45**	18	**4.782,64**
19	**1.420,25**	19	**1.656,52**	19	**2.208,62**	19	**8.835,02**	19	**4.854,38**
20	**1.555,18**	20	**1.813,89**	20	**2.418,43**	20	**9.674,34**	20	**5.315,55**
21	**1.578,51**	21	**1.841,10**	21	**2.454,71**	21	**9.819,46**	21	**5.395,28**
22	**1.602,18**	22	**1.868,72**	22	**2.491,53**	22	**9.966,75**	22	**5.476,21**
23	**1.626,22**	23	**1.896,75**	23	**2.528,91**	23	**10.116,25**	23	**5.558,35**
24	**1.650,61**	24	**1.925,20**	24	**2.566,84**	24	**10.267,99**	24	**5.641,73**
25	**1.675,37**	25	**1.954,08**	25	**2.605,34**	25	**10.422,01**	25	**5.726,35**
26	**1.700,50**	26	**1.983,39**	26	**2.644,42**	26	**10.578,34**	26	**5.812,25**
27	**1.726,01**	27	**2.013,14**	27	**2.684,09**	27	**10.737,02**	27	**5.899,43**
28	**1.751,90**	28	**2.043,34**	28	**2.724,35**	28	**10.898,07**	28	**5.987,92**
29	**1.778,18**	29	**2.073,99**	29	**2.765,21**	29	**11.061,55**	29	**6.077,74**
30	**1.947,10**	30	**2.271,01**	30	**3.027,91**	30	**12.112,39**	30	**6.655,13**
31	**1.976,31**	31	**2.305,08**	31	**3.073,33**	31	**12.294,08**	31	**6.754,96**
32	**2.005,95**	32	**2.339,66**	32	**3.119,43**	32	**12.478,49**	32	**6.856,28**
33	**2.036,04**	33	**2.374,75**	33	**3.166,22**	33	**12.665,67**	33	**6.959,12**
34	**2.066,58**	34	**2.410,37**	34	**3.213,71**	34	**12.855,65**	34	**7.063,51**
35	**2.097,58**	35	**2.446,53**	35	**3.261,92**	35	**13.048,49**	35	**7.169,46**

**** Salário Base***

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	SÌMBOLO	QUANTIDADE
Diretor Geral	CC	01
Assessor Jurídico	CC	01

ANEXO II

VENCIMENTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	Vencimentos Mensal (R$)
Diretor Geral	CC	3.020,25
Assessor Jurídico	CC	5.923,26

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 009 DE 10 DE MAIO DE 2018

PORTARIA Nº. 009 DE 10 DE MAIO DE 2018.

RETIFICA A PORTARIA Nº 05/2018, de 10 de janeiro de 2018, inserindo na mesma a necessidade de nomeação de uma Comissão Permanente, a qual passa a vigorar com a seguinte Redação:

Dispõe sobre a Organização do Patrimônio do Poder Legislativo de Jauru - MT e, estabelecimento de critérios e procedimentos de realização de inventario, depreciação, amortização, exaustão, reavaliação e redução a valor recuperável dos bens patrimoniais da Câmara Municipal de Jauru, bem como a nomeação da Comissão Permanente de patrimônio.

O Senhor **VILSON RAMOS DA SILVA,** Presidente da Câmara Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO: A necessidade de organização e registro do Patrimônio do Poder Legislativo de Jauru - MT;

CONSIDERANDO: Os Art. 85, 89, 100 e 104 da Lei nº. 4.320/64; Resolução CFC nº. 1.111/2007; Portaria do STN nº. 467/2009 e Lei Complementar nº. 101/2000;

CONSIDERANDO: Os procedimentos contábeis relativos à evidenciação do patrimônio, conforme disposto no volume II da Portaria STN nº. 467/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a COMISSÃO PERMANENTE DE PATRIMÔNIO com o objetivo de REAVALIÇÃO, BAIXA, REGISTRO, CONTROLE, CARGA, SUPERVISÃO, DEPRECIAÇÃO E AVALIAÇÃO do patrimônio público da Câmara Municipal de Jauru-MT, composta pelos seguintes membros:

SERVIDORES	CARGO
ALOÍSO COSTA DE ABREU	Presidente
LUCIENE MANSANO	Membro
CLAUDIO GONZAGA DA SILVA	Suplente

Art. 2º - Normatizar as normas de procedimento patrimoniais de: depreciação, amortização, exaustão, reavaliação e redução a valor recuperável.

Art. 3º - A Comissão Permanente de Patrimônio, nomeada pelo Presidente da Câmara Municipal de Jauru - MT, deverá manter o controle e organização dos bens patrimoniais.

§ 1º - Os procedimentos descritos no Art. 1º., que serão regulamentados por essa portaria, devem obrigatoriamente ser realizados pela Comissão Permanente de Patrimônio.

§ 2º - As regras estabelecidas nesta portaria devem ser aplicadas a partir da data da publicação da mesma.

Art. 4º - Para fins desta Portaria entende-se:

I – Bens Móveis: os bens suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia e são agrupados como material permanente ou de consumo;

II – Material: a designação genérica de móveis, equipamentos, componentes, sobressalentes, assessórios, utensílios, veículos em geral, matéria primas e outros bens móveis utilizados ou passiveis de utilização nas atividades do Poder Legislativo do Município de Jauru - MT;

III – Material Permanente: aquele que, em razão de seu uso corrente, tem durabilidade e utilização superior a dois anos;

IV – Material de Consumo: aquele que, em razão de seu uso corrente, perde sua identidade física em dois anos e/ou tem sua utilização limitada a esse período;

V – Bens Patrimoniais Permanentes: todos os bens tangíveis – moveis e imóveis - e intangíveis, pertencentes ao Poder Legislativo do Município de Jauru - MT, e que sejam de seu domino pleno e direto.

VI – **Bens Tangíveis**: aqueles cujo valor recai sobre o corpo físico ou materialidade do bem, podendo ser moveis e imóveis;

VII - **Bens Móveis Intangíveis**: aqueles que não têm existência física;

VIII – Bens Móveis Inservíveis: aqueles que não têm mais utilidade para o Poder Legislativo de Jauru - MT, em decorrência de der sido considerado:

a. **Ocioso**: quando, embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado;

b. **Obsoleto**: quando se tornar antiquado, caindo em desuso sendo a sua operação considerada onerosa;

c. **Antieconômico**: quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude do uso prolongado, desgaste prematuro, obsoletismo ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação;

d. **Irrecuperável**: quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido a perda de suas características físicas.

IX – Carga Patrimonial: é a efetivação da responsabilidade pela guarda e/ou uso de bem patrimonial;

X – Doação: é a entrega gratuita de direito de propriedade, constituindo-se em liberalidade do doador;

XI – Dano: avaria parcial ou total causada a bens patrimoniais utilizados na Administração do responsável pela Guarda;

XII- Extravio: é o desaparecimento de bens por furto, roubou ou por negligencia do responsável pela guarda;

XIII – Furto: crime que consiste no ato de subtrair coisa móvel pertencente á outra pessoa, com a vontade livre e consciente de ter a coisa para si ou para outrem;

XIV – Roubo: crime que consiste em subtrair coisa móvel pertencente a outrem por meio de violência ou de grave ameaça;

XV – **Remanejamento**: é a operação de movimentação de bens, com a consequência alteração de carga patrimonial;

XVI – Sistema de Controle Patrimonial: ferramenta tecnológica que controla as incorporações, baixas e a movimentação ocorrida nos bens patrimoniais;

XVII – Alienação: o procedimento de transferência da posse e propriedade de um bem através da venda, doação ou permuta;

XVIII – Inventário: é o procedimento administrativo que consiste no levantamento físico e financeiro de todos os bens móveis, nos locais determinados, cuja finalidade é a perfeita compatibilização entre os registrados e o existente, bem como sua utilização e o seu estado de conservação;

XIX – Depreciação: é a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

XX – **Amortização**: é a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

XXI – Exaustão: é a redução do valor de investimentos necessários a exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração;

XXII – Valor Depreciável: amortização e exaurível é o valor original de um ativo deduzido do seu valor residual, quando possível ou necessária a sua determinação;

XXIII – **Valor Residual**: é o montante liquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação;

XXIV – Vida Útil Econômica: é o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo;

XXV – Valor Líquido Contábil: é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

XXVI - Bens Imóveis - compreende o valor dos bens vinculados ao terreno que não podem ser retirados sem destruição ou dano. São exemplos deste tipo de bem os imóveis residenciais, comerciais, edifícios, terrenos, aeroportos, pontes, viadutos, obras em andamento, hospitais, dentre outros.

I - Os bens imóveis classificam-se em:

a) Bens de uso especial: compreende os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas, como imóveis residenciais, terrenos, glebas, aquartelamento, aeroportos, açudes, fazendas, museus, hospitais, hotéis dentre outros.

b) Bens dominiais: compreende os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreende ainda, não dispondo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, como apartamentos, armazéns, casas, glebas, terrenos, lojas, bens destinados à reforma agrária, bens imóveis a alienar dentre outros.

c) Bens de uso comum do povo: pode ser entendido como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público.

d) Bens imóveis em andamento: compreende os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos.

e) Demais bens imóveis: compreende os demais bens imóveis não classificados anteriormente.

XXVII – Tombamento: considera-se na formalização da inclusão física de um bem no acervo patrimonial, efetivando-se com a atribuição de um numero de tombamento, com a marcação física e com o cadastramento dos dados no sistema de Controle Patrimonial;

Art. 5º - A mensuração de um ativo no ato de seu registro no Ativo Imobilizado deve ser realizada conforme a origem da sua entrada. O valor justo contábil do ativo deve ser mensurado obedecendo aos critérios:

I – Quando houver transações compatíveis.

a. Seu preço de aquisição, acrescido o de impostos de importações e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;

b. Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar pretendida pela administração;

c. A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sitio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item e adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferente da produção de estoque durante esse período;

II – Quando não houver transações comparáveis só pode ser mensurado com a seguração.

a. Se a variabilidade da faixa de estimativas de valor justo razoável não for significativa; ou

b. Se a probabilidades de várias estimativas dentro dessa faixa, puderam ser razoavelmente avaliadas e utilizadas na mensuração do valor justo. Caso a entidade seja capaz de mensurar com a segurança tanto o valor justo do ativo recebido como do ativo cedido, então os valores justos do segundo são usados para determinar o custo do ativo recebido, a não ser que o valor justo do primeiro seja mais evidente;

III – Se não houver evidencias do valor justos baseadas no mercado devido à natureza especializada no item do ativo imobilizado e se o item por raramente vendido, exceto como parte de um negócio em marca, a entidade pode precisar estimar o valor justo usando uma abordagem de receitas ou de custos de reposição depreciando.

IV – O reconhecimento dos custos no valor contábil de um item do ativo imobilizado cessa quando o item está no loca e nas condições operacionais pretendidas pela administração.

Art. 6º - devido às mudanças estabelecidas por esta portaria os ativos existem no Patrimônio Municipal deve ser avaliado para refletir o Valor Justo Contábil Atual;

I - A entidade deve observar que, quando um item do ativo imobilizado é reavaliado, a depreciação acumulada na data da reavaliação deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o seu valor líquido pelo valor reavaliado. O valor do ajuste decorrente da atualização ou da eliminação da depreciação acumulada faz parte do aumento ou da diminuição no valor contábil registrado.

II - É importante salientar que se um item do ativo imobilizado for reavaliado, é necessário que a classe/grupo de contas do ativo imobilizado à qual pertence esse ativo seja reavaliado.

III - Classe de contas do ativo imobilizado é um agrupamento de ativos de natureza e uso semelhantes nas operações da entidade. São exemplos de classe de contas individuais:

a) terrenos;

b) edifícios operacionais;

c) estradas;

d) maquinário;

e) veículos a motor;

f) móveis e utensílios;

g) equipamentos de escritório;

IV - Os itens da classe de contas do ativo imobilizado são reavaliados simultaneamente para que seja evitada a reavaliação seletiva de ativos e a divulgação de montantes nas demonstrações contábeis que sejam uma combinação de valores em datas diferentes.

V - Na reavaliação de bens imóveis específicos, a estimativa do valor justo pode ser realizada utilizando-se o valor de reposição do bem devidamente depreciado. Caso o valor de reposição tenha como referência a compra de um bem, esse bem deverá ter as mesmas características e o mesmo estado físico do bem objeto da reavaliação. Outra possibilidade é considerar como valor de reposição o custo de construção de um ativo semelhante com similar potencial de serviço.

VI - A reavaliação pode ser realizada através da elaboração de um laudo técnico por perito ou entidade especializada, ou ainda através de relatório de avaliação realizado por uma comissão de servidores. O laudo técnico ou relatório de avaliação conterá ao menos, as seguintes informações:

a) documentação com a descrição detalhada referente a cada bem que esteja sendo avaliado;

b) a identificação contábil do bem;

c) quais foram os critérios utilizados para avaliação do bem e sua respectiva fundamentação;

d) vida útil remanescente do bem, para que sejam estabelecidos os critérios de depreciação, a amortização ou a exaustão;

e) data de avaliação; e

f) a identificação do responsável pela reavaliação.

VII - Fontes de informações para a avaliação do valor de um bem pode ser o valor do metro quadrado do imóvel em determinada região, ou a tabela FIPE no caso dos veículos.

VIII - Caso seja impossível estabelecer o valor de mercado do ativo, pode-se defini-lo com base em parâmetros de referência que considerem bens com características, circunstâncias e localizações assemelhadas.

IX - Após a avaliação dos ativos, os mesmos dever ser classificado por categorias, ter sua vida útil e valor residual reconhecido, e iniciar no mês subsequente o processo de depreciação, quando couber;

X - Devido aos custos e volume de recursos humanos envolvidos neste processo de avaliação dos ativos, os que não forem avaliados até dezembro de 2016, devem ser contemplados em um plano de ação para avaliação dentro do exercício de 2017.

Art. 7º - O procedimento contábil, no momento da avaliação dos ativos já existentes no patrimônio municipal, terá sua variação patrimonial em contrapartida direta ao Patrimônio Líquido.

Art. 8º - As categorias citadas no Art. 5º §1 serão utilizadas para classificar os ativos, e ainda servirão de parâmetros para realização das depreciações, são:

Nome da Categoria	Vida Útil	Percentual Residual
APARELHO E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	10%
APARELHOS E EQUIP. P/ESPORTES E DIVERSOS.	10	10%
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10%
BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	-	-
COLEÇÃO DE MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	0%
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
MÁQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DE DADOS	5	10%
MAQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10	10%
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10	10%
MOBILIARIO EM GERAL	10	10%
PEÇAS NÃO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	10%
VEICULOS DE TRAÇÃO MECANICA	15	10%
VEICULOS DIVERSOS	15	10%
ACESSÓRIOS PARA AUTOMOVIES	5	10%
PEÇAS NÃO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	10%

Art. 9º - Em caráter excepcional, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciados para bens singulares, que possuam características peculiares e necessitem de critérios específicos para estipulação dos seus valores, devendo tal fator divulgado em nota explicativa.

Art. 10 - Na depreciação dos ativos patrimoniais, será utilizado o método Linear ou de Quotas Constantes:

$$\text{Quota Anual de Depreciação} = \frac{\text{Custo} - \text{Valor Residual}}{\text{Nº. De períodos de vida útil}}$$

§ 1º - A Depreciação será aplicada mensalmente através do método disposto no caput do artigo, a partir do inicio do uso do bem. O mês da aquisição do bem não será computado para fins do período de depreciação.

§ 2º - Ao final do período de vida útil, os ativos podem ter condições de ser utilizados. Caso o valor residual não reflita o valor adequado, deverá ser realizado teste de recuperabilidade, atribuindo a ele um novo valor, baseado em laudo técnico. Não há novo período de depreciação após o final da vida util.

§ 3º - Em caso de melhoria ou adição complementar relevante decorrente de incorporação de novas peças, que aumente os benefícios presentes e futuros, deverá haver nova medição da vida útil, podendo ser registrada uma nova entrada do bem no sistema de contabilidade patrimonial, reiniciando assim o controle do período da vida útil. Alternativamente, as novas peças poderão ser controladas separadamente para registro individualizado da depreciação. Casso a melhoria ou adição não seja significativa, não haverá alteração na vida útil.

§ 4º - A depreciação, amortização e exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

§ 5º - A depreciação e a amortização não cessam quando o ativo torna-se obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.

Art. 11 - As reavaliações devem ser feitas utilizando-se o valor justo ou valor de mercado na data de encerramento do Balanço Patrimonial, pelo menos:

I – Anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variar significativamente em relação aos valores anteriormente registrados;

II – A cada quatro anos, para as demais contas ou grupos de contas;

Art. 12 - Um bem deve ser reduzido ao valor recuperável se alguma das situações abaixo for verdadeira.

I – Cessação total ou parcial das demandas ou necessidades dos serviços fornecidos pelo bem.

II – Diminuição significativa, de longo prazo, das demandas ou necessidades dos serviços fornecidos pelo bem.

III – Dano físico do bem.

IV – Mudanças significativas de longo prazo, com efeito adverso na entidade ocorreram ou estão para ocorrer no ambiente tecnológico, legal ou de política de governo no qual a entidade opera.

V – Mudanças significantes, de longo prazo, com efeito adverso na entidade ocorreram ou estão para ocorrer na extensão ou maneira da utilização do bem. Essas modificações incluem a ociosidade do bem, planos para descontinuar ou reestruturar a operação no qual ele é utilizado, ou planos de se desfazer do bem antes da data previamente estimada.

VI – É decidido interromper a construção de um bem antes que o mesmo esteja em condições de uso.

VI – Há indicações de que a performance de serviço do bem está ou estará significativamente pior do que esperado.

VII – Há indicação de que a performance de serviço do bem está ou estará significativamente pior do que esperado.

Os decréscimos do valor do ativo em decorrência do ajuste ao valor recuperável devem ser registrados em contas de resultado.

Art. 13 - Quando a Comissão Permanente de Patrimônio a avaliar um ativo sem condições de uso, seja por alienação, extravio ou inservível, poderá proceder a baixa do referido ativo, sempre obedecendo aos procedimentos deste e com as devidas justificativas anexadas no processo de baixa.

Art. 14 - Compete ao Presidente da Câmara Municipal de Jauru - MT:

I – Nomear Comissão Permanente de Patrimônio;

II – Dar ciência, com base em relatório da Comissão Permanente de Patrimônio, a baixa dos ativos patrimoniais do Sistema de Controle Patrimonial;

III – determinar, com base em relatório da Comissão Permanente de Patrimônio, a autuação de processo de bens extraviados, e encaminhar ao órgão competente para as providencias cabíveis.

Art. 15 - A Comissão Permanente de Patrimônio será composta por Presidente e membros, além dos procedimentos aqui disciplinados, competente a Comissão:

I – Planejar, organizar e controlar as atividades e programas em Área de atuação, observadas as competências da unidade e que está lotado.

II – Manter informações sobre recursos humanos, patrimônio materiais afetos a sua área para subsidiara as demais unidades da câmara;

III – Elaborar planejamento organizacional, promover estudos de racionalização e controlar o desempenho organizacional;

IV – Participar da elaboração do programa de trabalho;

V – Cumprir e fazer cumprir as leis, os decretos, as portarias, os regulamentos, as decisões, os prazos para desenvolvimento dos trabalhos e as ordens das autoridades superiores;

VI – Transmitir aos seus subordinados as diretrizes a serem adotadas no desenvolvimento dos trabalhos;

VII – Contribuir para o desenvolvimento;

VIII – Realizar o recebimento dos bens e o controle do almoxarifado;

IX – Armazenar os bens e materiais de forma a conservar - lhes as características originais;

X – Responsabilizar-se pela distribuição dos bens e materiais em conformidade com as solicitações das unidades do Poder Legislativo de Jauru - MT;

XI – Controlar rigorosamente as entradas e saídas de bens e materiais;

XII – Informar aos órgãos e unidades interessadas, conforme orientação por elas elaborada a necessidades de requisitar a compra de bens e materiais sob sua guarda;

XIII – Realizar a incorporação dos bens permanentes ao patrimônio do município, identificando a unidade responsável pela guarda e conservação;

XIV – Realizar periodicamente inventários de bens municipais;

XV – Dar baixa do patrimônio dos bens alienados e inservíveis;

XVI – Determinar e aplicar de acordo com as regras vigentes e pelas instruções esta portaria todos os procedimentos de inventario, depreciação, amortização, exaustão, reavaliação, valor residual e baixa;

XVII – Elaborar plano de ação com objetivo de instruir os trabalhos relacionados ao inventario patrimonial do Poder Legislativo de Jauru, MT, nos termos desta Portaria e Legislação Vigente.

Art. 16 - O Responsável de cada setor zelará pelos bens patrimoniais ali dispostos, onde assinará o Termo de Responsabilidade em 03 (três) vias, sendo uma para ele, e outra para arquivada pelo Setor de Patrimônio e outra arquivada naquele setor.

§ 1º - A condição de responsável constitui prova de uso e conservação, e, pode ser utilizada em processos administrativos de apuração de irregularidade relativos ao controle do patrimônio do Poder Legislativo de Jauru-MT;

Art. 17 - São deveres de todos os servidores do Poder Legislativo de Jauru - MT, quanto aos bens do Patrimônio do Municipal;

I – Cuidar dos bens do acervo patrimonial, bem como ligar, operar e desligar equipamentos conforme as recomendações e especificações do fabricante;

II – Utilizar adequadamente os equipamentos e materiais;

III – **Adotar e propor ao responsável de cada setor,** providências que preservem a segurança e conservação dos bens móveis existentes em sua unidade;

IV – Manter os bens de pequeno porte em loca seguro;

V – **Comunicar ao responsável de cada setor** a ocorrência de qualquer irregularidade que envolva o patrimônio do Poder Legislativo do Município de Jauru - MT, apresentando, quando for o caso, o Boletim de Ocorrências fornecido pela autoridade policial;

VI – Auxiliar a Comissão Permanente de Patrimônio na realização de levantamentos e inventários, ou na prestação de informações sobre o bem em uso em seu local de trabalho ou sob sua responsabilidade.

Art. 18 - Para os casos não previsto nesta Portaria deverão ser observados as normas gerais aplicáveis ao controle de patrimônio público.

Art. 19 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos a 01 de fevereiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Jauru-MT, 10 de maio de 2018.

Ver. Vilson Ramos da Silva

Presidente do Legislativo

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

CONTRATO Nº. 045/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA

OBJETO: **Prorrogação do Contrato de Prestação de serviços Técnicos de Consultoria nº 045/2017.**

VIGENCIA: 12 MESES

CONTRATO Nº. 048/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

OBJETO: **Prorrogação do Contrato de Prestação de serviços de Consultoria e Auditoria Tributária/fiscal nº 048/2017.**

VIGENCIA: 12 MESES

CONTRATO Nº. 049/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

OBJETO: **Prorrogação do Contrato de Prestação de serviços de Assessoria Tributária nº 049/2017.**

VIGENCIA: 12 MESES

CONTRATO Nº. 047/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: SOCIEDADE PATRONATO NOSSA SENHORA DO PILAR – MANTENEDORA DO HOSPITAL JAURU

OBJETO: **Prorrogação do Contrato de Prestação de serviços Médicos/Hospitalares nº 047/2017.**

VIGENCIA: 06 MESES

CONTRATO Nº. 034/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-ME**

OBJETO: **Prorrogação do Contrato de Prestação de serviços Sistema de Informática nº 034/2015.**

VIGENCIA: 12 MESES

VALOR EM R$ 65.804,64 (sessenta e cinco mil oitocentos e quatro reais e sessenta e quatro centavos)

CONTRATO Nº. 025/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **FRANCINEIA MONTEIRO DA SILVA**

OBJETO: **Prorrogação do Contrato de Prestação de serviços de Professor nº 025/2018.**

VIGENCIA: 60 (sessenta) dias

CONTRATO Nº. 012/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **WEVERTON DE OLIVEIRA**

OBJETO: **Prorrogação do Contrato de Prestação de serviços de Professor nº 012/2018.**

VIGENCIA: 15 (quinze) dias

CONTRATO Nº. 046/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **JAURU EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA - ME**

OBJETO: **Prorrogação do Contrato de Prestação de serviços de Professor nº 046/2017.**

VIGENCIA: 12 (doze) meses

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE LICITAÇÃO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO N. 029/2018/SECAD TIPO: PRESENCIAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE APURAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM

.

OBJETO: Registro de Preços para Futuro e Eventual Fornecimento de Água Mineral e Gás de Cozinha, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 11.05. 2018, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 23 de Maio de 2018 às 08h30 – Horário Local.

Juara-MT, em 10 de maio de 2018.

José Roberto Pereira Alves Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO N. 030/2018/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.

OBJETO: Registro de Preços Para Futuro e Eventual Fornecimento Parcelado de Óleos Lubrificantes em Atendimento a Administração Municipal, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 11.05. 2018, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 23 de Maio de 2018 às 13h30 – Horário Local.

Juara-MT, em 10 de maio de 2018.

José Roberto Pereira Alves Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO N. 031/2018/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Locação de Máquinas Pesadas em Atendimento á Secretaria Municipal de Transportes, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 11.05. 2018, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 24 de Maio de 2018 às 08h30 – Horário Local.

Juara-MT, em 10 de maio de 2018.

José Roberto Pereira Alves Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

PORTARIA N.º 048 DE 10 DE MAIO DE 2018.

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO DE PROFESSOR NÍVEL III.

A Prefeita Municipal de Juruena, no uso de suas atribuições, especialmente o que dispõe o art. 35, inciso VII da Lei n.º 847, de 09/08/2010.

RESOLVE:

Art. 1 º – Fica declarada a Vacância do Cargo de Professor Nível III, ocupado pela servidora estável **MARLI DE CAMPOS,** Mat. 1697, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 122030603 SSP/MT e CPF n.º 474.412. 671-53, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por posse em outro cargo inacumulável, a partir desta data.

Art. 2 º – Caso a servidora não venha a ser aprovada no estagio probatório período de três anos, será reconduzida ao cargo, dando continuidade em seus assentamentos funcionais.

Parágrafo Único – A Recondução só poderá ser exercida durante o período do estagio, após esse período, cessam os efeitos do pedido de vacância.

Art. 3 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 10 de maio de 2018.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 49, DE 10 DE MAIO DE 2018.

"Designar o servidor **JURACIL VITOR DOS SANTOS,** conselheiro tutelar para ser representante da Prefeitura Municipal de Juruena, junto ao Ministério do Desenvolvimento Humano".

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita do Município de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

RESOLVE:

ART. 1º. Designar o senhor **Juracil Vitor dos Santos,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 225544 SSP/MT e do Cpf nº. 303.841.331-34, ocupante do cargo de **CONSELHEIRO TUTELAR**, através do Processo de Eleição Unificada, vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social, para ser representante da Prefeitura, junto ao Ministério do Desenvolvimento Humano, para praticar todos os atos necessários a efetivação e recebimento do conjunto de equipamentos destinados a equipagem e estruturação do Conselho Tutelar.

ART. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se e Cumpra-se

Juruena/MT, 10 de Maio de 2018.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484, de 04 de março de 2002.

RODOLFO PEREIRA DIAS

Secretário Municipal de Administração

e Finanças

DECRETO N.º 2785, DE 08 DE MAIO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A alteração do valor de prestação de serviço horas maquinas (Esteira) prestado pelo poder executivo.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município no seu Artigo 85, inciso III,

ART. 1º - Os beneficiários da Lei Municipal nº. 1023, de 19 de Fevereiro de 2014, contribuirão para serviços prestados por máquinas Esteiras com o valor de **R$ 100,00 (cem reais)** à hora.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data desua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juruena – MT, 08 de Maio de 2018.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484, de 04 de março de 2002.

RODOLFO PEREIRA DIAS

Secretária Municipal de Administração

e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PORTARIA Nº 100/2018, 09 DE MAIO DE 2018.

"Dispõe sobre alteração de Referência Salarial por Nivel dos Servidores Efetivos Lotados na Secretaria Municipal de Educaçãoe da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar as Referencias Salariais por Nivel dos Servidores Efetivos Lotados na Secretaria de Educação e Cultura, conforme Lei 860/2012, Plano de Cargo, Carreira e Salario dos Profissionais da Educação do Municipio de Juscimeira.

Mat.	Nome	Cargo	Admissão	Ref.Sal.Anterior	Ref.Sal.Atual
32	Diva Maria dos Santos Trindade	Coornedador Pedagógico	04/05/2000	C-06	C-07
181	Francisco Oliveira Araujo	Professor	04/05/2000	B-06	B-07
11	Juscilene Mendes Alves	Técnico Adm. Educacional	10/05/2000	C-06	C-07
13	Marcia Aparecida Ramos dos Santos	Técnico Adm. Educacional	04/05/2000	C-06	C-07
424	Maria Aparecida Aguiar Oliveira	Técnico Adm. Educacional	04/05/2000	C-06	C-07
423	Maria Elena Rodrigues Vasconcelos	Apoio Adm.Educ.Serv.Nut.Escola	04/05/2000	C-06	C-07
357	Romilda José de Paula	Apoio Adm.Educ.Serv.Infraestrutura	04/05/2000	C-06	C-07

422	Sandra Marinho Batista		04/05/2000	C-05	C-06

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Maio de 2018.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 068 /2018, 16 DE ABRIL DE 2018.

"Dispõe sobre **NOMEAÇÃO** da **Srª IVONE MARIA DE SOUZA** para o **Cargo Eletivo de Coordenadora Pedagógica** do Município de Juscimeira e dá outras providencias:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a **Srª IVONE MARIA DE SOUZA, Matricula nº 429,** brasileira, casada, portadora do CPF nº 503.832.561-00, residente e domiciliado à Rua São Paulo, S/N, Centro, São Pedro da Cipa-MT, Efetivo no Cargo Professora, para ocupar o **Cargo Eletivo de Coordenadora Pedagógica** no Centro de Educação Infantil Enedina Martins Barbosa no período de 09 de Abril de 2018 à 31 de Dezembro de 2019.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de Abril de 2018.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 099/2018, 09 DE MAIO DE 2018.

"Dispõe sobre alteração de Referência Salarial por Nivel dos Servidores Efetivos da Prefeitura Municipal de Juscimeira e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar as Referencias Salariais por Nivel dos Servidores Efetivos da Prefeitura Municipal de Juscimeira, conforme Lei 1031/2016, Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos da Administração Pública do Municipio de Juscimeira.

Mat.	Nome	Cargo	Admissão	Ref.Sal.Anterior	Ref.Sal.Atual
362	Ademar Francisco da Silva	Serviços Gerais	04/05/2000	A-18	A-19
388	Agnaldo Gomes dos Santos	Serviços Gerais	04/05/2000	D-18	D-19
432	Aldo Almir Teixeira Costa	Serviços Gerais	01/04/1986	A-18	A-19
22	Cezarina Ramos Marinho	Serviços Gerais	02/05/1990	A-28	A-29
343	Creuza Quirino dos Santos	Fiscal Sanitário	04/05/2000	D-18	D-19
348	Delçon dos Santos	Serviços Gerais	04/05/2000	B-18	B-19
48	Edilameire de Almeida Silva	Auxiliar de Enfermagem	04/05/2000	D-18	D-19
354	Elias Rodrigues Bastos	Assistente Administrativo	04/05/2000	D-18	D-19
340	Elisangela dos Santos	Aux. Consultório Dentário	04/05/2000	B-18	B-19
430	Fabio Soares Araujo	Serviços Gerais	04/05/2000	B-18	B-19
398	Francisco das Chagas Vasconcelos	Fiscal de Obras	04/05/2000	D-18	D-19
336	Francisco Eduardo Oliveira	Motorista de Ambulância	04/05/2000	A-18	A-19
389	Francisco Valter Alves do Carmo	Motorista de Veiculo Grande	04/05/2000	A-18	A-19
370	Janio Rosa Elias Florentino	Fiscal de Tributos	04/05/2000	D-18	D-19
365	João Alves Euzébio	Serviços Gerais	04/05/2000	A-18	A-19
4	José Aparecido Romero	Agente Administrativo	01/05/1988	D-28	D-29
223	José Aparecido Souza Lima	Agende de Saúde PSF	17/05/1993	C-24	C-25
378	José Rodrigues Filho	Serviços Gerais	04/05/2000	A-18	A-19
369	Jucimar Honório da Silva	Fiscal de Postura	04/05/2000	D-18	D-19
287	Lindmarcia Pereira dos Santos	Auxiliar de Enfermagem	04/05/2000	D-18	D-19
225	Marcio Luiz Alves	Agente de Saúde PSF	17/05/1993	C-25	C-26
338	Maria do Carmo Martins Duarte	Auxiliar de Laboratório	04/05/2000	D-18	D-19
380	Maria do Socorro Ribeiro	Serviços Gerais	10/05/2000	A-18	A-19
308	Maria Neide Lopes Assunção	Auxiliar de Enfermagem	04/05/2000	D-18	D-19
350	Mariano Baptista de Souza	Vigia	04/05/2000	D-18	D-19
294	Marilza dos Reis Franco	Auxiliar de Enfermagem	04/05/2000	D-18	D-19
345	Marlene Brito Nani	Auxiliar de Enfermagem	04/05/2000	D-18	D-19
135	Marta Vicente Jerônimo da Silva	Auxiliar de Enfermagem	04/05/2000	D-18	D-19
349	Nelson Sinair Garcia	Vigia	04/05/2000	B-18	B-19
399	Nelson Taveira Filho	Assistente Administrativo	04/05/2000	B-18	B-19
361	Olaides Alves Martins	Serviços Gerais	04/05/2000	A-18	A-19
382	Olcedir Otavio de Souza	Vigia	04/05/2000	A-18	A-19
341	Raimundo Carlos Correa	Assistente Administrativo	04/05/2000	D-18	D-19
355	Rosimeire Antonia Soares Souza	Serviços Gerais	04/05/2000	B-18	B-19
347	Sebastião Celestino de Lima	Vigia	04/05/2000	A-18	A-19
577	Telma Frizeira da Silva	Serviços Gerais	18/05/2000	B-18	B-19
346	Terezinha Pereira Brandão	Serviços Gerais	04/05/2000	B-18	B-19

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Maio de 2018.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 403/2018 DE 10 DE ABRIL DE 2018

.

"DECLARA LUTO OFICIAL DE TRES DIAS NO MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA-MT., DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, Estado de Mato Grosso, o Sr. MOISES DOS SANTOS, no desempenho de suas atribuições legais, contidas na Lei Orgânica do Município".

Considerando: O Falecimento do Ex-Deputado Estadual Srº **Hermínio Jose Barreto**, ocorrido na tarde do dia 09 de Maio de 2018.

Considerando: A relevância dos serviços prestados ao Estado de Mato Grosso, e o legado de contribuições para o desenvolvimento do Município de Juscimeira.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica decretado Luto Oficial no Município de Juscimeira nos dias 10, 11 e 12 de Maio de 2018, em decorrência do falecimento Srº **HERMÍNIO JOSE BAREETO**, ex-Deputado Estadual pelo Estado de Mato Grosso.

Art**igo**. **2º.** Que se dê conhecimento deste Ato à família enlutada

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juscimeira/MT, em 10 de Maio de 2018.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

ERRATA DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 083/2017

ERRATA DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 083/2017.

A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste-MT, informa a todos que no extrato do primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 083/2017, onde se lê:

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 083/2017

TIPO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

LICITAÇÃO: DISPENSA N.º 014/2017

CONTRATADA: W P CONSTRUTORA LTDA – ME

CNPJ: 12.648.863/0001-59

OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DE PONTE DE MADEIRA SOBRE O RIO VERMELHO – EXT. 50 X 5 (M) – LOCALIZAÇÃO (S 15º 18' 36.6") (W 057º 51' 07.9"), NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE-MT.

OBJETO DO ADITIVO: *PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA REFERIDA OBRA, ATÉ 09 DE FEVEREIRO DE 2018 E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, SENDO DE 31/12/2017 ATÉ (**30/03/2018**).*

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA QUARTA DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Leia-se:

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 083/2017

TIPO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

LICITAÇÃO: DISPENSA N.º 014/2017

CONTRATADA: W P CONSTRUTORA LTDA – ME

CNPJ: 12.648.863/0001-59

OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DE PONTE DE MADEIRA SOBRE O RIO VERMELHO – EXT. 50 X 5 (M) – LOCALIZAÇÃO (S 15º 18' 36.6") (W 057º 51' 07.9"), NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE-MT.

OBJETO DO ADITIVO: *PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA REFERIDA OBRA E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL ATÉ **(09/02/2018)**.*

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA QUARTA DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 071/2018, DE 04 DE MAIO DE 2018

Concede Licença-Saúde ao Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 72, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde a Servidor Público Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

WENDER TORO MACHADO, - PROFESSOR MAGISTÉRIO, Lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura/FUNDEB, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 04/05/2018 a 30/10/2018 conforme consta em atestado Médico;

ART. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos quatro dias do mês de maio de dois mil e dezoito.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL Nº 008/2018

AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL Nº 008/2018

A Prefeitura Municipal De Lambari D´Oeste – MT, em 10 de maio de 2018, através de sua pregoeira oficial em uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação "PREGAO PRESENCIAL" Nº 008/2018 tendo como objeto – AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0KM TIPO FURGÃO AMBULÂNCIA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAMBARI D'OESTE – MT, a ser realizado em 10 de maio de 2018 as 09horas, foi considerada DESERTA, por não comparecerem interessados ao certame.

Lambari D´Oeste –MT 10 de maio de 2018.

RIVONETE COELHO DA SILVA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE /MT AVISO DE CONVITE DE Nº 003/2018 TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO GLOBAL"

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE /MT

AVISO DE CONVITE DE Nº 003/2018

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO GLOBAL"

A Prefeitura Municipal de LAMBARI D´OESTE - MT, em 10 de MAIO de 2018, através da Comissão Permanente de Licitação torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 21 de MAIO de 2018 as 09h00min, a Licitação na Modalidade **CONVITE Nº 003/2018**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA EM ENGENHARIA CIVIL PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE – MT."** a pasta contendo o Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no horário de expediente desta Prefeitura.

Lambari D'Oeste – MT, em 10 de MAIO de 2018.

EDIMAR APARECIDO DOS SANTOS

- Presidente da C.P.L –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RE AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018

A **Prefeitura Municipal de Marcelândia – MT, torna público para conhecimento dos interessados que devido o certame ter sido julgado FRACASSADO na última sessão realizada, conforme consta em ata, fica designada uma nova data para Reabertura do Processo Licitatório da Tomada de Preço nº 003/2018, a qual tem por objeto a contratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica em diversas ruas do município de Marcelândia/MT**. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global, a **REABERTURA** se dará as 08:00 horas (Horário de Mato Grosso), do dia **29/05/2018** na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT. *O* Edital Completo estará disponível aos interessados de 2ª a 6ª feira das 07h às 11h e das 13h às 17h, na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Rua Dos Três Poderes, nº 777, Centro, CEP. 78.535-000 - Marcelândia-MT ou pelo e-mail: licitacao@marcelandia.mt.gov.br**.**

Marcelândia/MT, em 10 de Maio de 2018.

GRAZIELA RUBIO PERIUS

Presidente da CPL

Publique-se

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2018 – SRP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 012/2018, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de Ar condicionado 24.000 BTUS para atender as necessidades da Secretaria de Educação do município de Marcelândia-MT.

Sagraram-se vencedoras as empresas:

EMPRESAS	ITENS	VLR. TOTAL
NV FRANCO COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI ME	01	116. 850,00

Marcelândia/MT, em 10 de Maio de 2018

GEISI GLAUCIA DA SILVEIRA TIRAPELLE

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 002/2018 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizou nos dias 02 e 03 de maio de 2018 no site www.bllcompras.org.br, o "PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRA COM PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 15.000 KG E COM POTÊNCIA LIQUIDA MÍNIMA DE 111. 8 KW CONFORME CONVÊNIO Nª 863801/2017 CELEBRADO ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (SUDECO) E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT", aonde sagrou-se vencedora a Empresa ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.731.748/0001-70 com valor total de R$ 725.000,00. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 10 de maio de 2018. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIAS

PORTARIA Nº 218 DE 08 DE MAIO DE 2018

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora, VALERIA MIRANDA DE AQUINO, Professora, matrícula nº 3012, CPF nº 420.550.911-15 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 010/2018** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e o produtor rural ARNALDO OLIVEIRA DA SILVA CPF nº 593.936.961-87, que tem como o fornecimento de produtos agrícolas da agricultura familiar destinado à

consumo nas unidades escolares e próprios municipais de acordo com a Chamada Pública nº 01/2018 - REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 08 de maio de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 219 DE 08 DE MAIO DE 2018

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora, VALERIA MIRANDA DE AQUINO, Professora, matrícula nº 3012, CPF nº 420.550.911-15 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 011/2018** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e a Associação Centro de Tecnologia Alternativa - CTA - CNPJ nº 24.756.796/0001-31, que tem como o fornecimento de produtos agrícolas da agricultura familiar destinado à consumo nas unidades escolares e próprios municipais de acordo com a Chamada Pública nº 01/2018 - REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 08 de maio de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 220 DE 08 DE MAIO DE 2018

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora, VALERIA MIRANDA DE AQUINO, Professora, matrícula nº 3012, CPF nº 420.550.911-15 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 012/2018** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e a Associação Regional de Produtores Agro ecológicos - ARPA- CNPJ nº 02.283.184/0001-70, que tem como o fornecimento de produtos agrícolas da agricultura familiar destinado à consumo nas unidades escolares e próprios municipais de acordo com a Chamada Pública nº 01/2018 - REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 08 de maio de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 221 DE 08 DE MAIO DE 2018

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora, VALERIA MIRANDA DE AQUINO, Professora, matrícula nº 3012, CPF nº 420.550.911-15 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 013/2018** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e o Produtor Rural Antonio Aparecido de Moura, CPF nº 326.156.391-53, que tem como o fornecimento de produtos agrícolas da agricultura familiar destinado à consumo nas unidades escolares e próprios municipais de acordo com a Chamada Pública nº 01/2018 - REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 08 de maio de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 222 DE 08 DE MAIO DE 2018

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora, VALERIA MIRANDA DE AQUINO, Professora, matrícula nº 3012, CPF nº 420.550.911-15 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 014/2018** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e o Produtor Rural Etelvon Moreira Nunes, CPF nº 202.646.901-68, que tem como o fornecimento de produtos agrícolas da agricultura familiar destinado à consumo nas unidades escolares e próprios municipais de acordo com a Chamada Pública nº 01/2018 - REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 08 de maio de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 223 DE 08 DE MAIO DE 2018

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora, VALERIA MIRANDA DE AQUINO, Professora, matrícula nº 3012, CPF nº 420.550.911-15 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 015/2018** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e o Produtor Rural Jurandir Alves de Souza, CPF nº 931.432.301-34, que tem como o fornecimento de produtos agrícolas da agricultura familiar destinado à consumo nas unidades escolares e próprios municipais de acordo com a Chamada Pública nº 01/2018 - REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 08 de maio de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 224 DE 08 DE MAIO DE 2018

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora, VALERIA MIRANDA DE AQUINO, Professora, matrícula nº 3012, CPF nº 420.550.911-15 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 016/2018** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e o Produtor Rural Milton Campos de Souza, CPF nº 875.380.831-20, que tem como o fornecimento de produtos agrícolas da agricultura familiar destinado à consumo nas unidades escolares e próprios municipais de acordo com a Chamada Pública nº 01/2018 - REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 08 de maio de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 225 DE 08 DE MAIO DE 2018

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora, VALERIA MIRANDA DE AQUINO, Professora, matrícula nº 3012, CPF nº 420.550.911-15 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 017/2018** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e o Produtor Moacir Pereira da Silva, CPF nº 830.709.311-20, que tem como o fornecimento de produtos agrícolas da agricultura familiar destinado à consumo nas unidades escolares e próprios municipais de acordo com a Chamada Pública nº 01/2018 - REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº

50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 08 de maio de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 226 DE 08 DE MAIO DE 2018

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora, VALERIA MIRANDA DE AQUINO, Professora, matrícula nº 3012, CPF nº 420.550.911-15 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 018/2018** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e o Produtor Samoel Vicente da Silva, CPF nº 830.398.481-00, que tem como o fornecimento de produtos agrícolas da agricultura familiar destinado à consumo nas unidades escolares e próprios municipais de acordo com a Chamada Pública nº 01/2018 - REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 08 de maio de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 227 DE 08 DE MAIO DE 2018

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora, VALERIA MIRANDA DE AQUINO, Professora, matrícula nº 3012, CPF nº 420.550.911-15 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 019/2018** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e a Produtora Sidneia da Silva Santos, CPF nº 004.304.091-84, que tem como o fornecimento de produtos agrícolas da agricultura familiar destinado à consumo nas unidades escolares e próprios municipais de acordo com a Chamada Pública nº 01/2018 - REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 08 de maio de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 228 DE 08 DE MAIO DE 2018

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora, VALERIA MIRANDA DE AQUINO, Professora, matrícula nº 3012, CPF nº 420.550.911-15 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 020/2018** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e a Produtora Vilma Monteiro de Barros, CPF nº 943.949.891-91, que tem como o fornecimento de produtos agrícolas da agricultura familiar destinado à consumo nas unidades escolares e próprios municipais de acordo com a Chamada Pública nº 01/2018 - REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 08 de maio de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 229 DE 08 DE MAIO DE 2018

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora, CYNTIA CIBELI CAPELETTI LEÃO, Agente Administrativo, matrícula nº 5267, CPF nº 693.183.521-15 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 021/2018** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e a empresa JC EXCELENCIA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA - ME, CNPJ 17.232.815/0001-07, que tem como objeto o fornecimento de assessoria e consultoria em sistemas de saúde, de acordo com edital de Pregão Presencial 11/2018.

Art. 2º - Fica designado para substituto, nos impedimentos, a servidora LUCY SILVA DE OLIVEIRA, Agente Administrativo, Matricula nº 4084, e CPF nº 593.960.831-00.

Art. 3º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 08 de maio de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 230 DE 08 DE MAIO DE 2018

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora, VALERIA MIRANDA DE AQUINO, Professora, matrícula nº 3012, CPF nº 420.550.911-15 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 009/2018** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e a produtora rural ADRIANE FERREIRA DA SILVA SOARES CPF nº 008.051.891-57, que tem como o fornecimento de produtos agrícolas da agricultura familiar destinado à consumo nas unidades escolares e próprios municipais de acordo com a Chamada Pública nº 01/2018 - REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 08 de maio de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 235 DE 10 DE MAIO DE 2018

EXONERA DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal e, Lei Complementar nº 127 de 04 de fevereiro de 2013,

R E S O L V E

Artigo 1º - Exonerar à partir do dia 10/05/2018, o Sr. **MARCIO LUIZ PEREIRA**, do cargo de **Diretor Presidente da Diretoria Executiva da Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve**, nomeado para o cargo através da Portaria nº 012/2018.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 10 de maio de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 236 DE 10 DE MAIO DE 2018

NOMEIA DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 127 de 04 de fevereiro de 2013 e Estatuto da Fundação aprovado em 25 de fevereiro de 2013,

R E S O L V E

Artigo 1º - Nomear o Sr. **HECTOR ALVARES BEZERRA**, portador do RG sob o nº 2178138-9 SSP/MT e do CPF nº 036.127.931-01, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Hélio Teixeira da Silva nº 281, Jd. Oliveiras III, Residencial Bezerra, Apto nº 09, para exercer o cargo de **Diretor Presidente da Diretoria Executiva da Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve**, nos termos do § 1º do Art. 12 da Lei Complementar nº 127/2013 que criou a Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, combinado com § 1º do Art. 24 do Estatuto da Fundação Municipal.

Artigo 2º- Compete ao Diretor Presidente da Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, dentre outras atribuições que o Conselho Curador lhe conferir:

I - orientar, dirigir e supervisionar as atividades da Fundação;

II - cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e as normas em vigor na Fundação e as orientações oriundas do Conselho de Curadores, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;

III - convocar e dirigir as reuniões da Diretoria Executiva;

IV - designar o Diretor que o substituirá, em suas ausências e impedimentos eventuais;

V - assinar convênios, consórcios, contratos, ajustes ou quaisquer modalidades de acordos com entidades públicas e privadas ou com pessoas físicas, com o intuito de assegurar a plena realização dos objetivos da Fundação, observada a orientação estabelecida pelo Conselho de Curadores;

VI - manter contatos e desenvolver ações junto a entidades públicas e privadas para obtenção de recursos, doações, empréstimos e estabelecimento de acordos e convênios que beneficiem a Fundação;

VII - admitir, promover, transferir e dispensar empregados da Fundação, bem como, designar os dirigentes de seus órgãos, de acordo com o Regimento Interno;

VIII - representar a Fundação em juízo ou fora dele, podendo delegar esta atribuição, em casos específicos, e constituir mandatários e procuradores;

IX - submeter, mensalmente, os balancetes ao Conselho Fiscal e, anualmente, a prestação de contas e os relatórios correspondentes ao exercício anterior;

X - decidir, ouvido o Conselho de Curadores, sobre a divulgação dos resultados de estudos realizados pela Fundação, bem como sobre comercialização ou transferência de conhecimentos e tecnologias para terceiros.

XI - assinar sempre em conjunto, documentos referentes ao giro de negócios, tais como cheques, endossos, ordens de pagamento, títulos de crédito e outros atos onerosos.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 10 de maio de 2018.

Euclides da Silva Paixão

Prefeito

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
ERRATA

Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT.

Errata de retificação do EXTRATO DE CONTRATO PUBLICADO NO DIA 29/03/2018 NO JORNAL OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EDIÇÃO Nº 2927/2018.

No Contrato nº 153/2018:

ONDE SE "LÊ" Periodo de: 19/02/2018 a 21/12/2018. Valor Global R$16.789,53.

"LÊIA-SE" Periodo de: 19/02/2018 a 31/01/2019. Valor Global R$18.950,56

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA 238

PORTARIA Nº 238 DE 10 DE MAIO DE 2018

ALTERA COMPOSIÇÃO DA PORTARIA 498/2017 QUE NOMEIA COMISSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato grosso, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o art 9º da Lei Estadual nº 8.469 de 07 de abril de 2006, combinado com o art. 10, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa nº 004/GS/SEDUC/MT;

R E S O L V E

Art. 1º - Fica alterada a composição da **COMISSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR** do Município de Mirassol D´Oeste-MT, nomeada pela Portaria 498/2017, que passa a contar da seguinte composição:

I – REPRESENTANTE DE ALUNOS

GABRIEL TOLLÓ TEIXEIRA DA SILVA

RG: 2758760-6 CPF: 062.241841-60

Endereço: Rua Maria dos Anjos Braga, 970, Centro - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 3241-1670 E-mail: mdo.ee.padre.tiago@seduc.mt.gov.br

II - REPRESENTANTE DOS PAIS

ANICLÉIA SANTOS SOUZA

RG: 1556441-0 CPF: 015.993.181-99

Endereço: Rua Leonidas A. de Matos, 554 - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 999246460 E-mail: anicleia18@gmail.com

III – REPRESENTANTE DOS PROFESSORES MUNICIPAIS

ROSANA DE CÁSSIA BOTELHO DE CARVALHO

RG: 0602998-1 CPF: 429.471.541-34

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 285,Alto da Boa Vista - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 9 9905-9465 E-mail: rosanabotelho98@hotmail.com

IV – REPRESENTANTE DOS PROFESSORES ESTADUAIS

CHARLES ESTEVES MAGOSSO

RG: 1081721-2 CPF: 703.407.731-20

Endereço: Rua Nilma Pereira Leite, 1420, Centro - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 99958-8004 E-mail: cmagosso1@hotmail.com

V – REPRESENTANTE DA ASSESSORIA PEDAGÓGICA

VANDILMA MARIA TEÓFILO

RG: 2732713 CPF: 494.192.261-15

Endereço: Rua Acrizio Oliveira Leite, 81, Jardim das Flores II - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 3241-1777 E-mail: mdo.ass.pedagogica@seduc.mt.gov.br

VI – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 1982516-1 CPF: 024.713.901-70

Endereço: Rua D. Pedro, 975, Jardim Santa Rosa - São José dos Quatro Marcos

Telefone: (65) 99941-3228 E-mail: rodrigoterradasmt@hotmail.com

NELSON JOSÉ DOS SANTOS

RG: 0513436-6 CPF: 388.258.801-20

Endereço: Rua Arvelino, 1955, Bairro Shangrilá

Telefone: (65) 99989-7949 E-mail: nelsonjose12@hotmail.com

VII – REPRESENTANTE DO FUNDEB

VILMA PEREIRA GONÇALVES

RG: 0875440-3 CPF: 580.677.361-20

Endereço: Rua Jurandir de Souza Freire, 75, Jardim das Oliveiras-Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 99964-8816 E-mail: vilma.goncalves2@outlook.com

Art. 2º - Ficam inalteradas as demais disposições constantes da Portaria 498/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, Sede Provisória do Paço Municipal, em 10 de maio de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA 237/18

PORTARIA Nº 237 DE 10 DE MAIO DE 2018

ALTERA A PORTARIA 327 DE 17/07/2017, QUE NOMEIA MEMBROS TITULARES E SUPLENTES PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E

DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Euclides da Silva Paixão, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, em conformidade com as disposições contidas na Lei Complementar nº 058 de 02 de abril de 2007 e, considerando término do mandato dos conselheiros e indicação dos novos membros, resolve baixar a seguinte,

P O R T A R I A

Art. 1º- Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais do Magistério-FUNDEB, criado pela Lei Complementar 058 de 02 de abril de 2007, nomeados pela portaria 327 de 17 de julho de 2017 que passa a constar dos seguintes membros:

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

TITULAR:

VILMA PEREIRA GONÇALVES

RG: 0875440-3 SSP/MT

CPF: 580.677.361-20

Endereço: Rua Jurandir de Souza Freire, 75, Bairro: Jardim das Oliveiras, Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 9 9964-8816

E-mail: vilma.goncalves2@outlook.com

SUPLENTE:

VANEILA GRACIÉLI DE SOUZA SIMÃO

RG: 1761435-0 SSP/MT

CPF: 025.261.421-64

Endereço: Rua Pastor João Ferreira Barbosa nº 1917, Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 99969-6377

E-mail: vaneila-@hotmail.com

TITULAR:

CARLOS EDUARDO TOLON

RG: 1036529-0 SJ/MT

CPF: 705.522.071-87

Endereço: Rua Sebastião José Dias, 532 - Bairro: Jardim das Flores, Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 9 9945-0156

E-mail: carlos.tolon@gmail.com

SUPLENTE:

BRUNO VILAS BOAS PANARO LEITE

RG: 1744402-0 SSP/MT

CPF: 016.697.461-78

Endereço: Rua Paulo Deosdete Cunha, 4606, Bairro: Residencial Interlagos - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 9-9995-4891

E-mail: brunopanaro@gmail.com

II - REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

TITULAR:

MARIA ROSA CATARUCCI FRANCISCO

RG: 14761068 SSP/MT

CPF: 994.639.031-00

Endereço: Rua João XXIII, 168 - Bairro: Jardim Aparecida - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 9-9984-8631

E-mail: precomecinho@hotmail.com

SUPLENTE:

NILZA MARIA DA SILVA

RG: 1573267-37 SSP/MT

CPF: 383.538.571-20

Endereço: Rua São Judas Tadeu, 1292 - Bairro: Jardim São Paulo, Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 3241-5881

E-mail: precomecinho@hotmail.com

III - REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS:

TITULAR:

MIRIAN DA SILVA FARIA

RG: 1098870-0 SSP/MT

CPF: 703.628.581-87

Endereço: Rua Paulina Moreira Matos, 318 - Bairro: Parque Morumbi Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 9 9918-6598

E-mail: myrian_faria@hotmail.com

SUPLENTE:

LUCIO MOREIRA NUNES

RG: 24.467.844-3

CPF: 383.527.101-68

Endereço: Rua Almirante Tamandaré, nº 667 - Bairro: Cidade Tamandaré - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 99989-3870

E-mail: luciosonhoazulmn@hotmail.com

IV - REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DAS ESCOLAS PÚBLICAS:

TITULAR:

CRISTIANA ANTUNES DE BARROS

RG: 19238592

CPF: 050.443.461-60

Endereço: Rua 28 de outubro, 1115, Bairro: Jardim São Paulo, Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 9 9930-6306

E-mail: cris_yalison2010@hotmail.com

SUPLENTE:

LUCIANA PEREIRA DA SILVA SANTOS

RG: 126371-5

CPF: 906.615.321-00

Endereço: Rua Mariano Rodrigues Paiva, 4117, Bairro: Joaquim Bento, Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 9 9633-9844

E-mail: lucianaps@hotmail.com

V- REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

TITULAR:

ELAINE PEREIRA VAZ

RG: 14048-72 SSP/MT

CPF: 715.708.961-00

Endereço: Rua Amária José Pereira - Parque Morumbi II - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 99601-9051

E-mail: elainevaz_10@hotmail.com

SUPLENTE:

ANICLÉIA SANTOS SOUZA

RG: 1556441-0 SSP/MT

CPF: 015.993.181-99

Endereço: Leonidas A de Matos nº 554 - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 99924-6460

E-mail: anicleia18@gmail.com

TITULAR:

LUCIMAR JOSÉ DIAS

RG: 1485498-8 SSP/MT

CPF: 003.239.991-07

Endereço: Rua Professor Odelio Barbosa, 1528, Bairro: Jd. Planalto - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 9 9606-9851

E-mail: lucimarjdias@hotmail.com

SUPLENTE:

CLEIA FERREIRA NERIS ALVES

RG:07294841 SSP/MT

CPF: 481.822.221-68

Endereço: Rua 28 de Outubro, 3780, Bairro: Centro - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 3241-2317

E-mail: cleiaferreiraneris@hotmail.com

VI - REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

TITULAR:

JOÃO VITOR DIAS DAS NEVES

RG: 2999485-0 SSP/MT

CPF: 061.993.191-41

Endereço: Avenida Acrisio Leite, Bairro Jardim das Flores, Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 9 9928-1081

E-mail: joaovitorbag@hotmail.com

Data de Nascimento: 22/02/1999

SUPLENTE:

GUSTAVO APARECIDO SANTOS CIRQUEIRA

RG: 2669634-7 SJSP/MT

CPF: 058.410.531-24

Endereço: Rua 15 de novembro, 1366, Bairro: Jardim São Paulo, Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 9 9802-3554

E-mail: gustavo_cirqueira@gmail.com

Data de Nascimento: 10/07/1999

TITULAR:

LETÍCIA ESTEFFANI MONTEIRO DA SILVA

RG: 3041841-0 SSP/MT

CPF: 037.681.501-94

Endereço: Rua Eurico Gaspar Dutra, 111, Bairro: Alto da Boa Vista, Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 3241-1670

E-mail: amado_sintep@hotmail.com

Data de Nascimento: 31/10/1998

SUPLENTE:

LARISSA BASILIO

RG: 2574113-6 SJSP/MT

CPF: 042.236.511-45

Endereço: Rua 28 de Outubro, Bairro: Centro, Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 9 9967-2846

E-mail: lari123basilio@hotmail.com

Data de Nascimento: 11/06/1999

VII - REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

TITULAR:

EDINEI DOS REIS DA COSTA

RG: 132366 44 SSP/MT

CPF: 705.337.681-87

Endereço: Rua Paraíba, 3602, Bairro: Cidade Tamandaré - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 9 9614-6757

E-mail: edineireiscosta@gmail.com

SUPLENTE:

ERLI PORTO DE OLIVEIRA

RG: 358.393. SSP/MT

CPF: 459.155.391-49

Endereço: Rua 28 de outubro, 2868, Bairro: Centro - Mirassol d'Oeste-MT

Telefone: (65) 9 9935-4520

E-mail: erliporto@hotmail.com

Art. 2º - Ficam inalterados os demais dispositivos constantes da Portaria 327/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, sede provisória do Paço Municipal “Miguel Botelho de Carvalho”, em 10 de maio de 2018.

Euclides da Silva Paixão

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DISTRATO Nº 001/2018 REFERENTE AO CONTRATO DE COMPRAS E SERVIÇOS Nº 034/2017

RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL REFERENTE AO CONTRATO DE COMPRAS E SERVIÇOS Nº 034/2017

DISTRATO Nº 001/2018

DISTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA, ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 03.425.170/001-06, com sede à Avenida Prefeito João Macaúba, Nº 1140, Centro, Nortelândia-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Brasileiro, casado, Portador do RG 351773 SSP/MT sob CPF nº 503.511.841-04, residente neste município e a Secretária de Assistência Social abaixo assinada.

DISTRATADO: MARIA SOARES SILVA 09317564720

MOTIVAÇÃO – O motivo é o requerimento do contratado para a presente rescisão.

JUSTIFICATIVA – O presente distrato justifica-se em pedido do contratado.

OBJETO DO CONTRATO - O OBJETO DO CONTRATO É O QUIOSQUE Nº 03, CONSTRUÍDO EM ALVENARIA, LOCALIZADO: LOCALIZADO NA PRAIA NORTEFLY, ORLA DO RIO SANTANA, MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT, COM ÁREA TOTAL DE 90 M².

FUNDAMENTO LEGAL - Art. 79, inciso II.

Pelo presente instrumento particular, as partes acima qualificadas, doravante denominada DISTRATANTE e DISTRATADO, na melhor forma de direito, vem através do presente instrumento com fulcro no artigo 79, inciso II, da Lei Federal n° 8.666/93, rescindir de comum acordo a pedido da Distratado, a partir desta data, o Contrato n° 029/2017, firmado entre as partes, convencionando-se que fica expressamente distratado todo o termo do referido Contrato.

As partes do presente distrato dão plena, geral e irrevogável aceitação por todos os termos ora avançados.

Por estarem satisfeitos e distratados, assinam o presente instrumento de rescisão contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que surtam os efeitos legais, tornando sem todos os termos do contrato n° 0034/2017, a partir desta data.

Prefeitura Municipal de Nortelândia, 10 de maio de 2018.

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

Distratante

MARIA SOARES SILVA

09317564720

Distratado

Testemunhas:

_____

CPF n°

_____

CPF N°

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

DECRETO N. 041/2018

DECRETO N. 041/2018

“Reajusta a remuneração dos Professores da Rede Pública Municipal em 4,74%, de forma escalonada, acrescida do RGA concedido no exercício de 2018 e dá outras providências.”

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e com base no que dispõe a Lei 11.738/2008 em consonância com o disposto na alínea “e” do inciso III do caput do Art. 60 das ADCT e:

Considerando o compromisso desta Administração Pública Municipal em adotar o piso profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica

D E C R E T A

Art.1º - Fica reajustada a remuneração dos professores da Rede Pública Municipal de Ensino no percentual de 4,74% aplicado sobre a remuneração vigente acrescida da revisão geral anual – RGA concedida no exercício de 2018, a ser paga de forma escalonada conforme disposto neste decreto.

Art. 2º - O reajuste salarial para complementar o piso profissional nacional fixado no parágrafo 1º deste decreto será implementado em duas parcelas, a primeira de 2% que incidirá sobre a folha salarial de maio de 2018, e a segunda parcela de 2,74% que incidirá sobre a folha salarial de outubro de 2018.

Art. 3º - O reajuste disciplinado neste decreto visa adequar o salário dos professores da rede pública municipal de ensino aos patamares do piso nacional dos professores.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nossa Senhora do Livramento, 09 de maio de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 121/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 121/2017 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE BENS PARA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO E APOIAR AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, OBJETO DO CONVÊNIO Nº 832641/2016 FIRMADO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/MAPA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA A. PAZINATO MARINGÁ ME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4914/2017 PREGÃO ELETRONICO Nº037/2017 , AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

De conformidade com as motivações administrativas justificada e conforme no processo administrativo nº 1183/2018-1 referente ao contrato 121/2017 a Contratação de empresa especializada para Aquisição de bens para fomentar o desenvolvimento do Setor Agropecuário e apoiar as ações de assistência técnica e extensão rural no município de Nossa Senhora do Livramento – MT, objeto do Convênio nº 832641/2016 firmado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA e a lado empresa: **A. PAZINATO MARINGÁ ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.352.905/0001-81.

DO PRAZO

O presente termo aditivo terá seu prazo prorrogado por 03 (três) meses contados a partir da do termino de vigência do contrato original dia **30/04/2018**

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93 parecer jurídico nº 149/2018-1.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 120/2017**, em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.**

Nossa Senhora do Livramento – MT, 27 de Abril de 2018.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADA

Empresa: **A. PAZINATO MARINGÁ ME**,

CNPJ nº 04.352.905/0001-81

Município de Maringá/PR, CEP: 87.033-030

Representado pelo Senhor Atnonio Pazinato,

RG: nº 3.271.840-0 SSP/PR

CPF nº 440.681.749-20

DECRETO N. 040/2018

DECRETO N. 040/2018

"Concede Revisão Geral Anual a todos os servidores e agentes políticos do Poder Executivo Municipal e dá outras providências."

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, com base no que dispõe a Lei 794/2016 em consonância com o disposto no Art. 37, X, da Constituição Federal e:

Considerando que a recomposição salarial é devida a todos os servidores municipais;

Considerando que a recomposição salarial também é devida aos cargos comissionados, bem como aos agentes políticos conforme disposto no Art. 97-B da Lei Orgânica Municipal bem como entendimento expressado através das Resoluções Consulta n.01/2009 e 32/2009 do TCE – MT.

D E C R E T A

Art.1º - Concede recomposição salarial anual aos servidores públicos municipais, incluídos os cargos comissionados e agentes políticos do Poder Executivo Municipal, em 2,07% a ser considerada à partir de 01.05.2018.

Art. 2º - O percentual de recomposição concedido nos termos do Artigo 1º deste decreto será implementado em uma única parcela a incidir na folha de pagamento do mês de maio de 2018.

Art. 3º - A recomposição salarial a ser concedida será aplicada sobre o vencimento básico do servidor.

Art.4º -Para que futuramente não se alegue qualquer espécie de perda salarial referente aos exercícios anteriores concede o percentual de 1% incidente sobre o salário base de todos os servidores, incluídos os cargos comissionados e agentes políticos, a incidir sobre a folha de pagamento de dezembro de 2018.

Art. 5º A despesa decorrente da presente recomposição salarial correrá à conta das respectivas dotações destinadas ao suporte da folha de pagamento dos servidores municipais.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nossa Senhora do Livramento, 09 de maio de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO FINAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2018

Resultado Final do Pregão Eletrônico nº 003/2018

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, nomeada pela Portaria 001/2018, publicada no Jornal da AMM 02/01/2018, vem a público divulgar o Resultado Final do Pregão Eletrônico Nº **003/2018, processo administrativo 0240/2017**, cujo objeto é o "**REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual Contratação de empresa especializada em manutenção e limpeza de poços artesianos, manutenção e reparo de bombas, manutenção em quadros de comando com o fornecimento de peças, Apresentação de relatórios técnico e coordenadas geográficas; Teste de vazão, mínimo de 12 horas com apresentação de relatório fotográfico; em poços localizados na sede e na zona rural do município, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos,** teve como vencedoras as empresas: **GEOPOÇOS HIDROCONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 33.702.309/0001-82, com o valor total de **R$ 358. 905,00 (trezentos e cinqüenta e oito mil e novecentos e cinco reais)** e **LENIR PEREIRA DE ARRUDA ME -** inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11. 478.802/0001-28 com o valor total de **R$ 126.500,00 (cento e vinte seis mil e quinhentos reais)**

Nossa Senhora do Livramento/MT, 10 de maio de 2018.

Leonildes Fátima da Silva Benevides

Pregoeira

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal Nº. 8.666/93 e as suas alterações o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório **nº 0240/2018**, na modalidade de Pregão Eletrônico Nº **003/2018**, cujo objeto é o "**REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual Contratação de empresa especializada em manutenção e limpeza de poços artesianos, manutenção e reparo de bombas, manutenção em quadros de comando com o fornecimento de peças, Apresentação de relatórios técnico e coordenadas geográficas; Teste de vazão, mínimo de 12 horas com apresentação de relatório fotográfico; em poços localizados na sede e na zona rural do município, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos**, teve como vencedoras as empresas: **GEOPOÇOS HIDROCONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 33.702.309/0001-82, com o valor total de **R$ 358.905,00 (trezentos e cinqüenta e oito mil e novecentos e cinco reais)** e **LENIR PEREIRA DE ARRUDA ME -** inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.478.802/0001-28 com o valor total de **R$ 126.500,00 (cento e vinte seis mil e quinhentos reais).**

Nossa Senhora do Livramento/MT, 10 de maio de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 062 2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 062 2017 DE PRESTACAO DE SERVIÇO LIMPEZA DA PISCINA LOCALIZADA NA ACADEMIA DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E MARCELO GOMES DA CONCEIÇÃO CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 995/2017, DISPENSA DE LICITACAO Nº 072/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

De conformidade com as motivações administrativas da Secretaria Municipal de Saúde constantes no processo administrativo nº 1169/2018-1 ao contrato nº 062/2017 na prestação de serviços de limpeza da piscina é firmado através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 995/2017, DISPENSA DE LICITACAO Nº 072/2017 com senhor** pessoa física: MARCELO GOMES DA CONCEIÇÃO, pessoa física, portador do RG: 1648162-3 SSP/MT e CPF: 018.536.921-90 firmam o termo aditivo de prazo e valor de R$ 812,00 (Oitocentos e Doze Reais) Alterando o valor do contrato original.

DO PRAZO

O presente termo aditivo terá seu prazo prorrogado por 01 (um) mes contados a partir da do termino de vigência do contrato original dia **27/04/2018**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta das Dotações orçamentárias 2018

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Codigo Red	Valor (R$)
07	2305	33.90.36	114	070087	R$ 812,00
VALOR TOTAL R$ 812,00					

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93 parecer jurídico nº 143/2018-1.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 062 2017, em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 27 de Abril de 2018.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Senhor: MARCELO GOMES DA CONCEIÇÃO

RG: 1648162-3 SSP/MT

CPF: 018.536.921-90

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 119/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 119/2017 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE BENS PARA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO E APOIAR AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, OBJETO DO CONVÊNIO Nº 832641/2016 FIRMADO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/MAPA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA ME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4914/2017 PREGÃO ELETRONICO Nº037/2017 , AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

De conformidade com as motivações administrativas justificada e conforme no processo administrativo nº 1181/2018-1 referente ao contrato 119/2017 referente ao objeto Contratação de empresa especializada para Aquisição de bens para fomentar o desenvolvimento do Setor Agropecuário e apoiar as ações de assistência técnica e extensão rural no município de Nossa Senhora do Livramento – MT, objeto do Convênio nº 832641/2016 firmado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA com a empresa: **MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 19.071.896/0001-28 .

DO PRAZO

O presente termo aditivo terá seu prazo prorrogado por 03 (três) meses contados a partir da do termino de vigência do contrato original dia **30/04/2018**

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93 parecer juridico nº 149/2018-1.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 119/2017**, em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.**

Nossa Senhora do Livramento – MT, 27 de Abril de 2018.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: **MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA ME**

CNPJ nº 19.071.896/0001-28

Representado pelo Senhor Marcos Antônio Dias Machado

RG: nº 0959708-5SSP/MT e CPF nº 874.661.201-72

ERRATA TERMO DE DISTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 037/2017

TERMO DE DISTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 037/2017

DISTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017 PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA – CARTUCHOS E TONERS, NAS ESPECIFICA-

ÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA AÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA MEPROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 818/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 014/2017 SRP - 12 (DOZE) MESES

PELO PRESENTE TERMO DE DISTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA – CARTUCHOS E TONERS, NAS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA AÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS DE MOVEIS E INFORMÁTICA LTDA ME PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 818/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2017 SRP, QUE AS PARTES ADIANTE MENCIONADAS, QUALIFICADAS E FIRMATÁRIAS CELEBRAM ENTRE SI, MEDIANTE O PRESENTE INSTRUMENTO, DISTRATANDO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017.

I – PARTES DISTRATANTES.

A) **O MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO**, Estado de Mato Grosso, Pessoa jurídica de direito público interno, com sede á Avenida Coronel Botelho. N° 458, com CNPJ n°. 03.507.514/0001-26, representado pelo seu Prefeito Municipal, excelentíssimo Senhor, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº, 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, em pleno exercício de seu mandato e funções e do outro lado

B) Empresa: **AÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA ME** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.793.330/0001-11, com sede a Avenida Alzira Santana, 667, Bairro Centro Sul município Várzea Grande/MT CEP: 78.135-626, neste ato Representada pela Senhora Luziana Pinheiro Dias Aragão Proprietária portador da cédula de identidade nº 1194234-7 SSP/MT inscrito no CPF nº 854.547.021-53, residente e domiciliado na Rua 6 Lote 18 QD 24 Bairro Chapeu do Sol, município de Várzea Grande CEP: 78.156-400.

I.a FUNDAMENTO: Este distrato decorre de comum acordo entre as partes, do artigo 79, inciso II, § 1° da Lei n°. 8.666/93, e parecer jurídico nº 118/2018, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA – CARTUCHOS E TONERS, NAS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA AÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA ME PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 818/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 014/2017 SRP , que as partes adiante mencionadas, qualificadas e firmatárias celebram entre si, mediante o presente instrumento, distratando a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017.**

II – CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

II.1 – Fica rescindido, a partir de 19 de Abril de 2018, Ata de Registro de Preço nº 037/2017 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA – CARTUCHOS E TONERS, NAS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA AÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA ME PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 818/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 014/2017 SRP com a empresa **AÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA ME** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.793.330/0001-11

II.2 – Com a assinatura deste Termo de Distrato, as partes dão-se por mutuamente desobrigadas, satisfeitas e quitadas, declarando sem qualquer efeito Ata de Registro de Preço nº 037/2017.

III – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

III.1 – Este Distrato entrará em vigor após devidamente certificado pela controladoria interna do Município.

E por assim estarem, justas e acordadas, assinam o presente distrato em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo nominadas e qualificadas que também conhecem o seu teor e assinam-no.

Nossa Senhora do Livramento, 19 de Abril de 2018

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR:

Empresa: **AÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA ME**

CNPJ sob o nº **16.793.330/0001-11**

Representada pela Senhora Luziana Pinheiro Dias Aragão

RG: nº 1194234-7 SSP/MT

CPF nº 854.547.021-53,

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 120/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 120/2017 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE BENS PARA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO E APOIAR AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, OBJETO DO CONVÊNIO Nº 832641/2016 FIRMADO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/MAPA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A PREVIEW INDUSTRIA DE EQUIPAMENTO ELETRONICOS EIRELI ME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4914/2017 PREGÃO ELETRONICO Nº037/2017 , AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

De conformidade com as motivações administrativas justificada e conforme no processo administrativo nº 1181/2018-1 referente ao contrato 120/2017 referente ao Contrato é apara Contratação de empresa especializada para Aquisição de bens para fomentar o desenvolvimento do Setor Agropecuário e apoiar as ações de assistência técnica e extensão rural no município de Nossa Senhora do Livramento – MT, objeto do Convênio nº 832641/2016 firmado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, com a empresa: **PREVIEW INDUSTRIA DE EQUIPAMENTO ELETRONICOS EIRELI ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.544.606/0001-13.**

DO PRAZO

O presente termo aditivo terá seu prazo prorrogado por 03 (três) meses contados a partir da do termino de vigência do contrato original dia **30/04/2018**

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93 parecer jurídico nº 149/2018-1.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 120/2017**, em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.**

Nossa Senhora do Livramento – MT, 27 de Abril de 2018.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADA

Empresa: PREVIEW INDUSTRIA DE EQUIPAMENTO ELETRONICOS EIRELI ME

CNPJ nº 02.544.606/0001-13

Representada pela Senhora Edilaine Danielle Duarte,

RG: nº 9.154.596-9 SESP/PR e CPF nº 047.960.039-24

TERMO DE RESCISÃO BILATERAL PARCIAL ATA DE REGISTRO DE PREÇO 055 2017

TERMO DE RESCISÃO BILATERAL PARCIAL ATA DE REGISTRO DE PREÇO 055 2017

Por este instrumento administrativo de rescisão/revisão contratual bilateral, de um lado o **Município de Nossa Senhora do Livramento**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, doravante denominado de CONTRATANTE/DISTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **Silmar de Souza Gonçalves**, brasileiro, casado, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº, 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural Município de Nossa Senhora do Livramento, e do outro a **Pessoa Física –** Valdevino Teodoro de Morais, portador da cédula de identidade nº 636.950 SSP/MT, inscrito no CPF nº 473.923.201-49, residente e domiciliado na Rua Antônio Lisboa de Medeiros Bairro Morro Boa Vista, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000 doravante denominada **CONTRATADA/DISTRATADA**, com fulcro no art. 79, II, ambos da Lei 8.666/1993, e de comum acordo resolvem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – **Rescindir/Revisar parcialmente,** com fulcro no art. 79, II, da Lei 8.666/1993, **Ata de Registro de Preço 055/2017** que teve por objeto Ata o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual** Contratação de pessoa física para prestação de serviço de transporte de Pacientes que encontra-se em **Tratamento Fora do Domicilio (TFD)**. Observadas as condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial nº 039/2017, observando os dispositivos legais, notadamente os princípios da lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

PARÁGRAFO 1º. A rescisão parcial **Ata de Registro de Preço 055/2017** - Ata o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual** Contratação de pessoa física para prestação de serviço de transporte de Pacientes que encontra-se em **Tratamento Fora do Domicilio (TFD) abaixo descrito**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	VALOR/ DIÁRIA R$	QTD DIÁRIA/ MÊS	VALORES/ MÊS R$	QTD DIÁRIA/ ANO
01	Serviço de Transporte de pacientes, compreendendo o percurso entre a Comunidade Quilombola do Mata Cavalo no Município de Nossa Senhora do Livramento e a Unidade de Saúde III, sito Rua Carlos Antunes de Almeida, s/n. Carro de passeio que possa atender no mínimo quatro passageiros que esteja em condições de transportá-los em segurança.	DIÁRIA	R$ 91,00	16,66	R$ 1.516,06	121

PARAGRAFO 2º – Pelo presente instrumento de **DISTRATO/REVISÃO CONTRATUAL**, por razões de interesse público e de alta relevância e amplo conhecimento, esposadas no processo Administrativo n. 000957/2018-1 e parecer jurídico nº123/2018-1 fica a sua eficácia convalidada a contar da data de sua publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA SEGUNDA – Referendado pelo que dispõe a cláusula primeira, revogam-se as disposições em contrário, considerando extintas as obrigações assumidas e convencionadas na Ata de Registro de Preço originário, especificamente em relação às rotas descritas no Parágrafo 1º do Artigo 1º, dando as partes total quitação de suas obrigações.

PARAGRAFO ÚNICO – Nesta rescisão/revisão contratual bilateral as partes dão quitação mutua, na parte rescindida da Ata de Registro de Preço 055/2017, ressalvando o pagamento final dos transportes realizados até a assunção do serviço por outra empresa.

Subscreve o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, em presença das testemunhas abaixo.

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO 10 de Maio 2018.

Sr. Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

Pessoa Física – Valdevino Teodoro de Morais

RG: nº 636.950 SSP/MT

CPF nº 473.923.201-49

2º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 077/2017 ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORCAMENTARIA.

2º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 077/2017 ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORCAMENTARIA.

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N

Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93, determina o apostilamento no contrato nº 077/2017 Contratação da empresa Travessia Desenvolvimento Organizacional Ltda., para prestação em serviço de Consultoria, Assessoria, Capacitação, Planejamento e Gestão Governamental, com experiência comprovada na área pública como propósito de nortear o crescimento e avanços da gestão e bem como qualificar tecnicamente os recursos humanos da administração municipal.

1.1 O presente instrumento elaborado pela Secretaria Municipal de Administração pelo Termo de Referência nº 071/2017, constante às fls. 001 a 101 -Secretaria Mun. de Administração/MT, do Processo Administrativo nº **952/2017, Inexigibilidade Nº 005/2017** e outro lado a **empresa: TRAVESSIA DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.451.104/0001-00, situada na Rua Tenente Eulálio Guerra nº 846, bairro Araés, nesta capital, representada neste ato pela Senhora Elizabete de Queiroz, portadora do RG: 100281 SSP/MT inscrito no CPF/MF sob nº 181.210.801-00, residente na Avenida Senador Filinto Muller, 1591, APTO 903, Bairro: Quilombo, município de Cuiabá-MT, CEP: 78.043-409 doravante designada **CONTRATADA**

1.2 **CLAUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO CLÁUSULA SETIMA - Dos Recursos Orçamentários FUNDAMENTO:** Com base n**o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1084/2018-1**e o parecer jurídico municipal nº 144/2018 e no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº 002/2018, cujo objetivo é **a Alteração** do Disposto n**a Clausula SETIMA Dos Recursos Orçamentários**, prevista no instrumento contratual inicial, nova dotação orçamentária, conforme o orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Mun. Saúde, Sec. Planejamento e Sec. Municipal Finanças despesa que será suportada pela seguinte dotação abaixo descrito:

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria	Reduzido Dotação	Projeto Atividade	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Secretaria Municipal de Educação	050027	2045	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	100	**59.520,00**

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria	Reduzido Dotação	Projeto Atividade	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Secretaria Municipal de Saúde	070014	2361	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	100	**37.200,00**

Secretaria Municipal de Planejamento

Secretaria	Reduzido Dotação	Projeto Atividade	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Secretaria Municipal de Planejamento	0400026	2089	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	100	**30.000,00**

Secretaria Municipal de Finanças

Secretaria	Reduzido Dotação	Projeto Atividade	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Secretaria Municipal de Finanças	0400028	2004	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	100	**45.392,00**

2. CLAUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLAUSULAS

2.1 As demais clausulas constantes no contrato 077/2017, permanecem inalterados. O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato acima mencionado.

Nossa Senhora do Livramento, 20 de Abril de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 004/2018

PORTARIA N° 004/2018

Maria Auxiliadora da Silva Cunha, Secretária Municipal de Educação e Esporte do Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas, torna sem efeito a **Portaria nº. 003/2018** a partir de 02/05/2018, que designou a **Profª Waldesávia Barbosa Santos Guimarães,** para responder pela direção do CMEI Alice Viegas de Pinho-comunidade de Pirizal.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 09 de Maio de 2018.

Maria Auxiliadora da Silva Cunha

Secretaria Municipal Educação

PORTARIA Nº 005/2018, 09 DE MAIO DE 2018.

Portaria Nº 005/2018, 09 de maio de 2018.

Dispõe sobre reversão de benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição para Servidor Ativo em favor do Sr. ***Simão Jorge da Silva****".*

O Diretor Executivo da NOSSA-PREVI – Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº 5.028-8/2017, do Tribunal de Contas do Estado, com base no artigo 43, II, da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), c/c o artigo 29, XXIV, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), com esteio na decisão do mérito do Egrégio Tribunal de Contas Acórdão nº 54/2018,

Resolve:

Art. 1º Cessar o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição *em favor do Sr.* ***Simão Jorge da Silva***, portador do RG Nº 210368 SSP/MT e do CPF Nº 284.843.801-06, e ***Reintegrar*** no Serviço Efetivo no cargo de **Agente Municipal**, Classe "B", Nível "10" e Matricula N.º 94 lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, com **Remuneração Integrais**, conforme o processo da NOSSA-PREVI N.º 2016.03.0003, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 09 de maio de 2018.

_____

EMANUEL ARCANJO DA SILVA

DIRETOR EXECUTIVO

HOMOLOGO:

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 77/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 77/2017 DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE CONSULTORIA, ASSESSORIA, CAPACITAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO GOVERNAMENTAL, COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NA ÁREA PÚBLICA COMO PROPÓSITO DE NORTEAR O CRESCIMENTO E AVANÇOS DA GESTÃO E BEM COMO QUALIFICAR TECNICAMENTE OS RECURSOS HUMANOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL., ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA TRAVESSIA DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONALLTDA CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 952/2017, INEXIGIBILIDADE Nº 005/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

De conformidade com as motivações administrativas da Secretaria Municipal de Saúde, Educação, Planejamento e Finanças constantes no processo administrativo nº 1084/2018-1 ao contrato nº 077/2017 referente Contratação de Empresa Especializada em serviço de Consultoria, Assessoria, Capacitação, Planejamento e Gestão Governamental, com experiência comprovada na área pública como propósito de nortear o crescimento e avanços da gestão e bem como qualificar tecnicamente os recursos humanos da Administração Municipal com a Empresa: **TRAVESSIA DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL EIRELI** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.451.104/0001-00 firmam o presente termo aditivo.

DO PRAZO

O presente termo aditivo terá seu prazo prorrogado por 07 (sete) meses contados a partir da do termino de vigência do contrato original **15/05/2018**

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93 parecer jurídico nº 144/2018-1.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 077/2017, em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 20 de Abril de 2018.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: **TRAVESSIA DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL EIRELI**

CNPJ/MF sob o nº 03.451.104/0001-00

Senhora Elisabete de Queiroz

RG: 100.281 SSP/MT e CPF: 181.210.801-00

PORTARIA N° 005/2018

PORTARIA N° 005/2018

Maria Auxiliadora da Silva Cunha, Secretária Municipal de Educação e Esporte do Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas, torna sem efeito a **Portaria nº. 002/2018** a partir de 02/05/2018, que designou o **Profº Vanderley Santana de Campos,** para o cargo de diretor da EM Manoel Santana da Silva-comunidade de Coxos.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 09 de Maio de 2018.

Maria Auxiliadora da Silva Cunha

Secretaria Municipal Educação

PORTARIA Nº. 195/2018

PORTARIA Nº. 195/2018

Rose Mary Miranda de Carvalho, Coordenadora de Recursos Humanos-da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder 01 (um) período de licença premio a servidora Publica Municipal Gonçalina Benta do Espírito Santo, lotada na Sec. Municipal de Saúde no cargo de Serviços Gerais/Apoio, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, conforme processo 1229/2018-1, compreendido de 01/05/2018 a 29/07/2018. Alice Francisca Pereira Cardoso, 01(um) período de licença premio, lotada na Sec. Municipal Educação Esporte e Lazer no cargo de Professora, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, conforme processo 2416/2015, compreendido de 07/05/2018 a 04/08/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 09 de Maio de 2018.

Rose Mary Miranda de Carvalho

Coordenadora de Recursos Humanos

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018

O Município de Nossa Senhora do Livramento–MT, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, TORNA PÚBLICO para conhecimento de interessados que será realizada licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº **007/2018**, para Contratação de empresa para realização de serviço de Manutenção VOLANTE,PREVENTIVA EEMERGENCIAL, EXCLUSIVA dos veículos operacionais (ônibus, micro-ônibus, caminhões e máquinas pesadas) independente da marca e categoria, para atendimento da frota da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, cuja abertura ocorrerá às **09h00-min horas**, do **dia 24 de maio** de 2018, na sala de reunião da Prefeitura Municipal, Situado a Av.Coronel Botelho s/nº, Centro, Nossa Senhora do Livramento -MT, conforme Lei 10520/2002 e Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores. O Edital completo e seus anexos estão à disposição no http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/ e na sede da Prefeitura setor de licitação das 07h00min às 13h00min. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo telefone (65) 3351-1200 e/ou licitacao@livramento.mt.gov.br.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 10 de maio de 2018.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeiro (a) Oficial

Portaria nº. 001/2018

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 118/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 118/2017 DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO Nº 13/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA PARA AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT., QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA ME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50000/2017 ADESÃO "CARONA" ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2017 DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017 - DO MUNICIPIO BOM JESUS DO ARAGUAIA , AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

De conformidade com as motivações administrativas justificada e conforme no processo administrativo nº 1180/2018-1 referente ao contrato 118/2017 referente a Adesão à ata de Registro nº 13/2017 da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia para aquisição equipamentos e material permanente conforme exigências e especificações constantes no Termo de Referência nº145/2017, para atender a demanda da Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social do município de Nossa Senhora do Livramento-MT com a empresa: **MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 19.071.896/0001-28.

DO PRAZO

O presente termo aditivo terá seu prazo prorrogado por 03 (três) meses contados a partir da do termino de vigência do contrato original dia **30/04/2018**

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93 parecer juridico nº 148/2018-1.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 118/2017**, em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.**

Nossa Senhora do Livramento – MT, 27 de Abril de 2018.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: **MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA ME**

CNPJ nº 19.071.896/0001-28

Representado pelo Senhor Marcos Antônio Dias Machado

RG: nº 0959708-5SSP/MT e CPF nº 874.661.201-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADESÃO Nº 0008/2018 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2017 DA PREFEITURA DE CAMPO VERDE- MT

ÓRGÃO PARTICIPANTE: **Prefeitura Municipal de CAMPO VERDE – MT**, pessoa jurídica, de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n° 24.950.495/0001-88, Inscrição Estadual isenta, representada pelo prefeito municipal, Sr. FÁBIO SCHROETER.

ADERENTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES,** pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, na Cidade de Nova Bandeirantes, Comarca de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 33.683.822/0001-73, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**,brasileiro, casado, portadora da Carteira de Identidade RG nº 24137310/MT, e do CIC/CPF nº 236.135.139-00

CONTRATADA: **NEVES VEÍCULOS EIRELE-EPP**, inscrita no CNPJ sob nº **24.710.993/0001-53**, representante legal, **KELINTON CLARO BARBOSA**, CPF:038.284491-23

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE Veiculo VAN NOVO, ZERO**, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES, CONSTANTE, NO EDITAL E SEUS ANEXOS, em conformidade com o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 113/2017, da Prefeitura Municipal de CAMPO Verde MT, nos quais os itens adjudicados em favor da proponente, deverão ser executados conforme exige o Edital sem nenhum custo além daquele da proposta e de forma FRACIONADA de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Infra -Estrutura e Transportes.

Adesão autorizada pelo Ofício nº 215/2018/ da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, em resposta do Oficio n° 133/2018 A EMPRESA NEVES VEÍCULOS EIRELE-EPP AUTORIZA A ADESÃO

Nova Bandeirantes-MT, 10 de maio de 2018.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira

(Decreto 250/2017)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 196/2018, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Nomeia ocupante do cargo em comissão de Chefe de Manutenção da Frota Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 1º, da Lei Municipal nº. 712/2018 de 24 de Abril de 2018,

RESOLVE

Art.1° Nomear o senhor **CLADEMIR GASPARINI**, portador RG n° 649767/SSP/MT e CPF n° 460.814.021-34para exercer o cargo em provimento de comissão de **CHEFE DE MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL,** a partir de 26 de Abril de 2018.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 26 de abril de 2018.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 26 de Abril de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 090/2018

PORTARIA Nº 090/2018

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 020/2005 e 021/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes

Resolve:

Art. 1º - Conceder **Licença para tratar de interesses particulares** nos Termos do disposto no Artigo 137, Inciso VII, e no Artigo 150, ambos da Lei Complementar 021/2005, a Servidora **IDALICIO RINALDI, matrícula 763**, pelo prazo de até 03 (três) ano consecutivo a partir de 02/05/2018.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 02 dias do mês de Maio de 2018.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 093/2018

PORTARIA Nº 093/2018

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1.º - Revogar a partir de (02/05/2018) a Portaria 005/2018 de 01/02/2018 que **designou** o Servidor **JOSE CARLOS DA SILVA,** brasileiro, casado, portador do R.G. M-1563962 SSP/MG e CPF n.º 534.758.796-20**,** do cargo de provimento comissionado de ***SECRETÁRIO ADJUNTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS.***

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 005/2018 de 01/02/2018.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 02 dia do mês de maio de 2018.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 078/2018

PORTARIA Nº 078/2018

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Designar, a partir de 16/04/2018, IVAIR JOSE SALOMÃO COMAR,** brasileiro, solteiro, residente, portador da C.I. n. º 1814249-4 SESP/MT e CPF n.º 034.071.411-57, concursado no cargo de Agente Administrativo, conforme Portaria 065/2011 de 28/022011, neste município, para responder pelo cargo em comissão de **ASSESSOR DE GABINETE.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 16 dia do mês de Abril de 2018.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 092/2018

PORTARIA Nº 092/2018

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e Lei Complementar 051/2010 de 17/05/2010, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder a Elevação de Classe aos** servidores concursados abaixo relacionados com a respectiva classificação, de acordo com o Artigo 1.º, Inciso I, II e III, Parágrafos 1°, 2° e 3° da Lei Complementar 051/2010 de 17/05/2010:

Matrícula	Servidores	Elevação de Classe
402	*Nildo Luiz*	*D*
1003	*Fernando Wilian Tonhão*	*C*
362	*Antônio Marcos Nunes Teixeira*	*D*
400	*Cinthia Helena Pedro*	*D*
909	*Edemilson Xeres Miranda*	*C*
121	*Gislane Fernandes*	*D*
345	*Lucy Meire Valderramas*	*D*
355	*Maressa Siqueira Mariano*	*C*

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 02 dias do mês de maio de 2018.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 082/2018

PORTARIA Nº 082/2018

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 020/2005 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005 e 046/2009 de 01 de dezembro de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º -Nomear a partir de **(23/04/2018)** o senhor **CARLOS ALBERTO ROSA JUNIOR,** brasileiro, casado, portador do RG n. º 09.600.196-7 DGPC/RJ e CPF n.º 033.748.537-22, para responder pelo cargo em comissão de ***SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO – Padrão DAG – 1.***

Art. 2º - O cargo de *Secretário Municipal De Meio Ambiente E Turismo* passa a ser um cargo de natureza técnica cujo ocupante deverá estar legalmente habilitado a emitir análises e pareceres técnicos referente a: pre-

servação do meio ambiente, defesa civil, construção e prevenção de acidentes.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 20 dias do mês de Abril de 2018.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 091/2018

PORTARIA Nº 091/2018

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder a Elevação de Classe** ao servidor concursado abaixo relacionado com a respectiva classificação, de acordo com o Artigo 44, Inciso I, II e III, Parágrafos 1°, 2° e 3° da Lei Complementar 019/2005 de 15/12/2005:

Matrícula	Servidores	Elevação de Classe
733	Selma Ferreira Bina	*E*
12	Ana Claudia Nascimento Monteiro	*G*
2103	Valdimeire Rosana Lino Venâncio	*B*
2109	Marlene Alves Ferreira Marques	*B*
2131	Adriano Viana	*B*

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 02 dia do mês de maio de 2018.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 085/2018

PORTARIA Nº 085/2018

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005, 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder Férias** aos servidores abaixo relacionados com respectivos períodos de férias vencidas e gozo de férias**,** de acordo com os Artigo 118, Parágrafo Único da Lei Complementar 021/2005 de 15/12/2005 e Artigos 76 ao 79 da Lei Complementar 019/2005 de 15/12/2005:

Matrícula	Servidores	Período de Férias Vencidas	Período de gozo
1310	ADILSON BATISTA LEAO	04/05/2016 A 03/05/2017	02/05/18 A 31/05/18
1017	ANDREIA ANTONIO COSTA	06/08/2016 A 05/08/2017	02/05/18 A 31/05/18
2100	BIANCA DE LIMA ALQUINO LIRA	01/04/2017 a 31/03/2018	02/05/18 A 31/05/18
738	EDMILSON DA SILVA SOUZA	01/03/2017 A 28/02/2018	11/05/18 A 31/05/18
398	GILBERTO RINALDI	04/04/2017 A 03/04/2018	02/05/18 A 31/05/18
1013	HELDA RICHE RODRIGUES	01/08/2016 A 31/07/2017	02/05/18 A 31/05/18
1487	INOCENCIO JIMENES	01/04/2016 a 31/03/2017	02/05/18 A 31/05/18
64	JOÃO CIRO DE SOUZA	02/05/2016 A 01/05/2017	02/05/18 A 21/05/18
533	JOSE ALVES FERREIRA	01/07/2016 A 30/06/2017	02/05/18 A 31/05/18
1446	JOSE MARTINS DOS SANTOS	14/03/2018 A 13/03/2018	02/05/18 A 31/05/18
2274	JOZIMAR PEREIRA DA SILVA	15/09/2016 A 14/09/2017	02/05/18 A 31/05/18
2121	JUCELIA DE JESUS GOMES	01/04/2016 A 31/03/2017	02/05/18 A 31/05/18
1367	LOURDES VALERIO DA SILVA	01/03/2016 A 28/02/2017	02/05/18 A 31/05/18
736	LUIZ ROBERTO MAGIONI	01/03/2016 A 28/02/2017	02/05/18 A 31/05/18
2122	MARIA ADRIANA DE JESUS GOMES	01/04/2017 A 31/03/2018	02/05/18 A 31/05/18
1660	RAFAELA CRISTINA SALES DE OLIVEIRA	05/01/2017 A 04/01/2018	02/05/18 A 31/05/18
2275	SEBASTIAO BENTO DA SILVA	03/10/2016 A 02/10/2017	02/05/18 A 21/05/18
2127	SERGIO DA SILVA LIMA	01/04/2017 A 31/03/2018	02/05/18 A 31/05/18

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 24 dias do mês de Abril de 2018.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 088/2018

PORTARIA Nº 088/2018

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1.º - Revogar a partir de (02/05/2018) a Portaria 177/2017 de 03/07/2017 que **designou** o Senhor **GILMAR CABRAL DE OLIVEIRA,**do cargo de provimento comissionado de ***CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE SAUDE.***

Art. 2º -Designar a partir de (02/05/2018), o Senhor **Gilmar Cabral de Oliveira,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Bernardo, 188, Bairro Centro, município de Nova Lacerda-MT, portadora do RG n. º 1663825-5 SJSP/MT e CPF n.º 012.606.561-60, para responder pelo cargo em comissão de ***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAUDE.***

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 177/2017 de 03/07/2017.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 02 dia do mês de Maio de 2018.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 089/2018

PORTARIA Nº 089/2018

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005 e lei complementar 029/2007 de 21/09/2007, e demais legislações pertinentes

Resolve:

Art. 1º - **Nomear a partir de 02/05/2018**, o Senhor **CLAUDEMIR VIEIRA PENAJO,** brasileiro, solteiro, portador do RG 1481317-3 ssp/MT e CPF 005.809.461-00, para responder pelo cargo em comissão de ***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO***.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 02 dias do mês de maio de 2018.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2018 TERMO DE RATIFICAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, Sr. Carlos Adriano Dalfior Silva torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas no processo de contratação direta com a empresa: **ATAME – ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO, CURSOS E PÓS-GRADUAÇÃO LTDA EPP,** objeto **Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público da** CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA**-MT**, mediante o pagamento de valor total de R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), onde formulou-se expediente de dispensa de licitação 001/2018, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93 c/c Lei Municipal 703/2014, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza o início dos serviços. NOVA MARILÂNDIA - MT, 10 de MAIO de 2018.

CARLOS ADRIANO DALFIOR SILVA- CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA PORTARIA Nº. 173/2018

"Dispõe sobre Retorno de Férias da Servidora"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - RETORNAR DE FÉRIAS, a servidora:

MAT	NOME	CPF
1730	LUZIA MARTELO DE MIRANDA	016.181.021.76

Conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, a partir de 09 de Maio de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 10 de Maio de 2018.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

PROCESSO Nº. 1240/2018

OBJETO: *AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO DE PORTE MÉDIO PARA USO NO TRANSPORTE ESCOLAR Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, CONFORME SOLICITAÇÃO EM ANEXO.*

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 042/2017 de 17 de Janeiro de 2017, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 11/2018 sagrou-se vencedora do Certame Licitatório realizado no dia 09 de Maio de 2018, ás 08:00 horas á seguinte:

EMPRESA
Ø **ASSAF & ASSAF LTDA, CNPJ: 04.635.742/0001-44,** para um valor total de R$ 34.483,00 (trinta e quatro mil quatrocentos e oitenta e três reais), visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 10 de Maio de 2018.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro

Decreto 042/2017

Publique-se.

RECURSOS HUMANOS
EDITAL 025/2018 SÉTIMA CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018

EDITAL 025/2018

Sétima Convocação do Processo Seletivo Simplificado 001/2018

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Modalidade Análise Curricular, de 09 de Fevereiro de 2018 homologado no dia 09 de Fevereiro de 2018, CONVOCA pelo presente Edital os candidatos para preenchimento de vagas existentes, conforme relação abaixo:

CLASS.	NOME	LOTAÇÃO	CARGO
6º	Eliana Barbosa Panerari	CMEI Reino Encantado	Professor De Pedagogia – 20 Horas

Os candidatos convocados por este Edital terão prazo de 05 (cinco) dias úteis, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, no horário das 07:00 as 12:30, e apresentar original e 01 (uma) cópia dos seguintes documentos:

CARTEIRA DE IDENTIDADE;

CPF;

TÍTULO DE ELEITOR

COMPROVANTE DA ÚLTIMA ELEIÇÃO OU CERTIDÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL DE QUE ESTÁ QUITE COM A MESMA;

CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO;

COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE;

DIPLOMA DO CURSO – REGISTRADO NO ÓRGÃO COMPETENTE;

CARTEIRA PROFISSIONAL DE ACORDO COM O CARGO;

PIS/PASEP;

COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA;

CARTEIRA DE TRABALHO;

ATESTADO DE SAUDE OCUPACIONAL;

DECLARAÇÃO DE BENS (ANEXO I)

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO (ANEXO II)

01 FOTO 3X4;

NUMERO DA CONTA DO BANCO DO BRASIL.

CARTEIRA DE RESERVISTA (se MASCULINO);

CARTEIRA DE HABILITAÇÃO CONFORME EDITAL (PARA MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS CNH CATEGORIA C)

COPIA DE DOCUMENTOS DO CONJUGE;

CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE FILHOS MENORES DE 21 (VINTE E UM) ANOS;

A falta de quaisquer documentos, bem como a não apresentação em conformidade com o Edital, implicará na inabilitação do candidato.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde-MT, 10 de Maio de 2018

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado na (endereço), declaro para os devidos fins que até a presente data o meu patrimônio é constituído pelos bens arrolados a seguir:

1) Bem... Valor

2) Bem... Valor

3) Bem... Valor

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo)

(assinatura)

OBS: Em sendo o caso, substituir a última parte por "declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar".

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), declaro para os devidos fins que, na presente data, não exerço outro cargo público.

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo)

Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL 001/2018 EDITAL- PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA 2

O Prefeito do Município de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso.

FAZ SABER

A todos os munícipes de Nova Nazaré- MT que os beneficiários contemplados com unidades habitacionais do programa Minha casa Minha Vida 2, abaixo listados, estando em lugar incerto e não sabido, deverão se apresentar, na sede da prefeitura, a Av. Jorge Amado, S/N centro. Nova Nazaré-MT. No prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação deste. Para comprovar que ainda residem no município de Nova Nazaré-MT. Sob pena de, em não o fazendo, serem considerados DESISTENTES, podendo ser imediatamente excluídos e substituídos por outros candidatos selecionados e aprovados. Para conhecimento de todos e publicado o presente edital, cuja 2ª via fica afixada na sede da Prefeitura.

NOME DO BENEFICIARIO	CPF	RG
01-DIVINA SOUZA DA SILVA	052.813.971-17	1315062-SSP-MT
02-FABIO RIBEIRO DE SOUZA	301.378.368-05	28.677.771-XSSP-SP
03-LAURIENE ALVES NETO	026.629.341-74	5225848 SPTC/GO
04-MARIA GARCIAS FREITAS	190.914.941-154	2626226-SSP_GO

Nova Nazaré, 09 de maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2018/ PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira oficial torna publico a retificação do termo de referencia do edital do pregão presencial SRP, do tipo menor preço por item, com finalidade de selecionar CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, BEM COMO, AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA ATENDER DEMANDA DA FROTA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA/MT. **As alterações encontra-se em destaque no edital retificado de licitação disponível na integra no site da prefeitura municipal de Nova Olímpia/MT**. A abertura do certame foi prorrogada e será realizada no **dia 30 de maio de 2018 as 08h00min** As duvida sobre o certame serão dirimidas no setor de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Av. Mato Grosso N 175- Centro, no horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA

APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS –

REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2018

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, prefeito do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e na forma da legislação vigente e, conforme disposto do Art. 9º § 4º e 48 da Lei Complementar nº 101/2000 de que trata da Lei de Responsabilidade Fiscal, **CONVOCA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT**, para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para apresentação das metas fiscais relativas ao 1º Quadrimestre do ano de 2018 a ser realizada nas

dependências do Auditório da Câmara Municipal de Nova Olímpia, situada a Rua Amazonas, 512-W, centro, com início às 15:00 horas do dia 16 de Maio de 2018 com a seguinte ordem do dia:

I – Apresentação das Metas Fiscais referente ao 1º Quadrimestre/2018

Nova Olímpia – MT, em 10 de Maio de 2018.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2018

Dispõe sobre a apreciação dos nomes das pessoas indicadas para o título honorífico "cidadão nova-olimpiense 2018" e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT, ESTADO DE MATO GROSSO, VEREADOR EDUARDO OLIVEIRA DE ALMEIDA, no uso das atribuições que lhe são inerentes, com fulcro no Regimento Interno; faz saber que o Soberano Plenário da Câmara Municipal de Nova Olímpia aprovou e o ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Ficam aprovados os nomes das pessoas indicadas para homenagem com o título honorífico "cidadão nova-olimpiense", edição 2018.

Parágrafo único. Fazem parte integral deste documento o anexo I, (Relação de indicantes e indicados) e o Anexo II (Dados biográficos das agraciados).

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, aos nove dias do mês de maio de dois mil e dezoito.

EDUARDO OLIVEIRA DE ALMEIDA

Presidente

REGISTRADO NA SECRETARIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL E PUBLICADO POR AFIXAÇÃO EM LUGAR DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

VALDINO CARLOS RODRIGUES

Secretário Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVO AS DEMONSTRAÇÕES E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVO AS DEMONSTRAÇÕES E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO

1º QUADRIMESTRE DE 2018

A Exmaº. **Sra. TEREZINHA GUEDES CARRARA, PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA/MT**, no uso de suas atribuições legais, torna público, por meio dos murais da Prefeitura e meios de divulgação em massa e eletrônico, e convoca a população em geral para participarem da Audiência Pública da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena referente as **DEMONSTRAÇÕES E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2018, CONFORME ART. 9º § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL** a realizar-se no dia 28 de maio de 2018, a partir das 15h00min no Plenário da Câmara Municipal de Nova Santa Helena/MT.

Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, 09 de maio de 2018.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 113/2018

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear para compor o Conselho da Alimentação Escolar – CAE do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, os seguintes Membros;

Representante do Poder Executivo:

Titular: Elder Aparecido Vieira de Miranda

Suplente: Camila Carrara Zaneti Urgniani

Representante dos Trabalhadores da Educação:

Titular: Terezinha Gaio

Titular: Sebastião Candido

Suplente: Andre Luis Paulino

Suplente: Antonio Defacio Filho

Representante dos Pais de Alunos:

Titular: Francisca Fabiana Cardoso Bernardes

Titular: Geziane de Souza Lopes

Suplente: Alex Sandro Vieira de Miranda

Suplente: Jamil Pinheiro

Representante das Entidades Civis Organizadas:

Titular: Eunice Cabral Rubio de Campos

Titular: Marci Angela Cavalcante Moraes

Suplente: Marcos Antonio Carrilo

Suplente: Charliston Simoni

Artigo 2º - As nomeações que trata o artigo anterior não serão remuneradas.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 10 de Maio de 2018.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 10/05/2018 à 10/06/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 02 -PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2018

A Senhora **Bruna Ferreira da Silva**, **Presidente da Comissão Interna para realização do Certame,** nomeada pela Portaria nº 8.863 de 05 de janeiro de 2018, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a necessidade de adequação do presente instrumento editalício, **TORNA PUBLICA A RETIFICAÇÃO** do Edital de Abertura doProcesso Seletivo Simplificado Nº 03/2018, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital;

Onde se Lê:

3. DAS INSCRIÇÕES

(...)

3.1.1 O período de inscrição será de 20 de março a 10 de abril de 2018, das 13h00min às 17h00min (horário local), exceto sábados, domingos e feriados, em conformidade com o Art. 7º, do Decreto Federal nº 4.748, de 16 de junho de 2003.

3.2. Efetuar o pagamento da importância referente à inscrição por meio de boleto bancário (QUADRO II), no valor correspondente à opção de Cargo, de acordo com as instruções constantes no edital, até a data limite de pagamento, 11 de abril de 2018.

(...)

3.5. Serão canceladas as inscrições com pagamento efetuado por um valor menor do que o estabelecido e as solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após a data limite para pagamento (11/04/2018).

(...)

4.11. O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento do valor da inscrição deferido terá sua inscrição validada, não gerando boleto para pagamento de inscrição.

ANEXO V

CRONOGRAMA DOS TRABALHOS

Requerimento de isenção de taxas e de entrega do laudo médico original - PcD (quando houver)**: 01 de março a 07 de março de 2018.**

Publicação dos pedidos de requerimentos de isenção de pagamento de taxas deferidos e indeferidos: 12 de março de 2018.

Período de recurso dos pedidos de requerimentos de isenção de pagamento de taxas deferidos e indeferidos: 13 e 14 de março de 2018.

Resultado do recurso da isenção de taxas: 19 de março de 2018.

Período de Inscrição: 20 de março a 10 de abril de 2018.

Última data para o pagamento do boleto de inscrição: 11 de abril de 2018

Divulgação Preliminar da Relação de Inscritos: **03** de maio de 2018.

Prazo para Recurso das Inscrições: **04 e 07** de maio **de** 2018.

Homologação Final das Inscrições e Convocação para a realização das provas objetivas: 10 de maio de 2018.

Aplicação das Provas Objetivas: **13 de maio de 2018**.

Divulgação do Gabarito Preliminar: **14 de maio de 2018**.

Prazo para Recurso contra o Gabarito Preliminar: 15 e 16 de maio de 2018.

Divulgação do Gabarito Oficial: **21 de maio de 2018**.

Resultado Preliminar das Provas Objetivas: **28 de maio de 2018.**

Prazo para Recurso do Resultado Preliminar das Provas Objetivas: 29 e 30 de maio de 2018.

Resultado Final das Provas Objetivas e convocação para prova prática – Excel e Word: 04 de junho de 2018.

Aplicação da prova prática – Excel e Word: 10 de junho de 2018. (Local e horário a ser divulgado no site http://novaxavantina.mt.gov.br/).

Resultado Preliminar da prova prática – Excel e Word: 11 de junho de 2018.

Prazo para Recurso da prova prática – Excel e Word: 12 e 13 de junho de 2018.

Resultado Final da prova prática – Excel e Word e Convocação para realização do Teste de Aptidão Física e Entrega dos Títulos: 15 de junho de 2018.

Aplicação do Teste de Aptidão Física e Entrega dos Títulos: **24 de junho de 2018.** (Local e horário a ser divulgado no site http://novaxavantina.mt.gov.br/).

Resultado Preliminar Teste de Aptidão Física e Entrega dos Títulos: 28 de junho de 2018.

Prazo para Recurso contra Resultado Preliminar do Teste de Aptidão Física: 29 de junho e 02 de julho de 2018.

Resultado final do Teste de Aptidão Física: 04 de julho de 2018.

Homologação do certame: 05 de julho de 2018.

Leia-se:

3. DAS INSCRIÇÕES

(...)

3.1.1 **O período de inscrição será de 14 de maio a 30 de maio de 2018, das 13h00min às 17h00min (horário local),** exceto sábados, domingos e feriados, em conformidade com o Art. 7º, do Decreto Federal nº 4.748, de 16 de junho de 2003.

3.2. Efetuar o pagamento da importância referente à inscrição por meio de boleto bancário (**QUADRO II**), no valor correspondente à opção de Cargo, de acordo com as instruções constantes no edital, **até a data limite de pagamento, 01 de junho de 2018.**

(...)

3.5. Serão canceladas as inscrições com pagamento efetuado por um valor menor do que o estabelecido e as solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após a data limite para pagamento (01/06/2018).

(...)

4.11. O candidato que obteve seu pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição deferido deverá efetuar a inscrição no prazo citado no item 3.1.1, não gerando boleto para pagamento da taxa de inscrição.

As inscrições já realizadas serão mantidas, não havendo assim necessidade de efetuar nova inscrição.

O prazo de inscrição foi dilatado, a fim de reabrir em sua totalidade o prazo inicial concedido, não havendo prejuízo aos candidatos.

ANEXO V

CRONOGRAMA DOS TRABALHOS

(...)

Novo Período de Inscrição: **14 a 30 de maio de 2018.**

Última data para o pagamento do boleto de inscrição: **01 de junho de 2018.**

Divulgação Preliminar da Relação de Inscritos: **22 de Junho de 2018**.

Prazo para Recurso das Inscrições: **25 e 26 de Junho de 2018.**

Homologação Final das Inscrições e Convocação para a realização das provas objetivas: **27 de Junho de 2018.**

Aplicação das Provas Objetivas: **01 de Julho de 2018**.

Divulgação do Gabarito Preliminar: **02 de Julho de 2018**.

Prazo para Recurso contra o Gabarito Preliminar: **03 e 04 de Julho de 2018**.

Divulgação do Gabarito Oficial: **06 de Julho de 2018**.

Resultado Preliminar das Provas Objetivas: **13 de Julho de 2018.**

Prazo para Recurso do Resultado Preliminar das Provas Objetivas: **16 e 17 de Julho de 2018.**

Resultado Final das Provas Objetivas e convocação para prova prática – Excel e Word: **19 de Julho de 2018.**

Aplicação da prova prática – Excel e Word: **22 de Julho de 2018**. (Local e horário a ser divulgado no site http://novaxavantina.mt.gov.br/).

Resultado Preliminar da prova prática – Excel e Word: **23 de julho de 2018.**

Prazo para Recurso da prova prática – Excel e Word: **24 e 25 de julho de 2018.**

Resultado Final da prova prática – Excel e Word e Convocação para realização do Teste de Aptidão Física e Entrega dos Títulos: **26 de julho de 2018.**

Aplicação do Teste de Aptidão Física e Entrega dos Títulos: **29 de Julho de 2018.** (Local e horário a ser divulgado no site http://novaxavantina.mt.gov.br/).

Resultado Preliminar Teste de Aptidão Física e de Títulos: **03 de agosto de 2018.**

Prazo para Recurso contra Resultado Preliminar do Teste de Aptidão Física e de Títulos**: 06 e 07 de agosto de 2018.**

Resultado final do Teste de Aptidão Física e de Títulos: **10 de agosto de 2018**

Resultado Preliminar Geral: **14 de Agosto de 2018.**

Prazo para Recurso contra Preliminar Geral**: 15 e 16 de Agosto de 2018.**

Resultado final do Seletivo: **20 de Agosto de 2018.**

Homologação do certame: **21 de Agosto de 2018.**

OS DEMAIS ITENS FICAM INALTERADOS.

Nova Xavantina - MT, 09 de maio de 2018.

2º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2018

O Município de Nova Xavantina **CONVOCA** os candidatos classificados e aprovados no Processo Seletivo Simplificado 01/2018,para comparecer no **prazo de 10 (dez) dias,** a partir da publicação deste edital na Gerência de Gestão de Pessoas na Sede da Prefeitura Municipal, apresentando os documentos de habilitação descritos abaixo.

CARGO: TEDI – TECNICO EDUCACIONAL EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - TEDI

COLOCAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
10	05	LUCENI DOS REIS LUIZ BRANDÃO	CLASSIFICADA(O)

CARGO: ODONTOLOGO

ORD	Nº INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
1	99	JÉSSICA LEANDRO LOPES	APROVADA(O)

Informamos que os candidatos que não tiverem interesse em assumir compareçam na Gerência de Gestão de Pessoas para assinar o termo de desistência.

Será considerado desistente e perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado e/ou Classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital e/ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Município de Nova Xavantina/MT, convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

Nova Xavantina-MT, 10 de maio de 2018.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA – CEBOLA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
RESULTADO TP Nº 006/2018

Prefeitura Municipal de Nova Xavantina

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2.018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT torna público o resultado do

julgamento referente à TOMADA DE PREÇOS nº 006/2.018, Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA ELÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AV. MATO GROSSO – PARTE II, SETOR NOVA BRASILIA**. A **Empresa vencedora do certame:** empresa **ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ nº 15.984.883/0001-99, apresentou a proposta no valor global de R$ 94.807,38 (noventa e quatro mil, oitocentos e sete reais e trinta e oito centavos).

Nova Xavantina – MT, 10 de maio de 2.018.

JUSCELINO DA ROCHA REIS

Presidente da CPL

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 9.369, DE 10 DE MAIO DE 2018

PORTARIA N.º 9.369, DE 10 DE MAIO DE 2018

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 9.365/2018, que dispõe sobre a nomeação de aprovados e classificados no Concurso Público Municipal n.º 001/2017 e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de acordo com o resultado final do Concurso Público Municipal n.º 001/2017, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 21 de outubro de 2014, que ***institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências*, e suas alterações posteriores, em conformidade com demais legislação que trata da matéria; resolve**:

Art. 1º O inciso II, alínea "a", o inciso VI, alínea "a", o inciso VIII, alínea "a", respectivamente do art. 1º da Portaria n.º 9.365, de 7 de maio de 2018, que *dispõe sobre a nomeação de aprovados e classificados no Concurso Público Municipal n.º 001/2017* passam a vigorar com as seguintes redações:

.....

.....

.....

.....

II – Secretárias e órgãos do Município/Prefeitura Municipal a) Cargo: Assistente Administrativo	
Nome	**CPF**
1) HÉRICK BRUNO MATTOS SANTOS	036.134.361-24
2) JANE DA SILVA	022.117.061-85
3) MARCELO GOMES FERREIRA	043.458.841-52
4) PALLOMA MOREIRA ALVES	043.627.041-24
5) VERÔNICA LUZ DE SOUSA	049.672.341-35
6) BRUNA CAROLINA BORGES SOARES	099.429.306-20
7) KRISHNA RAMAYANNE MOREIRA GONZAGA	023.463.961-09
8) JOSIANE ARAÚJO RIBEIRO DA SILVA	020.070.061-89
9) SAMARA MARIA DOS REIS DANTAS	045.561.051-70

.....

.....

.....
.....

VI- Secretárias e órgãos do Município/Prefeitura Municipal a) Cargo Assistente Social.	
Nome	**CPF**
1) ISABEL HELENA FARIA	314.123.351-91
.....	
.....	
.....	
.....	
VIII – Secretárias e órgãos do Município/Prefeitura Municipal a) Cargo: Psicólogo(a)	
Nome	**CPF**
1) CICERA REJANE FERREIRA DA SILVA	428.104.691-72

.....
.....

.....
.....

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de maio de 2018

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO PRESENCIAL 019/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2.018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão de passagens e transporte rodoviários nacionais, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens terrestres intermunicipais, interestaduais e nacional bem como a prestação de serviços de transporte de passageiros e prestação de serviços fretes/despachos ó envelopes e prestação de serviços fretes/despachos ó caixas e fretamento de ônibus, às 9**h00min (horário de Brasília) do dia 25 de maio de 2.01**8, no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e através e-mail: compraspmnx@gmail.com .

Nova Xavantina – MT, 10 **de ma**io de 2.018**.**

***WALMIR ARRUDA COSTA* Pregoeiro Oficial.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2018 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, Sr. **Silvano Pereira Neves**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, **CONVOCA** o candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 realizado em 19 de março de 2017, para comparecer no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste edital, na Sede da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, no horário de 7:00h as 11:00h e das 13:00h ás 17:00h, apresentando os documentos de habilitação relacionados no Anexo I deste edital, bem como realizar exames médico admissional nos termos dos Anexos II e III deste edital, a fim de ser nomeado no respectivo cargo, no prazo acima estabelecido.

Nome	Cargo	Classificação
DANIEL ALVES DE SOUZA	**PROFESSOR**	**6º CLASSIFICADO**

Para a realização dos exames médico admissional o candidato classificado, conforme lista acima, domiciliado neste município deverá apresentar-se no PSF.

Sê domiciliado em outra unidade da federação deverá realizar os exames médico admissional perante qualquer médico devidamente registrado no CRM (Conselho Regional de Medicina).

O candidato convocado deverá submeter-se aos exames enumerados no ANEXO II e apresentar atestado médico conforme o ANEXO III.

Será considerado desistente perdendo a vaga respectiva, a não apresentação no prazo fixado por este edital; não apresentação para posse no prazo fixado; não comprovação dos requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, convocar o (a) candidato (a) classificado (a) na colocação subseqüente.

Novo Horizonte do Norte/MT, em 10 de maio de 2018.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

ANEXO I

Apresentar em cópia

Carteira de Identidade (RG).

Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Título de Eleitor

Certidão de Nascimento ou Casamento (se casado, cópia CPF do cônjuge)

Carteira de Trabalho

PIS ou PASEP

Numero de Telefone para contato

Comprovante de residência

Certidão dos filhos menores de 21 anos

Carteira de vacinação (dos filhos se tiver)

Reservista ou Alistamento Militar (Obrigatório para o sexo masculino)

Carteira Nacional de Habilitação (Obrigatório para o cargo de motorista)

Apresentar em cópia autenticada:

Comprovante de Escolaridade (**Histórico/Atestado e ou Certificado de Conclusão**)

Apresentar via original:

Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe (CRM, CRO, COREN, CREFITO etc...)

Certidão de Quitação Eleitoral

Exame Médico Admissional

Certidão de Antecedentes Criminais da Comarca do domicilio do candidato

Declaração de Bens

Declaração de não acumulo de cargo, emprego ou função pública.

Uma foto 3x4 recente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018 PROCESSO Nº 026/2018

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018

PROCESSO Nº 026/2018

TIPO: Menor PreçoGlobal

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio – MT torna público para conhecimento dos interessados que a tomada de preços **001/2018**, cuja abertura ocorreu às 09h00min do dia **10 de Maio de 2018**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida 29 de setembro, n°.244, Centro, Novo Santo Antônio, Cujo objeto é a **SELEÇÃO DE EMPRESA DE - ÁREA CONSTRUÇÃO CÍVIL, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO NA ESCOLA NAIR BARBOSA COM CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO, BANHEIROS ADAPTADOS E REVESTIMENTO CERÂMICO EM SALAS DE AULA, CONFORME PROJETO DO PLANO DE TRABALHO. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.** Sagrando vencedora empresa abaixo descrita:

EMPRESA	CNPJ	QUANT/ ITENS	VALOR TOTAL
RAIMUNDO FERREIRA PAIVA 8901260130 MEI	26.835.542/ 0001-78	01	R$: 54. 593,43

VALOR TOTAL R$: 54.593,43 (Cinquenta e quatro Mil e Quinhentos e Noventa e Três Reais e Quarenta e Três Centavos)

Os autos do Processo Licitatório encontra-se à disposição dos interessados na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, sito a Rua 29 de Setembro nº 244, Centro Novo Santo Antônio-MT.

NOVO SANTO ANTONIO-MT, **10 de Maio de 2018.**

GILVAN VIEIRA LUZ

Presidente da CPL

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 74, DE 10 DE MAIO DE 2018

PORTARIA N.º 74, DE 10 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação de Responsável Técnico que ficará responsável pela senha e acesso ao sistema de lançamento das informações da Defesa Civil.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, **resolve**:

Art. 1º Nomear a Senhora Daniele Lorrani Cardoso da Silva, portadora do RG n.º 213413/SSP-MT e CPF n.º 036.462.831-65,para ser a Responsável Técnica de acesso a senha e ao sistema de lançamento das informações para homologação da Defesa Civil, sem ônus para o Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 10 de Maio de 2018.

Adão Soares Nogueira - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 035/2018 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA CHEFE DEPARTAMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E APOIO A PROGRAMAS ESPECIAIS

PORTARIA Nº. 035/2018

EM, 02 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Dispõe sobre a Nomeação da Chefe Departamento de Inclusão Social e Apoio a Programas Especiais, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, a Senhora **Cleide Rodrigues Pereira,** portadora do RG: nº 20137710 SSP/MT e do CPF: 876.426.971-04 para o cargo de livre nomeação de Chefe Departamento de Inclusão Social e Apoio a Programas Especiais para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 01 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 034/2018 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA DIRETORA ESCOLAR, NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "JOAQUIM RODRIGUES SOTO E UNIDADE MUNICIPAL ESCOLAR JOSÉ MAURICIO ZAMPA

PORTARIA Nº. 034/2018, EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Dispõe sobre a nomeação da Diretora Escolar, na Escola Municipal de Educação Básica "Joaquim Rodrigues Soto e Unidade Municipal Escolar José Mauricio Zampa, e dá outras providências correlatas".

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO, Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Senhora **Sueli Maria Ávila Silveira,** portadora do RG nº 1443570-5 SSP/MT e do CPF 862.884.581-04 no cargo de livre nomeação para o Cargo de Diretora Escolar, da Escola Municipal de Educação Básica "Joaquim Rodrigues Soto" no Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - A Remuneração será de 60% (sessenta) por cento do salário base do cargo de professora de Pedagogia Nível B da Rede Estadual.

Art. 3º - Fica nomeada também a Servidora para o Cargo de Diretora Escolar, na Unidade Municipal Escolar José Mauricio Zampa sem ônus para o município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 4º A Referida servidora será cedida pelo Governo do Estado de Mato Grosso para o município de Novo São Joaquim através cessão externa com ônus.

Em conformidade com o dispositivo no Art. da Lei Complementar 15/10/1990.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 02 de fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 033/2018 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA

DIRETORA ESCOLAR, DA UNIDADE MUNICIPAL ESCOLAR JOSÉ MAURICIO ZAMPA

PORTARIA Nº. 033/2018

EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2018

"Dispõe sobre a Exoneração da Diretora Escolar, da Unidade Municipal Escolar José Mauricio Zampa, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a Senhora **Sueli Maria Ávila Silveira,** portadora do RG nº 1443570-5 SSP/MT e do CPF 862.884.581-04 do cargo de livre nomeação para o Cargo de Diretora Escolar, da Unidade Municipal Escolar José Mauricio Zampa para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 01 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 032/2018 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA DIRETORA ESCOLAR, DA ESCOLA MUNICIPAL DE JOAQUIM RODRIGUES SOTO

PORTARIA Nº. 032/2018

EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2018

"Dispõe sobre a Exoneração da Diretora Escolar, da Escola Municipal de Joaquim Rodrigues Soto , e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a Senhora **Kelliana Castro Santos Ribeiro,** portadora do RG nº 4958393-2 SSP/GO e do CPF 024.763.401-89 do cargo de livre nomeação para o Cargo de Diretora Escolar, Escola Municipal de Joaquim Rodrigues Sotô para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 01 de Fevereiro de 2018

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 031/2018 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 031/2018

EM, 29 DE JANEIRO DE 2018.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, a Servidora **Maria Helena Rocha da Silva,** com o cargo de Agente Administrativo– AA7, **Maria de Fatima Vieira Lima** como Fiscal Substituto**,** para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 011/2018- O objeto do presente instrumento é a contratação da empresa relacionada neste instrumento, visando o fornecimento de gêneros alimentícios, para uso no preparo da merenda escolar, conforme termo de referência que acompanhou o edital da Licitação Pregão Presencial Nº 01/2018 .

Contratada: A . G. SILVA MERCADO - ME

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 29 de Janeiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 010/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 010/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 010/2018

"Dispõe Sobre Convocação de Candidatos Aprovado no Processo Seletivo Público Nº. 001/2018 da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT e dá outras providências."

O Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO, Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições legais: Considerando a Homologação do resultado final do Processo Seletivo Público Nº. 001/2018, através do Decreto Nº. 05/2018 de 27 de fevereiro de 2018, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, em 28 de fevereiro de 2018;

Considerando a necessidade do provimento de Agente de Serviço Gerais (faxineira).

Considerando o disposto que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Novo São Joaquim – MT;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocado os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público 001/2018 – Agente de Serviços Gerais (faxineira). Conforme segue:

Cargo	**Agente de Serviços Gerais (faxineira)**			
Inscrição	Nome do Candidato	Prova	Ordem	Resultado
090	Rosangela Assis de Jesus	76	10º	Classificada

Art. 2º - Os candidatos deverão se apresentar no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Rua Cachoeira da Fumaça, Nº. 77 Jardim Palmeiras, Novo São Joaquim, estado de Mato Grosso, fone: (66-3479- 1158/3479-1850/3479-1676) no período de 10/05/2018 à 24/05/2018, no horário de 07hs00min às 11hs00min e das 13hs00min as 17hs00min., com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superiora 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP

08 – Certidão de quitação eleitoral;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidora da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;

12 - 01 (uma) foto 3X4 colorida e recente;

13 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

14 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

15 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

16 - Declaração contendo endereço residencial ou comprovante de endereço;

17 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

18 - Declaração de Bens;

19 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

20 – Xerox da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) páginas de identificação

21- Carteira de Habilitação Categoria Específica para o cargo

22 – Conta Corrente Banco do Brasil

Art. 3º - Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Art. 4º - Após a apresentação de toda a documentação, o candidato será nomeado e terá o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse no cargo respectivo.

Art. 5º - Se o candidato não tomar posse no cargo, o Edital de Convocação ficará revogado, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 6º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim, 10 de Maio de 2018.

_____

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal.

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 060/2018- DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 060/2018

EM, 27 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, a Servidora **Marlene Ferreira de Oliveira Rocha,** com o cargo de Chefe Departamento de Merenda Escolar, **Maria de Fatima Vieira Lima** como Fiscal Substitutopara exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 022/2018- Contratação de veiculo para atendimento ao Transporte Escolar no município de Novo São Joaquim- MT, durante o exercício de 2018, linha Suri Uirande/ Cajazeira/NSJ e Linha Aldeia /NSJ.

Contratada: JAINO JOSE ALVES

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 27 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

EM, 27 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, a Servidora **Marlene Ferreira de Oliveira Rocha,** com o cargo de Chefe Departamento de Merenda Escolar, **Maria de Fatima Vieira Lima** como Fiscal Substitutopara exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 022/2018- Contratação de veiculo para atendimento ao Transporte Escolar no município de Novo São Joaquim- MT, durante o exercício de 2018, linha Suri Uirande/ Cajazeira/NSJ e Linha Aldeia /NSJ.

Contratada: JAINO JOSE ALVES

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 27 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 059/2018 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE SEM ÔNUS

PORTARIA Nº. 059/2018

EM, 20 DE FEVEREIRO DE 2018

"Dispõe sobre a Nomeação do Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente sem ônus, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 67 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia o senhor, **Alcenir Rodrigues Mendonça,** portador do RG nº 12125768 SSP/MT e do CPF: nº 025.629.781-96 para cargo de livre nomeação Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente sem ônus para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 20 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 058/2018- DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA CHEFE DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS

PORTARIA Nº. 058/2018

EM, 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Dispõe sobre a nomeação da Chefe Departamento de Industria Comércio e Serviços, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Senhora **Estefania de Lima,** portador do RG nº 1693642-6 SSP/MT e do CPF 028.569.531-23 do cargo de livre nomeação para o Cargo de Chefe Departamento de Indústria Comércio e Serviços , para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 20 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 025/2018 DE 10 DE MAIO DE 2018

"Decreta Ponto Facultativo no dia 11 de maio de 2018 e dá outras providências".

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO, Prefeito Municipal de Novo São Joaquim-MT no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do município de Novo São Joaquim-MT;

DECRETA

Art. 1º. Fica Decretado ponto facultativo no dia 11 de maio de 2018 (sexta-feira) nos órgãos públicos do município, em decorrência das festividades no Parque de Exposição José Augusto Otoboni nos dias 11 e 12 de maio em comemoração ao 32º Aniversário de Novo São Joaquim-MT de emancipação política administrativa ocorrido em 13 de maio de 1986.

Parágrafo Único – Todos os órgãos e setores da administração pública da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT, voltarão aos seus expedientes normais no dia 14 de maio de 2018 a partir das 07:00 horas, os setores de serviços considerados essenciais terão seus expedientes normais, notadamente o Hospital Municipal e outros setores correlatos.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, 10 de maio de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

Atesto que o referido Decreto foi publicado no mural de publicações, portal da transparência, Jornais Oficiais dos Municípios e distribuídos no comércio local.

Por ser expressão da verdade, assino o presente,

Novo São Joaquim-MT 10/05/2018

WANDERLAN GONDIM SILVEIRA

Contador

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 057/2018- DISPÕE SOBRE A INTERRUPÇÃO DE LICENÇA PARTICULAR SEM REMUNERAÇÃO

PORTARIA Nº. 057/2018

EM, 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Dispõe sobre a Interrupção de Licença Particular sem Remuneração, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 126, Parágrafo 3º da Lei Municipal nº 456/2007, Estatuto dos Servidores Municipais .

R E S O L V E:

Art. 1º - Interromper a Licença Particular sem Remuneração da servidora Marcia Matias da Silva Campos**,** portador do RG nº 14348004 SSP/MT e do CPF 966.936.651-87 efetiva , no cargo de Agente de Serviços Gerais –AG4. Lotada na Secretaria Municipal de Novo São Joaquim – MT.

Art. 2º - O referido funcionário voltara a exercer as suas funções de Agente de Serviços Gerais – AG4.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 19 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 041/2018 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº. 041/2018

EM, 02 de FEVEREIRO DE 2018

"Dispõe sobre a nomeação de Membro da Comissão de Licitação, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Senhora **Eudinalia Fernanda da Silva,** portador do RG nº 17911540 SSP/MT e do CPF 014.515.501-38 do cargo de livre nomeação para Membro da Comissão de Licitação em substituição da servidora Quelita Alves Mendonça no período de suas férias do dia 01/02/2018 á 02/03/2018 para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 02 de Fevereiro de 2018

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 042/2018 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 042/2018

EM, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, a Servidora **Marlene Ferreira de Oliveira Rocha,** com o cargo de Chefe Departamento de Merenda Escolar, **Maria de Fatima Vieira Lima** como Fiscal Substituto**, Hélida Ferreira de Moraes** com o cargo de Chefe Departamento Fomento ao Trabalho, Renda e Cidadania, **Bruna Pereira Brito** como fiscal Substituto, **Diogenes Gomes Lemos** com o cargo de Chefe Departamento Reabilitação , **Luzia Sandra Silva Borges** como fiscal Substituto **, Jéssica Fernanda Pereira Sotério** com o cargo de ChefeDepartamentode Recursos Humanos, **Gabriele Alves de Carvalho** como Fiscal Substituto, **Willian Carlos Cardeal** com o cargo de Coordenador de Maquinas e Equipamentos , **Grace Mara Alexandre de Oliveira** como Fiscal Substituto para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 012/2018- Aquisição de Gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza e utensílios para atendimento das unidades administrativas da prefeitura Municipal de Novo São Joaquim- MT.

Contratada: VILMAR A DE OLIVEIRA – ME

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 09 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 051/2018 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 051/2018

EM, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, a Servidora **Marlene Ferreira de Oliveira Rocha,** com o cargo de Chefe Departamento de Merenda Escolar, **Maria de Fatima Vieira Lima** como Fiscal Substituto**, Hélida Ferreira de Moraes** com o cargo de Chefe Departamento Fomento ao Trabalho, Renda e Cidadania, **Bruna Pereira Brito** como fiscal Substituto, **Leila Ferreira de Jesus** com o cargo de Coordenador de Gestão Administrativo , **Luzia Sandra Silva Borges** como fiscal Substituto **, Jéssica Fernanda Pereira Sotério** com o cargo de ChefeDepartamentode Recursos Humanos, **Gabriele Alves de Carvalho** como Fiscal Substituto, **Willian Carlos Cardeal** com o cargo de Coordenador de Maquinas e Equipamentos , **Grace Mara Alexandre de Oliveira** como Fiscal Substituto para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 021/2018- Fornecimento de gás (gás de cozinha), água mineral e descartáveis em geral para atendimento das Secretarias Administrativas.

Contratada: DR – COMERCIO DE GÁS E AGUAS MINERAL EIRELI ESTRELÃO GÁS

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 09 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 056/2018- DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA CHEFE DEPARTAMENTO DE MERENDA ESCOLAR

PORTARIA Nº. 056/2018

EM, 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Dispõe sobre a nomeação da Chefe Departamento de Merenda Escolar, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Senhora **Deuza RenadzeTserenho,** portador do RG nº 27861561-2 SSP/MT e do CPF 706.920.101-06 do cargo de livre nomeação para o Cargo de Chefe Departamento de Merenda Escolar para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 15 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO/PREGOEIRO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 18/2018

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2018

A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, através do PREGOEIRO, torna público, que no Pregão Presencial nº. 18/2018, com o objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS (HORA-TÉCNICA) EM MANUTENÇÃO E REPAROS MECÂNICOS NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM.** Obteve o seguinte resultadoas empresas**: A.CARDOSO DOS SANTOS COMÉRCIO - ME** sagrou-se vencedora dos seguintes lotes: 02,

03, 05, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 34, 74 e 75; Com o valor total de **R$ 459.031,50; (Quatrocentos e cinquenta e nove mil e trinta e um reais e cinquenta centavos), C F DE JESUS FARIAS & CIA LTDA - ME** sagrou-se vencedora dos seguintes lotes: 04, 06, 16, 17, 18, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 49, 57, 59, e 62; Com o valor total de **R$ 714.527,50; (Setecentos e quatorze mil quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos), M.S. ZOMPERO** sagrou-se vencedora dos seguintes lotes: 01, 07, 41 e 61; Com o valor total de **R$ 81.104,50; (Oitenta e um mil e cento e quatro reais e cinquenta centavos)** e a empresa **MECÂNICA MODELO** sagrou-se vencedora dos seguintes lotes: 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72 e 73; Com o valor total de **R$ 1.154. 339,00; (Um milhão cento e cinquenta e quatro mil e trezentos e trinta e nove reais)** Foram recebidos os documentos de Habilitação das empresas vencedoras onde foi julgada e consideradas devidamente HABILITADAS as empresas **A.CARDOSO DOS SANTOS COMÉRCIO - ME, C F DE JESUS FARIAS & CIA LTDA – ME, M.S. ZOMPERO e MECÂNICA MODELO.** O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua Cachoeira. Da Fumaça, 77 Bairro Jardim das Palmeiras, neste município de Novo São Joaquim/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo São Joaquim - MT, 10 de maio de 2018.

GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 043/2018 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 043/2018

EM, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, a Servidora **Marlene Ferreira de Oliveira Rocha,** com o cargo de Chefe Departamento de Merenda Escolar, **Maria de Fatima Vieira Lima** como Fiscal Substituto**, Hélida Ferreira de Moraes** com o cargo de Chefe Departamento Fomento ao Trabalho, Renda e Cidadania, **Bruna Pereira Brito** como fiscal Substituto, **Diogenes Gomes Lemos** com o cargo de Chefe Departamento Reabilitação , **Luzia Sandra Silva Borges** como fiscal Substituto **, Jéssica Fernanda Pereira Sotério** com o cargo de ChefeDepartamentode Recursos Humanos, **Gabriele Alves de Carvalho** como Fiscal Substituto, **Willian Carlos Cardeal** com o cargo de Coordenador de Maquinas e Equipamentos , **Grace Mara Alexandre de Oliveira** como Fiscal Substituto para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 013/2018- Aquisição de Gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza e utensílios para atendimento das unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim- MT.

Contratada: A . G. SILVA MERCADO – ME

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 09 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 044/2018 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 044/2018

EM, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, a Servidora **Marlene Ferreira de Oliveira Rocha,** com o cargo de Chefe Departamento de Merenda Escolar, **Maria de Fatima Vieira Lima** como Fiscal Substituto**, Hélida Ferreira de Moraes** com o cargo de Chefe Departamento Fomento ao Trabalho, Renda e Cidadania, **Bruna Pereira Brito** como fiscal Substituto, **Diogenes Gomes Lemos** com o cargo de Chefe Departamento Reabilitação , **Luzia Sandra Silva Borges** como fiscal Substituto **, Jéssica Fernanda Pereira Sotério** com o cargo de ChefeDepartamentode Recursos Humanos, **Gabriele Alves de Carvalho** como Fiscal Substituto, **Willian Carlos Cardeal** com o cargo de Coordenador de Maquinas e Equipamentos , **Grace Mara Alexandre de Oliveira** como Fiscal Substituto para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 014/2018- Aquisição de Gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza e utensílios para atendimento das unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim- MT.

Contratada: M DE LP ALMEIDA – PROD DE LIMPEZA E HIGIENE – ME

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 09 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 045/2018 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 045/2018

EM, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, a Servidora **Marlene Ferreira de Oliveira Rocha,** com o cargo de Chefe Departamento de Merenda Escolar, **Maria de Fatima Vieira Lima** como Fiscal Substituto**, Hélida Ferreira de Moraes** com o cargo de Chefe Departamento Fomento ao Trabalho, Renda e Cidadania, **Bruna Pereira Brito** como fiscal Substituto, **Diogenes Gomes Lemos** com o cargo de Chefe Departamento Reabilitação , **Luzia Sandra Silva Borges** como fiscal Substituto **, Jéssica Fernanda Pereira Sotério** com o cargo de ChefeDepartamentode Recursos Humanos, **Gabriele Alves de Carvalho** como Fiscal Substituto, **Willian Carlos Cardeal** com o cargo de Coorde-

nador de Maquinas e Equipamentos , **Grace Mara Alexandre de Oliveira** como Fiscal Substituto para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 015/2018- Aquisição de Gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza e utensílios para atendimento das unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim- MT.

Contratada: SOMA COMERCIO E SERVIÇO EIRELI EPP

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 09 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 046/2018 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 046/2018

EM, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, a Servidora **Marlene Ferreira de Oliveira Rocha,** com o cargo de Chefe Departamento de Merenda Escolar, **Maria de Fatima Vieira Lima** como Fiscal Substituto**, Hélida Ferreira de Moraes** com o cargo de Chefe Departamento Fomento ao Trabalho, Renda e Cidadania, **Bruna Pereira Brito** como fiscal Substituto, **Diogenes Gomes Lemos** com o cargo de Chefe Departamento Reabilitação , **Luzia Sandra Silva Borges** como fiscal Substituto **, Jéssica Fernanda Pereira Sotério** com o cargo de ChefeDepartamentode Recursos Humanos, **Gabriele Alves de Carvalho** como Fiscal Substituto, **Willian Carlos Cardeal** com o cargo de Coordenador de Maquinas e Equipamentos , **Grace Mara Alexandre de Oliveira** como Fiscal Substituto para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 016/2018- Aquisição de Gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza e utensílios para atendimento das unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim- MT.

Contratada: SETE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA - EPP

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 09 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 047/2018 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 047/2018

EM, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidor, **Willian Carlos Cardeal** com o cargo de Coordenador de Maquinas e Equipamentos, **Grace Mara Alexandre de Oliveira** como Fiscal Substituto para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 017/2018- Fornecimento de Combustíveis para uso no abastecimento da frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim- MT.

Contratada: R. P. DE ARAUJO & CIA LTDA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 09 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 048/2018- DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 048/2018

EM, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidor, **Willian Carlos Cardeal** com o cargo de Coordenador de Maquinas e Equipamentos, **Grace Mara Alexandre de Oliveira** como Fiscal Substituto para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 018/2018- Fornecimento de Combustíveis para uso no abastecimento da frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim- MT.

Contratada: AUTO POSTO ZAMPA LTDA - ME

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 09 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 049/2018- DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 049/2018

EM, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, a Servidora **Marlene Ferreira de Oliveira Rocha,** com o cargo de Chefe Departamento de Merenda Escolar, **Maria de Fatima Vieira Lima** como Fiscal Substituto**, Hélida Ferreira de Moraes** com o cargo de Chefe Departamento Fomento ao Trabalho, Renda e Cidadania, **Bruna Pereira Brito** como fiscal Substituto, **Leila Ferreira de Jesus** com o cargo de Coordenador de Gestão Administrativo , **Luzia Sandra Silva Borges** como fiscal Substituto **, Jéssica Fernanda Pereira Sotério** com o cargo de ChefeDepartamentode Recursos Humanos, **Gabriele Alves de Carvalho** como Fiscal Substituto, **Willian Carlos Cardeal** com o cargo de Coordenador de Maquinas e Equipamentos , **Grace Mara Alexandre de Oliveira** como Fiscal Substituto para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 019/2018- Fornecimento de gás (gás de cozinha), água mineral e descartáveis em geral para atendimento das Secretarias Administrativas.

Contratada: VILMAR A DE OLIVEIRA - ME

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 09 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 055/2018 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CHEFE DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL

PORTARIA Nº. 055/2018

EM, 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Dispõe sobre a Nomeação do Chefe Departamento de Ensino Fundamental e Infantil, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Juvencio Tserehuwe Tsere'A,** portador do RG nº 2205486-3 SSP/MT e do CPF 020.199.711-86 do cargo de livre nomeação para o Cargo de Chefe Departamento de Ensino Fundamental e Infantil para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 15 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 053/2018- DISPÕE SOBRE A LICENÇA PRÊMIO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº. 053/2018

EM, 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Dispõe sobre a Licença Prêmio de Funcionário Público, e dá outras providências correlatas"

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 127 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Servidora, **Nilza Darc Rosa ,** portadora do RG nº 2416569 SSP/GO e do CPF: nº 435.840.551-72, efetiva, estável para o cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura de Novo São Joaquim-MT, 03 (três) meses de Licença Prêmio no período de 15/02/2018 á 16/05/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 15 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 052/2018 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CHEFE DEPARTAMENTO SEGURANÇA PUBLICA

PORTARIA Nº. 052/2018

EM, 14 DE FEVEREIRO DE 2018

"Dispõe sobre a Nomeação do Chefe Departamento Segurança Publica, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia, o Senhor **Leandro Porcino de Souza,** portador do RG: nº 12805637 SSP/MT e do CPF: 025.730.071-62 para o cargo de livre nomeação de Chefe Departamento Segurança Pública para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 14 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO PARA ATUAREM NO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO-2018

RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO PARA ATUAREM NO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO-2018

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, torna público o resultado do processo seletivo de Assistente de Alfabetização Voluntária para o Programa mais Alfabetização, instituído pelo Edital nº 002/2018 para Pedagogos, Magistério, Médio Propedêutico ou graduando do curso de pedagogia. Após as análises dos currículos e provas, publica o seguinte Resultado Final:

Ordem	Nome do candidato	Escola	Contagem de ponto	Nota da Prova	Total de Pontos
1º	Odilene José de Jesus	EMEB Joaquim Rodrigues Soto	10,0	4,0	14,0
2º	Marilene Rodrigues Feitosa	EMEB Joaquim Rodrigues Soto	5,5	5,0	10,5
3º	Maria Luíza Nogueira	EMEB Joaquim Rodrigues Soto	0,5	7,0	7,5

Ordem	Nome do candidato	Escola	Contagem de ponto	Nota da Prova	Total de Pontos
1º	Vanessa Hilda da Silva	EMEB Oscar Zaidem de Menezes	0,5	9,0	9,5
2º	Edivana Hilda da Silva	EMEB Oscar Zaidem de Menezes	0,5	6,0	6,5
3º	Maria Rezende da Silva	EMEB Oscar Zaidem de Menezes	1,0	4,0	5,0

Ordem	Nome do candidato	Escola	Contagem de ponto	Nota da Prova	Total de Pontos
1º	Meire Rodrigues Santos Barboza	EMEB Itaquerê	0,5	9,0	9,5
2º	Girlene Cristina Gama	EMEB Itaquerê	0,5	9,0	9,5
3º	Islaine Paloma Silva Rodrigues	EMEB Itaquerê	0,5	8,0	8,5

Novo São Joaquim-MT, 10 de maio de 2018.

Lucidalma Rocha da Silva

Secretária Municipal de Educação

GABARITO DA PROVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO PARA ATUAREM NO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO-2018

CADERNO	POSIÇÃO	GABARITO
P1208	1	C
P1208	2	E
P1208	3	C
P1208	4	D
P1208	5	C
P1208	6	A
P1208	7	B
P1208	8	D
P1208	9	B
P1208	10	D
P1208	11	B
P1208	12	A
P1208	13	E
P1208	14	D
P1208	15	A

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 040/2018 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADOR ESCOLAR, DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "JOAQUIM RODRIGUES SOTO

PORTARIA Nº. 040/2018

EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Dispõe sobre a Nomeação de Coordenador Escolar, da Escola Municipal de Educação Básica "Joaquim Rodrigues Soto e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais.

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, a Senhora **Kelliana Castro Santos Ribeiro ,** portadora do RG: nº 49583932 SSP/GO e do CPF: 024.763.401-89 para o cargo de livre nomeação de Coordenador Escolar , da Escola Municipal de Educação Básica "Joaquim Rodrigues Soto, para o município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 01 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 039/2018 - DISPÕE SOBRE A LICENÇA PRÊMIO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº. 039/2018

EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Dispõe sobre a Licença Prêmio de Funcionário Público, e dá outras providências correlatas"

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 127 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Servidora, **Gercilene Sousa Martins ,** portadora do RG nº 16266412 SSP/MT e do CPF: nº 018.705.531-95, efetiva, estável para o cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura de Novo São Joaquim-MT, 03 (três) meses de Licença Prêmio no período de 01/02/2018 á 02/05/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 01 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 038/2018 - DISPÕE SOBRE A LICENÇA PRÊMIO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº. 038/2018

EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Dispõe sobre a Licença Prêmio de Funcionário Público, e dá outras providências correlatas"

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 127 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Servidora, **Tatiane Dias de Campos Prado ,** portadora do RG nº 13878190 SSP/MT e do CPF: nº 899.332.491-34, efetiva, estável para o cargo de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura de Novo São Joaquim-MT, 03 (três) meses de Licença Prêmio no período de 01/02/2018 á 02/05/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 01 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 037/2018 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

PORTARIA Nº. 037/2018

EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2018

"Dispõe sobre a Exoneração do Secretário Municipal de Agricultura, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 67 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar o senhor, **Ricardo Caetano dos Santos,** portador do RG nº 2178328-4 SSP/MT e do CPF: nº 031.258.511-06 para cargo de livre nomeação Secretário de Agricultura para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 01 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT

PREÂMBULO

SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, EM NOME DA DEMOCRACIA, DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO, NA BUSCA DA EFETIVAÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, LIVRE E SOLIDÁRIA, E NO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, NÓS LEGÍTIMOS REPRESENTANTES DO POVO NOVO SÃO JOAQUINENSE PROMULGAMOS A PRESENTE LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, APÓS SUA TOTAL REVISÃO.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM, ESTADO DE MATO GROSSO**,** neste ato representado pelo seu Presidente, Vereador João Rodrigues Alves, no uso de suas atribuições a ele conferidas por lei, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou em dois turnos de votação e ela PROMULGA a revisão e atualização da Lei Orgânica do Município de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, nos seguintes termos:

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Município de Novo São Joaquim, entidade democrática integrante do Estado de Mato Grosso e da Federação Brasileira, constitui pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política, administrativa e financeira, nos termos da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Mato Grosso e desta Lei Orgânica e tem por objetivos fundamentais a construção de uma comunidade livre, justa e solidária, priorizando a autonomia, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, a livre iniciativa e o pluralismo político.

Parágrafo único – A ação municipal desenvolve-se em todo o seu território, sem privilegiar distritos ou bairros, reduzindo as desigualdades regionais e sociais, promovendo o bem-estar de todos seus habitantes, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, convicções políticas e religiosas, nacionalidade, idade, vedada qualquer forma de discriminação.

Art. 2º - São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Executivo e o Legislativo.

Art. 3º - O Município de Novo São Joaquim poderá firmar convênios ou consórcios com a União, Estado ou outros municípios para a execução de obras ou serviços que visem alcançar seus objetivos na busca da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e diminuição das desigualdades regionais.

Art. 4º - São símbolos do Município de Novo São Joaquim, a bandeira, o hino e o brasão municipal.

SEÇÃO I

DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 5º - O Município de Novo São Joaquim, é organizado e regido pela presente Lei Orgânica, na forma da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

§ 1º - O Município de Novo São Joaquim, tem sua sede na cidade de Novo São Joaquim- MT e é composto também pelos Distritos de Cachoeira da Fumaça e Itaquerê.

§ 2º – A criação, organização e a extinção de Distritos dependem de Lei Municipal, observadas a Constituição Federal e a Constituição Estadual.

§ 3º – O território do Município poderá ser dividido para fins administrativos em Distritos e regiões administrativas.

Art. 6º - É vedado ao Município estabelecer ou recusar cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar lhes o funcionamento ou manter com seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada na forma da lei, a colaboração de interesse público, bem como estabelecer distinções ou preferência entre brasileiros.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 7º *– Ao Município de Novo São Joaquim compete:*

I – dispor sobre assuntos de interesse local, cabendo-lhe entre outras as seguintes atribuições:

1. Elaborar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, nos termos da seção II, título IV da Constituição Federal;

2. Instituir e arrecadar os tributos de sua competência;

3. Arrecadar e aplicar suas rendas, prestando contas e publicando balancetes, nos prazos fixados em lei;

4. Criar, organizar e suprimir distritos, observada a Legislação Estadual;

5. Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

6. Manter, com a corporação técnica e financeira da união e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

7. Prestar, com a corporação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

8. Promover a proteção do patrimônio histórico cultural local, observadas a Legislação e a ação fiscalizadora Federal e Estadual;

9. Promover, no que couber adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

10. Elaborar e executar a política de desenvolvimento urbano com o objetivo de ordenar as funções sociais das áreas habitadas do Município e garantir o bem-estar de seus habitantes;

11. Elaborar e executar o plano diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana;

12. Exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subtilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento ou edificação compulsória, imposta sobre a propriedade urbana progressiva no tempo e desapropriação com pagamentos mediante títulos da dívida pública Municipal, com prazo de resgate até 10 anos, em parcelas anuais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais;

13. Constituir a guarda municipal destinada á proteção de seus bens, serviços e instalações; conforme dispuser a lei;

14. Planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas;

15. Sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

16. Prover sobre limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

17. Ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para o funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, observadas as normas federais pertinentes;

18. Dispor sobre o serviço funerário e dos cemitérios, encarregando-se da administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes a atividades privadas;

19. Regulamentar autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeito ao poder de polícia municipal;

20. Dispor sobre depósito e destino de animais e mercadorias apreendidas, em decorrência de transgressão da Legislação Municipal;

21. Dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade de erradicação da raiva e de outras moléstias de que possam ser portadoras ou transmissoras;

22. Promover a guarda da Documentação Pública e Histórica do Município e franquear sua consulta a quem delas necessitar;

23. Promover e incentivar o turismo local, como fator de desenvolvimento social e econômico;

24. Quanto aos estabelecimentos industriais, comerciais e similares, agir dentro dos seguintes critérios:

Conceder ou renovar licença para localização, instalação e funcionamento;

Revogar a licença daqueles cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação, ao sossego público ou aos bons costumes;

Promover o fechamento daqueles que funcionarem sem licença ou em desacordo com a lei;

25. Estabelecer e impor penalidades por infração das leis e regulamentos pertinentes;

26. Apoiar entidades representativas comunitárias, materializando, se legais e necessárias, as reivindicações que forem apresentadas.

II – suplementar a Legislação Federal e Estadual no que couber;

Art. 8º *– É da competência do Município em comum com a União e o Estado:*

I – zelar pela guarda da Constituição Federal, da Constituição Estadual e das Leis destas esferas de governo, das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II – cuidar da saúde e assistência públicas, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências;

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, destruição e a descaracterização de obras de arte, e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – preservar as florestas, a fauna, a flora, as praias, os manguezais e os costões;

VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX – promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XII – estabelecer e implantar a política de educação para a segurança do trânsito;

TITULO II

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 9º – O Poder Legislativo Municipal é exercido pela Câmara Municipal, composta de vereadores, eleitos pelo sistema proporcional representando o povo, com mandato de quatro anos.

Art. 10º – Salvo disposição em contrário desta Lei as deliberações da Câmara Municipal serão tomadas por maioria de votos.

§ 1º - A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias;

§ 2º - As Sessões da Câmara Municipal serão ordinárias e extraordinárias, na forma regulada no Regimento Interno.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 11 – Compete à Câmara Municipal deliberar, sob forma de projetos de lei, sujeitos à sanção do Prefeito, sobre as matérias do Município, especialmente sobre:

I – matéria financeira, tributária e orçamentária: Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual; abertura de créditos especiais e suplementares, remissão de dívidas, concessão de isenções fiscais, auxílios e subvenções;

II – matéria urbanística, especialmente o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, matéria relativa ao uso e ocupação do solo, parcelamento, edificações, denominação de logradouros públicos e estabelecimento do perímetro urbano e dos bairros;

III – regime jurídico dos servidores municipais, criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, planos de carreira, fixação e aumento de remuneração dos servidores municipais, da administração direta e indireta;

IV – organização dos serviços municipais e sua forma de prestação;

V – bens públicos, aquisição e alienação de bens imóveis, outorga de direito real, concessão e permissão administrativa de uso;

VI – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta;

Art. 12 – Compete privativamente à Câmara Municipal:

I – eleger sua Mesa e destituí-la;

II – votar o seu regimento interno;

III – tomar o compromisso e dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito;

IV – representar contra o Prefeito;

V – fixar remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores em cada Legislatura, para a subsequente, até sessenta dias antes das eleições municipais, observando o que dispõem os Arts. 37 XI; 150 II; 153, III e 153, 2º, 1, da Constituição Federal;

V – Fixar remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito, observando o que dispõe o art.37, XI da CF/88, e outras vedações legais; (Redação dada pela Emenda 001/2018)

VI – julgar os Vereadores nos casos especificados nesta Lei;

VII – conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;

VIII – criar comissões de inquérito sobre fatos determinados e por prazo certo, mediante requerimento de um terço dos seus membros;

IX – solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à Administração;

X – apreciar vetos;

XI – conceder honrarias a pessoas, que reconhecida e comprovadamente, tenham prestado serviços relevantes ao Município;

XII – julgar as contas do Prefeito, incluídas as da administração indireta e da Mesa da Câmara Municipal, na forma da Lei;

XIII– convocar Prefeito, secretários e entidades da administração direta e indireta para prestarem informações sobre matéria da sua competência, no prazo regimental;

XIV– julgar o Prefeito e os Secretários municipais nas infrações político-administrativas;

XVI– conhecer da renúncia do Prefeito e do Vice-Prefeito;

XVII – convocar plebiscito e autorizar referendo;

XVIII – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;

XIX– fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XX **–** zelar pela preservação de sal competência legislativa em face da atribuição normativa do Prefeito.

Parágrafo único. As deliberações da Câmara sobre matéria de sua competência privativa tomarão forma de resolução, quando se tratar de matéria de sua economia interna, e de decreto legislativo, nos demais casos.

SEÇÃO III

DOS VEREADORES

Art. 13 – Os vereadores são invioláveis pelas suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 14 – Compete aos vereadores, requerer informações ao Prefeito, secretários e titulares, sobre assuntos referentes à administração:

a) proceder à tomada de contas do Prefeito, quando não apresentadas no prazo legal;

b) estabelecer normas sobre despesas estritamente necessárias com transporte, hospedagem e alimentação individual e respectiva prestação de contas, quanto à verba destinada a vereadores e missão de representação da casa;

c) sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitarem do poder regulamentar;

d) criar, transformar e extinguir cargos, funções e empregos públicos, fixar os respectivos vencimentos, inclusive os dos seus próprios serviços.

Art. 15 – Os Vereadores não podem:

I – desde a expedição do diploma:

a) Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de interesse de direito público, autarquia, empresa, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos municipais;

b) Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam admissíveis *"ad nutum"*, nas entidades constantes na alínea anterior, ressalvados os casos de aprovação em concurso público, art. 38, da Constituição Federal, inciso III;

II – desde a posse:

a) Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal ou nela exercer função remunerada;

b) Patrocinar causa em que seja interessada entidades a que se refere o inciso I a;

c) Ser titular de mais um cargo ou mandato eletivo.

Art. 16 – Perde o mandato o Vereador:

I – que infringir qualquer das proibições mencionadas no Art. anterior;

II – cujo procedimento for declarado incorreto o que se refere ao decoro parlamentar;

III – que deixar de comparecer anualmente à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salva pela autoridade competente ou pela própria Câmara;

IV – que perder ou tiver suspenso os direitos políticos;

V – quando o decretar a Justiça Eleitoral ou Justiça Comum, na forma prevista constitucionalmente;

VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII – que fixar residência fora dos limites do Município.

§ 1º. É incompatível com o decoro parlamentar além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos vereadores ou a percepção de vantagens indevidas;

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e IV a perda do mandato é decidida pela Câmara Municipal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante a provocação da Mesa ou de partido político representado na casa, assegurada ampla defesa;

§ 3º nos casos previstos nos incisos III a perda é declarada pela Mesa da Câmara, de Ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na casa, assegurada ampla defesa.

Art. 17 – O Vereador poderá licenciar-se:

I – por motivo de saúde, devidamente comprovado e Licença Gestante;

II – para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não seja inferior a 30 (trinta) dias e não ultrapasse a 120 (cento e vinte) dias;

III – para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município.

§ 1º - Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de Secretário Municipal.

§ 2º - Ao Vereador licenciado nos termos dos incisos I e III, a Câmara poderá determinar o pagamento, no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio-doença ou de auxílio especial.

§ 3º - O auxílio de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso de legislatura e não será computado para o efeito de cálculo de remuneração dos Vereadores.

§ 4º - Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licenciado o Vereador privado, temporariamente, de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

§ 5º - Na hipótese do parágrafo 1º, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

§ 6º - A licença prevista no inciso II e III deste Art. depende de aprovação do Plenário e, no caso do inciso I, a licença será concedida pela Mesa Diretora.

§ 7° - A Vereadora gestante poderá licenciar-se pelo prazo de cento e oitenta dias.

Art. 18 – Dar-se-á a convocação do suplente de Vereadores, nos casos de vaga ou de licença do titular por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias.

§ 1º - O suplente de Vereador convocado deverá tomar posse no prazo de 10 (dez) dias, contados da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara.

§ 2º - Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não foi preenchida, calcular-se-á o "*quorum*" em função dos Vereadores remanescentes.

Art. 19 – É livre ao Vereador renunciar ao mandato.

Parágrafo único – A renúncia far-se-á por ofício dirigido ao Presidente da Câmara Municipal.

Art. 20 – O Vereador que faltar a uma das sessões ordinárias mensais terá sua remuneração reduzida na forma da lei.

Art. 21 – Antes da posse e ao término do mandato, os Vereadores deverão apresentar declaração de bens.

SEÇÃO IV

DAS REUNIÕES

Art. 22 – A Legislatura, que terá duração de quatro anos, dividir-se-á em quatro Sessões Legislativas.

§ 1º - Cada Sessão Legislativa compreende dois períodos legislativos: de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro:

§ 2º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos e feriados;

SEÇÃO V

DA MESA DIRETORA

Art. 23 – A mesa da Câmara Municipal será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário, eleitos para o mandato de um ano, vedada a recondução para o cargo de Presidente, na mesma legislatura.

§ 1º - As competências e as atribuições dos membros da mesa e forma de substituição, as eleições para a sua composição e os cargos e destituição são definidos no regimento interno;

§ 2º - O Presidente representa o Poder Legislativo e será substituído nas faltas, impedimentos e licenças pelo Vice-Presidente; na falta deste, pelo Primeiro Secretário, pelo Segundo Secretário ou pelo Vereador mais votado, nesta ordem.

SUBSEÇÃO I

DA POSSE

Art. 24 – A Câmara Municipal reunir-se-á em Sessão de Instalação Legislativa a 1º de janeiro do ano subsequente às eleições, às 10 horas para a posse e compromisso de seus membros, do Prefeito e do Vice-Prefeito e eleição da Mesa e das comissões, sob a presidência do mais votado entre os presentes e havendo maioria absoluta dos membros da Câmara elegerão os componentes da mesa por voto público e maioria absoluta de votos, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

§ 1º - Se o candidato ao obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á imediatamente a novo escrutínio, considerando-se eleito o mais votado ou, no caso de empate, o mais idoso.

§ 2º - Não havendo número legal, o Vereador que estiver investido nas funções de Presidente dos trabalhos convocará sessões diárias até que haja "quórum" exigido e seja eleita a Mesa.

§ 3º – O presidente prestará o seguinte compromisso:

"PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO, A LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM E AS DEMAIS

LEIS. DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI OUTORGADO, E PROMOVER O BEM GERAL DO POVO DE NOVO SÃO JOAQUIM, EXERCENDO COM PATRIOTISMO AS FUNÇÕES DO MEU CARGO."

Em seguida o secretário designado para este fim fará a chamada de cada Vereador, que declarará: "ASSIM O PROMETO".

§ 4º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no Art. 32 poderá fazê-lo até 15 (quinze) dias depois da primeira sessão ordinária da Legislatura.

Parágrafo único - A Câmara reunir-se-á extraordinariamente em caso de urgência ou de interesse público relevante, por convocação:

I – do Prefeito;

II – do Presidente da Câmara, por sua iniciativa ou a requerimento da maioria absoluta dos membros da casa.

§ 1º - As Sessões Extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de dois dias, salvo casos excepcionais, e nelas não se tratará de matéria estranha à convocação.

§ 2º - O Presidente da Câmara Municipal dará ciência da convocação aos Vereadores, por meio de comunicação pessoal e escrita.

Art. 25 – É garantida, na forma do Regimento Interno, a tribuna livre.

Art. 26 – Na composição da Mesa será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos com assento na Casa.

Art. 27 – Os membros da Mesa isoladamente ou em conjunto são passíveis de destituição, desde que exorbitem de suas atribuições, ou delas se omitam, mediante resolução aprovado por dois terços dos membros da Câmara, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 1º - O início do processo de destituição dependerá de representação subscrita pela maioria absoluta dos Vereadores, necessariamente lida em plenário por qualquer de seus signatários, com denúncia e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades imputadas.

§ 2º - Oferecida a representação, constituir-se-á Comissão Processante, nos termos regimentais.

SEÇÃO VI

DA MESA DIRETORA

SUBSEÇÃO I – DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 28 – São atribuições da Mesa, entre outras:

I – tomar todas as providências necessárias à irregularidade dos trabalhos legislativos;

II – designar Vereadores para a missão de representação da Câmara Municipal;

III – propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal;

IV – propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

V – apresentar projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

VI – representar, junto ao Executivo, sobre necessidades de economia interna;

VII – nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara, não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvando o disposto no inciso II, deste Art., desde que aprovadas por maioria absoluta dos membros da Câmara;

Art. 29 – Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara:

I – representar a Câmara em juízo e fora dele;

II – dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III – fazer cumprir o Regimento Interno;

IV – promulgar as Resoluções e Decretos Legislativos;

V– promulgar as leis com a sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário, e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito Municipal;

VI – fazer publicar os atos da Mesa, as Resoluções, Decretos Legislativos e as Leis que vier a promulgar;

VII – autorizar as despesas da Câmara;

VIII – requerer ao órgão competente por decisão da Câmara, parecer sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo;

IX – solicitar, por decisão da maioria absoluta da Câmara, a intervenção no Município, nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual;

X – manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;

XI– encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas da Câmara ao Tribunal de Contas do Estado.

SEÇÃO VII

DAS COMISSÕES

Art. 30 – A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no Regimento Interno ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º - À comissão, em razão da matéria de sua competência cabe:

I – Discutir e votar projeto de lei que dispensar na forma do Regimento Interno, a competência do plenário salva se houver recurso de um décimo dos membros da Câmara;

II – Realizar audiências públicas com entidades da comunidade;

III – Convocar Secretários Municipais para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IV – Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos omissões das autoridades públicas municipais;

V – Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – Apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre ele emitir parecer.

§ 2º - As Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no regimento de um terço dos Vereadores que compõem a Câmara, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

SEÇÃO VIII

DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 31 – O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I – emendas à Lei Orgânica Municipal;

II – leis complementares;

III – leis ordinárias;

IV – resoluções;

V – decretos legislativos.

SEÇÃO IX

DA EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Art. 32 – A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II – do Prefeito Municipal;

III – de iniciativa popular.

§ 1º - A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de 10 (dez) dias, e para ser aprovada necessita do voto favorável de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos membros da câmara Municipal em cada turno.

§ 2º - A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

§ 3º - A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

Art. 33 – A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, por um mínimo de 5% (cinco por cento) do total do número de eleitores do Município.

Art. 34 – As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Parágrafo único – serão leis complementares, dentre outras, as previstas nesta Lei Orgânica:

I – Código Tributário do Município;

II – Código de Obras e Edificações;

III – Plano Diretor de Desenvolvimento integrado;

IV – Código Sanitário e de Posturas do Município;

V – Código de Defesa do Meio Ambiente e Recursos Naturais;

VI – Lei Instituidora do Regime Jurídico único dos Servidores Municipais;

VII – Lei Orgânica Instituidora da Guarda – Municipal;

VIII – Lei de Criação de Cargos, Funções ou Empregos Públicos;

Art. 35 – São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

I – criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta, autárquica e Fundacional e sua remuneração;

II – servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

III – criação e extinção de Secretarias e órgãos da Administração Pública;

IV – matéria orçamentária e a que autorize abertura de crédito ou conceda auxílio, prêmios e subvenções;

Parágrafo único – Não será admitido aumento da despesa prévia nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal.

Art. 36 – O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 1º - Decorrido, sem deliberação, o prazo previsto no "caput" deste Art., o projeto será obrigatoriamente incluído na ordem do dia até que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação sobre qualquer outra matéria, exceto veto e leis orçamentárias.

§ 2º - O prazo referido neste Art. não ocorre no período de recesso da Câmara e nem se aplica aos projetos de codificação e de lei complementar.

Art. 37 – O projeto de lei aprovado pela Câmara será, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado ao Prefeito Municipal que, concordando o sancionará no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 1º - Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção tácita.

§ 2º - Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do recebimento e comunicarão dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Presidente da Câmara os motivos do veto.

§ 3º - O veto parcial somente abrangerá o texto integral do Art., do parágrafo, do inciso ou da alínea.

§ 4º - O veto será apreciado no prazo de 15 (quinze) dias contados do seu recebimento, com parecer ou sem ele, em uma única discussão e votação.

§ 5º - O veto somente será rejeitado pela maioria absoluta dos vereadores, mediante votação nominal.

§ 6º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo 4º, o veto será colocado na "Ordem do Dia" da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 7º - Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito Municipal para promulgação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 8º - Se o Prefeito não promulgar a lei nos prazos previstos, e ainda no caso de sanção tácita, o Presidente da Câmara, e se este não o fizer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo em igual prazo.

§ 9º - A manutenção do veto não restaura a matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

Art. 38 – Os Projetos de Resolução disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os Projetos de Decretos Legislativos sobre os demais casos de sua competência privativa.

Parágrafo único – Nos casos de Projeto de Resolução e de Projeto de Decreto Legislativo, considerar-se-á encerrada com a votação final, a elaboração da norma jurídica que será promulgada pelo Presidente da Câmara.

Art. 39 – A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 40 – O Município organizará a sua contabilidade de modo a evidenciar, com transparência, os fatos ligados à administração financeira, orçamentária, patrimonial e industrial.

Art. 41 – A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município e das entidades de sua administração pública direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único – As contas do Município, após parecer prévio, ficarão, durante 60 (sessenta) dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação.

Art. 42 – Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias do Legislativo, inclusive, os créditos suplementares e especiais serão entregues em duodécimos até o dia vinte de cada mês, em contas estabelecidas na programação financeira.

Art. 43 – A despesa de pessoal ativo e inativo ficará sujeita aos limites estabelecidos na Lei Complementar a que se refere o Art. 16 da Constituição Federal.

Parágrafo único – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou a alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista;

III – desde que autorizadas por maioria absoluta do Poder Legislativo.

Art. 44 – O Poder Executivo publicará e enviará à Câmara Municipal, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária dos órgãos da administração direta, das autarquias, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 1º - A Câmara Municipal publicará relatório resumido de sua execução orçamentária, até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada bimestre.

§ 2º - A requerimento de qualquer Vereador serão fornecidas cópias de documentos no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de, em não o fazendo, cometer o Poder Executivo infração político-administrativa, capitulada em lei.

Art. 45 – Imediatamente após a promulgação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo elaborará a programação financeira, levando em conta os recursos orçamentários, para utilização dos respectivos créditos pelas unidades administrativas.

Parágrafo único – O disposto nesse Art. aplica-se aos Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas.

Art. 46 - O pagamento da despesa regularmente processada e não constante da programação financeira mensal da unidade, importará na imputação de responsabilidade ao seu ordenador.

Art. 47 - As arrecadações das receitas próprias do Município e de suas entidades de administração indireta poderão ser feitas através de rede bancária privada, mediante convênio.

Art. 48 - As alterações orçamentárias durante o exercício se representarão:

I - pelos créditos adicionais, suplementares, especiais e extraordinários;

II - pelos remanejamentos, transferências e transposições de recursos de uma categoria de programação para outra.

Parágrafo único – O remanejamento, a transferência e a transposição somente se realizarão, quando autorizadas em lei específica que contenha a justificativa.

Art. 49 – As receitas e despesas orçamentárias serão movimentadas através de caixa única, regularmente instituída.

Art. 50 – A Câmara Municipal terá a sua própria contabilidade e sua própria tesouraria, por onde movimentará os recursos que lhe forem liberados.

Art. 51 – O contribuinte poderá questionar a legitimidade das contas, mediante requerimento por escrito e por ele assinado, perante a Câmara Municipal.

§ 1º - O Legislativo Municipal apreciará as objeções ou impugnações do contribuinte, em sessão ordinária dentro de no máximo 20 (vinte) dias, a contar do seu recebimento;

§ 2º - Se acolher o requerimento, remeterá o expediente ao Tribunal de Contas para pronunciamento, e ao Prefeito para defesa e explicações, depois do que julgará as contas em definitivo.

Art. 52 – Até 60 (sessenta) dias após início de sessão legislativa de cada ano, o Prefeito Municipal encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado as contas do Município, que se comporão de:

I - demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas dos órgãos da administração direta bem como as dos Fundos Especiais, das Fundações e das Autarquias, instituídas e mantidas pelo Poder Municipal e de Empresas Municipais;

II - notas explicativas às demonstrações de que trata este Art.;

III - relatório circunstanciado da gestão dos recursos públicos municipais, no exercício demonstrado.

Art. 53 – São sujeitas à tomada de prestação de contas os agentes da Administração Municipal responsável por bens e valores pertencentes ou confiados à Fazenda Pública Municipal.

§ 1º - A tesouraria do Município, ou servidor que exerça a função correlata, fica obrigada à prestação do boletim diário da tesouraria, que será fixado em local próprio na sede da Prefeitura Municipal.

§ 2º - Os demais agentes municipais arrecadadores apresentarão as suas respectivas prestações de contas até 05 (cinco) dias após o dia em que o valor tenha sido recebido.

§ 3º - Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores municipais ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste assuma obrigações de natureza pecuniária.

CAPÍTULO IV

DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 54 – O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais ou Diretores com cargos equivalentes.

Parágrafo único – Aplicam-se à elegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito as mesmas disposições desta lei para eleição de vereador.

Art. 55 – A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á simultaneamente, nos termos estabelecidos no Art. 29, incisos I e II da Constituição Federal.

§ 1º - Será considerado eleito Prefeito o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta dos votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 2º - Havendo mais de um candidato com a mesma quantidade de votos, qualificar-se-á o mais idoso.

Art. 56 – O Prefeito e Vice-Prefeito, no ato da posse, prestarão compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica, observar as leis da União, do Estado e do Município, promover o bem geral dos munícipes e exercer o cargo sob inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade.

Parágrafo único – Decorridos dez dias da data fixada para a posse, se o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 57 – Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Prefeito.

§ 1º - O Vice-Prefeito não poderá se recusar a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato.

§ 2º - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele for convocado para missões especiais.

Art. 58 – Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito ou vacância dos respectivos cargos, assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo único – O Presidente da Câmara, recusando-se, por qualquer motivo, a assumir o cargo de Prefeito, renunciará, incontinente, à sua função de dirigente do Legislativo, ensejando, assim, a assunção do seu substituto imediato, ou a eleição de outro membro, para ocupar como Presidente da Câmara, a chefia do Poder Executivo, não havendo substituto.

Art. 59 – Verificando-se a vacância dos respectivos cargos de Prefeito e inexistindo Vice-Prefeito, observar-se-á o seguinte:

I - ocorrendo a vacância nos três primeiros anos de mandato, dar-se-á eleição noventa dias após a sua abertura, cabendo aos eleitos completar o período dos seus antecessores;

II - ocorrendo a vacância no último ano do mandato, assumirá o Presidente da Câmara, que completará o período.

Art. 60 – O mandato do Prefeito é de quatro anos, podendo ser reeleito para o período subsequente, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

Art. 61 – O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo, não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período de 15 (quinze) dias, sob pena de perda do cargo ou do mandato.

§ 1º - O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber a remuneração, quando:

I - impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;

II - a serviço ou em missão de representação do Município.

§ 2º - O Prefeito gozará férias anuais de trinta (30) dias, sem prejuízo da remuneração.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 62 – Ao Prefeito, como chefe da administração, compete dar cumprimento às deliberações da Câmara, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, bem como adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública, sem exceder as verbas orçamentárias.

Art. 63 – Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: a iniciativa das leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

I - a iniciativa das leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

I – representar o Município em Juízo e fora dele;

II – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os regulamentos para sua execução;

III – vetar, no todo ou em parte, os projetos de leis aprovados pela Câmara;

IV – decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;

V – expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

VI – permitir ou autorizar o uso de bens municipais, por terceiros;

VII – permitir ou autorizar a execução de serviços por terceiros;

VIII – prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

IX – enviar à Câmara os projetos de leis relativos ao orçamento anual e ao plano plurianual do Município e das autarquias;

X – encaminhar à Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;

XI – encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XII – fazer publicar os atos oficiais;

XIII – prestar à Câmara, dentro de 15 (quinze) dias úteis, as informações pela mesma solicitada, salvo prorrogação, a seu pedido e por prazo determinado, em face da complexidade da matéria ou da dificuldade de obtenção nas respectivas fontes, dos dados pleiteados;

XIV – superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e a aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamento dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

XV – colocar à disposição da Câmara, dentro de 10 (dez) dias de sua requisição, as quantias que devam ser despendidas de uma só vez e até o dia 20 de cada mês, os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, compreendendo os créditos suplementares e especiais;

XVI – aplicar multas previstas em lei e contratos, bem como revê-las quando impostas irregularmente;

XVII – resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas;

XVIII – convocar extraordinariamente a Câmara quando o interesse da administração o exigir;

XIX – aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XX – apresentar, anualmente, à Câmara, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem assim o programa para o ano seguinte;

XXI – organizar os serviços internos das repartições criadas por lei, sem exceder as verbas para tal destinadas;

XXII – contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara;

XXIII – providenciar sobre a administração dos bens do Município e sua alienação, na forma da lei;

XXIV – organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos às terras do Município;

XXV – desenvolver o sistema viário do Município;

XXVI – conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente aprovado pela Câmara;

XXVII– solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado, para garantia do cumprimento de seus atos;

XXVIII – adotar providências para a conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;

XXIX – publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

XXX – subscrever ou adquirir ações, realizar ou aumentar capital de Sociedade de Economia Mista ou de Empresa Pública, desde que haja recursos hábeis, mediante autorização da Câmara Municipal;

XXXI – dispor, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital que tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado, mediante autorização da Câmara Municipal;

XXXII – enviar à Câmara Municipal projeto de lei que discipline sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos;

XXXIII – decretar estado de calamidade pública.

Parágrafo único – O Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares, as funções administrativas previstas nos incisos IX, e XXI deste Art..

SEÇÃO III

DA PERDA E EXTINÇÃO DO MANDATO

Art. 64 – É vedado ao Prefeito e ao Vice-Prefeito aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis “ad nutum” na Administração Pública Direta ou Indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto no Art. 38, da Constituição Federal.

Parágrafo único – A infração ao disposto neste Art. importará em perda do mandato.

Art. 65 - As incompatibilidades declaradas nesta lei estendem-se, no que forem aplicáveis, ao Prefeito e aos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes.

Art. 66 - São crimes de responsabilidade e infrações político-administrativas do Prefeito, os previstos na legislação federal.

Parágrafo único – O Prefeito será julgado pela prática de crime comum ou de responsabilidade, perante o Tribunal de Justiça e por infrações político-administrativas, perante a Câmara Municipal.

Art. 67 - Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito, quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de dez (10) dias;

III - infringir as normas desta Lei Orgânica;

IV - perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

Art. 68 - São auxiliares diretos do Prefeito:

I - os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes;

II - os Administradores Regionais dos Distritos ou das Administrações Regionais a serem criadas por Lei.

§ 1º - Os auxiliares diretos do Prefeito farão declaração de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo, as quais ficarão arquivadas, constando das respectivas atas o seu resumo.

§ 2º - Os Administradores das Regionais e dos Distritos, serão de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo, sendo enquadrados na Estrutura Organizacional do Gabinete do Prefeito.

§ 3º - Aos Administradores Regionais, como delegados do Executivo compete:

I- cumprir e fazer cumprir, as leis, resoluções, regulamentos e demais atos do Prefeito e da Câmara Municipal;

II - fiscalizar os serviços distritais;

III - atender as reclamações das partes e encaminhá-las ao Prefeito, quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições ou quando lhe for favorável a decisão proferida;

IV - indicar ao Prefeito providências necessárias ao Distrito;

V - prestar contas ao Prefeito e à Câmara Municipal, mensalmente ou quando lhe forem solicitadas.

Art. 69 - O Administrador Regional, em caso de licença ou impedimento, será substituído por pessoa de livre escolha do Prefeito.

SEÇÃO IV

DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 70 – A Procuradoria Geral do Município é a instituição que representa, como advocacia geral, o Município, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que depuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoria jurídica do Poder Executivo:

§ 1º - A Procuradoria Geral do Município tem por chefe o Procurador Geral do Município nomeado pelo Prefeito dentre integrante da carreira de Procurador Municipal, maior de trinta e cinco anos, após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, para mandato de oito anos permitido a recondução;

§ 2º - A destituição do Procurador Geral do Município pelo Prefeito deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta da Câmara Municipal;

§ 3º - O Procurador Geral do Município poderá ser destituído pela maioria absoluta da Câmara Municipal, na forma da lei complementar respectiva.

Art. 71 – O ingresso na carreira de Procurador Municipal far-se-á mediante concurso público de prova e títulos, assegurada à participação da seção de Mato Grosso da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, inclusive na elaboração do programa das provas observadas nas nomeações, a ordem de classificação.

TÍTULO III

GOVERNO MUNICIPAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 72 – A Administração Pública Municipal é o conjunto de órgãos e entidades institucionais, orçamentários, financeiros patrimoniais e humanos dotados de poder normativo, regulamentar, de polícia, disciplinar e hierárquico, destinado ao fomento, intervenção, serviço público, legislativo e execução das decisões do governo para a consecução dos interesses coletivos.

§ 1º - A Administração Pública Municipal direta compreende os órgãos e serviços da estrutura administrativa do Poder Executivo ou do Poder Legislativo.

§ 2º - A Administração Pública indireta compreende as entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

I- autarquia;

II – fundação de direito público ou privado;

III - empresa pública; e

IV - sociedade de economia mista;

Art. 73 - A Administração Pública direta e indireta de todos os Poderes do Município de Novo São Joaquim, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I- os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em Lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvada as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo, na carreira;

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VI - é garantido ao servidor público o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa de cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes do Município, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória percebidos cumulativamente, ou não, incluídas as vantagens pessoais, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

XII – os vencimentos ou subsídio dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII **–** é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

XV – o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto na Constituição Federal;

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI;

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; ou

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrangem autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no parágrafo anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações;

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

§ 2º - A não observância do disposto nos incisos II e III, implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º - A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas à manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e as informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII da Constituição Federal; e

III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

§ 4º - Os fatos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º - A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta ou indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

§ 8º - A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I – o prazo de duração do contrato;

II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes; e

III – a remuneração do pessoal.

§ 9º - O disposto no inciso IX aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos do Município para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio geral.

§ 10 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 da Constituição Federal, com a remuneração do cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta lei, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

CAPÍTULO II

DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 74 - Ao servidor público da administração direta, autárquica e Fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento; ou

V – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse;

Art. 75 - Da Direção das entidades da Administração Pública Municipal Indireta e Fundacional e seus respectivos conselhos ou órgão normativo participarão, obrigatoriamente, pelo menos um diretor e um conselheiro, representante dos servidores, eleitos por estes, mediante voto direto e secreto, dentre filiados de associação profissional e sindicatos da categoria.

Art. 76 - O município instituirá o conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos poderes.

Art. 77 - A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura; e

III – as peculiaridades dos cargos.

Art. 78 - O Município poderá manter escola de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

Art. 79 - Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX da Constituição Federal, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Art. 80 - O detentor de mandato eletivo e os Secretários Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 81 - A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos desta lei e lei específica.

Art. 82- A lei disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

Art. 83 - O servidor público municipal será aposentado na forma prevista na Constituição Federal e Estatuto do Servidor Público.

Art. 84 - São estáveis após 03 (três) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público e só perderá o cargo o servidor:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 1º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante do cargo, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, e aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 2º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 3º - Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Art. 85 - As normas administrativas que criam, modificam ou extingam direitos dos servidores públicos da administração pública direta ou indireta do município serão estabelecidas somente através de lei.

CAPÍTULO III DA PUBLICIDADE DOS ATOS

Art. 86 - Os atos da administração pública municipal em geral serão publicados no “Diário Oficial do Estado”, no Placardmunicipalou em jornal de grande circulação local.

§ 1º - Os Poderes Executivo e Legislativo organizarão registros de seus atos e documentos de forma a preservar-lhes a integralidade e possibilitar-lhes a consulta e extração de cópias e certidões, sempre que necessário.

§ 2º - A publicidade a que se refere esse Art. é restrita ao território do município, exceto aquelas inseridas em órgão de comunicação de circulação nacional, quando lei federal ou estadual a exigir.

Art. 87 - Os Poderes Executivo e Legislativo são obrigados a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, certidões de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição, assim como atender as requisições judiciais em igual prazo, se outro não for fixado pela lei ou autoridade judiciária.

Art. 88 - O Poder Executivo publicará e enviará ao Poder Legislativo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre, relatórios completos sobre os gastos publicitários da administração direta e indireta.

Art. 89 - O não cumprimento do disposto neste capítulo implicará em nulidade do contrato e punição da autoridade responsável nos termos da lei.

CAPÍTULO IV

DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 90 - Lei Municipal, observadas as normas gerais estabelecidas por lei federal, disciplinará o procedimento de licitação, imprescindível à contratação de obras, serviços, compras e alienações no Município.

§ 1º - Fica proibida a participação de empresas envolvidas em todo e qualquer ato ilícito, nos processos de licitação, para vendas ou prestações de serviços ao Poder Executivo Municipal, bem como à Câmara Municipal.

§ 2º - Confirmada a participação de empresas em atos que ferem os preceitos do parágrafo anterior, serão elas impedidas e afastadas do Cadastro Municipal.

§ 3º - Caso o disposto nesta lei for violado e comprovado após o término do processo de licitação, inclusive no decorrer da transação, quer de compra, quer de prestação de serviços, imediatamente o contrato será rescindido, não cabendo ônus da rescisão ao Município.

§ 4º - Nas licitações do Município e de suas entidades de administração, direta, indireta e fundacionais, observar-se-ão, sob pena de nulidade, os princípios desta lei. Nenhuma obra pública, salvo nos casos de extrema urgência devidamente justificados, será realizada sem que conste:

I - o respectivo projeto;

II - o orçamento do seu custo;

III - a indicação dos recursos financeiros para atendimento das respectivas despesas;

IV - a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse público;

V - os prazos para o seu início e término.

Art. 91 - O Município organizará e prestará, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de sua competência.

§ 1º - O transporte coletivo é dever do poder público, terá caráter essencial e será prestado, de preferência, diretamente pelo Município.

§ 2º - A concessão de serviço público será outorgada mediante contrato precedido de concorrência e autorização legislativa.

§ 3º - A permissão de serviço público, sempre a título precário, será outorgada por decreto, após edital de chamamento de interessados, para escolha do melhor pretendente.

§ 4º - Os serviços concedidos e permitidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo aos que os executem sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

§ 5º - O Município poderá intervir na prestação dos serviços concedidos ou permitidos para corrigir distorções ou abusos, bem como retomá-los, sem indenização, desde que executados em desconformidade com lei federal ou municipal, ou quando se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

Art. 92 - As tarifas dos serviços públicos e de utilidade pública deverão ser fixadas pelo Prefeito, tendo em vista a justa remuneração, segundo critérios estabelecidos em lei.

Art. 93 - Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a encaminhar cópias dos projetos e contratos dos serviços e obras públicas às entidades representativas das Comunidades envolvidas.

SEÇÃO II

DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL

Art. 94 - Constituem bens municipais todos os que, a qualquer título, pertençam ao Município.

Art. 95 - Classificam-se os bens públicos em:

I – de uso comum do povo;

II – de uso especial;

III – dominiais.

Parágrafo único - O uso dos bens públicos pode ser gratuito ou oneroso, conforme disposto em lei.

Art. 96 – Compete ao Prefeito a administração dos bens municipais, ressalvada a competência da Câmara Municipal em relação aos seus bens.

Art. 97 – A alienação e a aquisição dos bens municipais, subordinadas à existência de interesse público devidamente justificado, serão precedidas de avaliação e obedecerão às seguintes normas:

I – quando imóveis, dependerão de autorização legislativa e de licitação, dispensada:

a) a licitação, no caso de permuta;

b) a licitação e a autorização legislativa, na aquisição por doação sem encargo e na reaquisição do domínio útil de imóvel sob o regime enfitêutico.

II – quando móveis, dependerão de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação daqueles inservíveis para o serviço público, permitido exclusivamente para fins de interesse social;

b) permuta.

Art. 98 – O Município, preferencialmente à venda de bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência, dispensada esta quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

Art. 99 – A venda a proprietários lindeiros de imóveis remanescentes, resultantes de obras públicas ou de modificação de alinhamentos inaproveitáveis para edificações, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 100 – O uso de bens municipais por terceiros poderá ser outorgado mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público, devidamente justificado.

§ 1º – A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial ou dominial dependerá de autorização legislativa e de concorrência, dispensada esta quando houver interesse público devidamente justificado.

§ 2º – A concessão administrativa de bens de uso comum do povo somente será outorgada mediante autorização legislativa.

§ 3º – a autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada a título precário, por decreto.

§ 4º – A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada para atividades específicas e transitórias, por prazo não superior a sessenta dias.

Art. 101 – As avaliações previstas neste capítulo serão apresentadas em forma de laudo técnico elaborado:

I– pelo órgão competente da Administração municipal;

II – por comissão designada pelo Legislativo para este fim específico;

III – por terceiro devidamente cadastrado para este fim.

Art. 102 – Os bens considerados inservíveis deverão ser protegidos da ação do tempo ou levados a leilão o mais rápido possível, visando o seu estado e, em se tratando de veículos e equipamentos, também os seus componentes e acessórios.

Art. 103 – O bem, para ser considerado inservível, será submetido a vistoria com expedição de laudo, o qual indicará o seu estado e, em se tratando de veículos e equipamentos, também os seus componentes e acessórios.

Art. 104 – O Município facilitará a utilização dos bens municipais pela população para atividades culturais, educacionais e esportivos, na forma da lei.

TÍTULO IV DO SISTEMA TRIBUTÁRIO, FINANCEIRO E ORÇAMENTOS

CAPÍTULO I

DAS RECEITAS MUNICIPAIS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 105 - Constituem receitas do Município:

I- tributos que lhe são constitucionalmente discriminados, compreendendo impostos, taxas e contribuições de melhoria;

II - transferências provenientes de sua participação na arrecadação de tributos da União e do Estado;

III - rendas de seus bens, serviços e atividades compreendendo preços públicos e preços privados;

IV - financiamento, empréstimo, subvenções, auxílios e doações de outras entidades e pessoas.

Parágrafo único - Os preços e tarifas públicas serão fixadas pelo Executivo, por decreto e observadas as normas gerais de Direito Financeiro e as leis atinentes à espécie.

SEÇÃO II

DOS TRIBUTOS

Art. 106 - Atendidos os princípios da Constituição Federal e as normas do Direito Tributário estabelecidos em Lei Complementar Federal, sem prejuízo de outras garantias que a legislação municipal assegura ao contribuinte, poderá o Município instituir, através de leis, os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas;

III - contribuições de Melhorias;

IV - contribuição social.

Art. 107 - Compete ao Município instituir impostos sobre:

I - Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU):

a) o IPTU poderá ser progressivo, ou regressivo, nos termos da lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

II - transmissão “Inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição:

b) este imposto compete ao Município da situação do bem e não incide sobre transmissão de bens e direitos incorporados ao patrimônio de pes-

soas jurídicas em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens e direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direito, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

III - vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos;

IV - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado e definidos em Lei Complementar Federal (ISSQN).

Parágrafo único - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultando à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esse objetivo, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Art. 108 - As taxas só poderão ser instituídas por lei municipal, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial dos serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição pelo Município.

Parágrafo único - A interrupção na prestação dos serviços públicos desobriga o contribuinte de pagar as tarifas ou taxas correspondentes ao período do serviço paralisado e receber em dinheiro na mesma razão, caso o mesmo tenha efetuado o pagamento em cota única.

Art. 109 - A contribuição de melhoria poderá ser instituída por lei e cobrada dos proprietários de imóveis em decorrência da execução de obras públicas municipais.

Art. 110 - O produto da arrecadação das taxas e das contribuições de melhoria destinam-se, exclusivamente, ao custeio dos serviços e atividades ou das obras públicas que lhes dão fundamento.

Art. 111 - O Município instituirá por lei contribuição social, a ser cobrada de seus servidores, para custeio, em beneficio destes, do Sistema Municipal de Previdência e Assistência Social, caso venha a ser instituído.

Art. 112 - Lei Municipal poderá instituir Unidade Padrão Fiscal Municipal, para efeito de atualização dos créditos fiscais do Município.

Art. 113 - A concessão de isenção e de anistia ou remissão fiscal dependerá de autorização legislativa, em lei específica, aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º - A remissão de créditos tributários somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, aposentadoria ou notória pobreza do contribuinte.

§ 2º - A concessão de isenção, anistia ou moratória não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições.

Art. 114 - O Município divulgará, até o último dia útil do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, bem como os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

SEÇÃO III DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

Art. 115 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrarem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercidas e, independente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributo:

a) em relação ao fato gerador, ocorrido antes do início da vigência da lei que o houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o institui ou aumentou.

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - instituir imposto sobre:

c)patrimônio, renda ou serviços uns dos outros;

d) templos de qualquer culto;

e) patrimônio, renda ou serviço de partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos da lei;

f) os imóveis tombados pelos órgãos competentes;

g) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

VI - estabelecer diferenças tributárias entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

§ 1º - A vedação expressa na alínea “a” do inciso V é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculadas às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

§ 2º - O disposto na alínea “a”, do inciso V e no parágrafo anterior não compreende o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar o imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 3º - As vedações expressas na alínea “b” e “c” do inciso VI, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas relacionadas.

§ 4º - A vedação estabelecida na alínea “b” do inciso V será suspensa sempre que caracterizado o dano por ação ou omissão, comprovada pelo órgão competente, na forma da lei.

SEÇÃO IV DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Art. 116 - Pertencem ao Município:

I - O produto da arrecadação do imposto da União, sobre rendas e produtos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Município, pelas autarquias e fundações que institua e mantenha;

II - Cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União, sobre propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no município (IPTR);

III - Cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado, sobre propriedade dos veículos automotores licenciados no Município (IPVA);

IV - Vinte e cinco por cento do produto arrecadado do imposto do Estado, sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS);

V - Setenta por cento de produto da arrecadação do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários, incidente sobre o ouro, quando definido em lei federal como ativo financeiro ou instrumento cambial.

Art. 117 - O Município receberá vinte e cinco por cento dos recursos que o Estado receber da União, nos termos do art. 159, inciso II, da Constituição Federal.

CAPÍTULO II

DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 118 - O Governo Municipal manterá processo de planejamento, visando promover o desenvolvimento do Município, o bem estar da população e a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais.

Art. 119 - O Planejamento Municipal deverá orientar-se pelos seguintes princípios básicos:

I - democracia e transparência na sua elaboração e no acesso às informações disponíveis;

II- eficiência e eficácia na utilização dos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis;

III- complementaridade e integração de políticas, planos e programas setoriais;

IV - viabilidade técnica e econômica das proposições, avaliada a partir do interesse social da solução e dos benefícios públicos;

V - respeito e adequação à realidade local e regional e consonância com os planos e programas estaduais e federais existentes.

Art. 120 - O planejamento das atividades do Governo Municipal obedecerá às diretrizes deste capítulo e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada, entre outros, dos seguintes instrumentos:

I - plano diretor;

II - plano de governo;

III - lei de diretrizes orçamentárias;

IV - orçamento anual;

V - plano plurianual.

Parágrafo único - Aos instrumentos do planejamento municipal mencionados neste Art. deverão incorporar-se as propostas constantes dos planos e dos programas setoriais do Município.

SEÇÃO II DA COOPERAÇÃO DAS ENTIDADES NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Art. 121 - O Município buscará, por todos os meios ao seu alcance, a cooperação das entidades representativas no planejamento municipal.

Parágrafo único - Para fins deste Art., entende-se como entidade representativa o grupo legalmente organizado, de fins lícitos.

Art. 122 - O Município submeterá à apreciação das entidades organizadas representativas da comunidade, inclusive da zona rural, antes de encaminhá-los a Câmara Municipal, os projetos de lei do Plano Plurianual, do Orçamento Anual e do Plano Diretor, a fim de receber sugestões quanto à oportunidade e ao estabelecimento de prioridades das medidas propostas, nos termos de lei federal.

§ 1º - O Poder Público Municipal estabelecerá calendário da realização de audiências públicas, onde serão discutidas as prioridades para o orçamento do ano subseqüente.

§ 2º - Os projetos de que trata este Art. ficarão à disposição das entidades representativas da sociedade organizada durante 30 (trinta) dias, antes das datas fixadas para a sua remessa à Câmara Municipal.

SEÇÃO III

DOS ORÇAMENTOS

Art. 123 - Leis de iniciativa exclusiva do Poder Executivo estabelecerão:

I- o Plano Plurianual;

II – as Diretrizes Orçamentárias;

III - os Orçamentos Anuais;

§ 1º - O Plano Plurianual compreenderá:

I - diretrizes objetivos e metas para as ações municipais de execução plurianual;

II - investimentos de execução plurianual;

III - gastos com a execução de programas de duração continuada.

§ 2º - As Diretrizes Orçamentárias compreenderão as prioridades da Administração Pública Municipal, quer de órgãos da Administração direta, quer da administração indireta, com as respectivas metas, incluindo a despesa de capital para o exercício financeiro subseqüente;

I – as prioridades da Administração Pública Municipal, quer de órgãos da Administração direta, quer da Administração indireta, com as respectivas metas, incluindo a despesa de capital para o exercício financeiro subseqüente;

II - orientações para a elaboração da Lei Orçamentária Anual;

III - alterações na legislação tributária;

IV - autorização para a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração; criação de cargos ou alterações de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, pelas unidades governamentais da administração direta ou indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

§ 3º - O Orçamento Anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal da administração direta municipal, incluindo fundos especiais;

II - os orçamentos das entidades de administração indireta, inclusive das fundações instituídas pelo Poder Público Municipal;

III - o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

IV - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculadas, da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

Art. 124 - Os orçamentos previstos no § 3º do Art. anterior serão compatibilizados com o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias, evidenciando os programas e políticas do Governo Municipal.

Art. 125 - Os projetos de Lei Orçamentária serão acompanhados de demonstrativos dos efeitos decorrentes das isenções, anistias, remissões, subsídios, e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Art. 126 - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos suplementares e contratação de operações de créditos, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Art. 127 - Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual, e aos créditos adicionais, bem como suas emendas, serão apreciados pela Câmara Municipal necessitando do voto favorável da maioria absoluta de seus membros para aprovação.

§ 1º - As emendas ao projeto de lei do Orçamento Anual ou aos projetos que o modifiquem serão admitidas, desde que:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidem sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida.

III - estejam relacionadas com:

a) a correção de erros e omissões;

b) os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 2º - As emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual;

§ 3º - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara Municipal, propondo modificações nos projetos a que se refere este Art., enquanto não iniciada a votação nas Comissões, da parte cuja alteração é proposta;

§ 4º - Aplicam-se aos projetos mencionados neste Art., no que não contrariar o disposto neste capítulo, as demais normas relativas ao processo legislativo;

§ 5º - Os recursos financeiros que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição total ou parcial do projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização do processo legislativo.

Art. 128 - O Prefeito enviará à Câmara projeto de lei:

I - das Diretrizes Orçamentárias, até 31 de março de cada exercício;

II - do Orçamento Anual, até o dia 15 de setembro de cada exercício.

Parágrafo único – Junto com o projeto da Lei Orçamentária Anual, o Prefeito encaminhará também o projeto de lei do Plano Plurianual correspondente ao período necessário, para que tenha vigência permanente de um mínimo de três anos.

SEÇÃO IV DAS VEDAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 129 - São vedados:

I- o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam aos créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de créditos que excedam ao montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pelo Legislativo Municipal, por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de imposto a órgãos, fundos ou despesas, ressalvadas a destinação de recursos para o desenvolvimento do ensino e prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial, sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos especiais;

IX - a utilização de recursos do Orçamento da Seguridade Social, para finalidade que não seja a específica de sua criação;

X - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reaberto nos limites dos seus saldos, serão incorporados ao Orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL,

FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 130 - O Município organizará a sua contabilidade de modo a evidenciar, com transparência, os fatos ligados à administração financeira, orçamentária, patrimonial e industrial.

Art. 131 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município e das entidades de sua administração pública direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único – As contas do Município, após parecer prévio, ficarão, durante 60 (sessenta) dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação.

Art. 132 - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias do Legislativo, inclusive, os créditos suplementares e especiais serão entregues em duodécimos até o dia vinte de cada mês, em contas estabelecidas na programação financeira.

Art. 133 - A despesa de pessoal ativo e inativo ficará sujeita aos limites estabelecidos na Lei Complementar a que se refere o Art. 16 da Constituição Federal.

Parágrafo único – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou a alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista;

III - desde que autorizadas por maioria absoluta do Poder Legislativo.

Art. 134 - O Poder Executivo publicará e enviará à Câmara Municipal, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária dos órgãos da administração direta, das autarquias, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 1º - A Câmara Municipal publicará relatório resumido de sua execução orçamentária, até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada bimestre.

§ 2º - A requerimento de qualquer vereador serão fornecidas cópias de documentos no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de, em não o fazendo, cometer o Poder Executivo infração político-administrativa, capitulada em lei.

Art. 135 - Imediatamente após a promulgação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo elaborará a programação financeira, levando em conta os recursos orçamentários, para utilização dos respectivos créditos pelas unidades administrativas.

Parágrafo único – O disposto nesse Art. aplica-se aos Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas.

Art. 136 - O pagamento da despesa regularmente processada e não constante da programação financeira mensal da unidade, importará na imputação de responsabilidade ao seu ordenador.

Art. 137 - As arrecadações das receitas próprias do Município e de suas entidades de administração indireta poderão ser feitas através de rede bancária privada, mediante convênio.

Art. 138 - As alterações orçamentárias durante o exercício se representarão:

I - pelos créditos adicionais, suplementares, especiais e extraordinários;

II - pelos remanejamentos, transferências e transposições de recursos de uma categoria de programação para outra.

Parágrafo único – O remanejamento, a transferência e a transposição somente se realizarão, quando autorizadas em lei específica que contenha a justificativa.

Art. 139 - As receitas e despesas orçamentárias serão movimentadas através de caixa única, regularmente instituída.

Art. 140 - A Câmara Municipal terá a sua própria contabilidade e sua própria tesouraria para movimentar os recursos que lhe forem liberados.

Art. 141 - O contribuinte poderá questionar a legitimidade das contas, mediante requerimento por escrito e por ele assinado, perante a Câmara Municipal.

§ 1º - O Legislativo Municipal apreciará as objeções ou impugnações do contribuinte, em sessão ordinária dentro de no máximo 20 (vinte) dias, a contar do seu recebimento;

§ 2º - Se acolher o requerimento, remeterá o expediente ao Tribunal de Contas para pronunciamento, e ao Prefeito para defesa e explicações, depois do que julgará as contas em definitivo.

Art. 142 - Até 60 (sessenta) dias após início de sessão legislativa de cada ano, o Prefeito Municipal encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado as contas do Município, que se comporão de:

I - demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas dos órgãos da administração direta bem como as dos Fundos Especiais, das Fundações e das Autarquias, instituídas e mantidas pelo Poder Municipal e de Empresas Municipais;

II - notas explicativas às demonstrações de que trata este Art.;

III - relatório circunstanciado da gestão dos recursos públicos municipais, no exercício demonstrado.

Art. 143 - São sujeitas à tomada de prestação de contas os agentes da Administração Municipal responsável por bens e valores pertencentes ou confiados à Fazenda Pública Municipal.

§ 1º - A tesouraria do Município, ou servidor que exerça a função correlata, fica obrigada à prestação do boletim diário da tesouraria, que será fixado em local próprio na sede da Prefeitura Municipal.

§ 2º - Os demais agentes municipais arrecadadores apresentarão as suas respectivas prestações de contas até 05 (cinco) dias após o dia em que o valor tenha sido recebido.

§ 3º - Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores municipais ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste assuma obrigações de natureza pecuniária.

TÍTULO V

DA ORDEM ECONÔMICA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 144 - O Município, dentro de sua competência, organizará a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade.

Art. 145 - Na promoção do desenvolvimento econômico, o Município agirá, sem prejuízo de outras iniciativas, no sentido de:

I - fomentar a livre iniciativa;

II - privilegiar a geração de empregos;

III - utilizar tecnologias de uso intensivo de mão-de-obra;

IV - racionalizar a utilização de recursos naturais;

V - proteger o meio ambiente;

VI - proteger os usuários dos serviços públicos e os consumidores;

VII - dar tratamento privilegiado à pequena produção artesanal ou mercantil, às microempresas e às pequenas empresas locais, considerando sua contribuição para a democratização de oportunidades econômicas, inclusive para os grupos sociais mais carentes;

VIII - estimular o associativismo, cooperativismo e as microempresas;

IX - eliminar entraves burocráticos que possam limitar o exercício da atividade econômica;

X - desenvolver ação direta ou reivindicativa junto a outras esferas do governo, de modo a que sejam, entre outros, efetivados:

a) assistência técnica;

b) crédito especializado ou subsidiado;

c) estímulos fiscais e financeiros;

d) serviços de suporte informativo ou de mercado.

§ 1º - O trabalho é obrigação social e é garantido a todos o direito ao emprego e à justa remuneração, que proporcionem existência digna na família e na sociedade.

§ 2º - O Município manterá órgãos especializados, incumbidos de exercer ampla fiscalização dos serviços públicos por ele concedidos e da revisão de suas tarifas.

Art. 146 - A fiscalização de que trata este Art. compreende o exame contábil e as perícias necessárias à apuração das inversões de capital e dos lucros auferidos pelas empresas concessionárias.

Art. 147 - O Município desenvolverá esforços para proteger o consumidor através de atuação coordenadora com a União e o Estado.

TÍTULO VI

DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO

,

Art. 148 - O Município organizará seu sistema de ensino, garantindo a todos, ensino de qualidade, gratuito e em todos os níveis, pautado nos ideais de igualdade, liberdade e solidariedade social, visando o pleno desenvolvimento da pessoa humana.

Art. 149 - A educação pré-escolar e o ensino de 1º grau, nível I a IV e as creches, para crianças e jovens, é prioritariamente responsabilidade do Município, assim como a educação para adultos, que a elas não tiverem acesso em idade própria.

§ 1º - É de responsabilidade do Município, através da ação conjunta entre as Secretarias de Educação, Bem-Estar Social e Saúde, garantir a infraestrutura física e de pessoal adequada para a realização do serviço de creche no âmbito dos programas de saúde, educação e assistência.

§ 2º - As creches deverão estar vinculadas diretamente a Secretaria de Educação que se responsabilizará por:

a) manutenção;

b) gestão;

c) qualificação dos profissionais através de formação específica;

d) criação de planos de cargos e carreiras;

e) estabelecimento de convênios com creches comunitárias e filantrópicas, bem como, sua sistemática avaliação.

§ 3º - O educador de creche deverá estar qualificado para atuação na área e será vinculado a Secretaria Municipal de Educação, na área de educação infantil (creches e pré-escola), com formação mínima do nível médio.

§ 4º - A expansão da rede de creches municipais, dentro dos padrões de qualidade, poderá, prioritariamente, ser direcionada a população periférica urbana e da zona rural.

§ 5º - O ensino de 1º grau, da 5ª a 8ª séries deverá ser implantado, gradativamente, com participação técnica e financeira do Estado.

Art. 150 - O Poder Público promoverá a ampliação, recuperação e aparelhamento das escolas da rede municipal, sempre que necessário.

Art. 151 - O Município organizará e manterá sistema de ensino próprio, com extensão correspondente às necessidades locais de Educação Geral e qualificação para o trabalho, respeitando às diretrizes e às bases fixadas pela Legislação Federal e disposições supletivas da Educação Estadual.

Art. 152 – A administração pública municipal assegurará o conteúdo mínimo para a educação pré-escolar e o ensino de primeiro grau, de maneira a propiciar formação básica comum.

Art. 153 - As unidades escolares terão autonomia na definição da política pedagógica, respeitados, em seus currículos, os conteúdos mínimos estabelecidos a nível nacional, tendo como referência os valores culturais e artísticos nacionais e regionais, a iniciação técnico-científica e os valores ambientais.

Art. 154 - É dever de o Município prover as necessidades em recursos humanos e materiais de forma eficiente para atender a demanda do ensino da pré-escola e do 1º grau, na forma da lei federal.

Art. 155 - O dever do Município com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

I - presença do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência;

II - criação de recursos para Programas Educativos, tais como televisão, jornais, rádios, com objetivo de orientar e conscientizar a coletividade;

III - priorização para atendimento em creches dos irmãos de portadores de deficiência, a fim de possibilitar às mães maior assistência ao filho deficiente;

IV - oportunidade aos portadores de deficiência de receberem educação especial, através de meios e em locais adequados, a fim de melhor atender às peculiaridades que lhes são inerentes;

V- atendimento aos educandos adolescentes e adultos, através de oficinas de trabalho devidamente aparelhadas;

VI - atendimento especializado à criança, a partir do nascimento, compreendendo ações de prevenção, educação precoce, educação pré-escolar, em centros especializados, creches e escolas;

VII - gratuidade do ensino na pré-escola e nos de 1º e 2º graus a todos os portadores de deficiência, através de Bolsas de Estudo, subsidiadas pelo Município, quando este não dispuser de número suficiente de Escolas para atender à demanda;

VIII - gratuidade do ensino de 1º e 2º graus, através de Bolsas de Estudo, a todos os portadores de necessidades especiais, que demonstrarem efetivo aproveitamento e comprovarem a falta ou insuficiência de recursos;

IX - recenseamento dos educandos portadores de necessidades especiais de educação, e oferta de meios para a avaliação diagnóstica, e encaminhamento à freqüência dos serviços de atendimento especial;

X - acesso e permanência nos níveis mais elevados de ensino, segundo as capacidades individuais;

XI - manutenção de programa de suplementação alimentar aos educandos portadores de deficiência;

XII - atuação, em colaboração com o Estado, em Educação Especial.

Parágrafo único - O Poder Público disporá de normas de construção de escolas, logradouros, prédios de uso público, fabricação de veículos coletivos, que permitam o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiências.

Art. 156 - O ensino religioso não será obrigatório e, quando for ministrado, não poderá restringir-se a apenas uma religião.

Art. 157 - Constará de matéria do currículo da rede municipal de educação, além do inglês, o espanhol, como línguas estrangeiras.

Art. 158 - A educação física é considerada disciplina regular e de matrícula obrigatória em todos os níveis de ensino, ministrada por profissional com habilitação específica.

Parágrafo único - Lei ordinária disciplinará a prática de educação física, de acordo com o costume, condição física individual e vínculo de emprego.

Art. 159 - A educação ambiental será enfatizada em todas as séries e graus de ensino, nas disciplinas que disponham de instrumental ou conteúdo para estudos ambientais.

Art. 160 - Os poderes públicos instalarão bibliotecas nas sedes do Município e distritos.

Art. 161 - O Município instituirá na rede municipal de ensino programas educativos sobre o processo de envelhecimento, visando à capacitação e à integração do idoso na sociedade.

Art. 162 - O Município deverá elaborar seu plano de Educação, de duração plurianual visando à articulação, integração e desenvolvimento da educação, buscando:

I- erradicar o analfabetismo;

II - capacitar recursos humanos;

III - valorizar o pessoal do magistério;

IV - promover o conhecimento humanístico, científico e tecnológico;

V - elaborar estatuto e plano único de carreira para todos os profissionais do magistério.

Art. 163 - O Município aplicará da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento da educação escolar, os percentuais definidos em lei federal e estadual.

Art. 164 - A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino de 1º grau atendido pelo Município.

Art. 165 - Os recursos públicos serão destinados às escolas do Município, podendo, excepcionalmente, serem dirigidos às escolas comunitárias e filantrópicas, na forma de recursos humanos, conforme normas estabelecidas, pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 166 - Fica proibida qualquer forma de financiamento com verbas públicas, para atividades do ensino privado.

Art. 167 - O ensino na zona rural deverá ter dotação específica para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 168 - O Município deverá implantar, gradativamente, o sistema de ensino em turno integral.

Art. 169 - A merenda escolar é direito de todos os estudantes, da criança ao adulto, não podendo faltar nas zonas urbanas e rurais.

Art. 170 - O Município garantirá meio de transporte, para atender os alunos da rede municipal na zona rural.

Art. 171 - O Município implantará dispositivos para a segurança no trânsito nas proximidades das Unidades Escolares.

Art. 172 - O Escotismo deverá ser considerado como método complementar na Educação.

Art. 173 - O dirigente municipal de ensino deverá ser escolhido dentre os profissionais da educação.

SEÇÃO I

DA CULTURA

SUBSEÇÃO I

DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

Art. 174 - Compete ao Município, quanto ao patrimônio histórico-cultural:

I - definir e proteger em seu espaço territorial e físico, áreas urbanisticamente e/ou arquitetonicamente representativas e de importância histórica e artística, e/ou cultural, que passam a compor o Patrimônio Municipal, ficando vedadas quaisquer alterações que comprometam a integridade dos atributos que justificam a sua proteção;

II - viabilizar a criação de comissão técnica, com a participação do legislativo, a fim de identificar e estudar seu patrimônio natural, histórico e paisagístico;

III - estimular e promover a recuperação física do patrimônio, edificando, criando incentivos à recuperação física das edificações de propriedade particular, e promovendo a proteção das características urbanísticas e a revitalização dos conjuntos tombados e/ou significativos dentro do Município;

IV - criar formas de fiscalização permanente e controle da depredação e/ou destruição criminosa ou não, do Patrimônio Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico do Município;

V - criar formas eficazes de autuação e multa das obras irregulares, revertendo as multas diretamente para a recuperação do imóvel em questão;

VI - garantir o socorro de urgência às edificações em vias de ruir, mantendo para isso uma equipe de operários orientados por técnicos competentes;

VII - firmar convênios com instituições idôneas para a realização de programas de divulgação, recuperação e socorro ao patrimônio edificado do Município;

VIII - cooperar com os projetos, programas e ações de nível estadual e federal, que promovem a proteção do meio ambiente edificado no Município.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

DOS DESPORTOS

Art. 175 - É dever de o Município fomentar práticas desportivas formais e não-formais, observando-se:

a) a garantia de atendimento de atividades corporais, do desporto, lazer às crianças, principalmente no âmbito escolar e aos deficientes e idosos;

b) a autonomia das entidades desportivas e aos dirigentes de associações, quanto à sua organização e funcionamento;

c) a destinação de recursos humanos, financeiros e materiais para a promoção do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento;

d) o tratamento diferenciado para o desporto não profissional, sendo vedado o custeio de despesas para o desporto profissional.

Art. 176 - As ações do Poder Público Municipal e a destinação de recursos para o setor priorizarão:

a) o esporte amador;

b) o lazer popular;

c) a criação e manutenção de instalações esportivas e recreativas nos programas e projetos de urbanização e moradia popular e nas unidades educacionais, exigindo igual participação da iniciativa privada.

SEÇÃO II

DOS DEFICIENTES E DOS IDOSOS

Art. 177 - Ao Município caberá:

I - apoiar e incentivar o idoso a divulgar as tradições em praças públicas da cidade e/ou centros comunitários, a fim de reforçar e transmitir nossas raízes culturais à nova geração;

II - apoiar permanentemente os artistas e artesãos idosos.

Art. 178 - O Município garantirá o acesso aos portadores de deficiência às fontes de cultura e lazer, através da eliminação de barreiras que a arquitetura possa apresentar.

Art. 179 - O Município garantirá a participação de pessoas portadoras de deficiência em todas as atividades de lazer e cultura, através de:

I - incentivo às editoras de obras literárias, por meio de anistias e isenções fiscais, quando publicarem percentual de suas obras editadas em escrita *braile*;

II - criação, manutenção e apoio ao funcionamento de biblioteca, arquivos, museus, foto tecas, espaços cênicos, cinematográficos, videográficos e musicais.

Art. 180 - Caberá ao Município a construção de instalações adequadas à prática de desportos, bem como sua manutenção e de recursos especializados, para deficientes e idosos, na seguinte forma:

I - incentivo a práticas esportivas, através de realização de programas permanentes de educação física;

II - inclusão no calendário de eventos, com promoções específicas, referentes aos desportos e ao lazer.

Art. 181 - A promoção, o apoio e o incentivo aos esportes, atividades corporais e ao lazer serão garantidos, mediante:

a) o incentivo à pesquisa no campo da educação física, do desporto e do lazer social;

b) programas de construção, preservação e manutenção de áreas para a prática esportiva e o lazer comunitário, com alternativas de utilização para os portadores de deficiência e idosos;

c) provimento dos cargos e encargos por profissionais habilitados na área específica dos cargos atinentes à educação física e ao desporto, tanto nas instituições públicas como nas privadas;

d) garantia do acesso da comunidade às instalações de lazer e esporte das escolas e centros esportivos do Município, sob orientação de profissionais habilitados, nos horários e dias que não prejudiquem a prática pedagógica formal.

CAPÍTULO III

DA SAÚDE

Art. 182 - A saúde é direito de todos os Munícipes e dever do poder público, assegurada mediante políticas sociais, econômicas e ambientais que visem à eliminação do risco de doenças e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo único - Entende-se como saúde a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde, garantidas através de um plano de desenvolvimento urbano elaborado de acordo com o Art. 301 da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Art. 183 - O conjunto das ações e serviços de saúde do Município de Novo São Joaquim integra uma rede regionalizada e hierarquizada e é desen-

volvido por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, de administração direta e indireta, e constitui o Sistema Único de Saúde (SUS), que é regulamentado por esta lei.

Parágrafo único - O setor privado participa do SUS em caráter complementar, segundo diretrizes deste, mediante contrato ou convênio, através de licitação pública, tendo preferência as entidades filantrópicas e sem fim lucrativo.

SEÇÃO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 184 - O Sistema Único de Saúde será regido pelos seguintes princípios fundamentais:

I - comando único normativo gerencial e administrativo exercido pela Secretaria Municipal de Saúde, em articulação com a Secretaria do Estado da Saúde;

II - integralidade na prestação das ações de Saúde;

III - gratuidade dos serviços prestados, sendo vedada a cobrança ao usuário pela prestação de serviços de assistência à saúde mantidos pelo poder público ou serviço privado, contratado ou conveniado pelo Sistema Único de Saúde;

IV - controle social através de participação e fiscalização da Comunidade;

V - articulação com as instâncias técnicas e de apoio em infra-estrutura da Secretaria de Estado da Saúde, tais como: Divisão de Recursos Humanos, Programas Estratégicos, Rede de Informação e Manutenção de Equipamentos, e outros;

VI - Investimento em técnicas alternativas e tecnologias apropriadas que visam à promoção, proteção e recuperação da saúde, tais como Fito terapia, Medicina Alternativa, entre outras;

VII - priorização do atendimento integral aos portadores de deficiências, fornecendo todos os equipamentos necessários à sua integração social, abrangendo a atenção primária, secundária e terciária;

VIII - garantia do direito à auto-regulação da fertilidade como livre decisão do homem, da mulher ou do casal, tanto para exercer a procriação como para evitá-la, provendo por meios educacionais, científicos e assistenciais:

a) é vedada qualquer forma de indução por parte de instituições públicas e privadas;

b) a medida ora garantida será implantada em conjunto com o programa de assistência integral da saúde da mulher.

SEÇÃO II

DO MODELO ASSISTENCIAL

Art. 185 - As ações de saúde, no âmbito do Município, reger-se-ão por um modelo assistencial que contempla as ações promocionais preventivas e curativas, integradas por meio de uma rede assistencial composta pelos níveis básico, geral, especializado e de internação, conforme a complexidade do quadro epidemiológico local.

SEÇÃO III

DO MODELO DE SERVIÇOS

Art. 186 – Os serviços municipais de saúde compreenderão unidades com as seguintes características:

I - a unidade básica de serviços de saúde será o Centro de Saúde e sua rede-satélite de postos com capacidade de realizar serviços gerais de atendimento curativo, integrado a prática de saúde coletiva, tais como:

a) controle ambiental, de vetores, roedores e reservatórios;

b) doenças endêmicas, imunizações, vigilância sanitária e epidemiológica;

c) acompanhamento nutricional e controle das condições de saúde de populações de risco;

d) atendimento a doenças profissionais, acidente de trabalho e vigilância das condições de trabalho;

II- os serviços especializados constituir-se-ão em Ambulatórios, Unidades Mistas e Policlínicas, com capacidade tecnológica de diagnóstico e terapia das especialidades médicas;

III - os serviços de alta complexidade compreenderão serviços especializados que envolvam a utilização de tecnologia complexa que atenda nologias e procedimentos, tais como: câncer, hemodiálise, transplantes e outras de complexidade semelhante;

IV - os serviços previstos no inciso anterior poderão ser organizados por este Município, quando suas necessidades exigirem, por um conjunto de Municípios em consórcios, ou pelo Estado quando se ultrapassar a capacidade de resposta do Município, de acordo com o Art. 225 da Constituição do Estado de Mato Grosso.

SEÇÃO IV

DA GESTÃO

Art. 187 - O Sistema Único de Saúde será gerido e administrado pela Secretaria Municipal de Saúde, coadjuvado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo único - Os titulares dos cargos de direção e assessoramento da Secretaria Municipal de Saúde, enquanto no desempenho da função, não poderão exercer outros cargos de Chefias ou Direção em órgãos da Administração Pública, filantrópicos ou privados.

SEÇÃO V DO FINANCIAMENTO E ORÇAMENTO

Art. 188 - O Sistema Único de Saúde será financiado com recursos da seguridade social, provenientes do Orçamento do Município, Transferências Federais, Estaduais e de outras fontes.

§ 1º - A saúde constitui-se em prioridade do Município, materializada através de recursos financeiros anualmente previstos em seu orçamento e efetivamente aplicados.

§ 2º - O Município aplicará percentual nunca inferior ao estipulado em lei federal, do orçamento anual, com as despesas na área de saúde.

§ 3º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções a instituições privadas de saúde que tenham fins lucrativos.

TÍTULO VII

CAPÍTULO I

DO MEIO AMBIENTE

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 189 - Todos têm direito ao meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à adequada qualidade de vida, impondo-se a todos e, em especial, ao Poder Público Municipal, o dever de defendê-lo e preservá-lo para o benefício das presentes e futuras gerações.

Parágrafo único - O direito ao ambiente saudável estende-se ao de trabalho, ficando o Município obrigado a garantir ao trabalhador sua defesa contra toda e qualquer condição nociva à sua saúde física e mental.

Art. 190 - Nos serviços públicos prestados pelo Município na sua concessão, permissão e renovação, deverão ser avaliados o serviço realizado e seu impacto ambiental.

Parágrafo único - As empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público deverão atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental, não sendo permitida a renovação da permissão ou concessão no caso e reincidência da infração.

Art. 191 - O Poder Público Municipal deverá elaborar e implantar, através de lei, um “Plano Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais”.

Art. 192 - Cabe ao Poder Público, através de seus órgãos da administração direta, indireta e Fundacional:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais das espécies e dos ecossistemas;

II - definir, criar, implantar e administrar áreas e seus componentes representativos de todos os ecossistemas originais do espaço territorial do Município, a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão, inclusive dos já existentes, permitidas somente por meio de lei e vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

III - garantir a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

IV - proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoque extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade;

V - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VI - promover, no que couber adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

VII - proteger o patrimônio natural local, assegurando-lhe a perpetuação e minimização do impacto ambiental, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

VIII - promover o zoneamento antrópico-ambiental local, como instrumento para o zoneamento estadual, contendo dados sobre os ambientes naturais, paisagens notáveis, mananciais d'água, áreas de relevante interesse ecológico, do ponto de vista fisiográfico, ecológico, hídrico e biológico, como também dos ambientes alterados pela ação humana, através de atividades poluidoras e degradadoras;

IX - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

X - proteger as florestas, estimulando e promovendo o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos bem como a consecução de índices mínimos de cobertura vegetal;

XI- criar e manter áreas verdes, na proporção mínima de 10 (dez) metros quadrados por habitante, sendo o Poder Executivo responsável pela remoção de invasores e/ou ocupantes dessas áreas;

XII - exigir o reflorestamento, com utilização preferencial de espécies nativas, de áreas de preservação permanente, principalmente matas ciliares;

XIII - criar e manter viveiros de mudas destinadas à arborização de vias e logradouros públicos;

XIV - recuperar a vegetação em áreas urbanas, segundo critérios definidos em lei;

XV - fazer levantamento ecológico do território urbano e rural, de forma a reservar áreas para produtos hortifrutigranjeiros;

XVI - requisitar, a realização periódica de auditorias nos sistemas de controle de poluição, e prevenção de riscos de acidentes nas instalações e atividades de significativo potencial poluidor, incluindo a avaliação detalhada dos efeitos de sua operação sobre a qualidade física, química e biológica dos recursos ambientais, bem como a saúde dos trabalhadores e da população afetada;

XVII - garantir o amplo acesso dos interessados a informações sobre as fontes e causas da poluição, da degradação ambiental e, em particular, aos resultados das monitoragens e das auditorias a que se refere o inciso XVI deste Art.;

XVIII - informar sistematicamente e amplamente a população sobre os níveis de poluição, a qualidade do meio ambiente, as situações de riscos de acidentes e a presença de substâncias potencialmente danosas à saúde na água potável e nos alimentos;

XIX - promover medidas judiciais e administrativas de responsabilização dos causadores de poluição ou de degradação ambiental;

XX - incentivar a integração das Universidades, Instituições de Pesquisa e Associações Civis nos esforços para garantir e aprimorar o controle da poluição, inclusive no ambiente de trabalho;

XXI - estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização de fontes alternativas não poluentes, bem como de tecnologias poupadoras de energia;

XXII - exigir o inventário das condições ambientais das áreas sob ameaça de degradação ou já degradadas;

XXIII - promover a com postagem do lixo doméstico, industrial e hospitalar, sendo vedada a instalação de seu depósito fora das áreas estabelecidas para a referida com postagem.

Art. 193 - O Município poderá formar consórcios com outros municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos ao saneamento básico e preservação dos recursos hídricos e naturais, sendo sua formação assegurada também com a participação de recursos financeiros estaduais e federais.

Art. 194 - As pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que exerçam atividades consideradas de ação efetiva potencialmente poluidora, ou que possam causar danos ambientais, serão obrigadas a:

I - responsabilizar-se pela coleta e tratamento de resíduos poluentes por ela elaborados;

II - auto monitorar suas atividades, de acordo com o requerido tecnicamente pelo órgão ambiental competente.

Art. 195 - São indispensáveis as terras públicas patrimoniais ou devolutas do Município, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais, devendo ter destinação exclusiva para esse fim.

Art. 196 - O direito da usucapião especial, assegurado na Constituição Federal, não incidirá ou não se aplicará sobre as áreas públicas destinadas à preservação ambiental.

Art. 197 - Não poderão ser destruídas as áreas verdes e praças públicas, enquanto estiverem servindo às finalidades para que foram criadas, salvo, quando originárias de projetos de loteamento.

Art. 198 - O proprietário de lote urbano que conservar adequadamente no mínimo 10% (dez) por cento de seu imóvel com áreas verdes, terá diminuição no imposto territorial urbano, na forma da lei.

Art. 199 - O Poder Público Municipal, através de seu órgão específico analisará os aspectos relativos à poluição sonora em todos os licenciamentos, de acordo com normas já previstas em lei estadual e federal.

Art. 200 - Do Orçamento Municipal deverão constar obrigatoriamente verbas destinadas ao funcionamento do Conselho e implantação da política de defesa e proteção ao meio ambiente.

SEÇÃO II

DOS RECURSOS MINERAIS

Art. 201 - Fica terminantemente proibida a exploração mineral, por pessoas físicas ou jurídicas no perímetro urbano das cidades, distritos e vilas, podendo, entretanto, ser explorada na área rural, desde que previamente autorizada pelos órgãos competentes na área municipal, estadual e federal e sejam obedecidos os critérios técnicos para a preservação do meio ambiente original.

Art. 202 - O produto dos recursos financeiros recolhidos pelo Município, advindo da exploração mineral, deverá ser aplicado preferencialmente para minimizar os custos da degradação dessa consequência.

SEÇÃO III DOS RECURSOS HÍDRICOS

Art. 203 - O Poder Municipal manterá o Plano de Recursos Hídricos e instituirá, por lei, sistema de gestão dos recursos financeiros e os mecanismos institucionais necessários para garantir:

I - a utilização racional e armazenamento das águas, superficiais e subterrâneas;

II - o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos e o rateio das respectivas obras, na forma da lei;

III - a proteção das águas contra os regimes que possam comprometer o uso, atual ou futuro;

IV - a defesa contra outros eventos, que ofereceram riscos à saúde, à segurança pública e prejuízos econômicos ou sociais.

Art. 204 - O Município celebrará convênios com o Estado para a gestão por este, das águas de interesse exclusivamente local, condicionada às políticas e diretrizes estabelecidas de planos estaduais de bacias hidrográficas, de cuja elaboração também participará.

Art. 205 - Constarão do Plano Diretor disposições relativas ao uso, à conservação, à proteção e ao controle dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, no sentido:

I - de serem obrigatórios à conservação e proteção das águas, de área de preservação para abastecimento das populações, inclusive através de implantação de matas ciliares;

II - de zoneamento de áreas inundáveis, com restrições de edificação nelas e, evitar maior velocidade de escoamento à montante por retenção superficial;

III - da implantação de programas permanentes, visando à racionalização do uso das águas para abastecimento público, industrial e para irrigação;

IV - da implantação de sistemas de alerta e defesa civil, para garantir a segurança e a saúde pública, quando de eventos hidrológicos indesejáveis.

Art. 206 - O Município e o Estado estabelecerão programas conjuntos, visando ao tratamento dos dejetos urbanos e industriais e de resíduos sólidos, de proteção e de utilização racional das águas, assim como de combate às inundações, à erosão e à poluição.

Art. 207 - Cabe ao Poder Municipal exigir que a captação em curso d'água para fins industriais, seja feita à jusante do ponto de lançamento dos afluentes líquidos da própria indústria, sendo proibido o despejo de qualquer substância poluente capaz de tornar as águas impróprias, ainda que temporariamente para o consumo e utilização normais ou para a sobrevivência das espécies.

Art. 208 - Todo e qualquer cidadão tem legitimidade para apresentar ao Ministério Público Estadual denúncia formal de qualquer dano ou ameaça ao patrimônio ecológico ambiental do Município.

CAPÍTULO II

DO DESENVOLVIMENTO URBANO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 209 - Os objetivos da Política de Desenvolvimento Urbano serão os de garantir plenamente as funções sociais da cidade e o bem-estar dos habitantes.

Art. 210 - A Política de Desenvolvimento Urbano orientará a ação do Executivo Municipal, relativa à distribuição da população e das atividades urbanas no seu território, definindo as prioridades respectivas, assegurando as condições gerais para o desenvolvimento da produção, comércio, dos serviços, e particularmente para a plena realização dos direitos dos cidadãos.

§ 1º - A Política Municipal do Desenvolvimento Urbano será implantada, por meio de um sistema municipal próprio.

§ 2º - Compõem o Sistema Municipal de Desenvolvimento Urbano os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, estruturados nas seguintes formas:

I - órgão superior: Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano;

II - órgão central: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação;

III - órgão de planejamento: Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano;

IV - órgãos executivos setoriais: todos aqueles integrantes da Administração Municipal, Estadual e Federal, direta ou indireta, responsáveis total ou parcialmente pela execução dos programas setoriais de interesse imediato do desenvolvimento urbano;

V - órgãos colaboradores: entidades civis representativas dos setores organizados do Município.

Art. 211 - Para assegurar as funções sociais do Município, o Executivo Municipal poderá utilizar os instrumentos contidos nesta Lei.

Art. 212 - O Plano Diretor deverá ser constituído de pelo menos três partes: fundamentação, diretrizes e instrumentação.

§ 1º - A fundamentação do referido plano será explicitada pelos objetivos, caracterização, diagnósticos e prognósticos, alternativas e critérios de avaliação;

§ 2º - As diretrizes deverão abranger pelo menos os aspectos relativos ao tipo, à intensidade no uso do solo, ao sistema viário e respectivos padrões, à infra-estrutura e aos equipamentos sociais da propriedade urbana e do Município;

§ 3º - A instrumentação do "Plano Diretor" será constituída de documentos legais, técnicos, orçamentários, financeiros e administrativos, de forma a integrar perfeitamente os programas, orçamentos e instrumentos do Município com suas diretrizes, viabilizando sua implantação.

Art. 213 - O Plano Diretor só terá validade legal, após a aprovação pelo Legislativo Municipal das seguintes Leis:

I - lei do Zoneamento e Uso do Solo;

II- lei do Parcelamento do Solo;

III - código de Defesa do Meio Ambiente e Recursos Naturais;

IV - código de Obras e Edificações;

V - código Sanitário e de Posturas do Município.

Parágrafo único. O Plano Diretor deverá ser apresentado suficientemente documentado, na forma de peças gráficas e relatórios que traduzam adequadamente a sua instrumentação, de maneira a torná-lo um documento facilmente compreensível e acessível aos munícipes.

Art. 214 - O Município instituirá, através de Lei Específica, os critérios e os requisitos mínimos para a definição e delimitação da área urbana da cidade.

SEÇÃO II DA HABITAÇÃO E DO SANEAMENTO

Art. 215 - O Município se incumbirá de promover e executar programas de construção de moradias populares, com lotes urbanos para assentamento da população de baixa renda e garantir condições habitacionais e de infraestrutura urbana, em geral as de saneamento básico e transporte, assegurando-se sempre um nível compatível com a dignidade da pessoa humana.

Parágrafo único - O Poder Público dará apoio à criação de cooperativas e outras formas de organização, que tenham por objetivo a realização de programas de habitação popular.

Art. 216 - O Poder Municipal estabelecerá, através da Lei, Política Municipal de Habitação e Saneamento, que deverá prever a articulação e integração das ações daquele e a participação das comunidades organizadas, bem como os instrumentos institucionais e financeiros de sua execução.

§ 1º - Os recursos públicos constantes nesse plano serão priorizados para o atendimento das necessidades sociais, e serão previstos no Plano Plurianual e de Investimento do Município e no Orçamento Municipal.

§ 2º - Quanto ao Saneamento, medidas serão estabelecidas juntamente com as demais atividades da administração pública, visando assegurar a ordenação especial das atividades públicas e privadas, para utilização racional da água, do solo e do ar, de modo a compatibilizar os objetivos de preservação e melhoria da qualidade da saúde pública e meio ambiente.

§ 3º - O Município apoiará e estimulará pesquisa que vise à melhoria das condições habitacionais.

Art. 217 - O Poder Público Municipal, em colaboração com os segmentos sociais organizados, promoverá e executará programas de interesse social, que visem prioritariamente, à:

I - regularização fundiária;

II - dotação de infraestrutura básica e de equipamentos sociais;

III - solução do "déficit" habitacional e dos problemas da sub-habitação.

SEÇÃO III

DOS TRANSPORTES

Art. 218 - O transporte coletivo urbano é direito fundamental do cidadão, cabendo ao Município assegurar as condições de uso e qualidade do sistema à população como também o acesso a ele.

Parágrafo único. Os sistemas viários e os meios de transportes subordinar-se-ão à preservação da vida humana, à segurança e ao conforto dos cidadãos, à defesa da ecologia e do patrimônio arquitetônico e paisagístico e às diretrizes de uso do solo.

Art. 219 – São isentos de pagamento de tarifas nos transportes coletivos urbanos:

a) pessoas maiores de sessenta e cinco anos, se homem e de sessenta anos se mulher, mediante apresentação de documento oficial de identificação;

b) pessoas de qualquer idade, portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, devidamente comprovada, e seu acompanhante. (Surdo e Mudo).

Art. 220 - A execução do sistema será feito de forma direta, ou por concessão, nos termos da lei municipal.

Parágrafo único. As informações referentes a essas concessões serão acessíveis à consulta pública.

Art. 221 - As áreas contíguas às rodovias terão tratamento especifico através de disposições urbanísticas de defesa da segurança dos cidadãos e do patrimônio paisagístico e arquitetônico das cidades.

Art. 222 - O transporte coletivo de passageiros rodoviário e urbano realizado no Município é um serviço público de caráter essencial e de responsabilidade do Poder Público, incluindo-se também o transporte individual de passageiros.

Art. 223 - A regra geral para adjudicação dos serviços de exploração do transporte coletivo é a licitação pública.

Art. 224 - É dever do Poder Municipal fornecer transporte condizente com o poder aquisitivo da população sendo que o reajuste desta tarifa só poderá ocorrer com a mesma frequência e período do reajuste salarial dos servidores públicos municipais e numa taxa nunca superior ao percentual desse mesmo reajuste.

Art. 225 - Poderão ser criadas comissões especiais de trabalho constituídas por membros do Conselho, técnicos convidados que contribuam para analisar, estudar e propor soluções para os problemas específicos do transporte coletivo.

SEÇÃO IV DA POLÍTICA AGRÍCOLA

Art. 226 – As terras e outros bens públicos do Município não poderão ser locados ou arrendados, salvo mediante autorização legislativa.

Art. 227 – Os proprietários rurais que tiverem suas terras valorizadas por projetos do Poder Público pagarão a correspondente contribuição de melhoria, cumprindo o disposto no Art. 145, III e § 1º da Constituição Federal.

Art. 228 – Os agricultores que tiverem suas terras atingidas pela execução de projetos do Poder Público Municipal, como parques ecológicos, vias de transportes ou barragens, serão indenizados da seguinte forma:

a) mediante a outorga definitiva de imóveis de características e valor equivalentes;

b) em dinheiro, sempre no valor do mercado imobiliário regional, no ato da escritura de transferência.

Art. 229 – A todo proprietário, cujo prédio não seja adjacente a águas públicas, cabe o direito de uso das mesmas para abastecimento de suas moradias ou para fins agrícolas.

Parágrafo único. Os proprietários das áreas intermediárias são obrigados a dar servidão de passagem aos respectivos encanamentos ou canais.

Art. 230 – Se houver interesse social, o Município poderá mediante prévia indenização em dinheiro, promover desapropriações para o fim de fomentar a produção agropecuária e de organizar o abastecimento alimentar.

Art. 231 – Os proprietários rurais municipais que se fizerem representar por entidades de classe, terão espaço garantido para comercialização nas feiras livres.

Art. 232 – Nos limites de sua competência, o Município colaborará na execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, com os meios, instrumentos e recursos ao seu alcance.

Art. 233 – Observados os limites de sua competência, o Município planejará, através de lei específica, sua própria "Política Agrícola", em que serão atendidas as particularidades da agricultura regional.

§ 1º - Será assegurada a participação de produtores rurais, de trabalhadores rurais, de engenheiros agrônomos e florestais, de médicos veterinários e zootecnistas e técnicos agrícolas, representados por associações de classe, na elaboração do planejamento e execução da Política Agrária do Município.

§ 2º - Participarão do planejamento e execução da Política Agrícola, efetivamente produtores e trabalhadores rurais, representados por suas entidades de classe.

§ 3º - Incluem-se no planejamento da Política Agrícola, as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 4º - Serão compatibilizadas as ações da Política Agrícola com a do Meio Ambiente.

Art. 234 – Na formulação da Política Agrícola serão levados em conta, especialmente:

I – os instrumentos creditícios e fiscais;

II – a política de preços e custos de produção, a comercialização, armazenagem e estoques reguladores;

III – o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV – a assistência técnica e extensão rural;

V – o cooperativismo, o sindicalismo e o associativismo;

VI – a habitação, educação, e saúde para o trabalhador rural;

VII – a proteção do meio ambiente;

VIII – a recuperação, proteção e a exploração dos recursos naturais;

IX – a formação profissional e educação rural;

X – o apoio à agroindústria;

XI – o desenvolvimento da propriedade, em todas as suas potencialidades a partes do zoneamento agroecológico;

XII – o incentivo à produção de alimentos de consumo interno;

XIII – a diversificação e rotatividade de culturas;

XIV – a classificação de produtos e subprodutos de origem vegetal e animal;

XV – as áreas que cumprem a função social da propriedade.

Art. 235 – A Lei Orçamentária do Município fixará anualmente as metas físicas a serem atingidas pela Política Agropecuária, alocando os recursos necessários à sua execução.

Art. 236 – O exercício da atividade de extração ou exploração florestal no Município fica condicionado à observação das normas de legislação federal pertinente, sendo vedada a saída de madeira em toras.

Parágrafo único. A vedação a que se refere este Art. aplica-se ao pescado "in natura", na forma da lei.

Art. 237 – O Município, em consonância com o Estado e a União, definirá nos termos da lei, uma política para o setor florestal, priorizando a utilização dos seus recursos e observando às normas de preservação e conservação dos mesmos.

SEÇÃO V

DA POLÍTICA INDUSTRIAL E COMERCIAL

Art. 238 – O Município, através da lei, elaborará sua Política Industrial e Comercial.

Art. 239 – As isenções tributárias às indústrias, só serão permitidas àquelas que estiverem em fase de instalação e por tempo determinado em lei específica.

Parágrafo único - As microempresas receberão tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação, preservação e desenvolvimento, dentro das obrigações administrativas e tributárias.

SEÇÃO VI

DO COOPERATIVISMO

Art. 240 – O Município apoiará o cooperativismo em todos os âmbitos, como instrumento de desenvolvimento geral e de diminuição das diferenças sociais.

Novo São Joaquim - MT, 10 de dezembro 2009.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 1º - A revisão da Lei Orgânica Municipal será realizada após 10 (dez) anos contados de sua promulgação, pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Vereadores Constituintes:

João Rodrigues Alves - Presidente da Câmara, Igo Rodrigues de Araújo - Vice-Presidente, Sônia Maria de Souza - 1ª. Secretária, Júlio Vendramel - 2º. Secretário, Cleber Gonçalves de Sousa, Damoaci Brito, Donizete Abadio de Aguiar, Elias de Souza Silva, Robson Côrrea Farias.

O atual texto da Lei Orgânica do município de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso tem como princípio o estado democrático de direito, como norma de estabelecer o desenvolvimento econômico e a construção de uma comunidade livre justa e solidária, baseada nos valores sociais do capital e do trabalho, na livre iniciativa, na liberdade e na formação do bem-estar individual e coletivo.

Comissão Parlamentar de Revisão:

Presidente: Elias De Souza Silva, Relator: Cleber Gonçalves De Sousa, Membro: Júlio Vendramel, Suplente: Donizete Abadio De Aguiar.

Revisão: A revisão da Lei Orgânica foi normatizada através da Resolução nº.003/GP/2005, de 31 de maio/2005 e homologada através da Portaria nº. 016/GP/2005 de 13 de junho/2005, cuja norma criou a Comissão Especial, responsável para executar a revisão e elaborar a atualização, criando um novo texto da Lei Orgânica de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso.

Desde que foi promulgada, no dia 5 de abril de 1.990, a Lei Orgânica não havia recebido mudança substancial no seu texto. O próprio tempo, com a modernidade tecnológica e a dinâmica da legislação exigiu a atualização da Carta Magna de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso com a respectiva adequação do texto à realidade constitucional, jurídica, social e econômica.

JOÃO RODRIGUES ALVES

Presidente da Câmara

EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO N° 001 DE 19 DE MARÇO DE 2018

"Dispõe sobre a Emenda a Lei Orgânica Municipal no Inciso V do Art. 12 e dá outras providencias".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, prevista nos termos do Art. 32, § 2° da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município:

Art. 1º - O inciso V do Art. 12 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12- ....

V – Fixar remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito, observando o que dispõe o art.37, XI da CF/88, e outras vedações legais

Art. 2º – Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data da publicação.

Câmara Municipal de Novo São Joaquim-MT 10 de abril de 2018.

Mesa Diretora:

Cleber Gonçalves de Sousa - Presidente

Clelio Moreira de Ávila - Vice-Presidente

Jorge Luciano Lopes - 1ª Secretário.

Damoaci Brito - 2º Secretário.

Vereadores:

Carlos Royttmen Pires da Silva

José Augusto Maéster

Maria Lúcia Monteiro Ladeira

Triel Ribeiro de Rezendes

Varlar Gonçalves Teixeira

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 036/2018 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO GESTOR DO BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM - MT

PORTARIA Nº. 036/2018

EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Dispõe sobre a Nomeação do Gestor do Bolsa Família no município de Novo São Joaquim - MT, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Art. 6 da Lei 452/2007 e anexo V da Lei 454/2007 ,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, a Senhora **Cleide Rodrigues Pereira,** portador do RG: nº 20137710 SSP/MT e do CPF: 876.426.971-04 para o cargo de livre nomeação do Gestor do Bolsa Família sem ônus para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 01 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 050/2018 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 050/2018

EM, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, a Servidora **Marlene Ferreira de Oliveira Rocha,** com o cargo de Chefe Departamento de Merenda Escolar, **Maria de Fatima Vieira Lima** como Fiscal Substituto**, Hélida Ferreira de Moraes** com o cargo de Chefe Departamento Fomento ao Trabalho, Renda e Cidadania, **Bruna Pereira Brito** como fiscal Substituto, **Leila Ferreira de Jesus** com o cargo de Coordenador de Gestão Administrativo , **Luzia Sandra Silva Borges** como fiscal Substituto **, Jéssica Fernanda Pereira Sotério** com o cargo de ChefeDepartamentode Recursos Humanos, **Gabriele Alves de Carvalho** como Fiscal Substituto, **Willian Carlos Cardeal** com o cargo de Coordenador de Maquinas e Equipamentos , **Grace Mara Alexandre de Oliveira** como Fiscal Substituto para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 020/2018- Fornecimento de gás (gás de cozinha), água mineral e descartáveis em geral para atendimento das Secretarias Administrativas.

Contratada: A. G. SILVA MERCADO - ME

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 09 de Fevereiro de 2018.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 41/2018

Contrato nº. 41/2018 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; **TAGLIANI & CIA LTDA** CNPJ: **03.002.671/0001-80.** Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Obra de **Reformas e** Adequações do ESF IV (Estratégia Saúde da Família) de acordo com a Lei Municipal 1546/2018, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital. **Valor: R$ 51.702,68. Vigência: 07/05/2018 A 07/05/2019**. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de maio de 2018.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2018

PREGÃO PRESENCIAL 22/2018

ARP Nº 27/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ 29.516.527/0001-55**, tendo por objeto: Registro de Preços para Futura e eventualAquisição de Materiais Elétricos destinados ao Departamento de Iluminação Pública, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Vigência: 25/04/2018 A 25/04/2019. Valor Global: R$ 107.567,24.** Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de maio de 2018.

Seq.	Código	**Descrição do Serviço**	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	490144	ALCA PREFORMADO DIST. PARA CABO CA/CAA - 2 A WG	UNIDADE	6,00	R$: 4,93	R$: 29,58
2	490145	ALCA PREFORMADORA PARA CABO 16 MM	UNIDADE	200,00	R$: 1,45	R$: 290,00
3	490146	ALCA PREFORMADORA PARA CABO 25 MM	UNIDADE	200,00	R$: 1,63	R$: 326,00
4	490147	ALCA PREFORMADORA PARA CABO 35 MM	UNIDADE	200,00	R$: 1,98	R$: 396,00
5	490148	ALICATE UNIVERSAL ACO CROMO VA 8*	UNIDADE	10,00	R$: 24,94	R$: 249,40
6	490149	ANEL DE AMARRACAO	UNIDADE	64,00	R$: 5,50	R$: 352,00
7	490160	ARMACAO SEGUNDARIA 1 ESTRIBOS ZINCADA	UNIDADE	9,00	R$: 3,90	R$: 35,10
8	320397	BASE PARA FOTOCELULA	UNIDADE	500,00	R$: 4,60	R$: 2.300,00
9	344565	BRACO ANTI BALANCO 15 KV	UNIDADE	11,00	R$: 24,42	R$: 268,62
10	490169	BRACO CURTO PARA LUMINARIA 48.3MM X TAMANHO 1,77 ESPESSURA 1,5MM (PAREDE) GALVANIZADO A FOGO.	UNIDADE	300,00	R$: 36,50	R$: 10.950,00
11	490172	CABO DE ACO GALVANIZADO DE 6,4 MM	METRO	820,00	R$: 2,55	R$: 2.091,00
12	490174	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO - 10MM2 (PECA) COM 100 METROS	UNIDADE	3,00	R$: 350,00	R$: 1.050,00
13	490175	CABO DE COBRE ISOLADO SINGELO 70 MM2 PRETO 750V	METRO	9,00	R$: 27,90	R$: 251,10

14	490180	CAIXA 4 X 2	UNIDADE	500,00	R$: 0,65	R$: 325,00
15	490186	CHAVE DE FENDA	UNIDADE	50,00	R$: 4,50	R$: 225,00
16	490184	CHAVE DE FENDA (JOGO COM 12 PEÇAS)	UNIDADE	1,00	R$: 74,00	R$: 74,00
17	490185	CHAVE DE FENDA PHILIPS	UNIDADE	50,00	R$: 3,94	R$: 197,00
18	490187	CHAVE INGLESA Nº 10	UNIDADE	2,00	R$: 26,33	R$: 52,66
19	490188	CINTO DE SEGURANCA PARA ELETRECISTA PARAQUEDA PROFISSIONAL.	UNIDADE	2,00	R$: 270,00	R$: 540,00
20	490223	CONDUITES 3/4 ROLO 50 METRO	UNIDADE	10,00	R$: 29,90	R$: 299,00
21	490197	CONECTOR DERIVACAO PARA LINHA VIVA.	UNIDADE	3,00	R$: 10,00	R$: 30,00
22	490217	CONECTOR TIPO CUNHA PARA ATERRAMENTO.	UNIDADE	16,00	R$: 5,90	R$: 94,40
23	490226	CONTACTORA 35	UNIDADE	10,00	R$: 79,80	R$: 798,00
24	490233	ELETRODUTO PVC RIGIDO DIAMETRO 1/2 ESPESSURA 3 MM, ROSCA BSP, PRETO 3 M.	UNIDADE	2,00	R$: 2,99	R$: 5,98
25	490238	ESCADA 23 DEGRAUS - FIBRAS	UNIDADE	2,00	R$: 790,00	R$: 1.580,00
26	490239	ESCADA 43 DEGRAUS - FIBRAS	UNIDADE	2,00	R$: 1.227,00	R$: 2.454,00
27	490249	FIO 16 MM	METRO	1.000,00	R$: 5,85	R$: 5.850,00
28	490247	FIO 4 MM	METRO	1.000,00	R$: 1,27	R$: 1.270,00
29	490258	FITA ISOLANTE PLASTICA N° 33 19 MM X 20 M.	UNIDADE	2,00	R$: 4,20	R$: 8,40
30	490270	HASTE DE ATERRAMENTO DE ACO-COBRE 5/8 POR 240 M.	UNIDADE	20,00	R$: 18,90	R$: 378,00
31	490271	ILUMINARIA ABERTA E 27.	UNIDADE	500,00	R$: 22,98	R$: 11.490,00
32	490274	INTERRUPTORES SIMPLES.	UNIDADE	300,00	R$: 2,15	R$: 645,00
33	490275	ISOLADOR ROLDANA PORCELANA 76X80 MM.	UNIDADE	50,00	R$: 3,33	R$: 166,50
34	490277	LAMPADA DE 250 W VAPOR METALICO.	UNIDADE	800,00	R$: 32,50	R$: 26.000,00
35	490204	LAMPADA LUZ MISTA 160 W 220 V E 27	UNIDADE	600,00	R$: 11,94	R$: 7.164,00
36	18988	LAMPADA VAPOR DE SODIO 100W	UNIDADE	25,00	R$: 19,50	R$: 487,50
37	490219	PARA RAIO DE DITRIBUICAO - 12 KV. POLIMERICO 10 KA	UNIDADE	3,00	R$: 179,50	R$: 538,50

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2018

PREGÃO PRESENCIAL 22/2018

ARP Nº 28/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 00.226.324/0001-42**, tendo por objeto: Registro de Preços para Futura e eventualAquisição de Materiais Elétricos destinados ao Departamento de Iluminação Pública, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Vigência: 25/04/2018 A 25/04/2019. Valor Global: R$** 161.533,86**.** Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de maio de 2018.

Seq.	Código	**Descrição do Serviço**	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	490162	ARMACAO PESADA 51	UNIDADE	200,00	6,9300	1.386,0000
2	490163	ARMACAO PESADA 52	UNIDADE	200,00	13,7200	2.744,0000
3	490167	BOTINA SEGURANCA PARA ELETRICISTA Nº 37 A 43	UNIDADE	6,00	39,0000	234,0000
4	320395	BRACO PARA LUMINARIA 1,50M	UNIDADE	300,00	22,3700	6.711,0000
5	490178	CABO QUADRUPLEX 16 MM	METRO	3.000,00	4,6900	14.070,0000
6	490177	CABO QUADRUPLEX 25 MM	METRO	3.000,00	6,9000	20.700,0000
7	490212	CONECTOR DE PRESSAO 16/25	UNIDADE	300,00	2,7000	810,0000
8	490234	ELO FUSIVEL 2 H.	UNIDADE	3,00	1,8200	5,4600
9	490237	ELO FUSIVEL DE AO 5 (10) CADA	UNIDADE	10,00	1,8200	18,2000
10	490248	FIO 6 MM.	METRO	1.000,00	1,8900	1.890,0000
11	490251	FIO QUADROPLEX 4 X1X 16 MM	UNIDADE	1.300,00	4,6900	6.097,0000
12	490257	FITA ISOLANTE 10 MT	UNIDADE	200,00	1,5400	308,0000
13	490273	INTERRUPTORES C/ DUAS TECLAS.	UNIDADE	300,00	4,0600	1.218,0000
14	336656	LAMPADA DE 400 W VAPOR MERCURIO	UNIDADE	800,00	27,4000	21.920,0000
15	490206	LUMINARIA PUBLICA ABERTA 250W COM SOQUETE E40	UNIDADE	300,00	38,1000	11.430,0000
16	344680	LUMINARIA TIPO LMA - 1	UNIDADE	25,00	18,2000	455,0000
17	344690	PARAFUSO CAB. QUADRADA DE 200 M	UNIDADE	100,00	4,3700	437,0000
18	490213	PARAFUSO CAB. QUADRADA DE 250 M	UNIDADE	100,00	5,0400	504,0000
19	490214	PARAFUSO CAB. QUADRADA DE 300 M	UNIDADE	100,00	5,8800	588,0000
20	490215	PARAFUSO CAB. QUADRADA DE 350 M	UNIDADE	100,00	6,7200	672,0000
21	344734	REATOR DE 250 W VAPOR METALICO	UNIDADE	800,00	54,5900	43.672,0000
22	23800	RELE FOTOCELULA (SEM BASE) MODELO RM - 74 /NF	UNIDADE	800,00	17,5000	14.000,0000
23	344699	SUPORTE L	UNIDADE	16,00	72,8000	1.164,8000
24	494853	TALABARTE DE SEGURANCA PARA POSICIONAMENTO	UNIDADE	6,00	134,4000	806,4000
25	344726	TOMADA COM INTERRUPTORES	UNIDADE	300,00	3,9200	1.176,0000

26	336696	TOMADA INTERNAS 10 AP	UNIDADE	300,00	2,7300	819,0000
27	336697	TOMADA INTERNAS 20 AP	UNIDADE	300,00	2,6600	798,0000
28	490246	TRANSFORMADOR 13,8 KV 30 KVA - 220/127V	UNIDADE	1,00	6.900,0000	6.900,0000

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 39/2018

Contrato nº. 39/2018 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; **BRUNO FELICIO TREVISAN DA COSTA 00645629138** CNPJ: **11.556. 732/0001-89.** Objeto: Constitui Objeto da presente licitação para a Contratação de Empresa Especializada para a Prestação de Serviços de chaveiro, com o fornecimento de Todo Material e Mão-de-Obra Necessários, Tais como Cópias de chave, Gravação em Carimbos e Troca de Fechadura, atendendo a Secretaria de Administração e demais Secretarias de Paranatinga-MT, com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93. **Valor: R$** 3.002,00. **Vigência: 03/05/2018 A 03/11/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de maio de 2018.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2018

PREGÃO PRESENCIAL 22/2018

ARP Nº 29/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **ELETRO MENDONÇA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 03.806.018/0001-73**, tendo por objeto: Registro de Preços para Futura e eventualAquisição de Materiais Elétricos destinados ao Departamento de Iluminação Pública, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Vigência: 25/04/2018 A 25/04/2019. Valor Global: R$** 298.051,72**.** Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de maio de 2018.

Seq.	Código	**Descrição do Serviço**	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	490143	ALCA PREFORMADO DE ESTAI PARA CABO	UNIDADE	13,00	6,0000	78,0000
2	490161	ARMACAO SEGUNDARIA 2 ESTRIBOS ZINCADA	UNIDADE	24,00	7,6000	182,4000
3	490166	BASE TIPO E-40	UNIDADE	25,00	4,7000	117,5000
4	490176	CABO CA ISOL. XLPE P/RD SECUND. 3X1X35 MM2+35MM2	METRO	1.060,00	10,0000	10.600,0000
5	490173	CABO DE COBRE COBERTO CO XI PE, 16 MM2 15 KV	METRO	12,00	4,9000	58,8000
6	490194	CINTA PARA POSTE CIRCULAR.	UNIDADE	20,00	21,6000	432,0000
7	490211	CONECTOR PERFURANTE 25 - 120 MM 2 X 25 - 120 MM 2 (RABICHO)	UNIDADE	81,00	7,2000	583,2000
8	490203	CONECTOR PERFURANTE 25 - 120 MM 2 X 25 - 120 MM2	UNIDADE	15,00	7,2000	108,0000
9	490225	CONTACTORA 25.	UNIDADE	10,00	63,3800	633,8000
10	490228	CONTACTORA 45.	UNIDADE	1.000,00	163,8000	163.800,0000
11	490243	FIO 10 MM SOLIDO.	METRO	1.000,00	3,3800	3.380,0000
12	490245	FIO 2, 1/2.	METRO	1.000,00	0,6900	690,0000
13	490250	FIO DE COBRE ISOLADO 6MM2	METRO	8,00	1,9400	15,5200
14	490272	ILUMINARIA ABERTA E 40.	UNIDADE	500,00	38,1500	19.075,0000
15	490276	LAMPADA DE 70 W VAPOR METALICO.	UNIDADE	800,00	29,9000	23.920,0000
16	490279	LAMPADA ECONOMICA 45 OU 48 W 220V	UNIDADE	50,00	24,9000	1.245,0000
17	490280	LAMPADA FLOURESCENTES 20 W.	UNIDADE	400,00	5,3000	2.120,0000
18	26045	PLAFON DE ALUMINIO, NO FORMATO CIRCULAR, COM DIAMENTRO 10CM	UNIDADE	500,00	4,1000	2.050,0000
19	490230	REATOR 400 W VAPOR DE METALICO	UNIDADE	500,00	61,5000	30.750,0000
20	490232	REATOR 2 X 20 ELETRONICO	UNIDADE	200,00	15,5000	3.100,0000
21	344697	REATOR PARA LAMPADA VS 100 W	UNIDADE	1.000,00	34,4000	34.400,0000
22	23792	RECEPTACULO DE CERAMICA E40	UNIDADE	150,00	4,7500	712,5000

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Paranatinga

TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Eu,**SERGIO FASSICOLO** Contrato nº 73/2018

Endereço : Rua Anemias Pinto Nº 18 Bairro: Flamboyam

Cidade: PARANATINGA UF: MT

CPF: 427.885.109- 00 contratado(a) para o cargo de **171/A/01- AAE – II Motorista**

Declaro ter recebido os valores que me eram devidos, dando plena, geral e irrevogável

quitação dos mesmos.

Por ser verdade firmo o presente termo de rescisão.

Paranatinga – MT, 10 de Maio de 2018.

SERGIO FASSICOLO

CPF: 427.885.109-00

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2018

PREGÃO PRESENCIAL 22/2018

ARP Nº 30/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **MULTI COMÉRCIO DE FERRAMENTAS LTDA - EPP, CNPJ 14.232. 071/0001-24**, tendo por objeto: Registro de Preços para Futura e eventualAquisição de Materiais Elétricos destinados ao Departamento de Iluminação

Pública, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Vigência: 25/04/2018 A 25/04/2019. Valor Global: R$** 843,80**. Preços Registrados:** Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de maio de 2018.

Seq.	Código	**Descrição do Serviço**	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	490195	CONECTOR CUNHA LIGA DE ALUMINIO, CN 10 8 23 A 14,53 MM3 SERIE AZUL.	UNIDADE	4,00	1,9000	7,6000
2	490196	CONECTOR CUNHA LIGA DE ALUMINIO, CN 13,6,55 A 10. 11MM2, 5,18,38 MM2 SERIE VERMELHA.	UNIDADE	10,00	2,0000	20,0000
3	490242	FIO 1, 1/2 SOLIDO.	METRO	1.000,00	0,6800	680,0000
4	490256	FITA DE ALTA FUSAO 38 MM X 1.50 M	UNIDADE	2,00	5,6000	11,2000
5	490207	LUVA DE VAQUETA	PAR	10,00	12,5000	125,0000

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 40/2018

Contrato nº. 40/2018 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; **TAGLIANI & CIA LTDA** CNPJ: **03.002.671/0001-80.** Objeto: Constitui Objeto da presente licitação para a Contratação de Empresa Especializada para Obra de Reformas e Adequações do Pronto Atendimento Municipal de acordo com a Lei Municipal 1552/2018, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital. **Valor: R$ 263.517,05**. **Vigência: 07/05/2018 A 07/05/2019**. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de maio de 2018.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 42/2018

Contrato nº. 42/2018 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; **TAGLIANI & CIA LTDA** CNPJ: **03.002.671/0001-80.** Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Obra de Reformas e Adequações do ESF III (Estratégia Saúde da Família) de acordo com a Lei Municipal 1543/2018, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga- MT. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital. **Valor: R$ 55.597,80**. **Vigência: 07/05/2018 A 07/05/2019**. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de maio de 2018.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 33/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 126 de 20 de Março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2018**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: Registro de Preço para **Prestação de Serviços de Animação Musical para os Eventos da Terceira Idade (Conviver)**,atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Data de abertura **25/05/2018**, Sexta-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 10 de Maio de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

ATA DE REABERTURA DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018

Às catorze horas do dia nove de Maio do ano de dois mil e dezoito, na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, a Avenida Fernando Correa da Costa, nº. 940, Centro, nesta cidade de Pedra Preta reuniu-se a comissão de licitação, constituída através de ato do Prefeito Municipal por meio da Portaria n° 545/2017, de 20 de Outubro de 2017. O objetivo da referida reunião é proceder ao recebimento dos envelopes relativos ao Chamamento Público em epígrafe, que tem por objetivo credenciamento para concessão de autorização de uso a título precário e oneroso de espaço para exploração comercial (Praça de Alimentação) do Evento em Comemoração a Emancipação Política do Município de Pedra Preta – MT, no Evento que se tornou tradicional **"22º MICA PRETA 2018"**. O aviso de abertura de licitação Chamamento Público nº 001/2018 fora publicado no dia 08 (oito) de maio de 2018 no quadro de avisos da Prefeitura, Site Oficial da Prefeitura www.pedrapreta.mt.gov.br/ e Municipal e Câmara Municipal e dia 09 (nove) de maio no Jornal AMM. Compareceram à presente sessão, os seguintes interessados:

1º - CHARLES DOS SANTOS TRINDADE, INSCRITO NO CPF Nº 012.505.171-92;

2º - VALDINEI APARECIDO DUARTE, INSCRITO NO CPF Nº 975.796.881-15;

3º - GABRIELA PEREIRA COSTA, INSCRITA NO CPF Nº 117.237.996-73;

4º - GELO TREVO E EVENTOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 11.706.784/0001-94;

5º - RERITON DOS SANTOS COSTA, INSCRITO NO CPF Nº 035.189.381-42;

6º - PETERSON SILVA E SOUZA, INSCRITO NO CPF Nº 022.542.771-03;

7º - JOHN REBERT BARBOSA RAMOS, INSCRITO NO CPF Nº 033.862.411-23;

8º - CELSO TEIXEIRA DE LIMA, INSCRITO NO CPF Nº 384.790.521-04.

Em seguida recolheram-se os "DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO", passou à Comissão que procedeu a autenticação e conferência das documentações de credenciamento dos interessados, as quais foram rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes presentes, constatando-se o que os mesmo cumpriram as exigências do edital ficando assim credenciados. Logo após a fase de credenciamento, deu-se início ao sorteio das barracas ficando assim distribuídas:

BARRACA 01 - 8º - CELSO TEIXEIRA DE LIMA, INSCRITO NO CPF Nº 384.790.521-04;

BARRACA 02 - 5º - RERITON DOS SANTOS COSTA, INSCRITO NO CPF Nº 035.189.381-42;

BARRACA 04 - 4º - GELO TREVO E EVENTOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 11.706.784/0001-94;

BARRACA 05 - 6º - PETERSON SILVA E SOUZA, INSCRITO NO CPF Nº 022.542.771-03;

BARRACA 06 - 7º - JOHN REBERT BARBOSA RAMOS, INSCRITO NO CPF Nº 033.862.411-23;

BARRACA 14 - 2º - VALDINEI APARECIDO DUARTE, INSCRITO NO CPF Nº 975.796.881-15;

BARRACA 15 - 1º - CHARLES DOS SANTOS TRINDADE, INSCRITO NO CPF Nº 012.505.171-92;

BARRACA 17 - 3º - GABRIELA PEREIRA COSTA, INSCRITA NO CPF Nº 117.237.996-73; Nada mais havendo a ser tratado, dá-se por encerrada esta ATA, que após lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão e pelos presentes.

Pedra Preta - MT, 09 de Maio de 2018.

_____ _____

_____

Paula C. Moraes Pereira Rejane Oliveira H. Santos Luzane Francisca Gomes

Presidente da CPL Secretária da CPL Membro da CPL

DECRETO Nº 054/2018 DE 10 DE MAIO DE 2018

DECLARA LUTO OFICIAL EM PEDRA PRETA, MATO GROSSO, PELO FALECIMENTO DO SENHOR HERMINIO JOTA BARRETO, O DIA QUE ESPECIFICA.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o falecimento do ex-deputado Estadual **Sr. HERMINIO JOTA BARRETO**

CONSIDERANDO, os preciosos trabalhos dedicados à comunidade Pedrapretense, no decorrer de sua vida como cidadão, vereador, prefeito e ex-deputado;

CONSIDERANDO, o consterna mento geral da comunidade Pedrapretense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de um cidadão exemplar, de ilibado;

CONSIDERANDO, finalmente, que é dever do Pode Público render justas homenagens aqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o desenvolvimento e progresso desta cidade

DECRETA:

Art. 1º - **LUTO OFICIAL** no Município de Pedra Preta,por 03 (três) dias contados desta data, pelo falecimento do Senhor **Herminio Jota Barreto,** que em vida, prestou inestimáveis serviços ao município de Pedra Preta-MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZ DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N° 005/2018 TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO GLOBAL"

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através de sua Comissão de Licitação, Instituída pela Portaria n° 545/2017 de 20 de outubro de 2.017, de acordo com a Lei n° 8.666/93 e as alterações que a sucederam, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: **TOMADA DE PREÇO**

Objeto. A presente licitação tem por objeto escolha da proposta mais vantajosa para a realização de serviços de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Profunda no Bairro Jardim Morumbi no Município de Pedra Preta – MT, mediante o regime empreitada por menor preço global conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Orçamento Orientativo da Obra, Resumo do Orçamento, Cronograma Físico Financeiro, Composição do BDI e Quadro de Composição do Investimento - QCI – ANEXOS, os mesmos são parte integrante deste Edital, referente ao Convenio 829908/2016.

Data da Abertura: Dia 25/05/2018 ÀS 09h00min.

Data de Cadastramento e Atualização de Cadastro das Empresas: Do Dia 14/05/2018 a 21/05/2018.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, sito Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13h00min às 17h00min). Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400, fax (066) 3486-4416, junto à Comissão Permanente de Licitação.

Pedra Preta – MT, 10 de Maio de 2018.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

PRESIDENTE CPL

PORTARIA Nº. 240/2018. DE 10 DE MAIO DE 2.018.

Dispõe sobre LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO de Servidor Municipal, a Senhora MARLI DE SOUZA ANDRADE, e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DOMUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

ART. 1º - Concede **LICENÇA** para tratar de interesse particular, sem Remuneração, preceitua o art. 102 da lei Municipal nº 075/1998, 23 De Março 1.998, a Senhora **MARLI DE SOUZA ANDRADE**,ocupante do cargo de **Continua/Merendeira**, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação. A referida Licença será usufruída no período de **10/05/2018 á 09/05/2020.**

ART. 2º- A presente entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA –MATO GROSSO

AOS DES DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2018.

Juvenal Pereira Brito

Prefeito Municipal

Luiz Cândido Rodrigues Pereira

Sec. Geral De Coordenadoria Administrativa

Registrada nesta Secretaria

Publicada No Diário Oficial AMM.

AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA – CHAMADA PÚBLICA N° 002/2018 TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO POR ITEM"

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através de sua Comissão de Licitação, Instituída pela Portaria n° 545/2017 de 20 de Outubro de 2017,

de acordo com a Lei n° 8.666/93 e as alterações que a sucederam, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: DISPENSA – CHAMADA PÚBLICA.

OBJETO: AQUISIÇÃO EXCLUSIVA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, RELACIONADOS E ESPECIFICADOS NO **ITEM 5**, QUE SERÃO DESTINADOS AO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO, PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE, POR CONTA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.

Data da Abertura: Dia 11/06/2018 às 09h00min.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, sito Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13h00min às 17h00min) e no site oficial do Município www.pedrapreta.mt.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400, fax (066) 3486-4401, junto à Comissão Permanente de Licitação.

Pedra Preta – MT, 10 de Maio de 2018.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da CPL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CHAMADA PUBLICA Nº 001/2018

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme o que consta no Edital **001/2018 - CHAMADA PUBLICA.**

RESOLVE:

HOMOLOGAR: o procedimento licitatório na modalidade Chamada Pública, n.º 001/2018, que tem por objeto a PERMISSÃO REMUNERADA DE USO para exploração da praça de alimentação durante a realização da Mica Preta 2018, Conforme especificações determinadas no Edital Chamada Pública nº 001/2018.

Pedra Preta - MT, 10 de Maio de 2018.

_____

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS 003/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS 003/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela portaria nº 001 de 10 de Janeiro de 2018, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **TOMADA DE PREÇOS 003/2018**, regida pela Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **menor preço global**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REALIZAR PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM VIAS URBANAS DO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT CR 1036261-07/2016 CONVÊNIO 839711/2016 MCIDADES/CAIXA E MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME PROJETOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO.** Que será realizada as 08h horas do dia 25 de Maio de 2018, na sala de Licitações, no Paço Municipal Milton José Santana. Maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, das 07h às 11h e 13h às 17h, ou pelo fone (66) 3575-5100. Os impressos do Edital Completo poderão ser adquiridos, mediante comprovação de pagamento na ordem de R$ 50,00 (cinquenta reais) no endereço acima ou baixado gratuitamente site www.peixotodeazevedo.mt.gov.br.

Peixoto de Azevedo, 10 de Maio de 2018.

ALINE VANESSA MOCHI

Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS 004/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela portaria nº 001 de 10 de Janeiro de 2018, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **TOMADA DE PREÇOS 004/2018**, regida pela Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **menor preço global**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REALIZAR PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM VIAS URBANAS DO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVED/MT CR 1036453-74/2016 CONVÊNIO 840737/2016 MCIDADES/CAIXA E MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME PROJETOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO.** Que será realizada as 14h horas do dia 25 de Maio de 2018, na sala de Licitações, no Paço Municipal Milton José Santana. Maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, das 07h às 11h e 13h às 17h, ou pelo fone (66) 3575-5100. Os impressos do Edital Completo poderão ser adquiridos, mediante comprovação de pagamento na ordem de R$ 50,00 (cinquenta reais) no endereço acima ou baixado gratuitamente site www.peixotodeazevedo.mt.gov.br.

Peixoto de Azevedo, 10 de Maio de 2018.

ALINE VANESSA MOCHI

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONVOCAÇÃO PR SRP- 004/2018.

PROCESSO DE LICITAÇÃO

NÚMERO DE ORIGEM: 009/2018

MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT

MODALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, E DERIVADOS DE PETRÓLEO PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS PÚBLICOS QUE COMPOEM A FROTA DE MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT, conforme especificações constantes no ANEXO I- Termo de Referência (ANEXO I-B), parte integrante deste edital.

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, na pessoa de **ROSIMAR ALVES PEREIRA**, infra-assinado, usando as suas atribuições legais, em face da Convocação para assinatura da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** do procedimento de licitação, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº de ordem 004/2018, retro mencionada, realizada na data de 27 de Abril de 2018.

CONVOCA as empresas licitantes classificadas em primeiro lugar nos **ITENS relacionados na ata de julgamento de proposta**, do **Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 003/2018.**

1- ENIO LEMES VIEIRA & CIA – LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 73. 882.417/0001-67, estabelecida na Rua Ponta Porã, s/n°, Centro, Planalto da Serra-MT, CEP: 78.855-000.

2- **NILTON LUCAS DE JESUS MARQUES06794881110, inscrita no CNPJ sob nº 29.978.894/0001-70,** estabelecida na Rua Serra Azul, nº 955, Parque Centro, Planalto da Serra-MT, CEP: 78.855-000.

3- **ROSA SAMPAIO E ZANONI DE OLIVEIRA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 17.356.424/0001-96,** estabelecida na Av. Santo Antonio, nº 1024, Parque Eldorado, Primavera do Leste- MT, CEP: 78.850-0000, através de seus respectivos representantes legais, para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, na sede da Prefeitura Municipal deste Município de Planalto da Serra – MT, sito á Praça São Carlos, 755, Centro, nesta cidade, para o prazo máximo de **02 (dois) dias** contados da data de publicação desta **CONVOCAÇÃO**, para providenciar a documentação legalmente estabelecida, objetivando assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** para execução efetiva do mesmo.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT, EM 10 DE MAIO DE 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 148/2018

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR o Senhor *ODENIL MARTINHO DA SILVA,* Portador do RG 0409299-6 SSP/MT, inscrita no CPF 363.070.501-44, para exercer o cargo de ASSESSOR TÉCNICO DE INFRA-ESTRUTURAdesta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 04 de Maio de 2018.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO N° 008/2018

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 42/2018, de 06/02/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE PARA ATENDER A SECRETARIAS DE FINANÇAS, ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.***

PARTICIPANTES:

DOMANI DIST. DE VEÍCULOS - CNPJ:01.016.616/0001-13

Poconé-MT, 10 de Maio de 2018.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 104/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA CONSERTO DA MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 170-B, PERTENCENTE A ESTE MUNICÍPIO.

CONTRATADA: ROETH MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 15.239.988/0002-02.

VIGENCIA: 01/12/2017

VALIDADE: 31/12/2017

VALOR: R$ 35.907,96 (trinta e cinco mil novecentos e sete reais e noventa e seis centavos).

FISCAL DE CONTRATO: Welington Cesar Carreira Curriel - CPF: 923. 742.981-91 Porto Esperidião – MT, 01 de dezembro de 2017.

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 106/2017

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços, sob a modalidade de assessoria e consultoria especializadas em recuperação de ativos referentes às taxas de licenciamento e de fiscalização ambientais, devidas e não arrecadadas pelas empresas atuantes no ramo de Telefonia móvel; assessoria técnica tributária e ambiental, compreendendo a elaboração de levantamentos e pesquisas para apuração dos valores devidos por empresas de telefonia móvel; assessorial aos servidores municipais para a definição das rotinas e procedimentos a serem adotados para apuração dos créditos e emissão dos documentos de arrecadação; elaboração de minutas das regras técnicas para suporte à elaboração dos cálculos; elaboração de minutas de peças e notificações necessárias ao recebimento dos valores apurados como sendo devidos; realização das rotinas e procedimentos referentes à cobrança dos valores dos tributos apurados e a superintendência da arrecadação dos valores devidos, seja em âmbito extrajudicial, seja judicialmente.

CONTRATADA: ALCANCE ASSESSORIA EMPRESARIAL, ADVOCACIA E AUDITORIA CONTÁBIL LTDAC.N.P.J: 08.578.604/0001-21

VIGENCIA: 01/12/2017

VALIDADE: **01/12/2018**

VALOR: 28.000,00 (VINTE E OITO MIL REAIS).

EZEQUIAS SERAFIM DOS SANTOS

CPF: 036.192.641-39

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 31/2018

DISPENSA 04/2018

EU, Martins Dias de Oliveira – Prefeito do Município de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, FAÇO SABER que nesta data fica “HOMOLOGADO” o presente processo de Dispensa nº 004/2018, tendo em vista o parecer apresentado pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, fulcrada no inciso IV, art. 24 da Lei 8.666/93, **CUJO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO**

DE SERVIÇOS DE REFORAM DA ESCOLA MUNICIPAL BRÃO DE RIO BRANCO (SANTA RITA).

EM FAVOR DA EMPRESA: O. L. CESCON – ME, CNPJ 04.746.377/0001-45

NO VALOR TOTAL DE: R$: 26.182,03 (VINTE E SEIS MIL CENTO E OITENTA E DOIS REAIS E TRÊS CENTAVOS)

PORTO ESPERIDIÃO - MT, 05 de MARÇO de 2018

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 018/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.

CONTRATADA: ELISABETE ALVES LEITE MOURA 94250987191

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

VALOR GLOBAL: R$ 38.541,60 (TRINTA E OITO MIL QUINHENTOS E QUARENTA E UM REAIS E SESSENTA CENTAVOS)

VIGENCIA: 22 DE DEZEMBRO DE 2018

DATA: 16 DE ABRIL DE 2018

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

ATA DE REGISTRO 06.2018

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 006/2018.

No dia nove de maio do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA , Estado de MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa localizada na AV. PADRE JOÃO BOSCO, 2067, bairro CENTRO, CEP nº. 786750-000, nesta cidade de Ribeirão Cascalheira /MT, representado pelo (a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). **REYNALDO FONSECA DINIZ**, brasileiro, casado, dentista, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº. 012/2018, Processo Licitatório nº. 023/2018** que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para serviços contínuos de manutenção predial e reparos, manutenção preventiva e corretiva para pequenos reparos nos prédios públicos, sem o fornecimento de materiais**, Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Itens	Nome da empresa	CNPJ
1 e 2	VALQUE REIS FEITOSA-MEI	229.572.586/0001-84

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ/CPF	Nome do representante	CPF
VALQUE REIS FEITOSA-MEI	229.572.586/0001-84	Valque Reis Feitosa	026.010.671-28

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para serviços contínuos de manutenção predial e reparos, manutenção preventiva e corretiva para pequenos reparos nos prédios públicos, sem o fornecimento de materiais, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **Menor Preço Por Item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: VALQUE REIS FEITOSA-MEI CNPJ: 229.572.586/0001-84

ITEM	QT.	UND.	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1		Horas	Dupla de pedreiro e ajudante -serviços de baixa complexidade		
1.1	440	Horas	Serviços de ajudante com encargos complementares	**17,86**	7.858,40

1.2	440	Horas	Serviços de pedreiro com encargos complementares	**22,48**	6.891,20

ITEM	QT.	UND.	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
2		Horas	Equipe de 02(dois) pedreiros e ajudante -serviços de média complexidade		
2.1	440	Horas	Serviços de ajudante com encargos complementares	**18,21**	8.012,40
2.2	880	Horas	Serviços de pedreiro com encargos complementares	**22,48**	19.782,40

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. 2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá: a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "**Órgão não-participante ou carona**".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de

materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis; 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subseqüente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei

n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei

n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2.por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento: a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas falta leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3.O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ribeirão Cascalheira,09/05/2018.

REYNALDO FONSECA DINIZ PREFEITO MUNICIPAL

VALQUE REIS FEITOSA-MEI

CNPJ: 229.572.586/0001-84

Empresa Detentora

TERMO D RETIFICAÇÃO DO AVISO DE RESULTADO

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018

A Pregoeira juntamente com sua equipe de apoio, informa que por um lapso o aviso de resultado do pregão presencial em epígrafe ficou incompleto, as empresas vencedoras do certame são: JAIRO MACHADO DOS SANTOS-MEI CNPJ: 21.205.731/0001-43, no valor global de R$ 50. 760,00(cinqüenta mil setecentos e sessenta reais) e JAQUELINE DA SILVA MORAIS-MEI CNPJ: 26.876.935/0001-20 no valor global de R$ 48. 600,00(quarenta e oito mil e seiscentos reais).

Ribeirão Cascalheira, 09 de maio de 2018.

Luzinete Martins Ferreira

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018

CONVOCAÇÃO

A **Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT**, através da Presidente da Comissão Organizadora **CONVOCA** os candidatos aprovados para os cargo de **Agente de Combate a Endemias** no Processo Seletivo Público, de que trata o Edital nº 001/2018, para Realização do Curso Introdutório, Avaliação Médica e Avaliação Psicológica, conforme segue abaixo.

CANDIDATO	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Rômulo Thomazelli Ribeiro	024	Aprovado
Diego Miranda Celestrine	007	Aprovado
Eliane Oliveira de Souza	004	Aprovado

Cronograma.

Curso	Carga horaria	Data	Local
Introdutório	40 horas	14/05 a 18/ 05/2018	Centro de Reabilitação
Avaliação Médica	**Candidatos aptos no curso introdutório**	23/05/2018	Médico Trabalhista
Avaliação Psicológica	**Candidatos aptos na Avaliação Médica**	24/05/2018	Hospital Municipal

Rio Branco-MT, 10 de Maio de 2018.

MARILIA PEREIRA

PRESIDENTE DA COMISSÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 01.2643/GP/PMR/18 DE 10 DE MAIO DE 2018

Concede a cessão de cedência do(a) servidor(a) – ELAINE ALVES AMORIM ,matricula funcional nº 814

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

Art. 1º NOS TERMOS do Art. 113 E SEGUINTES DA LCM nº 3, de 17/10/2007 e, CONFORME o teor do Ofício Nº.02/GAB/2017;

RESOLVE:

Art. 2º - FICA CEDIDO DO (A) SERVIDOR(A) MUNICIPAL –ELAINE ALVES AMORIM,técnica de enfermagem, matricula funcional nº814,com efeitos a partir de 10/05/2018 à 31.12.2018, para o **MUNICIPAL DE CACOAL-RO,com ônus para a área de destino:**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL EM 10/05/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 01.2646/GP/PMR/18 DE 10 DE MAIO DE 2018

EXONERA- VALDIRENE SOARES TRINDADE no cargo em comissão de. CHEFE DE SEÇÃO AMBIENTAL – CDS – 12, junto da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERA – *VALDIRENE SOARES TRINDADE no cargo em comissão de* CHEFE DE SEÇÃO AMBIENTAL – CDS – 2 junto da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 08/05/2018

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 10/05/2018*

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 01.2645GP/PMR/18 DE 07 DE MAIO DE 2018

*EXONERA- **Rita Maria Deocleciano da Silva** no cargo em comissão AS-SESSOR NÍVEL III,CDs-1.*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º -EXONERA – **RITA MARIA DEOCLECIANO DA SILVA** no cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III, CDS-1, junto do GABINETE DO PREFEITO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo ao dia 07/05/2018.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 10/05/2018*

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 01.2647/GP/PMR/18 DE 10 DE MAIO DE 2018

EXONERA - ANTONIO SIRENIO GONÇALVES DO ESPIRITO SANTO no cargo em comissão de. Assessor Especial de Gabinete Nível – I CDS – 13, junto do Gabinete do Prefeito.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º -EXONERA – *ANTONIO SIRENIO GONÇALVES DO ESPIRITO SANTO no cargo em comissão de* ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE NÍVEL – I CDS – 13. junto do GABINETE DO PREFEITO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ,retroagindo ao dia 02/05/2018

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 10/05/2018.*

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 012644/GP/PMR/18 DE 10 DE MAIO DE 2018

*Nomeia- **REGINALDO DA SILVA** No cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III,CDS-1.*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear –**REGINALDO DA SILVA** No cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III, CDS-1 , junto DO GABINETE DO PREFEITO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo ao dia 07/05/2018.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 10/05/2018.*

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 01.2640/GP/PMR/18 DE 27 ABRIL DE 2018

*NOMEIA- **Paulo Antonio Alves Teodoro** do cargo em comissão de AS-SESSOR ESPECIAL DE GABINETE NIVEL II CDS-12*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEIA– **PAULO ANTONIO ALVES TEODORO** do cargo em comissão de ASSESSOR *ESPECIAL DE GABINETE NIVEL II CDS-12. De* junto DO GABINETE DO PREFEITO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo ao dia 02/04/2018

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 27/04/2018.*

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 031/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 031/2018**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 044/2018, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o**Registro de preço para futura e eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Veículo e Máquinas, para atender as necessidades das Secretarias Municipais Requisitantes.**

A sessão pública para recebimento e julgamento da(s) Proposta(s) de Preços e Documentos de Habilitação ocorrerá às **09h00min (Horário Oficial de Brasília), do dia: 28/05/2018**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia.

A integra deste Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78.338-000, durante o horário normal de expediente, através do Portal de Transparência no site da Prefeitura www.rondolandia.mt.gov.br pelo link https://e-gov.betha.com.br/transparencia ou ainda através do endereço de e-mail **cpl-rondolandia1720@hotmail.com**, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 10 de Maio de 2018.

Edimar Ricarte

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 037/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 037/2018**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 060/2018, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o**Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Veículos "tipo Van, Ônibus e Camionete", para atender as necessidades das Secretarias Municipais Requisitantes.**

A sessão pública para recebimento e julgamento da(s) Proposta(s) de Preços e Documentos de Habilitação ocorrerá às **09h00min (Horário Oficial de Brasília), do dia: 23/05/2018**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia.

A integra deste Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78.338-000, durante o horário normal de expediente, através do Portal de Transparência no site da Prefeitura www.rondolandia.mt.gov.br pelo link https://e-gov.betha.com.br/transparencia ou ainda através do endereço de e-mail **cplrondolandia1720@hotmail.com**, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 10 de Maio de 2018.

Edimar Ricarte

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 01.2650/GP/PMR/18 DE 10 DE MAIO DE 2018

NOMEIA - JULIANA ALVES RODRIGUES no cargo em comissão de. Assessor Especial de Gabinete Nível – I CDS – 13, junto do Gabinete do Prefeito.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º -NOMEIA – *JULIANA ALVES RODRIGUES no cargo em comissão de* ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE NÍVEL – I CDS – 13. junto do GABINETE DO PREFEITO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ,retroagindo ao dia 02/05/2018

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 10/05/2018.*

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 01.2253/GP/PMR/18 DE10 DE MAIO DE 2018

Nomeia- ANTONIO SIRENIO GONÇALVES DO ESPIRITO SANTO no cargo em comissão de Assessor Nível III – CDS-1.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear – *ANTONIO SIRENIO GONÇALVES DO ESPIRITO SANTO no* cargo em comissão de *Assessor Nível III – CDS-1.* de junto do GABINETE DO PREFEITO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 02/05/2018

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 10/05/2018.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 059 - 2018

PORTARIA 059/2018

de 10 de Maio de 2.018

"Dispõe sobre a readaptação temporária de servidor publico efetivo no âmbito da administração Publica Municipal, e da outras providencias."

O **PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO**, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica determinada a readaptação temporária do(a) servidor(a) **MICHELE FERNANDES DA SILVA** cargo com atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física, conforme consta em perícia por junta médica oficial pelo período compreendido entre **23.04.2018** à **23.10.2018**, devendo esta apresentar-se imediatamente a sua Secretaria de origem para novas atribuições.

Artigo 2º - Fica determinada a readaptação temporária do(a) servidor(a) **CLEIDIANE APARECIDA DE ABREU** cargo com atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física, conforme consta em perícia por junta médica oficial pelo período compreendido entre **18.04.2018** à **18.04.2019**, devendo esta apresentar-se imediatamente a sua Secretaria de origem para novas atribuições.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 10 de Maio de 2018.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO 013 - 2018

DECRETO Nº 013/2018

de 10 de Maio de 2018

"Dispõe sobre renovação da aprovação do loteamento denominado "Morro dos Ventos" e dá outras providencias."

O Prefeito do Município de Rosário Oeste - MT, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a nota de aprovação de nº. 408, emitida por parte do Setor de Engenharia Municipal de Rosário Oeste – MT, após minuciosa analise projeto do loteamento denominado *Morro dos Ventos*;

Considerando que o Loteamento *Morro dos Ventos* veio a atender os requisitos essenciais, assim como, atendeu todos os tramites legais pertinentes e constantes no Código de Postura Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica devidamente aprovado o Loteamento denominado *"Morro dos Ventos"*, compreendendo uma área total de 53.508,8190 m² devidamente matriculada junto ao CRI de Rosário Oeste sob o numero 19.275, localizado na Rua Nova Esperança, s/n. Bairro Serra Dourada, nesta cidade, sendo parte da propriedade do Sr. Maximiano Candido dos Santos.

Art. 2º - Este Loteamento encontra-se localizado dentro do Perímetro Urbano deste Município de Rosário Oeste – MT.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de Maio de 2018.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 058 - 2018

PORTARIA 058/2018,

de 10 de maio de 2.018

"Dispõe sobre revogação da Portaria 056/2018 de 03.05.2018, e da outras providencias".

O **PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO**, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

Considerando o princípio da autotutela que estabelece que a Administração Pública possui o poder de controlar os próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos.

R E S O L V E:

Artigo 1º. Fica revogada em todos seus termos a Portaria 056/2018 datada de 03.05.2018.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, revogando-se disposições.

Gabinete do Prefeito, Rosário Oeste – MT, 10 de maio de 2018.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROJETO EXECUTIVO

PROJETO EXECUTIVO

CONTRATAÇÃO DIRETA DE ASSOCIAÇÃO PARA SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PASSÍVEIS DE REUTILIZAÇÃO, REÚSO E RECICLAGEM PARA A ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU – MATO GROSSO.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU-MT

O Município de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, possui uma estimativa populacional – IBGE – 2015, de 3.951 habitantes, com uma área demográfica de 1.337,020 km², com uma distância rodoviária do Município à Capital de 357 km, sendo que 2.212 habitantes residem na área urbana do Município de Salto do Céu, e produzem cerca de 63,04 ton/mês de resíduos sólidos passíveis de reutilização e reciclagem.

Considerando o estudo elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, "Elementos para Organização de Coleta Seletiva e Projetos de Galpão de Triagem", o modelo para a estruturação dos setores da cidade visando à implantação da coleta seletiva, deve ser envolvido os agentes de saúde, de controle de vetores, e vigilância sanitária, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde e os programas sociais, como o programa de saúde da família, o programa de combate à Dengue, entre outros.

Sendo assim, a partir dos dados fornecidos pelo Departamento de Vigilância Sanitária, juntamente com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, em parceria com a FUNASA – SUPERINTENDENTE ESTADUAL/MT e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO "COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL", foram coletados dados do mês de junho de 2015, onde é possível constatar que, na zona urbana do Município de Salto do Céu, efetivamente, existe uma estimativa de população de 3.951 habitantes, com uma estimativa de 988 residências, 76 estabelecimentos comerciais, dentre outros tipos de estabelecimentos, dados esses que permite uma perspectiva de projeção maior de recolhimento de resíduos recicláveis.

A área urbana do município de Salto do Céu, esta bem estruturada, com construções em alvenarias, vias calçadas e asfaltadas dando assim uma melhor mobilidade aos munícipes.

Neste sentido, a Prefeitura Municipal de Salto do Céu, através de diretrizes de limpeza urbana com controle social e educação ambiental, e, principalmente, levando em consideração a política pública atinente à inclusão social e produtiva das organizações de catadores de materiais recicláveis, que tem como meta implantar a coleta seletiva porta a porta mediante a contratação da Associação Reciclar para Viver Melhor, a qual necessita de recebimento de resíduos valorizados para abastecer o centro de triagem, como uma ferramenta chave e decisiva para o início do processo de consolidação da coleta seletiva no município de Salto do Céu, com marco de encerramento definitivo do aterro municipal.

É de grande importância, a compreensão e execução de projetos de coleta seletiva dessa natureza, voltados para a população, proporcionando instrução e instrumento para correta separação na fonte geradora dos resíduos secos e resíduos úmidos. Por tanto, o início da execução de projetos dessa natureza constitui etapa decisiva para criação de novos valores e posturas sociais, uma vez que proporcionarão o interesse e a conscientização da população, principalmente no que se refere à valorização do espaço em que vivem, na medida em que haverá sensível melhoria do meio ambiente, concretizando o sentido da sustentabilidade e do equilíbrio do homem e meio ambiente.

Conforme já ressaltado, o Município de Salto do Céu possui uma zona urbana bem estruturada com vias asfaltadas e com bons serviços oferecidos a seus moradores, que em sua maioria pertencem às classes A, B e C. Assim constituí as principais ruas e avenidas urbanas do Município de Salto do Céu:

01 RUA AMAZONAS – RAILDA MELO DUARTE 02 RUA PARANA - JOÃO CORDEIRO DE SOBRAL 03 RUA SÃO PAULO 04 AV MINAS GERAIS 05 AV. MATO GROSSO AV PEDRO PEDROSSIAN RUA IRMA SANTINHA RUA PASTOR BENEDITO RUA JOÃO PAULO II RUA 13 DE DEZEMBRO RUA DOM AQUINO CORREIRA RUA GETULIO VARGAS RUA MARECHAL RONDON - BRAULINO ALVES RUA FREDERICO CAMPOS RUA COLUMBIA RUA JORGE AMADO – JOSINO LOPES RUA SELSINO PEREIRA RUA CARLOS LAET RUA ESPIRITO SANTO RUA MIGUEL MIRANDA – JUSCELINO KUBSTCHEK RUA ARNALDO VICENTE RUA JOÃO CARREIRO DE SA RUA ZÉ PARAIBA RUA MARIA CUPERTINO DO NASCIMENTO RUA DAS OLIVEIRAS RUA CECILIO MARREIRO RUA GOVERNADOR VALADARES RUA CARLOS LACERDA RUA DA EMANCIPAÇÃO RUA MARIA CUPERTINO DO NASCIMENTO RUA DOS CAMPONESES RUA NAIM BATISTA RUA A RUA B RUA C RUA DOS PARECIS

CONSIDERAÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO DE COLETA SELETIVA

A Lei Federal nº. 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos é o marco regulatório para a gestão dos resíduos sólidos urbanos. Complementada pela Lei Federal nº. 11.445/2007 (política nacional de saneamento). Assim, as referidas leis permitem que o poder público contrate, diretamente, as associações e cooperativas de catadores de materiais para a prestação de serviços de coletas, transporte e processamento de resíduos recicláveis e reutilizáveis.

Ainda, é imprescindível mencionar os seguintes decretos federais com parâmetros para fundamentação do presente projeto, sendo eles: Decreto nº. 7.217/10 que regulamenta a Lei nº. 11.445/2007 bem como, o Decreto Federal nº. 5.940/2006, que institui a coleta seletiva solidária, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta e, por fim, o Decreto 7.405/2010 que institui o programa PRO – CATADOR.

Os principais desafios da gestão de resíduos é a redução dos níveis atuais de desperdícios de materiais, e de disposição final de resíduos atualmente utilizados. A Prefeitura Municipal de Salto do Céu vem buscando mecanismos para que um modelo de gestão efetivamente alcance a estruturação e implantação de nova tecnologia para este novo cenário exigido, respeitadas as peculiaridades locais e, sobretudo, o poder operacional de associações e cooperativas para a execução dos serviços nos moldes da política nacional.

Isso porque a política nacional estabelece a necessidade de apoio aos processos de recuperação dos resíduos passíveis de reutilização e reciclagem, realizadas pelas cooperativas e associações de catadores de material reciclável, a fim de promover o desenvolvimento sustentável notadamente pela ação de encerramento definitivo das atividades no aterro municipal.

A Lei Federal nº. 12.305/10, no âmbito da responsabilidade compartilhada, e com intuito de que seja firmada a parceria entre a Prefeitura Municipal de Salto do Céu, e a Associação Reciclar para Viver Melhor, tem como objetivo primário o encerramento do aterro municipal, na medida em que este têm características de lixão, e esta com sua capacidade esgotada tecnicamente para o recebimento de resíduos, sem o tratamento adequado e a viabilização para a destinação, para que, então, possam ser alcançados níveis crescentes de desempenhos na recuperação de resíduos para as linhas produtivas de reaproveitamento e de reciclagem.

O presente projeto executivo foi desenvolvido com o escopo de cumprir tais finalidades, contendo os aspectos principais que poderão embasar a contratação dos serviços de coletas seletivas de forma direta pelo município de Salto do Céu, em conformidade com os objetivos e as diretrizes estabelecidas nas normas legais brasileiras.

JUSTIFICATIVA

A contratação direta pelo Poder Público Municipal, da Associação Reciclar para Viver Melhor para execução dos serviços de coletas e transporte de matérias passíveis de reutilização, reúso e reciclagem, no modelo porta a porta e em locais de entrega voluntárias através de eco pontos, tem como objetivo central e fundamental a materialização e implantação das diretrizes da política nacional de resíduos sólidos. Para início do projeto, tais serviços serão implantados no Bairro Centro do município de Salto do Céu.

Neste contexto, e, ainda, considerando as obrigações pactuadas no termo de ajustamento de conduta firmado com Ministério Público estadual, a administração pública municipal firmará a contratação prioritária da Associação Reciclar para Viver Melhor, para a execução dos referidos serviços, o que também implicará em parcerias entre diversos pontos de coleta, localizados nos bairros municipais, principalmente com os grandes geradores de resíduos.

Considerando, ainda, as peculiaridades da contratação, bem como, a necessidade de fortalecimento institucional da Associação Reciclar para Viver Melhor, enquanto organismo fundamental na promoção da política de resíduos sólidos, a presente contratação tem como premissa proporcionar o suporte a implementação dos benefícios ambientais que a coleta seletiva traz consigo, além de também viabilizar a unidade de triagem de materiais recicláveis da Associação Reciclar para Viver Melhor, em complementação as demais medidas de ampliação da coleta seletiva em cumprimento a Lei Federal nº 12.305/10, que estabelece a erradicação do trabalho de catadores em lixões.

As ações e serviços descritos visam, sobretudo, a inclusão sócio produtiva dos catadores organizados em associação ou cooperativa no município de Salto do Céu, em face de agentes promotores da política de resíduos sólidos, da forma estipulada pelas Leis supramencionadas. A opção pelo início do projeto com a contratação da Associação Reciclar para Viver Melhor, prestigia justamente aqueles indivíduos que estão na atividade de forma ainda fragilizada, e que necessitam do apoio social para desempenhar suas funções em condição de trabalho adequada, com a melhoria da qualidade dos resíduos, objetos de suas atividades.

Sendo assim, a associação a ser contratada receberá qualificação profissional e organizacional a ser proporcionada pela Prefeitura Municipal de Salto do Céu, através de instituição especializada em gestão e desenvolvimento das atividades de cooperativismo ou associativismo voltado a coleta seletiva, para que possa executar os serviços de forma organizada e sistematizada, atendendo aos fins determinados pela legislação vigente.

O presente projeto executivo prevê que os serviços operacionais serão desenvolvidos por catadores cooperados ou associados, que trabalharão diretamente nas atividades de coletas seletivas porta a porta e nas coletas em locais onde serão instalados os eco pontos, nos limites dos bairros urbanos do Município de Salto do Céu. Este projeto integra ações e serviços instituídos pelo Poder Executivo Municipal, para atender as obrigações assumidas pela municipalidade referente ao Termo de Ajustamento de Conduta.

O modelo ora proposto busca equacionar a presença dos catadores no processo de coletas seletivas, de forma organizada e estruturada, por mediações permanentes e duradouras, sob a responsabilidade da própria associação ou cooperativa contratada diretamente, e que receberá o suporte técnico e

estrutural para iniciar e desenvolver a execução dos serviços, sob a supervisão e acompanhamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social.

É importante ressaltar que a contratada deverá gerir de forma responsável obrigações legais correlatas ao desenvolvimento de suas atividades, devendo inclusive, adequar seus estatutos ou regimentos internos para atender referidas obrigações legais, especificando as atividades de cada catador envolvido no processo, a forma de distribuição final do produto da venda dos materiais, recolhimento dos encargos e salários da mão-de-obra diretamente envolvida nas atividades de coletas porta a porta e educação ambiental, dentre outras. Assim, o Poder Executivo Municipal oferecerá orientação técnica especializada mediante a contratação de entidade especializada no fortalecimento institucional dessa cooperativa ou associação.

O modelo misto de coleta seletiva prevê a educação ambiental, segregação na fonte e execução de serviços de coletas nas residências. Quanto aos condomínios, empresas públicas e privadas, instituições financeiras e estabelecimentos comerciais, serão firmados os acordos setoriais com apoio técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, para realizar a entrega do material reciclável diretamente a associação. Por fim, também é previsto a coleta através dos LEV's que são locais de entrega voluntária com a implantação de eco pontos, nos bairros urbanos do Município de Salto do Céu.

A coleta seletiva protagonizada pelas organizações de catadores de materiais recicláveis propicia resultados bastante significativos no tocante ao envolvimento, sensibilização e efetiva participação da população na iniciativa e projeto ora proposto, além de fortalecer a economia local e dos aspectos de garantias da retirada de volumes crescentes de resíduos passíveis de reutilização e reciclagem, e seu encaminhamento para novos processos produtivos, trazendo resultados positivos para o ambiente urbano, na medida em que reduz as ocorrências de descarte irregular, assim como dos custos das ações de limpeza urbana.

Por conseguinte, poderão ser crescentemente ampliadas às ações de orientação a população sob os tipos de resíduos para seu descarte e fundamentalmente na perspectiva de renda aos associados ou cooperados.

1 – Objetivo Geral

1.1 - Implementar sistema de coleta seletiva porta a porta com controle social e educação ambiental, no Município de Salto do Céu, com a inserção da organização de materiais recicláveis/reutilizáveis, no processo, visando à redução de descarte de resíduos recicláveis como resíduo comum e dos rejeitos destinados a aterros sanitários, com o intuito de viabilizar o encerramento definitivo do Aterro Sanitário do Município.

2 – Objetivos Específicos

Orientar os moradores, comerciantes e organizações existentes no Município de Salto do Céu para a separação dos materiais recicláveis, como: papel, plástico, metal e vidro; destinação e a coleta seletiva porta a porta; Mobilizar as organizações da sociedade civil para participar da implantação do projeto e sensibiliza-los quanto a sua responsabilidade garantindo sua conservação e manutenção em todos os bairros do município de Salto do Céu; Orientar os moradores sobre a importância de seu envolvimento no projeto, sobre os impactos ambientais visando à redução da produção de resíduos e a melhoria da limpeza urbana; Proporcionará a mudança de hábitos da população, em relação ao tratamento dos seus resíduos; Proporcionará aos catadores organizados a qualidade das condições de trabalho e melhoria de renda; **3 – CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA** 3.1 – Será realizada a coleta porta a porta em roteiros, contemplando vias e logradouros públicos distribuídos entre avenidas, ruas, travessas e passagens consideradas habitações, feiras, pontos turísticos, comerciais, entre outros. 3.2 – Os serviços de coleta serão realizados diariamente (de segunda a sábado), em cada um dos roteiros, em dias e horários pré-determinados no Plano de Roteirização, anexo a este projeto. 3.3 – Para a execução dos serviços de coleta porta a porta serão utilizados uma guarnição, contendo quatro coletores no veículo. 3.4 – A Educação Ambiental será realizada por 01 (uma) equipe com 07 (sete) educadores ambientais (catadores capacitados). **4 – METAS** Contratação direta da Associação Reciclar para Viver Melhor para a execução dos serviços de coleta e transporte de materiais recicláveis no Município de Salto do Céu, com a Coleta Seletiva "Porta a Porta". Abastecer o centro de triagem da Associação com material reciclável; Orientar proprietários de estabelecimentos residenciais e comerciais do Município de Salto do Céu para a separação dos resíduos recicláveis nas fontes geradoras; Realizar a coleta através de Eco Pontos, nos locais de entrega voluntária; Envolver os estabelecimentos educacionais e organizações da comunidade local na mobilização da população para adesão ao projeto. Fomentar junto a Associação Reciclar para Viver Melhor que será contratada, a capacidade empreendedora dos seus membros, visando, sobretudo, a qualificação administrativa, operacional e financeira no desenvolvimento de suas atividades.

5 - METODOLOGIA

A coleta será realizada pelo modelo misto, que consiste na Coleta Porta a Porta com veículo de tração mecânica, com a segregação na fonte, e através de locais de entrega voluntária em áreas, dias e horários determinados no Plano de Roteirização (Anexo a este Projeto Executivo). A Coleta de papéis, metais, vidros e plásticos, previamente segregados do material orgânico, na fonte, serão recolhidos na área selecionada e transportados para o Centro de Triagem. A Associação Reciclar para Viver Melhor, através de seus cooperados, juntamente com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social deverão buscar parcerias com condomínios residenciais, prédios comerciais, empresas públicas e privadas, supermercados, que por ventura estejam localizados na área de abrangência do Projeto. Os acordos setoriais serão firmados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social junto aos grandes geradores de resíduos. No modelo misto empregado, a Associação Reciclar Para Viver Melhor, por meio dos seus cooperados/associados, juntamente com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, terá que orientar (através de ações de educação ambiental) os moradores e todos os demais envolvidos a realizar a separação dos materiais recicláveis na fonte e a acondicionarem em sacos plásticos de preferência transparentes, para que no ato da coleta seja facilmente identificado pelos coletores, para que não haja a mistura com outros resíduos não recicláveis. As atividades de coleta seletiva porta a porta serão realizadas através de mão de obra dos catadores associados da Associação Reciclar para Viver Melhor. Os associados receberão treinamento prévio para capacitação e desenvolvimento de suas atividades, através da equipe de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social Salto do Céu, e demais entidades parceiras, para auxiliar nos serviços de divulgação e sensibilização da população quanto à separação do material, horário de coleta, disposição dos Eco Pontos, dentre outros. As parcerias e/ou acordos setoriais com condomínios residenciais, prédios comerciais, empresas públicas e privadas, supermercados, dentre outros, poderão permitir que um trabalhador da Coleta Seletiva (catador treinado e uniformizado) realize a separação do material reciclável acondicionado para a coleta seletiva no dia programado, ou, ainda, que a responsabilidade pela separação e transporte desse material para o Centro de Triagem seja imputada a esses grandes geradores de resíduos, conforme o Plano de Gerenciamento dos Resíduos de cada grande gerador.

6 – FASE DE IMPLANTAÇÃO

6.1 - Neste item a separação por etapas é necessária para melhor compreensão das atividades que serão desenvolvidas, todavia, estas acontecerão em processo continuo.

6.2 - Primeira Fase - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social: atividades preliminares:

Treinamento a capacitação dos catadores; Esclarecimentos e verificação da necessidade de ajustes nos roteiros juntamente com a organização de catadores; Confecção e preparação de material para divulgação e sensibilização do projeto; Estabelecimento de horários e divisão dos roteiros conjuntamente com a organização de catadores.

6.3 - Segunda Fase - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e ASSOCIAÇÃO:

Divulgação e sensibilização do projeto através de equipe de Educadores Ambientais (catadores treinados) para a execução dos serviços de educação ambiental por meio de visitas porta a porta, entrega de panfletos, adesivos entre outros.

6.4 - **Terceira fase: ASSOCIAÇÃO:**

Realização de Coleta Seletiva porta a porta; Execução da coleta seletiva por roteiros de acordo com os horários pré-estabelecidos; Transporte de material coletado ao centro de triagem.

7 – INVESTIMENTO

7.1 – O investimento para implantação e operacionalização dos serviços de Coleta Seletiva na cidade de Salto do Céu, esta orçada no valor de R$ (115.200,00), duzentos e vinte mil reais por ano referente à contratação de mão de obra, com os respectivos encargos sociais e despesas indiretas. Os encargos sociais e as despesas indiretas são custos que deverão ser revistos na hipótese de mudança da natureza jurídica da contratada para Cooperativa, em razão dos benefícios fiscais incidentes neste caso.

7.2 – Os Valores mensais a serem pagos à CONTRATADA estão compostos da seguinte forma:

a) O valor previsto de **R$ 9.600,00 (Nove mil e Seiscentos reais)**, mensais, referente à mão de obra da coleta porta a porta, com previsão inicial de 01 (uma) guarnição, de forma a não comprometer a continuidade do serviço público e para a redução dos custos inerentes à destinação final dos resíduos sólidos e diminuição do impacto ambiental. Obriga-se ainda a CONTRATADA a apresentar, mensalmente comprovante de todos os pagamentos efetuados referentes às despesas legais, visto que no preço estão incluídas as despesas indiretas (impostos, INSS, e custo operacional). O critério de medição dos valores a serem pagos à CONTRATADA será através da apuração do quantitativo de veículos coletores disponibilizados para o projeto (total de um), multiplicado por sete coletores.

b) O valor de **R$ 3.582,00 (Três Mil e Quinhentos e Oitenta e Dois Reais)**, por mês, referente a educação ambiental, com previsão inicial de 01 (uma) equipe de educadores com 01 (um) colaborador, correspondente às visitas às residências existentes nos bairros da cidade de Salto do Céu e entorno, para orientação aos munícipes sobre a segregação correta dos resíduos, atividade que integra a campanha de educação ambiental não formal do município.

7.3 – O custo unitário mensal calculado para um coletor é de R$ 1.309,48 (hum mil Trezentos e nove Reais e Quarenta e Oito Centavos), para operação no período diurno, através da seguinte composição de custo.

01	Horas mensais diurnas	187,40
02	Salario base	R$ 937,00
03	Insalubridade	R$ 187,40
04	Sub-total	R$ 1.309,48
05	Horas extras	0
06	Adicional noturno	0
07	Salario mensal	R$ 1.309,48
08	Salario com encargos	R$ 1.496,88
09	Custo mensal unitário	R4 1.496,88

Portanto, tem-se a seguinte composição de custo direto:

COMPOSIÇÃO DO CUSTO DIRETO			
COLABORADOR	**QUANTIDADE**	**CUSTO UNITARIO**	**CUSTO TOTAL/MENSAL**
Coletor Diurno	06,00	R$ 1.496,88	R$ 8.981,28
Educador	1,00	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
TOTAL	07,00		R$ 11.981,28

7.4 – O valor individual ao associado não poderá ser inferior ao salário mínimo legal ou piso salarial nacional, acrescidos dos direitos constantes do artigo 7º da Lei 12.690/2012 (se for o caso).

7.5 – Os valores mínimos aqui previstos poderão ser majorados quando comprovadamente insuficientes para fazer frente ao pagamento de todas as despesas aqui elencadas.

7.6 – O valor referente aos impostos e custos operacionais está contemplado nos custos indiretos na ordem de 19.40% sobre o valor da mão de obra necessária à execução dos serviços.

COMPOSIÇÃO DO BDI	
ISS	2,00%
TRIBUTOS FEDERAIS	9,25%
CUSTO DE OPERAÇÃO	2,00%
SUB TOTAL	13,25%
% S/ CUSTO	19,40%

COMPOSIÇÃO DO PREÇO			
ATIVIDADE	CUSTO TOTAL	BDI	VALOR TOTAL
Coleta de resíduos Recicláveis	R$ 8.981,28	R$ 1.742,37	R$ 10.723,65
Educação Ambiental	R$ 3.000,00	R$ 582,00	R$ 3.582,00

7.8 – O centro de triagem também será disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Salto do Céu, com todos os equipamentos necessários para a respectiva operação.

7.9 – Os demais custos envolvidos com a atividade de coleta seletiva, tais como EPI's, Uniformes, material de divulgação, locação de equipamentos e veículos, etc., serão fornecidos diretamente a Associação Reciclar para Viver Melhor, pela Prefeitura Municipal de Salto do Céu como forma de subsídio complementar, na medida em que existe a necessidade do oferecimento desse suporte para a adequada execução dos serviços.

8 – EQUIPE TÉCNICA QUE SUPERVISIONARÁ O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA.

8.1 – A equipe Técnica será composta da seguinte forma:

Um Coordenador do Programa Operacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social; Um Representante da Associação de catadores contratada;

9 – CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Antes do inicio do processo da coleta seletiva será executada a atividade de envio de folhetos e panfletos à população, com explicações detalhadas sobre as novas atividades, tudo sob a orientação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e da Associação contratada. O material informativo será distribuído em todas as residências, pelos designados e responsáveis pela execução dos serviços (lista fornecida pela Associação) e o material devera conter o número de telefones para informações ou reclamações. Esses serviços ficarão a cargo da Associação Reciclar para Viver Melhor juntamente com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social. Deverão ser observados as normas e procedimentos que facilitem a execução das atividades e caiba o surgimento de problemas, como o mau uso dos mobiliários urbanos recipientes coletivos, os dejetos clandestinos de lixo em terrenos baldios, entre outros. Os caminhões de coleta e os equipamentos poderão ser utilizados também para afixar cartazes com mensagens explicativas e educativas, incentivando atitudes corretas e orientando a população sobre as atividades de coleta seletiva, com previa observância da Prefeitura Municipal de Salto do Céu.

10 – PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A Associação selecionada deverá firmar contrato com o Poder Executivo do município de Salto do Céu; A vigência do contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura; Concluído o prazo de doze meses do contrato poderá ser efetivado e prorrogado, ou realizado o novo processo de seleção para a execução dos serviços; Após o termino do contrato, a Administração poderá convocar a entidade para prorrogação por igual período, ou ainda adequar a contratação às mudanças no programa de coleta seletiva.

Salto do Céu – MT, 02 de Abril de 2018.

Elaboração Equipe Técnica

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social Procuradoria Geral Municipal Gabinete do Prefeito

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1. O Presente Termo de Referência tem por objeto a contratação direta da Associação Reciclar Para Viver Melhor, para a execução de serviços de coleta de Materiais Recicláveis no Município de Salto do Céu, de acordo com o disposto neste documento. **1.2.** As especificações referem-se aos serviços de segregação na fonte, divulgação, coleta e transporte dos materiais recicláveis, para abastecer a unidade de tratamento de materiais recicláveis do município de Salto do Céu, localizada no Município e demais serviços. **1.3.** As justificativas apresentadas têm por princípio que os serviços propostos no termo de referência não possuem caráter comum e usual, pois, trata-se de coleta de materiais recicláveis que possuem características e operacionalização diferenciada dos serviços disponibilizados usualmente no mercado. A Lei Federal nº 12.305/2010 que institui a PRNS complementada pela Lei Federal nº 11.445/2007 que institui a Política Nacional de Saneamento, permite que o poder público contrate as Associações e Cooperativas de catadores de materiais recicláveis, assim como, especifica o texto da Lei Federal nº 8.666/1993.

Art. 24. É dispensável a licitação:

XXVII – na contratação de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

2. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS 2.1. - Divulgação do Programa de Coleta Seletiva; 2.2. – Coleta e Transporte de Materiais Recicláveis. 3. DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA 3.1. – É imprescindível a informação e orientação da população quanto à questão da importância da Coleta Seletiva para o controle e manutenção de um ambiente limpo e sadio. **3.2. –** Para essa orientação, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e a Secretaria Municipal de Assistência Social, em conjunto com a Associação Reciclar para Viver Melhor, deverão utilizar instrumentos de educação ambiental e desenvolver Programa de Informação e de Educação Ambiental, contemplando os seguintes itens: a) Conscientização da população quanto à necessidade da coleta seletiva para limpeza da cidade, minimização dos resíduos apresentados para coleta convencional; b) Informação e conscientização sobre a forma com que os resíduos devem ser dispostos e acondicionados para coleta seletiva que será implantada; c) A elaboração de folhetos e folders impressos, com a finalidade de esclarecer e orientar sobre a coleta seletiva que será implantada no Município; d) Confecção de calendários com informativos dos dias e horários de coleta que serão distribuídos, através de equipe formada por catadores associados da Associação Reciclar para Viver Melhor, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, os quais receberão treinamento para desenvolver essas atividades, em todos os domicílios, através dos serviços de visita porta a porta; e) Esclarecer a população

que a mesma ao separar os resíduos para coleta seletiva, estará colaborando com a inserção dos catadores de materiais recicláveis do Município de Salto do Céu no mercado de trabalho, proporcionando oportunidade de emprego e renda e fortalecendo as associações e cooperativas de materiais recicláveis. 3.3.– Ficará a cargo da Prefeitura Municipal de Salto do Céu, além de campanhas de massa na mídia local, a elaboração de panfletos, folders, banners e faixas com a finalidade de informar, esclarecer e orientar os munícipes sobre a coleta seletiva que será implantada no Município de Salto do Céu, com as seguintes quantidades mínimas, estabelecidas na tabela abaixo. Enfatizamos que os custos com aquisição dos materiais ficarão sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Salto do Céu. **Tabela 01 – Especificações dos Materiais de Divulgação e Propaganda**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÍNIMA
01	Panfleto com policromia papel couche, Tamanho 15 x 21 cm	5.000
02	Faixa Tamanho 0,60 x 2,00 MTs	04
03	Calendário de papel tríplex, tamanho 15 x 21 cm	3.000

3.4 – O programa de divulgação será a primeira etapa a ser desenvolvida por uma equipe sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social. Esta equipe será composta de 01 (um) veículo utilitário, 01 (um) motorista e 07 (sete) educadores ambientais, os quais serão capacitados preferencialmente entre os próprios catadores indicados pela Associação Reciclar para Viver Melhor.

4. COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – COLETA SELETIVA. 4.1. - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, representará a Associação ou cooperativa contratada o Plano de Roteirização dos bairros, anexo deste Termo de Referencia, para as avaliações que se fizerem necessárias.

O Plano de Roteirização contem:

a) Descritivo de cada um dos roteiros, indicando seus respectivos circuitos, período de trabalho e frequência; b) Itinerário com indicação gráfica de cada roteiro respeitando o fluxo de tráfego, horários, os pontos iniciais e finais de cada circuito nos bairros; c) Demonstrativo de cálculo do dimensionamento dos recursos humanos e materiais que serão alocados ao serviço; d) Especificação dos veículos e equipamentos que serão alocados ao serviço; e) Dimensionamento de equipamentos e das equipes de coleta porta a porta.

4.2 – Entende-se como materiais recicláveis todo material que tenha condições de reutilização, reúso ou serem reciclados, tais como; papel, papelão, plásticos, vidros, metais ferrosos, e não ferrosos e outros.

4.4. – Define-se como Coleta Seletiva a coleta e transporte regular dos materiais recicláveis ou reutilizáveis disponibilizados pelos domicílios, estabelecimentos comerciais, industriais, empresas públicas e privadas e em vias ou logradouros públicos.

4.5. – A equipe de coleta porta a porta será composta por 01 (um) motorista, e 07 coletores no veiculo, sendo que referidos coletores deverão ser treinados e orientados especificamente para a identificação dos diferentes tipos de materiais recicláveis; cabe ressaltar que os materiais recolhidos considerados não recicláveis deverão ser atendidos pela coleta convencional.

4.6. – O motorista responsabilizar-se-á pela obediência aos setores e horários de coleta estabelecidos no planejamento, bem como por relator explicitamente, as dificuldades, eventuais ou sistemáticas, encontradas durante a realização dos serviços, no máximo ao final de cada jornada de trabalho. Essas dificuldades deverão ser repassadas imediatamente pela Associação ou Cooperativa contratada, aos responsáveis pelo acompanhamento do contrato (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social), que se incumbirá de apresenta-las, em tempo hábil, para as instancias competentes da Divisão do Meio Ambiente, com vistas a seu adequado equacionamento.

4.7. – Todos os componentes das equipes de coleta deverão usar, permanentemente durante o horário de trabalho, uniformes padronizados completos, conforme modelos aprovados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social – Departamento de Meio Ambiente, e equipamento de proteção individual (EPI), necessários ao desempenho de suas atividades.

4.8. – Todo o material coletado deverá ser encaminhado para o Centro de triagem da Associação Reciclar para Viver Melhor, para que esta realize-a, para classificação e tratamento e posterior venda, cuja a renda será revertida para seus associados/cooperados. O veículo coletor carregado de materiais deverá ser pesado (peso bruto), e após a retirada dos materiais, deverá ser pesado (tara) novamente para apurar a tonelagem coletada, visando o controle de material reciclável disponibilizado para a (s) entidade (s), de modo a garantir efetivamente a geração de emprego e renda aos catadores organizados da Associação Reciclar para Viver Melhor, procedimentos esses fundamentais para o acompanhamento e avaliação das metas e quantitativos a serem alcançados no projeto.

4.9. – Os serviços de Coleta de Materiais Recicláveis no Município de Salto do Céu foram estimados em 17,84ton/mês.

4.10. – Será atribuição da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social – Divisão do Meio Ambiente, programar o horário e os itinerários dos serviços, e a frequência de coleta na metodologia de execução dos serviços, conforme o plano de roteirização.

4.11. – Os equipamentos mínimos para atender a Coleta Seletiva no Município de Salto do Céu são:

01 (um) Caminhão caçamba um eixo traseiro, 4x2 mecânico.

5. MEDIÇÃO DO SERVIÇO 5.1. – O Quantitativo Mensal de Coleta Seletiva, na cidade de Salto do Céu, esta definido no Anexo II – Planilha de Estimativa de Custos, deste Termo de Referencia. 5.2. A Remuneração da Associação Reciclar para Viver Melhor corresponderá à contratação da mão de obra para execução dos serviços operacionais de coleta e o produto resultante dessa coleta será exclusivamente para abastecer o centro de triagem, de modo a garantir efetivamente a geração de emprego e renda aos catadores organizados naquele espaço. 5.3. – A forma de pagamentos dos serviços de coleta dos resíduos recicláveis será efetivamente mensalmente, de acordo com as respectivas medições realizadas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, observando a necessidade de atingir a meta de recolhimento de resíduos recicláveis produzidos no Município de Salto do Céu, sob a pena de revisão ou rescisão contratual até a adequação da Associação, haja vista a necessidade de abastecimento do Centro de Triagem para a ampliação da coleta seletiva no Município. 5.4. – A Associação contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura ou documento equivalente até o quinto dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, para a devida aprovação e aval da fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social – Divisão de Meio Ambiente, observando o cumprimento das normas internas da Associação referentes aos pagamentos das obrigações legais correlatas, para formalização do pagamento. 5.5. – O controle referente à Coleta dos materiais recicláveis no Muni-

cípio de Salto do Céu será realizado diariamente no final do expediente pela Divisão do meio Ambiente em conjunto com a Associação contratada. **6. – FISCALIZAÇÃO** 6.1. – A fiscalização dos serviços ficará sob a responsabilidade de técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, direta ou com apoio de entidades especializadas, juntamente com até dois representantes da Associação contratada. **7. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO – HABILITAÇÃO**

Apresentar:

a) Cadastro da Associação ou Cooperativa no registro Civil das Pessoas Jurídicas; b) Ata da assembleia de constituição; c) Estatuto Social; d) Declaração formal da Associação ou Cooperativa de que a mesma é exclusivamente constituída por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda; e) Declaração de que não possuam fins lucrativos; f) Declaração dos sistemas de rateio entre os Associados e/ou cooperados. **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da Contratante:

a) Viabilizar a execução do Plano de Roteirização para a execução da coleta seletiva dos resíduos recicláveis, estimulando, juntamente com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e a Associação, a educação ambiental, objetivando evitar o descarte dos resíduos recicláveis como refeito; b) Orientar quanto aos procedimentos adequados para a coleta, transporte, armazenamento, processamento e separação dos resíduos para que sejam efetivados em local seguro, protegido contra intempéries e ações de degradação; c) Acompanhar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços, avaliando os resultados, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social; d) Analisar as propostas de reformulação e ajustes que por ventura se fizer necessário dentro de uma avaliação técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social; e) Normatizar e reorientar as ações propostas, responsabilizando-se por ele, em virtude de paralização das atividades ou de outro fato que venha ocorrer, de modo que se evite a descontinuidade das ações pactuadas; f) Providências à destinação dos resíduos recicláveis, a seu critério, caso eles não sejam recolhidos nos dias e horários estabelecidos neste termo de referencia; **9. OBRIGAÇÕES DA SSOCIAÇÃO** a) Executar as atividades previstas neste termo de Referência com rigorosa obediência ao objetivo pactuado, visando à promoção social dos catadores de materiais recicláveis; b) Indicar a Prefeitura Municipal de Salto do Céu, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, a equipe, composta exclusivamente por associados ou cooperados, que realizará a coleta dos materiais, que devera portar crachá de identificação da Associação, e uniformizados, no intuito de se facilitar sua identificação pela população, ficando sob a responsabilidade da Associação contratada a responsabilidade de fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual e identificação; c) Informar por escrito à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social os materiais recicláveis que não serão recebidos ou coletados pela Associação, bem como manter esta lista atualizada. d) Não permitir a participação de terceiros não associados na execução do objeto do presente Termo de Referência, ainda que a título gratuito ou mediante emprego contratado pela associação; e) Zelar pelo asseio e organização no processo de recebimento e transporte do material reciclável, da coleta nos pontos definidos até a entrega para a comercialização do material; f) Não utilizar o material coletado ou doado pela Prefeitura Municipal de Salto do Céu em finalidade distinta da estabelecida neste Termo de Referência; g) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pela Associação ou seus associados na coleta ou no transporte do material destinado; h) Comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade nos cumprimentos contidos deste Termo de Referência; i) Não utilizar menores de dezoito anos para execução do presente Termo de Referência; j) Comprovar o cumprimento das obrigações legais relativas a impostos e contribuições sociais pertinentes; k) Apresentar listagem como nome e número identidade dos catadores que recolherão os resíduos recicláveis no Município de Salto do Céu, devendo a Associação contratada informar à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social quaisquer alterações na listagem; l) Para fins de contratação, deverá ainda, a Associação e ou Cooperativa apresentar os seguintes documentos; A Ata de fundação e o estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na junta comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede; O registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, se couber; O registro dos fundos instituídos pelos associados, com ata da assembleia que os aprovou, se couber; 10. – **ANEXOS**

ANEXO I – PLANO DE ROTEIRIZAÇÃO

Plano de Roteirização Para Recolhimento de Lixo Reciclável e Demais no Município de Salto do Céu/MT.

NOME DE RUA/AVENIDA	LOGRADOURO INICIAL	LOGRADOURO FINAL	EXTENSAO EM METROS	LG MT INICIAL	LG MT FINAL	COORDENADA INICIAL	COORDENADA FINAL
CELCINO PEREIRA	SÃO PAULO	BRAULINO DE ALMEIDA	1.000	7	7	15º07'49.26 S	15º07'55.12 S
						58º07'30.81 O	58º07'04.04 O
JOSINO LOPES	AV. MATO GROSSO	BRAULINO DE ALMEIDA	436	7	7	15º07'54.07 S	15º07'56.56 S
						58º07'38.84 O	58º07'53.25 O
COLUMBIA	AV. MATO GROSSO	BRAULINO DE ALMEIDA	500	7	7	15º07'57.33 S	15º07'02.66 S
						58º07'38.20 O	58º07'02.86 O
CARLOS LAET	AV. RAILDA	BRAULINO DE ALMEIDA	1.200	8,5	7,8	15º07'44.73 S	15º07'51.86 S
						58º07'26.21 O	58º07'05.51 O
ESPIRITO SANTO	AV. RAILDA	BRAULINO DE ALMEIDA	1.200	8,8	8	15º07'41.31 S	15º07'48.65 S
						58º07'26.06 O	58º07'05.86 O
MIGUEL MIRANDA	AV. RAILDA	BRAULINO DE ALMEIDA	1.000	9,8	7	15º07'37.77 S	15º07'45.17 S
						58º07'26.46 O	58º07'06.38 O
MARIA CUPERTINO	JOAO PAULO II	BRAULINO DE ALMEIDA	200	7	7	15º07'41.92 S	15º07'39.86 S
						58º07'56.76 O	58º07'02.92 O
ZE PARAIBA	MIGUEL MIRANDA	BRAULINO DE ALMEIDA	700	9,9	9,8	15º07'41.84 S	15º07'33.76 S
						58º07'49.08 O	58º07'10.48 O
RAILDA	CARLOS LAET	MIGUEL MIRANDA	200	8,5	7	15º07'44.52 S	58º07'27.14 S
						58º07'25.99 O	15º07'37.94 O
JOAO CORDEIRO DE SOBRAL	CARLOS LAET	ARNALDO VICENTE	220	7,8	7	15º07'38.35 S	15º07'45.41 S
						58º07'30.65 O	58º07'29.38 O
SÃO PAULO	CELCINO PEREIRA	CHACARA	440	7	7	15º07'49.68 S	15º07'35.67 S
						58º07'32.24 O	58º07'35.05 O
MINAS GERAIS	CHACARA	JOAO CARREIRO DE SA	700	9	7	15º07'52.83 S	15º07'30.66 S
						58º07'35.36 O	58º07'39.78 O

MATO GROSSO	RUA COLUMBIA	JOAO CARREIRO DE SA	550	7	7	15º07'57.33 S 58º07'38.24 O	15º07'40.09 S 58º07'41.72 O
IRMA SANTINHA	FREDERICO CAMPOS	MIGUEL MIRANDA	550	7,9	7	15º07'59.13 S 58º07'46.00 O	15º07'41.91 S 58º07'49.68 O
PASTOR BENEDITO	FREDERICO CAMPOS	MIGUEL MIRANDA	430	7	7	15º07'42.72 S 58º07'53.11 O	15º07'56.39 S 58º07'50.30 O
JOAO PAULO II	FREDERICO CAMPOS	MARIA CUPERTINO	470	7	7	15º07'41.83 S 58º07'56.63 O	15º07'56.78 S 58º07'52.92 O
13 DE DEZEMBRO	COLUMBIA	ESPIRITO SANTO	220	7	7	15º07'54.01 S 58º07'56.18 O	15º07'47.11 S 58º07'57.66 O
DOM AQUINO	COLUMBIA	MARIA CUPERTINO	440	7	7	15º07'40.40 S 58º08'01.67 O	15º07'54.35 S 58º07'58.79 O
GETULIO VARGAS	FREDERICO CAMPOS	MARIA CUPERTINO	430	7	7	15º07'41.50 S 58º08'03.97 O	15º07'54.91 S 58º07'01.54 O
BRAULINO DE ALMEIDA	COLUMBIA	ZE PARAIBA	1.000	7,8	7	15º07'33.65 S 58º08'10.40 O	15º07'05.34 S 58º07'01.76 O
EMANCIPAÇAO	MARIA CUPERTINO	ZE PARAIBA	360	7	9,8	15º07'33.35 S 58º07'59.96 O	15º07'41.84 S 58º07'06.58 O
OLIVEIRAS	ZE PARAIBA	COHAB BELA VISTA	270	7,8	7	15º07'33.60 S 58º07'54.54 O	15º07'41.81 S 58º07'56.84 O
COHAB BELA VISTA	CECILIO MARREIRO	RUA B	420	7	7	15º07'32.09 S 58º07'56.61 O	15º07'32.09 S 58º07'56.61 O
COHAB DAURY RIVA	FREDERICO CAMPOS	CHACARA	550	7	7	15º07'09.15 S 58º07'42.29 O	15º07'09.15 S 58º07'42.29 O
PEDRO PEDROSSIAN	FREDERICO CAMPOS	MIGUEL MIRANDA	1.600	7	7	15º07'41.48 S 58º07'45.70 O	15º08'06.87 S 58º07'40.04 O

A associação Reciclar para Viver Melhor, também se responsabilizara pelo recolhimento dos lixos recicláveis e demais lixos em todas as demais Ruas e Avenidas, e em todos os bairros no município de Salto do Céu – MT.

Salto do Céu – MT, 02 de Abril de 2018.

Elaboração Equipe Técnica

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social Procuradoria Geral Municipal Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 528/2018.

Lei Municipal nº. 528/2018.

Dispõe sobre a instituição de verba indenizatória para o Prefeito e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, República Federativa do Brasil, em cumprimento às atribuições que a Lei lhe confere, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída verba indenizatória no âmbito do Poder Executivo Municipal para atender as despesas pelo exercício de atividades fins de Prefeito Municipal.

Art. 2º - O valor a ser pago à título de verba indenizatória será o equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do subsídio do Prefeito.

Art. 3º - A verba que trata esta lei será paga mensalmente ao Prefeito, desde que em efetivo exercício das atividades do cargo, de forma compensatória ao não recebimento de diárias, dentre outras despesas inerentes ao exercício do cargo.

Parágrafo primeiro -a verba indenizatória que trata o *"caput"* deste artigo não será incorporada ao subsídio do beneficiário para quaisquer efeitos;

Parágrafo segundo -a verba indenizatória não será considerada rendimento tributável;

Parágrafo terceiro -a verba indenizatória não constituirá base de incidência de contribuição previdenciária;

Parágrafo quarto - Em caso de afastamento do Prefeito, por qualquer motivo, terá direito à percepção da verba o vice-prefeito ou quem encontrar-se em substituição legal.

Parágrafo quinto - o pagamento da verba indenizatória será feito até o dia 10 (dez) de cada mês, condicionado à apresentação de relatórios mensais das atividades desenvolvidas, dispensada a apresentação de comprovantes das despesas realizadas.

Parágrafo sexto - o Prefeito não terá direito a diárias para custear despesas com viagens, seja na região, dentro ou fora do Estado.

Art. 4º - As despesas com transporte serão custeadas pelo Ente Municipal.

Art. 5º - Não será paga a verba indenizatória nas seguintes situações:

a) Durante o período de gozo de Férias;

b) Em caso de licença;

c) Durante o período de afastamento do cargo e/ou função;

Art. 6º - A verba indenizatória recebida indevidamente, deverá ser restituída ao Erário Público mediante a emissão de guia de recolhimento emitida pelo Departamento de Arrecadação do Município.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de recursos próprios consignados na Lei Orçamentária.

Art. 8º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares necessários para a cobertura das despesas geradas por esta Lei.

Art. 9º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal - Santa Cruz do Xingu/MT, 09 de Maio de 2018.

Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 526/2018

Lei Municipal nº 526/2018

Dispõe sobre o reajuste do piso salarial dos Professores de Educação da Rede Municipal de Ensino de acordo com a Lei Federal 11.738/2008 e dá outras providências.

Marcos de Sá Fernandes da Silva, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reajustado em 3,28% (três inteiros vírgula vinte e oito) por cento, o piso salarial inicial da carreira dos Profissionais da Educação, nível médio magistério, referente à carga horária de 30 horas.

Parágrafo Único – O reajuste previsto no caput visa o cumprimento do disposto na Lei Federal nº 11.738/2008.

Art. 2º - Fica o Município autorizado ao pagamento das diferenças salariais entre o piso fixado no artigo 1º e o valor pago referente nos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril de 2018.

Art. 3º - O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura deverá adotar as medidas cabíveis para cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, inclusive de pagamento das complementações salariais, se apuradas.

Art. 4º - Para custear despesas decorrentes do cumprimento desta Lei, serão utilizadas as dotações orçamentárias especificadas, consignadas no orçamento municipal para o exercício de 2018.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal - Santa Cruz do Xingu/MT, em 09 de Maio de 2018.

Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito Municipal

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049-2014

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu – MT CONTRATADA: Lira e Costa LTDA - ME, CNPJ: 10.642.203/0001-35. DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de obras de engenharia de construção de unidade básica de saúde no Município de Santa Cruz do Xingu - MT. DO PRAZO/VIGÊNCIA DE EXECUÇÃO DA OBRA: A vigência do presente Contrato terá seu prazo de execução prorrogado de 27 de abril de 2018 até 31 de dezembro de 2018. As demais cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo ratificadas. Marcos de Sá Fernandes da Silva – Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 527/2018.

Lei Municipal nº. 527/2018.

Dispõe sobre a contratação de servidor por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo como o inciso IX, do artigo 37 da Constituição da República e na Forma da Lei Federal nº 8.745/93, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, Exmº Senhor **Marcos de Sá Fernandes da Silva**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos da Lei nº 8.745/93, com suas posteriores alterações, autorizado a contratar, profissionais, técnicos e demais servidores para exercerem cargo e função pública em caráter temporário de excepcional e extremo interesse desta municipalidade.

§ 1º - As contratações serão feitas por tempo determinado, pelo prazo máximo de 8 (oito) meses, com prazo final de 31 de dezembro de 2018.

§ 2º – Os contratos não poderão ser prorrogados.

§ 3º - O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se à, sem direito a indenizações:

I – Pelo termino do prazo contratual;

II – Por iniciativa do contratado;

III – Por iniciativa do contratante.

a) – A extinção do contrato, nos casos do inciso II, será comunicada com antecedência mínima de 15 (quinze) quinze dias.

b)– A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente da conveniência administrativa, não importará no pagamento ao contratado de indenização, devendo, no entanto, ser comunicado por escrito com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

§ 4º - As relações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do contrato serão aplicadas de forma correlata à legislação Federal pertinente, observado o regime estatutário quando existente e aplicada aos servidores efetivos.

§ 5º - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa.

Art. 2º – Os cargos e respectivos números de vagas serão preenchidas conforme necessidade e conveniência administrativa levando em consideração o número de vagas disponível no lotacionograma e aprovados no processo seletivo.

§ Único – A relação dos cargos e o número de funcionários a serem contratados, obedecera aos **Anexos I, II, III** que é parte integrante desta Lei.

Art. 3º – Nos caso de não preenchimento das vagas por profissionais legalmente habilitados para ocupar os cargos de Professor de Educação Infantil e Professor Ensino Fundamental, com formação em nível Superior Especifico ao cargo, poderá ser realizada a contratação de Profissionais com formação em nível médio magistério.

§ Único – Ainda assim não sendo possível o preenchimento de todas as vagas necessária, fica autorizado a contratação de Profissionais com escolaridade de nível médio.

Art. 4º – As contratações que dispõe essa Lei, serão objeto de processo seletivo simplificado, a ser realizado pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu - MT.

Parágrafo Único – As demais normas para a realização do processo seletivo serão elaboradas pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

Art. 5º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à inclusão das despesas decorrentes da presente Lei, nos instrumentos de planejamento exigidos pela LRF (LOA, LDO e PPA).

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal - Santa Cruz do Xingu/MT, 09 de Maio de 2018.

Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito Municipal

Mapa para Contração por Secretaria

Anexo I

Mapa Específico da Secretaria Municipal de Educação.

Ordem	Descrição dos Cargos	Nº. Vagas	Nº Vagas Cadastro Reserva	Local Trabalho
1.	Professor de Educação Infantil	03	0	Sede do Município
2.	Professor de Ensino Fundamental	04	0	Sede do Município
3.	Professor de Ensino Fundamental	02	0	P.A Brasipaiva
4.	Monitor de Educação Infantil	05	2	Sede do Município
5.	Motorista AD	0	1	Zona Rural/ Fazendas
6.	Motorista (Categoria AD)	0	2	Sede do Município

Anexo II

Mapa Específico da Secretaria Municipal de Saúde.

Ordem	Descrição dos Cargos	Nº. Vagas	Nº Vagas Cadastro Reserva	Local Trabalho
7.	Recepcionista	01	0	Sede do município
8.	Técnico de Enfermagem	01	01	P.A Santa Clara
9.	Técnico de Enfermagem	01	0	P.A Brasipaiva
10.	Agente Ambiental	01	0	Sede do Município
11.	Auxiliar de Serviço Bucal	01	0	Sede do Município

Anexo III

Mapa Específico da Secretaria Municipal de Assistência Social

Ordem	Descrição dos Cargos	Nº. Vagas	Nº Vagas Cadastro Reserva	Local Trabalho
12.	Psicólogo (a)	01	0	Sede do Município

Gabinete do Prefeito Municipal

Santa Cruz do Xingu/MT, 09 de Maio de 2018.

.....

Marcos de Sá Fernandes da Silva

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 525/2018

Lei Municipal nº 525/2018

Dispõe sobre a autorização de abertura de Crédito Adicional Especial, na Lei Municipal nº 514/2017, LOA 2018 e dá outras providências. .

O **Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu**, Senhor Marcos de Sá Fernandes da Silva, **faz saber** que a Câmara Municipal **aprovou** e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município de Santa Cruz do Xingu, para o exercício financeiro de 2018, no valor de ***R$* 1.270.555,13 *(Um milhão duzentos e setenta mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos)***, destinado a reforçar as seguintes dotações Orçamentárias:

Órgão: 03 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade Orçamentaria: 001 - Departamento Municipal de Administração

Função: 04 - Administração

Sub-Função: 122 - Administração Geral

Programa: 0003 - Gestão Administrativa

Projeto/Atividade: 2211 - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores-Ordinários R$ 261.530,59

Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00. Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 90.283,00

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.00.00.000 – Recursos Ordinários .. .. R$ 90.283,00

Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 Material de Consumo R$ 1.247,59

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.17.00.000 – Contrib.. Energia Elétrica..... R$ 1.247,59

Elemento de Despesa: 44.90.52.00.00 Equip. Material Permanente R$ 170.000,00

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.00.00.000 – Recursos Ordinários .. .. R$ 170.000,00

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Obras

Unidade Orçamentaria: 001 - Gabinete da Secretaria

Função: 28 - Transporte

Sub-Função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 006 - Infraestrutura Rural

Projeto/Atividade: 2212 - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores-Fethab R$ 455.444,61

Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 Material de Consumo R$ 200. 000,00

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.30.00.000 – Recursos do Fethab .. .. R$ 200.000,00

Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 Pessoa Jurídica R$ 125.444,61

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.30.00.000 – Recursos do Fethab .. .. R$ 125.444,61

Elemento de Despesa: 44.90.51.00.00 Obras e Instalações R$ 130.000,00

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.30.00.000 – Recursos do Fethab ... . R$ 130.000,00

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo

Unidade Orçamentaria: 001 - Departamento de Meio Ambiente

Função: 18 - Gestão Ambiental

Sub-Função: 541 - Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 0024 - Preservação e Conservação Ambiental

Projeto/Atividade: 2213 - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores-Meio Amb. R$ 6.851,72

Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 Material de Consumo R$ 4.851,72

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.00.00.000 – Recursos Ordinários .. .. R$ 4.851,72

Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 Pessoa Jurídica R$ 2.000,00

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.00.00.000 – Recursos Ordinários ... . R$ 2.000,00

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentaria: 002 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0016 - Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2214 - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores-Atenção Básica . R$ 101.594,55

Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00. Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 36.765,62

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.14.00.000 – Recursos do SUS .... R$ 36.765,62

Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 Material de Consumo R$ 64.828,93

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.14.00.000 – Recursos do SUS .... R$ 64.828,93

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentaria: 002 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico

Programa: 0025 - Assistência Farmacêutica

Projeto/Atividade: 2215 - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores-Farm. Básica . R$ 61.020,90

Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 Material de Consumo R$ 61.020,90

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.14.00.000 – Recursos do SUS .... R$ 61.020,90

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentaria: 002 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0016 - Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2216 - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores- A. Nutrição . R$ 3.000,00

Elemento de Despesa: 44.90.52.00.00 Equip. Material Permanente R$ 3. 000,00

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.14.00.000 – Recursos do SUS .... R$ 3.000,00

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentaria: 002 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 305 - Vigilância em Saúde

Programa: 0027 - Vigilância Epidemiológica

Projeto/Atividade: 2217 - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores- V. Saúde . R$ 14.320,97

Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00. Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 800.00

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.14.00.000 – Recursos do SUS .... R$ 800,00

Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 Material de Consumo R$ 4.149,76

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.14.00.000 – Recursos do SUS .... R$ 4.149,76

Elemento de Despesa: 44.90.52.00.00 Equip. Material Permanente R$ 9. 371,21

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.14.00.000 – Recursos do SUS .... R$ 9.371,21

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentaria: 002 - Fundo Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0009 - Educa Mais Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2218 - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores- 301 – 361 . R$ 249.822,29

Elemento de Despesa: 44.90.51.00.00 Obras e Instalações R$ 249.822,29

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.01.00.000 – Transf.de Impostos..... ..... R$ 249.822,29

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentaria: 002 - Fundo Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 306 - Alimentação e Nutrição

Programa: 0013 - Educação Integrada

Projeto/Atividade: 2219 - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores- M. Escolar. R$ 873,56

Elemento de Despesa: 33.90.0.00.00 Material de Consumo R$ 873,56

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.01.00.000 – Transf.de Impostos..... ..... R$ 351,28

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.15.00.000 – Transf.do FNDE..... ..... R$ 522,28

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentaria: 002 - Fundo Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 365 - Educação Infantil

Programa: 0009 - Educa Mais Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2220 - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores- B Carinhoso. R$ 67.813,42

Elemento de Despesa: 44.90.51.00.00 Obras e Instalações R$ 67.813,42

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.15.00.000 – Transf .do FNDE .... R$ 67.813,42

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentaria: 002 - Fundo Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0009 - Educa Mais Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2221 - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores- QSE - PDDE. R$ 6.048,92

Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 Material de Consumo R$ 5.884,98

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.15.00.000 – Transf.do FNDE..... ..... R$ 5.884,98

Elemento de Despesa: 33.90.93.00.00 Indenizações e Restituições R$ 163,94

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.15.00.000 – Transf.do FNDE..... ..... R$ 163,94

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentaria: 002 - Fundo Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0015 - Parcerias Educacionais

Projeto/Atividade: 2222 - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores- fonte 330;061. R$ 42.233,60

Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 Material de Consumo R$ 20.000,00

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.30.061.000 – Transf. Transp. Escolar..... R$ 20.000,00

Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 Pessoa Jurídica R$ 22.233,60

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.30.061.000 – Transf. Transp. Escolar..... R$ 22.233,60

Art. 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior se fará através do Superávit Financeiro apurado **por fonte de destinação de recursos** do exercício de 2017, conforme artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demonstrativo abaixo:

Recursos de exercícios anteriores		
Fonte de Recursos	**Discriminação**	**Valor**
300	Recursos Ordinários	267.134,72
301	Recursos de Transferências de Impostos	250.173,57
314	Recursos de Transgênicas do SUS	179.936,42
315	Recursos de Transferências do FNDE	74.384,62
317	Recursos de Contribuições Energia Elétrica	1.247,59
330	Recursos de Transferências do Fethab	455.444,61
330.061	Recursos de Transferências de Transp. Escolar	42.233,60
Total		1.270. 555,13

Art. 3º - Fica autorizada a inclusão do presente crédito especial nas demais peças de planejamento – PPA do período de 2018 a 2021 e LDO 2018.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal -Santa Cruz do Xingu-MT, em 09 de Maio de 2018.

Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito Municipal

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2018

ESTADO DE MATO GROSSO

Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu

CNPJ 04.231.760/0001-60

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2018

Aprova as contas da Prefeitura Municipal de

Santa Cruz do Xingu, relativamente às

contas do exercício de 2016.

José Edimar Ferreira Lindolfo, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA

CRUZ DO XINGU – MT faz saber que o plenário da câmara aprovou e eu promulgo

o seguinte:

Art. 1º Aprova as contas da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu, relativas

ao Exercício de 2016, sob a responsabilidade do prefeito Marcos de Sà Fernandes

da Silva. Acompanhado do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado,

favorável à aprovação das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Santa

Cruz do Xingu.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação,

revogando as disposições em contrario.

Gabinete da Câmara, em 07 de Maio de 2018.

_____

José Edimar Ferreira Lindolfo

Presidente

Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2018

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Resultado de Licitação

Pregão Presencial n° 007/2018

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, inscrita no CNPJ Nº 04.178.518/0001-70, através do Pregoeiro e equipe de apoio, vem á público divulgar o RESULTADO da Licitação Supracitada. Objeto: Registro de preços para futura e eventualcontratação de empresa especializada no fornecimento e licenciamento de soluções integradas de tecnologia da informação para gestão pública, incluindo conversão, migração, implantação, treinamento de usuários, customização de banco de dados e manutenção, compreendidos na gestão em: 1) Almoxarifado; 2) Arrecadação municipal na web; 3) Compras; 4) Educação municipal; 5) Frotas; 6) Geração para tribunais; 7) Holerite web; 8) Licitação; 9) Orçamento, planejamento, Contabilidade e Tesouraria; 10) Patrimônio; 11) Portal da Transparência; 12) Portal do Contribuinte Web; 13) Protocolo/Processos; 14) Rh e Folha de Pagamento; 15) Saúde Municipal/Almoxarifado; 16) Saúde Municipal/Laboratório; 17) Saúde Municipal Atendimento Agendamento; 18) Gestão de Combustível Web; 19) Gestão da Assistência Social; 20) Gestão do Issqn com Emissão de Nfs-e; 20) Provimento de Data Center, de Forma Parcelada. VENCEDOR: AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ: 26.804.344/0004-30. Valor de R$ 167.650,00. Informações ainda que na integra dos autos acham-se à disposição dos interessados no setor de licitação.

Santa Cruz do Xingu – MT, 10 de Maio de 2018 – **Astor Albrecht -** Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2018

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO Nº 049/2018/CPL/PP

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório, **tomada de preços, referente a contratação sob regime de empreitada por menor preço global de empresa especializada na execução de obras de pavimentação asfáltica em TSD – "Tratamento Superficial Duplo" com capa selante, incluindo sinalização viária, calçadas e drenagem superficial de ruas e avenidas de Santo Antônio do Leste, Conforme caderno Técnico Anexo ao Edital.**Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às ***08:00 horas do dia 29 de maio de 2018***, em sala designada pela comissão de licitação na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 7:00 as 11:00 h e das 13:00 as 17:00 h, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br).**

Santo Antonio do Leste – MT, 10 de maio de 2018.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Portaria n.º 141/2018 de 05 de fevereiro de 2018

ATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 002/2018

Ato de homologação 01

pregão ELETRÔNICO Nº **002/2018**

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e reagentes para o laboratório municipal de Santo Antônio do Leste – MT.Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/

93, com as alterações subsequentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa:CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA CNPJ – 46.962.122/0003-21, com o valor total dos itens de R$ 12.054,00 (doze mil e cinquenta e quatro reais).

CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA CNPJ – 46.962.122/0003-21					
Item	**Descrição do Produto/Serviço**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
4	KIT PARA DETECÇÃO - QUALITATIVA DO ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG) KIT C/25	KIT	70	96,25	6.737,50
5	KIT PARA DETECÇÃO - QUALITATIVO DO HCV KIT C/25	KIT	70	75,95	5.316,50
TOTAL					12.054,00

Santo Antônio do Leste - MT, 09 de maio de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal-

Ato de homologação 02

pregão ELETRÔNICO Nº **002/2018**

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e reagentes para o laboratório municipal de Santo Antônio do Leste – MT.Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subsequentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa:SALVI LOPES & CIA LTDA – ME CNPJ – 82.478.140/0001-34, com o valor total dos itens de R$ 105.528,48 (cento e cinco mil quinhentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos).

SALVI LOPES & CIA LTDA – ME CNPJ – 82.478.140/0001-34					
Item	**Descrição do Produto/Serviço**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
25	MICROPIPETA AUTOMATICA DE 500 MICROLITROS, VOLUME FIXO	UNID	5	51,116	255,58
31	TUBO A VACUO COM EDTA - EM VIDRO, COM ETDA, COM 4,5ML, NA TAMPA LILAZ C/50	PC	1.500	38,29	57.435,00
33	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - TAMPA AZUL, PARA 4,5ML C/100	CX	250	43,00	10.750,00
35	TUBO DE ENSAIO - EM VIDRO, CAPACIDADE DE 5ML, FUNDO C/500	CX	200	62,49	12.498,00
54	CURATIVO ADESIVO - COM MICROADERENCIA, CURATIVO REDONDO PARA COLETA DE SANGUE C/500	CX	1.500	14,86	22.290,00
57	PONTEIRA PLASTICA - DESCARTAVEL, ESTERIL, PARA PIPETA, COM CAPACIDADE 10UL A 100UL C/960	CX	10	229,99	2.299,90
TOTAL					105.528,48

Santo Antônio do Leste - MT, 09 de maio de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal-

Ato de homologação 03

pregão ELETRÔNICO Nº **002/2018**

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e reagentes para o laboratório municipal de Santo Antônio do Leste – MT.Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subsequentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa:DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAES LTDA CNPJ – 08.835.955/0001-70, com o valor total dos itens de R$ 1.353.900,00 (um milhão trezentos e cinquenta e três mil e novecentos reais).

DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAES LTDA CNPJ – 08.835.955/0001-70					
Item	**Descrição do Produto/Serviço**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
55	COLETOR UNIVERSAL - COM 80ML, COM PLASTICO RIGIDO, TAMPA EM ROSCA C/500	CX	10.000	135,39	1.353.900,00
TOTAL					1.353.900,00

Santo Antônio do Leste - MT, 09 de maio de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal-

Ato de homologação 04

pregão ELETRÔNICO Nº **002/2018**

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e reagentes para o laboratório municipal de Santo Antônio do Leste – MT.Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/

93, com as alterações subsequentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa:OBJETIVA PRODUTOS E SERVICOS P/ LABORATORIOS LTDA CNPJ: 05.895.525/0001-56, com o valor total dos itens de R$ 21.840,20 (vinte e um mil, oitocentos e quarenta reais e vinte centavos).

OBJETIVA PRODUTOS E SERVICOS P/ LABORATORIOS LTDA CNPJ: 05.895.525/0001-56					
Item	**Descrição do Produto/Serviço**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
3	KIT PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS (HIV-1). (HIV-1 SUBTIPO "O") KIT C/25	KIT	70	142,43	9.970,10
19	PAPEL PARA IMPRESSORA DE APARELHO DE LABORATORIO - TERMICO, 57MM DE LARGURA X 30M	UNID	100	5,395	539,50
24	MICROPIPETA AUTOMATICA - DE 200 MICROLITROS, FIXO	UNID	5	145,15	725,75
58	PONTEIRA PLASTICA - APIROGENICA, DESCARTAVEL, PARA PIPETA, COM CAPACIDADE DE 50UL A 1000UL C/960	CX	10	339,00	3.390,00
63	COPO - EM VIDRO TRANSPARENTE, TIPO CALICE DE VIDRO PARA SEDIMENTAÇÃO	UNID	100	21,00	2.100,00
68	MESA- PARA ESCRITORIO, EM MDF, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMINICO, RETANGULAR	UNID	2	582,00	1.164,00
69	SUPORTE DE BRAÇO - PARA COLETA DE SANGUE COM BASE E COLUNA EM FERRO FUNDIDO E PINTADO	UNID	5	405,00	2.025,00
71	PONTEIRA PLASTICA - DESCARTAVEL, SEM BLOQUEIO P/MICROPIPETAS, COM CAPACIDADE ATE 250UL C/100	CX	5	385,17	1.925,85
TOTAL					21.840,20

Santo Antônio do Leste - MT, 09 de maio de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal

Ato de homologação 05

pregão ELETRÔNICO Nº **002/2018**

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e reagentes para o laboratório municipal de Santo Antônio do Leste – MT.Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subsequentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa:ALL LAB COMERCIAL LTDA CNPJ: 19.880.964/0001-08, com o valor total dos itens de R$ 220.188,77 (duzentos e vinte mil, cento e oitenta e oito reais e setenta e sete centavos).

ALL LAB COMERCIAL LTDA CNPJ: 19.880.964/0001-08					
Item	**Descrição do Produto/Serviço**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
28	PIPETA EM VIDRO, GRADUADA, COM CAPACIDADE DE 10ML	UNID	5	1,80	9,00
30	PIPETA - DE VIDRO NEUTRO BOROSILICATO, COM BOCAL ESTREITO, NAO ESTERIL, 1ML	UNID	1	1,773	1,773
32	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - SILICONIZADO, A, GEL SEPARADOR C/100	CX	3.000	68,10	204.300,00
34	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - TAMPA VERMELHA, PARA 8ML C/100	CX	200	72,50	14.500,00
56	FITA TESTE - FITAS PARA TESTE RAPIDO DE TRIAGEM EM URINA, C/100	CX	12	29,00	348,00
66	ESTANTE - PARA TUBOS COM 5ML, COM CAPACIDADE PARA 49 TUBOS	UNID	10	103,00	1.030,00
TOTAL					220.188,77

Santo Antônio do Leste - MT, 09 de maio de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal

Ato de homologação 06

pregão ELETRÔNICO Nº **002/2018**

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e reagentes para o laboratório municipal de Santo Antônio do Leste – MT.Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subsequentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa:EQUIPOS COMERCIAL LTDA CNPJ: 11.674.540/0001-77, com o valor total dos itens de R$ 5.555,96 (cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos).

EQUIPOS COMERCIAL LTDA CNPJ: 11.674.540/0001-77					
Item	**Descrição do Produto/Serviço**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
36	DEIONIZADOR - PARA SISTEMA DE FILTRAÇAO 50 L/H, EM PLASTICO PVC BRANCO, TIPO DE COLUNA	UNID	2	723,98	1.447,96
37	BANHO MARIA - AJUSTE MECANICO, COM VISOR DIGITAL, CERCA DE 5 L, TERMOMETRO DIGITAL	UNID	2	989,00	1.978,00
38	HOMOGENIZADOR - COLETA DE SANGUE, MEMORIA, ARMAZENAMENTO DE DADOS	UNID	2	1.065,00	2.130,00
TOTAL					5.555,96

Santo Antônio do Leste - MT, 09 de maio de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO, DECRETO 22-2018, RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 002/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA A REALIZAÇÃO DO 42º ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT, ATRAVÉS DE RECURSOS DO CONVÊNIO Nº 0229/2018-PROCESSO Nº 111379/2018 DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA-SEC/MT, CONFORME LOTE 01.08 DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO. ARTISTAS: ZÉ RICARDO & THIAGO, NO DIA 11 DE MAIO DE 2018, com duração de 01h20min (uma hora e vinte minutos de show). FAVORECIDA: ZRT3 PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA-ME, CNPJ Nº 17.547.572/0001-98. VALOR GLOBAL: R$70.000,00 (setenta mil reais). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 25, III da lei n.º 8. 666/93 e suas atualizações. JUSTIFICATIVA: anexa ao processo de inexigibilidade de Licitação n. º 002/2018. Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada de acordo com o parecer constante dos autos do Processo de inexigibilidade n° 002/2018, nos termos do artigo 26 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

São Félix do Araguaia-MT, 10 de maio de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 003/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA A REALIZAÇÃO DO 42º ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT, ATRAVÉS DE RECURSOS DO CONVÊNIO Nº 0229/2018-PROCESSO Nº 111379/2018 DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA-SEC/MT, CONFORME LOTE 01.09 DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO. ARTISTA: GABRIEL LENER, NO DIA 12 DE MAIO DE 2018, com duração de 02h00min (duas horas de show). FAVORECIDA: JHL SERVIÇOS DE PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA-ME, CNPJ Nº 09.253.950/0001-00. VALOR GLOBAL: R$60.000,00 (sessenta mil reais). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 25, III da lei n.º 8.666/93 e suas atualizações. JUSTIFICATIVA: anexa ao processo de inexigibilidade de Licitação nº 003/2018. Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada de acordo com o parecer constante dos autos do Processo de inexigibilidade n° 003/2018, nos termos do artigo 26 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

São Félix do Araguaia-MT, 10 de maio de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 004/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA A REALIZAÇÃO DO 42º ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT, ATRAVÉS DE RECURSOS DO CONVÊNIO Nº 0229/2018-PROCESSO Nº 111379/2018 DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA-SEC/MT, CONFORME LOTES 01.07 E 01.10 DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO. ARTISTAS: EMERSON & MIGUEL, NOS DIAS: 11 e 12 DE MAIO DE 2018, com duração de 02h30min (duas horas e trinta minutos de show). FAVORECIDA: MS CLAUDIO-ME, CNPJ Nº 11.455.181/0001-67. **VALOR GLOBAL**: R$16.000,00 (dezesseis mil reais). **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: artigo 25, III da lei n.º 8.666/93 e suas atualizações. **JUSTIFICATIVA**: anexa ao processo de inexigibilidade de Licitação nº 004/2018. Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada de acordo com o parecer constante dos autos do Processo de inexigibilidade n° 004/2018, nos termos do artigo 26 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

São Félix do Araguaia-MT, 10 de maio de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL.

DECRETO MUNICIPAL Nº 022/2018, DE 10 DE MAIO DE 2018.

Dispõe sobre Inexigibilidade de Licitação para contratação dos shows artísticos que menciona e dá outras providências.

JANAILZA TAVEIRA LEITE,Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO,a singularidade dos serviços a serem prestados;

CONSIDERANDO, que os artistas: **"ZÉ RICARDO E THIAGO" e "GABRIEL LENER"** são músicos profissionais de notório reconhecimento no estilo em todo o Brasil, atestando assim, renome e sucesso; e, "**EMERSON & MIGUEL**", artistas de reconhecimento regional.

CONSIDERANDO,o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Art. 25, inciso III;

CONSIDERANDO,que as empresas**:** ZRT3 PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA-ME, CNPJ Nº 17.547.572/0001-98; JHL SERVIÇOS DE PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA-ME, CNPJ Nº 09.253.950/0001-00 e MS CLAÚDIO ME, CNPJ Nº 11.455.181/0001-67, especializadas em produção e promoção de eventos, são detentoras de exclusividade para shows com os artistas supracitados;

CONSIDERANDO, que com a contratação dos referidos artistas, estarão sendo respeitados e concretizados os objetivos da Constituição Federal, do Estado e do Município de São Félix do Araguaia - MT, incentivando o turismo e a cultura tradicional e trazendo alegria e diversão à população do Município e da Região do Vale do Araguaia;

DECRETA:

Art. 1º- Fica Declarada Inexigibilidade de Licitação para a contratação de shows com os artistas: **"ZÉ RICARDO E THIAGO", GABRIEL LENER e** "**EMERSON & MIGUEL**", por meio das empresas: ZRT3 PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA-ME, CNPJ Nº 17.547.572/0001-98;JHL SERVIÇOS DE PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA-ME, CNPJ Nº 09.253.950/0001-00 e MS CLAÚDIO ME, CNPJ Nº 11.455.181/0001-67, para realização do 42º aniversário da cidade de São Félix do Araguaia/MT.

Art. 2º- Fica Determinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura a adoção, no que couber, das providências necessárias à formalização do contrato e o respectivo empenho prévio.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ar. 4º-Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal, em São Félix do Araguaia – MT, 10 de maio de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

RETIFICAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2018

ADESÃO Nº 004/2018

OBJETO: ADESÃO à ATA **de Registro de Preços n° Nº 004/2018 –**PREGÃO PRESENCIAL 010/2018 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT, para Registro de Preço para futura e eventual contratação de locação de equipamentos de infraestrutura para eventos (palco, tendas, sonorização, iluminação, gerador de energia e telão), para atender a Secretaria Municipal de Cultura Desporto e Lazer do município de São Félix do Araguaia na realização de eventos. Conforme recurso do **CONVÊNIO Nº 0229/2018-PROCESSO Nº 111379/2018 DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA-SEC/MT e CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO**; FIRMADO**: em 09 DE MAIO DE 2018.** FAVORECIDA: **M. S. CLAUDIO ME/CNPJ Nº 11.455.181/0001-67.** PRAZO DE EXECUÇÃO**: 12 (doze) meses.** VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses. Onde se Lê:** VALOR**: R$ 61.000,00(sessenta e um mil reais). Leia – se:** VALOR**: R$ 74. 800,00(sessenta e quatro mil e oitocentos reais).** FUNDAMENTO LEGAL**: Lei nº 10.520/2002, Lei Nº 8.666/1993 e alterações e Decreto 7. 892/2013.**

São Félix do Araguaia - MT, 10 de maio de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
DECRETO Nº 23, DE 10 DE MAIO DE 2018 - ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO DIA 14 DE MAIO DE 2018.

DECRETO Nº 23, DE 10 DE MAIO DE 2018.

Dispõe sobre ponto facultativo nas repartições públicas municipais e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, **considerando:**

I - a Lei Estadual nº 3.689, de 13 de maio de 1976, que emancipou o Município de São Félix do Araguaia (MT), desmembrando-o do Município de Barra do Garças (MT);

II - o dia 13 de maio, declarado como feriado municipal pela Lei Municipal nº 35, de 25 de abril de 1979;

III - as festividades de aniversário do Município, que ocorrerão neste final de semana, inclusive durante todo o dia 13 e parte da noite, com inúmeros servidores públicos envolvidos na organização e operacionalização do evento;

IV - que o ponto facultativo do expediente não trará qualquer prejuízo para a sociedade, uma vez que os serviços públicos essenciais serão preservados;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado **ponto facultativo** nas repartições públicas municipais, no dia **14 de maio de 2018.**

Art. 2º Caberá aos chefes das repartições dos serviços considerados essenciais, determinar escala de trabalho e de plantões necessários, de sorte a evitar prejuízos aos cidadãos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), em 10 de maio de 2018.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - EDITAL DE RESULTADO Nº. 001/2018/SEDEC/SJRC

A SECRETÁRIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados o Resultado do Teste Seletivo Simplificado para Assistente do Programa Mais Alfabetização.

RESULTADO DO TESTE SELETIVO PARA ASSISTENTE DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO.

CLASS.	NOME	TOTAL DE PONTOS
1.	MARINA FELIX DA SILVA SOUSA	16.60
2.	EDEVALDO TRINDADE DE ALMEIDA	12.64
3.	MÁRCIA CRISTINA PEREIRA E SILVA	10.60
4.	ELAINE CRISTINA DA SILVA SOUZA	9.92
5.	CRISTIANE DA SILVA LOPES MARCELINO	9.26
6.	JESSICA MATOS BRITO	8.62
7.	ROSIMEIRE PAULA SILVA	8.60
8.	KEYLIANE DA SILVA LOPES VERSALLI	7.94
9.	APOLIANE CLEMENTE OLIVEIRA	7.30
10.	JOSINETE DOS SANTOS	6.62
11.	CIBELE RUBIAN GUARNIERI NARDONI FERNANDES	5.96
12.	ROSELI PAULA SIQUEIRA	5.96

DESCLASSIFICADOS:

CLASS.	NOME	TOTAL DE PONTOS
1.	ANGELICA SOUZA SANTOS	00
2.	EVA FERREIRA DO NASCIMENTO	00
3.	MARIA FERREIRA	00

Gabinete da Secretária Municipal de Educação e Cultura,

São José do Rio Claro – MT, 09 de maio de 2018.

MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Educação e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - PORTARIA Nº 03/2018/SEDEC

DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE TURMAS PARA OS ASSISTENTES DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando, o Edital nº001/2018/SEDEC,

RESOLVE:

Art. 1º. Os Classificados para Assistente do Programa Mais Alfabetização, de acordo com o EDITAL DE RESULTADO 001/2018/SEDEC, devem comparecer a Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 11 de maio de 2018 ás 08 horas para atribuição das turmas que serão atendidas pelo Programa Mais Alfabetização.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete da Secretária Municipal de Educação e Cultura,

São José do Rio Claro – MT, 09 de maio de 2018.

MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Educação e Cultura

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADESÃO DE ATA 011/2017

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar que aderiu a Ata de Registro de Preços 011/2017, referente ao Pregão nº 014/2017, realizado pelo Município de Ribeirão Cascalheira – MT., para futura e eventual aquisições de peças , no valor de R$ 870.239,00 (Oitocentos e setenta mil e duzentos e trinta e nove reais). No julgamento do certame supracitado resultou vencedora a empresa:**TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI. CNPJ: 07.838.209/0001-78.** São José do Rio Claro – MT, 10 de maio de 2018. **Angela Rodrigues de Matos** – Pregoeira Oficial.

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2018 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

O Sr. *VALDOMIRO LACHOVICZ*, Prefeito Municipal de *SÃO JOSÉ DO RIO CLARO*, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público nº. 001/2015, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT, situada na Rua Paraíba, 355, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Motorista		
Colocação	**Inscrição**	**Nome**
8	00692	Oseias de Paiva Leal
9	00424	Albertino Aparecido da Silva
Operador de Máquinas		
7	00327	João Donizetti Zardo

São José do Rio Claro – MT, 10 de maio 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

LEI MUNICIPAL N 734/2018

LEI MUNICIPAL N 734/2018 São José Xingu – MT 10 de maio de 2018

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ALTERANDO A LEI 723/2017 LOA DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprova e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial na Lei Orçamentária Anual – LOA 2018 - Lei 723/2017 no valor de R$ 152.922,90 (Cento e cinquenta e dois mil novecentos e vinte e dois reais e noventa centavos) nas seguintes dotações:

08 – Secretaria Municipal de Promoção Social.

002 – Fundo Municipal de Assistência Social

08 - Assistência Social

244 – Assistência Comunitária

0090 – Assistência Social em Geral

2113 – Rec. de Exercício Anteriores 2017 – Ação Social..... R$ 152.922,90

33.90.30 – Material de Consumo..... R$ 119.836,69

Fonte de Recursos 0.3.29.000. Transferência M A. Social ..... R$ 119.836,69

33.90.36 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física ..... R$ 13.000,00

Fonte de Recursos 0.3.29.000. Transferência M A. Social ..... R$ 13.000,00

44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente ..... R$ 20.086,21

Fonte de Recursos 0.3.29.000. Transferência M A. Social ..... R$ 20.086,21

Art. 2º - A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através do Superávit Financeiro apurado **por fonte de destinação de recursos** do exercício de 2017, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demonstrativo abaixo:

REDUZIDO	Recursos	Valor	FONTE
176	Transferência Programas de Ação Social	3.709,32	329
173	Transferência Programas de Ação Social	3.964,28	329
177	Transferência Programas de Ação Social	124.618,18	329
178	Transferência Programas de Ação Social	20.086,21	329
179	Transferência Programas de Ação Social	544,91	329
Total		**152.922,90**	**329**

Art. 3º - Fica autorizada a inclusão do crédito especial especificado no artigo primeiro desta na LDO/2018 e PPA/2018.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação na imprensa oficial e afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EM, 10 DE MAIO DE 2018.

LUIZ CARLOS NUNES CASTELO

Prefeito Municipal,

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

LEI MUNICIPAL N 735/2018

LEI MUNICIPAL N 735/2018 São José Xingu – MT 10 de maio de 2018

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ALTERANDO A LEI 723/2017 LOA DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial na Lei Orçamentária Anual – LOA 2018 - Lei 723/2017 no valor de R$ 669.658,31 (Seiscentos e sessenta e nove mil seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta e um centavos) nas seguintes dotações:

04 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

001 – Fundo Municipal de Educação

12 - Educação

361 – Ensino Fundamental

0040 – Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental

2117 – Rec. de Exer. Anteriores 2017 – Fundeb..... R$ 201.794,99

31.90.11 – Remuneração e Vantagens Fixas ..... R$ 160.000,00

31.90.13 - Encargos Sociais ..... R$ 41.794,99

Fonte de Recursos 0.3.18.0000 – Transferências Fundeb ..... R$ 201. 794,99

04 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

001 – Fundo Municipal de Educação

12 - Educação

365 – Educação Infantil

0040 – Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental

2118 – Rec. de Exer. Anteriores 2017 – Fundeb..... R$ 200. 000,00

31.90.11 – Remuneração e Vantagens Fixas ..... R$ 160. 000,00

31.90.13 - Encargos Sociais ..... R$ 40. 000,00

Fonte de Recursos 0.3.18.0000 – Transferências Fundeb ..... R$ 200. 000,00

04 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

001 – Fundo Municipal de Educação

12 - Educação

375 – Educação Infantil

0040 – Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental

2119 – Rec. de Exer. Anteriores 2017 – Fundeb..... R$ 267. 863,32

44.90.51 – Obras e Instalações..... ..... R$ 267. 863,32

Fonte de Recursos 0.3.19.0000 – Transferências Fundeb ..... R$ 267. 863,32

Art. 2º - A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através do Superávit Financeiro apurado **por fonte de destinação de recursos** do exercício de 2017, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demonstrativo abaixo:

REDUZIDO	Recursos	Valor	FONTE
32	Transferência de Fundeb	401.794,99	318
32	Transferência de Fundeb	267.863,32	319
Total		**669.658,31**	

Art. 3º - Fica autorizada a inclusão do crédito especial especificado nos artigos anteriores desta Lei na LDO/2018 e PPA/2018 – 2021.

Art. ¨4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação na imprensa oficial e afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EM, 10 DE MAIO DE 2018.

LUIZ CARLOS NUNES CASTELO

Prefeito Municipal,

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 019/2018 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do **Processo Seletivo Simplificado 001/2018**, vem através deste convocar o candidato do referido certame a comparecer até o dia 14 de maio de 2018, a partir das 8h, na Secretaria Municipal de Educação, para apresentar documentação exigida para devida contratação – conforme convocação a seguir:

Professor II – Educação Física

1º - Lupércio G. Rodrigues Ribeiro

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do convocado, podendo a Prefeitura de São José dos Quatro Marcos-MT, através de sua Secretaria Municipal de Educação, convocar imediatamente o(s) posterior(es), obedecendo à ordem de classificação dos candidatos.

São José dos Quatro Marcos-MT, 10 de maio de 2018.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREVIQUAM
EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 001/2018

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N° 001/2018

O SENHOR JAIRO DE LIMA SOUZA, DIRETOR PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES EM CUMPRIMENTO AO ARTIGO 31, § 3° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 209 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, COMUNICA QUE AS CONTAS ANUAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS - MT, REFERENTE AO **EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017**, ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO PARA APRECIAÇÃO DOS CIDADÃOS E INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE, OS QUAIS PODERÃO QUESTIONAR-LHES A LEGITIMIDADE.

SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS — MT, 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

JAIRO DE LIMA SOUZA

Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO

O Presidente da CPL da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas que às 08h00min, do dia **28/05/2018**, realizará a licitação na modalidade Tomada de Preço nº. **02/2018**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futuro e eventual ‘’ **EXECUÇÃO GLOBAL DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS**”. O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura através de REQUERIMENTO informações pelo telefone 3251-1138, das 07:00 as 13:00 horas. VALMIR IZIDORIO PEREIRA, Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LEI MUNICIPAL Nº 1.123 DE 25 DE ABRIL DE 2018

Súmula: Altera a redação do artigo nº 20 da Lei Orgânica Municipal, vetando a reeleição dos Membros da Mesa Diretora e dá outras providências.

Sirineu Moleta, PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e EU sanciono a seguinte Lei**:**

Art. 1º - O artigo nº 20 da Lei Orgânica Municipal de Tabaporã, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20. A Mesa da Câmara Municipal será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário, um Segundo Secretário e um Tesoureiro, eleitos para um mandato de dois anos, não sendo permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Art. 2º - Está Lei entra em vigor na data de sua publicação, altera e revoga-se as disposições em contrario, em especial o artigo nº 12 § 2º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Tabaporã-MT.

Gabinete do Prefeito , 25 de Abril de 2018.

Sirineu Moleta

PREFEITO Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 342/2018

SIRINEU MOLETA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder **"*LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 90 (Noventa) dias, iniciando-se em 02/05/2018 e término em 30/07/2018, do período aquisitivo de 01/02/2013 à 31/01/2018, sem prejuízo de sua remuneração*** a Senhora **MARIA BRASILINA TEODORO PEREIRA**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 804, admitida em 12/06/2006, nocargo de **Apoio Administrativo Educacional Nutrição Profissionalizado**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura **desta Prefeitura** – MT, de acordo com o Art. 55, da Lei Municipal nº. 1080/2017 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/05/2018, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 11 de Maio de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 341/2018.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – RETORNAR DO AUXÍLIO DOENÇA a partir do dia 11/05/2018, a Senhora **KEILA ADRIANA BORGES,** servidora em cargo eletivo, com matrícula no RH nº. 1656, nocargo de **Conselheira Tutelar**, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social desta Prefeitura Municipal, de acordo com Lei Municipal nº 218/99, Art. 73-I e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 11 de Maio de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 339/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – RETORNAR DO AUXÍLIO DOENÇA a partir do dia 02/05/2018, a Senhora **FLAVIA FERREIRA FRAGA BELO**, servidora com matricula no RH nº. 1112, no cargo de **Professor,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura Municipal, de acordo com Lei Municipal nº. 218/99, Art. 73-I e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 11 de Maio de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 338/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** o Senhor **ANTONIO CARLOS CANDIDO**, servidor efetivo, admitido em 02/06/2006, no cargo de Agente da Administração Publica – Mestre de Obras, com matricula no RH nº. 742, para que acompanhe e fiscalize o seguinte contrato:

CONTRATO	DATA	NOME DA EMPRESA	OBJETO
15/2018	19/04/2018	FERREIRA MENDES CONSTRUÇÕES EIRELLI - EPP	EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS – LAMA ASFALTICA

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização da Execução de Obras de Restauração e Conservação de Pavimentação Asfáltica (Lama Asfáltica) nas vias urbanas do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Projeto Básico, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, proposta vencedora da Carta Convite nº 15/2017.

Artigo 2º. –Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 19/04/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 11 de Maio de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 337/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** o Senhor **JHONATAN FERNANDES COUTO**, servidor comissionado, admitido em 08/01/2018, no cargo de Gerente de Setor – Secretaria Municipal de Saúde, com matricula no RH nº. 1787, para que acompanhe e fiscalize o seguinte contrato:

CONTRATO	DATA	NOME DA EMPRESA	OBJETO
012/2018	16/04/2018	COMPACT POWER MAQUINAS LTDA – EPP	AQUISIÇÃO DE 01 (UM) GRUPO GERADOR DE ELENERGIA ELÉTRICA

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização da Aquisição de 01 (um) Grupo Gerador de Energia Elétrica "Novo" Linha a Diesel, com Potência Mínima de 50 KVA para o

Hospital Municipal, cumprindo-se o Termo de Compromisso nº 099/2017, firmado entre o Fundo Estadual de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, de acordo com o Termo de Referência e Demonstrativo do Orçamento que são partes integrantes do Edital 015/2018, do respectivo Pregão Eletrônico nº 11/2018.

Artigo 2º. –Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 16/04/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 11 de Maio de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 23/2018

TOMADA DE PREÇOS N°. 03/2018

REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA

MENOR PREÇO GLOBAL POR EMPREITADA

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, designada pela portaria 238/2018 de 05 de Abril de 2018, através de seu presidente, torna público e para conhecimento dos licitantes que em sessão de julgamento, e após o exame das propostas apresentadas no pleito e adotado o critério prescrito no Edital, proclamou-se como vencedor da licitação:

APALAVRA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES – LTDA

CNPJ Sob n° **21.661.470/0002-57**

Venceu o **LOTE 01**, conforme segue o valore abaixo:

LOTE 01 - Prestação de Serviço de Obras de Engenharia Para a Construção Da Praça Publica De Lazer E Turismo Na Sede Do Município De Tabaporã – MT:

>>> **R$: 161.794,21 (Cento e sessenta e um mil setecentos e noventa e quadro reais e vinte e um centavos)**

Tabaporã – MT, 10 de Maio de 2018.

HELIELSON TEODORO ALVES Comissão Municipal de Licitação Presidente	**SIRINEU MOLETA** Prefeito Municipal

---

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 340/2018.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - RETORNAR DO AUXÍLIO DOENÇA a partir do dia 03/05/2018, o Senhor **JOSE ROBERTO LARANJA**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 51, admitido em 19/04/1999, nocargo de **Agente da Administração Pública - Mecânico**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura – MT, de acordo com o Art. 76 da Lei Municipal nº. 218/99 e da Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 11 de Maio de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 23/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº. 03/2018

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA PUBLICA DE LAZER E TURISMO NA SEDE DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT, CONFORME TERMO DE REPASSE N° 0299112-52/2009 FIRMADO ENTRE O MINISTERIO DO TURISMO REPRESSENTADO PELA CAIXA ECONOMICA FEDERAL COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ – MT, tudo em conformidade com o projeto básico e seus anexos, integrantes deste edital**,

Repartições interessadas: ..... SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO;

Modalidade de licitação:..... TOMADA DE PREÇOS

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR LOTE

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL N°. 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, LC 147/14 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Em conformidade com o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8666/93, o município de Tabaporã – MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, **HOMOLOGA** o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora:

APALAVRA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES – LTDA

CNPJ Sob n° **21.661.470/0002-57**

Venceu o **LOTE 01**, conforme segue o valore abaixo:

LOTE 01 - Prestação de Serviço de Obras de Engenharia Para a Construção Da Praça Publica De Lazer E Turismo Na Sede Do Município De Tabaporã – MT:

>>> **R$: 161.794,21 (Cento e sessenta e um mil setecentos e noventa e quadro reais e vinte e um centavos)**

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã – MT, 10 de Maio de 2018.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 23/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº. 03/2018

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA PUBLICA DE LAZER E TURISMO NA SEDE DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT, CONFORME TERMO DE REPASSE N° 0299112-52/2009 FIRMADO ENTRE O MINISTERIO DO TURISMO REPRESSENTADO PELA CAIXA ECONOMICA FEDERAL COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ – MT, tudo em conformidade com o projeto básico e seus anexos, integrantes deste edital**,

Repartições interessadas: ..... SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO;

Modalidade de licitação:..... TOMADA DE PREÇOS

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR LOTE

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FE-

DERAL N°. 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, LC 147/14, E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Em conformidade com o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8666/93, o município de Tabaporã – MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora:

APALAVRA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES – LTDA

CNPJ Sob n° **21.661.470/0002-57**

Venceu o **LOTE 01**, conforme segue o valore abaixo:

LOTE 01 - Prestação de Serviço de Obras de Engenharia Para a Construção Da Praça Publica De Lazer E Turismo Na Sede Do Município De Tabaporã – MT:

>>> **R$: 161.794,21 (Cento e sessenta e um mil setecentos e noventa e quadro reais e vinte e um centavos)**

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã – MT, 10 de Maio de 2018.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 343/2018

SIRINEU MOLETA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder **"*LICENÇA PRÊMIO PROPORCIONAL", pelo período de 30 (Trinta) dias, sendo a Primeira Parcela, iniciando-se em 04/05/2018 e término em 02/06/2018,*** *do período aquisitivo de 28/06/2011 à 27/06/2016, sem prejuízo de sua remuneração* o Senhor **JOÃO FERREIRA DA SILVA**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 750, admitido em 02/06/2006, nocargo de **Agente de Manutenção - Vigia**, cedido para **a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, desta Prefeitura** – MT, de acordo com o Art. 36, da Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04/05/2018, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 11 de Maio de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº042/ADM/2018

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ **VIAÇAO TANGARÁ TRANSPORTE COLETIVO EIRELI - EPP** / O presente Termo de Apostilamento tem por finalidade corrigir erro material, conforme protocolo exarado pela Coordenação de Contabilidade, sob Nº 13427/2018, passando a *NG* a vigorar da seguinte forma:
Onde se lê:/1.1 - Este Termo Aditivo tem por objeto aditar o valor de **R$ 5. 544,00 (Cinco mil quinhentos e quarenta e quatro reais)** ao Contrato nº053/ADM/2017 (**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, NA ZONA RURAL, PARA ATENDER SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NESTE MUNICÍPIO)**, o que corresponde ao acréscimo de 42 km (Quarenta e dois quilômetros) ao Contrato Original.
Leia-se:/1.1 - Este Termo Aditivo tem por objeto aditar o valor de **R$ 5. 544,00 (Cinco mil quinhentos e quarenta e quatro reais)** ao Contrato nº053/ADM/2017 (**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, NA ZONA RURAL, PARA ATENDER SECRETARIA MUNICIPAL DE**./Data da Assinatura 09/05/2018.

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 20/2018/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 20/2018/SAMAE

TIPO	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 20/SAMAE/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N. 12/2017/SAMAE (Ata de Registro de Preços)
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**LINLAB EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 12.498.340/0001-73, localizada na Rua Recife, n. 11-82, Vila Cruzeiro do Sul, Presidente Epitácio - SP, CEP 19.470-000, representada pelo Sr. **CLEIVAN PAIVA BARBOZA**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISE DA QUALIDADE DA SAÍDA DE ÁGUA TRATADA E DAS REDES DE ABASTECIMENTO DO SAMAE.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002. R$ 22.218,00 (vinte e dois mil duzentos e dezoito reais).
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 10 de maio de 2018, com prazo até 10 de maio de 2019.**

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 19/2018/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 19/2018/SAMAE

TIPO	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 19/SAMAE/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N. 12/2017/SAMAE (Ata de Registro de Preços)
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**EDSON FURQUIM ME**, inscrita no CNPJ: 17.908.249/0001-00, localizada na Av. São Sebastião, n. 545, Bairro Cidade Alta (Verdão), Cuiabá – MT, CEP 78030-298, representada pelo Sr. **EDSON FURQUIM.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISE DA QUALIDADE DA SAÍDA DE ÁGUA TRATADA E DAS REDES DE ABASTECIMENTO DO SAMAE.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002. R$ 35.424,00 (trinta e cinco mil quatrocentos e vinte e quatro reais).
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 10 de maio de 2018, com prazo até 10 de maio de 2019.**

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 052/2018 - P.S. 003/2017

EDITAL COMPLEMENTAR 052/2018

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para CONVOCAR os candidatos classificados e/ou aprovados no Processo Seletivo nº 003/2017**, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria

Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos (DGPP), situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados para **atribuição de local de trabalho e atribuição de horas aulas**:

1.1 – Para Atribuição: Dia 11/05/2018 às 08h00min para atribuição de local de trabalho e/ou atribuição de horas aulas para todos os cargos relacionados abaixo:

Cargo.:	573 -MOTORISTA-ZONA RURAL LEI 126/07					
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Resultado
28	3590	DOUGLAS SILVA CAMPOS	09/01/1991	19	57	Classificado

Cargo.:	658 -PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL							
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Títulos	Total	Resultado
27	3078	IRACELIA SALES DOS ANJOS DURÃO	16/09/1967	22	66	7,00	73,00	Classificado

2. Para entrega de documentos: Dia 11/05/2018 e 14/05/2018 das 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 10 de maio de 2018

Prof. Fabio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Prof. Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº050/ADM/2018

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT **/ FLORICULTURA DECORAÇÕES FLORAL LTDA ME /** O presente contrato tem por objeto a *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS, PARA PROMOVER A "FESTAS DOS ESTADOS 2018" NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA,* conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital, sujeitando-se a contratada a atender rigorosamente os termos do Pregão Presencial nº 022//2018./ **R$ 92.645,43** /Data da Assinatura 08.05.2018.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
2º TERMO ADITIVO ARP Nº 006/2018 DO PP Nº 009/2018

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2018- PREGÃO PRESENCIAL Nº 009 /2018- o **REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, ÁLCOOL, ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S-10 E ARLA 32) PARA ATENDER À FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital do Pregão Presencial nº **009/2018.** Pelo presente instrumento, o MUNICIPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Prof. Fábio Martins Junqueira, RESOLVE REEQUILIBRAR o preço da Empresa **POSTO SHOPPING- COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS SHOPPING LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.449.173/0001- 80,.Fica REEQUILIBRADA a Ata DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/2018, no sub item Seção 5.2, conforme a seguir:

Item	Descrição	Quant. Máx.	Unid.	Valor Unit. Registrado (R$)	Valor Unit. Realinhado (R$)
001	GASOLINA	234.000	Uni.	4,40	**4,51**
003	ÓLEO DIESEL S-500	349.000	Uni.	3,90	**4,05**

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. Tangará da Serra- MT, 10 de Maio de 2018. Aguinaldo Vicente Segura - Chefe do Departamento de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22-2017

Extrato de Termo Aditivo

II Termo Aditivo ao Contrato N.º **22/2017**

Contratada: N K SAUDE EIRELI-ME

Motivo de Aditamento: Prorrogação do Prazo.

Valor do Aditivo: R$. 39.000,00

Nova Vigência: de 02**/05/2018 a 02/06/2018**

Data de Assinatura: 26/04/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
LEI Nº 578/97, DE 19 DE AGOSTO DE 1.997.

LEI Nº 578/97, DE 19 DE AGOSTO DE 1.997.

Dispõe sobre a Organização Administrativa da Prefeitura de Torixoréu e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE TORIXOREU, no uso de suas atribuições legais, observando o disposto no artigo 51, incisos V e VII da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Torixoréu aprovou e Ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 10 - A ação do Governo Municipal terá como objetivo o desenvolvimento do Município e o aprimoramento dos serviços prestados à população, mediante o planejamento integrado de suas atividades.

Art. 20 - O planejamento integrado das atividades da administração municipal obedecerá às diretrizes estabelecidas pelo Executivo Municipal e será traçado através da elaboração e manutenção dos seguintes instrumentos:

I - Plano de Desenvolvimento Integrado,

II - Orçamento Plurianual de Investimentos;

III

- Orçamento Programa;

IV - Programação Financeira Anual da Despesa.

Art. 3 0 - A elaboração e execução do planejamento das atividades municipais guardarão inteira consonância com os planos e programas do Governo do Estado e dos órgãos da Administração Federal.

Art. 40 - A Administração Municipal, além dos controles formais concernentes à obediência a preceitos legais e regulamentares, deverá dispor de instrumentos de acompanhamento e avaliação de resultados da atuação das suas diversas unidades organizacionais.

Art. 50 - A Prefeitura de Torixoréu buscará elevar a produtividade operacional de suas unidades organizacionais através de rigorosa seleção de candidatos ao ingresso de seu quadro de pessoal, do treinamento e aperfeiçoamento dos servidores, do estabelecimento de níveis de remuneração compatíveis com a qualificação dos Recursos humanos e as disponibilidades de recursos monetários municipais, e do estabelecimento e observância de critérios de promoção e acesso.

Art. 60 - A prefeitura de Torixoréu recorrerá, sempre que admissível e aconselhável, à execução indireta de obras e serviços, mediante licitação, por contrato, concessão, permissão ou convênios com pessoas ou entidades públicas ou privadas, de forma a evitar novos encargos permanentes e ampliação desnecessária de seu quadro de servidores.

Art. 70 - Na elaboração e execução de seus programas, a Prefeitura de Torixoréu estabelecerá o critério de prioridades, segundo a essencialidade da obra ou serviço e o atendimento do interesse

CAPITULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 8 0 A estrutura organizacional da Prefeitura de Torixoréu compõe-se das seguintes unidades organizacionais: I - De Direção Superior:

a) Executivo Municipal.

II - De Assessoramento:

a) Gabinete do Prefeito;

b) Secretaria Executiva;

c) Auditoria Interna;

d)Assessoria De manejamento E Coordenação Geral

e) Assessoria Jurídica; e,

f) Núcleo De Manutenção Geral

III - De Administração Geral:

a) Secretaria de Administração e, Finanças

IV - De Administração Específica:

a) Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer;

b) Secretaria de Saúde;

c) Secretaria de Promoção Social;

d) Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo

Art. 90 - As unidades organizacionais componentes da estrutura da Prefeitura de Torixoréu, por sua vez, podem subdividir-se em outras unidades, segundo os critérios de hierarquização adotados.

Art. IO Fica adotada a diferenciação hierárquica entre as unidades organizacionais e a denominação de seu titular, como segue:

NOME DA UNIDADE ORGÂNICA	NOME DO TITULAR
Gabinete do Prefeito	Chefe
Assessoria	Assessor (a)
Auditoria	Auditor (a)
Secretaria	Secretário
Núcleo	Diretor
Setor	Encarre ado (a)

CAPITULO III

DAS FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES

ORGANIZACIONAIS

SEÇÃO I

DO GABINETE DO PREFEITO

Art. 11 - São funções e atribuições do Gabinete do Prefeito:

I - Preparar e encaminhar as correspondências do Prefeito;

II - Atender e encaminhar munícipes que demandem ao Gabinete às unidades organizacionais para solução de consultas ou reivindicações;

III - Assessorar ao Prefeito em suas relações pública, funções sociais, de cerimonial e mantê-lo informado sobre o noticiário de interesse da Município;

IV - Responsabilizar-se pela guarda de originais das leis e publicações dos atos do Prefeito; e, V - Controlar e registrar as audiências públicas do Prefeito.

Art. 12 - O Gabinete do Prefeito se desdobra nos seguintes serviços de assistência: I - Serviço de Emissão de Carteira de Identidade;

II - Serviço de Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social;

III - Junta de Serviço Militar.

Art. 13 - Fica criado no Gabinete do Prefeito 1 (um) cargo de Chefe de Gabinete, padrão DAS2.

SEÇÃO II

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 14 - São funções e atribuições da Secretaria Executiva:

I - Executar tarefas relativas à anotação, redação, datilografia, digitação e organização de documentos e a outros serviços, como recepção, registro de compromissos e informações, junto ao Executivo Municipal, procedendo segundo normas específicas rotineiras ou de acordo com seu próprio critério, para assegurar e agilizar o fluxo de trabalhos;

II - Anotar ditados de cartas, de relatórios e de outros tipos de documentos, taquigrafando-os ou tomando-os em linguagem corrente, para datilografá-los ou digitá-los e providenciar a expedição e/ou arquivamento dos mesmos;

III - Datilografar ou digitar as anotações taquigrafadas, cartas, circulares, gravações em ditafones, tabelas, gráficos e outros documentos, apresentando-os na forma padronizada ou segundo seu próprio critério, para providenciar a reprodução e despacho das mesmos;

IV - Redigir a correspondência e documentos de rotina, observando os padrões estabelecidos de forma e estilo para assegurar o funcionamento do sistema de comunicação interna e externa;

V - Organizar os compromissos do Executivo Municipal, dispondo horários de reuniões, entrevistas e solenidades, especificando os dados pertinentes e fazendo as necessárias anotações em agendas, para lembrar-lhe e facilitar-lhe o cumprimento das obrigações assumidas;

VI - Recepcionar as pessoas que se dirigem ao Gabinete, tomando ciência dos assuntos a serem tratados, para encaminha-las ao local conveniente ou prestar-lhes as informações desejadas;

VII - Organizar e manter um arquivo privado de documentos referentes à sua unidade, procedendo à classificação, etiquetagem e guarda dos mesmos, para conservá-los e facilitar a consulta;

VIII- Fazer a coleta e o registro de dados de interesses referentes à sua unidade, comunicando-se com as fontes de informação e efetuando as anotações necessárias, para possibilitar a preparação de relatórios ou estudos eventualmente solicitados;

IX - Fazer chamadas telefônicas, requisições de material de escritório, registro e distribuição de expedientes e outras tarefas correlatas, seguindo os processos de rotina e seu próprio critério, para cumprir e agilizar os serviços de sua unidade;

X - Pode manipular máquina de calcular, copiadoras e outras máquinas simples; e,

XI - Pode acompanhar o Executivo Municipal em reuniões.

Art. 15 - Fica criado 1 (um) cargo de Secretária Executiva, padrão DAS-4.

SEÇÃO III

DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Art. 16 - São funções e atribuições da Assessoria de Planejamento e Coordenação Geral:

I - Planejar, organizar, sistematizar e articular, mediante orientação normativa e metodológica, as demais unidades organizacionais da Prefeitura de Torixoréu;

II - Elaborar, coordenar e acompanhar a execução de projetos, programas e planos do governo municipal, especialmente os voltados para o comércio externo; e

III - Planejar o desenvolvimento físico-territorial do Município.

Art. 17 - A Assessoria de Planejamento e Coordenação Geral é provedora do Conselho Municipal de Desenvolvimento.

Art. 18 - Subordinam-se à Assessoria de Planejamento e Coordenação Geral, os seguintes

Serviços:

I - De Comércio Externo;

II- De Organização e Métodos; e,

III - De Processamento de Dados.

Art. 19 - Fica criado na Assessoria de Planejamento e Coordenação Geral o seguinte cargo e respectivo padrão:

I - 1 (um) cargo de Assessor de Planejamento e Coordenação Geral, padrão DAS-1

SEÇÃO IV

DA AUDITORIA INTERNA

Art. 20 - São funções e atribuições da Auditoria Interna:

I - Verificar os livros fiscais e auxiliares da Prefeitura de Torixoréu, examinando os registros efetuados, para apurar a correspondência dos lançamentos aos documentos que lhe deram origem;

II - Investigar as operações contábeis e financeiras realizadas, verificando cheques, recibos, faturas, notas fiscais e outros documentos para comprovar a exatidão das mesmas;

III - Conferir os bens e valores existentes, verificando dinheiro em caixa, títulos e outros documentos, para confrontá-los com registros feitos;

IV - Verificar os cálculos efetuados, baseando-se nos valores contábeis, para assegurar-se da exatidão dos mesmos;

V - Preparar relatórios parciais e globais da auditagem realizada, assinalando as eventuais falhas encontradas e certificando a real situação patrimonial, econômica e financeira da Prefeitura, para fornecer ao Prefeito os subsídios contábeis necessários à tomada de decisões; e,

VI - Realizar auditagens específicas para apurar possíveis irregularidades na Prefeitura.

Art. 21 - Fica criado na Auditoria Interna 1(um) cargo de Auditor Interno, padrão DAS-3.

SEÇÃO V

DA ASSESSORIA JURÍDICA

Art. 22 - São funções e atribuições da Assessoria Jurídica:

I - Assessorar o Prefeito e demais unidades organizacionais da Administração, nos assuntos de natureza jurídica;

II - Opinar sobre os projetos de lei, a serem encaminhados ao legislativo;

III - Promover a cobrança da dívida ativa, via judicial ou extra judicial;

IV - Atender consultas de ordem jurídica a munícipes, quando encaminhadas pelo Prefeito; e, V - Quando indicado, representar o Município em juízo.

Art. 23 - Fica criado na Assessoria Jurídica I (um) cargo de Assessor Jurídico, padrão DAS-3.

SEÇÃO VII

DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 24 – São funções e atribuições da Scretaria de Administração:

I - Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades da Secretaria, fixando políticas de ação e acompanhando seu desenvolvimento, para assegurar o cumprimento das metas e objetivos traçados consentaneamente com os Planos de Ação do Governo Municipal;

II - Assegurar, através de suas unidades orgânicas de serviços subordinadas, tramitações rápidas de informação entre as diversas unidades componentes da estrutura organizacional da Prefeitura de Torixoréu, utilizar adequadamente os recursos humanos e materiais disponíveis e processar as demais atividades dentro da respectiva política de ação;

III - Fixar a política da Secretaria, expressando-a em planos de curto, médio ou longo prazo e por meio de programas e projetos específicos a serem cumpridos pelas unidades orgânicas subordinadas;

IV- Coordenar as diferentes atividades da Secretaria, tendo em vista o cumprimento dos objetivos propostos, com o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis;

V - Supervisionar o desenvolvimento dos programas e avaliar a execução dos mesmos;

VI- Decidir sobre os ajustes dos programas, visando a seu cumprimento oportuno e à sua máxima rentabilidade;

VII - Informar ao Executivo Municipal acerca do andamento dos planos de execução, perspectivas de desenvolvimento e outros assuntos relacionados com os resultados de sua gestão;

VIII - Estabelecer em conjunto com os órgãos estaduais e federais e com os segmentos ativos do tecido social, ouvido o Executivo Municipal, programas, convênios, acordos e parcerias assemelhadas necessários e/ou oportunos para a execução de projetos inerentes à sua Secretaria.

VIX - Prover o Fundo Municipal de Previdência;

Art. 25 - A Secretaria de Administração e Finanças subordina-se os seguintes serviços

I - Serviço de Pessoal;

II - Serviço de Material,

III - Serviço de Tributação/Fiscalização;

IV - Serviço de Contabilidade/Tesouraria.

Art. 26 - Fica criado o seguinte cargo e respectivo padrão.

I - 1 (um) cargo de Secretário de Administração e Finanças, padrão DAS-1;

Art. 27 - A Secretaria de Administração e Finanças é provedora do Fundo Municipal de Previdência.

SEÇÃO IX

DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,

Art. 28 - São funções e atribuições da Secretaria de Educação,:

I - Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades da Secretaria, fixando políticas de ação e acompanhando o seu desenvolvimento, para assegurar o cumprimento das metas e objetivos traçados consentaneamente com os Planos de Ação do Governo Municipal;

II - Prover os Conselhos de Educação, de Alimentação Escolar e a Atividade de Controle da Qualidade da Alimentação Escolar;

III - Assegurar, através de suas unidades orgânicas subordinadas, tramitações rápidas de informação entre as diversas unidades componentes da estrutura organizacional da Prefeitura de Torixoréu, utilizar adequadamente os recursos humanos e materiais disponíveis e processar as demais atividades dentro da respectiva política de ação;

IV - Fixar a política da Secretaria, expressando-a em planos de curto, médio ou longo prazo e

por meio de programas e projetos específicos a serem cumpridos pelas unidades orgânicas subordinadas;

V - Coordenar as diferentes atividades da Secretaria, tendo em vista o cumprimento dos objetivos propostos, com o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis;

VI - Supervisionar o desenvolvimento dos programas e avaliar a execução dos mesmos;

VII - Decidir sobre os ajustes dos programas, visando a seu cumprimento oportuno e à sua máxima rentabilidade;

VIII - Informar ao Executivo Municipal acerca do andamento dos planos de execução, perspectivas de desenvolvimento e outros assuntos relacionados com os resultados de sua gestão;

IX - Estabelecer em conjunto com os órgãos estaduais e federais e com os segmentos ativos do tecido social, ouvido o Executivo Municipal, programas, convênios, acordos e parcerias assemelhadas necessários e/ou oportunos para a execução de projetos inerentes à sua Secretaria.

Art. 29 - A Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer é provedora dos Conselhos de Educação, de Alimentação Escolar e da Atividade de Controle da Qualidade da Alimentação Escolar.

Art. 30 - Fica criado na Secretaria de Educação, o seguinte cargo e respectivo padrão:

I - 1 (um) cargo de Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, padrão DAS-1;

SEÇÃO X

DA SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 31 - São funções e atribuições da Secretaria de Saúde:

-

I - Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades da Secretaria, fixando políticas de ação e acompanhando o seu desenvolvimento, para assegurar o cumprimento das metas e objetivos traçados consentaneamente com os Planos de Ação do Governo Municipal;

II - Prover o Conselho de Saúde, e os Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social;

III - Assegurar, através de suas unidades orgânicas subordinadas, tramitações rápidas de informação entre as diversas unidades componentes da estrutura organizacional da Prefeitura de Torixoréu, utilizar adequadamente os recursos humanos e materiais disponíveis e processar as demais atividades dentro da respectiva política de ação;

IV - Fixar a política da Secretaria, expressando-a em planos de curto, médio ou longo prazo e

por meio de programas e projetos específicos a serem cumpridos pelas unidades orgânicas subordinadas;

V - Coordenar as diferentes atividades da Secretaria, tendo em vista o cumprimento dos objetivos propostos, com o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis;

VI - Supervisionar o desenvolvimento dos programas e avaliar a execução dos mesmos;

VII - Decidir sobre os ajustes dos programas, visando a seu cumprimento oportuno e à sua máxima rentabilidade;

VIII- Informar ao Executivo Municipal acerca do andamento dos planos de execução, perspectivas de desenvolvimento e outros assuntos relacionados com os resultados de sua gestão; e,

IX - Estabelecer em conjunto com os órgãos estaduais e federais e com os segmentos ativos do tecido social, ouvido o Executivo Municipal, programas, convênios, acordos e parcerias assemelhadas necessários elou oportunos para a execução de projetos inerentes à sua Secretaria.

Art. 32 - A Secretaria de Saúde é provedora do Conselho Municipal de Saúde e dos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social.

Art. 33 - Ficam criados na Secretaria de Saúde o seguinte cargo e respectivo padrão:

I - Um (1) cargo de Secretário de Saúde, padrão DAS-1

SEÇÃO XI

DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL

Art. 34 - São funções e atribuições da Secretaria de Promoção Social:

I - Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades da Secretaria, fixando políticas de ação e acompanhado seu desenvolvimento, para assegurar o cumprimento das metas e objetivos traçados consentaneamente com os Planos de Ação do Governo Municipal;

II - Prover os Conselhos da Comunidade Solidária, de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e do Conselho de Trabalho;

III - Assegurar, através de suas unidades orgânicas subordinadas, tramitações rápidas de informação entre as diversas unidades componentes da estrutura organizacional da Prefeitura de Torixoréu, utilizar adequadamente os recursos humanos e materiais disponíveis e processar as demais atividades dentro da respectiva política de ação;

IV - Fixar a política da Secretaria, expressando-a em planos de curto, médio ou longo prazo e por meio de programas e projetos específicos a serem cumpridos pelas unidades orgânicas subordinadas;

V - Coordenar as diferentes atividades da Secretaria, tendo em vista o cumprimento dos objetivos propostos, com o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis;

VI - Supervisionar o desenvolvimento dos programas e avaliar a execução dos mesmos;

VII - Decidir sobre os ajustes dos programas, visando a seu cumprimento oportuno e à sua máxima rentabilidade;

VIII - Informar ao Executivo Municipal acerca do andamento dos planos em execução, perspectivas de desenvolvimento e outros assuntos relacionados com os resultados de sua gestão;

IX - Estabelecer em conjunto com os órgãos estaduais e federais e com os segmentos ativos do tecido social, ouvido o Executivo Municipal, programas, convênios, acordos e parcerias assemelhadas necessários e/ou oportunos para a execução de projetos inerentes à sua Secretaria.

Art. 35 - A Secretaria de Promoção Social é provedora dos Conselhos da Comunidade Solidária, de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e do Conselho do Trabalho.

Art. 36 - Fica criado na Secretaria de Promoção Social, o seguinte cargo e respectivo padrão:

I - Um (1) cargo de Secretario de Promoção Social, padrão DAS-1;

SEÇÃO XII

DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Art. 37 - São funções e atribuições da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

I - Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades da Secretaria, fixando políticas de ação e acompanhando seu desenvolvimento, para assegurar o cumprimento das metas e objetivos traçados consentaneamente com os Planos de Ação do Governo Municipal;

II - Prover os Conselhos de Meio Ambiente e Mineração, de Desenvolvimento Rural, de Turismo e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

III - Assegurar, através de suas unidades orgânicas subordinadas, tramitações rápidas de

Informação, entre as diversas unidades components da estrutura organizacional da Prefeitura de Torixoréu, utililizar adequadamente os recursos humanos e materiais disponíveis e processor as demais atividades dentro da respective política de ação;

IV - Fixar a política da Secretaria, expressando-a em planos de curto, médio ou longo prazo e por meio de programas e projetos específicos a serem cumpridos pelas unidades orgânicas subordinadas,

V - Coordenar as diferentes atividades da Secretaria, tendo em vista o cumprimento dos objetivos propostos, com o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis;

VI- Supervisionar o desenvolvimento dos programas e avaliar a execução dos mesmos;

VII- Decidir sobre os ajustes dos programas, visando a seu cumprimento oportuno e à sua máxima rentabilidade,

VIII- Informar ao Executivo Municipal acerca do andamento dos planos em execução, perspectivas de desenvolvimento e outros assuntos relacionados com os resultados de sua gestão;

IX- Estabelecer em conjunto com os órgãos estaduais e federais e com os segmentos ativos do tecido social, ouvido o Executivo Municipal, programas, convênios, acordos e parcerias assemelhadas necessários e / ou oportunos para a execução de projetos inerentes à sua Secretaria.

Art. 38 - A Secretaria de Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo é provedora dos Conselhos de Meio Ambiente, de Desenvolvimento Rural, de Turismo e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Art. 39- Fica criado na Secretaria de Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, o seguinte cargo e respectivo padrão:

I - Um (1) cargo de Secretário de Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, padrão DAS-1,

SEÇÃO XIII

DO NÚCLEO DE MANUTENÇÃO GERAL

Art. 40 - São funções e atribuições do Núcleo de Manutenção Geral.

I - Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades de Manutenção e Conservação de Estradas, Obras e Serviços Urbanos do Município, fixando políticas de ação e acompanhando seu desenvolvimento, para assegurar o cumprimento das metas e objetivos traçados consentaneamente com os Planos de Ação do Governo Municipal;

III - Assegurar, através de suas unidades orgânicas subordinadas, quais sejam:, tramitações rápidas de informações entre as diversas unidades componentes da estrutura organizacional da

Prefeitura de Torixoréu, utilizar adequadamente os recursos humanos e materiais disponíveis e processar as demais atividades dentro da respectiva política de ação;

IV- Fixar a política do Núcleo, expressando-a em planos de curto, médio ou longo prazo e por meio de programas e projetos específicos a serem cumpridos pelas unidades orgânicas subordinadas;

V- Coordenar as diferentes atividades da Secretaria, tendo em vista o cumprimento dos objetivos propostos, com o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis;

VI- Supervisionar o desenvolvimento dos programas e avaliar a execução dos mesmos;

VII- Decidir sobre os ajustes dos programas, visando a seu cumprimento oportuno e à sua máxima rentabilidade;

VIII- Informar ao Executivo Municipal acerca do andamento dos planos em execução, perspectiva de desenvolvimento e outros assuntos relacionados com os resultados de sua gestão; e,

IX- Estabelecer em conjunto com os órgãos estaduais e federais e com os segmentos ativos do tecido social, ouvido o Executivo Municipal, programas, convênios, acordos e parcerias assemelhadas necessários e / ou oportunos para a execução de projetos inerentes à sua Secretaria.

Art. 41 - Ao Núcleo de Manutenção Geral subordina-se os seguintes serviços I - Serviço de Conservação de Estradas;

II - Serviço de Obras; e,

III - Serviços Urbanos.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42 - A presente reorganização administrativa será implementada gradualmente e para tanto o Executivo Municipal:

I - Promoverá o levantamento das leis, decretos, regulamentos e demais atos normativos que disponham sobre a estruturação, o funcionário, a competência das unidades orgânicas e atividades da administração municipal; e,

II - Expedirá os respectivos atos de reorganização, definição de competência e outros, necessários à modernização administrativa;

Art. 43 - O Prefeito Municipal baixará, oportunamente, o regulamento interno da Prefeitura, detalhando:

I - Atribuições gerais das diferentes unidades orgânicas da Prefeitura,

II - Atribuições específicas e comuns dos servidores investidos nas diversas funções;

III - Normas de trabalho que, pela sua própria natureza, não devem constituir objeto de disposição em separado; e,

IV - Outras disposições julgadas necessárias;

Parágrafo Unico - No regulamento interno da Prefeitura de que trata esse artigo, o Prefeito poderá delegar competência aos diversos titulares de cargos para proferir despachos decisórios, podendo, a qualquer tempo, avocar a si, a seu critério, a competência delegada.

Art. 44 As unidades organizacionais da Prefeitura de Torixoréu, devem funcionar perfeitamente articuladas em regime de mútua colaboração.

Art. 45 - A subordinação hierárquica difere-se no enunciado das competências de cada unidade orgânica e no organograma da Prefeitura de Torixoréu que acompanha a presente Lei.

Art. 46 - A Prefeitura dará atenção especial ao treinamento de seus servidores, fazendo-o, na medida das disponibilidades financeiras do Município, bem como da oportunidade e conveniência dos cursos e estágios de treinamento e aperfeiçoamento.

Art. 47 - O Executivo Municipal, encaminhará a Câmara Municipal, projeto de lei alterando a lei orçamentaria em vigor, para a perfeita execução da presente proposta.

Art. 48 - Os valores dos padrões de vencimento, são os constantes do Anexo Unico da presente lei.

Parágrafo Unico - Os eventuais aumentos de vencimentos serão feitos na mesma data e proporção dos vencimentos dos demais servidores municipais.

Art. 49 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Torixoréu -MT, 19 de agosto de 1.997.

Dr. Paulo Afonso Pereira Inez de Almeida

Prefeito de Torixoréu

ANEXO ÚNICO

VALORES PADRÕES DOS VENCIMENTOS

DOS CARGOS

DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

NOMENCLATURA	PADRÃO	VENCIMENTO
D A S	DAS1	800,00
D A S	DAS2	650,00
D A S	DAS3	560,00
D A S	DAS4	450,00
D A S	DAS5	350,00

***DAS** =DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

PORTARIA N.º 34/ 2018

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 33/2018 **que dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição a servidora** Sra. **Iara Regina Hoinaski.***"*

A Secretária Municipal de Planejamento, Administração do Município de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 33/2018, publicada em 08/05/2018 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição nº 2.973, onde foi concedido o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** a **Sra. Iara Regina Hoinaski**, brasileira, portadora do RG n.º 2111939-2 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 036.479.161-61, servidora Efetiva, no cargo Professora – 30 horas, Classe "C", Nível "06", contando com 25 (vinte e cinco) anos, 05 (cinco) meses e 20 (vinte) dias de tempo de contribuição, lotada na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculada sob o nº 42, **com proventos integrais**, com base na última remuneração do cargo efetivo, conforme processo administrativo do **VALE-PREVI** n.º 2018.04.00010P, a partir de 07/05/2018 até posterior deliberação.

ONDE SE LÊ: "Portadora do RG n.º 2111939-2 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 036.479.161-61.**".**

LEIA-SE: "Portadora do RG n.º 446.970 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 487.187.001-44.".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **07 de maio de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Vale de São Domingos/MT, 09 de maio de 2018.

ANA LUCY DA SILVA Secretária Municipal de Planejamento, Administração

Homologo:

GERALDO MARTINS DA SILVA Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

ERRATA

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerandoa existência de mero erro material, quando digitado a data da nomeação **Sra. Valesca Nivia de Almeida Barros**, conforme **Ato Nº 157/2018** no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição nº 2.963 do dia 23/04/2018 página 228.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a retificação da data em que foi nomeada:

Onde se Lê: 03/04/2018

LEIA-SE: 09/04/2018

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 08 de maio de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 177/2018

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo n.518358/18;

R E S O L V E:

EXONERAR Vidal de Araujo Bastos Pereira do cargo em Comissão de Assistente Técnico - DNS 7, da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, a partir de 02 de maio de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 09 de Maio de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Lucinéia dos Santos Ribeiro

Secretária Municipal de Gestão Fazendária Interina

ATO Nº. 179/2018

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo N.518379/18;

R E S O L V E:

NOMEAR Lucas Miguel da Silva da Cunha, no cargo em Comissão de Assistente Técnico - DNS 7, na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, a partir de 03 de maio de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 09 de Maio de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Lucinéia dos Santos Ribeiro

Secretária Municipal de Gestão Fazendária Interina

ATO Nº. 178/2018

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo N.518377/18;

R E S O L V E:

NOMEAR Vidal de Araujo Bastos Pereira, no cargo em Comissão de Assessor Técnico - DNS 6, na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, a partir de 03 de maio de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 09 de Maio de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Lucinéia dos Santos Ribeiro

Secretária Municipal de Gestão Fazendária Interina

PORTARIA N° 092/2018/GAB/SMECEL/VG/MT

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Deferimento do Processo n° 511187/2018.

RESOLVE:

Conceder a servidora **Sra. MARIA GENI PEREIRA BILIO**, matricula n.° 32750 E 32751, Professora, Lotada na EMEB Honorato Pedroso, Licença para Qualificação Profissional – Mestrado, previstas nos artigos 81 a 85 da Lei Complementar 3.797/2012 – Plano de Cargos e Carreiras e Salários a partir de **10/05/2018 a 10/05/2020**, **24 (vinte e quatro) meses**, devendo a servidora, ao termino da licença ora concedida, prestar seus ofícios no órgão de lotação, no mínimo por igual período.

Esta portaria passa a viger nesta data.

Paço municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande – MT, 10 de Maio de 2018.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA 500/CPSPAD/SAD/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Municipal nº 1.164/1991 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, e pelo Decreto 032/2010 e;

Considerando a finalização do Processo Administrativo Disciplinar nº 090/2014, em desfavor de KLEYLER ADMIR DOERL, publicado no Jornal AMM no dia 26/07/2017, que apurou irregularidades na prestação de contas de Adiantamento e;

Considerando ainda, que em atendimento ao Art. 59 da Lei Municipal 1.164/1991 fora oportunizado o prazo legal de 60 dias para que o mesmo fizesse a devolução dos valores de R$ 2.841,70 (dois mil oitocentos e quarenta e um reais e setenta centavos), o que não ocorreu,

Resolve:

DETERMINAR o envio de cópia do referido Processo Administrativo Disciplinar à Procuradoria Geral do Município, para inscrição na Dívida Ativa Municipal, bem como demais sanções cabíveis, tendo em vista o ressarcimento ao Erário Municipal.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 04 de maio de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 499/CPSPAD/SAD/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Municipal nº 1.164/1991 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, e pelo Decreto 032/2010 e;

Considerando a finalização do Processo Administrativo Disciplinar nº 088/2014, em desfavor de JORGE LUIZ DUTRA DE PAULA, publicado no Jornal AMM no dia 17/11/2017, que apurou irregularidades na prestação de contas de Adiantamento e;

Considerando ainda, que em atendimento ao Art. 59 da Lei Municipal 1.164/1991 fora oportunizado o prazo legal de 60 dias para que o mesmo fizesse a devolução dos valores de R$ 6.224,86 (seis mil duzentos e vinte e quatro reais e oitenta e seis centavos), o que não ocorreu,

Resolve:

DETERMINAR o envio de cópia do referido Processo Administrativo Disciplinar à Procuradoria Geral do Município, para inscrição na Dívida Ativa Municipal, bem como demais sanções cabíveis, tendo em vista o ressarcimento ao Erário Municipal.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 04 de maio de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 498/CPSPAD/SAD/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Municipal nº 1.164/1991 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, e pelo Decreto 032/2010 e;

Considerando a finalização do Processo Administrativo Disciplinar nº 012/2015, publicado no Jornal AMM no dia 06/04/2017, em desfavor de LÁZARO DONIZETE DA SILVA e;

Considerando ainda, que em atendimento ao Art. 59 da Lei Municipal 1.164/1991 fora oportunizado o prazo legal de 60 dias para que o mesmo fizesse a devolução do Notebook Lenovo Think Pad E431, processador Intel Core i5-3230M, Hard Disk: 500GB, Tela LED 14´´, Sistema Operacional Windows 8, ou similar, o que não ocorreu até a presente data,

Resolve:

DETERMINAR o envio de cópia do referido processo disciplinar à Procuradoria Geral do Município para inscrição na Dívida Ativa Municipal, bem como demais sanções cabíveis, tendo em vista o ressarcimento ao Erário Municipal.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 04 de maio de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 034/2018

PORTARIA Nº 034/2018

Ricardo Azevedo Araújo – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e

Considerando a necessidade instituir a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande conforme determinação do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE por meio da Norma Regulamentadora NR 05.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Eleitoral para coordenar a eleição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.

Presidente: Grace Stre Peres Hodniuk

Membro: Sergio Fernandes da Silva

Membro: Jesse Henrique Moi

Art. 2°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrario.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 10 de maio de 2018

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

PORTARIA Nº 91/2018/SMECEL/VG

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Processo Judicial n° 1002637-25.2017.8.11.0002, e o que constam nas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e 4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017, e,4.335/2018 que “dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e dá outras providências”:

RESOLVE:

Enquadrar as servidoras da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possuem carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLAS/ NÍVEL
CLEUZA DE CAMPOS SILVA	PROFESSOR N. SUPERIOR	Prof. n. Superior	02/08/1999		25H	B - 07
IVANE FERREIRA DE SANTANA	PROFESSOR NV MEDIO	Prof. I a IV	15/02/1992		25H	C-09
ROSALICE GONÇALVES CAMPOS	PROFESSOR NV MEDIO	Prof. I a IV	05/02/1993		25H	B -09

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros retroativo a partir de 01/05/2018.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 14 de maio de 2018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA 2018/GS/SMECEL/VG/MT Nº 093

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e atendendo o disposto na Lei da Gestão Democrática N° 2.380/2001.

RESOLVE:

Art. 1°. DESIGNAR o profissional do magistério público, **Elenir Lacerda Cintra**, para exercer em Comissão, a função de **Coordenador Pedagógico** da Escola Municipal de Educação Básica Professora Ângela Jardim Botelho, no período de **09 de maio a 21 de dezembro de 2018.**

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de maio de 2018.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, em Várzea Grande – MT, 09 de maio de 2018.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, esporte e Lazer.

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA 092/2018

Dispõe sobre a EXONERAÇÃO A PEDIDO da servidora **JOANA COSTA PEREIRA** e dá outras providências.

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1° - Exonerar a pedido a servidora **JOANA COSTA PERIRA**, do cargo de Gerente Administrativo e Financeiro do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – **PREVIVAG**, a partir de **10/05/2018**.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande/MT, 10 de maio de 2018.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

EXTRATO TERMO DE FOMENTO N. 014/2018

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e a ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA EURÍPEDES BARSANULFO, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 08.826.948/0001-02. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado na Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8. 666/93 e suas alterações, ao Comunicado de Dispensa de Licitação nº. 28/2018, na Lei Federal nº. 13.019/2014, no Decreto Municipal nº. 70/2016

e no Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 508738/2018. OBJETO: Tem por objeto deste termo de fomento o repasse de recursos financeiros visando o custeio de suas despesas com ações desenvolvidas na área da Educação Infantil, para o atendimento de 137 (cento e trinta e sete) alunos da Educação Infantil. VALOR GLOBAL: Os recursos financeiros para a execução do objeto deste temo de fomento, neste ato fixados em R$ 109.000,00 (cento e nove mil reais). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.088. ND: 3.3.50.43.00.00.00 – SUBVENÇOES SOCIAIS. FONTE: 0101. VIGÊNCIA: Terá vigência de 08 (oito) meses, contados a partir da sua assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que designa para este ato, a servidora LUZ MARINA COELHO, portadora da Cédula de Identidade RG Nº. 751.125 SSP/TO e inscrita no CPF Nº. 353.645.641-34.

DATA DE ASSINATURA: 09.05.2018.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – PMVG/MT

ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA EURÍPEDES BARSANULFO

Organização da Sociedade Civil

PORTARIA Nº 011/SMDUET/2018

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da Ata de Registro de preço firmado pelo Município de Várzea/MT.

JOSÉ ROBERTO A. DE CASTRO PINTO, Secretario Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

1º. Fica designado a Senhor **REINALDO GONÇALO MARTINS GOMES**, portador da Cédula de Identidade RG: 0670860-9, SSP/MT, CPF nº 468. 961.801-10, Matricula: 39614, para acompanhar e fiscalizar a execução do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 111/2013, firmado com a **DIVIPLAC EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA-EPP,** inscrita sob o CNPJ nº 00.877.464/0001-80, cujo objeto, referente à contratação de empresa especializada na prestação de serviço de instalação, manutenção, limpeza, remanejamento (montagem e desmontagem) de parede Dry Wall, gesso acartonado, divisória, persianas, forro de fibra mineral e PVC, incluindo fornecimento de materiais necessários para atender as Secretarias da Prefeitura de Várzea Grande/MT, com prazo de vigência de 12(doze) meses, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo.

Paço Municipal “Couto Magalhães, Várzea Grande – MT, 04 de Maio de 2018.

_____

JOSÉ ROBERTO A. DE CASTRO PINTO

Secretário Municipal de Desenvolvimento

Urbano, Econômico e Turismo

PORTARIA Nº 494/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ANA ZILDA DE CAMPOS**
MATRICULA	3216
CARGO	TSAE – SERVIÇOS GERAIS
PROCESSO N°	493297/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**01.07.2008/2013**
PERÍODO DE GOZO	02.05.2018 A 31.07.2018

SERVIDOR	**BOANERGES AQUILAU DA SILVA**
MATRÍCULA	6318
CARGO	TSAE – AGENTE DE SEGURANÇA E MANUTENÇÃO
PROCESSO N°	1850/2005
LICENÇA PRÊMIO	60 (sessenta) dias
QÜINQÜÊNIO	**15.10.1999/2004**
PERÍODO DE GOZO	20.04.2018 A 19.06.2018

SERVIDOR	**CATARINA LINDINALVA DE SOUZA AMARAL**
MATRICULA	7205
CARGO	PROFESSOR
PROCESSO N°	473698/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.08.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	02.05.2018 A 30.07.2018

SERVIDOR	**ELIANE BATISTA TELLES BUENO**
MATRICULA	86673

CARGO	PROFESSOR
PROCESSO N°	479078/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**20.09.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	16.04.2018 A 14.07.2018

SERVIDOR	**FERNANDA CARDOSO DO CARMO**
MATRICULA	90065
CARGO	TDES
PROCESSO N°	500226/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**12.12.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	23.04.2018 A 23.07.2018

SERVIDOR	**KATIA DE AMORIM SOARES**
MATRICULA	25992
CARGO	PROFESSOR
PROCESSO N°	142179/2012
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**06.06.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	27.04.2018 A 25.07.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 09 de maio de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 496/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**DEBORA LUZIA DAL PONTE CARVALHO**
MATRICULA	10106
CARGO	MEDICO
PROCESSO N°	263021/2014
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QUINQUÊNIO	**09.07.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	04.06.2018 A 03.07.2018

SERVIDOR	**FLAVIO NISTAL SANCHES**
MATRÍCULA	16640
CARGO	MEDICO
PROCESSO N°	474992/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**16.02.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	01.06.2018 A 29.08.2018

SERVIDOR	**MARLUSA BENEDITA LIRA LIMA**
MATRICULA	34896
CARGO	PROFISSIONAL DE NIVEL SUPERIOR DO SUS – ASS. SOCIAL
PROCESSO N°	393786/2016
LICENÇA PRÊMIO	60 (sessenta) dias
QÜINQÜÊNIO	**20.07.2011/2016**
PERÍODO DE GOZO	04.06.2018 A 02.08.2018

SERVIDOR	**MONA CARVALHO DE SOUZA**
MATRICULA	86786
CARGO	TDES - CONTADOR
PROCESSO N°	488160/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**15.10.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	01.06.2018 A 31.08.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 09 de maio de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 495/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**LEIDIANE BENEDITA EVANGELISTA OLIVEIRA**
MATRICULA	82088
CARGO	PROFESSOR
PROCESSO N°	449064/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	16.04.2018 A 14.07.2018

SERVIDOR	**LILIANE MARTINHA DO NASCIMENTO**
MATRÍCULA	87211
CARGO	TAE
PROCESSO N°	488431/2017
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**29.10.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	02.05.2018 A 31.05.2018

SERVIDOR	**ROGERIO FAVILE DA ROCHA**
MATRICULA	40374
CARGO	TSAE – AGENTE DE SEGURANÇA E MANUTENÇÃO
PROCESSO N°	32557/2011
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2002/2007**
PERÍODO DE GOZO	18.04.2018 A 16.07.2018

SERVIDOR	**ROSANA JOSE DE FRANCA CASTRO**
MATRICULA	82014
CARGO	PROFESSOR
PROCESSO N°	479180/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	19.04.2018 A 17.07.2018

SERVIDOR	**ROSANGELA APARECIDA PEREIRA**
MATRICULA	41003
CARGO	PROFESSOR
PROCESSO N°	479309/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.08.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	16.04.2018 A 14.07.2018

SERVIDOR	**TEREZINHA ALVES DA SILVA MARQUES**
MATRICULA	44966
CARGO	TSAE – SERVIÇOS GERAIS
PROCESSO N°	128027/2012
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.04.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	16.04.2018 A 14.07.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 09 de maio de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 497/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Retificar a **Portaria nº 380/2018,** no que diz respeito ao servidor, **WANDERLEY DOMINGOS DA COSTA,** matrícula nº **47249,** exercendo o cargo de Guarda Municipal,lotado na Secretaria Municipal de Defesa Social, que concedeu 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, referente ao qüinqüênio **01.06.2010/2015**, conforme descrito abaixo:

Concedido em **01.05.2018** à **31.05.2018** (30 dias).

Concedido em **01.07.2018** à **31.08.2018** (60 dias).

Paço Municipal “Couto Magalhães” Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 09 de maio de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

ATO Nº. 176/2018

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo n.518369/18;

R E S O L V E:

EXONERAR Beatriz de Souza Bernardes Olimpio do cargo em Comissão de Assessor Técnico - DNS 6, da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, a partir de 07 de maio de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 09 de Maio de 2018.

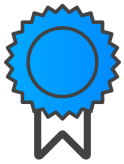
Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Lucinéia dos Santos Ribeiro

Secretária Municipal de Gestão Fazendária Interina

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Thu May 10 22:31:48 UTC 2018
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)